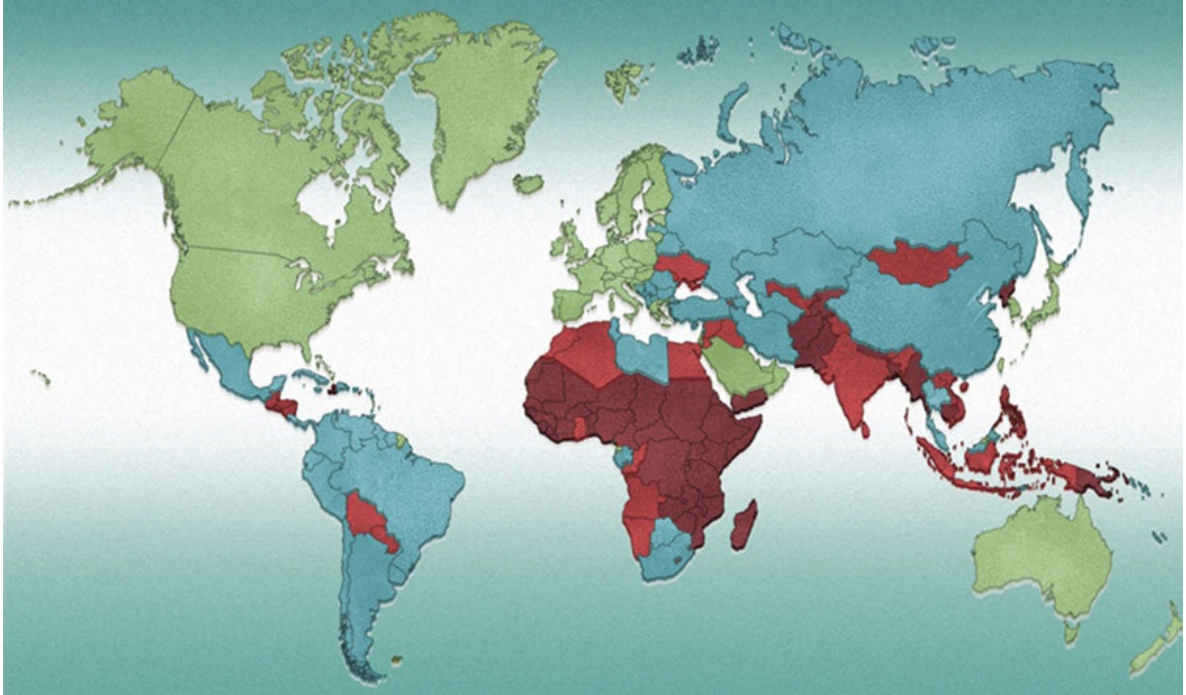
WAYNE GRUDEM | BARRY ASMUS

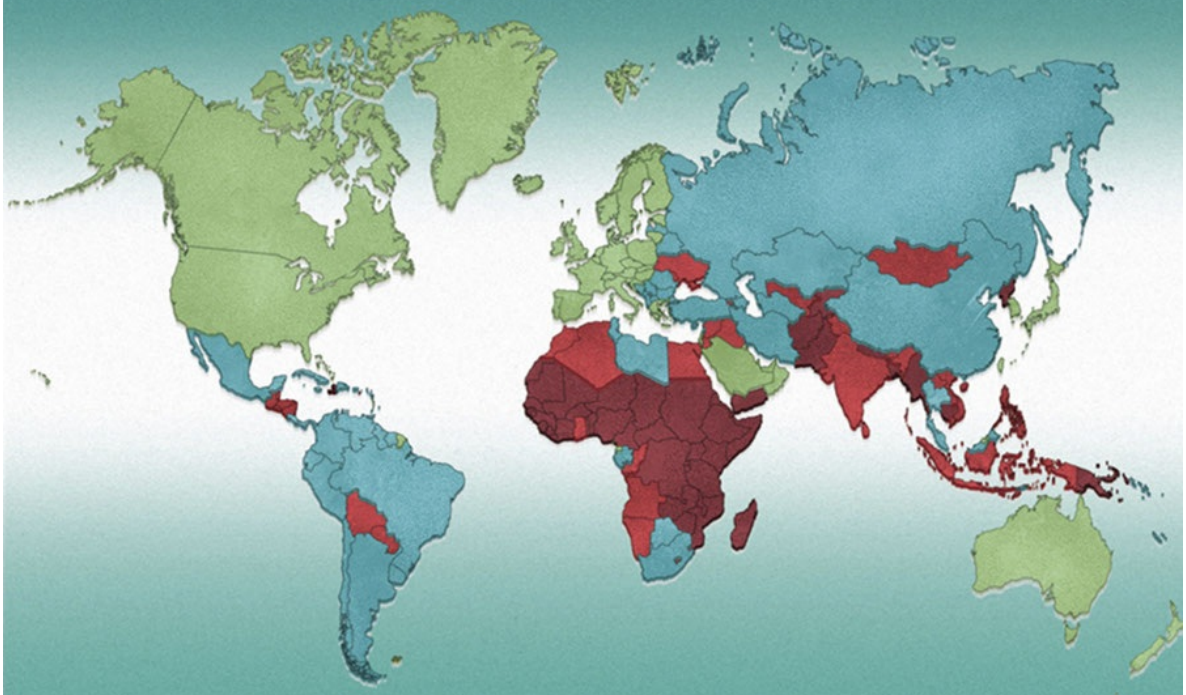


A POBREZA DAS NAÇÕES

| UMA SOLUÇÃO SUSTENTÁVEL |

VIDA NOVA

WAYNE GRUDEM | BARRY ASMUS



A POBREZA DAS NAÇÕES

| UMA SOLUÇÃO SUSTENTÁVEL |

VIDA NOVA

A pobreza das nações mostra não somente o que os países pobres precisam fazer para criar empregos, oportunidades e um futuro melhor e mais próspero, mas também o que os Estados Unidos precisam fazer nesse sentido. Esse é um livro excelente!

Pete du Pont, ex-deputado nos EUA e ex-governador do estado de Delaware

Os líderes religiosos do mundo se perguntam por que os países pobres continuam pobres. Pessoas importantes como Billy Graham, o Papa Francisco e o Dalai Lama têm insistido em que os ricos cuidem dos pobres — mas como fazê-lo? Como organizar o governo e as empresas para que se "lembrem dos pobres"? Agora o teólogo Wayne Grudem e o economista Barry Asmus apresentam um livro que explica como a livre empresa e a doutrina bíblica se complementam de forma crucial para iluminar o caminho do progresso para os pobres. Todo legislador (e todo eleitor) precisa ler esse livro.

Hugh Hewitt, radialista de fama nacional e professor de Direito na Universidade Chapman

Esse livro será um material didático padrão que utilizaremos no treinamento de cada equipe missionária que temos em 196 países. Deveria ser leitura obrigatória em toda faculdade cristã e em cada seminário, em toda organização missionária e de assistência social e para todo pastor na igreja local.

Rick Warren, autor do best-seller Uma vida com propósitos e pastor da igreja Saddleback Church

Nos últimos doze anos, vários autores excelentes têm apalpado a tromba, as pernas e a cauda do elefante. Wayne Grudem e Barry Asmus são os primeiros a mostrar o animal inteiro. Eles explicam com clareza e sem complicação o que devemos saber para verdadeiramente demonstrar amor pelos necessitados. A pobreza das nações deveria ser leitura obrigatória em toda faculdade cristã.

Marvin Olasky, editor-chefe do World News Group; autor de The tragedy of American compassion [A tragédia da compaixão americana]

Os autores escreveram claramente que a solução sustentável para a pobreza das nações é o sistema de livre mercado, o arranjo econômico mais virtuoso e bem-sucedido e o único que consegue capacitar as pessoas a produzirem para saírem da pobreza e alcançarem o bem-estar pessoal.

Jon Kyl, ex-senador dos EUA pelo estado do Arizona

Grudem e Asmus mostram como a ciência econômica pode combinar-se a uma moralidade arraigada na crença religiosa para nos ajudar a compreender por que alguns países são ricos e outros, pobres.

John C. Goodman, presidente e CEO do National Center for Policy Analysis

A pobreza abjeta de centenas de milhões de pessoas feitas à imagem de Deus deve ser preocupação profunda de cada crente. Em sua maioria, os cristãos que conheço são generosos com os pobres, mas sem pensar direito nas causas da pobreza. Essa contribuição importantíssima de Wayne Grudem e Barry Asmus nos ajudará a pensar teologicamente acerca da pobreza. Que ela informe nossa oração, doação e ação.

Andrew Evans, pastor da igreja Christ Church em Liverpool e professor da Escola Teológica do País de Gales

Grudem e Asmus apresentam uma perspectiva convincente sobre os fundamentos morais de uma economia e sociedade bem-sucedidas. Dando continuidade à grande tradição do pensamento econômico clássico, A pobreza das nações afirma que uma economia de livre mercado, baseada na iniciativa privada e num papel bem definido (mas limitado) do governo, produz resultados superiores no que diz respeito à acumulação e distribuição da riqueza material. Entretanto, o livro traz uma contribuição original singular, ao embasar a interação humana e os sistemas políticos e econômicos que ela define nos valores éticos e morais originados na Escritura. Os autores argumentam que sociedades estáveis, direitos de propriedade, livre-arbítrio e a busca da felicidade são mais do que valores morais: trata-se, também, de pré-requisitos para o crescimento econômico de longo prazo. Os autores desenvolvem essa ideia até sua conclusão lógica, esboçando em detalhes várias implicações políticas e econômicas. Existe uma bibliografia ampla sobre esse assunto, mas estou firmemente convencido de que a clareza de raciocínio e a originalidade dos argumentos farão com que esse livro se torne um ponto de referência para as gerações futuras.

Ardian Fullani, presidente do Banco Central da República da Albânia

Confiando em uma mistura inteligente de história econômica com uma compreensão clara da natureza humana, análise econômica aguçada e um código moral baseado na liberdade pessoal e na busca da felicidade, os autores analisam com entusiasmo os meios de redução da pobreza das nações. O estilo do texto é bem acessível, atraindo o leitor para um campo de ideias que vislumbram esperança para os oprimidos, desde que a autoridade governamental seja exercida com propriedade. Tal como A riqueza das nações, esse livro convida tanto o cidadão de bom coração quanto o burocrata mais empedernido a examinarem o livre mercado segundo uma perspectiva moral.

Stephen Happel, professor emérito de Economia da Faculdade de Administração W. P. Carey, Universidade Estadual do Arizona

Não existem muitos livros cristãos sobre o assunto. Muito menos livros que integrem a cosmovisão cristã com sistemas econômicos, com o livre mercado, a liberdade e a prosperidade, além da questão da pobreza. Grudem e Asmus fazem uma análise profunda dos diversos sistemas econômicos que fracassaram e apresentam uma defesa plausível da fundamentação bíblica da solução do livre mercado, mostrando como ela pode transformar uma nação. A aplicabilidade desse sistema nos países latino-americanos pode ser questionável. Contudo, por causa dos princípios bíblicos por trás do argumento, esse livro deveria ser traduzido e estudado em outras partes do mundo, além dos EUA. Ele ajudará os cristãos a se engajarem de forma mais significativa e efetiva nas questões sociais, econômicas e políticas dos nossos dias.

Rev. Augustus Nicodemus Lopes, professor de Novo Testamento da Universidade Presbiteriana Mackenzie, em São Paulo

A economia é importante demais para ser delegada somente aos economistas. A teologia é também importante demais para ser delegada somente aos teólogos. Esse livro, escrito para leigos por um economista e um teólogo, deve, portanto, ser levado a sério e empregado no estímulo ao debate e à ação que confronta o fato lamentável da pobreza.

Peter S. Heslam, diretor da Entrepreneurial Leadership Initiative, da Universidade de Oxford; membro ilustre da Trinity College, em Cambridge

Grudem e Asmus apresentam um conjunto abrangente de princípios para reduzir

a pobreza ao redor do mundo. É difícil encontrar uma integração tão perfeita e elaborada entre uma boa teologia e uma ciência econômica rigorosa. A pobreza das nações é um livro enfaticamente recomendado para qualquer um que se interesse pelo problema da pobreza mundial.

P. J. Hill, professor emérito de Economia da Wheaton College; membro ilustre do Property and Environmental Research Center, em Bozeman, no estado de Montana

Por muito tempo, ao menos em círculos cristãos, a crise da pobreza tem clamado por uma resposta prática e profunda. Com um escopo abrangente e estilo prático, esse livro oferece ideias que ninguém pode tratar levianamente.

Mutava Musimi, parlamentar e diretor do Comitê de Orçamento e Apropriações, Assembleia Nacional do Quênia; ex-Secretário Geral do Conselho Nacional das Igrejas do Quênia; ex-pastor-titular da Igreja Batista de Nairóbi

Há diversos livros seculares sobre a pobreza, e há vários livros sobre a resposta cristã à pobreza. Porém, Wayne Grudem, um teólogo, e Barry Asmus, um economista, fizeram algo muito menos comum e muito mais valioso. Eles combinaram com sucesso a ética e a teologia cristã com uma ciência econômica rigorosa. O fruto dessa integração é uma síntese abrangente e profundamente satisfatória. Se você quer entender a pobreza e ajudar a resolvê-la, ao invés de meramente apoiar alguma política de boas intenções que pode mais atrapalhar do que ajudar, então precisa ler esse livro.

Jay W. Richards, autor de Money, greed, and God [Dinheiro, ganância e Deus] e coautor de Indivisible [Indivisível]; pesquisador visitante no Institute for Faith, Work, and Economics; membro ilustre do Discovery

Institute

Considerando-se a quantidade de mitos e distorções que muita gente apoia, no que diz respeito à importância de uma economia livre, seu fundamento moral e seus benefícios práticos, especialmente para os pobres, A pobreza das nações apresenta um argumento fácil de ler, bem organizado e moralmente claro em defesa de uma sociedade livre. A mera leitura do sumário permite alcançar uma clareza de raciocínio que muitos cursos de pós-graduação em economia não conseguem dar a seus alunos.

Pe. Robert A. Sirico, presidente do Instituto Acton e autor de Defending the free market [Defendendo o livre mercado]

Todo cristão de bom-senso preocupa-se profundamente com os problemas aparentemente insolúveis da pobreza e da desigualdade globais. Muitos veem a economia de livre mercado como a causa do problema, em vez de solução, pressupondo, com a melhor das intenções, que a ajuda externa, o cancelamento das dívidas, a redistribuição de riqueza, o ambientalismo e o protecionismo comercial são a resposta. Wayne Grudem e Barry Asmus proveem uma análise convincente de como as nações podem reduzir sua pobreza por meio do desenvolvimento, aumentando a produção de bens e serviços, segundo um modelo de livre mercado que garante o direito à propriedade e à liberdade pessoal. Esse livro claro e acessível se fundamenta em uma sólida teoria econômica, em análise histórica e, acima de tudo, numa exegese bíblica fiel. O resultado não é um convite ao capitalismo desenfreado, e sim ao desenvolvimento responsável e moldado por um núcleo de valores culturais defendidos pela fé cristã. Nem todo mundo irá concordar com a abordagem dos autores, mas qualquer pessoa preocupada em auxiliar as vítimas da pobreza no mundo terá que levar a sério os seus argumentos.

Rev. John Stevens, diretor nacional da Fellowship of Independent Evangelical Churches; ex-vice-chefe de departamento e professor associado

em Direito de Propriedade, pesquisador e membro ilustre da Universidade de Birmingham, Reino Unido

Tornei-me economista porque me apaixonei pela ideia de que as escolhas de uma nação são capazes de determinar se os cidadãos serão ricos ou pobres. Trinta anos de pesquisa me levaram e crer que a riqueza vem a partir da escolha de apoiar a liberdade e o governo limitado. Eu me tornei cristão porque me apaixonei por Jesus Cristo. A Bíblia diz que fomos criados à imagem de Deus e que, sem jamais esquecer que devemos amar o nosso próximo, temos também a missão de criar. Jamais vi essas duas crenças como excludentes. Aliás, creio que a verdade bíblica e o livre mercado andam de mãos dadas. Procurei em toda parte algum livro que fundisse essas duas cosmovisões. Asmus e Grudem conseguiram! Um economista tarimbado e um teólogo de renome criaram um antídoto à prova de balas para a pobreza. É um tour de force. A igreja e o Estado encontrarão nesse livro uma receita para a justiça verdadeira, compassiva e duradoura.

Brian S. Wesbury, economista-chefe do First Trust Advisors LP; ex-economista-chefe do Comitê Econômico Conjunto do Congresso dos EUA

A POBREZA DAS NAÇÕES


CÓPIA NÃO AUTORIZADA É CRIME
ABDR
ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE DIREITOS REPROGRÁFICOS
RESPEITE O DIREITO AUTORAL

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

Angélica Ilacqua CRB-8/7057

Grudem, Wayne A pobreza das nações: uma solução sustentável / Wayne Grudem, Barry Asmus; tradução de Lucas G. Freire. - São Paulo: Vida Nova, 2016.

recurso digital; 3 MB

Bibliografia

ISBN: 978-65-5967-035-2 (recurso eletrônico)

Título original: The poverty of nations: a sustainable solution

1. Obras da igreja junto aos pobres 2. Pobreza – aspectos religiosos – cristianismo 3. Países em desenvolvimento – aspectos religiosos I. Título II. Asmus, Barry III. Freire, Lucas G.

14-0924

CDD 261.8325

Índices para catálogo sistemático

1. Cristianismo

WAYNE GRUDEM | BARRY ASMUS



A POBREZA DAS NAÇÕES

| UMA SOLUÇÃO SUSTENTÁVEL |

Tradução
Lucas G. Freire

VIDA NOVA

©2013, de Wayne Grudem e Barry Asmus

Título do original: The poverty of nations: a sustainable solution, edição publicada pela Crossway (Wheaton, Illinois, eua).

Todos os direitos em língua portuguesa reservados por

Sociedade Religiosa Edições Vida Nova

Caixa Postal 21266, São Paulo, SP, 04602-970

vidanova.com.br | vidanova@vidanova.com.br

1.a edição: 2016

Proibida a reprodução por quaisquer meios,

salvo em citações breves, com indicação da fonte.

Impresso no Brasil / Printed in Brazil

Todas as citações bíblicas sem indicação da versão foram extraídas da Almeida Século 21.

As citações com indicação da versão in loco foram extraídas da Almeida Revista e Atualizada (ARA) e da Nova Versão Internacional (NVI).

Gerência editorial

Fabiano Silveira Medeiros

Edição de texto

Lucília Marques

Revisão de provas

Rosa M. Ferreira

Revisão da tradução e

preparação de texto

Ingrid Neufeld de Lima

Larissa Malkomes

Coordenação de produção

Sérgio Siqueira Moura

Diagramação e adaptação da capa

OM Designers Gráficos

Produção do arquivo ePub

Booknando

A Bret Edson e a Brad Edson,

que acreditaram neste projeto

e o apoiaram desde o começo.

SUMÁRIO

Esboço detalhado

Apresentação de Rick Warren

Prefácio

Introdução

1 O alvo

Produzir bens e serviços em maior quantidade

2 Alvos errados

Abordagens que não levam à prosperidade

3 Sistemas errados

Sistemas econômicos que não levaram à prosperidade

4 O sistema econômico

O livre mercado

5 O mecanismo do sistema

Como funciona um mercado livre?

6 As vantagens morais do sistema

Um mercado livre promove melhor as virtudes morais

7 O governo do sistema

Líderes que usam seu poder em benefício de todo o povo

8 As liberdades do sistema

Liberdades essenciais ao crescimento econômico

9 Os valores do sistema

Crenças culturais que estimulam o crescimento econômico

Apêndice: Lista categorizada de fatores que capacitam a nação a superar a pobreza

Bibliografia

Índice remissivo

Índice de passagens bíblicas

ESBOÇO DETALHADO

Apresentação

Prefácio

Introdução

A. Foco nacional

B. Passos a serem dados pela própria nação

C. Não é uma solução simples

D. Escrito para leigos, não para economistas

E. Escrito para líderes, especialmente líderes cristãos, mas também para quem não é cristão

F. Escrito para estudantes

G. Por que os economistas não chegam a um acordo quanto à solução para a pobreza?

H. Por que devemos ajudar os pobres?

I. A responsabilidade dos líderes

J. A prosperidade material é questão secundária

Capítulo 1. O alvo: produzir bens e serviços em maior quantidade

A. O que faz um país ser rico ou pobre?

1. A medida padrão de riqueza e pobreza: renda per capita

2. A medida padrão do que um país produz: produto interno bruto (PIB)

3. O que aumenta o PIB de um país?

B. Outros alvos que foram sugeridos

C. O brilhante processo de criar valor que não existia antes

1. Exemplos de criação de produtos de valor

2. Transferir bens de uma pessoa para outra não aumenta o PIB

3. Imprimir moeda não aumenta o PIB

4. Como pode uma nação criar mais bens e serviços?

D. Exemplos de nações que se tornaram prósperas ao produzir mais bens e serviços

1. Grã-Bretanha: fabricação de algodão e a Revolução Industrial

2. Nações que se tornaram mais prósperas nos tempos recentes

E. Base bíblica para a criação de mais bens e serviços

F. Quais bens e serviços o seu país é capaz de criar?

Capítulo 2. Alvos errados: abordagens que não levam à prosperidade

A. Dependência de doações de outras nações

1. Os resultados prejudiciais da dependência de ajuda externa

2. Razões pelas quais a ajuda externa é prejudicial

3. O ensino bíblico sobre depender da doação de outros

4. “Sucesso merecido” importa mais que dinheiro

B. Redistribuição de riqueza dos ricos para os pobres

1. Em algumas nações, as pessoas são ricas devido ao abuso de poder governamental

2. Em outras nações, as pessoas são ricas porque trabalharam legitimamente e ganharam mais dinheiro

C. Esgotamento dos recursos naturais

D. Culpar causas ou entidades externas pela pobreza

1. Colonialismo

2. Agências que emprestam dinheiro aos países pobres

3. O sistema econômico mundial e os termos do comércio internacional

4. Nações ricas e empresas multinacionais

E. Conclusão: o que não deve ser o alvo

Capítulo 3. Sistemas errados: sistemas econômicos que não levaram à prosperidade

A. Caça e coleta

B. Agricultura de subsistência

C. Escravidão

D. Propriedade tribal

E. Feudalismo

F. Mercantilismo

G. Socialismo e comunismo

H. O Estado de bem-estar social e igualdade

I. Uma solução melhor: o sistema de livre mercado

Capítulo 4. O sistema econômico: o livre mercado

A. Definindo o sistema de livre mercado

1. Definição

2. O Estado de direito

3. Será que todas as economias são “mistas”?

4. Estamos realmente falando de capitalismo?

5. O sucesso econômico dos sistemas de livre mercado

6. Base bíblica para a liberdade humana nos sistemas econômicos

B. O incrível lápis: o livre mercado, sem um controlador humano, fabrica produtos complexos que ninguém sabe como fazer

C. O fundamento econômico de um mercado livre: a posse privada da propriedade

1. A justificativa da propriedade privada na Bíblia

2. A propriedade privada implica uma obrigação com a mordomia responsável

3. Governos violam princípios bíblicos e dificultam o desenvolvimento econômico ao impedir que as pessoas possuam propriedades

4. Evidência histórica do prejuízo econômico que acontece quando governos impedem a posse privada de propriedade

5. A importância dos títulos legais de propriedade

6. Normas governamentais que impossibilitam a posse de propriedade

7. Criando um caminho fácil para a posse de propriedade documentada

D. O fundamento legal de um mercado livre: o Estado de direito

E. Dois fatores econômicos essenciais para um mercado livre

1. O governo deve estabelecer uma moeda estável

2. O governo deve manter impostos relativamente baixos

F. O seu país tem um sistema de livre mercado?

Capítulo 5. O mecanismo do sistema: como funciona um mercado livre?

A. “Ninguém” decide o que, como e para quem uma economia nacional produzirá

B. A especialização é a chave para maior prosperidade

1. Os benefícios da especialização

2. A especialização funciona porque todos têm alguma vantagem comparativa

3. A especialização em uma nação muda ao longo do tempo

C. O notável sistema de sinalização do livre mercado

D. Os preços são uma incrível fonte mundial de informação econômica

instantânea

E. Os lucros e os prejuízos são os sinais verde e vermelho do sistema, que os consumidores usam para dizer “siga” ou “pare”

F. A concorrência leva à cooperação interpessoal, a produtos melhores, a mais escolhas e a preços mais baixos

G. Empreendedorismo: muitos tentam, poucos obtêm sucesso, mas toda a sociedade se beneficia

H. Resumo de como funciona um sistema de livre mercado

I. Como as pessoas abastadas das nações ricas podem realmente ajudar as nações pobres

Capítulo 6. As vantagens morais do sistema: um mercado livre promove melhor as virtudes morais

A. Promovendo a liberdade pessoal

1. Promovendo a liberdade de escolha nas ações morais

2. Promovendo a liberdade de buscar objetivos abstratos ou espirituais

B. Promovendo virtudes pessoais

3. Promovendo a integridade e a honestidade

4. Promovendo a responsabilidade

5. Promovendo o sucesso merecido

6. Moderando o egoísmo e a ganância; usando-os para o bem

7. Promovendo o uso sensato do meio ambiente

8. Moderando o materialismo e incentivando a caridade

C. Promovendo virtudes interpessoais

9. Provendo aquilo de que os outros precisam

10. Priorizando o que outros desejam

11. Tratando os outros com humanidade

12. Ajudando os pobres verdadeiramente

13. Promovendo “virtudes menores”, como a pontualidade, a cortesia, a organização e a eficiência

D. Promovendo virtudes sociais

14. Promovendo uma sociedade pacífica e harmoniosa

15. Promovendo uma sociedade equitativa

16. Promovendo uma sociedade produtiva

E. Objeções morais

1. Objeção: o livre mercado não funciona

2. Objeção: o livre mercado se apoia na ganância

3. Objeção: o livre mercado leva à desigualdade

4. Objeção: em certos países, o livre mercado é “capitalismo selvagem”

5. Objeção: não precisamos de mais “coisas”

Capítulo 7. O governo do sistema: líderes que usam seu poder em benefício de todo o povo

A. Proteções contra a corrupção no governo

1. Estado de direito: todas as pessoas são igualmente responsáveis perante a lei

2. Sistema judiciário justo: tribunais sem viés ou favoritismo, que promovem a justiça com imparcialidade

3. Inexistência de suborno e corrupção nos cargos públicos

4. Poder de governo adequado

5. Poder de governo limitado

6. Independência dos poderes no governo

7. O governo presta contas de seus atos diante do povo

B. Proteções que o governo deve prover

8. Proteção contra o crime

9. Proteção contra a doença

10. Proteção contra a quebra de contrato

11. Proteção contra a violação de patentes e direitos autorais

12. Proteção contra a invasão externa

13. Evitar guerras civis e guerras de conquista

14. Proteção contra a destruição do meio ambiente

C. O que o governo deve promover

15. Educação universal compulsória

16. Leis de proteção e incentivos econômicos a estruturas familiares estáveis

17. Leis que protegem a liberdade religiosa de todos os grupos religiosos e concedem alguns benefícios às religiões em geral

D. Conclusão

Capítulo 8: As liberdades do sistema: liberdades essenciais ao crescimento econômico

A. A importância da liberdade para o crescimento econômico

B. Os tipos de liberdade que o governo deve proteger

1. A liberdade de possuir propriedade

2. A liberdade de comprar e vender

3. A liberdade de viajar e transportar bens para qualquer lugar do país

4. A liberdade de se mudar para qualquer lugar do país

5. A liberdade de comercializar com outras nações

6. A liberdade de constituir empresas

7. A liberdade contra a excessiva regulamentação governamental

8. A liberdade contra o pagamento de suborno

9. A liberdade para trabalhar em qualquer emprego

10. A liberdade de ser recompensado por seu trabalho

11. A liberdade de contratar e demitir

12. A liberdade de contratar e promover funcionários com base no desempenho

13. A liberdade de utilizar recursos energéticos

14. A liberdade de mudar e modernizar

15. A liberdade de acessar conhecimento útil (liberdade de informação)

16. A liberdade de acesso à educação para todos

17. A liberdade tanto para a mulher quanto para o homem

18. A liberdade para pessoas de todas as raças e todas as origens de nacionalidade, religião e etnia

19. A liberdade de ascensão social e econômica

20. A liberdade de enriquecer legalmente

21. A liberdade religiosa

C. Conclusão

Capítulo 9. Os valores do sistema: crenças culturais que estimulam o crescimento econômico

A. Crenças sobre questões religiosas

1. A sociedade crê que existe um Deus que responsabiliza cada pessoa por seus atos

2. A sociedade crê que Deus aprova determinadas características pessoais relacionadas ao trabalho e à produtividade

B. Crenças sobre padrões morais

3. A sociedade valoriza a honestidade

4. A sociedade respeita a posse privada da propriedade

5. A sociedade honra outros valores morais

C. Crenças sobre a natureza humana

6. A sociedade acredita que existem tanto o bem como o mal em cada coração humano

7. A sociedade acredita que os indivíduos são responsáveis por seus próprios atos

8. A sociedade atribui grande valor à liberdade pessoal

9. A sociedade rejeita a discriminação baseada em raça, gênero ou religião

D. Crenças sobre a família

10. A sociedade honra o casamento entre um homem e uma mulher

11. A sociedade valoriza a permanência no casamento e tem um baixo índice de

divórcios

E. Crenças sobre a terra

12. A sociedade acredita que os seres humanos são mais importantes que as demais criaturas da terra

13. A sociedade acredita que a terra existe para uso e benefício dos seres humanos

14. A sociedade acredita que o desenvolvimento econômico é bom e revela a excelência da terra

15. A sociedade acredita que os recursos da terra jamais se esgotarão

16. A sociedade acredita que há ordem na terra e que ela pode ser racionalmente investigada

17. A sociedade acredita que a terra é um lugar de oportunidade

F. Crenças sobre tempo e mudança

18. A sociedade acredita que o tempo é linear e que, portanto, há esperança de melhoria na vida dos seres humanos e das nações

19. A sociedade acredita que o tempo é um recurso valioso e deve ser usado com sabedoria

20. A sociedade manifesta um desejo generalizado de melhorar de vida — viver melhor, inovar e se tornar mais produtiva

21. A sociedade está aberta à mudança, e as pessoas, portanto, trabalham para solucionar problemas e melhorar as coisas

G. Crenças sobre trabalho e produtividade econômica

22. A sociedade honra o trabalho produtivo

23. A sociedade honra pessoas, empresas, invenções e carreiras economicamente produtivas

24. Os empresários e trabalhadores da sociedade entendem que suas empresas são principalmente um meio de prover coisas de valor aos consumidores, pelas quais receberão um pagamento condizente com esse valor

25. A sociedade atribui grande valor à poupança, e não ao gasto

H. Crenças sobre comprar e vender

26. A sociedade acredita que trocas voluntárias geram mútuo benefício e que, portanto, um acordo comercial é “bom”se beneficia tanto o comprador quanto o vendedor

I. Crenças sobre conhecimento e educação

27. A sociedade valoriza o conhecimento, independentemente da fonte, e o disponibiliza amplamente

28. A sociedade valoriza uma força de trabalho altamente qualificada

29. A sociedade pressupõe que deve haver uma base racional para o conhecimento, bem como meios de difusão e de teste do conhecimento

J. Crenças sobre a humildade e o valor de aprender com o exemplo dos outros

30. A sociedade demonstra uma disposição humilde de aprender de outras pessoas, outras nações e seguidores de outras religiões

K. Crenças sobre o governo

31. A sociedade acredita que o propósito do governo é servir à nação e trazer benefício a todo o povo

32. A sociedade acredita que o governo deve punir o mal e promover o bem

L. Crenças sobre a própria nação

33. A sociedade valoriza o patriotismo e reforça um senso comum de identidade e propósito nacional

M. Crenças sobre valores econômicos, relacionais e espirituais

34. A sociedade atribui maior importância à família, aos amigos e à alegria de viver do que à riqueza material

35. A sociedade atribui maior importância ao bem-estar espiritual e ao relacionamento com Deus do que à riqueza material

N. Conclusão

Apêndice

A. O sistema econômico da nação (detalhes no capítulo 4)

B. O governo da nação (detalhes no capítulo 7)

C. As liberdades da nação (detalhes no capítulo 8)

D. Os valores da nação (detalhes no capítulo 9)

Bibliografia

Índice remissivo

Índice de passagens bíblicas

APRESENTAÇÃO

Rick Warren

Na Bíblia, existem mais de dois mil versículos sobre a pobreza e os pobres, porém, a maioria dos púlpitos evangélicos está estranhamente silenciosa sobre um assunto com o qual Deus se importa profundamente. Estou ao mesmo tempo chocado e entristecido ao admitir que, embora tenha estudado em uma faculdade cristã e em dois seminários, não me lembro de ter ouvido uma mensagem sequer a respeito do plano de Deus para os pobres, a não ser a noção de que deveríamos ser pessoalmente generosos com eles. Infelizmente, por causa dessa falta de um ensino bíblico e claro acerca da economia, muitos crentes, sem pensar, têm assinado embaixo das perspectivas antibíblicas mais comuns sobre a pobreza, a justiça econômica e a riqueza.

Os resultados têm sido devastadores. Hoje, mais da metade das pessoas no nosso mundo sobrevive com menos de 2 dólares por dia, e um bilhão de pessoas enfrentam a pobreza extrema, contando com menos de 1 dólar por dia. Em um mundo que Deus criou com superabundância de recursos, o fato de tantos viverem na pobreza, além de ser indesculpável, é um pecado, e os crentes precisam se arrepender. A solução não está em Marx ou no mercado, e sim nas palavras do Mestre.

O estatismo certamente não é a solução. Em muitos países, ele só piorou os problemas. Infelizmente, vários programas humanitários cristãos bem-intencionados, mas mal orientados, também só pioraram as coisas. Tendo viajado pelo globo por trinta anos e treinado líderes em 164 países, testemunhei em primeira mão que quase todo projeto social de governo e de ONG (organização não-governamental) é, de fato, desfavorável aos pobres, prejudicando-os no longo prazo, ao invés de ajudá-los. O projeto social típico cria dependência,

destitui as pessoas da sua dignidade, inibe a iniciativa e pode gerar um senso de ter o direito de ser ajudado: “O que você tem feito por mim ultimamente?”.

A forma bíblica de ajudar as pessoas a saírem da pobreza é a geração de renda, e não a sua redistribuição. Para ter resultados duradouros, é preciso estender a mão aos pobres para ajudá-los a se levantarem, e não apenas para lhes entregar um donativo. Redução da pobreza em longo prazo se soletra assim: e-m-p-r-e-g-o. Treinamento e ferramentas libertam as pessoas. O que constrói a prosperidade das nações é o trabalho, não a ajuda.

Já faz algum tempo que espero por um livro como este. Wayne Grudem e Barry Asmus escreveram com brilhantismo uma obra que é ao mesmo tempo completamente bíblica, histórica e prática. De tempos em tempos, alguém escreve um livro que você sabe que vai se tornar um clássico. A pobreza das nações é esse tipo de livro. Deveria ser leitura obrigatória em toda faculdade cristã e em cada seminário, em toda organização missionária e de assistência social, e para todo pastor na igreja local. Na Igreja Saddleback e em todas as igrejas participantes do projeto P.E.A.C.E. Plan, este livro será um material didático padrão que utilizaremos para treinar cada equipe missionária que mantemos em 196 países.

Este livro não é para ser simplesmente lido. Estude-o! Releia-o e faça anotações, depois ponha em prática o que aprendeu e ensine-o aos outros. Ele pode mudar o mundo.

Rick Warren,

pastor titular na Igreja Saddleback,

em Lake Forest, no estado da Califórnia, e

fundador do projeto Global P.E.A.C.E. Plan

PREFÁCIO

“Por que a África é tão pobre?”, perguntou uma mulher do Quênia. “Será que estamos debaixo de maldição?” Ela e o marido eram empresários bem-sucedidos em Nairóbi, mas a pobreza persistente de sua nação os incomodava profundamente.

Eu (Wayne Grudem) não tinha resposta. Após um silêncio atônito, tive que dizer: “Desculpe-me, não sei a resposta”. Mas a pergunta continuou me incomodando.

Finalmente, conversei a respeito disso com meu amigo Barry Asmus, um economista. Ele tinha uma boa explicação, mas não uma resposta completa. Então, durante a conversa, descobrimos que, juntos, tínhamos uma combinação de recursos acadêmicos que talvez nos permitisse encontrar uma resposta muito mais completa e uma solução.

Um de nós (Barry) é um professor de economia com décadas de experiência na aplicação da análise econômica aos problemas da economia nacional. O outro (Wayne) é um professor de teologia com décadas de experiência em demonstrar como uma análise detalhada dos ensinamentos da Bíblia pode ser aplicada a situações da vida real contemporânea.

Nossas conversas subsequentes levaram a um proveitoso projeto de vários anos, que combina as descobertas da ciência econômica moderna com os ensinamentos da Bíblia, numa tentativa de solucionar o problema perene da pobreza mundial. Fomos descobrindo cada vez mais, que, apesar de nossos contextos acadêmicos diferenciados, as conclusões de ambos os campos de estudo se harmonizavam muito bem, dando à solução geral mais clareza e poder

de persuasão.

No começo, só descobrimos alguns poucos fatores que levam à prosperidade ou à pobreza de uma nação. Depois de estudar o assunto mais a fundo, já tínhamos uma lista de 37 fatores. A pesquisa adicional e os comentários recebidos em seminários na Albânia e no Peru acrescentaram mais fatores, e começamos a fazer apresentações sobre "cinquenta fatores internos que levam à riqueza ou à pobreza de uma nação". Finalmente, este livro conclui com uma lista composta de 78 fatores distintos, internos às nações, que cremos que capacitarão qualquer país pobre a sair da pobreza (veja Apêndice, p. 391-5).

Não temos ciência de nenhum outro livro como este, que lide com a pobreza não no nível pessoal ou da comunidade, mas em nível nacional, e que proponha uma solução baseada em uma combinação de conclusões tiradas da economia e da ética teológica. Esperamos que os leitores achem o livro tanto esclarecedor quanto persuasivo.

Muita gente nos ajudou bastante na produção deste livro. Estimamos os valiosos comentários e sugestões para os rascunhos anteriores ou porções desta obra feitos por Scott Allen, Cal Beisner, John Coors, Ardian Fullani, Toni Gogu, Elliot Grudem, Stephen Happel, P. J. Hill, Ben Homan, John Kitchen, David Kotter, Ernst Lutz, Jeff Michler, Darrow Miller, Christopher Morton, Severin Oman, Robb Provost, Nancy Roberts, Brad Routh, Rich Shields, Keith Wright e um outro leitor que prefere se manter anônimo. Recebemos comentários valiosos de participantes dos nossos seminários em Tirana (Albânia); Lima (Peru); Eger (Hungria); Pequim (China); Cambridge (Inglaterra); e Phoenix (Arizona), bem como dos estudiosos presentes ao encontro anual da Evangelical Theological Society. Também estimamos as valiosas sugestões e comentários da classe de aperfeiçoamento para adultos da Scottsdale Bible Church, no Arizona, onde apresentamos este material.

Além disso, eu (Wayne) quero expressar meu agradecimento à Potter-Brock

Associates, que tempos atrás apoiou minhas tentativas iniciais de pesquisar o ensinamento da Bíblia acerca de questões econômicas; aos membros da junta da Trinity Evangelical Divinity School, que há muitos anos aprovaram um projeto sabático de pesquisa sobre a Bíblia e a economia; e aos membros da junta do Seminário de Phoenix, que aprovaram um semestre sabático no outono de 2003, quando tive a oportunidade de estudar economia na Universidade Estadual do Arizona, sob a excelente tutela dos professores Stephen Happel e Nancy Roberts.

Teri Armijo, Jenny Miller e Angela Yang digitaram várias seções do manuscrito, com entusiasmo e competência. Jenny Miller também ajudou em diversas tarefas do processo editorial, e Angela Yang auxiliou extensivamente na pesquisa. Joshua Brooks, Jeff Phillips e John Paul Stepanian também deram uma excelente ajuda na pesquisa. Jeff Phillips e John Paul Stepanian ajudaram relendo a prova final e elaborando um índice para o manuscrito. Agradecemos a Josh Dennis, Oliver Grudem e Christopher Warrington, que, com grande habilidade, nos ajudaram na elaboração da capa. Greg Bailey, da editora Crossway, melhorou significativamente o manuscrito com sua competência editorial.

Dedicamos este livro a dois amigos, Bret e Brad Edson, da empresa de investimentos Marketplace One, que acreditaram firmemente neste projeto desde o começo e graciosamente nos cederam um escritório e apoio financeiro para possibilitar o projeto. A vida deles é uma demonstração clara de que crentes com compromisso podem trabalhar no mundo dos negócios com integridade e criar produtos e serviços que trazem novo valor econômico a toda uma região de um país. Eles estão agora dedicando sua vida e seus bens a fim de que mais pessoas, tanto neste quanto em outros países, possam também experimentar o mesmo tipo de sucesso merecido.

Nossa mais profunda gratidão e apreço vai para nossas esposas, Margaret Grudem e Mandy Asmus, que apoiaram com paciência, encorajaram e oraram por nós, enquanto trabalhávamos mês após mês para completar este projeto. Nós as amamos muito e elas continuam a trazer grande alegria à nossa vida.

Wayne Grudem e Barry Asmus

Março de 2013

Bem-aventurado é o que dá atenção ao pobre;

o Senhor o livrará no dia da calamidade.

Salmos 41.1

INTRODUÇÃO

O objetivo deste livro é propor uma solução sustentável para a pobreza nas nações pobres do mundo, uma solução baseada tanto na história econômica como nos ensinamentos da Bíblia. Empregamos o termo sustentável porque essa solução lida com as causas de longo prazo da pobreza nas nações. Se elas forem alteradas para se tornarem causas de longo prazo da prosperidade, a solução será permanente.

Nossa solução não tem a pretensão de afirmar que todos podem ser igualmente abastados. Algumas pessoas serão sempre mais ricas que outras e, portanto, algumas serão (relativamente) mais pobres. Porém, a solução que propomos explica os passos práticos que qualquer nação pobre é capaz de dar. Esses passos tirarão o país da cilada da pobreza, colocando-o no caminho de uma prosperidade crescente que muitas vezes é capaz de elevar o padrão de vida de praticamente todas as pessoas. Essa solução criará continuamente oportunidades para que até mesmo os mais pobres se tornem mais prósperos.

A solução que propomos não é inédita. Ela já foi parcialmente posta em prática em vários países nos últimos 240 anos com resultados impressionantes e pode ainda hoje produzir efeitos notáveis em toda nação pobre.

Logo de início, é importante definirmos claramente que tipo de livro é este.

A. Foco nacional

O título de nosso livro é A pobreza das nações porque seu foco é a nação pobre como um todo. Colocamos em evidência a legislação nacional, a política econômica nacional e valores e hábitos culturais nacionais por estarmos convencidos de que as causas primárias da pobreza são fatores que afetam a nação como um todo. A solução que propomos neste livro deve incluir mudanças nessas leis, políticas, valores e hábitos culturais nacionais.

Não discutimos como ajudar indivíduos, empresas ou comunidades pobres em particular, pois entendemos que nosso livro oferece uma abrangência que suplanta esses esforços. Reconhecemos que organizações beneficentes, igrejas e governos ao redor do mundo já auxiliam indivíduos e comunidades, na maior parte das vezes de forma bastante eficaz. Por exemplo, nossa própria igreja no Arizona, a Scottsdale Bible Church, realizou diversos projetos para abrir poços, prover clínicas médicas e dentárias e construir escolas, além de apoiar o evangelismo e o ensino da Bíblia em diversos países.

Também celebramos o sucesso de projetos de microcrédito que ajudam indivíduos em muitos países, e somos gratos pelos milhares de outros projetos de desenvolvimento que possibilitaram o acesso à água potável e ao saneamento básico, melhoraram a produtividade do campo, promoveram o avanço educacional e fizeram progressos na erradicação de doenças em muitas nações.

Entretanto, apesar de todos esses esforços, temos a impressão de que é necessário algo mais: um foco de âmbito nacional nas leis, nas políticas e nos valores e hábitos culturais que determinam em grande medida o curso do desenvolvimento econômico em uma nação.

Reconhecemos que outras organizações e autores têm muito mais experiência e sabedoria do que nós para ajudar indivíduos e comunidades pobres em particular. Estimamos especialmente a sabedoria de muitas organizações cristãs beneficentes, como, por exemplo, a Food for the Hungry [Alimento para os Famintos], localizada na área de Phoenix, Arizona (onde moramos), que tem como missão: "Caminhar com as igrejas, líderes e famílias na superação de todas as formas de pobreza humana ao viver em relacionamentos sadios com Deus e sua criação".1 Também apreciamos a ênfase na pessoa como um todo e na transformação social promovida em projetos como o Plano P.E.A.C.E., instituído pelo pastor Rick Warren, com seu foco no ministério de igreja para igreja. A sigla quer dizer: Plantar igrejas que promovam reconciliação, Equipar líderes que sejam servos, Assistir aos pobres, Cuidar dos enfermos e Educar a próxima geração.2 Como esses, muitos outros projetos notáveis poderiam ser citados.

Outros autores já forneceram excelentes perspectivas cristãs a respeito da ajuda aos pobres. Recomendamos especialmente os livros When helping hurts: how to alleviate poverty without hurting the poor and yourself [Quando ajudar ofende: como aliviar a pobreza sem ferir o pobre e a si mesmo], de Steve Corbett e Brian Fikkert,3 que explica como ajudar a pessoa como um todo e ao mesmo tempo conhecer e respeitar com humildade a sabedoria local, e Discipling nations: the power of truth to transform cultures, de Darrow Miller, que oferece uma explicação detalhada e perspicaz de como uma cosmovisão cristã afeta especificamente questões econômicas.4

Nosso livro é diferente porque tem como objetivo a nação como um todo. Ele também é diferente porque conta com a coautoria de um economista profissional (Barry Asmus) e um professor de Teologia (Wayne Grudem). Portanto, este livro combina uma análise econômica (baseada na história do desenvolvimento econômico ao longo de mais de duzentos anos) com uma análise teológica (baseada nos ensinos da Bíblia sobre questões econômicas e políticas governamentais). Nessa dupla perspectiva, tratamos de sistemas nacionais por inteiro (primeiramente, tipos de sistemas econômicos (caps. 3 a 6); em seguida, leis e políticas governamentais (caps. 7 e 8); e, finalmente, valores culturais e crenças nacionais, incluindo convicções morais e espirituais (cap. 9). Não temos conhecimento de nenhum outro livro que aborde a questão da pobreza mundial

em âmbito nacional com essa perspectiva combinada.

B. Passos a serem dados pela própria nação

A implementação dos diversos passos que sugerimos precisa partir de dentro de uma nação, de seus próprios governantes. Não são passos que possam ser impostos por alguém de fora da nação pobre.

Há uma grande vantagem nessa ênfase em mudanças que devem emergir de dentro da própria nação. Isso está de acordo com o sábio conselho de Corbett e Fikkert em When helping hurts. Eles recomendam uma regra de ouro que resolve boa parte da complexidade da atenuação da pobreza: “Evite o paternalismo”. Isto é, não faça pelas pessoas algo que elas mesmas podem fazer. Dizem os autores: “Memorize essa regra, recite-a o dia todo e use-a como um colar no seu pescoço [...] ela pode ajudá-lo a evitar todo tipo de dano”.5

Por enfatizarmos passos que podem ser dados pela própria nação para ajudar a superar a pobreza, esperamos que este livro seja fonte de encorajamento e esperança para líderes nas nações pobres. Em vez de lhes dizer: “Vocês devem depender de pessoas de outros países para solucionar o seu problema da pobreza”, estamos dizendo: “Acreditamos que vocês mesmos podem resolver esse problema, e aqui estão alguns passos úteis dados por outros países no passado e que também são sustentados pelo ensino da Bíblia. Cremos que vocês podem implementar esses passos em seu próprio país e que, quando o fizerem, haverá muitos resultados positivos”.

Outros estudos recentes também enfatizam que a solução para a pobreza nos países pobres deve vir de dentro desses países. William Easterly, professor de Economia na Universidade de Nova York, atuou durante muitos anos como pesquisador e economista sênior no Banco Mundial. Ele explica que os “planejadores” ocidentais não podem resolver o problema da pobreza nos países pobres. Diz ele: “Um planejador julga que os de fora têm conhecimento

suficiente para impor soluções. Já um pesquisador acredita que somente os de dentro têm conhecimento suficiente para encontrar soluções e que a maioria das soluções deve ser desenvolvida internamente".6

De forma semelhante, Paul Collier, professor de Economia em Oxford, ex-diretor de pesquisa em desenvolvimento do Banco Mundial e um dos maiores especialistas em economias africanas, diz:

Infelizmente, não se trata apenas de dar o nosso dinheiro a esses países. [...] A transformação no nível mais básico das sociedades deve vir predominantemente de dentro; não podemos lhes impor a mudança. Em todas essas sociedades, há conflitos entre gente corajosa que deseja a mudança e interesses enraizados que se opõem a ela.7

No entanto, Collier também afirma que as políticas das nações mais ricas podem influenciar positivamente a capacidade dos países pobres de superar sua pobreza. Diz ele: "A transformação terá que emergir de dentro das sociedades desse um bilhão de pessoas, mas nossas próprias políticas podem aumentar a probabilidade de sucesso desses esforços e, portanto, aumentar a probabilidade de serem empreendidos".8

Não discutimos neste livro com amplitude esse tipo de mudanças políticas (porém, veja páginas 103 e 284-6 sobre o tema das políticas de comércio prejudiciais). Recomendamos a leitura do livro de Collier, com sua análise esclarecedora das maneiras pelas quais os países mais ricos podem contribuir melhor para ajudar os países mais pobres do mundo, especialmente os 58 países que ele chama de "o bilhão de baixo" (as pessoas nesses países que compõem o bilhão de habitantes extremamente pobres da terra).

As políticas das nações ricas para as quais Collier sugere mudanças incluem: (1)

uso limitado e direcionado de ajuda externa (p. 103-31); (2) intervenção militar para manter a paz após conflitos e para proteger contra golpes (p. 131-42); (3) adoção, pelos países ricos, de leis e cooperações que ajudem a capturar e processar criminosos de nações pobres que depositam seu dinheiro nesses países ricos, incluindo proteções de investimentos e seguros (p. 142-65); e (4) políticas comerciais que adotem decisões estratégicas para diminuir as barreiras comerciais e conceder ajuda especial a nações extremamente pobres (p. 166-83). Collier argumenta com base em décadas de experiência e esboça estratégias específicas em cada uma dessas quatro categorias.

Porém, independentemente da implementação dessas mudanças por parte dos países ricos, os 78 passos para a prosperidade que esboçamos neste livro precisam ser seguidos pelas nações mais pobres.

C. Não é uma solução simples

A solução aqui proposta não é um simples “ajuste”, do tipo “basta fazer isso e a pobreza vai embora”. Nossa solução é complexa, composta de 78 fatores específicos, conforme explicado nos próximos capítulos (veja a lista completa no Apêndice, p. 391-5). Esses fatores afetam políticas econômicas, leis governamentais e valores culturais (incluindo valores morais e crenças espirituais). Portanto, não estamos propondo uma abordagem simples como “dar mais dinheiro” (promovida por Jeffrey Sachs) ou “parar de enviar ajuda externa” (promovida por Dambisa Moyo). E também não estamos afirmando que a solução seja “estabelecer uma economia de livre mercado” (embora recomendemos o sistema de livre mercado), porque chamamos a atenção para outros múltiplos fatores legais e culturais que afetam o funcionamento efetivo do mercado livre em uma nação.

A solução que estamos propondo é complexa porque sistemas econômicos são complexos. E estes o são porque resultam de milhões de seres humanos fazendo milhões de escolhas todos os dias. Quem consegue compreender tudo isso?

Com efeito, o autor Jay Richards explica por que a economia pode ser considerada mais complexa do que qualquer outro campo de estudo:

Na Biologia [...], temos uma ordem maior de complexidade do que na Física ou na Química. Nela, lidamos com organismos que resistem a explicações matemáticas simplificadas [...]. Da Biologia, passamos às Ciências Humanas. Agora os efeitos de agentes inteligentes surgem por todo lado. Portanto, não é de surpreender que seja mais difícil usar a Matemática para esboçar o comportamento humano do que seria para reproduzir o traçado, por exemplo, de uma bola rolando ladeira abaixo. Quando chegamos à economia, estamos lidando não somente com agentes humanos, mas com a complexidade das

interações de mercado entre milhões ou bilhões de agentes inteligentes. Passando da física em um extremo à economia no outro, subimos uma "hierarquia nidificada" de complexidade, na qual ordens superiores restringem as inferiores sem, contudo, poderem ser reduzidas a elas.9

Portanto, não é de surpreender que a solução para a pobreza deva ser complexa. Este livro discute 78 fatores porque todos eles influenciam a tomada de decisão humana. Alguns desses fatores são puramente econômicos, mas outros estão relacionados com leis, valores culturais, convicções morais, hábitos e tradições de longa data, e até mesmo valores espirituais. Todos eles têm seu papel e, por isso, todos devem ser levados em conta.

O fato de termos 78 fatores a serem considerados por uma nação pode, à primeira vista, parecer desolador. Mas há uma outra maneira de olhar para essa longa lista de fatores. Esperamos que líderes de países pobres abordem os fatores aqui discutidos perguntando-se: "O que a nossa nação já faz bem?". Com tantos fatores, cada país descobrirá que é forte em algumas áreas.

Essa abordagem positiva, que começa listando as áreas em que cada país está bem, é consistente com o que Corbett e Fikkert chamam de "Desenvolvimento Comunitário com Base em Aptidões" (ABCD, na sigla em inglês; na tradução em português, DCBA). Dizem eles:

O DCBA enfatiza o que pessoas materialmente pobres já possuem e pergunta como ponto de partida: "O que está certo em sua vida? Quais dons Deus lhe concedeu que você pode usar para melhorar sua vida e a vida do seu próximo? Como indivíduos e organizações de sua comunidade podem trabalhar juntos para torná-la melhor?". Em vez de olhar para fora da comunidade ou do indivíduo de baixa renda em busca de recursos e soluções, o DCBA começa perguntando aos que são materialmente pobres como eles podem ser mordomos de seus próprios dons e recursos, buscando restaurar indivíduos e comunidades para que sejam como Deus pretendia que fossem desde o início do relacionamento. De fato, a

própria natureza da pergunta — Quais dons você possui? — afirma a dignidade da pessoa e contribui para o processo de superação de sua pobreza.10

D. Escrito para leigos, não para economistas

Escrevemos este livro para leitores adultos comuns. Não o escrevemos para economistas profissionais (embora esperemos que muitos deles o leiam e concordem com ele). O livro, portanto, foi quase totalmente escrito em uma linguagem comum, e não na terminologia técnica de economia. Quando termos especializados forem necessários, explicaremos sua definição na primeira vez que forem utilizados ao longo do texto.

E. Escrito para líderes, especialmente líderes cristãos, mas também para quem não é cristão

Nossos principais leitores-alvo deste livro são líderes cristãos de nações pobres (mas também líderes não cristãos; veja adiante). Escrevemos especialmente para os cristãos que creem na Bíblia e estão dispostos a seguir seus princípios para o desenvolvimento econômico. Escrevemos também para líderes, pois são eles que podem realizar as mudanças necessárias em seus países.

Com o termo "líderes", queremos dizer líderes no governo, nas empresas, na educação, nas organizações não governamentais (ONGs), nas instituições beneficentes e certamente nas igrejas, principalmente os pastores (porque seu ensino e pregação podem levar à transformação de uma cultura). Também esperamos que alguns dos leitores deste livro sejam inspirados a se tornarem líderes em seus países para começar a implementar as mudanças que propomos.

Entretanto, esperamos também que cristãos nas nações mais prósperas leiam este livro, porque muitos deles podem ter uma influência nas nações pobres por intermédio de organizações missionárias, viagens missionárias, amizades, organizações de desenvolvimento e redes de contatos denominacionais. É nosso desejo que alguns desses leitores nos países ricos possam até mesmo ser sensibilizados a dedicar sua vida para ajudar países pobres a fugirem da pobreza conforme o método aqui proposto. (Veja também algumas sugestões práticas no final do capítulo 5, p. 196-8.)

Se você está lendo este livro e não se considera um cristão ou não considera a Bíblia cristã a Palavra de Deus, mesmo assim o convidamos a prestar atenção no que dizemos aqui. Muitos dos argumentos e fatos que usamos vêm da história econômica, e não da Bíblia. Ao ler as partes que se fundamentam na Bíblia, convidamos você a ao menos refletir nos ensinos bíblicos como ideias que vêm

de um valioso livro de sabedoria da antiguidade e avaliar se essas ideias lhe parecem corretas ou não.

Nosso livro também contém alguma aplicação para os países ricos de hoje. A história mostra que muitas nações ricas não conseguiram se manter prósperas (lembre-se de reinos ricos do passado: Egito, Babilônia, Pérsia, Grécia, Espanha e o Império Otomano). Esperamos que leitores de nações ricas enxerguem aplicações deste livro para seus próprios países, especialmente para aqueles que se encontram em perigo de abandonar as políticas e os valores que os tornaram economicamente prósperos.

A qualquer pessoa com papel de liderança em um país pobre, a mensagem do nosso livro é esta: há uma solução para a pobreza que é realmente eficaz. Ela já foi testada muitas vezes na história mundial e conta com o apoio dos ensinamentos morais da Bíblia. Se essa solução for implementada, estamos convencidos de que ela tirará países inteiros da pobreza (e não apenas alguns indivíduos). Pedimos que você considere essa solução para o seu próprio país.

Alguém poderá objetar a essa altura que Paul Collier, o renomado economista do desenvolvimento, demonstrou que um bilhão de pessoas que pertencem à população mais pobre do planeta vive em 58 países pequenos que estão essencialmente presos em quatro “ciladas” distintas, dificultando bastante sua libertação da pobreza em relação aos quatro bilhões restantes nas economias em desenvolvimento. As ciladas são: (1) a cilada do conflito, (2) a cilada dos recursos naturais, (3) a cilada de estar cercado de uma má vizinhança e (4) a cilada da má governança em um país pequeno.11

O livro de Collier apresenta informações e critérios notáveis. Reconhecemos que os fatores que ele indica tornam a missão de superar a pobreza mais difícil para essas nações. Contudo, até mesmo Collier é esperançoso acerca da possibilidade de progresso, pois escreveu o seu livro para explicar alguns passos a serem seguidos pelas nações ricas para ajudar os países onde vive o “bilhão de baixo”.

Acreditamos que, embora a tarefa seja difícil, os passos que propomos neste livro por fim levarão até mesmo essas nações mais pobres a um rumo de crescente prosperidade.

F. Escrito para estudantes

Esperamos que muitos universitários, especialmente os que são cristãos, considerem esse texto útil na formação de suas próprias convicções acerca dos métodos adequados para lidar com a pobreza mundial. Nós dois passamos muitos anos na sala de aula, lecionando no nível superior, e esperamos que este livro seja proveitoso como material curricular em disciplinas de faculdade ou seminário que lidam com o cuidado aos pobres e com uma abordagem cristã de questões econômicas.

G. Por que os economistas não chegam a um acordo quanto à solução para a pobreza?

Alguém pode levantar a seguinte objeção aqui: “Se existe uma resposta tão clara para a pobreza, por que então os economistas não chegam a um acordo a respeito do assunto e não escrevem livros para explicar sua solução?”. Em resposta, mencionamos diversos pontos:

(1) Alguns concordam. Vários economistas de renome escreveram livros que estão em grande medida em concordância com as soluções propostas neste livro. Por exemplo, devemos muito do que está escrito aqui à obra de David S. Landes, The wealth and poverty of nations: why some are so rich and some so poor.12 Landes é professor emérito da Universidade de Harvard e um dos mais respeitados historiadores econômicos do mundo.

Os leitores podem reparar, especialmente nos capítulos 7 a 9, que citamos o livro de Landes mais que qualquer outra fonte. Fizemos isso porque seu longo estudo (658 páginas, incluindo 126 de referências em letras pequenas) é uma fonte incomparável de informação histórica sobre o desenvolvimento econômico de todas as nações (ou regiões) do mundo nos últimos quinhentos anos. A primeira frase do livro é: “Meu objetivo ao escrever este livro é fazer história mundial”.13 E é história mundial, em larga escala, o que ele faz. John Kenneth Galbraith disse que esse livro “consolidará a preeminência de David Landes em seu campo e em sua época”. Kenneth Arrow, vencedor do Prêmio Nobel, diz que o livro é “um retrato de enorme alcance e brilhante compreensão [...] [com] incrível riqueza de erudição”.14

Além disso, concordamos com vários outros economistas e historiadores do desenvolvimento em partes-chave do nosso livro, especialmente quanto às políticas econômicas e legais necessárias para superar a pobreza. Por exemplo,

citamos com aprovação várias passagens importantes dos escritos de Hernando de Soto; William Easterly; Paul Collier; P. T. Bauer; Lawrence Harrison; Niall Ferguson (historiador); Daron Acemoglu e James A. Robinson (embora também discordemos deles quanto à importância da cultura; veja a seguir); e William Baumol, Robert Litan e Carl Schramm.15

Evidentemente, muitos economistas não defendem a solução que propomos neste livro. Eles sugerem apenas soluções parciais ou até mesmo soluções incorretas derivadas de suas suposições subjacentes.

(2) Doadores profissionais. Alguns economistas, por exemplo, são "doadores profissionais". Eles gastam boa parte de seu tempo doando o dinheiro dos outros, e sua solução primordial para a pobreza mundial é doar ainda mais dinheiro (mesmo admitindo que a injeção de dinheiro até agora não resolveu o problema). O representante mais proeminente dessa abordagem é Jeffrey Sachs no seu livro The end of poverty.16

(3) Economistas puros. Outros são "economistas puros" (ao menos em suas soluções). Eles não lidam de forma alguma com valores culturais, morais ou espirituais, supostamente por considerarem que esses tópicos estão fora do escopo da pesquisa legítima por parte dos economistas. Um exemplo dessa abordagem é Dambisa Moyo em seu livro Dead aid: why aid is not working and how there is a better way for Africa [Ajuda morta: por que a ajuda externa não funciona e como há um caminho melhor para a África].17 Moyo fornece uma análise perspicaz do dano causado pela ajuda externa à África, porém a solução que propõe é simplesmente suspender a remessa de ajuda, pressupondo que, após essa suspensão, "a boa governança [...] emergirá naturalmente".18 Ela menciona valores culturais de passagem, mas minimiza sua relevância.

(4) Equalizadores culturais. Outros economistas são "equalizadores culturais". Eles estão convencidos de que é enganoso ou até mesmo errado dizer que uma cultura é "melhor" que qualquer outra, até mesmo "melhor" na produção de

crescimento econômico. Portanto, deve haver alguma outra razão para alguns países terem se tornado ricos e outros continuarem pobres, ou talvez isso seja acidental. Não deveríamos tentar explicar tal disparidade dizendo que os costumes culturais e valores de um país são melhores que os de outro.

Por exemplo, mais de uma dezena de especialistas, cada um com excelentes credenciais e publicações sobre desenvolvimento econômico e ajuda externa, deram sua contribuição para a elaboração do livro Making aid work [Fazendo a ajuda funcionar], resultado de um simpósio sobre ajuda externa realizado em 2007. No livro inteiro, praticamente não se encontra uma palavra a respeito da necessidade de transformação cultural dentro dos países.19

(5) Fatalistas. Ainda outra abordagem tem sido adotada por um grupo que podemos chamar de “fatalistas”. Eles alegam que a prosperidade econômica surgiu simplesmente porque algumas nações tiveram a sorte de contar com fatores geográficos favoráveis (como, por exemplo, o clima moderado, recursos naturais abundantes, animais úteis) desde o início e, por isso, foi inevitável que elas se tornassem ricas enquanto outras continuaram pobres. O principal exemplo dessa abordagem é Jared Diamond no seu livro Guns, germs, and steel: the fates of human societies.20 Segundo Diamond, a geografia importa mais que todo o resto, e sua análise não deixa qualquer espaço para o impacto de diferentes escolhas humanas e valores culturais, morais e espirituais.

(6) Socialistas e outros “planejadores”. Outros economistas ainda são “socialistas”, de vertentes mais radicais ou mais moderadas. Segundo eles, a solução para a pobreza é mais planejamento: os “especialistas” sábios do governo deveriam planejar e dirigir praticamente tudo em uma economia. Se alguém diz que o controle governamental de fábricas e empresas não funcionou no passado, eles respondem que quem estava no comando eram os especialistas errados do governo. Precisamos apenas de especialistas diferentes, melhores, dizem eles. De fato, se alguém perguntar, podem até humildemente indicar que eles mesmos estão por acaso disponíveis para servir como esses novos especialistas (é claro, com capacidade limitada, ao menos de início). Easterly

chama esses especialistas de “planejadores”, dizendo que eles geralmente atrapalham mais do que ajudam.21

Com esses seis pontos de vista em mente, considere a dificuldade dos líderes das nações pobres. Eles têm pelo menos seis opiniões radicalmente diferentes, todas elas vindas de “especialistas” em economia. Com todos esses “especialistas” dizendo às nações pobres como solucionar seus problemas, não é de espantar que os seus líderes governamentais tenham dificuldade em saber em quem confiar. Será que os doadores profissionais estão certos? Os economistas puros? Os fatalistas? Os socialistas? As mensagens são contraditórias e confusas.

Abhijit Banerjee, professor de Economia no Instituto de Tecnologia de Massachusetts (MIT) e diretor do Laboratório Abdul Latif Jameel de Ação contra a Pobreza nessa mesma instituição, resume a confusão atual nas pesquisas acadêmicas sobre ajuda e desenvolvimento econômico:

Em vez de um punhado de leis simples e claras que nos digam o que fazer e o que esperar, temos uma centena de tendências e possibilidades concorrentes, de eficácia duvidosa e frequentemente de direção incerta, com pouca orientação sobre como conciliá-las. Podemos explicar cada fato de diversas formas e, como resultado, sobra pouca coisa em que se possa acreditar com firmeza e usar como base para a ação.22

Robert H. Bates, professor de administração pública em Harvard, concorda: “Na verdade, não há teoria de desenvolvimento que seja logicamente convincente e cuja validade possa ser demonstrada. Um bom indicador dessa deficiência é a própria abundância de teorias [...]. O campo do desenvolvimento responde menos à evidência que ao modelo político”.23

É por isso que pensamos que este livro pode desempenhar um papel único. Ele

combina análise econômica com ensinamentos bíblicos. Ao sermos capazes de colocar de lado pressupostos limitadores e olhar honestamente para os resultados (perguntando: “o que funcionou no passado?”), parece-nos que a análise econômica aponta claramente na direção que estamos sugerindo.

No aspecto bíblico, argumentamos neste livro que os ensinamentos morais e econômicos da Bíblia podem assegurar aos líderes das nações pobres que nossas soluções são apoiadas pelos mesmos ensinos que o próprio Deus concedeu à humanidade. Esse é um forte motivo para que líderes, especialmente líderes cristãos, sigam esses princípios em vez de outros que têm sido propostos.

H. Por que devemos ajudar os pobres?

De maneira mais específica para os propósitos deste livro, por que os cristãos devem ajudar os pobres? A Bíblia nos fornece dois tipos de razões.

Primeiro, há os mandamentos gerais das Escrituras. Jesus diz: “Amarás o teu próximo como a ti mesmo” (Mt 22.39). Se amarmos alguém que é pobre, desejaremos ajudá-lo.

Jesus disse também: “Assim resplandeça a vossa luz diante dos homens, para que vejam as vossas boas obras e glorifiquem vosso Pai, que está no céu” (Mt 5.16). Se quisermos que a “luz” de nossa conduta brilhe diante dos outros, certamente deveremos ajudar os necessitados. De fato, o apóstolo Paulo diz que Deus nos chamou para viver vidas caracterizadas por “boas obras”: “Pois fomos feitos por ele, criados em Cristo Jesus para as boas obras, previamente preparadas por Deus para que andássemos nelas” (Ef 2.10). Com certeza, uma das boas obras que Deus quer que façamos é ajudar os necessitados.

Em segundo lugar, devemos ajudar os pobres porque há muitos mandamentos específicos nas Escrituras que nos mandam fazer isso.24 Aqui temos alguns:

Quando algum de teus irmãos for pobre, em qualquer das cidades na terra que o Senhor, teu Deus, te dá, não endurecerás o coração, nem fecharás a mão para teu irmão pobre; pelo contrário, abrirás a mão para ele e certamente lhe emprestarás o que ele precisa, o suficiente para a sua necessidade (Dt 15.7,8).

Pois nunca deixará de haver pobres na terra. Por isso, te ordeno: Livremente abrirás a mão para o teu irmão, para o necessitado e para o pobre na tua terra (Dt 15.11).

Bem-aventurado é o que dá atenção ao pobre; o Senhor o livrará no dia da calamidade (Sl 41.1).

Quem oprime o pobre insulta seu Criador, mas dá-lhe honra quem se compadece do necessitado (Pv 14.31).

E nos recomendaram somente que nos lembrássemos dos pobres, o que também procurei fazer com cuidado (Gl 2.10).

Quem, pois, tiver bens do mundo e, vendo seu irmão em necessidade, fechar-lhe o coração, como o amor de Deus pode permanecer nele? (1Jo 3.17).

Considerando o foco deste livro, entendemos que leis governamentais e interesses especiais arraigados em uma nação podem constituir forças “estruturais” que impossibilitam que indivíduos saiam da pobreza. As leis e as poderosas elites de um país podem manter todo o poder e reter toda a riqueza para si. De alguma forma, esses grupos poderosos devem ser persuadidos a ceder parte de seu poder e privilégio, bem como o seu forte controle sobre a riqueza da nação.

Nesses casos, parece-nos que as palavras de Deus por meio de Isaías são apropriadas:

Por acaso não é este o jejum que escolhi? Que soltes as cordas da maldade, que desfaças as ataduras da opressão, ponhas em liberdade os oprimidos e despedaces todo jugo? (Is 58.6).

Nossa esperança é que este livro proporcione aos pobres de muitas nações um meio pelo qual as “cordas da maldade” e as “ataduras” da opressão possam ser rompidas e que, dessa forma, o próprio Senhor seja glorificado. Se a Bíblia nos ordena amar e cuidar das pessoas pobres que individualmente cruzam o nosso caminho, esse nosso amor pelo próximo não deveria nos levar a uma avidez ainda maior na busca por mudanças nas leis e políticas de um país inteiro, quando tivermos a oportunidade, ajudando, assim, milhares e até mesmo milhões de pessoas pobres ao mesmo tempo?

Em terceiro lugar, o amor aos pobres como seres humanos criados à imagem de Deus deveria brotar do nosso coração ao percebermos a trágica situação que muitos enfrentam na pobreza. Corbett e Fikkert salientam que os norte-americanos tendem a pensar na pobreza da perspectiva de “uma carestia de coisas materiais, como comida, dinheiro, água potável, remédios, moradia etc.”, mas não é assim que os pobres avaliam a própria situação:

Embora pessoas pobres mencionem a falta de coisas materiais, elas tendem a descrever sua condição em termos muito mais psicológicos e sociais que os nossos leitores norte-americanos. As pessoas pobres em geral falam de vergonha, inferioridade, impotência, humilhação, medo, desesperança, depressão, isolamento social e silêncio.25

Pessoas de baixa renda enfrentam diariamente uma luta para sobreviver que gera sentimentos de desamparo, ansiedade, sufocação e desespero que simplesmente não se comparam à vida do restante da humanidade.26

Ao compreendermos esses aspectos da pobreza, que incluem uma “falta de liberdade para conseguir fazer escolhas significativas, capazes de afetar a própria situação”,27 nosso coração deve ser genuinamente movido a tentar buscar uma solução para esses problemas.

I. A responsabilidade dos líderes

Os líderes das nações pobres têm uma responsabilidade especial e uma oportunidade especial nesse sentido. Às vezes, um líder corajoso, com a ajuda de Deus, pode mudar o rumo de toda uma nação.

Moisés conduziu a nação de Israel para longe da escravidão no Egito (Êx 12—15). A corajosa intervenção da rainha Ester diante do rei Assuero salvou o povo de Israel da destruição (Et 5—9). De modo semelhante, em pontos-chave da história dos Estados Unidos, líderes como George Washington e Abraham Lincoln preservaram a nação. Muitas outras nações têm memórias de heróis parecidos que são honrados por terem feito um grande bem aos seus países, com frequência à custa de um grande sacrifício pessoal.

Se você possui um papel de liderança em alguma nação da terra, a Bíblia é clara a respeito do propósito para o qual Deus o colocou nessa posição: é para fazer o bem à sua nação. Paulo diz, sobre qualquer pessoa servindo como autoridade governamental no governo romano: “Ela é serva de Deus para o teu bem” (Rm 13.4). Em outras palavras, mesmo um oficial de governo descrente e secular do Império Romano foi colocado no poder para fazer o “bem” ao povo da nação. A Bíblia o chama até mesmo de “servo de Deus” para esse propósito. É por isso que Deus colocou você em sua posição de responsabilidade. Não foi para que você fique rico. Não foi para que você se torne famoso. Não foi para que você ganhe privilégios adicionais para sua família e seus amigos. Foi para que você faça o “bem” ao povo de sua nação. Essa é a sua responsabilidade, conferida por Deus a você.

A Bíblia também diz que Deus está observando o que você faz e que você haverá de lhe prestar contas: “Os olhos do Senhor estão em todo lugar, vigiando os maus e os bons” (Pv 15.3).

Cuidar dos pobres é uma responsabilidade especial dos líderes no governo:

Se o rei julgar os pobres com equidade, seu trono será estabelecido para sempre (Pv 29.14).

Portanto, aceita o meu conselho, ó rei: Abandona teus pecados, praticando a justiça, e renuncia às tuas maldades, usando de misericórdia com os pobres, se quiseres prolongar a tua tranquilidade (Dn 4.27).

É indispensável que os líderes do governo tenham um entendimento verdadeiro e preciso das causas da pobreza e da prosperidade. Na economia, bem como em qualquer área do governo, “o governador que dá atenção às palavras mentirosas achará que todos os seus servos são ímpios” (Pv 29.12).

Se você tem responsabilidade de liderança em uma nação pobre (ou desenvolvida), tem também uma tremenda oportunidade. Você tem o potencial de fazer um grande bem à sua nação. Ao fazê-lo, é possível que venha a ser honrado na história como um dos heróis que serviram bem à sua nação e que mudaram sua história para melhor.28

Caso você não seja cristão, enfatizamos que fazer o bem à sua nação não lhe trará salvação eterna (que somente é concedida como um dom aos que confiam em Jesus Cristo para receber o perdão de seus pecados; veja Rm 3.23; 6.23; Jo 1.12; 3.16). Portanto, insistimos para que você deposite agora sua confiança em Cristo e também continue a fazer o bem.29

Se você é genuinamente um crente em Jesus Cristo e trabalha para resolver o problema da pobreza em seu país, mesmo que não receba imediatamente o reconhecimento de seu povo, irá receber a alegria muito maior de saber que tem feito “o que é agradável ao Senhor” (Ef 5.10). Ele haverá de recompensá-lo da forma que achar melhor, tanto nesta vida (até certo ponto) como na vida vindoura (com grande abundância). Você estará acumulando “tesouros no céu, onde nem traça nem ferrugem os consomem, e os ladrões não invadem nem roubam” (Mt 6.20). Você terá a alegria de experimentar o favor de Deus na sua vida por estar fazendo o que lhe agrada.

É esse o desafio que lhe apresentamos neste livro.

J. A prosperidade material é questão secundária

Finalmente, devemos logo de início esclarecer que escrevemos este livro como cristãos evangélicos compromissados e convictos de que um ponto de vista fundamentado na Bíblia afeta toda a nossa abordagem da questão da pobreza. A Bíblia adverte com frequência que a relação de uma pessoa com Deus é muito mais importante do que a prosperidade material e que a busca da riqueza material pode, na verdade, tornar-se muito facilmente a prioridade na vida de alguém, ocupando o lugar que cabe ao relacionamento com Deus.

Jesus foi bem direto: “Nenhum servo pode servir a dois senhores, pois odiará a um e amará o outro, ou se dedicará a um e desprezará o outro. Não podeis servir a Deus e às riquezas” (Lc 16.13). Ele disse também: “Que adianta ao homem ganhar o mundo inteiro e perder-se, ou prejudicar a si mesmo?” (Lc 9.25). E contou uma parábola sobre um homem rico que decidiu construir celeiros maiores para toda a sua riqueza, mas Deus lhe disse: “Insensato, esta noite te pedirão a tua vida; e o que tens preparado, para quem será?”. Então Jesus acrescentou: “Assim é aquele que ajunta tesouros para si, mas não é rico diante de Deus” (Lc 12.20,21). Ele também disse no mesmo contexto: “A vida do homem não consiste na grande quantidade de coisas que ele possui” (Lc 12.15).

Os autores cristãos Corbett e Fikkert sabiamente alertam contra a atitude incorreta quanto às posses materiais que pode facilmente afetar os cristãos no Ocidente e prejudicar os nossos esforços de auxílio aos pobres, caso não incluamos um componente espiritual no ministério que exercemos. Eles destacam que cristãos economicamente ricos do Ocidente frequentemente apresentam uma “pobreza do ser”, um “complexo de deus” e uma “definição” meramente “material da pobreza” que pode levá-los a causar mais mal que bem ao tentar ajudar os pobres.30

Corbett e Fikkert alertam também que, para podermos ajudar os pobres de forma mais efetiva, tanto nós como eles precisamos de uma cosmovisão adequada e de um relacionamento correto com Deus, com nós mesmos, com o próximo e com o restante da criação.31 Dizem eles: “Somos bastante propensos a colocar nossa confiança em nós mesmos e na tecnologia para melhorar a nossa vida, esquecendo-nos de Deus, que é o nosso Criador e Mantenedor, e das leis que fazem a tecnologia funcionar”.32

É por isso que a Bíblia admoesta os que possuem algum padrão de prosperidade financeira nesta vida a não colocarem seu coração e esperança nessa riqueza, mas em Deus:

Ordena aos ricos deste mundo que não sejam orgulhosos, nem ponham a esperança na incerteza das riquezas, mas em Deus, que nos concede amplamente todas as coisas para delas desfrutarmos; que pratiquem o bem e se enriqueçam com boas obras, sejam solidários e generosos. Com isso acumularão um bom tesouro para si mesmos, um bom fundamento para o futuro, para que possam alcançar a verdadeira vida (1Tm 6.17-19).

Ao introduzir este livro, é essa a nossa esperança para as nações do mundo. Esperamos que cada nação adote os princípios contidos neste livro e comece a experimentar considerável crescimento em prosperidade material. Entretanto, esperamos também que essa prosperidade material não seja obtida à custa da perda de relacionamentos interpessoais, da perda do amor pela família e de um distanciamento de Deus. Certamente não desejamos encorajar uma sociedade que adore e sirva ao dinheiro para depois ser destruída pela ganância e pela idolatria.33 Esperamos, ao contrário, que todas as nações do mundo, ao buscarem o crescimento e a prosperidade econômica, continuem a valorizar os relacionamentos familiares e de amizade muito mais do que valorizam a riqueza e que sejam nações que, em geral, verdadeiramente adorem e sirvam a Deus, e não ao dinheiro. “Não podeis servir a Deus e às riquezas” (Lc 16.13).

1 Food for the hungry, disponível em: http://fh.org/about/vision, acesso em: 4 set. 2012.

2 Veja o website do Plano P.E.A.C.E., disponível em: http://thepeaceplan.com.

3 Steve Corbett; Brian Fikkert, When helping hurts: how to alleviate poverty without hurting the poor and yourself (Chicago: Moody, 2009).

4 Darrow L. Miller, Discipling nations: the power of truth to transform cultures (Seattle: YWAM, 1998) [edição em português: Discipulando nações: o poder da verdade para transformar culturas (Curitiba: FatoÉ Publicações, 2003)]. Outro livro esclarecedor, baseado em vivências em diversos países pobres, de autoria de Udo Middelmann, é Christianity versus fatalistic religions in the war against poverty (Colorado Springs: Paternoster, 2007). Middelmann corretamente defende que toda solução de longo prazo para a pobreza deve envolver uma transformação cultural que conduza a elementos-chave de uma cosmovisão cristã, incluindo uma visão positiva do crescimento na produtividade econômica e uma perspectiva esperançosa acerca das possibilidades de mudança nas condições de vida. Após anos de experiência, ele escreve: “A maioria das propostas de auxílio mostra uma ignorância trágica a respeito de economia elementar envolvendo pobreza e riqueza, bem como uma ignorância em relação à influência de práticas religiosas e culturais anti-humanas. Aliás, esses últimos fatores são muitas vezes ignorados deliberadamente” (p. 194).

5 Corbett; Fikkert, When helping hurts, p. 115.

6 William Easterly, The white man’s burden: why the West’s efforts to aid the rest have done so much ill and so little good (New York: Penguin, 2006), p. 6.

7 Paul Collier, The bottom billion: why the poorest countries are failing and what can be done about it (Oxford: Oxford University Press, 2007), p. xi, grifo nosso.

8 Ibidem, p. 12.

9 Jay W. Richards, Money, greed, and God: why capitalism is the solution and not the problem (New York: HarperOne, 2009), p. 222-3. Richards usa essa observação para defender o plano de Deus na operação surpreendente do livre mercado, pois, segundo ele, não encontramos em nenhum lugar, na crescente escala de complexidade, "evidência de ordem emergindo do caos" (ibidem). O livro de Richards como um todo é um excelente resumo de uma compreensão bíblica de economia.

10 Corbett; Fikkert, When helping hurts, p. 126.

11 Veja Collier, The bottom billion, p. 17-75.

12 David S. Landes, The wealth and poverty of nations: why some are so rich and some so poor (New York: W. W. Norton, 1999) [edição em português: A riqueza e a pobreza das nações: por que algumas são tão ricas e outras são tão pobres (Rio de Janeiro: Campus, 1999)].

13 Ibidem, p. xi.

14 Citado em ibidem, p. i.

15 Hernando de Soto, The mystery of capital: why capitalism triumphs in the West and fails everywhere else (New York: Basic Books, 2000) [edição em português: O mistério do capital: por que o capitalismo dá certo nos países desenvolvidos e fracassa no resto do mundo (Rio de Janeiro: Record, 2001)]; William R. Easterly, The elusive quest for growth: economists' adventures and misadventures in the tropics (Cambridge: The MIT Press, 2001) [edição em português: O espetáculo do crescimento: as aventuras e desventuras dos economistas na incessante busca pela prosperidade nos trópicos (Rio de Janeiro: Ediouro, 2004)]; The white man's burden: why the West's efforts to aid the rest have done so much ill and so little good (New York: Penguin, 2006); Paul Collier, The bottom billion: why the poorest countries are failing and what can be done about it (Oxford: Oxford University Press, 2007); P. T. Bauer, Equality, the third world, and economic delusion (Cambridge: Harvard University Press, 1981); Lawrence Harrison, The central liberal truth (New York: Oxford University Press, 2006); Niall Ferguson, Civilization: the West and the rest (New York: Penguin, 2011) [edição em português: Civilização: Ocidente x Oriente (São Paulo: Planeta, 2012)]; Daron Acemoglu; James A. Robinson, Why nations fail: the origins of power, prosperity, and poverty (New York: Crown Publishers, 2012) [edição em português: Por que as nações fracassam: as origens do poder, da prosperidade e da pobreza (Rio de Janeiro: Campus, 2012)]; William Baumol; Robert Litan; Carl Schramm, Good capitalism, bad capitalism and the economics of growth and prosperity (New Haven: Yale University Press, 2007). Veja também Milton Friedman, Capitalism and freedom: a leading economist's view on the proper role of competitive capitalism (Chicago: University of Chicago Press, 1962) [edição em português: Capitalismo e liberdade (São Paulo: Nova Cultural, 1988)]; William J. Bernstein, The birth of plenty: how the prosperity of the modern world was created (New York: McGraw-Hill, 2004).

16 Jeffrey Sachs, The end of poverty (New York: Penguin, 2005) [edição em português: O fim da pobreza: como acabar com a miséria mundial nos próximos vinte anos (São Paulo: Companhia das Letras, 2005)].

17 Dambisa Moyo, Dead aid: why aid is not working and how there is a better way for Africa (New York: Farrar, Straus & Giroux, 2009).

18 Ibidem, p. 143.

19 Abhijit Vinayak Banerjee et al. Making aid work (Cambridge: The MIT Press, 2007). Acemoglu e Robinson também tentam demonstrar que fatores culturais têm pouco valor ao explicar diferenças econômicas entre as nações; discutimos o ponto de vista deles nas p. 329-36.

20 Jared Diamond, Guns, germs, and steel: the fates of human societies (New York: W. W. Norton, 1999) [edição em português: Armas, germes e aço: os destinos das sociedades humanas (Rio de Janeiro: Record, 2007)].

21 Veja Easterly, The white man's burden, esp. p. 3-33 ("Planners versus searchers") e p. 37-162 ("Part I: Why planners cannot bring prosperity").

22 Banerjee, in: Making aid work, p. 136-7.

23 Robert H. Bates, in: Ibidem, p. 68.

24 Uma discussão muito útil dos ensinos bíblicos sobre a necessidade de cuidar dos pobres pode ser encontrada em Corbett; Fikkert, When helping hurts, p. 31-49. Veja também Craig Blomberg, Neither poverty nor riches (Grand Rapids: Eerdmans, 1999).

25 Corbett; Fikkert, When helping hurts, p. 52-3.

26 Ibidem, p. 70.

27 Ibidem, p. 71, citando o economista Amartya Sen.

28 Collier, em The bottom billion, avalia de forma sóbria, mas realista, os desafios enfrentados por bons líderes que desejam transformar nações pobres onde impera a corrupção; veja especialmente os capítulos 5, 6, 8 e 11.

29 Para uma explicação mais detalhada apresentada por um dos autores sobre o que significa confiar em Cristo, veja o vídeo de Wayne Grudem: O que é salvação?, disponível em: http://scottsdalebible.com/sermons/the-turning-point.

30 Corbett; Fikkert, When helping hurts, p. 65-7.

31 Ibidem, p. 84-9, que discute esses relacionamentos em detalhe.

32 Ibidem, p. 95.

33 Paul Mills prioriza enfaticamente a influência da política econômica sobre os relacionamentos: “O objetivo fundamental da política econômica deve ser enriquecer a qualidade dos relacionamentos em uma sociedade” (Michael Schluter; John Ashcroft, orgs., Jubilee manifesto [Leicester: Inter-Varsity, 2005], p. 217).

1

O ALVO

Produzir bens e serviços em maior quantidade

Para solucionar o problema da pobreza em uma nação pobre, é importante ter em mente o alvo correto. Para descobrir esse alvo, precisamos primeiro entender dois conceitos econômicos que determinam se um país é rico ou pobre: renda per capita e produto interno bruto.1 Uma vez compreendidos esses dois conceitos, torna-se evidente que, se quisermos solucionar o problema da pobreza em uma nação, o alvo correto é fazer com que ela produza continuamente uma quantidade maior de bens e serviços por pessoa a cada ano.

A. O que faz um país ser rico ou pobre?

1. A medida padrão de riqueza e pobreza: renda per capita

A medida padrão que avalia se um país é rico ou pobre (em termos econômicos) é chamada de “renda per capita” (“per capita” quer dizer “por pessoa”). A renda per capita é calculada dividindo-se o valor total de mercado de tudo o que foi produzido em uma nação durante o ano pelo número de habitantes da nação.

Se listarmos os países por renda per capita, teremos uma ideia das diferenças nas condições econômicas dos países ricos e pobres.

Por exemplo, na lista das nações de “renda baixa” de 2012 estavam a República Democrática do Congo (400 dólares de renda per capita, cerca de 1 dólar por dia por pessoa), a Somália (600 dólares), a Etiópia (1.200 dólares), o Haiti (1.300 dólares), Uganda (1.400 dólares), a Nigéria (2.700 dólares) e o Paquistão (2.900 dólares).2 Essas quantias representam o valor médio da renda, cujo cálculo inclui um pequeno número de pessoas de renda alta em cada país (que puxam a “média” para cima). Isso significa que mais da metade da população desses países encontra-se abaixo desses níveis médios de renda.

O grupo das nações de “renda média-baixa” incluía Gana (3.300 dólares), Índia (3.900 dólares), Honduras (4.600 dólares), Guatemala (5.200 dólares), Ucrânia (7.600 dólares) e El Salvador (7.700 dólares). O grupo seguinte, das nações de “renda média-alta”, incluía Albânia (8.000 dólares), China (9.100 dólares), Jamaica (9.100 dólares), Peru (10.700 dólares), Colômbia (10.700 dólares), Brasil (12.000 dólares), México (15.300 dólares), Chile (18.400 dólares) e Hungria (19.800 dólares).

Finalmente, na categoria “renda alta” estavam nações como Polônia (21.000 dólares), Israel (32.200 dólares), Coreia do Sul (32.400 dólares), Japão (36.200

dólares), Grã-Bretanha (36.700 dólares), Alemanha (39.100 dólares), Canadá (41.500 dólares), Suécia (41.700 dólares), Suíça (45.300 dólares), Estados Unidos (49.800 dólares) e Noruega (55.300 dólares). (O mapa-múndi na capa deste livro usa um código de cores para indicar a renda per capita de cada país.)

A renda per capita não traduz tudo que precisamos saber sobre uma nação. Por exemplo, ela não mede coisas importantes que não são vendidas no mercado, como o tempo de lazer, a fé religiosa ou a estabilidade familiar. Porém, a renda per capita é a melhor grandeza numérica para averiguar se um país é rico ou pobre no sentido econômico.

A renda per capita também não nos traz muita informação a respeito da distribuição de renda — se um grande número de pessoas tem acesso à riqueza da nação ou se ela está concentrada nas mãos de uma minoria rica. Aumentar a renda per capita não é uma solução adequada se apenas um pequeno grupo de pessoas é beneficiado. Portanto, no material a seguir, discutiremos vários passos que os países devem dar para evitar que uma pequena elite abastada controle toda a riqueza e o poder em uma nação, como acontece atualmente com muita frequência nos países pobres. Recomendamos muitas políticas e valores que possibilitam o funcionamento de um mercado genuinamente livre e, desse modo, criam constantemente oportunidades para que qualquer pessoa pobre possa sair da pobreza e atingir uma renda adequada ou até mesmo a prosperidade (veja capítulo 4, seção D; capítulo 5, seções B, F e G; capítulo 6, seções B e C; capítulos 7 e 8; e capítulo 9, valores 4, 5, 8, 9, 14, 15, 18, 21 a 24 e 29).

Entretanto, é muito importante aumentar a renda per capita, pois, enquanto ela permanecer baixa, o país continuará pobre. Além disso, o aumento da renda per capita está fortemente correlacionado a alguns fatores de importância inegável, como maior expectativa de vida, menor incidência de enfermidades, maior alfabetização e um ambiente mais saudável (por exemplo, ar puro, água potável e saneamento básico eficiente).3

O que um país precisa fazer se deseja subir do nível de “renda baixa” para “renda média” ou “renda alta”? Ele precisa aumentar a quantidade total de bens e serviços que produz, o que significa que haverá mais desses bens e serviços em circulação. Lembre-se de que a renda per capita é calculada dividindo-se o valor total de mercado de tudo o que uma nação produziu durante o ano pelo número de habitantes da nação.

Para entender melhor o que é preciso fazer, é necessário compreender o conceito de produto interno bruto (PIB).

2. A medida padrão do que um país produz: produto interno bruto (PIB)

A medida econômica padrão do que a economia de uma nação produz é chamada de produto interno bruto (PIB). Trata-se do “valor de mercado de todos os bens e serviços finais produzidos em um país em um dado período de tempo”.4 O período de tempo usado normalmente é de um ano.

Essa definição inclui “bens e serviços”. “Bens” abrangem todos os sapatos, roupas, legumes, bicicletas, livros, jornais, carros e qualquer outra coisa material produzidos e vendidos no mercado. “Serviços” incluem coisas como as aulas dadas pelos professores, as consultas feitas pelos médicos ou o trabalho doméstico dos que são pagos para limpar a casa.

“Valor de mercado” significa que os bens e serviços contabilizados no PIB são vendidos legalmente nos mercados. Um pão assado e consumido dentro de casa não é incluído no PIB porque não é vendido no mercado. No entanto, os pães assados na casa de alguém e vendidos em público são contabilizados, pois foram vendidos em um mercado e é possível atribuir um valor monetário a eles.

O tamanho do PIB de uma nação é o principal fator que determina sua riqueza ou pobreza. A razão disso é que a renda per capita é obtida dividindo-se o PIB pela população total. Se a população não muda muito de um ano para o outro, mas o PIB cresce, então a renda per capita aumenta também.5

Por exemplo, em 2011 Honduras teve um PIB de 36.100.000.000 de dólares (cerca de 36 bilhões de dólares)6 com uma população pouco maior que 8 milhões de pessoas. Ao dividirmos 36 bilhões de dólares por 8 milhões, temos uma renda per capita (arredondada) de cerca de 4.500 dólares.

Se Honduras pudesse, de alguma forma, dobrar o seu PIB, passando de 36 bilhões de dólares para 72 bilhões de dólares, e mantivesse uma população de 8 milhões, sua renda per capita dobraria para cerca de 9.000 dólares por pessoa (72 bilhões divididos por 8 milhões). O cidadão hondurenho seria, em média, duas vezes mais rico que antes. Aumentar o PIB de uma nação é o que a faz avançar no caminho que leva da pobreza para uma prosperidade maior.

3. O que aumenta o PIB de um país?

A pergunta mais importante, então, é esta: O que aumenta o PIB de um país?

A resposta é complexa e envolve pelo menos 78 fatores que tanto podem contribuir para o crescimento do PIB quanto prejudicá-lo. Responder detalhadamente a essa pergunta é o que o restante deste livro se propõe a fazer.

Porém, em poucas palavras podemos dizer aqui que o PIB cresce quando uma nação aumenta continuamente a quantidade de bens e serviços que têm valor suficiente para serem vendidos no mercado. Dessa forma, o foco dos esforços para superar a pobreza deve estar no aumento da produção de bens e serviços.

O alvo correto para uma nação pobre, portanto, deve ser tornar-se uma nação que produza continuamente uma quantidade maior de bens e serviços a cada ano. Para que uma nação seja bem-sucedida na superação da pobreza, ela deve estar disposta a examinar suas políticas oficiais, leis, estruturas econômicas, valores culturais e tradições para avaliar se promovem ou restringem o aumento do volume de bens e serviços que ela produz.

B. Outros alvos que foram sugeridos

Falamos para diversos públicos a respeito da solução para a pobreza e ouvimos muitas pessoas proporem outros alvos a serem alcançados para eliminar a pobreza. Cada um deles será discutido em maior profundidade em um capítulo adiante, mas podemos mencioná-los brevemente aqui:

(1) Mais ajuda externa. Algumas pessoas alegam que os países ricos precisam doar grandes quantias adicionais de ajuda monetária para estimular as economias das nações pobres. Infelizmente, essa ajuda não tem se mostrado útil para aumentar o PIB no longo prazo (veja a discussão sobre ajuda no próximo capítulo). Ter o foco na ajuda como solução é focar o objetivo errado. O objetivo deve ser aumentar o PIB de uma nação.

(2) Distribuição de renda mais equitativa. Outras pessoas dizem que a solução para a pobreza consiste no uso do poder governamental para redistribuir a renda dos ricos para os pobres. Elas alegam que maior igualdade econômica é uma questão de justiça básica que os governos devem impor. Certamente, concordamos com o objetivo de ajudar os pobres a desfrutarem de uma fatia maior da riqueza de uma nação, e em várias partes dos próximos capítulos discutimos formas de fazer isso acontecer com soluções justas, claras e baseadas no mercado.7 O objetivo deste livro inteiro é encontrar formas verdadeiramente eficazes e sustentáveis de superar a pobreza. Contudo, algumas nações tentaram promover uma maior igualdade econômica com métodos economicamente deletérios, usando a força bruta do poder governamental, em vez de promover o livre mercado. O governo que faz da igualdade um objetivo mais importante do que o crescimento econômico geral comete um equívoco, pois a mera distribuição do mesmo montante de riqueza de maneiras diferentes não altera o total de riqueza que uma nação produz a cada ano, que foi o único modo pelo qual qualquer nação até hoje conseguiu sair da pobreza para a prosperidade.

A liberdade econômica e a igualdade econômica forçada pelo governo são objetivos opostos e, quando o governo força a igualdade econômica (por exemplo, por meio de impostos pesados sobre os ricos), ele pode até mesmo diminuir os incentivos econômicos e prejudicar o PIB. Isso pode ser visto na história de toda nação regida pelo comunismo, como a antiga URSS, Cuba, Coreia do Norte ou a China antes de ter implementado muitas reformas de livre mercado. Milton Friedman disse corretamente: “A sociedade que coloca a igualdade à frente da liberdade terminará sem as duas. A sociedade que coloca a liberdade à frente da igualdade terá uma grande medida das duas”.8 Uma nação deve produzir riqueza antes de poder distribuí-la ou desfrutar dela. O alvo tem que ser aumentar o PIB de uma nação.

(3) Recursos naturais. Alguns acreditam que as nações pobres precisam descobrir novos recursos naturais, talvez petróleo, metais preciosos ou minerais raros. Essa solução tem algum mérito, pois, quando minerais são “produzidos” a partir do solo, o seu valor aumenta diretamente o PIB. Porém, esse é um foco muito estreito, considerando-se que algumas nações têm poucos recursos (e, portanto, essa solução não serve para elas) e nações com praticamente nenhum recurso natural (Japão, Cingapura) se tornaram riquíssimas. Além do mais, não é possível preservar a prosperidade de uma nação em longo prazo contando somente com a riqueza de recursos naturais. Conforme veremos adiante, muitos economistas consideram os recursos naturais uma maldição disfarçada, criando renda imediata, mas prejudicando as condições de formação de instituições que produzem crescimento no longo prazo. O objetivo deve ser aumentar o PIB de uma nação.

(4) Perdão da dívida. Outros dizem que as nações ricas precisam perdoar a dívida impagável que tem sido acumulada pelas nações pobres, uma vez que os custos da amortização desses empréstimos constituem um peso impeditivo. Infelizmente, essa sugestão se parece com a proposta de dar mais ajuda aos países pobres, pois ela simplesmente transforma um empréstimo em uma doação, o que é mais ajuda externa. O perdão da dívida externa é, na melhor das hipóteses, um meio de se atingir um fim, e não o fim em si. Ele ajuda somente se

uma nação produzir mais bens e serviços no longo prazo. O objetivo deve ser aumentar o PIB de uma nação.

(5) Acordos comerciais mais favoráveis. Outros ainda defendem a negociação de preços mais favoráveis para o comércio internacional entre nações ricas e pobres. Isso aumentaria o valor das exportações de um país (o total das exportações é parte do PIB, visto que um país produziu os bens exportados) e diminuiria o custo das importações (as importações são subtraídas do PIB, já que a nação não produziu essas coisas, mas comprou-as de fora). Portanto, se alguns vendedores ou compradores em uma nação puderem negociar termos mais favoráveis ao assinarem acordos comerciais com milhares de compradores e vendedores no mercado mundial, concordamos que isso traria algum benefício.9

Contudo, nenhuma nação pobre sequer tem chance, sozinha, de exercer alguma influência sobre os preços mundiais de seus bens (como explicamos adiante, p. 96-103).10 Concentrar a esperança e o esforço em algo que provavelmente não pode ser mudado não é uma estratégia sábia. O objetivo deve ser focar em algo que uma nação certamente possa alterar: produzir maior quantidade de bens e serviços, aumentando assim o seu PIB.

(6) Restringir as empresas multinacionais. Outros creem que a solução seja eliminar ou de alguma forma restringir o poder de empresas multinacionais que estão injustamente tirando vantagem de nações pobres. Porém, quem enfatiza as empresas multinacionais tende a não avaliar a abrangência de seu impacto efetivo na produção de bens e serviços de uma nação (veja o próximo capítulo, p. 103-11). O objetivo não deveria ser o de prejudicar firmas produtivas ou torná-las menos poderosas. O objetivo deve ser aumentar a produtividade de cada pessoa e cada empresa dentro da nação e, com isso, aumentar o PIB do país.

(7) Comércio justo do café. Outros acham que a solução está em persuadir os consumidores da cadeia de cafeterias Starbucks a comprar café oriundo do fair

trade [comércio justo] e então expandir os acordos de comércio justo para outros produtos e outras empresas. Essa é uma manifestação da abordagem dos "acordos comerciais mais favoráveis", e nós a analisaremos adiante, mas podemos dizer aqui que a maior parte dos economistas acredita que o movimento fair trade beneficia principalmente um pequeno número de produtores ao mesmo tempo em que prejudica outros (veja a seguir, p. 92-100), e muito pouco do preço de venda mais alto chega de fato aos agricultores. Em todo caso, duvidamos que esse movimento consiga persuadir mais que uma pequena parcela do mercado global a pagar mais que o preço mundial de uma mercadoria, que é determinado pela interação contínua entre oferta e procura. O efeito é limitado em seu alcance e, portanto, essa prática não tem um impacto realmente significativo na produção geral de bens e serviços de uma nação.

Conforme explicaremos adiante, algumas dessas propostas ajudam um pouco, enquanto outras prejudicam. Entretanto, nenhuma delas provê uma solução abrangente e sustentável para a pobreza. Isso só acontece com o aumento do PIB de uma nação.

C. O brilhante processo de criar valor que não existia antes

Quando falamos de maior produção de bens e serviços, estamos nos referindo ao maravilhoso processo pelo qual os seres humanos são capazes de melhorar sua própria situação econômica com a criação de coisas valiosas que não existiam antes. Ao fazê-lo, eles aumentam não somente a sua própria riqueza, mas também a riqueza de sua nação. Eles não fazem isso tomando algo de valor de outra pessoa (o que não aumentaria o PIB total), mas criando novos produtos ou serviços dos quais ninguém dispunha antes, porque eles ainda não existiam.

1. Exemplos de criação de produtos de valor

Para usar um simples exemplo, imagine uma mulher em um país pobre que possui um corte de tecido de algodão que lhe custou 3 dólares. Se ela o costurar e transformar em uma camisa vendida por ela por 13 dólares, terá criado um novo produto de valor. Ela fez uma camisa que não existia no mundo antes de ela a costurar. Ela fez o corte de algodão ser 10 dólares mais valioso do que era quando o comprou.

Ela também contribuiu um pouco para o valor total de tudo que sua nação produzirá naquele ano (o PIB). Se o valor total de tudo o que foi produzido em sua nação naquele ano era 2.000.000.000 de dólares antes de ela ter feito a camisa, então, depois de ter feito a camisa, o valor total de tudo que foi produzido passou a ser 2.000.000.010 de dólares.11 Ela fez sua nação avançar 10 dólares no caminho para a prosperidade.

Esse incrível processo de aumento do PIB com a criação de produtos de valor é o meio essencial pelo qual uma nação pode avançar da pobreza para uma crescente prosperidade. Se esse processo criativo puder ser expandido a milhares de pessoas fazendo milhares de tipos de produtos, então o valor total de tudo que a nação produzir aumentará dia após dia. Se uma nação puder aumentar o valor do que ela produz a cada ano, o PIB crescerá e a nação se tornará mais próspera a cada ano. Esse é o processo que leva as nações da pobreza à prosperidade.

Podemos também notar a essa altura que o lucro de 10 dólares obtido por essa mulher ao vender a camisa é uma medida do valor que ela acrescentou à economia. O comprador da roupa voluntariamente decidiu que a camisa vale 13 dólares para ele. Portanto (em termos econômicos), ela vale 13 dólares. Porém, o tecido custou à mulher somente 3 dólares. Os seus 10 dólares de lucro são importantes porque mostram que foi criado um novo valor. Discutiremos a

questão dos lucros de forma mais detalhada adiante (veja p. 190-1), mas vale notar aqui que o seu lucro não é imoral, e sim uma medida de valor moralmente positivo que foi acrescentado à nação.

Quando um padeiro usa uma porção de farinha e outros ingredientes no valor equivalente a 3 dólares para fazer um filão de pão que vende por 4 dólares, ele subitamente acrescentou 1 dólar ao PIB. Quando um sapateiro usa pedaços de couro que lhe custaram 5 dólares para fabricar um par de sapatos que vende por 30 dólares, ele acrescentou 25 dólares ao PIB.

Um outro exemplo é o de um agricultor que cultiva uma plantação de feijão que vale 400 dólares. Quando a terra não produzia, ela não gerava nada de valor. Ao cultivar a terra, o agricultor "cria" (com a ajuda de Deus, que rege o clima) 400 dólares de feijões que não existiam no mundo antes de ele cultivá-los e colhê-los. Ele aumenta a prosperidade da nação em 400 dólares (subtraindo o custo da semente). E se, usando sementes melhores, fertilizante e irrigação, ele colher feijões no valor de 800 dólares no próximo ano, então terá dobrado a sua contribuição ao PIB nacional.

Processos mais complexos podem transformar materiais simples em artigos caros. Pense, por exemplo, nos óculos. O valor original do plástico bruto das lentes deve ser de cerca de 3 centavos de dólar e o valor original do metal da armação deve estar em torno de 5 centavos. No entanto, um par de óculos nos Estados Unidos hoje pode custar 200 dólares ou mais. Como é possível 8 centavos de valor em matéria-prima alcançarem o valor final de 200 dólares? É que pessoas habilidosas criam um produto de valor a partir dos recursos da terra e, dessa forma, o PIB cresce.

É essencial ter em mente esse processo criativo ao tentar resolver o problema da pobreza em nações pobres. Uma nação não expande o seu PIB ao tomar produtos de outras nações, e sim ao criar mais bens e serviços dentro da própria nação. Essa é a única solução permanente para a pobreza em nações pobres.

2. Transferir bens de uma pessoa para outra não aumenta o PIB

Quando alguém que tem duas camisas doa uma que custa 13 dólares a alguém que não tem nenhuma, faz uma boa ação que realmente ajuda a pessoa pobre (veja Lc 3.11). Contudo, isso não aumenta o PIB. Nenhum produto novo foi criado e, sendo assim, não houve um novo acréscimo de 13 dólares para o PIB nacional. A camisa apenas mudou de dono.

3. Imprimir moeda não aumenta o PIB

Aumentar a produção de bens e serviços em uma nação também não é o mesmo que simplesmente imprimir dinheiro, pois a moeda em si não é um “produto de valor”. Ninguém pode comer, vestir, dirigir ou plantar dinheiro. Ninguém pode colocar dinheiro sobre a cabeça para se proteger do sol ou da chuva. É claro que o dinheiro pode ser usado para comprar outras coisas pelo fato de a moeda ser um meio de troca. Mas ele não é um produto que tem valor em si.12

Para entender essa diferença entre imprimir dinheiro e criar bens e serviços, pense novamente no nosso exemplo da mulher que costurou um corte de tecido de algodão de 3 dólares produzindo uma camisa que vale 13 dólares. Ela aumentou o PIB nacional em 10 dólares, de 2.000.000.000 de dólares para 2.000.000.010 de dólares.

Imagine agora que o governo desse país pobre de repente imprima 3.000.000.000 de dólares de papel-moeda (na moeda do país). Qual será então o valor total de todos os produtos e serviços daquele país? Continuará sendo somente 2.000.000.010 de dólares. Há uma quantidade maior de papel-moeda no país, mas não há mais camisas, sapatos, feijão ou casas. Não há mais produtos de valor que as pessoas possam vender ou comprar e usar. Imprimir moeda não aumenta o PIB nem melhora a riqueza de uma nação. Isso deve ser feito com maior produção de bens e serviços.

Aqui temos outro exemplo. Imagine que duzentas pessoas sobreviventes de um naufrágio tenham ido parar na praia de uma ilha fértil, mas deserta, e agora precisam sobreviver. Elas se organizam e, depois de alguns dias, algumas constroem casas, outras pescam, outras plantam legumes, outras colhem algodão para transformar em tecido para fazer roupas, e assim por diante. Elas estão todas produzindo bens e serviços úteis e, com isso, aumentando o “PIB” da ilha,

mas ainda estão isoladas do resto do mundo.

Agora imagine que alguém recupere uma copiadora e um gerador da carcaça do navio e imprima 100 mil “Dólares da Ilha Perdida”, entregando 500 deles para cada pessoa, para que elas possam comprar e vender seus bens e serviços com mais facilidade. Será que a impressão desse dinheiro faz as pessoas da ilha serem mais prósperas? Não. Isso não traz mais comida, roupa ou abrigo. Não produz qualquer bem ou serviço. Não aumenta o PIB da ilha.

É claro que o dinheiro facilita o comércio, comparando com o escambo, e isso acrescenta valor à sociedade porque economiza o tempo das pessoas, permitindo que elas se tornem mais produtivas, mas a mera impressão de moeda não torna a ilha mais próspera do ponto de vista dos bens e serviços disponíveis às pessoas. O dinheiro é um meio de troca e uma medida de valor, porém (neste exemplo ultrassimplificado), imprimir dinheiro não aumenta o valor das coisas na ilha.

4. Como pode uma nação criar mais bens e serviços?

Se mantivermos nosso foco no objetivo de produzir continuamente mais bens e serviços, então a pergunta passa a ser: como pode uma nação aumentar o valor total dos produtos e serviços que ela produz? Por exemplo, como a mulher poderia produzir mais camisas por semana? E como ela poderia produzir camisas de melhor qualidade, que as pessoas valorizam mais e pelas quais pagam um preço melhor na compra? Muitos fatores contribuem para esse aumento (como ter uma máquina de costura, ter acesso fácil aos mercados, ter treinamento especializado, ter um microcrédito para comprar mais materiais e melhores equipamentos, ter a segurança de que poderá reter e usar o lucro obtido, e assim por diante). Discutiremos esses fatores em detalhe nos próximos capítulos. Por ora, o importante é manter nosso foco neste único objetivo: as nações podem sair da pobreza e chegar à prosperidade somente criando continuamente mais bens e serviços.

D. Exemplos de nações que se tornaram prósperas ao produzir mais bens e serviços

Ao longo da história, países que saíram da pobreza e chegaram à prosperidade aprenderam a produzir uma quantidade cada vez maior de bens e serviços. Em pouco tempo, eles descobriram que não estavam mais produzindo bens e serviços somente para a sua nação, mas produtos e serviços valiosos que podiam ser exportados e vendidos a pessoas de outros países.

A história mostra que cada nação que é próspera hoje chegou a dobrar e redobrar o seu PIB muitas vezes no passado. Embora cada nação tenha escolhido um caminho diferenciado, todas elas aumentaram o seu PIB por meio do aumento da sua produtividade.

1. Grã-Bretanha: fabricação de algodão e a Revolução Industrial

O exemplo primordial de criação de mais bens por pessoa é a Grã-Bretanha, o berço da Revolução Industrial (cerca de 1770 a 1870). Os inventores britânicos gradualmente descobriram como fabricar máquinas para fiar o algodão bruto para fazer linha e outras máquinas para tecer as linhas de algodão, produzindo o tecido de algodão de forma muito mais rápida e barata do que poderia ser feito à mão por trabalhadores, seja na Grã-Bretanha, seja na Índia.13

Os britânicos viram no algodão um produto praticamente sem limites de demanda ao redor do mundo. Antes da disponibilidade fácil do tecido de algodão, as pessoas vestiam roupas de baixo feitas de lã, difíceis de lavar e não muito confortáveis, ou de linho, que eram muito caras, ou nenhuma roupa de baixo, o que era anti-higiênico. A roupa de algodão de todos os tipos era mais fresca para se vestir em climas quentes, mas mesmo em climas temperados as pessoas desejavam roupas de baixo feitas de algodão, tão logo elas se tornaram acessíveis.

O historiador econômico David S. Landes diz:

O principal produto da nova tecnologia que ficou conhecida como Revolução Industrial era o algodão barato, lavável e, juntamente com ele, o sabão produzido em larga escala, feito com óleos vegetais. Pela primeira vez, o homem comum tinha condições de comprar roupas de baixo, conhecidas anteriormente como “linho corporal” porque era esse o material lavável que os mais abastados vestiam por baixo [...]. A higiene pessoal mudou drasticamente, de forma que os plebeus do final do século 19 e começo do século 20 eram mais asseados que os reis e rainhas do século anterior.14

Ao produzir imensas quantidades de algodão e, mais tarde, outros produtos desejáveis (como, por exemplo, aço e maquinaria de alta qualidade), a Inglaterra se tornou a nação mais rica do mundo. A renda per capita na Inglaterra duplicou entre 1780 e 1860 e depois, entre 1860 e 1990, ela se multiplicou outras seis vezes!15

2. Nações que se tornaram mais prósperas nos tempos recentes

A maioria das nações ricas de hoje também se tornou mais próspera ao descobrir como criar continuamente uma quantidade maior de bens e serviços (e esse é o principal objetivo que recomendamos neste capítulo). Por exemplo, o Japão, que não conta com recursos naturais importantes (exceto peixes), melhorou sua economia agrícola, relativamente fraca no começo do século 19, e foi a segunda maior economia do mundo (considerando o PIB total) por diversas décadas do final do século 20 (hoje é a terceira, depois dos Estados Unidos e da China). O Japão enriqueceu por ter criado muitos produtos que foram exportados para o resto do mundo: carros (de melhor qualidade que os fabricados nos Estados Unidos), computadores, outros equipamentos eletrônicos, como televisores, equipamento de som, ferramentas elétricas, aço, navios, produtos químicos e outros produtos.

A China se transformou, deixando de ser uma nação muito pobre, ainda no final da década de 1970, para se tornar a segunda maior economia do mundo. Ela o fez mantendo o foco no alvo que defendemos neste capítulo: a criação constante de uma quantidade maior de bens e serviços. A China se tornou o centro mundial de produção de milhões de tipos de pequenos produtos de consumo manufaturados. É importante notar que esse crescimento somente aconteceu depois que o país introduziu alguns componentes importantes de uma reforma de livre mercado em uma economia que havia sido inteiramente comunista, não permitindo, portanto, nenhum tipo de propriedade privada.16

Algumas regiões da Índia aumentaram sua prosperidade oferecendo um serviço de grande procura em todo o mundo — o auxílio por telefone aos usuários de computador e de outros aparelhos eletrônicos. O pequeno país de Taiwan (menor que o estado do Rio de Janeiro) conta com poucos recursos naturais, mas produz continuamente bens de valor como eletrônicos, produtos químicos, máquinas e têxteis. A Coreia do Sul, que estava entre os países mais pobres do mundo na

década de 1950, hoje exporta grandes quantidades de semicondutores, telefones sem fio, automóveis, computadores, aço, navios e petroquímicos, e é atualmente o 12.o país do mundo em renda per capita.17

A Malásia deu passos importantes para sair da pobreza e chegar à prosperidade privatizando algumas de suas empresas do setor bancário, dos meios de comunicação e da indústria automobilística, além de aumentar o volume das exportações de produtos eletrônicos e de informática, bem como de mercadorias agrícolas. Embora 40% da população tailandesa se ocupe da atividade agrícola, o país desenvolveu um setor industrial em crescimento, gerando produtos de alta tecnologia, como, por exemplo, circuitos integrados. O Chile se transformou no país mais rico da América Latina ao privatizar as suas empresas para criar incentivos, além de extrair o cobre e produzir uma ampla gama de produtos agrícolas como uvas, maçãs, peras, cebolas, trigo, milho, aveia, pêssegos, alho, aspargos e feijão, grande parte dos quais exporta para os Estados Unidos, China e Japão.

Hong Kong é um outro exemplo notável. O economista Milton Friedman escreveu:

[E]m 1960, a primeira data a partir da qual pude obter [dados], a renda per capita média em Hong Kong era 28% da renda na Grã-Bretanha; em 1996, ela havia subido para 137% em relação à da Grã-Bretanha. Ou seja, de 1960 a 1996, a renda per capita de Hong Kong subiu de um quarto da renda da Grã-Bretanha para mais de um terço acima da renda per capita da Grã-Bretanha. É fácil mencionar essas estatísticas. O difícil é perceber o que elas significam. Compare a Grã-Bretanha — o berço da Revolução Industrial, a superpotência econômica do século 19, o império sobre o qual o sol nunca se punha — com Hong Kong, uma pequena península, superpovoada, sem qualquer recurso, exceto pela grande baía. No entanto, no período de quatro décadas, os habitantes dessa península minúscula e apinhada alcançaram um nível de renda 1/3 maior que a dos habitantes da sua antiga metrópole.18

Todas essas nações saíram da pobreza e chegaram a uma maior prosperidade por meio do mesmo processo: criando continuamente uma quantidade maior de bens e serviços. Esses bens e serviços incluem tanto os produtos fabricados para o consumo interno (os alimentos e produtos agrícolas, bem como os serviços em geral, são consumidos principalmente no próprio país) e produtos fabricados para exportação (como muitos bens manufaturados e alguns produtos agrícolas).

E. Base bíblica para a criação de mais bens e serviços

Neste ponto, passamos dos fundamentos econômicos aos ensinamentos básicos da Bíblia. Faremos isso em vários pontos ao longo deste livro. A Bíblia contém ensinamentos importantes que encorajam a criação de bens e serviços.

Um exemplo é a descrição de uma "mulher virtuosa" em Provérbios 31.10-31: ela "faz vestidos de linho e os vende, fornece cintas aos comerciantes" (v. 24). Ela faz produtos valiosos e aumenta o PIB de Israel. Essa mulher é produtiva, pois "busca lã e linho; de boa vontade, trabalha com as mãos" (v. 13). Produz da terra produtos agrícolas, pois "planta uma vinha com a renda de seu trabalho" (v. 16). Ela vende produtos no mercado, pois "percebe que seu ganho é bom" (v. 18). (A Holman Christian Standard Bible [Versão Holman da Bíblia Cristã] traduz assim essa passagem: "Ela vê que seus lucros são bons"; essa também é uma tradução legítima, porque o termo hebraico sakar pode se referir a lucro ou ganho sobre uma mercadoria.)

A ideia de criar produtos lucrativos e úteis a partir da terra começou com a ordem que Deus deu a Adão e Eva: "Frutificai e multiplicai-vos; enchei a terra e sujeitai-a; dominai sobre os peixes do mar, sobre as aves do céu e sobre todos os animais que rastejam sobre a terra" (Gn 1.28). A palavra hebraica traduzida por "sujeitai" é kabash e implica que Adão e Eva deveriam fazer com que os recursos da terra fossem úteis para seu próprio benefício e usufruto.

Isso significa que Deus quis que Adão e Eva explorassem a terra e aprendessem a criar produtos a partir da abundância de recursos que ele havia colocado nela. Era propósito de Deus para Adão e Eva que eles, ao obedecerem a esse mandamento, descobrissem e desenvolvessem produtos agrícolas e animais domesticados, mais tarde, moradia e obras de beleza e habilidade, e, no futuro,

prédios, meios de transporte e invenções de diversos tipos.19

Esse é o processo que por fim resultou na criação de computadores e telefones celulares, casas modernas e prédios de escritório, automóveis e aviões. Tudo isso é o que Deus queria que Adão e Eva e sua descendência produzissem quando lhes ordenou que “subjugassem” a terra.

A noção de que Adão e Eva fariam produtos úteis a partir da terra fica também implícita no versículo que diz que Deus “tomou o homem e o colocou no jardim do Éden, para que o homem o cultivasse e guardasse” (Gn 2.15). À medida que Adão trabalhava no jardim com Eva ao seu lado, eles foram descobrindo e desenvolvendo produtos úteis a partir da terra.

Criar esses bens e serviços a partir da terra é uma atividade exclusiva da espécie humana. Ela não existe de forma significativa em qualquer outra espécie do reino animal. Os pássaros constroem os mesmos tipos de ninhos que vêm construindo há milhares de gerações, e os coelhos vivem nos mesmos tipos de tocas que sempre cavaram. No entanto, Deus criou os seres humanos com um desejo de inventar e criar novos bens e serviços, imitando a própria atividade criativa de Deus.

Essa capacidade de criar é parte do que significa Deus nos ter feito “à sua imagem” (Gn 1.27). Ele nos criou para sermos como ele, imitando-o de muitas formas. É por isso que Paulo pode dizer: “Sede imitadores de Deus, como filhos amados” (Ef 5.1). Deus se agrada quando nos vê imitando a sua criatividade, criando bens e serviços a partir dos recursos da terra.

Portanto, o ideal de Deus para nós não é que vivamos em cavernas, sobrevivendo somente com uma dieta de subsistência de castanhas e frutas silvestres, mas sim que descubramos e desenvolvamos os abundantes recursos

que ele colocou na terra para o nosso benefício e usufruto. Paulo declara que é Deus “que nos concede amplamente todas as coisas para delas desfrutarmos” (1Tm 6.17).

Outro motivo pelo qual Deus se agrada que criemos bens e serviços é o mandamento de Jesus: “Amarás o teu próximo como a ti mesmo” (Mt 22.39). A mulher que cria uma camisa que alguém veste e valoriza, o homem que cria um par de sapatos que alguém calça e usufrui e a professora que genuinamente ajuda seus alunos a aprender fazem todas essas coisas com uma atitude de amor ao próximo, isto é, buscando trazer benefício a outras pessoas. Dessa forma, criar bens e serviços para os outros é uma maneira de obedecer ao mandamento de Jesus de amar o nosso próximo como a nós mesmos.

O próprio Jesus nos deu um exemplo desse tipo de produtividade, tendo trabalhado durante cerca de quinze anos como “carpinteiro” (Mc 6.3). O apóstolo Paulo trabalhou como fabricante de tendas e se sustentou dessa forma (At 18.3, 2Ts 3.7-10). Pedro e alguns outros discípulos trabalharam como pescadores (Mt 4.18); eles não “criavam” peixes (só Deus pode fazer isso), mas pescavam peixes do mar e os traziam ao mercado como novos produtos alimentícios úteis para o consumo de outras pessoas.

As epístolas de Paulo também instruíam os primeiros cristãos a trabalhar com as mãos, dizendo com isso que ele desejava que continuassem a criar bens e serviços que tivessem valor para as outras pessoas:

Aquele que roubava, não roube mais; pelo contrário, trabalhe, fazendo com as mãos o que é bom, para que tenha o que repartir com quem está passando necessidade (Ef 4.28).

[Procurem] viver em paz, tratando dos vossos assuntos e trabalhando com as

próprias mãos, como já vos ordenamos (1Ts 4.11).

Quando ainda estávamos convosco, vos ordenamos que se alguém não quer trabalhar, também não coma (2Ts 3.10).

No novo céu e nova terra, parece que as nações continuarão produzindo bens e serviços para outros, talvez produtos que sejam exclusivos de cada nação. Isso seguiria um padrão histórico firmemente estabelecido, em que os reis de várias nações enviavam produtos em abundância como tributos ou presentes às outras nações (cf. 2Cr 9.9,10,24,28). A respeito da nova Jerusalém, é dito que “os reis da terra lhe trarão a sua glória [...]; para ela virão a glória e a honra das nações” (Ap 21.24-26).

F. Quais bens e serviços o seu país é capaz de criar?

Este é o desafio de cada nação pobre: “Que bens e serviços ela pode criar e outras pessoas querem adquirir? E o que pode ser feito para aumentar a criação desses bens e serviços nesse país?”. Esses produtos incluem tanto os itens desejados por outras pessoas dentro do próprio país quanto os produtos fabricados para exportação a outras nações.

A resposta correta a essas perguntas não é: “Nada”. Pode ser desencorajador olhar para as nações ricas do mundo e ver os produtos complexos que elas fabricam. Podemos pensar: “Jamais teremos condições de produzir automóveis melhores do que a Alemanha, ou eletrônicos melhores do que o Japão”, e então desistir. Cruzar os braços é um erro.

Haverá sempre algo que cada país pode fazer e que as pessoas daquele país e até mesmo de outros países desejarão comprar. Isso é verdadeiro por dois motivos, que explicaremos mais detalhadamente nos próximos capítulos: (1) O princípio da vantagem comparativa na economia indica que nenhuma pessoa ou país pode produzir tudo; portanto, haverá sempre algo que possa ser produzido para a obtenção de algum lucro. (2) Os seres humanos têm necessidades limitadas, mas têm desejos ilimitados e, por isso, estão sempre procurando produtos complementares (veja explicação mais adiante, p. 183-4). Sempre haverá alguns bens ou serviços de valor que o seu país pode criar de maneira lucrativa.

A maior parte dos países reconhece que o grande número de produtos tradicionais que eles têm produzido e vendido ao longo dos séculos (como o artesanato) não tem sido capaz de sustentar sua necessidade de crescimento econômico. Embora o povo desses países já saiba como fazer essas coisas, se esses produtos tradicionais fossem tirar o país da pobreza e trazê-lo à prosperidade, provavelmente já teriam feito isso. Aparentemente, não há uma

demanda suficiente por esses produtos no mercado mundial. Demanda insuficiente é um forte indício de que devemos mudar o que estamos fazendo e buscar outras oportunidades. É hora de encontrar outros produtos pelos quais as pessoas em outros países estejam dispostas a pagar um bom preço.

O povo britânico não havia trabalhado “tradicionalmente” com máquinas de tecelagem para produzir tecidos de algodão, pois essas máquinas ainda não existiam. Entretanto, mais tarde, eles alteraram as suas ocupações tradicionais e aprenderam a usar máquinas para fabricar um produto que estava em demanda pelo mundo afora.

O povo do Japão não havia trabalhado “tradicionalmente” na indústria automobilística, fabricando produtos de alta precisão com uso de tecnologia moderna. Muitos deles haviam sido lavradores. Mas eles abandonaram as suas ocupações tradicionais e aprenderam a trabalhar nas indústrias de automóveis. A nação começou a prosperar. O mesmo aconteceu com a fabricação de eletrônicos no Japão, em Taiwan e outros lugares. A questão não é o que um país tem feito tradicionalmente, e sim qual produto de valor ele pode fabricar para o mercado local e mundial. Uma nação que quer sair da pobreza rumo à prosperidade deve produzir o que os outros querem.

No entanto, não estamos dizendo que planejadores governamentais devem tentar decidir quais produtos um país deve produzir. Eles precisam simplesmente criar as condições adequadas para que a inovação e o empreendedorismo possam ocorrer em um sistema de livre mercado. Empreendedores individuais, operando em um mercado livre, acabarão finalmente descobrindo produtos de sucesso, caso as estruturas econômicas e legais do país permitam que eles o façam e os valores culturais os incentivem a isso. Explicaremos melhor essa questão ao discutir o livre mercado, no qual “ninguém” decide o que é produzido (veja p. 173-7).

1 Estamos falando aqui somente de riqueza e pobreza econômica. Como afirmamos no final da Introdução, reconhecemos que riqueza relacional e espiritual são mais valiosas que a prosperidade econômica. Também há outros tipos de riqueza, como a riqueza moral, a riqueza da sabedoria e a riqueza cultural e artística, que não são tratadas neste livro. Acreditamos que o relacionamento de uma pessoa com Deus tem prioridade sobre todo o resto: "Amarás o Senhor teu Deus de todo o coração, de toda a alma e de todo o entendimento" (Mt 22.37).

Entretanto, nosso bem-estar material importa a nós e também a Deus, e entendemos que o aumento da prosperidade material é a melhor e, na verdade, a única solução real para a pobreza mundial. Nosso livro inteiro, portanto, busca ajudar nações a aumentarem sua riqueza econômica como uma forma de obediência a Deus.

2 Essas estatísticas se baseiam na paridade do poder de compra (PPC), em vez das taxas oficiais de câmbio. As informações sobre países específicos foram extraídas do CIA World Factbook, disponível em: https://www.cia.gov/library/publications/the-world-factbook/rankorder/2004rank.html, acesso em: 7 mar. 2013.

3 Veja, por exemplo, a forte correlação entre renda per capita e expectativa de vida em Stephen Moore, Who's the fairest of them all? (New York: Encounter Books, 2012), gráfico da p. 57.

4 N. Gregory Mankiw, Principles of economics (Orlando: Dryden Press, 1998), p. 480.

5 Mais especificamente, enquanto o PIB crescer mais do que a população, a renda per capita aumentará.

6 Nessa ilustração, continuamos utilizando estatísticas baseadas na paridade do poder de compra (PPC); veja nota 2. O outro método para medir o PIB, o PIB "nominal", baseado na taxa de câmbio oficial, resulta em um PIB de 15.340.000.000 de dólares para Honduras. Nosso exemplo funciona, qualquer que seja a base de cálculo usada.

7 Veja, por exemplo, as seções adiante sobre como facilitar até mesmo às pessoas pobres a obtenção de documentação clara dos seus direitos de propriedade (p. 150-63), como superar a opressão quando algumas poucas famílias abastadas controlam toda a riqueza e o poder (p. 78-80, 320-1), sobre a proteção de oportunidades genuínas e a facilitação da entrada nos mercados livres (p. 280), sobre a importância da abrangência da educação e alfabetização (p. 268-71, 310) e muitas outras seções.

8 Milton Friedman, "Created equal", parte 5 da série de TV Free to choose, disponível em: www.freetochoose.tv, acesso em: 9 jan. 2013.

9 Além disso, contestamos a maioria das tarifas e quotas impostas sobre produtos que os países pobres tentam exportar para países mais ricos (veja a seguir, p. 103).

10 Também nos opomos à prática das nações ricas de prover subsídios acima do mercado para alguns produtos agrícolas e, então, "despejá-los" nos mercados mundiais (veja a seguir, p. 101-2).

11 Depois de usar o tecido para fabricar a camisa, o corte de tecido não é mais um "bem final" a ser contabilizado no PIB e, portanto, o PIB aumenta em 13 dólares menos os 3 dólares pagos pelo tecido = 10 dólares.

12 Simplificamos aqui de forma exagerada para apresentar nosso argumento. Em outro sentido, o dinheiro é um "produto de valor" porque disponibiliza à sociedade um meio de troca comumente reconhecido (que economiza o tempo de escambo), funciona como reserva de valor e provê uma medida de valor e uma unidade contábil comumente reconhecida.

13 David S. Landes, The wealth and poverty of nations: why some are so rich and some so poor (New York: W. W. Norton, 1999), p. 154, 190-4 [edição em português: A riqueza e a pobreza das nações: por que algumas são tão ricas e outras tão pobres (Rio de Janeiro: Campus, 1999)]. Landes afirma que o algodão era "uma mercadoria de demanda tão ampla e elástica, que pôde impulsionar uma revolução industrial" (p. 154).

14 Ibidem, p. xviii.

15 Ibidem, p. 194.

16 No entanto, há uma preocupação expressiva de que o sistema político "extrativista" da China não seja capaz de sustentar seu crescimento econômico explosivo por muito tempo. Veja Daron Acemoglu; James A. Robinson, Why nations fail: the origins of power, prosperity and poverty (New York: Crown Publishers, 2012), p. 436-7 [edição em português: Por que as nações fracassam: as origens do poder, da prosperidade e da pobreza (Rio de Janeiro: Campus, 2012)].

17 A Coreia do Sul é o 12.o país mais rico, com base na paridade do poder de compra em relação à renda per capita.

18 Milton Friedman, “The Hong Kong experiment”, Hoover Digest, n. 3 (July 30, 1998), disponível em: http://www.hoover.org/publications/hoover-digest/article/7696, acesso em: 3 jan. 2013.

19 Darrow L. Miller; Stan Guthrie, Discipling nations: the power of truth to transform cultures (Seattle: YWAM, 1998), p. 221-37, apresenta uma excelente discussão acerca da maravilha da criatividade humana como parte essencial da mordomia responsável em obediência a Deus [edição em português: Discipulando nações: o poder da verdade para transformar culturas (Curitiba: FatoÉ, 2003)].

2

ALVOS ERRADOS

Abordagens que não levam à prosperidade

Muitos alvos têm sido propostos como solução para a pobreza, como vimos antes. Para explicar melhor por que o alvo de produzir continuamente uma quantidade maior de bens e serviços é o único caminho para deixar a pobreza e alcançar a prosperidade, veremos agora de maneira mais detalhada alguns desses alvos alternativos, demonstrando como eles são falhos.

A. Dependência de doações de outras nações

1. Os resultados prejudiciais da dependência de ajuda externa

Do ponto de vista da história, nenhuma nação pobre enriqueceu dependendo de doações de outras nações. Daron Acemoglu, professor de Economia no Instituto de Tecnologia de Massachusetts, e o economista e cientista político James A. Robinson, da Universidade Harvard, escreveram recentemente no seu extenso estudo Why nations fail:

A ideia de que os países ricos do Ocidente devem prover uma substancial "ajuda ao desenvolvimento" para solucionar o problema da pobreza na África subsaariana, no Caribe, na América Central e no Sul da Ásia se baseia em uma compreensão incorreta da causa da pobreza. Países como o Afeganistão são pobres por causa de suas instituições extrativistas, que resultam na falta de direitos de propriedade, de ordem pública ou de sistemas jurídicos em bom funcionamento, como também na dominação asfixiante de elites nacionais e, mais frequentemente, locais, sobre a vida política e econômica. Os mesmos problemas institucionais indicam que a ajuda externa será ineficaz, pois será espoliada e é improvável que venha a ser destinada para o fim que deveria. Na pior das hipóteses, ela fortalecerá os regimes que são a própria raiz dos problemas nessas sociedades [...].

[A] ajuda externa não é um meio muito efetivo de lidar com o fracasso das nações ao redor do mundo hoje. Longe disso. Os países precisam de instituições políticas e econômicas inclusivas para quebrar o ciclo da pobreza. A ajuda externa em geral não tem muito a fazer nesse sentido, e certamente não da forma como está organizada no momento.1

William Easterly, professor de Economia na Universidade de Nova York e economista pesquisador sênior no Banco Mundial por dezesseis anos, escreve a respeito do trágico fracasso de programas de ajuda externa maciça:

[Em Janeiro de 2005, Gordon Brown, então Ministro da Fazenda do Reino Unido,] proferiu um discurso compadecido acerca da tragédia da extrema pobreza que afeta bilhões de pessoas [...]. Ele reivindicou que se dobrasse a ajuda externa [...]. Brown silenciou a respeito da outra tragédia dos pobres ao redor do mundo. Trata-se da tragédia do Ocidente ter gasto 2,3 trilhões de dólares em ajuda externa nas últimas cinco décadas, sem ter conseguido mesmo assim entregar remédios de doze centavos para crianças, o que teria evitado metade de todas as mortes causadas pela malária. O Ocidente gastou 2,3 trilhões de dólares e mesmo assim não conseguiu entregar redes de dormir de quatro dólares para as famílias pobres. O Ocidente gastou 2,3 trilhões de dólares e mesmo assim não conseguiu dar três dólares para cada nova mãe a fim de evitar cinco milhões de mortes. O Ocidente gastou 2,3 trilhões de dólares e as crianças ainda estão carregando lenha, deixando de ir à escola. É uma tragédia que tamanho compadecimento bem-intencionado não tenha trazido esses resultados para as pessoas necessitadas.2

Dambisa Moyo, economista de Zâmbia que se formou em Oxford, afirma que a ajuda externa é, na verdade, a principal causa da persistência da pobreza na África. Ela explica que a ajuda tem impedido que a África avance no crescimento econômico:

Todavia, será que mais de 1 trilhão de dólares em ajuda para o desenvolvimento nas últimas décadas melhorou a situação do povo da África? Não. Aliás, pelo mundo afora, quem recebe essa ajuda acaba pior, bem pior. A ajuda externa tem contribuído para empobrecer ainda mais os pobres e desacelerar o crescimento [...]. A noção de que a ajuda externa pode reduzir a pobreza sistêmica e de que tem feito isso é um mito. Milhões de pessoas na África estão mais pobres hoje por conta da ajuda externa. A miséria e a pobreza não têm diminuído, mas aumentado. A ajuda externa foi, e continua a ser, um verdadeiro desastre político, econômico e humanitário para a maioria das regiões do mundo em desenvolvimento.3

Moyo explica que não se opõe à “ajuda humanitária ou de emergência”, que auxilia pessoas atingidas por catástrofes. Ela também não é contra a ajuda “baseada em caridade”, que é desembolsada por organizações beneficentes (presumivelmente grupos religiosos e agências humanitárias). Porém, ela se opõe a “pagamentos de ajuda externa feitos diretamente aos governos”, seja por meio de transferências de governo para governo, seja por intermédio de agências como o Banco Mundial.4 Naquilo que denomina “ajuda sistemática”, Moyo inclui tanto as transferências de dinheiro como os empréstimos a juros mais baixos que as taxas de mercado, porque, segundo ela, “os legisladores das economias pobres podem vir a enxergar [esses empréstimos] praticamente como uma doação”. Portanto, diz ela: “Para os propósitos deste livro, ajuda externa é definida como a soma total de empréstimos facilitados e doações”.5

Moyo esboça então a história da ajuda externa dada às nações africanas desde 1940 até hoje, mostrando por que, de maneira geral, ela tem sido mais prejudicial que benéfica. Isso tanto é verdade se a ajuda foi dada para favorecer projetos industriais, para aliviar a pobreza ou para encorajar “a estabilização e o ajuste” econômicos (vinculados a condições de reforma econômica), como se ela foi condicionada a reformas na corrupção governamental, se está ligada a crescentes reformas democráticas nos governos ou se foi “ajuda de celebridade”, promovida por artistas famosos ou líderes de governo.6

Ela explica que “um dos problemas básicos da ajuda externa [é] que ela é fungível: o dinheiro separado para um propósito é facilmente desviado para outro”, incluindo com frequência “bolsos privados, em vez dos cofres públicos”. Só que, diz ela, “quando isso acontece (e acontece bastante), nenhuma punição ou sanção real é imposta. Portanto, mais doações significam mais corrupção”.7

Angus Deaton, professor da cadeira Dwight D. Eisenhower de Economia e Assuntos Internacionais na Universidade de Princeton, escreve:

A história nos diz que é possível crescer e eliminar a pobreza sem ajuda externa;

todos os países atualmente ricos fizeram isso. Também sabemos que alguns países pobres mais bem-sucedidos, como Índia e China, cresceram com pouquíssima ajuda em relação ao seu tamanho ou com ajuda ditada por suas próprias prioridades, e não pelas dos doadores [...]. A ajuda externa, da forma que a conhecemos, não ajudou quaisquer países a crescer.8

Do mesmo modo, o economista James Peron escreve:

Por quase meio século, os países da África foram saturados de ajuda externa. Centenas de bilhões de dólares foram doados a governos africanos. Outros bilhões foram emprestados aos mesmos governos. Incontáveis toneladas de comida inundaram o continente, e multidões de consultores, especialistas e administradores foram lá resolver os problemas da África. Entretanto, a situação do desenvolvimento na África não é melhor hoje do que quando isso tudo começou. A renda per capita na maior parte da África estagnou ou está em declínio [...].

Um relatório do Banco Mundial admitiu que 75% de seus projetos agrícolas para a África fracassaram [...].

A ditadura marxista de Mengistu Haile Mariam na Etiópia foi um dos principais receptores de fundos doados [...]. A ajuda humanitária foi intencionalmente mantida longe de algumas das áreas mais afetadas porque era conveniente ao regime de Mengistu matar de fome os seus oponentes [...]. O presidente Mobutu, do Zaire, conseguiu acumular uma fortuna em uma conta bancária na Suíça, estimada em cerca de 10 bilhões de dólares [...]. Regimes autocráticos marxistas eram com frequência financiados substancialmente por governos europeus [...]. O Partido Socialista Italiano deu apoio financeiro vultoso ao governo marxista de Said Barre, guerrilheiro da Somália [...]. O jornal The New York Times publicou uma matéria quando o presidente da Tanzânia, Julius Nyerere, anunciou um programa marxista radical, relatando que “muitos doadores de ajuda externa no Ocidente, especialmente na Escandinávia, apoiaram com

entusiasmo esse experimento socialista, injetando cerca de 10 bilhões de dólares na Tanzânia ao longo de 20 anos" [...]. De forma semelhante, o regime marxista de Samora Machel em Moçambique destruiu a produção agrícola do país por meio da política de controle de preços [...]. O continente em si é rico em recursos naturais, mas o incentivo à produção foi destruído por políticas governamentais.9

No entanto, o economista Paul Collier, apesar de reconhecer que grande parte da ajuda externa é prejudicial e fracassa na sua meta, ainda considera que, em situações bastante limitadas, a ajuda é necessária e pode algumas vezes ser útil.10 Ele especifica que esse auxílio não deveria ser dado a países que já estão em desenvolvimento e que recebem a maior parte da ajuda externa hoje, mas sim àqueles países onde vivem as pessoas absolutamente mais pobres do mundo ("o bilhão de baixo"). Além disso, tal auxílio deve ser concedido com restrições muito bem definidas e com supervisão maior e mais eficaz.

Collier reconhece também que em algumas situações a ajuda externa pode tornar um golpe militar mais provável e pode, na verdade, prejudicar as reformas necessárias que devem ser feitas em uma nação.11 Em suma, Collier não vê a ajuda externa como o meio primordial pelo qual as nações pobres possam sair da pobreza, e sim como um auxílio necessário para situações particularmente urgentes.

2. Razões pelas quais a ajuda externa é prejudicial

Por que a ajuda externa é tão prejudicial? Moyo explica que a ajuda externa fortalece os governos corruptos, provendo-lhes dinheiro que pode ser livremente empregado:

Esses governos corruptos interferem com o Estado de direito, o estabelecimento de instituições civis transparentes e a proteção às liberdades civis, tornando o investimento em países pobres, tanto o doméstico como o de fora, pouco atrativo. A maior opacidade e o menor volume de investimentos reduzem o crescimento econômico, causando menos oportunidades de emprego e um aumento dos níveis de pobreza. Em resposta à crescente pobreza, doadores enviam mais ajuda, o que perpetua a espiral descendente da pobreza. Esse é o ciclo vicioso da ajuda externa. O ciclo que sufoca o investimento desesperadamente necessário, que propaga uma cultura de dependência e facilita a corrupção ascendente e sistemática [...]. [Ele] perpetua o subdesenvolvimento e garante o fracasso econômico nos países mais pobres que dependem da ajuda.12

Moyo acrescenta: “A ajuda fortalece o rent-seeking, isto é, o uso da autoridade governamental para receber e acumular dinheiro sem maior produção de riqueza”.13 Ela cita o presidente de Ruanda, Paul Kagame, que explica: “A maior parte dessa ajuda foi gasta criando e sustentando regimes clientelistas de um tipo ou de outro, sem a mínima preocupação com os resultados no desenvolvimento de nosso continente”.14

Por que, então, os governos ocidentais continuam a enviar ajuda externa aos países pobres? Moyo calcula que existam atualmente no mundo cerca de 500 mil pessoas trabalhando para agências de ajuda e que “elas são profissionais da ajuda externa [...] 7 dias por semana, 52 semanas por ano e por décadas a fio. O seu sustento depende da ajuda, assim como o das autoridades que a recebem. Para a

maioria das organizações de desenvolvimento, o sucesso dos empréstimos é medido quase inteiramente pelo tamanho do portfólio de empréstimos do doador".15

Ruth Levine, colaboradora sênior no Centro para o Desenvolvimento Global, escreve sobre "uma dura realidade":

Não há uma análise rigorosa do impacto da ajuda externa. Não temos coletivamente a vontade de aprender de forma sistemática a partir da experiência sobre o que funciona nos programas de desenvolvimento [...]. Os prêmios para instituições e para seus profissionais individualmente são conquistados pela prática, não pela construção de evidência ou conhecimento [...]. Francamente, há desincentivos para se descobrir a verdade [...]. A tentação de evitar uma avaliação de impacto e, em vez disso, concentrar-se na produção e disseminação de histórias anedóticas de sucesso é grande. A aversão ao reconhecimento de resultados desfavoráveis é parte intrínseca da maioria das burocracias.16

Abhijit Banerjee concorda: "A comunidade do envio (e do emprego) de ajuda externa tem mostrado pouca empatia pela evidência".17

Ian Vásquez, diretor do Centro para a Liberdade e Prosperidade Global no Cato Institute, tem pouca esperança de haver mudança: "Será que mais dinheiro realmente melhorará o histórico desencorajador da ajuda externa condicionada à mudança política enquanto persistir um problema maior (bem conhecido dos que pegam emprestado) que é o impulso institucional das agências de desenvolvimento para emprestar?".18

Moyo também escreve que "ajuda externa fomenta conflito. A possibilidade de tomar o poder e obter acesso à ajuda ilimitada é, digamos, irresistível [...]. O propósito subjacente da rebelião é a captura do Estado para tirar vantagem

financeira” e “a ajuda externa torna esse conflito mais provável”.19 Ela explica que, em décadas recentes, muitas das guerras civis na África foram basicamente disputas pelo controle de enormes quantias de dinheiro provenientes da ajuda vinda de outros países.

Além disso, muito pouco dessa ajuda realmente auxilia os pobres. Acemoglu e Robinson dizem:

Muitos estudos estimam que somente cerca de 10% ou, no máximo, 20% da ajuda externa chega ao seu destino final [...]. Ao longo das últimas cinco décadas, centenas de bilhões de dólares foram pagos a governos ao redor do mundo como ajuda “para o desenvolvimento”. A maior parte desse dinheiro foi desperdiçada com despesas e corrupção [...]. Pior ainda, grande parte dele acabou nas mãos de ditadores como Mobutu.20

Moyo reconhece que alguém poderá fazer uma objeção, dizendo que alguns tipos de ajuda foram bem-sucedidos, como, por exemplo, o Plano Marshall (de 1948 a 1952), que foi fundamental na reconstrução da Europa Ocidental após a Segunda Guerra Mundial. Nesse caso, contudo, não se tratava de desenvolvimento econômico de um país pobre. A Alemanha (assim como outros países da Europa Ocidental) havia sido uma nação rica que contava com uma infraestrutura econômica desenvolvida, tradições e sistemas legais e imenso capital humano (trabalhadores qualificados) antes de ser destruída pela guerra. Ela precisava somente de uma injeção massiva de dinheiro para reparar a destruição e voltar à sua condição anterior.21

3. O ensino bíblico sobre depender da doação de outros

Do ponto de vista da Bíblia, não é de surpreender que as nações não consigam prosperar por meio de ajuda vinda de outros países. Depender de doações não é o ideal de Deus para a vida humana na terra. O propósito de Deus, desde o início, tem sido que o ser humano trabalhe e crie seus próprios bens e serviços, e não simplesmente receba doações.

Deus colocou Adão e Eva no jardim do Éden e lhes disse para cultivar e desenvolver o jardim: “Frutificai e multiplicai-vos; enchei a terra e sujeitai-a” (Gn 1.28). Em seguida, lemos: “E o Senhor Deus tomou o homem e o colocou no jardim do Éden, para que o homem o cultivasse e guardasse” (Gn 2.15).

Na história de Israel, quando Deus prometeu múltiplas bênçãos econômicas ao seu povo, estava claro que essas bênçãos não seriam recebidas por israelitas inativos, vivendo simplesmente de doações vindas de outros povos; ao contrário, eles seriam abençoados quando seu trabalho desse fruto:

Pois o Senhor, teu Deus, está te levando para uma boa terra, terra de ribeiros de águas, de fontes e de nascentes, que brotam nos vales e nas colinas; terra de trigo e cevada; de vinhas, figueiras e romãzeiras; terra de oliveiras, de azeite e de mel; terra onde comerás o pão com fartura e nada te faltará; terra cujas pedras são ferro e de cujos montes poderás tirar o cobre. Comerás e te fartarás; e louvarás o Senhor, teu Deus, pela boa terra que ele te deu (Dt 8.7-10).

Os israelitas deveriam cultivar o trigo e a cevada; eles teriam de cuidar das vinhas e das figueiras e colher os frutos; eles teriam de assar o pão; eles teriam de minar o cobre da terra para fazer ferramentas e utensílios. A bênção de Deus

veio por meio do trabalho produtivo que criou novos bens e serviços. Ela não veio por meio da dependência de doações.

Longe de ser o receptor de doações de outros países, o povo de Israel deveria emprestar: “Emprestarás a muitas nações, mas não tomarás emprestado” (Dt 15.6). (Repare nas bênçãos semelhantes que foram prometidas em troca do trabalho do povo em Dt 28.6,11,12.)

Até as pessoas pobres em Israel não deveriam se tornar dependentes de doações de outras, pois elas deveriam trabalhar para ajuntar a comida da “sobra” que era deixada nos campos após a primeira colheita (veja Dt 24.19-22).

Outro preceito para os pobres em Israel consistia na obrigação que os outros tinham de lhes conceder empréstimo sem cobrança de juros (veja Êx 22.25; Lv 25.37; Dt 23.19; Pv 28.8; Ne 5.7-10). Mas o fato de Deus ter falado de um empréstimo (mesmo que fosse sem juros) pressupunha a obrigação de sua devolução, e não que o receptor dependeria de doações ano após ano.22

Outra solução para a pobreza era a possibilidade de uma pessoa pobre tornar-se serva voluntária de uma pessoa mais rica por um período específico de tempo, após o qual as suas dívidas seriam consideradas pagas e ela obteria sua liberdade (Lv 25.39-43; Dt 15.12-18; compare com a história de Jacó servindo a Labão em Gn 29.18-27). Servos voluntários automaticamente tinham suas dívidas canceladas no sétimo ano de sua servidão (veja Dt 15.12-15) ou no Ano do Jubileu (Lv 25.28,40).

A questão central é esta: não há nenhum indício na Bíblia de que os pobres se tornariam recebedores permanentes de doações em dinheiro, ano após ano, ou que se tornariam dependentes dessas doações. As únicas exceções eram as pessoas que eram completamente incapazes de trabalhar por motivo de

deficiências permanentes, como, por exemplo, um mendigo cego (Mc 10.46; Lc 18.35) ou um pedinte aleijado (At 3.2-10).23

No Novo Testamento, Paulo repreendeu os que eram “desocupados” (1Ts 5.14; 2Ts 3.7), dizendo: “... se alguém não quer trabalhar, também não coma” (2Ts 3.10).

A expectativa bíblica de que as pessoas devem trabalhar para se sustentar não deve ser vista como intransigente ou ríspida. O fato de que Deus entregou a Adão e Eva um trabalho para fazer quando ainda não havia pecado no mundo (veja Gn 1.28; 2.15) indica que devemos enxergar o trabalho como uma bênção, um presente precioso de Deus. Embora Deus tenha agora acrescentado uma dimensão de dificuldade e dor ao nosso trabalho por conta do pecado de Adão (veja Gn 3.17-19), a capacidade de trabalhar e criar bens e serviços úteis ainda é vista como um dom positivo em todo o resto da Bíblia, e é algo que Deus ordena que o povo faça para seu próprio bem (veja Êx 20.9; Ef 4.28).

4. “Sucesso merecido” importa mais que dinheiro

A importância do trabalho produtivo para todos os seres humanos foi enfatizada em um livro recente de Arthur C. Brooks, ex-professor de Administração e Políticas Governamentais na Universidade de Syracuse. Como fruto de seus estudos extensivos sobre as causas da satisfação humana na vida, Brooks argumenta que o fator econômico fundamental que faz as pessoas felizes não é o dinheiro, e sim o que ele chama de “sucesso merecido”, isto é, ter uma responsabilidade específica e então fazer um bom trabalho para cumprir com essa responsabilidade. Brooks escreve: “O segredo para a prosperidade humana não é o dinheiro, e sim o sucesso merecido na vida”.24 Ele explica:

Sucesso merecido é a capacidade de criar valor honestamente — não ganhando na loteria, não herdando uma fortuna nem retirando uma quantia mensal do seguro-desemprego. Não se trata nem mesmo de ganhar dinheiro. Sucesso merecido é a criação de valor em nossa vida ou na vida de outros.25

Um exemplo disso que eu (Wayne Grudem) conheço pessoalmente é o de um aluno que tive há pouco tempo no seminário, em Phoenix. Ele era um excelente aluno que tirava a nota máxima em todas as matérias. Trabalhou para mim por dois anos e era muito responsável em todas as tarefas. Tinha um casamento estável, e creio que deve estar se saindo muito bem na sua carreira.

Quando o conheci, descobri que, anos antes, sua vida se achava completamente arruinada. Ele tinha um histórico de crime e uso de drogas e havia passado um tempo na cadeia por tráfico de entorpecentes. Mas, depois de sair da cadeia, arrumou um emprego em uma lanchonete de fast-food da rede Wendy’s. Certo dia, seu gerente disse: “Você está fazendo um bom trabalho mantendo quentes as batatas fritas”.

Ele recorda esse comentário como o ponto de transformação de sua vida. De repente, percebeu que era capaz de fazer algo bem-feito. Havia experimentado um toque da alegria do “sucesso merecido”. Começou a pensar que, se trabalhasse com afinco, poderia vir a se tornar um gerente de turno, ou até mesmo gerente da filial. Não foi o dinheiro que lhe deu essa alegria e senso de satisfação, mas sim o “sucesso merecido”.

Não é de surpreender que Deus nos tenha criado com a capacidade de criar bens e serviços e que nos tenha mandado trabalhar para fazer isso. E não é de surpreender que ele também nos tenha criado para termos um grande senso de realização ao seguirmos o seu plano, trabalhando para criar bens e serviços e obtendo assim um sucesso merecido.

Isso reitera a importância do objetivo principal: uma nação pobre não deve se concentrar em receber mais ajuda de outros países, e sim em como produzir mais bens e serviços e, consequentemente, aumentar o seu PIB.

B. Redistribuição de riqueza dos ricos para os pobres

Vários autores cristãos que se preocupam com os pobres enfatizam a “redução da desigualdade” entre ricos e pobres. A solução proposta por eles é lutar por mais “igualdade” porque “Deus detesta a desigualdade”. Essa igualdade pode ser promovida, dizem eles, por meio de políticas “mais justas”, que tiram mais dos ricos e dão mais aos pobres.

“Tirar dos ricos” pode simplesmente se referir a países ricos dando mais ajuda para o desenvolvimento de países pobres. Discutimos sobre a futilidade dessa abordagem na seção anterior. Isso não resolve o problema da pobreza.

Porém, esse empenho por mais igualdade pode se referir a governos taxando pesadamente os ricos, dando boa parte desse dinheiro aos pobres, dentro dos países pobres. Essa abordagem precisa ser cuidadosamente examinada. O que aconteceria? Depende do país.

1. Em algumas nações, as pessoas são ricas devido ao abuso de poder governamental

Há um pequeno grupo de pessoas abastadas dentro de cada país pobre da terra. As formas como essas pessoas abastadas enriqueceram variam de um país para outro.

Em países comunistas como Cuba e Coreia do Norte (ou Rússia, que ainda apresenta muitos vestígios do comunismo), um número pequeno de pessoas é "rico" no sentido de ter melhores casas, carros, privilégios de compra em lojas restritas, privilégios de férias e viagens e outras proteções e benefícios. Essas pessoas obtêm esses privilégios por possuírem algum cargo importante no governo.

De modo semelhante, em muitas nações africanas, as pessoas ricas são as que ocupam posições importantes no governo e que se apoderaram de dinheiro dos cofres públicos, às vezes acumulando imensas fortunas e usando-as para comprar casas no exterior ou para depositar em contas bancárias na Suíça. Às vezes, a população do país tem a impressão de que os ricos, em sua maioria, são mentirosos, ladrões, extorsionários e até assassinos.

Em muitos países árabes ricos em petróleo, as famílias governantes e seus amigos têm acesso a imensas riquezas decorrentes do petróleo, que gastam com lazer, iates, aviões, carros de luxo e mansões.

Em alguns países latino-americanos, algumas poucas famílias ricas acumularam enormes porções de terra, dinheiro e poder com a ajuda de privilégios especiais e leis restritivas feitas por autoridades políticas aliadas. Em alguns casos, suas

fortunas vêm do tráfico de drogas, roubo, suborno e extorsão. Essas poucas famílias abastadas em geral são proprietárias de praticamente toda a terra, têm monopólios protegidos pelo governo para os produtos que suas empresas produzem e habitualmente violam a lei, cientes de que jamais serão condenadas por seus amigos, poderosos juízes. Essas famílias podem ser donas das únicas empresas que recebem contratos vultosos do governo. Se essa situação não mudar, os pobres cidadãos comuns não têm esperança. Eles jamais terão condições de ter posse de terra, de obter permissão para abrir uma empresa competitiva, de ter um julgamento justo no tribunal, de ter seus contratos mantidos ou de vencer uma licitação pública. Esse sistema é chamado às vezes de “capitalismo clientelista” ou “capitalismo oligárquico”.26

Em todos esses casos, há males estruturais importantes na forma de os governos funcionarem. Esses males devem ser tratados para que esses países consigam emergir da pobreza. (Abordaremos essas mudanças em detalhe nos capítulos a seguir, especialmente nos capítulos sobre as liberdades do sistema e o governo do sistema.) Além disso, quem obteve lucro por meio de atividade criminosa deve ser processado e punido por seus crimes.

Entretanto, a solução para esses males estruturais não é simplesmente “tirar dos ricos e dar aos pobres”. Isso seria lidar com um sintoma do problema, e não com a sua causa. A causa do problema não é a desigualdade da riqueza na nação, e sim o uso seletivo do poder governamental para proteger somente a minoria rica e impedir que outros aumentem sua própria prosperidade por meio de trabalho duro e poupança.

A razão pela qual a mera redistribuição da riqueza dos ricos para os pobres não resolve o problema da pobreza é que ela não atinge o principal objetivo: promover uma nação que cria continuamente novos bens e serviços. Redistribuição de riqueza, em si, não cria novos bens e serviços em uma nação.

Imagine que o valor total de todos os bens de uma nação (todas as casas, carros,

roupas, caminhões, tratores, prédios, gado e dinheiro) seja de 3 bilhões de dólares no dia 1º de janeiro e que os ricos possuam quase toda essa riqueza, enquanto os pobres não têm quase nada. Agora suponha que no dia 2 de janeiro o governo tire metade da riqueza dos ricos e a distribua entre os pobres do país. O valor total de todos os bens no país no dia 2 de janeiro continua sendo 3 bilhões de dólares, pois nenhum novo produto de valor foi produzido.

Os pobres, é claro, podem adquirir melhor comida e vestuário durante algum tempo e talvez até comprar carros e pequenas casas. Porém, se o sistema governamental, que foi o responsável por mantê-los na cilada da pobreza, não for corrigido, a comida logo terá sido consumida; as novas roupas, gastas e os carros, quebrados, sem que haja qualquer solução permanente. Isso porque, nessa “solução”, o objetivo de produzir continuamente mais bens e serviços foi deixado de lado. Novamente, essa abordagem só lida com o sintoma, mas não com a causa.

2. Em outras nações, as pessoas são ricas porque trabalharam legitimamente e ganharam mais dinheiro

Acreditamos decididamente que todos os governos, conforme são capazes, devem prover uma "rede de proteção" para que não falte alimentação, vestuário e abrigo a ninguém na nação. Essa provisão deveria vir da receita geral dos impostos da nação, de modo que todos os contribuintes colaborem para esse bem social geral. A Bíblia diz que parte da responsabilidade de um governante é usar de "misericórdia com os pobres" (Dn 4.27) e servir ao povo como servo de Deus para o seu bem (veja Rm 13.4). Essa é a ideia por trás da lei das sobras da colheita em Deuteronômio 24.19-22. Faz parte de cuidar dos "órfãos", com os quais Deus se importa, mas que não têm ninguém que os proteja e sustente (Dt 10.18; 14.29; 24.17; Sl 82.3).

Por outro lado, a Bíblia não sustenta a ideia de que os governos devam tirar dos ricos mediante coerção simplesmente por serem ricos e dar aos pobres (além dessas necessidades básicas) simplesmente por serem pobres. Aliás, as leis dadas por Deus a Israel especificavam que autoridades públicas (como, por exemplo, os juízes) não deveriam mostrar qualquer favoritismo, seja ao rico, seja ao pobre, mas somente julgar com justiça: "Não te juntarás à maioria para fazer o mal, nem darás testemunho em juízo que perverta a justiça, para acompanhar a maioria, nem mesmo para favorecer o pobre na sua causa [...]. Não perverterás o direito do pobre na sua causa" (Êx 23.2,3,6; veja também Dt 16.19,20). De forma semelhante: "Não farás injustiça em um julgamento; não favorecerás o pobre, nem honrarás o poderoso, mas julgarás o teu próximo com justiça" (Lv 19.15).27

No Novo Testamento, o papel do governo nunca é reduzir a desigualdade entre ricos e pobres. O governo antes deve "punir os praticantes do mal e honrar os que fazem o bem" (1Pe 2.14). O governo deve punir somente quem "pratica o mal" (Rm 13.4), seja ele rico, pobre ou de classe média.

Tirar dos ricos simplesmente por serem ricos penaliza tanto os ricos que transgrediram a lei como os ricos que não transgrediram a lei. Isso não tem justificativa, porque é uma ação injusta contra os que ganharam o seu dinheiro de forma legal e justa: “Não é bom punir o justo, nem ferir os nobres por causa da sua retidão” (Pv 17.26).

Jay Richards percebe uma analogia entre pobreza e doença:

A pobreza é corretamente vista por nós como um problema, assim como a doença é um problema. Porém, o problema não consiste em alguns serem ricos e outros, pobres, da mesma forma que o problema da doença não é que alguns são saudáveis. O problema simplesmente é que algumas pessoas são pobres [...]. Se nós realmente queremos ajudar os pobres, precisamos tirar os olhos daquilo que atrai a atenção e ver o problema real, a pobreza, e sua única solução conhecida: a criação de riqueza.28

Em nenhum lugar a Bíblia ensina que é responsabilidade do governo tentar igualar as rendas de ricos e pobres. Isso não é um propósito legítimo do governo, segundo a Bíblia.

Nenhuma nação deve concentrar seus esforços para a superação da pobreza e o enriquecimento na redistribuição forçada da riqueza dos ricos aos pobres. O objetivo deve ser a produção, e não a redistribuição. A nação deve continuamente produzir mais bens e serviços para aumentar o seu PIB.

C. Esgotamento dos recursos naturais

David S. Landes explica que o erro fatal que a Espanha cometeu em meados do século 16 foi depositar toda sua esperança de prosperidade no ouro que pudesse achar e extrair do Novo Mundo, especialmente da América Central. Pouco depois de Cristóvão Colombo divulgar a descoberta da América em 1492, as expedições espanholas começaram a explorar o Novo Mundo em busca do ouro. “Durante um quarto de século, os espanhóis navegaram pelo Caribe [...], sempre em busca do ouro.”29

Finalmente, em 1519, Hernando Cortez conquistou o Império Asteca no México e os espanhóis encontraram o ouro que tanto procuravam. Então, em 1532-1539, Francisco Pizarro dominou o Império Inca no Peru e, novamente, os conquistadores encontraram quantidades fabulosas de ouro que poderiam ser levadas para a Espanha.

Porém, qual foi o resultado dessa fabulosa riqueza? Landes escreve: “Olhando para trás, a paixão espanhola pelo ouro foi um grande erro”.30 Ele explica: “A riqueza das Índias ia cada vez menos para a indústria espanhola, porque os espanhóis não precisavam mais produzir coisas; eles podiam comprá-las [...]. O tesouro das Américas não ia para a agricultura espanhola; a Espanha podia comprar alimento”.31

O povo cada vez mais rico da Espanha praticamente não precisava mais produzir ou aprender como ganhar a vida. Não havia necessidade de treinar artesãos qualificados, pois a riqueza podia comprar os melhores produtos feitos pelos melhores artesãos em qualquer outro país. As pessoas não aprendiam mais a ter bons hábitos de trabalho porque praticamente não precisavam mais trabalhar. Cada vez menos espanhóis viajavam para o exterior com o objetivo de desenvolver e estabelecer negócios, pois não precisavam se preocupar com esse

trabalho e, portanto, essas qualificações se perderam para as gerações subsequentes.

O resultado foi trágico. Embora a Espanha tenha sido a nação mais rica e poderosa do mundo no século 16, sua riqueza não haveria de durar. Landes explica:

A Espanha [...] se tornou (e continuou) pobre porque tinha dinheiro demais. As nações que faziam o trabalho aprenderam e mantiveram bons hábitos, buscando, ao mesmo tempo, novas formas, melhores e mais rápidas, de fazer o trabalho. Os espanhóis, pelo contrário, abandonavam-se à sua inclinação por status, ociosidade e vida boa [...]. Quando a grande afluência de ouro terminou, no meio do século 17, a Coroa Espanhola estava endividada até o pescoço [...]. O país entrou em um longo processo de declínio. Ao ler essa história, podemos tirar uma lição: dinheiro fácil faz mal. É um ganho de curto prazo que terá de ser compensado com distorções imediatas e arrependimentos futuros.32

Landes observa um paralelo moderno com países do Oriente Médio que obtiveram dinheiro fácil com o petróleo. Diz ele:

A melhor comparação é com a Espanha dos séculos 16 e 17, amaldiçoada pela riqueza fácil e atraiçoada pelo caminho da ociosidade e da autossatisfação. É assim com os que enriqueceram com o petróleo [...]. Esses países simplesmente não desenvolveram uma economia avançada. Como a Espanha de ontem, eles compraram as qualificações e os serviços de outros em vez de aprender eles mesmos a fazer as coisas.33

Landes identifica uma situação parecida no início da independência de muitas nações latino-americanas (a maioria no começo do século 19). Ele diz que muitos dos principais setores das economias desses novos países dependiam de

commodities como prata, cobre e produtos florestais, mas “pouco se fez do ponto de vista da indústria, e pouco se fez na indústria [...]. Então, as nações da América do Sul continuaram, da mesma forma que antes da independência, economicamente dependentes das nações industriais avançadas”.34

William Bernstein concorda:

Pode até ser que haja uma correlação inversa entre riqueza e recursos naturais. Pense no Império de Habsburgo, ou nos atuais Nigéria, Arábia Saudita e Zaire, e não é difícil chegar à conclusão de que a abundância de recursos naturais é uma maldição. A produção de riqueza proveniente do empreendedorismo comercial, com tomada de riscos e muito suor, estimula instituições governamentais mais sadias, gerando ainda mais riqueza. A produção de riqueza a partir de um número limitado de buracos no solo, de posse do governo ou sob seu controle, gera corrupção e oportunismo.35

É evidente que também é possível usar a riqueza dos recursos naturais com sabedoria.36 Por exemplo, a Noruega, de um modo geral, tem gerido bem as suas vastas reservas petrolíferas.37 A Noruega tem um alto nível de alfabetização, excelentes escolas primárias e secundárias, clareza nos títulos de propriedade de terra, proteção ao direito de propriedade e uma cultura de frugalidade e trabalho duro. Com todos esses fatores positivos, a Noruega possui uma renda per capita muito alta (54.200 dólares).

Outro exemplo positivo é Botsuana. Segundo Acemoglu e Robinson:

Ao se tornar independente, Botsuana era um dos países mais miseráveis do mundo: possuía apenas 12 quilômetros de estrada pavimentada, 22 cidadãos com curso superior e 100 com ensino médio completo [...], no entanto, nos 45 anos seguintes, Botsuana se tornou uma das economias que mais rapidamente

crescem no mundo.38

Sim, a descoberta de minas de diamante em Botsuana ajudou, mas isso foi somente uma parte da história:

Instituições políticas e econômicas inclusivas [foram estabelecidas] depois da independência. Desde então, o país tem sido democrático, com eleições regulares e competitivas, e nunca passou por uma guerra civil ou intervenção militar. O governo estabeleceu instituições econômicas reforçando o direito à propriedade, assegurando a estabilidade macroeconômica e estimulando o desenvolvimento de uma economia de mercado inclusiva.39

Antes de ser anunciada a descoberta da mina de diamantes, o rei Khama instituiu uma mudança na lei para que todos os direitos sobre os minerais do subsolo fossem conferidos à nação, e não à tribo. Isso garantiu que a riqueza de diamantes não criasse grandes desigualdades em Botsuana.40

A abundância de recursos, portanto, pode ajudar uma economia, mas ela é perigosa. Ela pode tirar o foco de um país do objetivo principal que deve manter em mente: a criação contínua de mais bens e serviços, de mais produtos de valor. Se a abundância natural ajuda a atingir esse objetivo, então ela é benéfica. Porém, se ela desvia a nação desse objetivo e leva o povo a ignorar a necessidade de desenvolver qualificações e hábitos de trabalho essenciais, quando os recursos se esgotarem ou não houver mais demanda para eles, a pobreza despontará no horizonte e os cidadãos cada vez mais passarão a se concentrar na missão não produtiva de lutar pelo controle de uma quantidade limitada de recursos.

Nenhuma nação deveria depositar sua esperança de superar a pobreza na exploração exaustiva dos recursos naturais. O objetivo deve ser o de se tornar

uma nação que continuamente crie mais bens — em vez de meramente extrair recursos — e também gere mais serviços.

D. Culpar causas ou entidades externas pela pobreza

Algumas pessoas imaginam que as nações pobres são pobres em consequência de fatores extrínsecos e atos praticados por entidades estrangeiras, como, por exemplo, o colonialismo, os grandes bancos, as megaempresas, os países ricos ou o sistema econômico mundial. O principal problema de se jogar a culpa da pobreza nesses fatores externos é que isso não resolve nada. Isso não ajuda a criar novos bens e serviços dentro de um país pobre. Culpar fatores ou entidades de fora é olhar para trás, e não para a frente.

Mesmo que parte dessa culpa seja verdadeira (e acreditamos que seja; veja a seguir), a pergunta permanece: O que pode ser feito agora? Qual é a solução para seguir adiante?

Além disso, é preciso responder também a esta pergunta: Os fatores ou entidades de fora de uma nação pobre são realmente responsáveis pela pobreza dentro dessa nação? Nos capítulos subsequentes deste livro, descobriremos pelo menos setenta fatores dentro das nações pobres que determinam se elas continuarão na pobreza ou se se tornarão mais prósperas, ano após ano. Nosso argumento neste livro é que esses fatores internos das nações pobres são as principais causas da pobreza remanescente. Portanto, mesmo que fatores ou entidades de fora tenham tido algum efeito negativo sobre as nações pobres, eles são causas secundárias da pobreza atual, não as causas primárias. Tentaremos demonstrar esse argumento nas próximas seções.

No entanto, há um fator externo que pode de fato empobrecer um país. Quando uma nação conquista e oprime outra, reduzindo-a à pobreza e praticamente à escravidão, temos aí uma causa primária da pobreza na nação subjugada. Isso aconteceu com o povo de Israel quando os exércitos filisteus o subjugaram e escravizaram em diversas ocasiões:

Mas os israelitas voltaram a fazer o que era mau aos olhos do Senhor, e este os entregou nas mãos dos midianitas durante sete anos. Os midianitas eram mais fortes que Israel, e por isso os israelitas fizeram esconderijos nos montes, nas cavernas e nas fortalezas. Porque acontecia que, quando Israel semeava, os midianitas, os amalequitas e os outros povos do leste invadiam suas plantações, acampavam na terra e destruíam as plantações até chegarem a Gaza, e não deixavam mantimento em Israel, nem ovelhas, nem bois, nem jumentos (Jz 6.1-4).

Uma opressão trágica semelhante foi sofrida pelos países do Leste Europeu após a Segunda Guerra Mundial, quando foram submetidos à dominação escravizadora da então União Soviética e permaneceram presos na pobreza enquanto a Europa Ocidental experimentava grande prosperidade econômica.

Nesses casos, uma entidade externa, isto é, uma nação opressora, é corretamente responsabilizada pela pobreza. Nações que empobreceram em decorrência de conquista só conseguem sair da pobreza se forem de alguma forma libertadas de seus opressores.

E o que dizer sobre os demais fatores e entidades mencionados anteriormente como causas da pobreza nas nações pobres? Podemos agora examiná-los, um de cada vez: o colonialismo, os bancos que emprestam dinheiro aos países pobres, o sistema econômico mundial e os termos de comércio internacional, as nações ricas e as empresas multinacionais.

1. Colonialismo

Durante o período compreendido entre o século 16 e o século 20, algumas poucas nações poderosas da Europa dominaram outros países (na África, no Sudeste Asiático e na América Latina), transformando-os em “colônias” dependentes. Os principais países colonizadores foram França, Holanda, Grã-Bretanha, Espanha, Portugal, Alemanha e Bélgica.

Teriam esses países meramente espoliado a riqueza de suas colônias, causando assim o seu empobrecimento? Devemos considerar esse colonialismo como causa principal da pobreza que continua a existir nesses países hoje, mesmo que, em alguns casos, já se tenham passado até mais de cem anos desde a obtenção de sua independência? (Às vezes, o colonialismo também é chamado de “imperialismo” por ter construído “impérios” para as nações europeias.)

Não surpreende que o colonialismo tenha sido detestado em todo lugar onde teve influência. Especialmente na África, os colonizadores eram vistos como invasores e espoliadores dos recursos naturais. Os anticolonialistas criam que o colonialismo representava um sistema de espoliação econômica e que era racista e abusivo.

Estudos acadêmicos sobre os efeitos do colonialismo chegaram a uma diversidade de conclusões. Primeiramente mencionaremos alguns estudos que são mais positivos e depois outros mais negativos. Todos parecem concordar que, embora a história seja complexa, os efeitos variam de acordo com as políticas específicas das diversas nações europeias.

Landes, o historiador econômico de Harvard, diz que algumas das ex-colônias

prosperaram economicamente, como, por exemplo, o Canadá, os Estados Unidos, Cingapura e Hong Kong (ex-colônias britânicas); a Finlândia (antiga parte do Império Russo) e a Noruega (antigamente dominada pela Suécia). Ele também observa que a Coreia (do Sul) e Taiwan, que hoje prosperam, já foram colônias do Japão.41

Landes conclui que, ao redor do mundo, as colônias sofreram, mas também houve alguns ganhos:

Praticamente todos os imperialismos trouxeram sofrimento material e psicológico aos povos sujeitados, mas também ganhos materiais, diretos e indiretos, intencionais ou não. Alguns desses ganhos vieram da abertura e do comércio [...]. Os colonos em geral construíam coisas úteis: estradas, ferrovias, portos, prédios, distribuição de água, saneamento etc. [...].

Será que ainda mais coisas úteis teriam sido construídas se esses países fossem livres? Sob os regimes pré-coloniais, é improvável [...]. E pior, os regimes pós-coloniais permitiram que se deteriorasse o legado colonial. As grandes exceções foram as sociedades pós-coloniais do Leste e do Sudeste asiático: Coreia do Sul, Taiwan e Cingapura.42

As potências colonizadoras tiveram diferentes impactos nas suas colônias, em grande parte por terem variado em sua relação com as colônias e nas influências culturais que trouxeram a elas. Nesse sentido, escreve Landes:

Algumas nações imperiais governaram melhor do que outras, e suas colônias saíram-se melhor após a independência. Esse critério rotularia os espanhóis e portugueses como ruins, os holandeses e franceses de menos ruins e os britânicos de pouco ruins, em razão de sua disposição e capacidade para investir em custos sociais (ferrovias na Índia, por exemplo) e de sua confiança nas elites

locais para administrarem em seu nome. Em 1900, a Índia contava com uma milhagem ferroviária 35 vezes maior que a da China, nominalmente independente, um exemplo elogiável do senso britânico de império e dever.43

Os dois séculos de dominação britânica na Índia trouxeram várias consequências benéficas e duradouras. A disseminação nacional da língua inglesa sem dúvida melhorou a comunicação entre as centenas de castas e tribos de diferentes línguas. Os britânicos também deixaram lá um sistema educacional exequível e um sistema de leis e contratos, legando à Índia o Estado de direito e a noção de proteção dos direitos de propriedade. A extensa infraestrutura de estradas, ferrovias, portos, escolas, hospitais e outros grandes avanços surgiram devido à influência britânica.

Até o primeiro-ministro indiano Manmohan Singh reconheceu alguns dos benefícios do colonialismo britânico em um discurso proferido na Universidade de Oxford no início do século 21:

Hoje, com o equilíbrio e a perspectiva que a passagem do tempo permite e a vantagem da retrospectiva, é possível para um primeiro-ministro indiano afirmar que a experiência da Índia com a Grã-Bretanha teve também consequências proveitosas. Nossas noções de Estado de direito, de governo constitucional, de imprensa livre, de serviço público progressista, de universidades e laboratórios de pesquisa modernos foram todas moldadas no cadinho que amalgamou uma vetusta civilização com o império dominante da época.44

Aqui está uma descrição recente do colonialismo, feita por Niall Ferguson:

Cada potência europeia tinha sua forma particular de competir pela África. Os franceses favoreciam as ferrovias e os centros de saúde. Os britânicos fizeram mais do que cavar em busca do ouro e procurar por vales de prosperidade; eles

também construíram escolas missionárias. Os belgas transformaram o Congo em um imenso Estado cativo. Os portugueses fizeram o mínimo possível. Os alemães foram os retardatários da festa. Para eles, colonizar a África significava testar em um laboratório gigante, dentre outras coisas, uma teoria racial. Segundo a teoria do "darwinismo social", os africanos eram biologicamente inferiores [...]. Os britânicos e franceses tinham a ideia de abolir a escravidão colonial durante o século 19. Os alemães, não.45

Um dos mais respeitados especialistas do século 20 no estudo das consequências econômicas da colonização foi P. T. Bauer, professor de Economia na London School of Economics. Seu resumo sobre o impacto do domínio colonial britânico na África mostra efeitos tanto positivos como negativos. Ele resume os efeitos positivos da seguinte forma:

Antes do domínio colonial, as condições na Costa do Ouro [na África Ocidental] eram extremamente primitivas, e a vida era breve e arriscada. As condições de vida das pessoas melhoraram inacreditavelmente durante o período colonial [...]. Na Costa do Ouro, havia cerca de 3 mil crianças na escola no início do século 20, ao passo que, na década de 1950, o número já era de mais de meio milhão. No início da década de 1890, não havia nenhuma ferrovia ou estrada na Costa do Ouro, somente algumas trilhas na selva. O transporte de bens era feito por tração humana ou canoas. Por volta da década de 1930, já existiam ferrovias e estradas cobertas com pranchas de madeira. As viagens por terra, que em 1890 duravam dias, podiam ser feitas em algumas horas. Na África Ocidental britânica, a segurança e a saúde pública melhoraram extraordinariamente ao longo daquele período. Viajar em paz se tornou possível; a escravidão, o tráfico de escravos e a fome foram praticamente eliminados, e a incidência das piores doenças foi amplamente reduzida.46

Bauer também identifica consequências negativas: "A conquista colonial vinha normalmente acompanhada de derramamento de sangue".47 E Bauer reconhece também que houve ao menos uma exportação terrivelmente destrutiva, trazida pelos britânicos à África: a ideia socialista de que o governo deveria controlar a

economia de uma nação. Por exemplo, os governos começaram a adotar medidas de “monopólio estatal para a exportação de todos os principais produtos agrícolas”.48 Isso permitia aos governos africanos pagar aos agricultores da região “muito menos que os preços do mercado mundial” por suas mercadorias agrícolas, para então vendê-las por preços elevados nos mercados internacionais, embolsando a diferença.49

Bauer atribui essa exportação de ideias socialistas à popularidade das teorias socialistas entre as autoridades governamentais britânicas nas décadas de 1930 e 1940:

A emergência e difusão da crença de que o controle estatal da vida econômica era desejável nas áreas social, política e econômica foi um importante fator por trás do surgimento das regulações. Os funcionários públicos britânicos mais influentes, encarregados das questões africanas nas décadas de 1930 e 1940, concordavam com essa crença. Eles também viam com aprovação as políticas que acentuavam o seu poder e status. Ao restringir a concorrência, essas medidas com frequência favoreciam influentes interesses privados, tanto de africanos como de estrangeiros [...].

Os principais efeitos do controle econômico estatal são familiares [...], eles politizam a vida e provocam tensão. Eles restringem a circulação de pessoas, ideias, mercadorias e recursos financeiros. Eles reduzem o volume e a diversidade de contatos externos, inibem a formação de capital produtivo e obstruem tanto a transformação econômica como o emprego eficaz de recursos humanos, financeiros e materiais. Eles separam a atividade econômica da demanda de consumo [...]. Sua operação concede lucros excepcionais ou de monopólio e privilégios a um número limitado de pessoas, causando perdas para outras [...]. A maior parte do custo recai sobre os produtores, que são desencorajados a produzir para o mercado quando os seus termos de comércio se deterioram [...]. Eles podem até [...] voltar para a produção de subsistência.50

Se esse tipo de controle governamental da economia é tão prejudicial, por que ele persistiu? Bauer não tem nenhuma dúvida sobre o motivo:

Os diversos controles econômicos [...] não foram projetados especificamente para beneficiar o africano comum, mas foram sempre úteis aos políticos e funcionários públicos que os impunham e administravam [...]. Os colonizadores partiram, deixando como legado uma fonte de prosperidade política e financeira para os políticos africanos que assumiram o poder.51

Acemoglu e Robinson expressam uma perspectiva semelhante ao falar das "instituições extrativistas" que os governantes coloniais deixaram nos países pobres. Eles dizem que as "instituições políticas extrativistas" são aquelas que "concentram o poder nas mãos de uma pequena elite e colocam poucos limites ao exercício desse poder".52 Paralelas às instituições políticas extrativistas são as "instituições econômicas extrativistas", que são "projetadas para extrair renda e riqueza de um subconjunto da sociedade para o benefício de outro".53 Em Why nations fail, eles afirmam que a influência colonial deixou para trás "instituições extrativistas" que se perpetuaram nas colônias holandesas do Sudeste asiático (p. 250), na África em geral (p. 250-73), na África do Sul em particular (p. 259), na Índia (p. 272-3), em Serra Leoa (p. 342) e em Gana, Quênia e Zâmbia (p. 343).

William Easterly, em The white man's burden [O fardo do homem branco], afirma:

O antigo senso comum estava certo: a época imperial passada não facilitou o desenvolvimento econômico. Ao contrário, ela criou algumas das condições que originaram oportunidades para as intervenções fracassadas da atualidade: Estados falidos e má governança.

Entretanto, continua:

Isso não quer dizer que o Ocidente foi a única força a criar maus governos no resto do mundo, o que seria exagerar o impacto negativo do Ocidente [...] já havia bastante despotismo e política viciosa antes de o Ocidente aparecer. O Ocidente também não é a única fonte de conquista imperial. Lembram-se dos astecas, dos muçulmanos e dos mongóis?54

Easterly explica que, quando as nações europeias começaram a abandonar o domínio colonial e conceder independência às nações coloniais, mais erros foram cometidos:

Primeiro, o Ocidente deu território a um grupo que outro grupo diferente acreditava ser dele. Segundo, o Ocidente traçou fronteiras separando um grupo étnico em duas ou mais partes espalhadas pelas nações, frustrando as ambições nacionalistas desse grupo e criando problemas de minoria étnica nas duas ou mais nações resultantes. Terceiro, o Ocidente misturou em uma mesma nação dois ou mais grupos que eram historicamente rivais.55

A conclusão é que o colonialismo trouxe benefícios econômicos importantes a alguns países, mas menos benefícios a outros, e prolongados efeitos destrutivos sobre o governo de muitos. Onde o colonialismo trouxe teorias socialistas ou "extrativistas" de controle governamental sobre as economias nos países pobres, o legado foi uma classe governante corrupta e abastada, vivendo acima da maioria da população, que é oprimida por seus próprios governos e aprisionada pela pobreza, geração após geração.

Sabemos que os historiadores de hoje têm avaliações bastante divergentes dos benefícios e das consequências negativas do colonialismo europeu. Não é nosso propósito resolver essa polêmica neste livro. A pergunta decisiva hoje é: o que

pode um país pobre fazer agora, olhando para a frente?

Contudo, não nos parece que olhar para trás e culpar o colonialismo contribua para a solução dos problemas atuais, todos eles com causas complexas. A abordagem correta é olhar para a frente e buscar soluções. Especialmente onde restarem economias socialistas bastante controladas, planejadas e dirigidas pelo governo, onde houver o que Acemoglu e Robinson chamam de “instituições extrativistas”, a solução é procurar implementar medidas crescentes de genuína liberdade econômica (veja em Why nations fail, os caps. 4, 5, 7 e 8).

Por fim, talvez haja cidadãos de antigas potências coloniais europeias lendo este livro, e talvez eles agora reconheçam algumas das consequências destrutivas que, com ou sem intenção, foram impostas às nações colonizadas pelos seus países. Há algo que eles possam fazer agora, mesmo após tanto tempo, para ajudar a aliviar um pouco esse dano?

Um passo seria manifestar-se e motivar seus próprios países a mudar quaisquer tarifas de importação que ainda estejam impedindo nações pobres de vender seus produtos em seus países (veja p. 103). Outro passo seria incentivar seus países a abolir os programas de subsídio agrícola que depreciam os preços internacionais dos produtos (veja a discussão nas p. 101-2). Um terceiro passo seria, individualmente ou em grupos, investir no estabelecimento de empresas com fins lucrativos que gerariam empregos e aumentariam a produtividade econômica nas nações pobres (veja p. 196-7). Porém, não cremos que eles devam apoiar qualquer ajuda adicional intergovernamental vinda de países ricos para países pobres, pois isso geralmente cria mais problemas do que ajuda, conforme explicado antes (p. 67-78).

2. Agências que emprestam dinheiro aos países pobres

E as agências internacionais, como o Banco Mundial e o Fundo Monetário Internacional, que têm feito empréstimos a países pobres? Será que o custo de reembolsar esses empréstimos é tão grande que passa a constituir um fardo insuportável para essas nações pobres? Será que essas nações são pobres porque o custo de honrar esses empréstimos é alto demais?

O ponto principal a ser lembrado aqui é que esses empréstimos representam recursos transferidos aos países pobres, e não tomados deles, e praticamente todos os empréstimos foram feitos com juros bastante favoráveis, muito abaixo das taxas de mercado para empréstimos nos mercados financeiros internacionais normais. Os empréstimos foram feitos presumivelmente para financiar projetos que seriam lucrativos e que renderiam uma taxa substantiva de retorno.

Bauer explica:

As dívidas externas do Terceiro Mundo não são resultado ou reflexo de exploração. Elas representam recursos que foram providos [...]. As dificuldades de honrar essas dívidas não refletem exploração externa ou termos desfavoráveis de comércio. Elas são fruto do uso negligente do capital provido ou de políticas monetárias e fiscais inadequadas.56

A Bíblia é enfática: quem toma emprestado deve pagar de volta as suas dívidas:

O ímpio toma emprestado e não paga; mas o justo se compadece e dá (Sl 37.21).

Dai a cada um o que lhe é devido: a quem tributo, tributo; a quem imposto, imposto [...]. Não fiqueis devendo coisa alguma a ninguém, a não ser o amor de uns para com os outros; pois quem ama o próximo tem cumprido a lei (Rm 13.7,8).

Alguns cristãos têm militado pelo "perdão da dívida externa" de nações pobres. Isso é, na verdade, um apelo para que empréstimos sejam cancelados sem que sejam cobrados. Porém, alguém terá de saldar essas dívidas, que em geral são os pagadores de impostos nas nações que emprestaram o dinheiro. Portanto, o pedido de perdão da dívida é essencialmente um apelo para que se dê mais ajuda externa a países severamente endividados. Assim, os argumentos dados anteriormente sobre ajuda externa se aplicam diretamente a essa questão.57

Easterly dedica um capítulo inteiro ao perdão de dívidas no seu livro The elusive quest for growth [O espetáculo do crescimento] (p. 123-37). Ele conclui:

Nosso coração nos diz para perdoar dívidas de modo a ajudar os pobres. Infelizmente, a cabeça contradiz o coração. O perdão da dívida confere ajuda àqueles receptores que melhor demonstraram sua capacidade de fazer mau uso dessa ajuda. É inútil perdoar a dívida de países com governos que não apresentam mudança de comportamento. A mesma má administração de fundos que causou a dívida elevada impedirá que a ajuda proveniente do perdão da dívida chegue aos que são verdadeiramente pobres.58

Como os empréstimos representam recursos que foram transferidos para um país pobre, eles não podem corretamente ser considerados a origem da pobreza nesse país. Algumas pessoas da nação pobre receberam enormes quantias de dinheiro desses empréstimos, e os que receberam os benefícios devem reembolsar os custos. Angus Deaton, professor de Economia em Princeton, diz: "Segundo a Comunidade Europeia, o valor total de recursos roubados em contas pessoais no

exterior equivale a metade da dívida não liquidada de toda a África”.59

Se líderes corruptos, que roubaram imensas fortunas do dinheiro de empréstimos, agora tributam o povo pobre de sua nação para restituir o dinheiro roubado, então seria justo a culpa recair totalmente sobre esses líderes. Eles estão empobrecendo o seu país. Os empréstimos em si não empobreceram o país.

Entretanto, o que acontece se o líder corrupto que roubou os fundos tiver sido deposto e não houver nenhuma forma de recuperar o dinheiro roubado? Easterly acredita (e nós concordamos) que, em casos bastante limitados como esse, o perdão da dívida possa ser justificado:

Um programa de cancelamento de dívida pode fazer sentido se cumprir duas condições: (1) ele é concedido quando houver uma mudança comprovada de um governo irresponsável para um governo com boas políticas; (2) ele é concedido como um evento único, que jamais se repetirá [...]. Pode ser que a dívida tenha sido herdada de um mau governo por um bom governo que genuinamente tentará ajudar os pobres. É compreensível que a dívida seja cancelada nesse caso [...]. Um programa de cancelamento de dívida que não cumpre qualquer uma dessas duas condições resulta em mais recursos sendo transferidos a países com más políticas, em vez de países pobres com boas políticas.60

3. O sistema econômico mundial e os termos do comércio internacional

E o sistema econômico mundial? Será que as nações ricas se juntam em uma conspiração para pagar preços injustamente baixos pelos produtos agrícolas dos produtores dos países pobres?

Essa insinuação comum denota uma compreensão equivocada sobre como os preços de produtos agrícolas são determinados. Aqui discutiremos sobre o café, mas o argumento se aplica a centenas de outros produtos agrícolas.

a. Ninguém pode controlar o preço das mercadorias nos mercados mundiais

Primeiro, não são as nações que compram café, são as empresas. Há milhares de grandes e pequenas empresas no mundo que querem comprar café para os seus clientes. Isso inclui (nos Estados Unidos) as empresas que vendem café com as marcas Starbucks, Seattle's Best, Nestlé, Maxwell House, Folgers, Dunkin Donuts, Yuban, Melitta e milhares de outras marcas de café. Não são países como a Grã-Bretanha, a França, a Alemanha ou os Estados Unidos. Trata-se de empresas independentes, presentes em praticamente todos os países do mundo.

Em segundo lugar, o preço do café é principalmente determinado por dois fatores: oferta e procura. Quando os consumidores ao redor do mundo bebem mais café, as companhias de café precisam comprar mais, o que significa que a quantidade demandada nos mercados de café aumenta. Isso eleva o preço. Porém, se as pessoas beberem menos café, a quantidade demandada diminui, o que diminui o preço. Com muitos milhares de compradores ao redor do mundo, nenhuma empresa ou nação pode determinar a demanda geral por café.

E a oferta? Se é um ano ruim para a colheita de café, menos café é ofertado, o café fica escasso e os compradores estão dispostos a pagar mais ou a beber menos para não ficar sem o produto. A menor quantidade ofertada eleva os preços. Mas, se houver uma grande safra de café, então mais café será oferecido e, com isso, haverá mais para vender do que as companhias planejavam comprar. Os vendedores têm de diminuir os preços para vender o café. Uma oferta maior força a queda do preço do café.

Ao redor do mundo, milhares e milhares de pequenos e grandes cafeicultores decidem todos os anos quanto eles irão plantar e esperar colher. (Eles precisam planejar com antecedência, porque o cafeeiro precisa se desenvolver durante 3 a 5 anos antes de produzir os frutos de café.) Com tantos milhares de cafeicultores, nenhuma empresa ou nação consegue determinar a oferta geral de café.

Enquanto eu (Wayne Grudem) escrevo este capítulo, o preço mundial do café é de 210 centavos de dólar por libra (esse é o preço "composto" entre diversos mercados e variedades). Nas bolsas de café de várias cidades do mundo, 210 centavos de dólar por libra é o preço de interseção entre oferta e demanda. Os cafeicultores estão dispostos a vender (oferta) o seu café por esse preço e as companhias de café estão dispostas a comprá-lo (demanda) por esse preço. (Nessa discussão, estamos mantendo os demais fatores constantes e omitindo os custos de transação para simplificar.)

Em um sistema como esse, com um mercado mundial e preços determinados por centenas de milhares de decisões individuais, não há qualquer possibilidade de uma megaempresa ou nação rica dizer: "Queremos pagar aos cafeicultores um preço perversamente baixo, um preço injusto. Não achamos que eles devem receber 210 centavos de dólar por libra de café. Pagaremos somente 150 centavos de dólar por libra!".

Suponha que uma companhia poderosa, como, por exemplo, a cadeia de cafeterias Starbucks, decida que pagará apenas 150 centavos de dólar por libra. Os agentes de compra da Starbucks iriam às bolsas de café nas cidades ao redor do mundo e anunciariam: “Nossa oferta é de comprar café a 150 centavos de dólar por libra!”. O que aconteceria?

Os corretores caçoariam deles, convidando-os a se retirarem. Ninguém venderia café aos agentes de compra da Starbucks. Por que vender café à Starbucks a 150 centavos de dólar por libra quando eles podem vender a qualquer outra pessoa do mundo a 210 centavos de dólar por libra? E, se ninguém vendesse à Starbucks por aquele preço, a Starbucks não tardaria a ficar sem café, e seus consumidores iriam se irritar e trocar de cafeteria. A Starbucks sabe disso; assim, seus agentes de compra não têm escolha senão ofertar 210 centavos de dólar por libra, o preço mundial do café. Portanto, nenhuma pessoa, nenhum governo ou megaempresa é capaz de “determinar” o preço mundial dos produtos agrícolas.

E o que dizer da campanha que estimula as pessoas a comprarem o café fair trade, que é mais caro? A promessa do movimento fair trade é de que os cafeicultores dos países pobres receberão um preço maior pelo café, se for produzido em melhores condições de trabalho, com salários maiores. O café que então é comercializado como “café fair trade” é vendido a um preço mais alto aos consumidores das nações ricas.

À primeira vista, um sistema simples como esse parece ser uma forma sensata de ajudar os cafeicultores pobres a ganharem mais dinheiro. No entanto, o consenso geral entre os economistas é de que ele não ajuda muito e pode até mesmo ser prejudicial.

O economista Victor Claar ressalta que “o café fair trade representa aproximadamente apenas 1% dos mercados de café nos Estados Unidos e na Europa”.61 Claar destaca um prejuízo econômico que vem do aumento artificial do preço de alguns cafés acima do que o mercado mundial irá suportar (isto é,

mais caro que o preço determinado pela oferta e procura internacional). Pagar a alguns cultivadores um preço mais alto pelo café que o preço de mercado mundial os motiva a cultivar mais café do que o mercado realmente necessita. Claar escreve:

Portanto, enquanto há café cultivado em excesso em relação à demanda global em geral, também não há demanda suficiente para comprar, ao preço do fair trade, todo o café cultivado como café fair trade. Em ambos os casos, simplesmente há café demais.62

Desse modo, a oferta maior de café deprecia o preço para outros cafeicultores que não fazem parte do movimento fair trade. (O que se assemelha um pouco ao que acontece por causa de subsídios pagos pelos Estados Unidos a determinados agricultores, concedendo-lhes um preço acima do preço de mercado mundial por sua produção, resultando em um excesso de safras que são “despejadas” no mercado mundial, depreciando os preços agrícolas de outros países.)

Claar continua dizendo que aumentar artificialmente o preço do café somente prolonga o problema do excesso de café no mercado internacional:

Se o problema fundamental com o mercado de café são os preços baixos por haver café demais, então parece que o movimento fair trade pode até mesmo estar piorando o problema em vez de melhorá-lo, porque ele aumenta os incentivos para a produção de mais café.63

Um outro problema é que, ao pagar um preço mais alto que o preço mundial de mercado pelo café, o movimento fair trade incentiva os agricultores a continuarem produzindo café quando poderiam estar se saindo melhor se mudassem para outro tipo de plantio, que esteja em maior demanda. (Claar mostra como a Costa Rica substituiu sua produção por novos produtos de

exportação e aumentou significativamente o valor de suas exportações.)64

Mencionamos anteriormente que Paul Collier é professor de economia na Universidade de Oxford e ex-diretor de pesquisa em desenvolvimento do Banco Mundial. Ele escreve o seguinte acerca do café fair trade (mas os argumentos também se aplicam a campanhas fair trade para outros produtos):

O acréscimo no preço de produtos fair trade é uma forma de transferência beneficente, e evidentemente não há qualquer mal nisso. Porém, o problema resultante, em comparação a outras formas de distribuir ajuda às pessoas, é que ele estimula os recebedores a continuarem fazendo o que estão fazendo: produzir café [...]. Eles recebem a caridade enquanto continuam produzindo as colheitas que os aprisionaram na pobreza.65

Estamos de acordo com essas análises econômicas e, portanto, não podemos recomendar o apoio ao movimento fair trade. Contribuições beneficentes para os pobres são dadas de forma mais eficaz por outros meios, e doações desse tipo jamais levarão a uma solução de longo prazo para a pobreza mundial.

b. Governos de países pobres às vezes impedem que os agricultores recebam o preço mundial por suas colheitas

Os governos de países pobres podem forçar os agricultores pobres a aceitar preços injustamente baixos, muito abaixo do preço internacional de mercado, por meio de impostos, taxas, restrições de licença, tarifas, quotas e outras distorções do mercado. Bauer explica como isso pode ocorrer:

Os preços mundiais de café e cacau [...] são determinados por forças de

mercado, e não impostos pelo Ocidente. Os agricultores de muitos países exportadores, por sua vez, recebem muito menos que os preços de mercado por estarem sujeitos a taxas de exportação extremamente elevadas, além de outras barreiras governamentais semelhantes.66

Bauer acrescenta que, após o fim do domínio colonial britânico, "a maior parte da exportação agrícola das colônias britânicas na África, incluindo praticamente todos os bens de exportação produzidos por africanos, era efetuada por meio de monopólios estatais de exportação conhecidos como marketing boards [diretorias de comercialização] [...]. [Elas] se tornaram o instrumento mais importante de controle econômico estatal da África".67 As marketing boards recebiam o preço mundial pelo produto de uma colheita, tomavam grande parte para si e então pagavam aos agricultores locais um preço muito mais baixo com o que havia restado.

Embora muitas dessas marketing boards já tenham sido abolidas, ainda é importante verificar em cada nação se há tarifas ou quotas impostas pelo governo ou monopólios regionais de comercialização, o que significa que os agricultores recebem muito menos que o preço de mercado mundial por seus produtos agrícolas — e se há funcionários públicos lucrando com essas tarifas, quotas ou monopólios.

Porém, se os agricultores recebem um valor aproximado do preço mundial de mercado por sua produção, entendemos que não há nada que uma nação pobre possa fazer para aumentar o preço. Se os agricultores consideram que o preço mundial de mercado não é suficiente para sua sobrevivência, cabe a eles a decisão de buscar algum outro produto que seja mais lucrativo. Culpar algo que não pode ser mudado não ajuda uma nação a produzir mais bens e serviços de valor.

c. Nações ricas "despejam" o excedente da produção agrícola no mercado mundial, depreciando injustamente os preços mundiais

O “despejo (dumping) de mercadorias” também afeta negativamente os valores que os agricultores recebem nas nações pobres. Isso ocorre quando governos (em geral, nas nações ricas da Europa e nos Estados Unidos) pagam volumosos subsídios aos fazendeiros de seu país, o que significa que muitos agricultores recebem acima dos preços mundiais de mercado por produtos como trigo, amendoim, beterraba de açúcar e muitos outros. O governo faz uma garantia de “preço de apoio”, então os produtores plantam um produto (por exemplo, trigo) em maior quantidade do que a demandada pelo mercado mundial. O governo, então, compra o trigo desses produtores pelo preço prometido, armazenando-o em grandes celeiros. Isso acontece nos Estados Unidos, por exemplo, todos os anos.

O que é feito com esse trigo excedente? O governo dos Estados Unidos pode doá-lo a outros países do mundo (e, nesse caso, destruir o mercado de trigo produzido nesses países, pois os agricultores não conseguem competir com um produto gratuito) ou pode colocá-lo à venda no mercado internacional por um preço menor que o preço mundial de mercado (e, nesse caso, a afluência de oferta deprecia o preço mundial de mercado para o trigo e, novamente, os produtores dos países pobres recebem menos do que receberiam de outra sorte).

Muitos economistas creem que esse sistema de subsídios agrícolas é economicamente prejudicial e gostariam de vê-lo abolido. Concordamos com eles. Quando nações ricas “despejam” imensas quantidades de um tipo de colheita no mercado mundial, elas definitivamente prejudicam os agricultores de países pobres. Entendemos que esses subsídios também são economicamente prejudiciais nos próprios países em que ocorrem. No entanto, há motivos políticos para manter esses subsídios em várias nações, e um de nós escreveu a respeito disso em outro estudo.68 Afirmamos publicamente que esses subsídios devem ser abolidos.69

Mas a pergunta vital para as nações pobres é esta: O que pode ser feito a respeito dessa prática?

Honestamente, é improvável que qualquer nação pobre ou grupo de nações pobres consiga parar o dumping de produtos excedentes no mercado mundial em um futuro previsível. A prática somente pode ser mudada pelos poderes políticos internos de cada país que faz uso dela, e isso pode ou não acontecer logo. Nossa esperança certamente é que seja mudada. O único passo (por ora) que os países pobres podem dar parece ser a sua adaptação às circunstâncias atuais.

É importante manter o objetivo principal em mente: produzir bens e serviços em maior quantidade. Se o mercado mundial do trigo é imprevisível e se o plantio de trigo, portanto, parece ser uma improvável fonte rentável para os produtores, ano após ano, então a única solução (que não envolva produzir muito mais trigo) é mudar o plantio para alguma outra cultura. Em outras palavras, as nações pobres podem adaptar-se com êxito ao dumping de mercadorias estrangeiras escolhendo outras culturas ou produzindo outros produtos que não estejam sujeitos a essa prática.

A questão importante é que a pobreza não pode ser solucionada atribuindo-se a culpa a outros fatores ou entidades, nem mesmo às nações que “despejam” mercadorias subsidiadas no mercado mundial. Reconhecer essa prática como uma causa da pobreza não contribui de forma alguma para a solução do problema (a menos que as nações que praticam o dumping mudem suas políticas por causa disso, o que esperamos que elas façam um dia). As populações das nações pobres podem almejar e descobrir como criar continuamente mais produtos — outros produtos — de valor.

d. Nações ricas impõem injustamente tarifas e quotas prejudiciais sobre os produtos que importam de nações pobres

Somos de opinião que, quando países ricos impõem tarifas ou quotas restritivas sobre bens importados de países pobres, eles causam dificuldades injustas a

esses países pobres. Se um país latino-americano pode produzir tomates mais baratos que os produtores nos Estados Unidos, então os consumidores dos Estados Unidos se beneficiam dos preços mais baratos e os agricultores latino-americanos se beneficiam de uma obtenção maior de renda. O governo dos Estados Unidos não deveria impedir que os agricultores latino-americanos recebessem esse benefício forçando-os a pagar tarifas elevadas quando eles tentam introduzir os tomates nos Estados Unidos, para proteger os produtores de tomate americanos. O livre comércio traz benefícios para ambas as nações.70 (Veja a discussão a seguir sobre vantagem comparativa, p. 180-3.) É importante que cidadãos e lideranças de países ricos atuem para eliminar essas tarifas e quotas prejudiciais. Aliás, as duas primeiras recomendações legislativas propostas pela Comissão HELP ao Congresso dos Estados Unidos em 2007 incluíam: “Garantir acesso isento de impostos e de quotas aos mercados dos Estados Unidos” para muitos países pobres, especialmente “aqueles países com um PIB per capita menor que 2.000 dólares”.71

Entretanto, exceto pela participação em rodadas de negociação comercial que podem levar anos para chegar a uma resolução, as nações pobres não têm como remover essas tarifas. A abolição de qualquer tarifa requer a aprovação do país que a impõe. No momento, é importante que as nações pobres mantenham o foco naquilo que elas podem mudar sozinhas, especialmente o objetivo principal de produzir mais bens e serviços de valor.

4. Nações ricas e empresas multinacionais

Por fim, alguns alegam que nações ricas, ou talvez grandes empresas multinacionais, empobreceram países roubando-lhes sua riqueza. Esse é o argumento de que as nações ricas se tornaram ricas por terem empobrecido as nações pobres. Será que existe algum mérito nessa acusação?

a. As nações pobres já eram pobres antes de as nações ricas enriquecerem

Primeiramente, as nações que são pobres hoje não eram prósperas no passado.72 Segundo, os países que são ricos hoje se tornaram ricos produzindo seus próprios bens e serviços. Em geral, eles não enriqueceram empobrecendo as nações pobres.73 Terceiro, a evidência concreta da história mostra que a acusação de que os países ricos em geral são responsáveis pela pobreza nos países pobres simplesmente não é verdade.

Até cerca de 1700, havia pouca diferença entre a vida das pessoas comuns nos países mais ricos e nos mais pobres do mundo. A maior parte das pessoas trabalhava duro, obtinha comida, vestuário e abrigo apenas suficiente para sobreviver, e via pouca mudança no seu padrão de vida, século após século. Sobreviver com menos de 1 dólar por dia era comum.

Porém, por volta de 1770, a Revolução Industrial começou na Grã-Bretanha e logo se espalhou por outros países. Landes observa que a renda per capita britânica “duplicou entre 1780 e 1860, e depois multiplicou por seis entre 1860 e 1990”.74 Em suma, alguns países produziram uma nova e tremenda prosperidade, e outros continuaram pobres. Landes afirma: “A Revolução Industrial tornou alguns países mais ricos e outros (relativamente) mais pobres;

ou, de forma mais precisa, alguns países tiveram uma revolução industrial e enriqueceram; outros não a tiveram e continuaram pobres”.75

b. Às vezes nações pobres vendem seus recursos naturais em vez de bens manufaturados

Reconhecemos que nações pobres às vezes fazem acordos para vender alguns de seus recursos naturais (como petróleo e minério) a grandes empresas de outros países. Quando essas transações são voluntárias e as empresas pagam monetariamente pelos recursos, essa prática não deve ser chamada de “roubo”, e sim de “compra” de recursos. Uma vez que existe um mercado mundial de commodities, em que muitas empresas competem para comprar os recursos de um país pobre, qualquer companhia terá de pagar o preço de mercado mundial, caso contrário o país negociará com outro comprador. (Entretanto, é possível que uma empresa suborne funcionários públicos de um país pobre para obter um acordo abaixo do preço mundial, tratando-se de uma irregularidade moral por parte tanto da empresa como dos funcionários do governo.)

Conforme o que discutimos antes (veja p. 82-5), não cremos que esgotar os recursos naturais de um país seja um bom caminho para o aumento do PIB e a superação da pobreza. Porém, a menos que os recursos sejam espoliados por ocupação militar ou suborno, é incorreto chamar de “roubo” essa transferência de recursos.

c. Os contatos econômicos com o Ocidente, na maioria das vezes, ajudaram as nações pobres

Bauer explica os resultados de transações econômicas entre países ricos e pobres:

Longe de ter causado a pobreza no Terceiro Mundo, o contato com o Ocidente tem sido o seu principal agente de progresso material [...], e o nível de prosperidade material geralmente diminui à medida que nos distanciamos dos focos de impacto do Ocidente. Os povos mais miseráveis e atrasados tiveram pouco ou nenhum contato externo, como é o caso dos aborígenes, pigmeus e povos do deserto.76

A prosperidade do Ocidente foi gerada por seus próprios povos e não foi tomada de outros.77

O Ocidente não causou a penúria no Terceiro Mundo. Esta ocorreu nas regiões mais atrasadas, sem praticamente nenhum comércio exterior. [Esse atraso às vezes] reflete as políticas dos governantes que são contrários a comerciantes [...] e frequentemente à propriedade privada.

Ao contrário das diversas acusações e alegações [...] o padrão mais elevado de consumo no Ocidente não foi obtido privando outros daquilo que eles produziram. O consumo ocidental é mais do que compensado pela produção ocidental.78

Bauer também destaca que a acusação frequente de que os países ricos "exploraram" as nações pobres do mundo começou com a ideologia marxista e se tornou um argumento padrão levado adiante por estudiosos marxistas. Diz ele:

A noção de exploração ocidental do Terceiro Mundo é regra nas publicações e declarações provenientes da União Soviética e de outros países comunistas [...]. [Segundo a] ideologia marxista-leninista [...] qualquer lucro sobre o capital privado implica exploração [...]. O principal pressuposto por trás da ideia de que

o Ocidente é responsável pela pobreza do Terceiro Mundo é que a prosperidade de indivíduos e de sociedades geralmente reflete a exploração de outros [...]. De acordo com a ideologia marxista-leninista, o status colonial e o investimento estrangeiro são, por definição, evidências de exploração.79

A conclusão de Bauer, porém, é o oposto disso. Ele escreve:

Na verdade, o investimento estrangeiro privado e as atividades de empresas multinacionais têm expandido as oportunidades e aumentado as rendas e as receitas governamentais do Terceiro Mundo. Fazer alusão ao colonialismo econômico ou neocolonialismo é desvalorizar o idioma e distorcer a verdade.80

Temos de reconhecer que algumas interações econômicas entre nações ricas e pobres causaram danos. Houve ocasiões em que ricas empresas multinacionais subornaram funcionários de governos em países pobres para assegurar privilégios de monopólio que oprimiram as pessoas comuns nesses países e impediram o funcionamento livre de mercados (esse mal será discutido na próxima seção). Nesses casos, tanto as empresas que pagaram o suborno como os funcionários públicos que o aceitaram compartilham da culpa moral. Porém, vemos isso como a degradação de mercados livres, não como culpa do sistema de livre mercado em si. (E muitos países, como os Estados Unidos, declaram ilegais essas práticas para companhias americanas que têm negócios em outros países.)

Em termos gerais, contudo, Bauer não tem dúvida de que a interação econômica entre nações ricas e pobres tem sido imensamente benéfica para os países pobres:

De modo geral, é anormal ou até mesmo perverso sugerir que relações comerciais externas prejudicam o desenvolvimento ou o padrão de vida das

pessoas do Terceiro Mundo. Elas são canais para o fluxo de recursos humanos e financeiros e para novas ideias, métodos e cultivos. Elas beneficiam pessoas com uma ampla e diversificada fonte de importados e com a abertura de mercados à exportação.81

As áreas mais pobres do Terceiro Mundo não possuem comércio exterior. Sua condição mostra que as causas do atraso são domésticas e que os contatos comerciais exteriores são benéficos. Mesmo se os termos de troca forem desfavoráveis em um critério ou outro, isso somente quer dizer que as pessoas não se beneficiam do comércio exterior como se beneficiariam se os termos de troca fossem mais favoráveis. As pessoas se beneficiam com a ampliação de oportunidades que o comércio exterior representa.82

d. Será que as empresas multinacionais pagam salários injustos em países pobres?

O que dizer sobre a alegação de que as grandes empresas multinacionais vêm a países pobres e pagam salários injustamente baixos, tirando vantagem dos trabalhadores nesses países? Ao responder a essa pergunta, é importante diferenciar entre um mercado de trabalho em um país que é completamente livre e um mercado de trabalho que é limitado por leis e regulações restritivas de contratação.

Assim como o governo de um país pobre pode restringir as exportações de café para que os produtores locais recebam muito menos que o preço internacional pelo seu produto (e os funcionários do governo embolsam a grande diferença, ao venderem o café no mercado mundial), o governo pode também manter os salários artificialmente baixos. Por exemplo, o governo pode conceder licença somente a uma companhia para construir uma fábrica e contratar trabalhadores em uma determinada região.

Vamos supor que as autoridades governamentais de um país pobre assinem um acordo lucrativo com a empresa Tênis Fama Mundial para construir uma fábrica de calçados em uma determinada área e que, como parte do acordo, eles garantam (por causa do dinheiro que recebem) que não vão conceder licença a qualquer outra empresa para construir fábricas naquela área. A Tênis Fama Mundial detém o controle monopolista sobre a contratação de mão de obra local, podendo pagar salários extremamente baixos e manter condições de trabalho terríveis.

Nessa situação, boa parte da culpa deve ser creditada aos funcionários do governo que criam e protegem o monopólio da Tênis Fama Mundial no mercado de trabalho da região. Porém, sendo as condições de trabalho e o salário desumanos, a Tênis Fama Mundial também é culpada. O Novo Testamento diz: "Senhores, tratai vossos escravos com justiça e imparcialidade, sabendo que também tendes um Senhor no céu" (Cl 4.1).

Porém, se não houver essas restrições governamentais à contratação, então qualquer empresa no mundo pode vir e contratar trabalhadores, e um elemento de competição entra no mercado de trabalho. Os salários passam a ser definidos pelo preço de mercado vigente. Se a Tênis Fama Mundial oferece às pessoas somente 1 dólar por hora de trabalho, então a Saucony pode vir e oferecer às pessoas 1,50 dólar por hora, e a Jockey está livre para construir uma fábrica de camisas e propor 1,75 dólar por hora, e assim por diante. Com um mercado de trabalho livre, cada empresa fabricante de bens no mundo está livre para competir pela mão de obra local.

Nesse tipo de mercado de trabalho, os trabalhadores locais estão livres para trabalhar para qualquer empresa que desejarem, e ninguém pode "determinar" o preço da mão de obra, que é regulado pela interação entre oferta e demanda no mercado livre. Se uma empresa oferece 1,50 dólar por hora para quinhentos empregos e descobre que há quinhentos candidatos qualificados, a oferta certamente é compatível com a demanda, e 1,50 dólar por hora é um salário "justo" e "legítimo". É o preço pelo qual os trabalhadores estão dispostos a

trabalhar naquele mercado de trabalho. Presumivelmente, eles decidiram que é melhor trabalhar por 1,50 dólar por hora do que ficar desempregado ou trabalhar na agricultura de subsistência.

Será que a fábrica que paga 1,50 dólar por hora empobrece esses trabalhadores? De forma alguma. Ela os faz prosperar mais do que antes, e a prosperidade adicional desses trabalhadores sem dúvida traz benefícios ao resto da economia também.

Uma das vantagens econômicas que as nações pobres têm hoje é uma oferta de mão de obra barata. Baixos custos de mão de obra são economicamente atraentes para que empresas construam fábricas e invistam em países pobres, ajudando-os, dessa forma, a criar bens e serviços e a avançar rumo à prosperidade.

Quando as pessoas alegam que as empresas não deveriam pagar salários tão baixos (sugerindo que salários mais próximos aos dos americanos ou dos europeus ocidentais seriam mais "justos"), elas não compreendem que qualquer regulação que exija que as empresas paguem salários mais altos em um país pobre tende a tirar a vantagem econômica desse país, tornando mais difícil para aquele país competir no mercado internacional e atrair as fábricas e os investimentos necessários para o crescimento econômico.

e. A Bíblia não culpa os ricos em geral pela pobreza dos pobres

Concordamos que a Bíblia às vezes denuncia países e governantes que oprimem os outros por meio de poderio militar como responsáveis pela pobreza das nações e das pessoas pobres. Ela também culpa os poderosos e abastados que retêm injustamente o salário (veja Tg 5.4: "O salário, que desonestamente deixastes de pagar aos trabalhadores que colheram nos vossos campos, clama; os clamores dos ceifeiros chegaram aos ouvidos do Senhor dos exércitos"). Mas a

Bíblia jamais culpa as pessoas ou nações ricas em geral pelas situações dos que vivem em pobreza.83

Na verdade, a Bíblia lista inúmeras causas da pobreza. Parte da pobreza é causada por guerras, crimes, enfermidades, acidentes ou desastres naturais. E parte da pobreza é causada por maus governos que roubam o povo ou por pessoas ricas e poderosas que trapaceiam e enganam outras:

Na lavoura do pobre, há muito mantimento, mas tudo se perde por falta de juízo (Pv 13.23).

Quem oprime o pobre para enriquecer e quem dá ao rico certamente passarão necessidade (Pv 22.16; veja tb. Tg 5.4, citado anteriormente).

Outras vezes, a Bíblia vê a pobreza como resultante da preguiça ou do amor demasiado pelo prazer:

Preguiçoso, até quando ficarás deitado? Quando despertarás do teu sono? Um pouco para dormir, um pouco para cochilar, um pouco para descansar de braços cruzados. A tua pobreza te sobrevirá como um ladrão, e a tua necessidade, como um assaltante (Pv 6.9-11).

Em todo trabalho há proveito; as meras palavras, porém, só levam à miséria (Pv 14.23).

Quem ama os prazeres empobrecerá; quem ama o vinho e o azeite nunca

enriquecerá (Pv 21.17).

Quem lavra sua terra se fartará de alimento, mas quem segue os preguiçosos se encherá de pobreza (Pv 28.19).

Às vezes Deus, em sua soberania, traz até mesmo a pobreza sobre pessoas gananciosas e avarentas:

O que distribui com generosidade enriquece; o outro, que retém mais do que é justo, empobrece (Pv 11.24).

O invejoso corre atrás das riquezas e não sabe que a miséria o aguarda (Pv 28.22).

Mas o ponto importante aqui é que o mero fato de alguns serem ricos jamais é visto em si como a causa da pobreza.

Alegar que países ricos são responsáveis pela pobreza de países pobres ou que a pobreza resulta de empresas ricas "explorando" países pobres muitas vezes contraria os fatos e certamente é contraproducente. Isso não contribui para aumentar a prosperidade de uma nação pobre. Em nada contribui para ajudá-la a criar mais bens e serviços.

Nenhuma nação pode esperar superar a pobreza e aumentar a prosperidade culpando fatores ou entidades externas por sua pobreza. Esse foco na identificação de um culpado não ajuda a resolver o problema. O objetivo deve

ser o de fazer com que a nação passe a criar continuamente mais bens e serviços.

E. Conclusão: o que não deve ser o alvo

A produção de um volume maior de bens e serviços não acontece por meio da dependência de doações de outros países, da redistribuição de riqueza dos ricos para os pobres, do esgotamento de recursos naturais ou da atribuição de culpa a fatores e entidades de fora da nação — seja o colonialismo, os bancos que emprestaram dinheiro, o sistema econômico mundial, as nações ricas ou as megaempresas. Nenhum dos objetivos errados que analisamos neste capítulo levará uma nação rumo ao que deveria ser o seu objetivo econômico primordial: produzir continuamente mais bens e serviços e, com isso, aumentar o seu PIB.

1 Daron Acemoglu; James A. Robinson, Why nations fail: the origins of power, prosperity, and poverty (New York: Crown, 2012), p. 452-4 [edição em português: Por que as nações fracassam: as origens do poder, da prosperidade e da pobreza (Rio de Janeiro: Campus, 2012)]. Explicamos o que os autores querem dizer com instituições "inclusivas" em uma seção posterior (p. 330, nota 2).

2 William Easterly, The white man's burden: why the West's efforts to aid the rest have done so much ill and so little good (New York: Penguin, 2006), p. 4.

3 Dambisa Moyo, Dead aid: why aid is not working and how there is a better way for Africa (New York: Farrar, Straus & Giroux, 2009), p. xix.

4 Ibidem, p. 7.

5 Ibidem, p. 8-9.

6 Moyo esboça a história desses tipos de ajuda nas p. 10-28. Críticas parecidas são feitas com o apoio de pesquisa mais detalhada por William Easterly, The elusive quest for growth: economists' adventures and misadventures in the tropics (Cambridge: The MIT Press, 2001), esp. caps. 2 a 7 [edição em português: O espetáculo do crescimento: as aventuras e desventuras dos economistas na incessante busca pela prosperidade nos trópicos (Rio de Janeiro: Ediouro, 2004)].

7 Moyo, Dead aid, p. 46.

8 Angus Deaton, em sua contribuição para Abhijit Vinayak Banerjee et al., Making aid work (Cambridge: The MIT Press, 2007), p. 56-7, grifo nosso.

9 James Peron, "The sorry record of foreign aid in Africa", The Freeman, 51, n. 8 (August 2001), disponível em: www.thefreemanonline.org/features/the-sorry-record-of-foreign-aid-in-africa/, acesso em: 28 ago. 2012.

10 Veja Paul Collier, The bottom billion: why the poorest countries are failing and what can be done about it (Oxford: Oxford University Press, 2007), p. 99-123.

11 Ibidem, p. 104-5, 116.

12 Moyo, Dead aid, p. 49.

13 Ibidem, p. 52.

14 Ibidem, p. 27.

15 Ibidem, p. 54.

16 Ruth Levine, em sua contribuição para Banerjee et al., Making aid work, p. 105-9.

17 Banerjee, contribuição para ibidem, p. 114.

18 Ian Vásquez, em sua contribuição para ibidem, p. 52.

19 Moyo, Dead aid, p. 59.

20 Acemoglu; Robinson, Why nations fail, p. 452. Eles acrescentam, porém, que, se 10% da ajuda chegasse aos pobres, “ainda seria melhor do que nada” (ibidem, p. 454). “Mobutu” é Mobutu Sese Seko, que foi presidente da República Democrática do Congo (ex-Zaire) de 1965 a 1997. Estima-se que ele tenha embolsado mais de 5 bilhões de dólares do país; veja The Guardian (Reino Unido), March 26, 2004, disponível em:

http://www.guardian.co.uk/world/2004/mar/26/indonesia.philippines, acesso em: 12 out. 2012. Esse artigo relata: “Ao ser derrubado em 1997, Mobutu havia roubado quase metade dos 12 bilhões de dólares da ajuda externa que o Zaire (agora República Democrática do Congo) recebera do FMI durante seu reinado de 32 anos, deixando para o seu país o encargo de uma dívida incapacitante”.

21 Moyo, Dead aid, p. 35-7.

22 Entretanto, veja Dt 15.1-3 para pagamentos de dívida que eram temporariamente suspensos a cada sete anos. Para uma discussão a respeito dessa passagem, veja E. Calvin Beisner, Prosperity and poverty (Westchester: Crossway, 1988), p. 58-62, argumentando que a liberação dessas dívidas era temporária, por aquele ano somente, e não um cancelamento permanente, como no Ano do Jubileu.

23 A tecnologia moderna permite até mesmo que pessoas deficientes possam obter o seu sustento por meio do trabalho de processamento de informação ou criatividade intelectual. Um exemplo é Stephen Hawking, um físico de renome que está quase completamente paralisado e se comunica por meio de uma tecnologia geradora da fala.

24 Arthur C. Brooks, The battle: how the fight between free enterprise and big government will shape America’s future (New York: Basic Books, 2010), p. 71.

25 Ibidem, p. 75.

26 Veja William J. Baumol; Robert E. Litan; Carl J. Schramm, Good capitalism, bad capitalism, and the economics of growth and prosperity (New Haven: Yale

University Press, 2007), p. 71-9, para uma discussão do que os autores chamam de “capitalismo oligárquico”. Eles dizem que nessas sociedades “o crescimento econômico não é um objetivo central do governo, cuja principal meta é, pelo contrário, manter e aumentar a posição da minoria oligárquica (incluindo os próprios líderes do governo), que são donos da maior parte dos recursos do país” (ibidem, p. 71).

27 Para uma discussão mais detalhada, veja Wayne Grudem, Politics: according to the Bible (Grand Rapids: Zondervan, 2010), p. 278-84 [edição parcial em português: Política segundo a Bíblia (São Paulo: Vida Nova, 2014)].

28 Jay W. Richards, Money, greed, and God: why capitalism is the solution and not the problem (New York: HarperOne, 2009), p. 110.

29 David S. Landes, The wealth and poverty of nations: why some are so rich and some so poor (New York: W. W. Norton, 1999), p. 101 [edição em português: A riqueza e a pobreza das nações: por que algumas são tão ricas e outras tão pobres (Rio de Janeiro: Campus, 1999)].

30 Ibidem, p. 114.

31 Ibidem, p. 172.

32 Ibidem, p. 173.

33 Ibidem, p. 408-9. Acrescentaríamos a essa observação um conselho da Bíblia:

“A riqueza adquirida às pressas se perderá, mas quem a ajunta aos poucos fará com que ela aumente” (Pv 13.11).

34 Ibidem, p. 314.

35 William J. Bernstein, The birth of plenty: how the prosperity of the modern world was created (New York: McGraw-Hill, 2004), p. 289-90.

36 Collier, The bottom billion, p. 140-6, sugere alguns regulamentos que poderiam fazer parte de um “acordo internacional” pelo qual nações ricas seguiriam determinados princípios de clareza e transparência ao importarem recursos de nações pobres (ou de qualquer nação).

37 “From Hero to Knave”, The Economist, August 25-31, 2012, p. 40, disponível em: www.economist.com/node/21560872, acesso em: 3 jan. 2013.

38 Acemoglu; Robinson, Why nations fail, p. 409.

39 Ibidem, p. 410.

40 Ibidem, p. 412.

41 Landes, Wealth and poverty, p. 436-7.

42 Ibidem, p. 434-5.

43 Ibidem, p. 437.

44 O primeiro-ministro dr. Manmohan Singh, na Universidade de Oxford, em 8 de julho de 2005, em um discurso proferido por ocasião do recebimento de um título honorário. Uma transcrição da palestra foi publicada em The Hindu, edição eletrônica do jornal nacional da Índia, disponível em: http://www.hindu.com/nic/0046/pmspeech.htm. Acesso em 7 Jan. 2016

45 Niall Ferguson, Civilization: the West and the rest (New York: Penguin, 2011), p. 176-7 [edição em português: Civilização: Ocidente x Oriente (São Paulo: Planeta, 2012)].

46 P. T. Bauer, Equality, the third world, and economic delusion (Cambridge: Harvard University Press, 1981), p. 163-5.

47 Ibidem, p. 170.

48 Ibidem, p. 173.

49 Ibidem, p. 179; Bauer discute monopólios estatais de exportação [monopsônios], conhecidos como marketing boards [diretorias de comercialização], p. 177-82.

50 Ibidem, p. 174-5.

51 Ibidem, p. 175, 183.

52 Acemoglu e Robinson, Why nations fail, p. 81.

53 Ibidem, p. 76.

54 Easterly, The white man’s burden, p. 272. Veja também p. 278-83 para uma avaliação dos impactos positivos e negativos do colonialismo.

55 Ibidem, p. 291.

56 Bauer, Equality, p. 78.

57 Veja também a análise mais detalhada sobre o cancelamento de dívidas in: Grudem, Politics, p. 451-6.

58 Easterly, Elusive quest, p. 136.

59 Deaton, em sua contribuição a Banerjee et al., Making aid work, p. 59.

60 Easterly, Elusive quest, p. 136-7. Contudo, estando ciente das décadas passadas de fracassos da ajuda externa, o leitor poderá duvidar de que essa situação que ele descreve possa realmente ocorrer.

61 Victor Claar, Fair trade? Its prospects as a poverty solution (Grand Rapids: Poverty Cure, 2012), p. 39. Mesmo que o café fair trade representasse 3% ou 4% do mercado de café nos Estados Unidos e na Europa, isso não levaria em conta o resto do mundo. Portanto, é duvidoso que o café fair trade represente até mesmo 1% do mercado mundial.

62 Ibidem, p. 40.

63 Ibidem, p. 43-4.

64 Ibidem, p. 53.

65 Collier, The bottom billion, p. 163.

66 Bauer, Equality, p. 68-9. Veja também p. 173, 177-82.

67 Ibidem, p. 177, grifo nosso.

68 Veja a discussão sobre subsídios agrícolas em Grudem, Politics, p. 528-33.

69 Veja Barry Asmus; Donald B. Billings, Crossroads: the great American experiment: the rise, decline, and restoration of freedom and the market economy (Lanham: University Press of America, 1984), p. 224-7 (sobre os preços de apoio agrícola); Grudem, Politics, p. 528-33.

70 Ron Sider, Rich Christians in an age of hunger (Nashville: Thomas Nelson, 2005), p. 143-7, 240-4 apresenta estatísticas perturbadoras sobre a perversidade dessas tarifas impostas sobre nações pobres.

71 The HELP (Helping to Enhance the Livelihood of People Around the Globe) Commission Report on Foreign Assistance Reform (Dec. 7, 2007), p. 24, disponível em: http://www.americanprogress.org/wp-content/uploads/issues/2007/12/pdf/beyond_assistence.pdf, acesso em: 20 mar. 2013.

72 Alguém pode argumentar que a China era relativamente rica no século 15. Sim, ou ao menos algumas poucas pessoas eram consideravelmente abonadas, mas a China passou por séculos de atraso e miséria antes de começar a se desenvolver com velocidade recentemente.

73 Não obstante, reconhecemos que os exploradores espanhóis tomaram à força vastas quantidades de ouro dos Impérios Asteca e Inca na América Latina, no início do século 16, e a Espanha obteve uma imensa riqueza nesse processo, o que no final das contas foi destrutivo, não somente para os povos conquistados como também para a própria Espanha: veja p. 82-4.) Os exploradores espanhóis também escravizaram indígenas à força nas Américas Central e do Sul para trabalhar em suas minas, causando grande sofrimento, deixando para trás um legado destrutivo que continua de certa forma até hoje: veja os comentários de Acemoglu; Robinson, Why nations fail, p. 9-19, 114-5, 432-3. Entretanto, tais práticas não foram a causa inicial da pobreza, porque o povo nas Américas Central e do Sul era extremamente pobre, mesmo antes da chegada dos espanhóis.

74 Landes, Wealth and poverty, p. 194.

75 Ibidem, p. 169.

76 Bauer, Equality, p. 70.

77 Ibidem, p. 75.

78 Ibidem, p. 82.

79 Ibidem, p. 74-6.

80 Ibidem, p. 76.

81 Ibidem, p. 79.

82 Ibidem, p. 76.

83 Veja Darrow L. Miller; Stan Guthrie, Discipling nations: the power of truth to transform cultures (Seattle: YMAM, 1998), p. 57. Os autores afirmam que a noção de que a pobreza é causada pelo Ocidente, que consome demais os

recursos mundiais, é um ponto de vista “secular”, e não bíblico [edição em português: Discipulando nações: o poder da verdade para transformar culturas (Curitiba: FatoÉ Publicações, 2003)].

3

SISTEMAS ERRADOS

Sistemas econômicos que não levaram à prosperidade

Quando um país decide sair da pobreza para uma prosperidade crescente, a próxima pergunta é: Que tipo de sistema econômico melhor proporciona um crescimento regular do produto interno bruto (PIB)? Em termos bem simples, a pergunta pode ser também formulada no que se refere a motivação e capacidade humana: “Que tipo de sistema econômico é melhor para motivar e capacitar as pessoas a criarem mais bens e serviços de valor?”.

Precisamos ressaltar que, sozinho, o tipo certo de sistema econômico não tira uma nação da pobreza. Tanto as causas da pobreza como as da prosperidade são complexas, e explicações concentradas em apenas uma causa são sempre incompletas. Portanto, os líderes de nações pobres precisam considerar todos os fatores explicados nos capítulos 3 a 9. Alguns desses fatores (como, por exemplo, o direito à propriedade e o Estado de direito) são mais influentes que outros, mas cada um deles tem um determinado efeito, positivo ou negativo, sobre a economia de uma nação — e isso inclui ações governamentais, leis, crenças e valores culturais da nação (veja caps. 7—9 adiante).

David S. Landes, na conclusão de seu estudo sobre as causas da riqueza e da pobreza das nações, escreve: “A análise econômica nutre a ilusão de que uma boa razão é suficiente, mas os determinantes de processos complexos são invariavelmente múltiplos e interligados. Explicações de causa única não funcionam”.1

Isso significa que a solução da pobreza jamais pode ser meramente um mercado livre, uma propriedade privada, um Estado de direito, uma transparência governamental, uma ausência de subornos e corrupção, uma boa ética do trabalho ou educação de qualidade. Tais fatores e muitos outros geram algum benefício econômico para um país. Porém, uma nação que deseja realmente desvencilhar-se da pobreza deverá buscar implementar o maior número possível dos passos recomendados nos capítulos a seguir.

Além disso, o tipo certo de sistema econômico é fundamental. Sem o sistema econômico correto, nenhum país poderá encontrar uma solução duradoura para a pobreza. Um sistema econômico inapropriado somente piora os problemas de corrupção, opressão, educação de baixa qualidade, serviços públicos deficientes e falta de oportunidades. Sem incentivos, ninguém quer trabalhar — e sem trabalho tudo está perdido.

Demonstraremos no próximo capítulo que um sistema econômico de livre mercado é o melhor para tirar as nações da pobreza. Naquele capítulo, definimos o sistema de livre mercado como um sistema no qual a produção e o consumo econômicos são determinados pela livre escolha dos indivíduos, e não pelo governo, e esse processo se baseia na propriedade privada dos meios de produção (veja p. 139-40).

Mas alguém pode objetar: “O que dizer dos outros sistemas econômicos? Não há outras opções que devam ser consideradas?”. Em resposta a essa pergunta, examinaremos neste capítulo outros oito sistemas econômicos que já foram empregados em vários momentos da história humana, alguns dos quais persistem ainda hoje:

Caça e coleta

Agricultura de subsistência

Escravidão

Propriedade tribal

Feudalismo

Mercantilismo

Socialismo e comunismo

O Estado de bem-estar social e igualdade

Infelizmente, nenhum desses sistemas jamais abriu as portas para um crescimento econômico realmente significativo ou para a redução permanente da pobreza.

A. Caça e coleta

Em muitas sociedades primitivas, as mulheres faziam a coleta e preparavam a comida, enquanto os homens iam à caça. As mulheres se concentravam em frutas e legumes e os homens, na proteína. Era uma forma primitiva de especialização e troca, que permitiu ao ser humano sobreviver por milhares de anos, mas não havia um desenvolvimento econômico significativo.2

Essas tentativas primitivas de especialização nunca poderiam ter produzido padrões cada vez melhores de vida por causa do tempo gasto na caça e na extração e no processamento da comida a partir de plantas e árvores.3 Houve pouca inovação progressiva. Passaram-se séculos sem que a maioria dos caçadores e coletores fosse além do padrão de mera subsistência. Devido à grande quantidade de tempo e esforço despendidos para obter comida, “as mulheres não possuíam reservas suficientes para se manterem férteis além de alguns poucos anos da juventude”.4 Fome e epidemias faziam com que a caça e coleta fosse um modo bastante precário de vida.

Uma economia baseada na caça e coleta jamais poderia tirar um país da pobreza e levá-lo à prosperidade.

B. Agricultura de subsistência

A agricultura de subsistência é um sistema econômico em que cada família planta comida suficiente para se alimentar. Durante grande parte da história mundial, a agricultura de subsistência foi o meio mais comum de produção alimentar. Ela foi também praticada nos primeiros anos da expansão rumo ao Centro-Oeste e Oeste americanos, e em regiões pouco povoadas do Canadá e da Austrália. Ela persiste ainda hoje em grandes áreas rurais da África, Ásia e América Latina. Embora os agricultores de subsistência em geral não tenham morrido de fome, normalmente continuavam pobres.

Um agricultor de subsistência preparava o solo com uma pedra ou vara, preocupando-se constantemente com o clima e as ervas daninhas, e colhia seu próprio trigo para fazer o seu próprio pão. Era trabalho pesado. Cada tarefa exigia bastante tempo, e muitas vezes bastava uma má colheita para que o camponês e sua família passassem fome.

Surpreendentemente, muitos ambientalistas ainda consideram a agricultura de subsistência nobre, orgânica e apropriada. Essas pessoas sérias e bem-intencionadas acreditam que a segurança econômica de uma comunidade seria maior se todas as pessoas cultivassem a sua própria comida e produzissem o que precisam. Assim, os mercados passariam a ser irrelevantes e as famílias poderiam garantir a sua própria sobrevivência. Quem dera isso fosse verdade.

Os agricultores de subsistência não só dependiam da força própria para cultivo e transporte, como também raramente participavam de mercados que os teriam exposto à especialização e ao comércio. Os dias gastos com a agricultura de subsistência eram longos, da madrugada ao anoitecer, sem qualquer tempo para investir em relacionamentos comerciais ou em ferramentas ou, melhor ainda, para criar as ferramentas que produziriam outras ferramentas. O esforço era

sempre no sentido de prover o necessário para aquele dia.

Especialistas em demografia estimam que a expectativa de vida do homem primitivo fosse de 25 a 30 anos. Isso não mudou muito até pouco tempo atrás. “A expectativa de vida média global, mesmo em 1800, era de apenas 28,5 anos. Dois séculos mais tarde, em 2001, ela já tinha mais que dobrado para 66,6 anos”,5 graças às revoluções agrícola e industrial, que superaram de vez a ideia de agricultura de subsistência.

A agricultura de subsistência tende a gerar outros problemas. O britânico Matt Ridley, que escreve sobre economia, observa:

Onde quer que os antropólogos procurem, da Nova Guiné à Amazônia e Ilha de Páscoa, encontram uma crônica hostilidade entre os agricultores de subsistência de hoje. Incursões preventivas ao vizinho antes que ele venha invadir a sua terra é um comportamento humano de rotina. Como escreveu Paul Seabright: “Onde não há limite institucional para tal comportamento, a matança sistemática de indivíduos sem parentesco é tão comum entre os seres humanos que, embora seja horrível, não pode ser descrita como excepcional, patológica ou anormal”.6

Os cristãos descrevem essa conduta como fruto da natureza pecaminosa inerente ao ser humano e, decerto, moralmente perversa.

A agricultura de subsistência não possibilitou que as pessoas melhorassem econômica ou moralmente. Ela fracassou economicamente porque as populações eram esparsas, os mercados eram poucos e as pessoas estavam tão envolvidas com as preocupações diárias com comida, que não podiam dar atenção a qualquer outra coisa. A divisão do trabalho em larga escala, a especialização e o comércio ainda teriam de ser compreendidos ou adotados.

Entretanto, alguém poderá contestar: “Será que as pessoas que viviam da agricultura de subsistência não eram mais felizes do que as de hoje? Sua vida era muito mais simples. Elas não precisavam lidar com o estresse da vida moderna. Se as pessoas estiverem satisfeitas com a agricultura de subsistência, não deveríamos interferir na vida delas”.

Nós simplesmente não sabemos se as pessoas que viviam da agricultura de subsistência eram mais felizes. Temos a tendência de elaborar uma imagem idealizada em nossa mente, esquecendo-nos da curta expectativa de vida (frequentemente, abaixo de 30 anos) e das graves doenças e mortes frequentes, a ansiedade de nunca saber se haverá o que comer no mês seguinte, o cansaço do trabalho braçal da madrugada ao anoitecer por toda a vida, o desejo não realizado dos pais no sentido de obter uma vida melhor para os filhos, o anseio pela possibilidade de escolher outro modo de vida, e assim por diante.

Se as pessoas quiserem escolher a agricultura de subsistência hoje, elas têm a liberdade de fazer isso, mesmo em uma nação rica, comprando um pedaço de terra em um lugar remoto e plantando sua própria comida. Porém, se o nosso objetivo é ajudar nações inteiras a saírem da pobreza em direção a uma maior prosperidade, então não deveríamos lhes impor a agricultura de subsistência, que leva à miséria.

Além disso, cremos que a Bíblia incentiva os seres humanos não apenas a sobreviver, mas a florescer na terra. É o que está implícito no ensinamento da Bíblia sobre mordomia, como explicaremos adiante (veja cap. 6, p. 152-3).

A agricultura de subsistência é também uma solução inadequada para o desafio moral de alimentar os pobres no mundo. As economias baseadas somente na agricultura de subsistência individual não seriam suficientes para alimentar mais do que uma pequena parcela dos 7 bilhões de pessoas no mundo.

Em resumo, uma economia baseada na agricultura de subsistência jamais poderá tirar um país da pobreza e levá-lo à prosperidade.7

C. Escravidão

Ninguém considera a sério a escravidão como um sistema econômico legítimo hoje em dia, mas nós a incluímos aqui por ter sido bastante significativa para muitas sociedades no passado. Até algumas sociedades primitivas de caça e coleta empregaram escravos.8

A escravidão é um sistema em que alguém é forçado a trabalhar por outra pessoa que possui propriedade legal sobre o trabalho do escravo por um período de tempo determinado ou sobre o próprio escravo.

As civilizações da antiguidade achavam que a escravidão era normal. A glória do Egito foi praticamente erigida nas costas de trabalhadores escravos. A escravidão chinesa na dinastia Chang não era questionada. Atenas, nos séculos 5 e 6 a.C., praticava a escravidão, que persistiu nos Impérios Grego e Romano, dois mil anos depois. “Tanto a escravidão como o prolongado serviço militar obrigatório estavam arraigados demais no sistema romano para serem questionados [...]. Os gregos também apoiavam a escravidão”.9

Sheldon M. Stern, um dos curadores da Biblioteca e Museu John F. Kennedy, diz:

[O] tráfico islâmico de escravos prosperava desde o oitavo século e [...] milhões de africanos haviam sido capturados para a venda no Egito, na Arábia, na Mesopotâmia e no Império Otomano.10

Ao menos 90% dos escravos no tráfico atlântico da África para as Américas eram vendidos no Caribe ou na América do Sul. As colônias britânicas que vieram a se tornar os Estados Unidos importaram não mais do que 8%. Só o Brasil importou seis vezes mais o número de africanos vendidos nas colônias britânicas da América do Norte e só aboliu a escravidão um quarto de século depois da emancipação dos escravos nos Estados Unidos.11

Segundo M. Stanton Evans:

A servidão era realmente tão comum no mundo antigo, que dificilmente alguém pensaria em questioná-la [...]. Embora não saibamos o número exato de escravos na Ática no tempo de Péricles, não há dúvida de que era um grande número — e que a economia diária dependia dele. Tocqueville menciona uma estimativa de 20 mil homens livres em contraste com até 300 mil escravos, embora isso pareça excessivo.12

Há dois motivos principais para se rejeitar a escravidão como um sistema adequado para o crescimento econômico. Primeiro, há uma razão moral: a escravidão é desumanizadora e não reconhece a plena dignidade de cada ser humano como alguém criado “à imagem de Deus” (Gn 1.27). Sua crueldade e abuso não respeitam o valor da autonomia humana e o direito à “liberdade” divinamente concedido a cada pessoa.

A Bíblia enfatiza a importância da liberdade humana, pois Deus libertou os hebreus da “escravidão” no Egito (Êx 20.2) e prometeu ao seu povo uma liberdade ainda maior em uma maravilhosa era vindoura (Is 61.1). Paulo estimula os escravos do Império Romano a conseguirem a sua liberdade, se possível (1Co 7.21), e enfatiza a liberdade como parte essencial de uma vida cristã (Gl 5.1).

Em segundo lugar, há razões econômicas importantes para se rejeitar a escravidão. A escravidão era lucrativa até certo ponto para um senhor de escravos (ele se beneficiava do trabalho de outros por um preço muito menor que os salários do “livre mercado”), mas os benefícios não se estendiam à população em geral — especialmente aos escravos. Além do mais, os sistemas econômicos acabaram evoluindo até o ponto em que a produtividade mecânica se tornou mais econômica que a força humana. Os benefícios de ter escravos se tornaram ainda mais difíceis de justificar.

Dada a própria natureza da escravidão, sua lucratividade é sempre limitada. As pessoas forçadas a trabalhar contra a vontade jamais darão o melhor de si ou se esforçarão para fazer o melhor. Elas farão somente o que for suficiente para prosseguir sem punição. A produtividade e a criatividade inovadoras não podem ser extraídas à força e, portanto, o avanço tecnológico nas sociedades escravistas é mínimo. Se não houver liberdade pessoal e econômica, o resultado será a pobreza nacional, em vez de prosperidade.

O movimento para abolir a escravidão, que começou com quantidades volumosas de escritos abolicionistas e de autocrítica no Ocidente, foi iniciado principalmente por cristãos, e eles estavam absolutamente certos ao levantar essa bandeira. Os esforços persistentes da igreja para mitigar e abolir a escravidão foram descritos por Harold Berman no seu livro Law and revolution.13 Em 1783, centenas de quacres apresentaram ao Parlamento britânico suas petições apelando pela abolição da escravatura, e pessoas de posses, como Josiah Wedgwood (comerciante) e William Wilberforce (um crente evangélico no Parlamento e filho de um comerciante), financiaram e lideraram o movimento abolicionista antes e depois de 1800 na Grã-Bretanha.14 Cerca de dois terços da liderança abolicionista nos Estados Unidos na década de 1830 eram clérigos cristãos.15

Tragicamente, ainda há relatos de existência de escravidão nas últimas décadas em diversos países.16 A escravidão é um sistema profundamente imoral, que deve ser totalmente rejeitado. Tanto os argumentos morais como os econômicos

indicam fortemente que uma economia baseada na escravidão jamais poderá tirar um país da pobreza para colocá-lo no caminho da genuína e duradoura prosperidade.

D. Propriedade tribal

A propriedade tribal é um sistema no qual toda a terra pertence a uma tribo ou comunidade social, não a indivíduos. Muitos lugares na África, Ásia e nas Américas do Norte e do Sul têm praticado a propriedade tribal. Mesmo hoje, ela é um sistema econômico comum em muitos dos países da África subsaariana e é o sistema econômico dominante nas reservas indígenas americanas.

A ideia soa bem: todos nós somos donos de tudo. Porém, ao longo dos séculos, a propriedade tribal aprisionou suas vítimas em uma perpétua pobreza. Como um sistema usado tão amplamente pode ser tão inapropriado?

A falta de propriedade privada, discutida no próximo capítulo, é o problema principal. Quando nenhum dono específico tem a responsabilidade pela propriedade, há pouco incentivo individual para melhorá-la ou para cuidar dela. Em outras palavras, as pessoas precisam ser capazes de possuir coisas. Quando o problema de todos passa a ser problema de ninguém, a propriedade compartilhada é negligenciada e o empreendimento tribalmente controlado se deteriora, como se tivesse sido afetado por uma praga. A propriedade tribal elimina os incentivos individuais e reduz os membros da tribo a atividades econômicas primitivas e deveres tribais penosos. Quando amplamente compartilhada, a responsabilidade pessoal se perde e o crescimento é restrito.

Essa inexistência de direitos pessoais à propriedade é bastante significativa, porque uma das chaves essenciais para o crescimento econômico é possibilitar que as pessoas obtenham posse de propriedade claramente documentada. A melhor evidência disso é apresentada pelo economista peruano Hernando de Soto, que mostra que, quando indivíduos são proprietários de uma porção de terra que pertence a eles e a ninguém mais, eles cuidam dela, cultivando-a e desenvolvendo-a.17

A posse da propriedade também permite que alguém use o valor de sua propriedade como base para pedir empréstimos a fim de iniciar uma empresa ou fazer algum outro investimento. Quando a propriedade tem dono e a posse é documentada, uma economia tem então o potencial de crescer e abandonar as muletas da pobreza. As pessoas encontram emprego e oportunidades significativas de prover uma vida melhor para seus filhos e netos.

Como explicaremos em mais detalhes no próximo capítulo, a própria Bíblia constantemente presume e reforça um sistema em que a propriedade pertence a indivíduos, não a um governo, uma tribo ou, em um sentido mais vago, a uma "sociedade" como um todo. Na Bíblia, a propriedade pertence a indivíduos (veja p. 150-2).

Os defensores da propriedade tribal em geral falam de confiança em si próprio, desafio e coragem, que são coisas boas. Mas o "em si próprio" a que se referem é um em si próprio tribal, que está continuamente desvalorizando os indivíduos ao enfatizar a comunidade mais ampla. O coração de cada um deve bater em uníssono e todos devem trabalhar em prol da tribo. Como as liberdades econômicas pessoais têm baixa prioridade, os hábitos importantes de poupança, investimento, frugalidade e propriedade são marginalizados.

Aristóteles disse: "A propriedade que pertence ao maior número de donos recebe a menor atenção; os homens se importam mais com sua propriedade privada e menos com o que possuem em comum, ou no máximo com sua própria porção individual".18

É precisamente esse o motivo de haver pichação nas paredes de banheiros públicos, mas não em nossas casas. Isso explica a sobrepastagem em áreas públicas e a razão de os bisões quase terem sido extintos, enquanto as vacas da

raça Hereford se multiplicaram. A responsabilidade de todos se torna a responsabilidade de ninguém; é isso o que Garrett Hardin chama de “tragédia dos comuns”.19

Enquanto a estrutura tribal conceder ao chefe o poder executivo e o judicial, é altamente improvável que haja qualquer progresso na direção do respeito a um código legal e da existência de um sistema judiciário independente.

As consequências inevitáveis da posse comunitária dos recursos — a proposta de que todos os membros “da tribo” são donos das florestas, terras, oceanos e vida selvagem — são mais que evidentes. Os resultados são o esgotamento dos recursos naturais, sem que se alcancem resultados eficientes, a deterioração do meio ambiente e o conflito social entre os que competem pelo uso dos recursos. Embora seja emocionalmente agradável acreditar que a terra, os oceanos e a vida selvagem são uma herança que pertence a todos, a experiência mostra que as consequências econômicas são trágicas (veja Fotografia 1).

Embora a substituição da propriedade tribal pela propriedade privada seja necessária para o desenvolvimento econômico de países que ainda mantêm o sistema de propriedade tribal, parece que os líderes de cada geração infelizmente resistem a essa mudança fundamental, e a tribo permanece presa numa armadilha de empobrecimento imposta por si mesma, de modo que seus membros acabam se dedicando à agricultura de subsistência (ou, nos Estados Unidos, trabalhando nos cassinos, com salários baixos). As políticas de concessão de benefícios sociais para grupos minoritários do governo federal dos Estados Unidos continuam a estimular esse modo de vida destrutivo e ineficiente.

O resultado inevitável da propriedade comum é o oposto do que todos desejam, pois o veredicto da história da economia mundial continua o mesmo: uma economia baseada na posse tribal da propriedade não consegue tirar um país da pobreza e levá-lo à prosperidade.

E. Feudalismo

Sociedades feudais se desenvolveram em grande parte da Europa, entre os séculos 9 e 15, durando mais tempo em certos países do Leste europeu e em alguns países asiáticos, como o Japão. No sistema feudal, os “servos” eram camponeses arrendatários que faziam um acordo formal com o “senhor” de uma grande propriedade rural. O acordo consistia em lhe prestar algum serviço a cada ano em suas plantações, bem como em lhe pagar alguns “impostos” pelas suas próprias colheitas, em troca do direito de residir na terra e cultivar uma parcela dela para uso próprio. Embora os servos estivessem vinculados à terra, eles não tinham nenhum direito de posse sobre a propriedade.20

Contudo, logo no início do segundo milênio, o dinheiro passou a substituir cada vez mais a permuta, originando uma nova mobilidade social, além de uma maior produtividade na agricultura e um aumento no volume de comércio. Agora, um camponês podia vender a sua mão de obra a quem oferecesse mais. A relação entre servo e senhor começou a se dissolver à medida que os servos descobriam novos empregadores que lhes propiciavam uma forma de escapar da baixa remuneração e semiescravidão do sistema feudal. Segundo Dudley Dillard, “essa expansão do comércio foi a principal causa da dissolução do sistema feudal e da servidão, apesar do fato de o feudalismo ter coexistido com o comércio ao longo do período medieval”.21 Em suma, a nova mobilidade social estimulou os servos a se tornarem homens livres.

Quando o status feudal de obrigação recíproca em um sistema econômico estático tradicional começou a ruir, a expressão da natureza aquisitiva das pessoas passou a emergir. A oportunidade de melhorar a própria condição material e o status na vida finalmente se tornou uma aspiração humana natural.

Uma importante mudança tecnológica que também contribuiu para o colapso do

sistema feudal foi a transição do sistema de rotação de culturas de dois campos para o de três campos. Com essa inovação, o agricultor dividia sua terra em três partes. Ele plantava alternadamente cada terço com a cultura A em uma temporada, a cultura B na seguinte e deixava o campo vazio na terceira temporada (em vez de deixar cada metade descansar a cada biênio, como era o caso no sistema de rotação de dois campos). Agora o agricultor podia fazer a colheita não de 50%, mas de 67% de sua terra a cada ano. Assim como ocorre atualmente com o sistema de múltiplas culturas, a eficiência agrícola aumentou drasticamente, enquanto o comércio floresceu e a riqueza cresceu. Dillard escreve:

O conjunto de leis praticadas nas feiras passou a ser conhecido como “lex mercatória”, que forma a base do direito comercial moderno, incluindo a lei de contratos, instrumentos negociáveis, agência, venda e leilão. Isso era parte do “direito internacional privado da Idade Média”. Os mercadores se tornaram pessoas privilegiadas, isentas do direito consuetudinário [common law] e do direito canônico da época.22

Com a introdução da produção e distribuição de bens econômicos além da mera subsistência, a troca de propriedade por lucro se tornou comum. Agora, as cidades haveriam de crescer, com mais bens sendo comercializados, e o padrão de vida — de 2 dólares ao dia sob o feudalismo — duplicou e voltou a duplicar novamente. As economias em crescimento geraram uma classe média composta de comerciantes e lojistas, na Grã-Bretanha, Holanda e no Norte da Europa, que se ocupavam do comércio, da manufatura e das finanças. O crescimento econômico, por causa de direitos de propriedade mais claramente definidos e do crescimento populacional, passou a ser a ordem do dia. Ele começou na Europa e depois se espalhou por toda a civilização ocidental, onde o domínio global durou por mais de quinhentos anos.

Toda essa transformação mostrou que o feudalismo era um sistema estagnado que cada vez mais se enfraquecia pela melhoria das oportunidades econômicas fora dele. Mais uma vez, o veredito econômico foi o mesmo: uma economia

baseada no feudalismo jamais seria capaz de produzir o crescimento necessário para a prosperidade.23

F. Mercantilismo

Após o declínio do feudalismo, um sistema econômico chamado mercantilismo foi dominante em toda a Europa durante a maior parte dos séculos 17 e 18. Seu principal objetivo era fazer com que a nação acumulasse lingotes de ouro e prata ao exportar mais e importar menos. A ideia por trás do mercantilismo era que, assim como a riqueza de uma família pode ser medida pela quantia de dinheiro que ela possui, a riqueza de uma nação pode também ser medida pela quantidade de ouro e prata que ela acumulou. Laura LaHaye explica:

O mercantilismo é o nacionalismo econômico com o propósito de construir um Estado rico e poderoso. Adam Smith cunhou o termo “sistema mercantil” para descrever o sistema de economia política que buscava enriquecer o país ao restringir as importações e estimular as exportações. Esse sistema dominou o pensamento econômico da Europa Ocidental e as suas políticas durante o século 16 e até o final do século 17. O objetivo dessas políticas era, supostamente, obter uma balança comercial “favorável” que traria ouro e prata ao país e também preservaria o emprego domesticamente.24

Sob o mercantilismo, as companhias de manufatura e mineração deram ênfase à produção para fins de exportação e, com frequência, colônias e empresas de navegação eram instaladas com o objetivo de trazer mais dinheiro e bens para a nação.25 Os governos europeus, assim como os comerciantes de exportação, adotaram o sistema. Murray Rothbard conclui que se tratava de uma verdadeira conspiração contra os consumidores e a favor de comerciantes subsidiados, e seu objetivo era enriquecer os governos e penalizar a concorrência. Os governos tinham o poder de aprovar leis que beneficiavam produtores monopolistas e extrair tributos consideráveis em troca desse favor.26

Adam Smith o exprimiu desta forma:

O consumo é o fim e propósito único de toda produção; e o interesse do produtor deve ser atendido, mas somente na medida necessária para promover o do consumidor [...]. Porém, no sistema mercantil, o interesse do consumidor é quase sempre sacrificado em favor do produtor; e isso parece considerar a produção, e não o consumo, como o fim e objeto último de toda indústria e comércio.27

Jacob Viner, professor de Economia na Universidade de Chicago e em Princeton na primeira metade do século 20, escreveu:

As leis e os decretos [...] eram fruto de interesses conflitantes de graus diversos de respeitabilidade. Cada grupo econômico, social ou religioso exercia constante pressão por uma legislação que atendesse a seus interesses particulares. As necessidades fiscais da Coroa foram sempre uma influência importante e geralmente determinante no curso da legislação comercial.28

Em outras palavras, os governos concediam favores e privilégios especiais e, em troca, recebiam tributos. Mas isso somente fez aumentar o poder dos governos e dos interesses especiais favorecidos.

A fraqueza do mercantilismo consistia em que, enquanto uma nação se ocupava em acumular dinheiro, o objetivo mais importante de produzir mais e melhores bens e serviços para o povo era negligenciado. Como um avarento recluso, que pode ter milhões em dinheiro, mas usa roupas surradas e vive em um casebre caindo aos pedaços, o dinheiro em si não enriquece realmente uma nação. As pessoas comem, bebem e dormem usando bens e serviços, não ouro.

Com a difusão do mercantilismo, os comerciantes e as corporações de ofício

formaram grupos de interesses especiais para restringir a concorrência e manipular o sistema. Desejando a concorrência para os outros e o monopólio para si, os mercantilistas (comerciantes) buscavam e recebiam proteção governamental. Com uma predileção por práticas comerciais restritivas e cartas de monopólio decretadas pelo governo para atender seus interesses específicos, eles se concentravam nas exportações e no ouro. “Em troca do pagamento de taxas e tributos para apoiar os exércitos dos Estados-nações, as classes mercantis induziam os governos a aprovar políticas que protegeriam seus interesses comerciais contra a concorrência estrangeira”.29

Os países europeus em particular criaram um extenso conjunto de regras de exportação e importação, com o único objetivo de incrementar sua balança de pagamentos e acumular dinheiro. “Assim, em meados do século 17, a Grã-Bretanha estava pronta para impor um sistema geral de restrição mercantil aos colonizadores. A lei mercantil mais abrangente foi o conjunto conhecido como o Ato de Navegação [...] [que] vigorou entre os anos de 1651 e 1663”.30 Os decretos governamentais também passaram a controlar salários, reger a qualidade dos produtos, supervisionar as práticas de contratação e demissão de diferentes ocupações e especificar as condições de emprego. Embora o empreendedorismo e os mercados estivessem pouco a pouco ganhando espaço, o Estado controlava a maior parte do poder econômico.

Não é de surpreender que os principais países europeus tenham tentado excluir de seus impérios coloniais os mercadores e comerciantes de outros países. Concorrentes em potencial tinham seu acesso barrado em benefício dos que detinham cartas que concediam o privilégio de monopólio. Não foi uma época boa para a liberdade econômica ou o livre comércio.

No entanto, os protestos contra esse tipo de protecionismo governamental começaram a aumentar, e, por volta da década de 1860, a Grã-Bretanha finalmente removeu os vestígios finais da era mercantilista. “Decretos industriais, monopólios e tarifas foram abolidos, e a emigração e as exportações de maquinário foram liberadas. Em grande medida por conta de suas políticas de

livre comércio, a Grã-Bretanha se tornou a potência econômica dominante na Europa”.31

Uma vez que o mercantilismo não busca o melhor interesse econômico para o povo de uma nação, ele jamais poderia tirar um país da pobreza e levá-lo à prosperidade.

G. Socialismo e comunismo

O século 20 assistiu a diversos experimentos com o socialismo marxista (Alemanha, partes da América do Sul, África) e com o comunismo soviético e chinês (União Soviética, Leste europeu e China). Ambos os sistemas se empenharam em abolir a propriedade privada, a fé em Deus e a desigualdade. Como esses dois sistemas econômicos são parecidos em vários pontos, iremos analisá-los em conjunto.

O socialismo é um sistema econômico em que o governo é dono dos meios de produção (as empresas e fazendas), e os bens são quase completamente produzidos e distribuídos sob direção governamental. O comunismo é um sistema econômico em que o governo é dono não somente dos meios de produção, mas também de qualquer outra propriedade, incluindo a mão de obra das pessoas; além disso, o comunismo é um sistema político que alega que o verdadeiro socialismo precisa ser implementado por meio de uma revolução violenta, como um passo rumo a uma sociedade utópica futura, sem classes sociais e sem moeda. Em países como a antiga União Soviética e a China, as violentas revoluções comunistas foram seguidas por governos que praticaram assassinatos em massa e usaram o terror para manter a população submissa, o que era considerado necessário até que ela pudesse vir a compreender os benefícios do sistema comunista.

O movimento comunista de Karl Marx foi inaugurado com a publicação de um pequeno panfleto, O manifesto comunista (Londres, 1848), no qual ele e Friedrich Engels resumiram a proposição fundamental do comunismo e do sistema marxista. Eles introduziram as suas ideias desta forma:

Toda a história tem sido uma história de lutas de classes, de lutas entre explorados e exploradores, entre classes dominadas e dominantes, em vários

estágios do desenvolvimento social; [...] tal luta, contudo, agora chegou a um estágio em que a classe explorada e oprimida (o proletariado) já não mais consegue se emancipar da classe que a explora e oprime (a burguesia) sem, ao mesmo tempo, libertar para sempre a sociedade como um todo da exploração, da opressão e das lutas de classes.32

A ideia era de que nações rivais e classes econômicas rivais se enfrentavam em uma luta fundamental e histórica pela supremacia. O coletivismo, o autoritarismo e o planejamento governamental de comando e controle seriam todos interconectados e mutuamente reforçadores, todos funcionando juntos como uma força libertadora. Os "capitalistas" gananciosos pelo lucro seriam finalmente derrotados.

A essência do sistema marxista era o conceito de mais-valia,33 a ideia de que o trabalhador é espoliado porque não recebe o pagamento do valor inteiro por sua mão de obra e que o juro, o aluguel e o lucro são simplesmente formas de roubar o que pertence, na verdade, ao trabalho.

Marx defendia a tese de que o valor de uma mercadoria podia ser mensurado do ponto de vista das horas de trabalho gastas na sua produção.34 Se um artigo levasse duas vezes mais tempo para ser produzido que outro, ele valeria duas vezes mais. Seu apelo pela abolição da posse de propriedade (origem do lucro de seus proprietários quando os trabalhadores vinham trabalhar em suas fábricas) originou-se dessa teoria errônea de que o valor de um produto é determinado pela quantidade de trabalho nele investida. Ele pensava que o dono de uma fábrica ou fazenda não merecia obter nenhum lucro simplesmente pelo fato de ser o dono. Marx não entendia que o valor é subjetivamente determinado pelas preferências de quem compra, e não simplesmente pelas horas de trabalho investidas, e que os proprietários mereciam lucrar pelo seu investimento de tempo, esforço, planejamento e risco.

A teoria de Marx iniciou políticas que inevitavelmente tomavam dos mais

produtivos para subsidiar os menos produtivos. Embora a teoria seja demonstravelmente falsa, ela prevaleceu em muitos países no final do século 19 e, depois, durante quase todo o século 20.

A teoria marxista deu também ao governo o papel fundamental de produzir a igualdade de condições materiais. Somente planejadores governamentais comunistas poderiam ocupar os altos escalões da sociedade para lidar com a tarefa hercúlea de planejar toda uma economia segundo as capacidades e necessidades e fazer com que tudo resultasse em igualdade. Para dar poder ao governo, a coerção seria necessária e, sim, ovos teriam de ser quebrados para se fazer uma omelete. Porém, nem mesmo Marx fazia ideia de quantos ovos seriam quebrados.

Em sua obra posterior em três volumes Das Kapital (Hamburgo, 1867), Marx e Engels tentaram enumerar os pressupostos centrais do comunismo — valor, exploração e luta de classes — e mostrar como uma ordem comunista poderia se desenvolver. Afirmavam que a história se movia inevitavelmente para um "proletariado" (a classe operária oprimida) cada vez maior em que "juntamente com a constante diminuição do número de magnatas do capital, que usurpam e monopolizam todas as vantagens do processo de transformação, cresce a miséria em massa, a opressão, a escravidão, a degradação, a exploração".35

Finalmente, o proletariado tomaria o poder e uma nova ordem econômica (comunista) haveria de emergir, sem qualquer opressão de uma classe por outra.36 Nessa nova situação, a riqueza da nação seria finalmente usada para o bem de todos, "de cada um segundo sua capacidade, para cada um segundo sua necessidade".37

Sob o comunismo, as pessoas deixariam de ter a liberdade de decidir se queriam trabalhar ou não, porque todas seriam obrigadas a trabalhar. Mas o problema (experimentado hoje por todos os países comunistas) é que as pessoas debaixo do comunismo não têm qualquer incentivo para trabalhar mais ou para inovar,

pois não recebem os frutos do seu trabalho extra. A produtividade inevitavelmente fracassa. A abolição da propriedade privada destrói os incentivos.

Marx, no entanto, não enxergava isso. Ele acreditava que a propriedade privada prejudicava a natureza humana e que, se pudesse ser abolida, as pessoas naturalmente trabalhariam para o bem da coletividade. Ele escreveu: “A teoria dos comunistas pode ser resumida em uma única máxima: Abolição da propriedade privada”.38

As mesmas objeções que levantamos na seção sobre propriedade tribal se aplicam também aqui. Os ensinamentos da Bíblia claramente apoiam um sistema de posse privada da propriedade, refletida no mandamento “Não furtarás” (Êx 20.15), bem como nas muitas leis que regulavam a posse de propriedade. (Sobre o argumento equivocado de que a igreja primitiva praticava uma forma elementar de comunismo, veja adiante, p. 152.)

Mais de um século antes de Marx, John Locke sabiamente havia observado: “Qualquer que seja a extensão de terra que um homem are, semeie, incremente, cultive e cujo produto ele utilize, esta lhe será sua propriedade. Ele, com seu labor, praticamente a cerca, [separando-a] do [que é] comum”.39 Depois disso, em dezenas de parágrafos, Locke descreve os direitos do homem à sua propriedade.

Não surpreende que as previsões de Marx sobre o surgimento de uma sociedade comunal não tenham se materializado e que a rebelião dos operários oprimidos e sua consequente utopia comunista não tenham ocorrido. E não porque a União Soviética do século 20 não tenha tentado realizá-las. A antiga União Soviética foi o primeiro país a aplicar princípios marxistas e um plano racional comunista para operar um sistema econômico inteiro.

“Gos” é uma abreviação da palavra russa para governo. Portanto, na União Soviética, “Gosplan” determinava o plano; “Gosten” decretava os preços; “Gosnab” alocava a oferta; e “Gostude” determinava as atribuições trabalhistas e os salários. Planejadores governamentais hábeis e experientes entrelaçavam os planos econômicos locais com os planos econômicos regionais, que por sua vez eram entrelaçados com um plano econômico nacional.

Essa estrutura elaborada explica: (1) por que a economia soviética era tão desajeitada a ponto de não conseguir funcionar com eficiência (um crítico poderia dizer que se tratava de um grande emaranhado); e (2) por que os planejadores soviéticos tinham que reescrever anualmente os seus planos quinquenais. Por que isso não funcionou? É que, novamente, quando todos são proprietários de alguma coisa, ninguém é. Os agricultores têm o mau hábito de não se esforçar muito quando não são os donos das terras que cultivam. Além disso, a Gosplan não previa com boa precisão a demanda pelos produtos que ela forçava os trabalhadores a produzir.

A experiência soviética, assim como as da República Popular da China, Cuba, Coreia do Norte e Camboja, mostrou que a esperada “ditadura do proletariado” na verdade sempre significou a ditadura tirânica de líderes do partido sobre as massas. Jamais houve uma única história de sucesso no mundo real sob a bandeira comunista. O poder estatal é absoluto, o poder governamental é arbitrário e as liberdades humanas mais elementares são negadas ao cidadão comum.

E o que é pior, o número de mortes infligido pelos regimes comunistas totalitários e autoritários foi inacreditável. “Medida da perspectiva dos padrões básicos como o respeito à vida humana e à liberdade pessoal, a nossa época tem sido a mais bárbara na história do planeta. Mais de cem milhões de pessoas foram exterminadas por poderes totalitários, com outros milhões de pessoas presas em campos de trabalho escravo ou submetidas a outros tipos de repressão organizada”.40

Jay W. Richards relata em algumas páginas as terríveis crueldades impostas sob o comunismo na União Soviética de Vladimir Lenin e Josef Stalin, na China sob Mao Tse-tung e no Camboja sob Pol Pot.41 Em seguida, ele resume como os regimes comunistas mataram 85 a 100 milhões de indivíduos de sua própria população no século 20:

China	65 milhões
URSS	20 milhões
Coreia do Norte	2 milhões
Camboja	2 milhões
Países africanos	1,7 milhão
Afeganistão	1,5 milhão
Vietnã	1 milhão
Países do Leste europeu	1 milhão
Países latino-americanos	150 mil
O movimento comunista internacional	cerca de 10 mil42

E o socialismo? Uma vez que o elemento econômico essencial da posse governamental dos meios de produção é o mesmo, o socialismo pleno enfrenta os mesmos obstáculos que o comunismo: falta de incentivos suficientes, perda de produtividade humana, perda da propriedade privada de empresas e uma correspondente perda de liberdades humanas e econômicas para assegurar produtividade. Em vez de os consumidores decidirem livremente quais produtos são melhores e quais devem ser produzidos, são os burocratas do governo que tomam todas essas decisões. O socialismo, portanto, reduz a liberdade humana, a escolha e a oportunidade de superação. Não importa o plano, ele não funcionou nem poderá funcionar.

O filósofo político Michael Novak critica esses "-ismos" destrutivos no seu livro de referência The spirit of democratic capitalism:

O socialismo foi desde o início uma força mitológica. Os socialistas adotaram a bandeira vermelha como um artifício de simplificação dramática, deliberadamente contrastando sua cor única (inicialmente negra e depois, vermelha) com o tricolor convencional das revoluções democráticas existentes. Eles desejavam representar uma simples ideia universal transcendendo qualquer nação. A cor vermelha brilhava ameaçadoramente à luz das tochas, observou Victor Hugo, simbolizando fogo, perigo, luta e uma universalidade de sangue compartilhado.43

O fracasso total, tanto da União Soviética como da China, em fazer o comunismo funcionar forçou os defensores do marxismo-leninismo a recorrer à ideia não provada de que o comunismo ainda é "inevitável" e que seu sonho utópico algum dia haverá de se realizar. Entretanto, um século de promessas que resultaram somente em horrível desumanização e fracassos econômicos nos leva a concluir que uma economia baseada no socialismo ou no comunismo jamais poderá levar um país da pobreza para a prosperidade.

Mas haveria uma “terceira via” entre o socialismo e o livre mercado? Alguns a propuseram no moderno Estado de bem-estar social.

H. O Estado de bem-estar social e igualdade

Muitos governos europeus atualmente proporcionam um grande leque de benefícios aos seus cidadãos, do berço à cova. O continente agora está povoado de pessoas que acreditam que seus governos lhes devem uma lista de “direitos humanos”: educação, empregos seguros, férias longas, aposentadorias precoces, pensões generosas, moradias subsidiadas e tratamento médico gratuito. Esses países desenvolveram o que para muitos são os melhores Estados de bem-estar social do mundo. Mas qual foi a causa? E é possível que isso continue?

É preciso reconhecer que a riqueza dos países europeus foi criada sob estruturas muito parecidas com os sistemas de livre mercado, não debaixo do moderno Estado de bem-estar social. O Norte da Europa prosperou durante a Revolução Industrial (entre 1770-1870) e no século seguinte, e o moderno Estado de bem-estar social passou a existir somente com a prosperidade que se seguiu à Segunda Guerra Mundial (depois de 1945). Os governos, então, decidiram que poderiam implementar a posse estatal e/ou subsídios maciços para o sistema de saúde, moradia, educação, auxílio-desemprego, longas férias e aposentadorias precoces compulsórias.

Como o Estado de bem-estar social assegura empregos vitalícios às pessoas e as protege das forças e oscilações do mercado, ele acabou criando gradativamente um continente inteiro de pessoas com o mesmo desempenho, um lento crescimento econômico e uma mentalidade de “direitos subjetivos”. O historiador britânico Niall Ferguson, no seu livro Civilization: the West and the rest, escreve: “Os europeus de hoje são os preguiçosos do mundo”.44 Em média, eles trabalham menos que a maioria das pessoas em qualquer outro continente, desfrutam de uma formação educacional prolongada e aposentadoria precoce, têm dias úteis mais curtos e férias mais longas, e têm uma probabilidade maior de deflagrar greves. Ferguson também escreve:

Os europeus não apenas trabalham menos; eles também oram menos — e creem menos. Houve um tempo em que a Europa podia justamente referir-se a si mesma como “cristandade”. Os europeus erigiram os edifícios mais belos do continente para acomodar seus atos de culto [...]. Como peregrinos, missionários e conquistadores, eles navegaram pelos quatro cantos da terra, determinados a converter os pagãos à fé verdadeira. Agora, os pagãos são os europeus.45

Quando a realidade dos “direitos” superou em crescimento a geração de riqueza, a Europa finalmente chegou ao fim da linha. De acordo com o escritor John Mauldin, perito em finanças, e seu coautor, Jonathan Tepper:

Estamos chegando ao fim de um superciclo de 60 anos de dívida. Não foram somente os consumidores, mas também os bancos que tomaram empréstimos (e não apenas nos Estados Unidos, mas em todo o mundo desenvolvido), como se não houvesse amanhã [...]. Os bancos europeus ainda continuam altamente endividados a longo prazo [...]. Por que a Grécia é importante? Porque uma grande parte de sua dívida está registrada nos bancos europeus. Centenas de bilhões de dólares [...]. E esses bancos europeus? Se essa dívida não for paga, e não será, eles terão que interagir uns com os outros como fizeram em 2008. A confiança sumirá [...]. Há outros países na Europa, como a Espanha e Portugal, cujas situações são quase tão difíceis como a da Grécia.46

Por quanto tempo ainda a liberdade econômica pode sobreviver à fúria popular latente e à provável perda da segurança econômica que hoje é considerada um direito humano básico? Os Estados de bem-estar social da União Europeia, com sua tentativa de chegar a um meio-termo entre o capitalismo de livre mercado e o socialismo dirigido pelo governo, parecem estar esgotados.

No momento, porém, grande parte do continente continua em estado de negação. Como o endividamento, os déficits e os direitos sociais sem lastro não vão

desaparecer, dezenas de países na União Europeia vão enfrentar uma destas duas possibilidades: uma fragmentação na zona do euro ou uma união fiscal de proporção continental que restrinja ou elimine o Estado de bem-estar social e os grandes sindicatos, mas também coletivize a política fiscal e os governos.

Os economistas admitem que sua disciplina envolve tirar proveito do poder dos incentivos. Aprendemos com eles: “Quando recompensamos uma atividade econômica, ela renderá mais; quando a penalizamos, renderá menos”. “Impostos são importantes”. “Incentivos são importantes”. “Não se pode sair de uma crise fiscal aumentando os gastos nem alcançar a prosperidade mediante tributação”. A Europa precisa decidir. Muitas de suas políticas até agora têm ignorado esses princípios econômicos fundamentais.

Os principais pilares dos Estados de bem-estar social europeus não são mais viáveis. Um país podia garantir direitos legais significativos quando sua população demográfica era jovem, mas agora, com o rápido envelhecimento da população, com menos trabalhadores (os “produtores”) sustentando cada vez mais aposentados (os “tomadores”), está se tornando impossível manter esses direitos generosos no campo da saúde e previdência.

A menos que o endividamento e os altos déficits sejam controlados, os custos astronômicos dos empréstimos e o rebaixamento nas notas de risco são inevitáveis. A flexibilidade trabalhista na Europa precisa ser seriamente ajustada. Os empregadores devem obter a liberdade de contratar e demitir de acordo com as mudanças nas condições econômicas; a proteção concedida a trabalhadores sindicalizados de dezenas de atividades profissionais não é mais viável. Os custos competitivos da mão de obra e a produtividade crescente são ambos necessários para se competir na economia global.

O papel da Alemanha é fundamental. Não podemos esperar que ela financie os Estados de bem-estar social existentes na Europa, mas ela também não pode crer que a Europa sairá desse abismo financeiro sem o seu auxílio e ajuda econômica.

Entretanto, o limite chegará em breve. A Alemanha não pode continuar mantendo uma balança comercial bastante favorável enquanto o resto da Europa mantém déficits comerciais. Ajustes graduais devem ser feitos em toda parte. Parece que agora os políticos europeus irão ou lidar com os sérios defeitos da União Europeia em sua longa marcha para a recuperação ou experimentar a possível dor da falência e da desvalorização.

I. Uma solução melhor: o sistema de livre mercado

O último sistema econômico a considerar é o sistema de livre mercado. No sistema de livre mercado, a produção e o consumo econômicos são determinados por livres escolhas de indivíduos, em vez de governos, e esse processo é fundamentado na propriedade privada dos meios de produção. Em termos bem simples e práticos, um sistema de livre mercado significa que as pessoas, não o governo, são proprietárias das fazendas, das empresas e dos imóveis em uma nação ("os meios de produção").

"Fundamentalmente", diz Milton Friedman, Prêmio Nobel de Economia, "há somente dois meios de coordenar as atividades econômicas de milhões de pessoas. Uma é o dirigismo centralizado mediante o uso de coerção — a técnica do exército e do Estado totalitário moderno. A outra é a cooperação voluntária de indivíduos — a técnica do mercado".47

Descreveremos esse sistema de livre mercado no próximo capítulo.

▪

1 David S. Landes, The wealth and poverty of nations: why some are so rich and some so poor (New York: W. W. Norton, 1999), p. 517 [edição em português: A riqueza e a pobreza das nações: por que algumas são tão ricas e outras tão pobres (Rio de Janeiro: Campus, 1999)].

2 Esse resumo é baseado no estudo em Matt Ridley, The rational optimist: how

prosperity evolves (New York: HarperCollins, 2010), p. 61-5.

3 Ibidem, p. 29.

4 Ibidem, p. 45.

5 Niall Ferguson, Civilization: the West and the rest (New York: Penguin, 2011), p. 146 [edição em português: Civilização: ocidente x Oriente (São Paulo: Planeta, 2012)].

6 Matt Ridley, The rational optimist, p. 138.

7 Alguém pode objetar que esses dois primeiros sistemas foram a base para os sistemas subsequentes e que, por isso, eles realmente levaram ao crescimento econômico. Porém, essa objeção passa longe da verdade. Esses sistemas tiveram de ser abandonados por não terem gerado crescimento. O crescimento econômico genuíno aconteceu somente após a sua substituição por sistemas melhores.

8 Ridley, The rational optimist, p. 92.

9 William, J. Bernstein, The birth of plenty: how the prosperity of the modern world was created (New York: McGraw-Hill, 2004), p. 66.

10 Sheldon M. Stern, “The Atlantic slave trade — the full story”, Academic

questions (Summer 2005), p. 17, citando Giles Milton, White gold: the extraordinary story of Thomas Pellow and Islam's one million white slaves (New York: Farrar, Straus & Giroux, 2004).

11 Stern, "The Atlantic slave trade", p. 17, citando Seymore Drescher; Stanley L. Engerman, orgs., A historical guide to world slavery (Oxford: Oxford University Press, 1998), p. 374.

12 M. Stanton Evans, The theme is freedom: religion, politics, and the American tradition (Washington: Regnery, 1994), p. 138-9.

13 Harold Berman, Law and revolution: the formation of the Western legal tradition (Cambridge: Harvard University Press, 1983) [edição em português: Direito e revolução: a formação da tradição jurídica ocidental (São Leopoldo: Unisinos, 2006)].

14 Ridley, The rational optimist, p. 105.

15 Veja Wayne Grudem, Politics: according to the Bible (Grand Rapids: Zondervan, 2010), p. 50, citando Alvin Schmidt, How Christianity changed the world (Grand Rapids: Zondervan, 2004), p. 279 [edição parcial em português: Política segundo a Bíblia (São Paulo: Vida Nova, 2014)].

16 Jim Powell, The triumph of liberty (New York: Free Press, 2000), p. xiv, citando Milton Meltzer, Slavery: A world history (Cambridge: Da Capo Press, 1993).

17 Hernando de Soto, The mystery of capital: why capitalism triumphs in the West and fails everywhere else (New York: Basic Books, 2000). Discutiremos a pesquisa dele no capítulo 4, p. 158-63).

18 Aristóteles, Política, 2.1.10. Os autores consultaram a tradução de H. Rackham da coleção Loeb Classical Library (Cambridge: Harvard University Press, 1932), p. 76-7 [edição em português: A política (São Paulo: Lafonte, 2012)].

19 Garrett Hardin, "The tragedy of the commons", Science 162, no. 3859 (1968): 1243-8.

20 Para uma discussão complementar, veja Douglass C. North; Robert Paul Thomas, The rise of the Western world: a new economic history (Cambridge: Cambridge University Press, 1976), p. 9.

21 Dudley Dillard, Economic development of the North Atlantic community: historical introduction to modern economics (Inglewood Cliffs: Prentice Hall, 1967), p. 59.

22 Ibidem, p. 19.

23 Para uma leitura complementar sobre feudalismo e mercantilismo, veja North; Thomas, The rise of the Western world; Eli Heckscher, Mercantilism (New York: Macmillan, 1955), 2 vols.; Dillard, Economic development of the North Atlantic community.

24 Laura LaHaye, “Mercantilism”, in: David R. Henderson, org., The concise encyclopedia of economics (Indianapolis: Liberty Fund, 2008), p. 340.

25 Veja Murray Rothbard, “Mercantilism: a lesson for our times?” The Freeman, 13, n. 11 (November 1963).

26 Ibidem.

27 Adam Smith, An inquiry into the nature and causes of the wealth of nations, edição de Edwin Cannan (1776; reimpr., New York: Modern Library, 1994), p. 715 [edição em português: A riqueza das nações: investigação sobre sua natureza e suas causas (São Paulo: Nova Cultural, 1996)].

28 Jacob Viner, Studies in the theory of international trade (New York: Harper and Brothers, 1937), p. 58-9.

29 LaHaye, “Mercantilism”, p. 340.

30 Clarence B. Carson, “The founding of the American republic: 6. the mercantile impasse”, The Freeman, 22, n. 1 (January 1972).

31 LaHaye, “Mercantilism”, p. 341.

32 Friedrich Engels, prefácio à edição alemã de 1883 de Karl Marx e Friedrich Engels, The communist manifesto, in: Robert C. Tucker, org., The Marx-Engels

reader (New York: W. W. Norton, 1972), p. 334.

33 Karl Marx, “The critique of capitalism”, in: ibidem, p. 232-49.

34 Veja Karl Marx, Das Kapital: a critique of political economy (Washington: Regnery, 2000), partes 1—2 [edição em português: O capital: crítica da economia política (Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014)].

35 Ibidem, p. 355.

36 As revoluções comunistas jamais ocorreram onde Marx afirmava que ocorreriam, nas economias capitalistas desenvolvidas. Elas ocorreram somente em economias essencialmente subdesenvolvidas (Rússia, China, Cuba, Coreia do Norte e algumas nações africanas). A suposição de Marx de que os empregadores (a burguesia) e os operários (o proletariado) eram inimigos, era falsa, uma vez que nas economias modernas desenvolvidas eles geralmente trabalham juntos para o bem comum das companhias.

37 Karl Marx, Critique of the Gotha program (Rockville: Wildside Press, 2008), p. 27 [edição em português: Crítica do programa de Gotha (São Paulo: Boitempo, 2012)].

38 Karl Marx; Friedrich Engels, The communist manifesto (New York: Monthly Review Press, 1968), p. 27 [edição em português: Manifesto comunista (São Paulo: Hedra, 2010)].

39 John Locke, Concerning civil government, in: Robert Maynard Hutchins; Mortimer J. Adler, orgs., Locke, Berkeley, Hume, Great Books of the Western World (London: Oxford University Press, 1952), vol. 35, p. 51.

40 Evan M. Stanton, The theme is freedom: religion, politics, and the American tradition (Washington: Regnery, 1994), p. 5.

41 Veja Jay W. Richards, Money, greed, and God: why capitalism is the solution and not the problem (New York: HarperOne, 2009), p. 11-9.

42 Ibidem, p. 21; Richards cita essas estatísticas extraídas de The black book of communism (Cambridge: Harvard University Press, 1999), p. 4.

43 Michael Novak, The spirit of democratic capitalism (New York: Simon and Schuster, 1982), p. 319, citando James H. Billington, Fire in the minds of men (New York: Basic Books, 1980), p. 203-4 [edição em português: O espírito do capitalismo democrático (Rio de Janeiro: Nórdica, 1982)].

44 Ferguson, Civilization, p. 265.

45 Ibidem, p. 266.

46 John Mauldin; Jonathan Tepper, Endgame: the end of the debt supercycle and how it changes everything (Hoboken: John Wiley & Sons, 2011), p. 40-2.

47 Milton Friedman, Capitalism and freedom: a leading economist’s view on the proper role of competitive capitalism (Chicago: University of Chicago Press, 1962), p. 13 [edição em português: Capitalismo e liberdade (São Paulo: Nova Cultural, 1988)].

4

O SISTEMA ECONÔMICO

O mercado livre

Explicamos no capítulo anterior que muitos sistemas econômicos do passado não conseguiram gerar prosperidade humana. Caça e coleta, agricultura de subsistência, propriedade tribal, feudalismo, mercantilismo, socialismo e comunismo, todos acabaram fracassando. O moderno Estado de bem-estar social ainda desfruta da abundante prosperidade do passado, mas está rapidamente descobrindo que a receita tributária atual é completamente insuficiente para honrar as obrigações assumidas. O Estado de reivindicações está entrando em colapso.

Esses sistemas negligenciaram muitos (e às vezes todos os) fatores mais importantes para o crescimento econômico: o Estado de direito, a propriedade privada, a especialização e o livre comércio, a liberdade econômica e os incentivos necessários para criar riqueza, e a expectativa de recompensa.

Neste capítulo, discutiremos diversas vantagens do livre mercado. Mas antes, o que é um sistema de livre mercado?

A. Definindo o sistema de livre mercado

1. Definição

No capítulo anterior, definimos um sistema de livre mercado da seguinte forma:

Sistema de livre mercado é aquele em que a produção e o consumo econômicos são determinados pela livre escolha dos indivíduos, e não pelo governo, e esse processo se fundamenta na propriedade privada dos meios de produção.

Nessa definição, a expressão “meios de produção” se refere a todos os fatores não humanos envolvidos na produção de bens e serviços, como fábricas, equipamentos, terras destinadas à agricultura e minas. Em termos bem simples, em um sistema de livre mercado são as pessoas, não o governo, que possuem as fazendas e as empresas. Além disso, as pessoas são “donas” de si mesmas no sentido de terem a liberdade de escolher onde trabalhar. O governo não decide por elas onde devem trabalhar (como na escravidão ou no comunismo).

Ao chamarmos isso de um “sistema de livre mercado”, também queremos distingui-lo de várias formas indesejáveis de “capitalismo”, que na verdade não são sistemas de livre mercado, como, por exemplo, o “capitalismo de Estado” e o “capitalismo oligárquico” (explicados no capítulo 6, p. 225).

Mas o que, então, significa a palavra “mercado” na expressão “sistema de livre mercado”? Será possível definir um livre mercado? O economista Murray Rothbard oferece a seguinte definição: “‘Livre mercado’ é um termo geral para um conjunto de trocas que ocorrem na sociedade. Cada troca é feita como um acordo voluntário entre duas pessoas ou entre grupos de pessoas representadas por agentes”.1 Ele acrescenta que esse “conjunto de trocas” é mais complexo: “O mercado, então, não é simplesmente um conjunto; ele é um entrelaçamento altamente complexo e interativo de trocas [...]. O livre mercado e o livre sistema

de preços disponibilizam os bens do mundo inteiro para os consumidores”.2

Escrevendo do ponto de vista de um teólogo cristão, um de nós (Wayne Grudem) explica o livre mercado em outra obra, de forma semelhante, mas enxergando-o como um processo divinamente ordenado que está arraigado na natureza humana e enfatizando os resultados benéficos de todo o processo de trocas voluntárias:

O livre mercado é um processo maravilhoso concedido por Deus às sociedades humanas, por meio do qual os bens e serviços que são produzidos pela sociedade (oferta) continuamente se ajustam para corresponder exatamente aos bens e serviços que são desejados pela sociedade (demanda) em cada período de tempo e por meio do qual a sociedade atribui um valor mensurável para cada bem e serviço em cada período de tempo, inteiramente através das livres escolhas que cada pessoa faz individualmente na sociedade, e não por meio de controle governamental.3

Outro escritor, Jay W. Richards, também vê a mão providencial de Deus no livre mercado:

Em vez de desprezar a ordem de mercado, os cristãos deveriam enxergá-la como a maneira de Deus providencialmente reger as ações de bilhões de agentes livres em um mundo afetado pela Queda [...]. O mercado é, como [F. A.] Hayek disse, “provavelmente a estrutura mais complexa do universo”. Ele merece a nossa admiração [...] um deslumbrante exemplo da providência de Deus sobre um mundo caído.4

O funcionamento desse livre mercado é importante para o argumento principal deste livro — de que países que desejam deixar a pobreza para chegar à prosperidade precisam produzir mais bens e serviços de valor. Mas como os governos podem fazer com que seu povo produza mais? Algumas nações

tentaram forçar a produtividade usando a escravidão, mas não funcionou. As nações que adotaram o socialismo e o comunismo também tentaram o planejamento governamental e a coerção para fazer o povo trabalhar, mas as suas economias fracassaram miseravelmente.

A genialidade de um sistema de livre mercado está no fato de que ele não tenta compelir as pessoas a trabalhar. Ele antes deixa as pessoas livres para escolher trabalhar, recompensando seu trabalho ao permitir que elas retenham o fruto de seu labor. Em um mercado livre, nenhum funcionário do governo precisa forçar as pessoas a trabalhar. O governo simplesmente precisa sair do caminho e deixar o livre mercado trabalhar sozinho (com algumas restrições adequadas no caso do crime; veja a próxima seção).

A razão pela qual a liberdade de mercado gera prosperidade foi explicada em 1776 por Adam Smith:

A certeza que as leis na Grã-Bretanha dão a cada homem de que haverá de desfrutar do fruto de seu próprio trabalho é motivo suficiente para fazer qualquer país florescer [...]. O esforço natural de cada indivíduo para melhorar sua própria condição, quando tem a possibilidade de trabalhar arduamente com liberdade e segurança, é um princípio tão poderoso que, por si só e sem qualquer ajuda [...] é capaz de conduzir a sociedade à riqueza e à prosperidade.5

Essa afirmação bastante citada de Smith foi demonstrada muitas vezes na história subsequente. No mundo de hoje, há uma forte correlação entre liberdade econômica e prosperidade. Os países com os níveis mais elevados de liberdade econômica (que podem ser calculados estatisticamente usando ao menos dez fatores distintos) têm também a maior renda per capita. Isso pode ser visto quando projetamos os países do mundo em um gráfico, comparando sua liberdade econômica com sua renda média per capita (veja a figura 1).

O restante deste capítulo e o próximo explicarão como exatamente o livre mercado produz esses resultados impressionantes — ou melhor, como as pessoas livres em um mercado livre produzem esses resultados impressionantes.

2. O Estado de direito

O Estado de direito é importante para um sistema de livre mercado. Ele evita que ladrões e outros criminosos tomem a liberdade econômica das pessoas ao roubar sua propriedade através de fraude, engodo ou pela força. Um sistema de livre mercado precisa ter leis para prevenir o crime. Nenhum defensor do livre mercado acredita que a palavra livre remete à anarquia. Na verdade, algumas leis são necessárias para proteger a ideia de um livre mercado, pois a ideia de trocas livres, voluntárias, é violada quando as pessoas roubam, cometem fraude ou enganam outras, ou quando as pessoas não têm a informação necessária para tomar decisões de maneira esclarecida. (Explicamos o Estado de direito em mais detalhes no capítulo 7, p. 239-41; veja também p. 163-4.)

Portanto, uma compreensão adequada do que seja um livre mercado inclui leis contra roubo, fraude, quebra de contratos e venda de produtos defeituosos ou perigosos. Um país pode ter essas leis e continuar mantendo um sistema de livre mercado porque as decisões sobre o que produzir e consumir estão a cargo dos indivíduos, não do governo.

3. Será que todas as economias são “mistas”?

De tempos em tempos, ao mencionarmos o livre mercado em nossas palestras, alguém no auditório argumenta: “Não há um sistema de livre mercado hoje, porque todas as economias são uma mistura de propriedade privada e de propriedade e controle governamentais. Portanto, o que vocês realmente defendem é uma economia mista, e quase todas as nações têm economias mistas hoje”. A discussão, então, se torna confusa, porque essa mudança de rótulo infere que sistemas econômicos distintos são, na maior parte, a mesma coisa.

Então, faz algum sentido falar sobre um “sistema de livre mercado”? Acreditamos que sim, pois há diferenças reais entre sistemas econômicos de um país para outro. É evidente que a maioria das nações com economias de livre mercado têm alguns elementos de propriedade e controle governamentais sobre a produção, o que de forma alguma faz com que sejam países socialistas. Por exemplo, nos Estados Unidos, o governo é quase-proprietário do serviço postal, que é maciçamente subsidiado pelos impostos, mas essa é uma exceção, não a regra. A maior parte das decisões sobre produção e consumo nos Estados Unidos ainda é feita por indivíduos e empresas privadas, não pelo governo.

Na verdade, as economias nacionais do mundo podem ser numericamente organizadas em uma escala de “livre” a “não livre”. Uma dessas classificações é publicada anualmente há 18 anos pela Fundação Heritage e por The Wall Street Journal. O relatório atual é o Índice de liberdade econômica 2012.6 Para determinar o quanto uma economia é livre, a cada ano os pesquisadores avaliam 179 países de acordo com dez fatores agrupados em quatro categorias:

Estado de direito

Direito à propriedade

Ausência de corrupção

Governo limitado

Liberdade fiscal

Gastos do governo

Eficiência regulatória

Liberdade empresarial

Liberdade trabalhista

Liberdade monetária

Abertura dos mercados

Liberdade comercial

Liberdade de investimento

Liberdade financeira

Cada país recebe uma classificação numa escala de liberdade econômica de 0 a 100, acompanhada de uma breve análise de acordo com os dez fatores. No Índice de liberdade econômica 2012, Hong Kong obteve a melhor classificação (89,9), seguida por Cingapura (87,5), Austrália (83,1), Nova Zelândia, (82,1) e Suíça (81,1). Esses cinco são considerados “livres” por essa publicação (veja na parte interna da primeira capa).

Os pesquisadores então listaram 23 países “praticamente livres”, incluindo o Canadá (79,9), Chile (78,3), Ilhas Maurício (77,0), Irlanda (76,9), Estados Unidos (76,3) e 18 outros países. Para os fins do nosso estudo, podemos considerar que esses 28 países no topo da classificação possuem um sistema de livre mercado ou sistemas de mercado praticamente livres.

Infelizmente, 88 países ainda estão no final da escala: 60 países são “praticamente não livres” e, abaixo deles, outros 28 são classificados como “reprimidos”. Esses países pontuam pouco em todas as dez categorias de liberdade econômica. Tais países não têm sistemas de livre mercado. Os dez de menor pontuação são a Guiné Equatorial (42,8 pontos de um total de 100), o Irã (42,3), a República Democrática do Congo (41,1), Myanmar (38,7), a Venezuela (38,1), a Eritreia (36,2), a Líbia (35,9), Cuba (28,3), o Zimbábue (26,3) e a

Coreia do Norte (1,0).

4. Estamos realmente falando de capitalismo?

Alguns se referem ao sistema de livre mercado como um sistema “capitalista”. Se entendermos que o termo capitalismo se refere a um sistema de livre mercado como o descrevemos aqui, então certamente apoiamos essa designação. Entretanto, normalmente não usamos o termo capitalismo neste livro, porque, ao falar para diferentes audiências, descobrimos que o termo capitalismo pode significar coisas diferentes para pessoas diferentes — às vezes, muitas coisas positivas e, às vezes, uma porção de coisas negativas.7 Não nos parece sensato nos referirmos ao sistema que estamos propondo com um termo que, na mente de muitos leitores, significa várias coisas às quais não temos intenção de nos referir. Quando quem fala e quem ouve têm significados diferentes para uma palavra-chave, a clareza na análise e na discussão é prejudicada. É importante ter clareza nas definições. Em todo caso, o termo capitalismo não comunica a ideia essencial de um sistema de livre mercado, em que as decisões sobre a produção e o consumo econômicos são feitas pelas livres escolhas de indivíduos, não pelo governo.

Apesar disso, às vezes fazemos uso do termo capitalismo, especialmente ao interagirmos com citações de outros autores, e concordamos com as excelentes defesas de genuíno capitalismo publicadas por autores como Milton Friedman,8 Michael Novak,9 Jay W. Richards,10 Steve Forbes e Elizabeth Ames11 e Austin Hill e Scott Rae.12

Ocasionalmente, um sistema de livre mercado é também chamado de “sistema de livre empresa”. Essa expressão tem conotações predominantemente positivas, mas escolhemos a designação “sistema de livre mercado” porque “livre empresa” denota uma ênfase demasiada em negócios (é o que as pessoas imaginam ao ouvir o termo empresa) em detrimento das escolhas econômicas pessoais feitas por milhões de pessoas que não se veem como parte do mundo dos negócios ou de qualquer tipo de “empresa”.

Nem todos que têm uma conexão com a ajuda externa hoje em dia concordam com a nossa recomendação de um sistema de livre mercado (que alguns chamam de “capitalismo”) como a solução para a pobreza em nações pobres. Em particular, muitas pessoas que trabalham para ONGs (organizações não governamentais criadas para ajudar os pobres de várias maneiras) têm uma cosmovisão que lhes impede de enxergar os benefícios de um sistema de livre mercado. O respeitado economista do desenvolvimento Paul Collier escreve sem rodeios:

Quando falo diante da plateia de uma ONG, os ouvintes ficam incomodados por um motivo diferente. Muitos deles não querem acreditar que, para a maioria do mundo em desenvolvimento, o capitalismo global está funcionando. Eles odeiam o capitalismo e não querem que ele funcione. A notícia de que ele não funciona para o bilhão de baixo não basta: eles querem acreditar que ele não funciona em lugar algum [...]. A esquerda precisa abandonar a autoflagelação do Ocidente e as noções idealizadas dos países em desenvolvimento. A pobreza não é romântica. Os países do bilhão de baixo não estão aí para ser a vanguarda de experimentos socialistas; eles precisam ser socorridos no caminho já acidentado da construção de uma economia de mercado. As instituições financeiras internacionais não são parte de uma conspiração contra os países pobres; elas representam uma tentativa de ajuda que está sob ataque. A esquerda precisa aprender a gostar do crescimento.13

Collier explica, por exemplo, como a Christian Aid, uma influente organização beneficente no Reino Unido, usou a obscura pesquisa de alguém que nunca havia publicado nenhum artigo acadêmico sobre comércio e que estudava em uma instituição solidamente marxista, para apoiar um clamor profundamente prejudicial em favor da manutenção de elevadas barreiras comerciais em nações pobres e para condenar de modo grosseiro o “capitalismo”, considerando-o como uma força de opressão contra os pobres.14

Por que organizações como a Christian Aid promovem esse tipo tão prejudicial

de recomendação? Collier responde: “Por ora, é muito cedo para dizer qual é a situação — cristãos confusos, marxistas infiltrados ou executivos de marketing corporativo”.15

5. O sucesso econômico dos sistemas de livre mercado

Mas será que o sistema de livre mercado demonstrou ser um sistema econômico produtivo? Sim, ele tem sido muito mais bem-sucedido do que qualquer outro sistema já discutido. Aliás, à exceção de alguns poucos países do Oriente Médio, ricos em petróleo, todas as nações com alta renda per capita de hoje enriqueceram por meio de formas variadas de um sistema de livre mercado. (A renda per capita na China em 2012 era ainda de somente 9.100 dólares, colocando-a na média da variação de renda. O país ocupa a 118ª posição na renda per capita dentre os 228 países do mundo. E o notável crescimento econômico da China em si resultou da introdução de importantes elementos de reforma econômica direcionada ao livre mercado.)16

Nenhum outro sistema econômico trouxe qualquer país da pobreza para a prosperidade. O sistema de livre mercado é o único tipo que oferece uma alternativa viável e uma força contrária resistente aos “-ismos” e sistemas fracassados que discutimos no capítulo anterior.

6. Base bíblica para a liberdade humana nos sistemas econômicos

Em um capítulo posterior, discutiremos o apoio bíblico à ideia de que os governos devem proteger a liberdade humana (veja p. 201-2), mas, por ora, podemos dizer brevemente que o apoio à ideia de liberdade no mercado vem de vários argumentos:

(1) O ensinamento sobre propriedade privada na Bíblia. A propriedade é vista como pertencente aos indivíduos, e não ao governo ou à sociedade como um todo (veja Êx 20.15; Lv 25.10; Dt 19.14; 1Sm 8.10-18; 1Rs 21; e o debate mais adiante, neste capítulo, p. 150-2);

(2) O conceito bíblico de responsabilidade pessoal diante de Deus em relação à mordomia da propriedade que possuímos (Sl 24.1, e veja adiante, p. 152-3). Essa mordomia somente pode ser exercida quando os indivíduos são livres para escolher como usar sua propriedade;

(3) O ensinamento bíblico de que todos os seres humanos foram criados à imagem de Deus (Gn 1.26,27; 9.6; Tg 3.9) e, portanto, devem ter direitos iguais perante a lei. A visão oposta é a de que um pequeno grupo de governantes tem direitos superiores de ditar as decisões econômicas para todos os demais;

(4) O ensinamento bíblico de um papel limitado para o governo. O governo deve punir os malfeitores, recompensar os que fazem o bem e manter a ordem na sociedade. Não há um ensino bíblico que diga que o governo tem o direito de gerenciar as decisões econômicas de uma nação (veja Rm 13.1-6; 1Pe 2.13,14 sobre as responsabilidades do Estado);

(5) A ausência de qualquer sustentação bíblica à ideia de que o governo deve controlar a economia de uma nação e não deve permitir a liberdade econômica. Na verdade, o governo não precisa de qualquer autorização para deixar as pessoas e a economia livres (exceto para a punição de atividade criminosa).

Não é nossa intenção que os líderes governamentais pensem que precisam de alguma forma "criar" um livre mercado. Se o governo se mantém fora do caminho e simplesmente evita que as pessoas se prejudiquem mutuamente, a liberdade econômica simplesmente acontece. Nesse sentido, a liberdade já existe sempre que as pessoas iniciam trocas voluntárias umas com as outras, o que acontece em todo lugar na sociedade humana. Os governos não precisam criar livres mercados. Mas os governos precisam proteger os livres mercados de várias formas, como explicaremos nos capítulos subsequentes.

B. O incrível lápis: o livre mercado, sem um controlador humano, fabrica produtos complexos que ninguém sabe como fazer

Será que o livre mercado precisa de que um planejador central saiba quais bens devem ser produzidos? A resposta é não. Nenhuma pessoa tem experiência suficiente para planejar todas as facetas de um sistema econômico livre. Com efeito, não há uma só pessoa no planeta que saiba até mesmo como fabricar um simples lápis, mas os lápis são manufaturados com grande sucesso. Isso é ilustrado no apólogo I, pencil [Eu, o lápis], escrito por Leonard Read, ex-presidente da Foundation for Economic Education.17

"Nenhuma pessoa sequer sabe como me fabricar", diz o lápis. Seria verdade? Comparado a uma casa, um carro ou um computador, um lápis parece fácil de fazer. Mas, então, Read (falando por intermédio do "lápis", como se este fosse uma pessoa) passa a descrever as diversas etapas e os materiais que fazem parte da produção de um lápis. Primeiro, a madeira vem de um tipo específico de cedro que cresce em determinadas florestas. Para cortar a árvore e transportar os troncos até a ferrovia são necessários serras, cordas, caminhões e incontáveis outros instrumentos. Milhares de pessoas e centenas de qualificações estão envolvidas apenas no processo de fabricação da parte da "madeira" do lápis. A extração do minério, a produção do aço até sua transformação em serras elétricas, machados e motores são somente o começo. O cânhamo é cultivado e submetido a todos os estágios que levam à produção de uma corda. Mesmo os acampamentos dos lenhadores, com seus leitos, refeitórios e milhares de pessoas fabricando diversos componentes, representam um processo cheio de outros tantos detalhes.

Pense em todas as qualificações necessárias para se trazer os troncos à serraria e todos os caminhões para transportá-la de um lugar para outro. Pense em todo o trabalho de serraria envolvido na conversão dos troncos em tábuas. Vastas quantidades de maquinário e de especialização são necessárias somente para

obter a madeira para fazer um lápis. Mas isso é somente uma parte do que você vê.

O fino bastão que chamamos de “mina” do lápis preto não é feito simplesmente de grafita. Ele começa na grafita extraída no Sri Lanka, que passa por vários processos complicados até chegar no centro de um lápis. A parte metálica — o ferrolho — na ponta superior, é de latão. Pense em toda a energia e tecnologia usadas na mineração do zinco e do cobre, e depois em todas as qualificações necessárias para produzir a folha brilhante de latão a partir desses recursos naturais.

O que nós chamamos de borracha é conhecido no comércio como plugue. Ao contrário do que pensamos, a borracha somente é usada para dar liga. O que apaga é, na verdade, um derivado elástico e grudento criado a partir da reação do óleo de colza da Indonésia com o cloreto de enxofre.

Você sabe como minar a grafita? Você é engenheiro químico? Você sabe como fazer tinta amarela e usá-la hidraulicamente com uma pistola de pintura? Você sabe como usar uma máquina de serrar, uma fundição, um trator de lagarta para extração de madeira ou uma máquina de injetar e moldar plástico? Nenhum de nós sabe fazer todas essas coisas. Mas todos nós, como uma economia mundial combinada, sabemos. Depois de tudo isso e muito mais, o lápis diz: “Será que alguém deseja desafiar meu argumento de que nenhuma pessoa sequer sobre a face da terra sabe como me produzir?”.18 Eu, o lápis nos deixa maravilhados com o que pode ser realizado apesar da ausência de um planejador central.

A aparente “mão invisível” de um livre mercado, no qual todos procuram fazer bem ao menos uma coisa, gera a coordenação, a harmonia e os recursos para produzir exatamente o que as pessoas desejam. Quando todas as pessoas se especializam naquilo que fazem melhor e então trocam essas habilidades, os mercados funcionam de forma efetiva, silenciosa e profunda.

C. O fundamento econômico de um mercado livre: a posse privada da propriedade

É uma verdade amplamente reconhecida que a posse da propriedade privada é o fundamento de um sistema econômico de livre mercado, ao contrário do comunismo (em que não há a posse privada de qualquer propriedade) ou o socialismo (em que não há a posse privada dos meios de produção). Mas como justificar uma crença na propriedade privada?

Encontramos uma justificativa para a propriedade privada nos ensinamentos da Bíblia sobre o assunto. Verificamos outras justificativas em estudos econômicos recentes que demonstraram a relevância da posse da propriedade privada para o sucesso do desenvolvimento econômico.

1. A justificativa da propriedade privada na Bíblia

Nos Dez Mandamentos, o oitavo mandamento, “Não furtarás” (Êx 20.15), pressupõe que haja algo para ser furtado — algo que pertence a outra pessoa e não a mim. Eu não devo roubar o seu boi ou jumento — ou o seu carro, celular ou iPad — porque essas coisas pertencem a você e não a mim. Portanto, o mandamento “Não furtarás” pressupõe a posse da propriedade privada.19

Outras passagens do Antigo Testamento mostram que Deus se preocupou em proteger a posse da propriedade privada. A propriedade deveria pertencer a indivíduos, não ao governo ou à sociedade como um todo. Por exemplo, Deus disse ao povo de Israel, sobre quando viesse o Ano do Jubileu: “Esse vos será um ano de jubileu, pois cada um de vós retornará à sua propriedade, e cada um à sua família” (Lv 25.10).

Muitas outras leis definiam punições por roubo e restituições adequadas por danos aos animais de produção ou campos de cultivo de outra pessoa (veja, por exemplo, Êx 21.28-36; 22.1-15; Dt 22.1-4; 23.24,25). Essas eram propriedades pertencentes a pessoas individuais, e os israelitas deveriam honrar o direito dessas pessoas à sua propriedade.

Outro mandamento protegia os limites de cada propriedade: “Não removerás os marcos do teu próximo, que foram colocados pelos teus antecessores na herança que receberás, na terra que o Senhor, teu Deus, te dá para possuir” (Dt 19.14). Remover a demarcação era o mesmo que deslocar os limites de uma porção de terra e, portanto, roubar a terra que pertencia ao próximo (comparar com Pv 22.28; 23.10).20

O Antigo Testamento também revela uma sensibilidade acerca da possibilidade de governos usarem erradamente seu imenso poder para desrespeitar os direitos de propriedade e roubar o que não deveriam ter em seu poder. Persuadido pela malvada rainha Jezabel, o rei Acabe perversamente roubou a vinha de Nabote, e este foi morto no processo (1Rs 21).

O profeta Samuel alertou o povo de Israel sobre os males de um rei que iria "tomar", "tomar" e "tomar":

Samuel transmitiu todas as palavras do Senhor ao povo que lhe havia pedido um rei, e disse: Este será o direito do rei que reinará sobre vós: ele tomará os vossos filhos e os porá sobre os seus carros para serem seus cavaleiros e para correrem adiante dos seus carros; e os porá por chefes de mil e chefes de cinquenta, para lavrarem seus campos, fazerem suas colheitas e fabricarem suas armas de guerra e os equipamentos de seus carros. Tomará as vossas filhas para serem perfumistas, cozinheiras e padeiras. Tomará o melhor das vossas terras, das vossas vinhas e dos vossos olivais, e o dará aos seus servos. Tomará o dízimo das vossas sementes e das vossas vinhas para dar aos seus oficiais e aos seus servos. Também tomará vossos servos e vossas servas, vossos melhores jovens, e vossos jumentos, e os empregará no seu trabalho. Tomará o dízimo do vosso rebanho; e vós lhe servireis de escravos. Então clamareis naquele dia por causa do vosso rei, que vós mesmos escolhestes; mas o Senhor não vos ouvirá (1Sm 8.10-18).

Deus, mais tarde, falou por intermédio do profeta Ezequiel, proibindo exatamente esse tipo de confisco da propriedade por um governante:

O príncipe não tomará nada da herança do povo, privando-o de sua propriedade; deixará da sua propriedade herança a seus filhos, para que o meu povo não seja espalhado, cada um da sua propriedade (Ez 46.18).21

Algumas pessoas alegam que a igreja primitiva praticava uma forma de “comunismo primitivo” porque o livro de Atos diz: “Todos os que criam estavam unidos e tinham tudo em comum” (At 2.44). Porém, essa situação era muito diferente do comunismo, porque (1) as doações eram voluntárias e não impostas por um governo e (2) as pessoas ainda tinham posses pessoais e eram donas de propriedade, como podemos ver no fato de que elas continuavam a se encontrar em suas casas (At 2.46) e de que muitos outros cristãos depois desse tempo possuíam casas (veja At 12.12; 17.5; 18.7; 20.20; 21.8,16; Rm 16.5; 1Co 16.19; Cl 4.15; Fm 2; 2Jo 10). Pedro até disse a Ananias e Safira que não precisavam se sentir obrigados a vender sua casa e doar o dinheiro, pois lhes pertencia (veja At 5.4).22

2. A propriedade privada implica uma obrigação com a mordomia responsável

A propriedade privada implica em si algumas responsabilidades de mordomia. Se os seres humanos estivessem sós no universo, sem nenhuma responsabilidade diante de qualquer Deus, então as pessoas poderiam pressupor que a posse privada de propriedade seria isenta de qualquer obrigação. Ou, de modo inverso, elas poderiam presumir que a "sociedade" ou o governo deveria tomar a propriedade, para evitar que as pessoas a utilizem para fins egoístas. Essa é a visão das sociedades comunistas.

Porém, se o próprio Deus ordenou: "Não furtarás", e se nesse mandamento o próprio Deus estabelece a legitimidade da propriedade privada, isso nos leva a pensar que Deus provavelmente nos concedeu a propriedade com um propósito. Essa certamente é a perspectiva da Bíblia. Em termos bíblicos, a nossa posse da propriedade não é absoluta, mas somos "mordomos" e teremos de prestar contas de nossa mordomia. É por isso que, em última análise: "Ao Senhor pertencem a terra e tudo o que nela existe, o mundo e os que nele habitam" (Sl 24.1).

Agora temos uma compreensão melhor da sabedoria de Deus no oitavo mandamento. "Não furtarás" implica, no contexto de todo o Antigo Testamento, um sistema de posse da propriedade privada. E a posse privada da propriedade, dada por Deus, implica mordomia responsável e prestação de contas pelo uso dessa propriedade. Quando eu percebo que Deus ordena aos outros que não roubem minha terra, meu boi, meu jumento, meu carro ou meu laptop, então percebo que eu tenho também uma responsabilidade sobre o uso dessas coisas. Essas coisas foram confiadas a mim pelo Deus que criou o universo, e eu devo agir como um fiel mordomo na administração daquilo que me foi confiado.

3. Governos violam princípios bíblicos e dificultam o desenvolvimento econômico ao impedir que as pessoas possuam propriedades

E se um governo retira esse direito de posse da propriedade? Então, deixo de ser livre para agir como um mordomo na decisão de como essa propriedade deve ser usada, pois não tenho mais o controle sobre o uso dessa propriedade. De forma semelhante, se um governo impõe pesadas restrições sobre como posso usar a minha propriedade, então minha capacidade de exercer a mordomia também é restringida.

Precisamos reconhecer desde o início que os governos têm a autoridade devida de coletar impostos para funções legítimas do governo. Paulo diz que, como a autoridade civil é "ministro de Deus para teu bem [...] também pagais tributos, porque são ministros de Deus, atendendo, constantemente, a este serviço. Pagai a todos o que lhes é devido: a quem tributo, tributo; a quem imposto, imposto [...]" (Rm 13.4,6,7 ARA). Funções legítimas de governo incluem incentivar o bem e punir o mal e a estabelecer ordem na sociedade, pois Pedro diz que os governantes são "enviados para punir os praticantes do mal e honrar os que fazem o bem" (1Pe 2.14).

Entretanto, a história está cheia de exemplos de governos que se excederam nessas funções legítimas. Não temos como definir aqui em detalhe os limites exatos do poder tributário legítimo do governo, mas podemos dar alguns exemplos de governos que diminuíram ou aboliram a propriedade privada de forma tão exagerada, a ponto de destruir a prosperidade humana em suas nações. Isso porque, se as pessoas devem exercer plenamente sua mordomia, então elas precisam ter a liberdade de usar sua propriedade da forma que acharem melhor. Porém, se o governo possui, controla ou regula demais toda a propriedade, então as pessoas deixam de ter a liberdade de usar sua propriedade como acham melhor e de ser recompensadas por seu esforço. Isso sufoca a realização humana, e a verdadeira superação humana passa a ser rara, se é que continua existindo.

4. Evidência histórica do prejuízo econômico que acontece quando governos impedem a posse privada de propriedade

Não é difícil encontrar exemplos de governos que prejudicaram severamente o desenvolvimento ao negar às pessoas o direito à propriedade privada:

a. Países comunistas

Países comunistas proibem regularmente e por convicção a posse privada de terra. Karl Marx e Friedrich Engels disseram: “A teoria dos comunistas pode ser resumida em uma única máxima: Abolição da propriedade privada”.23

Países comunistas, como Coreia do Norte, China, Cuba e a antiga União Soviética, proibiram a posse privada de propriedades como terra e edificações. Portanto, não é de surpreender que essas nações tenham aprisionado o seu povo invariavelmente em uma horrível pobreza. O notável crescimento econômico da China somente começou quando ela instituiu importantes transformações econômicas tendendo ao livre mercado, sob a liderança de Deng Xiaoping, a partir de 1978.

b. Propriedade tribal

Em algumas nações, toda a propriedade é possuída por uma tribo, não por indivíduos. Toda nação que adota a propriedade tribal é pobre e continuará sempre pobre. Isso acontece porque a posse tribal da propriedade impede a posse privada e, por isso, remove os incentivos necessários ao desenvolvimento

econômico humano.

Nos Estados Unidos, a posse tribal da terra caracteriza a maior parte das reservas indígenas, onde muitos povos nativos americanos (também chamados de “índios americanos”) vivem (veja anteriormente, p. 121-3). Existem cerca de 310 reservas indígenas no país, representando cerca de 2,3% da área terrestre total do país. Porém, as situações econômicas e educacionais nessas reservas são terríveis, com cerca de um terço dos nativos americanos vivendo abaixo da linha de pobreza. Há poucos empregos, e a taxa de desemprego é frequentemente mais de duas vezes maior que a do resto do país. O alcoolismo e o abuso de drogas estão por toda parte. A falta de posse privada da propriedade aprisiona os nativos americanos na pobreza e no desespero econômico, alienando-os da próspera sociedade que os cerca (veja Foto 1, logo após a p. 224).24

Costumes tribais na África também podem efetivamente impedir a posse privada da propriedade ou no mínimo a acumulação de qualquer quantidade significativa de propriedade. O etnólogo David Maranz escreve, sobre muitos países da África subsaariana:

Um fator que influencia muito o modo de as pessoas usarem o dinheiro é a expectativa de que amigos e parentes vão pedir “emprestado” [...] [então] as despesas devem ser feitas rapidamente. Se isso não for feito, vai dar a impressão de que o dinheiro está disponível para ser emprestado.25

Nem todos os africanos seguem os princípios financeiros normais e aceitos do compartilhamento, ditados pela sociedade; mas os que não seguem pagam um preço social muito alto: eles são evitados e marginalizados por seus amigos e familiares.26

Pessoas com muitas posses ou um “excedente” de dinheiro são consideradas

egoístas, interesseiras e insensíveis às necessidades alheias.27

Essa expectativa social de que as posses devem ser igualmente compartilhadas na verdade impede que as pessoas acumulem qualquer capital para formar ou expandir empresas. As pressões sociais dessa tradição podem se tornar tão fortes que as pessoas são efetivamente proibidas de decidir como sua propriedade deve ser usada. Maranz explica:

Quem pede alguma coisa ou uma quantia em dinheiro a um amigo ou parente desempenha um papel dominante para determinar se a sua necessidade é maior do que a do seu doador em potencial e, consequentemente, se o doador em potencial deve ou não doar [...]. Se o dono não atende ao pedido, sua recusa pode muito bem resultar em um ataque verbal imediato, no qual o que teve o pedido recusado chama o outro de sovina [...]. Na prática, a pessoa que se autodefine como mais pobre tem o direito de receber de um amigo próximo ou parente tudo que pedir, se o que estiver pedindo parecer “doável”. Já ouvi muitos africanos reclamarem disso, mas todos disseram que não têm poder para mudar a situação, para condenar abertamente a prática ou para desafiar o sistema.28

A falta de respeito pelo direito à propriedade privada também afeta as posses menores. Maranz explica que, em grande parte da África subsaariana:

Empréstimos de bens ou de objetos são equivalentes a presentes. Geralmente, quem empresta deve cobrar a devolução do que foi emprestado se houver alguma probabilidade de que seja devolvido [...]. Os artigos emprestados podem ser: livros, gravadores de fita cassete, sacolas, peças de vestuário, ferramentas, louças e esse tipo de coisas. Parece haver um forte senso de que, se a pessoa acredita que precisa mais da coisa do que você, você lhe deve essa coisa e não pode esperar que seja devolvida. A necessidade maior é definida pela pessoa que não é dona da coisa.29

c. Outros exemplos

Há muitos outros exemplos de nações que têm impedido a posse de propriedade privada.

Na Índia, antes do início do domínio britânico em 1757, os príncipes mongóis tinham inquestionável autoridade regional e praticamente tomavam do povo o que bem entendessem. Esse sistema impediu efetivamente a posse privada de propriedade, o que acabou prejudicando seriamente o desenvolvimento humano durante séculos.30

Na China, durante muitos séculos, o imperador detinha absoluto domínio e podia expropriar o que quisesse do povo.31 Novamente essa prática impediu a realização de um sistema de posse privada da propriedade, prejudicando o florescimento humano. Na verdade, ela manteve multidões de chineses na pobreza absoluta.

David S. Landes denuncia a "falta de terra livre" (que as pessoas comuns podiam comprar) na Argentina como "um dos piores legados do regime colonial". Embora tivesse imensos recursos naturais, incluindo terras agrícolas férteis, a Argentina não se desenvolveu economicamente porque "vastas propriedades haviam sido doadas, designadas para a Igreja e para os homens de respeito e poder, e o que sobrou foi tomado durante os distúrbios que se seguiram após a revolução [de 1810]".32

Problemas parecidos assolaram a maior parte do restante da América Latina, onde algumas poucas famílias abastadas controlam essencialmente toda a terra, e o processo legal de compra e registro de um pedaço de terra é tão complexo que se tornou verdadeiramente impossível para a vasta maioria da população. Essa situação foi extensamente documentada pelo economista peruano Hernando de

Soto.33

De forma semelhante, sob o sistema feudal no Leste europeu, por vários séculos alguns poucos senhores ricos foram donos de toda a propriedade, mantendo o restante do povo refém da pobreza. A falta de um meio de fácil acesso para a obtenção de posse da propriedade significou o verdadeiro impedimento da prosperidade humana por séculos.

Outra forma de os governos impedirem as pessoas de possuir propriedade consiste em deixar de resolver reivindicações conflitantes sobre propriedades, que ocorrem com frequência após guerras civis ou mudanças governamentais. Esse é ainda um problema na atual Albânia, por exemplo.34 Collier ressalta que, depois de uma guerra civil ou algum outro conflito, as nações precisam “resolver rapidamente as disputas sobre propriedade da terra”.35

5. A importância dos títulos legais de propriedade

Num livro bastante elogiado, Hernando de Soto explica por que a posse documentada da propriedade é tão importante. Ele diz que a maioria das pessoas pobres do mundo “possui casas, mas sem escrituras; plantações, mas sem títulos de propriedade; empresas, mas sem registros de incorporação”.36 Sem escrituras, títulos de propriedade e registros de incorporação, as pessoas não têm qualquer chance de pedir dinheiro emprestado com base no valor de sua propriedade, construir riqueza e crescer em prosperidade.

Tal sistema, mesmo que seja por vezes chamado de “capitalismo”, é um sistema morto, e claramente não é de forma alguma um sistema de “livre mercado”. A pobreza é inevitável. Quando indivíduos e empresas não possuem endereços comprováveis ou direitos de propriedade documentados e protegidos, as suas posses se tornam inúteis. Elas não podem usar a pequena casa onde vivem ou a terra que ocupam como base para pedir empréstimos e começar uma pequena empresa. Somente quando as pessoas têm títulos legais é que elas podem tomar emprestado, investir e expandir a partir do valor de sua propriedade.

Sim, os três bilhões de pobres no mundo têm de fato alguma poupança, de acordo com de Soto. Na verdade, o valor total dos imóveis ocupados sem que sejam legalmente possuídos pelos pobres no Terceiro Mundo e nas nações anteriormente comunistas é de pelo menos 9,3 trilhões de dólares.37 Essa quantia espantosa é igual a mais de 10% da produção econômica anual do mundo inteiro (em 2011, o PIB mundial foi de 70 trilhões de dólares).

O problema é a necessidade de direitos de posse publicamente documentados, a fim de que as pessoas tenham proteção legal para a sua propriedade. Com a falta de títulos para suas casas ou outras posses e impedidos por seus governos locais de obtê-los, os pobres permanecem na clandestinidade. Sem títulos legais para a

propriedade, eles não possuem qualquer valor publicamente confirmado para assegurar sua situação econômica. A pobreza se torna permanente, visto que esses recursos não dão qualquer garantia para obtenção de empréstimos. Dificilmente se pode hipotecar aquilo que não é oficialmente seu ou convencer uma companhia de energia a fornecer eletricidade a um endereço não verificável. Transformar esses bens em capital líquido é, portanto, um obstáculo intransponível para essa gente pobre, um obstáculo que os ocidentais não enfrentam.38

De Soto explica assim o problema:

No Ocidente, pelo contrário, cada lote de terra, cada prédio, cada peça de equipamento ou ativo inventariado é representado em um documento de propriedade, que é o sinal visível de um vasto processo oculto que conecta todos esses recursos ao restante da economia. Graças a esse processo de representação, os recursos podem ter uma vida invisível e paralela à sua existência material. Eles podem ter uso colateral para obter crédito. A fonte mais importante de fundos para novas empresas nos Estados Unidos é a hipoteca da casa do empreendedor. Esses recursos podem também prover uma conexão entre o histórico de crédito do dono, um endereço verificável para coletar dívidas e impostos, a base para a criação de utilidades públicas confiáveis e universais e um fundamento para a criação de instrumentos financeiros (como, por exemplo, títulos respaldados por hipotecas) que podem, então, ser redescontados e vendidos em mercados secundários. Com esse processo, o Ocidente injeta vida nos ativos, fazendo com que gerem capital. Nações do Terceiro Mundo e nações anteriormente comunistas não possuem esse processo representativo [...]. Sem representação, [os ativos dos pobres] são capital morto. Os pobres habitantes dessas nações — cinco sextos da humanidade — são, de fato, donos de alguma coisa, mas lhes falta o processo que represente a sua propriedade e gere capital.39

6. Normas governamentais que impossibilitam a posse de propriedade

Pressuponha, porém, que você seja uma pessoa pobre que, de alguma forma, consegue ter o título de proprietário de um lote, o que lhe dá uma base legal para obter empréstimos e iniciar um pequeno negócio. Você pode, ainda assim, não conseguir o empréstimo. Emprestar dinheiro exige o preenchimento de numerosos formulários governamentais e a obtenção de licenças e permissões de agências do governo. Não espere ser bem tratado. Mas isso é só o começo. Você precisa provar que cumpre muitos requisitos de qualificação para conseguir um empréstimo. Somente esse procedimento pode levar semanas, meses até. A seguir, você precisa mostrar declarações de imposto de renda, comprovantes de renda de pelo menos os últimos três anos, históricos de crédito (ah, você nunca contraiu um empréstimo antes?), carteira de motorista e qualquer outra coisa que os burocratas do governo possam pensar em pedir.

A vileza do processo se assemelha a uma pessoa declarando sua inocência enquanto todo o mundo presume que ela é culpada. Mesmo estando à altura das exigências, os burocratas podem ainda rejeitar o seu pedido, a não ser que você esteja disposto a pagar uma propina. Isso é humilhante e constrangedor e abala a maioria das pessoas. Nos países livres, todo o processo para a obtenção de um registro de empresa leva somente alguns dias ou semanas. Em países que não são livres, o processo pode levar anos ou até mesmo décadas.

A equipe de pesquisa coordenada por de Soto tentou abrir uma pequena fábrica de roupas (com um funcionário) na periferia de Lima, no Peru. Os membros da equipe trabalharam no processo de registro cerca de seis horas por dia, e o processo levou 289 dias! O custo foi de 1.231 dólares, ou 31 vezes o salário mínimo mensal (custou aproximadamente o salário de três anos). De Soto escreve: “Para obter permissão legal para construir uma casa numa terra controlada pelo Estado, foram necessários seis anos e onze meses, e 207 passos administrativos em 52 estabelecimentos governamentais [...]. Para obter um

título legal de propriedade para aquele lote foram precisos 728 passos”.40

Segundo De Soto:

[O procedimento para formalizar uma propriedade urbana nas Filipinas] pode necessitar de 168 passos, envolvendo 53 agências públicas e privadas, e levar de 13 a 25 anos [...]. No Egito, uma pessoa que queira adquirir e registrar legalmente um lote em uma terra desértica de posse do Estado precisa enfrentar pelo menos 77 procedimentos burocráticos em 31 agências públicas e privadas [...]. Isso pode levar de 5 a 14 anos [...]. Tempo total para ser dono legal de uma propriedade no Haiti: 19 anos [...]. E nem mesmo esse longo processo assegura que a propriedade permanecerá legalizada.41

Países em desenvolvimento criam tamanho labirinto de procedimentos que consomem tempo e dinheiro, que a maioria dos cidadãos prefere ir para a clandestinidade e negociar na economia informal e ilegal. Eles não querem quebrar as regras, mas são as regras que os quebram.42

De Soto escreve:

Imagine um país onde ninguém pode dizer quem é dono de que, os endereços não podem ser facilmente verificados, as pessoas não podem ser obrigadas a pagar o que devem, os recursos não podem ser convenientemente transformados em dinheiro, a propriedade não pode ser dividida em ações, as descrições das posses não são padronizadas nem podem ser facilmente comparadas, e as regras que regem a propriedade variam de bairro para bairro ou até mesmo de uma rua para outra. Você acaba de se colocar no lugar de alguém vivendo em um país em desenvolvimento ou em uma nação de passado comunista.43

Quando não é possível fazer com que esse tipo espúrio de “capitalismo” funcione (espúrio, pois certamente não é um sistema de “livre mercado”), as pessoas insistem em reanimar a moribunda “terceira via” (entre capitalismo e socialismo) até descobrirem com tristeza que a terceira via é um caminho que leva ao terceiro mundo. Enquanto isso, a maioria dos adultos do planeta são apanhados na situação extremamente confusa da incapacidade de possuir, documentar ou fazer a securitização da propriedade.

7. Criando um caminho fácil para a posse de propriedade documentada

Como as nações desenvolvidas estabeleceram seus sistemas de documentação dos direitos de propriedade? De Soto gastou anos pesquisando a história desse desenvolvimento e concluiu que, em toda nação que possui direitos de propriedade públicos e legais bem estabelecidos e facilmente obtidos, “essa revolução da propriedade foi sempre uma vitória política. Em cada país, ela resultou do esforço de alguns poucos homens iluminados que decidiram que a lei oficial não fazia sentido se uma parte considerável da população vivia fora dela”.44

Por exemplo, nos Estados Unidos, os governos locais aceitaram o fato de que melhorar um pedaço de terra era suficiente para estabelecer direitos de propriedade, permitindo assim que os posseiros pudessem comprar terras por preços estipulados por um júri local. Essa provisão legal inovadora foi chamada de preempção.45 Notavelmente, em vez de virem primeiro as leis e então se estabelecerem os pioneiros, os pioneiros se estabeleceram primeiro e a lei foi então criada.

O imenso benefício econômico se resume no termo colateralização. Colateralização quer dizer usar um pedaço de terra (ou um lote e uma casa ou outra propriedade) como garantia (“colateral”) para um empréstimo. Quando alguém possui terra, pode colateralizar essa terra — fazer um empréstimo equivalente a parte do valor da terra.

Quando o Oeste dos Estados Unidos começou a ser ocupado, a legalização e a proteção dos direitos de propriedade efetivamente produziram colateralização e, com isso, destravaram os ajustes adicionais de propriedade legal para fazer o sistema de livre mercado funcionar.

No nível pessoal, ambos os meus (Barry Asmus) avós se beneficiaram dessa legislação, fato descrito no meu livro The best is yet to come [O melhor ainda está por vir].46

Países em desenvolvimento poderiam decidir fazer o mesmo hoje. Uma vez que as leis apropriadas e o acesso aos títulos forem estabelecidos, os posseiros podem fazer o sistema funcionar em seu favor. Trata-se apenas de formular leis em conformidade com o que já está sendo feito. (De Soto explica esse processo em muito mais detalhes.)

Possibilitar o acesso rápido e fácil a direitos de propriedade claramente documentados é de importância vital para qualquer país que queira se mover da pobreza para uma crescente prosperidade. Abhijit Banerjee, professor no Instituto de Tecnologia de Massachusetts, escreve: “Há uma relação extremamente forte e positiva entre a segurança da propriedade privada em um país e a sua renda per capita”.47

Leis fundiárias como essas, com direitos de propriedade documentados, devem ser adotadas nos países em desenvolvimento. Esse é o fundamento básico necessário ao funcionamento de mercados livres. A dificuldade para comprar e titular a propriedade deve ser reduzida. Escritórios de emissão de títulos ineficientes, sobrecarregados, que funcionam à base de suborno devem ser reformados a fim de que se torne fácil e pouco dispendioso as pessoas obterem títulos legais e claros para a propriedade. Os governos precisam proteger os direitos de propriedade, em vez de impedi-los ou até confiscá-los.

D. O fundamento legal de um mercado livre: o Estado de direito

Para um sistema de livre mercado funcionar, toda a população do país deve se sujeitar ao Estado de direito. Isso significa que todas as pessoas que fazem parte da nação, incluindo as mais altas autoridades governamentais, respondem por suas ações diante da lei e serão punidas caso a transgridam.

O exemplo clássico disso na história da nação de Israel é o episódio de Davi e Bate-Seba. Davi era o rei, a pessoa mais poderosa em Israel. Mas ele violou a lei que Deus dera à nação, cometendo adultério com uma mulher chamada Bate-Seba e, depois, tramando para que Urias, o marido de Bate-Seba, fosse morto em batalha (2Samuel 11). Mais tarde, Deus enviou o profeta Natã a Davi. Natã contou a Davi uma parábola sobre um homem rico que havia cometido uma grande maldade contra um homem pobre e Davi ficou revoltado. Então Natã disse a Davi: “Esse homem és tu!” (2Sm 12.7). Ele prosseguiu, dizendo a Davi como Deus haveria de puni-lo por seus pecados (2Sm 12.8-15).

Eis aqui um princípio estabelecido: nem mesmo o rei está acima da lei que Deus outorgou à nação. Para que o rei fosse lembrado desse fato, Deus havia decretado que ele fizesse “para si uma cópia desta lei [...] e [a] lerá todos os dias da sua vida” (Dt 17.18,19).

Como explicamos anteriormente (p. 142-3), a própria ideia de um sistema de livre mercado traz em si a necessidade de algumas leis para prevenir o crime. Se as pessoas terão a possibilidade de fazer escolhas econômicas voluntárias e bem informadas, então é preciso haver leis para evitar que outros sejam roubados ou trapaceados (pois essas não são trocas livres ou voluntárias). Deve haver também leis contra a fraude, a quebra de contratos e o prejuízo causado a outros com a venda de produtos com defeito ou perigosos. Todos em uma nação devem estar sujeitos a essas leis.

Quando algumas autoridades governamentais e seus amigos estão acima da lei, há um desincentivo tremendo ao crescimento econômico. Por que você montaria um negócio se já sabe que, caso seja bem-sucedido, o governante local pode impor multas arbitrárias e expulsá-lo do negócio — ou se já sabe que o país pode simplesmente confiscar ("nacionalizar") o seu negócio? Ou quando o seu maior cliente é sobrinho do juiz e pode subitamente se recusar a pagar uma das encomendas que recebeu de você, sem temer qualquer repercussão? Quando algumas pessoas podem quebrar a lei e sair impunes, uma incerteza tremenda é introduzida no contexto empresarial, e as pessoas não querem correr riscos. Isso, por sua vez, tende a paralisar qualquer crescimento na produção de bens e serviços na nação. Um sistema de livre mercado não pode funcionar efetivamente à parte do Estado de direito em uma nação. (Discutiremos o Estado de direito de forma mais detalhada no capítulo 7, p. 239-41.)

E. Dois fatores econômicos essenciais para um mercado livre

Se uma nação determina um caminho claro e simples para a posse da propriedade privada e se ela estabelece o Estado de direito, duas outras políticas econômicas são fundamentais para que um sistema de livre mercado funcione efetivamente: (1) uma moeda estável e (2) taxas de impostos reduzidas. Isso porque uma moeda estável assegura que os preços do mercado sinalizem com precisão o valor, a oferta e a demanda. Já os impostos baixos garantem que as pessoas estejam realmente livres para decidir como usar o seu dinheiro, no lugar de uma agência governamental que lhes toma o dinheiro, decidindo por elas.

1. O governo deve estabelecer uma moeda estável

A economia de livre mercado que descrevemos, baseada na propriedade privada e na troca voluntária, pode ser vista como um grande leilão de compradores e vendedores reagindo a uma ampla gama de preços. Todos conseguem o que desejam ao trocarem dinheiro por um bem ou serviço. Isso quer dizer que os preços são um sistema sinalizador. Mas como se medem os preços? Em qual tipo de moeda ou dinheiro?

É notável o fato de que os preços de mercado, se puderem ser medidos e comparados justamente, levam a ações por parte de indivíduos (egoístas ou não) que beneficiam a todos. Embora um empreendedor possa ter a intenção de promover somente o seu ilustre (ou até medíocre!) interesse próprio e lucro pessoal, o efeito secundário de uma troca voluntária é um significante benefício para o comprador. O acordo entre um vendedor e um comprador quanto ao preço é voluntário e, portanto, ambos devem pensar que o ganho é mútuo. Mas é a moeda usada na transação que provê um meio de troca mutuamente inteligível e permite tanto ao vendedor quanto ao comprador avaliar se o negócio é bom para eles. A fim de que o sistema possa funcionar corretamente, a moeda utilizada em uma transação deve ter um valor conhecido e estável.

Mais eficiente que a permuta, um sistema monetário — seja ele baseado em peles de animais, pedras, conchas, miçangas, cobre ou papel-moeda — reduz o custo de todas as nossas trocas, pois proporciona um denominador comum para converter todos os bens e serviços. Todo papel-moeda que é realmente lastreado pelo ouro (ou às vezes, pela prata) com frequência funciona bem, porque os indivíduos têm a confiança de que podem trocar a moeda pelo equivalente em metal, se assim desejarem.

Quando a moeda consiste em papel impresso que não está lastreado por ouro (ou

por algum outro metal valioso), ela é chamada de moeda fiduciária ou de moeda fiat. (O termo fiat é um verbo latino que quer dizer “faça-se”, e comunica a ideia de que o papel-moeda tem valor porque o governo declara que ele tem valor.) No entanto, a moeda fiduciária é vulnerável, porque ela somente tem valor enquanto as pessoas confiarem (“fidúcia”) suficientemente no governo a ponto de acreditar que ela tem valor. É mais fácil desvalorizar uma moeda fiduciária que o governo meramente diz ser valiosa do que desvalorizar uma moeda apoiada pelo ouro.

O dinheiro somente tem poder porque pode ser usado para comprar alguma coisa. Portanto, o seu valor é medido pelo que ele pode comprar. O dinheiro nos permite participar de trocas, mesmo as de longa duração. Ele nos dá uma forma de armazenar o poder de compra para uso futuro. Ele também opera como uma unidade contábil, que acompanha todos os custos e receitas, nos informando o que precisamos saber agora e para períodos futuros. Sem dinheiro, a troca seria difícil. Ele é definitivamente uma das melhores invenções sociais de todos os tempos.

Porém, a proveitosa contribuição da moeda à troca está diretamente relacionada à estabilidade do seu valor. Os pedaços de papel que o governo autoriza como moeda têm valor porque todos pensam que têm valor. Se essa crença for abalada, então o valor do dinheiro será abalado.

Na base de cada cédula de papel-moeda, estão a indústria, a engenhosidade, os recursos e a capacidade econômica dos cidadãos de uma nação. Nesse sentido, a moeda está vinculada a uma economia do mesmo modo que a linguagem está vinculada à comunicação. Sem definições, as palavras poderiam significar qualquer coisa. O mesmo vale para a moeda. Se a moeda não tiver um valor estável e previsível, então o sistema sinalizador de preços entra em colapso.

A perda do poder de compra da moeda pela inflação, por exemplo, aumenta o custo para os que emprestam e os que tomam emprestado conduzirem suas

transações, pois a incerteza continuamente altera o significado do que foi decidido na troca. Poupança e investimento têm, além disso, riscos adicionais sob a inflação, e transações que envolvem tempo (como, por exemplo, pagar uma casa ou automóvel em prestações) trazem consigo perigos adicionais, porque o valor real do preço acordado muda constantemente. Quando o valor do dinheiro é instável, cada aspecto da economia — oferta, demanda, lucros/prejuízos, especialização, comércio, produção, cooperação social — passa a ser mais obscuro e menos eficiente, o que leva à incerteza e à confusão na tomada de decisões.

Milton Friedman explica como isso ocorre:

A inflação acontece quando a quantidade de dinheiro sobe muito mais do que a produção e, quanto mais rápido é o aumento da quantidade de dinheiro por unidade de produto, maior é a taxa de inflação. Provavelmente não existe nenhuma outra lei na economia tão sólida como essa.48

Quando um governo aumenta a oferta de moeda mais rápido que a produtividade da economia, há dinheiro demais para poucos bens. Isso leva à inflação. (Na verdade, o que "infla" em primeiro lugar é a oferta de moeda.) A inflação é um aumento constante no nível geral de preços — e, por isso, trata-se de uma queda no poder aquisitivo geral de uma unidade monetária. A inflação faz com que o sistema sinalizador de um sistema de mercado reflita com distorção as intenções do comprador e do vendedor. "É como um país inteiro onde ninguém fala a verdade."49 Ou então é uma doença que praticamente destrói as nações: por exemplo, a Rússia e a Alemanha após a Primeira Guerra Mundial, e a China, o Chile e a Argentina depois da Segunda Guerra Mundial.50

A inflação dá a impressão de que temos mais dinheiro do que temos de fato — nunca conseguimos estar exatamente a par de quanto os preços estão subindo. Quando as pessoas sabem que seu poder aquisitivo futuro está sendo reduzido, os emprestadores elevam as taxas de juros, reduzem os prazos de pagamento e

eliminam as hipotecas de taxas fixas. Ou seja, o crédito se torna mais difícil. Todos perdem com isso, exceto o governo.

Centenas de anos de história econômica indicam que os preços e a oferta de moeda se moveram paralelamente. Como são os governos que controlam a oferta monetária, as suas políticas são a causa principal da inflação. Eles inflam a oferta de moeda porque é mais fácil se livrar da pesada dívida pública com dinheiro mais barato, impresso na Casa da Moeda. Ora, se as opções dos políticos são (1) a moratória da dívida do governo, (2) desvalorizar a moeda, (3) declarar a bancarrota nacional (todas essas opções bastante dolorosas) ou (4) inflacionar a moeda nacional, será alguma surpresa que eles via de regra optem pela inflação?

O famoso economista britânico John Maynard Keynes disse: “Não há meio mais infalível de derrubar a base atual da sociedade do que subverter a moeda. Por meio de um processo contínuo de inflação, os governos podem confiscar, secreta e ocultamente, uma importante parte da riqueza de seus cidadãos”.51

Nessa linha, escreve Friedman: “A inflação distorce a sinalização dos preços, enfraquece uma economia de mercado e é uma forma de tributo que pode ser imposta sem legislação”.52

2. O governo deve manter impostos relativamente baixos

No livre mercado, são os empreendedores e os trabalhadores em busca de maior produtividade que produzem a prosperidade. Isso quer dizer que os impostos são importantes. As pessoas produzem, inovam e criam mais quando lhes é permitido reter uma porção maior daquilo que recebem. Quando as pessoas não podem ficar com muito do que recebem, elas tendem a não tentar receber muito. Se os esforços econômicos são penalizados com altos impostos, os esforços diminuem, as oportunidades de emprego declinam, o número de trocas econômicas diminui e as taxas de crescimento econômico caem.

Alvin Rabushka, da Universidade Stanford, reconstituiu as taxas de impostos e de crescimento de 54 países em desenvolvimento ao longo de um período de trinta anos na segunda metade do século 20.53 Sua pesquisa revelou que menores taxas de impostos estavam geralmente ligadas a taxas mais rápidas de crescimento. A taxa média de crescimento da renda per capita para os oito países classificados como países “de impostos baixos” foi de 3,7% ao ano. (Essa taxa dobraria a renda per capita em vinte anos.)

Em contrapartida, os oito países que tiveram as mais altas taxas de impostos tiveram uma taxa de crescimento anual de apenas 0,7%, menos de um quinto da taxa média de crescimento para os oito países com as menores taxas de impostos. (Essa taxa levaria cem anos para dobrar a renda per capita!) Rabushka diz que a boa política econômica, incluindo a política fiscal, promove o crescimento econômico, e que é fundamental manter os impostos baixos em todo sistema de tributação direta.

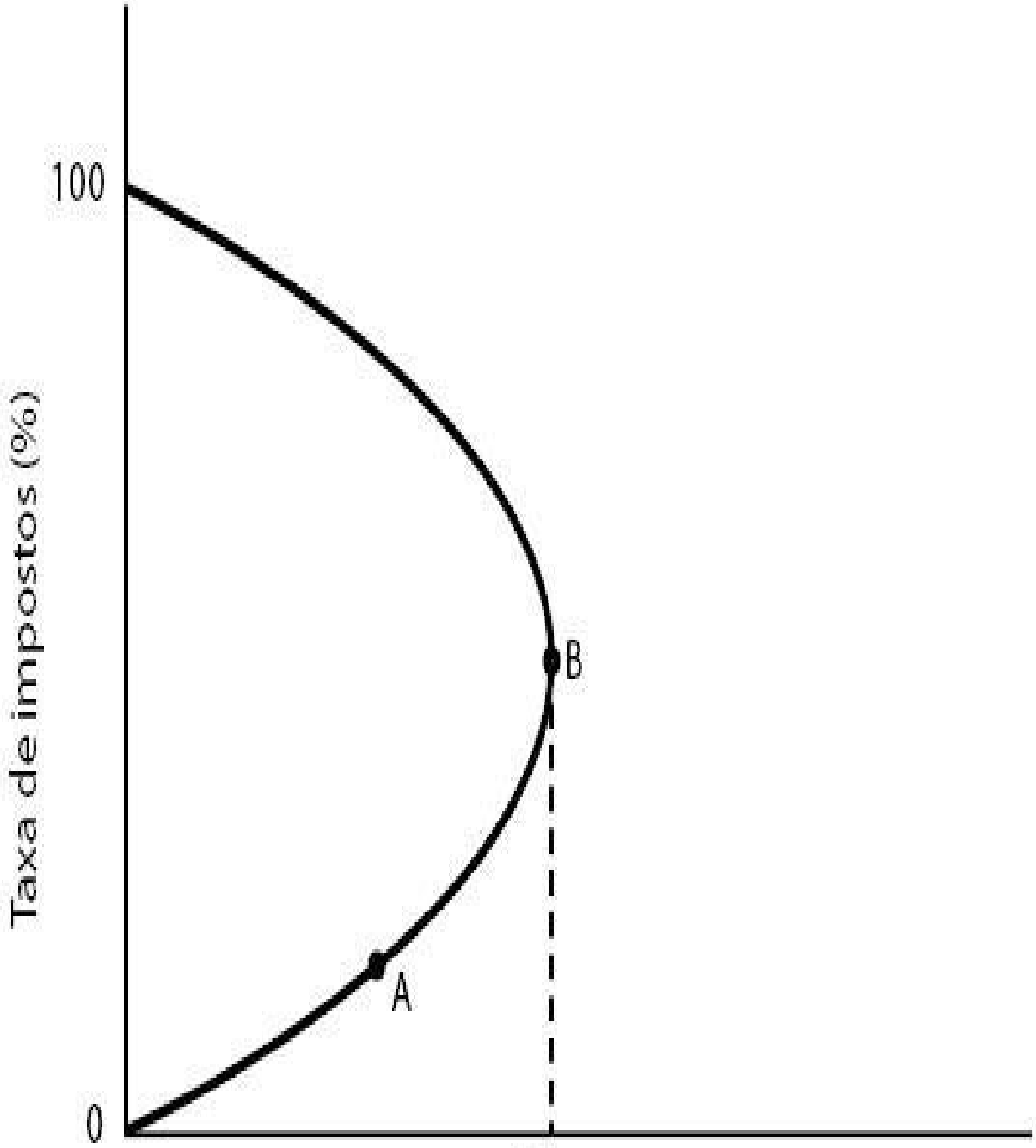
Rabushka também oferece aos países em desenvolvimento uma fórmula concreta de como estruturar um código tributário. O sistema tributário deve 1) obter

receita suficiente para um governo limitado, 2) ser justo e neutro, 3) ser revisado de tempos em tempos, 4) ser simples e fácil e 5) ser usado para obter objetivos não fiscais somente em condições excepcionais.54

Infelizmente, os países em desenvolvimento na Ásia, África e América do Sul frequentemente impõem altas taxas de impostos para aumentar a receita a fim de financiar projetos dirigidos pelo governo. Isso é o oposto daquilo que eles precisam fazer, caso desejem estimular o crescimento econômico.

A história econômica é clara: impostos altos retardam o progresso, reduzem o investimento de capital e entravam o crescimento econômico. Quando os governos taxam demais o trabalho, a produção, as poupanças e o investimento e subsidiam o lazer e o consumo, não é de surpreender que os primeiros quatro itens diminuam e os dois últimos aumentem.

Os países em desenvolvimento deveriam estar especialmente atentos à Curva de Laffer. Assim nomeada por causa de seu descobridor, Arthur Laffer, a curva mostra a relação entre as taxas de impostos e a receita tributária.



A Curva de Laffer

A curva reflete o fato de que as receitas tributárias (o dinheiro realmente arrecadado pelo governo) são baixas, tanto para impostos muito altos como para impostos muito baixos. Além de um determinado ponto A, um aumento nas taxas de impostos pode, na verdade, fazer com que as receitas tributárias diminuam (isto é, quando um governo aumenta os impostos, recolhe menos dinheiro).

James Gwartney e Richard L. Stroup explicam como isso funciona:

É evidente que a receita tributária seria zero se a taxa de impostos fosse zero. O que não é tão óbvio assim é que a receita tributária também seria zero (ou ao menos muito próxima de zero) se a taxa de impostos fosse de 100%. Diante de uma taxa de impostos de 100%, a maioria dos indivíduos iria pescar ou achar alguma outra coisa para fazer em vez de se envolver em uma atividade produtiva que é tributada, visto que a taxa de impostos de 100% removeria completamente a recompensa material derivada da obtenção de uma renda tributável. A produção no setor tributado estagnaria e, sem produção, a receita tributária cairia a zero.

Com taxas de impostos menores que 100%, o incentivo para trabalhar e obter renda tributável aumenta, a renda expande e a receita tributária cresce. De modo semelhante, se a taxa de impostos for maior que zero, a receita tributária aumenta. Claramente, a uma determinada taxa maior que zero mas menor que 100%, a receita tributária será maximizada (ponto B no gráfico). Isso não implica que a taxa de impostos que maximiza a receita seja ideal. Na verdade, à medida que nos aproximamos do ponto (B) de receita máxima, será preciso um aumento relativamente grande da taxa de impostos para expandir a receita tributária. Nesses limites, o fardo excessivo de tributação será substancial.55

Também não devemos pressupor que o ponto de receita máxima seja 50%. A

maioria dos economistas afirma que a taxa de impostos deveria estar perto de 15% a 20%, mais próxima do ponto A.56

Outra complicação emerge em muitos países: as pessoas não pagam impostos. Em alguns países, a evasão fiscal é amplamente praticada e as leis tributárias não são efetivamente aplicadas. Porém, a solução nesses países não é continuar aumentando a taxa de impostos para níveis cada vez mais elevados, mas sim reduzi-los para níveis razoáveis e então assegurar a observância com a aplicação das leis. Taxas menores de impostos são um incentivo para um cumprimento maior das leis fiscais.

Onde pessoas regularmente desobedecem à lei e ignoram suas obrigações tributárias com impunidade, os pastores e líderes de igreja podem influenciar a sociedade para que cumpra melhor com suas obrigações tributárias, pois a Bíblia ensina:

Por essa razão também pagais imposto; porque eles são servos de Deus, para atenderem a isso. Dai a cada um o que lhe é devido: a quem tributo, tributo; a quem imposto, imposto; a quem temor, temor; a quem honra, honra (Rm 13.6,7).

A história traz evidências que validam a Curva de Laffer. No século 20, houve três grandes reduções nos impostos nos Estados Unidos: os cortes fiscais feitos pelo presidente Calvin Coolidge na metade da década de 1920 (criando “os loucos anos 20”), as reduções propostas por John F. Kennedy no começo da década de 1960 (“o país caminha novamente”) e os cortes nos impostos feitos por Ronald Reagan no começo da década de 1980 (“manhã na América” e o início de uma expansão econômica que durou 25 anos). Cada um desses cortes nos impostos estimulou o crescimento, gerou empregos, aumentou o PIB per capita e ajudou a equilibrar o orçamento nacional.57

Para ser mais específico, quando Reagan obteve sucesso ao diminuir a taxa de impostos de 70% para 28%, o resultado foi uma duplicação da receita tributária, de 500 bilhões de dólares em 1980 para 1 trilhão de dólares em 1988, incluindo uma enorme expansão da economia.

Os governos precisam reconhecer que a força de trabalho (e, portanto, a produção nacional) é bastante sensível às taxas de impostos. O Wall Street Journal observou: “Cada corte marginal expressivo do imposto de renda nos últimos 50 anos (1964, 1981, 1986 e 2003) foi seguido de um aumento inesperadamente grande nas receitas tributárias”.58

F. O seu país tem um sistema de livre mercado?

Acabamos de completar uma visão geral dos princípios básicos de um sistema de livre mercado. O leitor pode agora estar se perguntando: "Será que o meu país tem um sistema de livre mercado?".

Se você quer saber a resposta, é fácil conferir a edição mais recente do Índice de liberdade econômica para ver qual é a posição de seu país no grau de liberdade em relação aos demais países do mundo, como explicamos anteriormente (veja p. 143-4).59 O relatório apresenta uma breve análise sobre cada país. O relatório Liberdade econômica no mundo é também uma fonte de informação excelente.60

1 Murray N. Rothbard, "Free market", in: David R. Henderson, org., The concise encyclopedia of economics (Indianapolis: Liberty Fund, 2008), p. 200.

2 Ibidem, p. 200-1.

3 Essa definição vem de Wayne Grudem, Politics: according to the Bible (Grand Rapids: Zondervan, 2010), p. 276, grifo do autor [edição parcial em português: Política segundo a Bíblia (São Paulo: Vida Nova, 2014)].

4 Jay W. Richards, Money, greed, and God: why capitalism is the solution and

not the problem (New York: HarperOne, 2009), p. 214-5. E. Calvin Beisner usa longas citações dos primeiros escritos de Adam Smith para argumentar que a expressão “mão invisível” de Smith se referia à divina providência: veja “Stewardship in a free market”, in: Michael Bauman, org., Morality and the marketplace (Hillsdale: Hillsdale College Press, 1994), p. 26-9.

5 Adam Smith, An inquiry into the nature and causes of the wealth of nations, edição de Edwin Cannan (1776, reimpr., New York: Modern Library, 1994), p. 581 [edição em português: A riqueza das nações: investigação sobre sua natureza e suas causas (São Paulo: Nova Cultural, c. 1996)].

6 Terry Miller; Kim R. Holmes; Edwin Feulner, orgs., 2012 Index of economic freedom (Washington/ New York: Heritage Foundation/The Wall Street Journal, 2012). O índice também está disponível em: www.heritage.org/index/default. Outra excelente fonte sobre esse tópico é James Gwartney; Robert Lawson; Joshua Hall, Economic freedom of the world: 2012 annual report (Vancouver: Fraser Institute, 2012). Está também disponível em: www.freetheworld.org.

7 Robert Hessen diz que capitalismo é “um termo depreciativo cunhado por socialistas em meados do século 19” e que é “uma designação incorreta para ‘individualismo econômico’” (“Capitalism”, in: The concise encyclopedia of economics, p. 57).

8 Milton Friedman, Capitalism and freedom: a leading economist’s view on the proper role of competitive capitalism (Chicago: University of Chicago Press, 1962).

9 Michael Novak, The spirit of democratic capitalism (New York: Simon and Schuster, 1982) [edição em português: O espírito do capitalismo democrático (Rio de Janeiro: Nórdica, 1982)].

10 Richards, Money, greed, and God.

11 Steve Forbes; Elizabeth Ames, How capitalism will save us: why free people and free markets are the best answer in today's economy (New York: Crown Business, 2009).

12 Austin Hill; Scott Rae, The virtues of capitalism: a moral case for free markets (Chicago: Northfield, 2010).

13 Paul Collier, The bottom billion: why the poorest countries are failing and what can be done about it (Oxford: Oxford University Press, 2007), p. 190-1, grifo nosso.

14 Ibidem, p. 157-9.

15 Ibidem, p. 159.

16 The World Factbook, disponível em: https://www.cia.gov/library/publications/the-world-factbook/rankorder/2004rank.html, acesso em: 7 mar. 2013.

17 Leonard Read, I, pencil: my family tree as told to Leonard E. Read (Irving on the Hudson, New York: The Foundation for Economic Education, 2006), p. 3-9 [edição em português: Eu, o lapis, disponível em: http://www.mises.org.br/Article.aspx?id=810, acesso em: 1 ago. 2014)].

18 Ibidem, p. 6.

19 Esse parágrafo e os próximos dezessete parágrafos foram adaptados de Barry Asmus; Wayne Grudem, “Property rights inherent in the eighth commandment are essential for human flourishing”, Philip J. Clements, org., in: Business ethics today: stealing (Philadelphia: Center for Christian business ethics today, 2011), p. 119-34. Veja notas 20 e 22 para fontes anteriores de algumas seções.

20 Os dois parágrafos anteriores foram adaptados de Grudem, Politics: according to the Bible, p. 262.

21 Para uma discussão complementar sobre a propriedade privada, veja ibidem, p. 137-9, 261-8.

22 O parágrafo anterior foi adaptado de Wayne Grudem, org., ESV study Bible (Wheaton: Crossway, 2009), nota em Atos 2.44, p. 2085.

23 Karl Marx; Friedrich Engels, Communist manifesto (1848; reimpr., New York: Monthly Review Press, 1968), p. 27 [edição em português: Manifesto comunista (São Paulo: Hedra, 2010)].

24 Felizmente, houve algum progresso, especialmente no Canadá, no estabelecimento de direitos de propriedade privada em terras de nativos americanos. Veja, por exemplo, Terry Anderson, “The right to own property on reservations”, PERC Reports 30, n. 2 (Summer/Fall 2012): 4.

25 David Maranz, African friends and money matters (Dallas: SIL International, 2001), p. 18.

26 Ibidem, p. 27.

27 Ibidem, p. 37.

28 Ibidem, p. 33-4.

29 Ibidem, p. 160.

30 David S. Landes, The wealth and poverty of nations: why some are so rich and some so poor (New York: W. W. Norton, 1999), p. 156-7 [edição em português: A riqueza e a pobreza das nações: por que algumas são tão ricas e outras tão pobres (Rio de Janeiro: Campus, 1999)]. As instituições extrativistas mencionadas por Daron Acemoglu e James A. Robinson (absolutismo, no caso da Coreia do Norte) são formas de restrição à posse de propriedade privada. Veja Acemoglu; Robinson, Why nations fail: the origins of power, prosperity and poverty (New York: Crown Publishers, 2012), p. 79-83 [edição em português: Por que as nações fracassam: as origens do poder, da prosperidade e da pobreza (Rio de Janeiro: Campus, 2012)].

31 Landes, Wealth and poverty, p. 31, 35-6.

32 Ibidem, p. 324.

33 Veja Hernando de Soto, The mystery of capital: why capitalism triumphs in the West and fails everywhere else (New York: Basic Books, 2000) [edição em português: O mistério do capital: por que o capitalismo dá certo nos países desenvolvidos e fracassa no resto do mundo (Rio de Janeiro: Record, 2001)].

34 “A Albânia ainda carece de um sistema transparente de direito à propriedade, particularmente para a propriedade rural. Assegurar o direito à terra é ainda um problema nas áreas costeiras, onde há potencial para o desenvolvimento do turismo” (Miller; Holmes; Feulner, 2012 Index of economic freedom, p. 82).

35 Collier, The bottom billion, p. 152.

36 De Soto, Mystery of capital, p. 7.

37 Ibidem, p. 35. Veja também C.K. Prahalad, The fortune at the bottom of the pyramid (Upper Saddle River: Wharton, 2005) [edição em português: A riqueza na base da pirâmide: erradicando a pobreza com o lucro (Porto Alegre: Bookman, 2010)].

38 De Soto, Mystery of capital, p. 35.

39 Ibidem, p. 6-7.

40 Ibidem, p. 20.

41 Ibidem, p. 20-1.

42 Ibidem, p. 20-7.

43 Ibidem, p. 15.

44 Ibidem, p. 106.

45 Um tratamento da questão complexa e bastante polêmica dos conflitos entre os colonos brancos e os nativos americanos da perspectiva dos direitos de propriedade ultrapassa o escopo deste livro.

46 Barry Asmus, The best is yet to come (Phoenix: Ameripress, 2001), p. 129-31.

47 Abhijit Vinayak Banerjee, na sua contribuição a Abhijit Vinayak Banerjee et al., Making aid work (Cambridge: The MIT Press, 2007), p. 133.

48 Milton Friedman; Rose Friedman, Free to choose: a personal statement (New York: Harcourt Brace Jovanovich, 1980), p. 254 [edição em português: Liberdade de escolher (Rio de Janeiro: Record, 1980)].

49 Walter B. Wriston, Risk and other four letter words (New York: Harper and

Row, 1986), p. 106.

50 Milton Friedman; Rose Friedman, Free to choose, p. 253.

51 John Maynard Keynes, Economic consequences of the peace (New York: Harcourt, Brace, and Howe, 1920), p. 235 [edição em português: As consequências econômicas da paz (Brasília: Ed. UnB: IPRI, 2002)].

52 Milton Friedman; Rose Friedman, Free to choose, p. 225.

53 Alvin Rabushka, "Taxation, economic growth, and liberty", Cato Journal 7, n. 1 (Spring/Summer 1987), disponível em: www.cato.org/pubs/journal/cj7nl/cj7nl-8.pdf, acesso em: 3 jan. 2013.

54 Ibidem; veja esp. p. 131, 136 e 141.

55 James Gwartney; Richard L. Stroup, Economics: private and public choice (New York: Harcourt Brace Jovanovich, 1987), p. 115-6.

56 Reconhecemos que nem todos os economistas concordam com essa recomendação, mas sustentamos sua importância, pois o que conta para a produtividade de uma economia são os incentivos para trabalhar, poupar, investir e assumir riscos. Todos esses são negativamente afetados por taxas de impostos mais altas e positivamente por taxas de impostos mais baixas. Taxas de impostos relativamente baixas são um fator importante para o crescimento econômico.

57 Resumido de Arthur Laffer, “The Laffer curve: past, present, and future”, The Heritage Foundation Backgrounder 176 (1 de junho, 2004): 1-16.

58 “The Romney Hood fairy tale”, Wall Street Journal, seção Review and Outlook, 8 ago. 2012, A14.

59 Os rankings também estão disponíveis em: http://www.heritage.org/index/.

60 James Gwartney; Robert Lawson; Joshua Hall, Economic freedom of the world: 2012 annual report (Vancouver: Fraser Institute, 2012). Disponível online em: http://www.freetheworld.com/release.html. [Em português, o leitor poderá consultar o equivalente Índice de liberdade econômica, disponível online em: http://liberdadeeconomica.com.br. (N. do T.)]

5

O MECANISMO DO SISTEMA

Como funciona um mercado livre?

Como exatamente funciona um sistema de livre mercado? Quem decide o que é produzido, quanto e com que qualidade? Como o sistema garante que os bens produzidos sejam aqueles desejados pelas pessoas? Neste capítulo, procuramos responder a essas perguntas ao examinar sete características de um sistema de livre mercado.

A. “Ninguém” decide o que, como e para quem uma economia nacional produzirá

Milton Friedman, laureado com o Prêmio Nobel de Economia, respondeu de forma bastante simples à pergunta sobre quem decide o que é produzido: ninguém.1

Friedman explica que tal fato pode ser visto até mesmo na produção de um simples lápis preto. Depois de resumir o conto I, pencil, que já mencionamos aqui (p. 148-50), ele escreve:

Ninguém ficou sentado em um escritório central dando ordens a esses milhares de pessoas. Nenhuma polícia militar fez cumprir as ordens que não foram dadas. Essas pessoas vivem em muitos países, falam idiomas distintos, praticam religiões diferentes e é possível até que se odeiem — no entanto, nenhuma dessas diferenças as impediu de cooperar na fabricação de um lápis.2

Esse processo parece ainda mais notável quando percebemos que o conhecimento econômico não existe de forma concentrada. Na verdade, quanto mais complexo o sistema, menos suscetível à direção individual, pois nenhuma pessoa pode conhecer todos os fatos relevantes. O conhecimento econômico consiste em fragmentos dispersos, incompletos e até mesmo contraditórios, razão pela qual somente a sabedoria de muitos pode possuí-lo. Tal sabedoria é distribuída mediante os milhões de interações livres no mercado. “Ninguém” decide, de forma geral, o que uma economia produz.

Os milhares de pessoas envolvidas na produção de cada parte de um lápis não desempenham suas tarefas individuais porque precisam de um lápis — talvez até

nem saibam para que ele serve. Elas simplesmente veem seu trabalho como uma maneira de obter os bens e serviços que desejam.

Cada vez que compramos um lápis, trocamos um pouco do nosso dinheiro pelos milhares de pequenos serviços executados por multidões envolvidas na sua produção. Todas as interações na produção e distribuição de um produto criam um mosaico de unidade e coerência no qual o interesse próprio tende a ser cooperativo, economicamente benéfico e produtivo.3

O mistério do mercado é que ele é um processo extraordinariamente complicado, que emerge espontaneamente do interesse próprio esclarecido de bilhões de pessoas que se especializam, trocam e produzem riqueza. O mercado é um organismo complexo, semelhante a um cérebro, que evolui ao longo de décadas. A exigência imensa de que alguém conscientemente planeje, gerencie e liste todos os recursos disponíveis, formule todas as tarefas a serem feitas e responda às perguntas: Quem? O quê? Por quê? e Quando?, está, na verdade, além da capacidade de qualquer ser humano ou de qualquer grupo designado para exercer o planejamento central. Ao contrário, o mercado é dirigido pelo que Adam Smith chamou de “mão invisível”:

Como cada indivíduo [...] não tem a intenção de promover o interesse público, nem sabe até que ponto o promove [...] ao direcionar [seu trabalho] de tal maneira que seu fruto seja de melhor valor, ele tem em vista somente o seu ganho, e nisso ele é, como em muitos outros casos, conduzido por uma mão invisível para promover um fim que não fazia parte de sua intenção de modo algum [...]. Ao buscar seu interesse próprio, ele frequentemente promove o da sociedade de maneira mais eficaz do que quando realmente tem a intenção de promovê-lo.4

Do ponto de vista da fé cristã, podemos acrescentar que o milagre da criatividade humana pode ser mais bem compreendido à luz do fato de que o homem foi criado à imagem de Deus. Tanto individualmente como em sociedade,

corporativamente, somos capazes de criar notáveis produtos de valor a partir dos recursos naturais. O funcionamento maravilhoso da chamada “mão invisível” dos mercados e da criatividade é uma dentre muitas expressões da nossa semelhança com o nosso Criador — capacidades concedidas por um Deus soberano, enchendo a sociedade com evidências da sua graça comum.

A criatividade humana honra a Deus, mas somente como um reflexo embaçado de seu poder e sabedoria infinitos no ato de criação: “No princípio, Deus criou os céus e a terra” (Gn 1.1). Depois “Deus criou o homem à sua imagem” (v. 27). A seguir, ele disse a Adão e Eva para “sujeitar” a terra, o que implicava uma responsabilidade de fazer produtos úteis a partir dos recursos naturais da terra — criar produtos de valor para o ser humano. Ao criar tais produtos, eles agiriam como “imitadores de Deus, como filhos amados” (Ef 5.1).

Como Deus se agrada de tal criatividade humana, ele designou homens capacitados para fabricar os enfeites e mobília do tabernáculo: “Portanto, Bezalel e Aoliabe, e todo homem hábil a quem o Senhor deu sabedoria e entendimento para exercer todo ofício para o serviço do santuário, farão tudo conforme o Senhor ordenou” (Êx 36.1).

Exemplos como o da esposa virtuosa, que “faz vestidos de linho e os vende” (Pv 31.24); de Jesus, que trabalhou como “carpinteiro” (Mc 6.3); de Priscila, Áquila e o apóstolo Paulo, que trabalharam como “fabricantes de tendas” (At 18.3); do crente a quem Paulo ordena não roubar, mas fazer “com as mãos o que é bom” (Ef 4.28), mostram que Deus aprova quem cria bens úteis a partir dos recursos da terra.

George Gilder escreve sobre o que ele vê como uma origem divina por trás da criatividade humana:

Como as economias são regidas por pensamentos, elas não refletem as leis da matéria, mas as leis da mente. Uma lei fundamental da mente é que a fé precede o conhecimento.5

O pensamento criativo não é um processo indutivo no qual um cientista acumula evidências de uma forma neutra e "objetiva" até que uma teoria se torne visível nelas. Antes, é a teoria que vem primeiro e determina qual evidência pode ser vista.6

A imaginação, a intuição e a hipótese são apenas os primeiros passos do aprendizado [...]. O pensamento criativo requer um ato de fé. Quem crê deve confiar na sua intuição, nas criações espontâneas de sua mente, o suficiente para buscá-las com afinco a ponto de experimentar e conhecer [...]. São o amor e a fé que inspiram as ideias com vida e fervor [...]. Mas a essência do universo é a consciência criativa gerando continuamente nova energia e reflexão.7

Muitos dos avanços mais importantes nos planos intelectual, científico e econômico nos últimos três séculos foram, na verdade, impulsionados por crenças cristãs. Niall Ferguson, em seu livro de 2011 Civilization: the West and the rest, cita um membro da Academia Chinesa de Ciências Sociais, que diz:

Pediram-nos que explicássemos [...] a hegemonia do Ocidente no mundo todo [...]. Inicialmente, imaginamos que fosse porque vocês tinham armas mais poderosas do que nós. Depois, pensamos que fosse porque vocês tinham o melhor sistema político. Depois, olhamos para o seu sistema econômico. Mas, nos últimos vinte anos, percebemos que no coração de sua cultura [os Estados Unidos] está a sua religião: o cristianismo. É por isso que o Ocidente tem sido tão poderoso. O fundamento moral cristão da vida social e cultural foi o que possibilitou a emergência do capitalismo e, então, a transição bem-sucedida à política democrática. Não temos nenhuma dúvida a esse respeito.8

Pode ser que alguns discordem, mas acreditamos que o que esse estudioso chinês disse é basicamente verdade.

O sistema de livre mercado permite que a criatividade floresça e produza grande valor por meio de decisões humanas livres, não mediante o controle e direção governamental. Um sistema de livre mercado é uma ordem espontânea que emerge da liberdade natural. E é também um circuito de ideias inesgotáveis.

Embora possa haver riqueza em alguns recursos, nem todos os recursos são riqueza. Gilder nos lembra que:

O mercado, ao gerar “novidades” — o incessante movimento de preços e ideias — passa sua varinha mágica sobre o mundo das posses humanas, conferindo ganhos de capital quando algumas coisas se tornam lucrativas à luz do novos tempos e saberes, e lançando gigantescas sombras de prejuízo sobre as riquezas evanescentes do passado [...]. As virtudes de pensamento e espírito em uma economia podem ofuscar todas as quantidades de capital e contratos de trabalho [...]. O trabalho realmente é a raiz da riqueza, e até mesmo do gênio, que reside em grande parte no suor.9

Os empreendedores continuamente demonstram que fé e imaginação são os mais importantes bens de capital em uma economia dinâmica e que a riqueza é menos resultante do dinheiro do que da mente que cria, produz, investe e, na expressão famosa do economista austríaco Joseph Schumpeter, criativamente destrói (fechando empresas que não funcionam).

B. A especialização é a chave para maior prosperidade

1. Os benefícios da especialização

Todos os países querem usar terra, mão de obra e capital produtivamente. A questão é como tornar as pessoas mais produtivas. Como podem as pessoas que já trabalham arduamente produzir mais bens de maior valor trabalhando por uma mesma quantidade de horas? A resposta é a especialização, seguida de troca mutuamente benéfica (ou comércio).

Adam Smith, no seu livro de 1776 An inquiry into the nature and causes of the wealth of nations [A riqueza das nações: investigação sobre sua natureza e suas causas], observou que a produção de uma fábrica de alfinetes é muito maior quando cada um se especializa em uma tarefa específica. A divisão do trabalho ajuda as pessoas a se tornarem qualificadas no desempenho de funções pequenas, mas essenciais. Quando todos agem como especialistas, produz-se mais do que se cada um fabricasse o produto final do começo ao fim. (Fabricar alfinetes pode nos parecer um exemplo insignificante, mas, antes de os grampos serem inventados e patenteados em 1866, as pessoas costumavam usar os alfinetes para juntar papéis nas empresas. A maioria das pessoas também fazia suas próprias roupas em casa, usando alfinetes no processo e, por isso, os alfinetes eram parte muito importante de uma economia.)

Esta é a famosa descrição feita por Smith da divisão de trabalho numa fábrica de alfinetes:

Tomemos, pois, um exemplo, tirado de uma manufatura muito pequena, mas na qual a divisão do trabalho muitas vezes tem sido notada: a fabricação de alfinetes. Um operário não treinado para essa atividade (que a divisão do trabalho transformou em uma indústria específica) nem familiarizado com a utilização das máquinas ali empregadas (cuja invenção provavelmente também se deveu à mesma divisão do trabalho) dificilmente poderia fabricar um único alfinete em um dia, empenhando o máximo de trabalho; de qualquer forma,

certamente não conseguiria fabricar vinte. Entretanto, da forma como essa atividade é hoje executada, não somente o trabalho todo constitui uma indústria específica, mas ele está dividido em uma série de setores, dos quais, por sua vez, a maior parte também constitui provavelmente um ofício especial. Um operário desenrola o arame, o outro o endireita, um terceiro o corta, um quarto faz as pontas, um quinto o afia nas pontas para a colocação da cabeça do alfinete; para fazer uma cabeça de alfinete requerem-se três ou quatro operações diferentes; montar a cabeça já é uma atividade diferente, e alvejar os alfinetes é outra; o próprio empacotamento dos alfinetes constitui uma atividade independente. Assim, a importante atividade de fabricar um alfinete está dividida em aproximadamente 18 operações distintas, as quais, em algumas manufaturas, são executadas por pessoas diferentes, ao passo que, em outras, o mesmo operário às vezes executa duas ou três delas. Vi uma pequena manufatura desse tipo, com apenas dez empregados, e na qual alguns deles executavam duas ou três operações diferentes. Mas, embora não fossem muito hábeis e, portanto, não estivessem particularmente treinados para o uso das máquinas, conseguiam, quando se esforçavam, fabricar em torno de 6 quilogramas de alfinetes por dia. Ora, um quilograma contém mais de 4 mil alfinetes de tamanho médio. Por conseguinte, essas dez pessoas conseguiam produzir juntas mais de 48 mil alfinetes por dia. Assim, já que cada pessoa conseguia fazer um décimo de 48 mil alfinetes por dia, pode-se considerar que cada uma produzia 4.800 alfinetes diariamente. Se, porém, tivessem trabalhado independentemente um do outro, e sem que nenhum deles tivesse sido treinado para esse ramo de atividade, certamente cada um deles não teria conseguido fabricar 20 alfinetes por dia, e talvez nem mesmo um, ou seja, com certeza não conseguiriam produzir a 240ª. parte, e talvez nem mesmo a 4.800ª. parte daquilo que hoje são capazes de produzir em virtude de uma adequada divisão do trabalho e combinação de suas diferentes operações. Em qualquer outro ofício e manufatura, os efeitos da divisão do trabalho são semelhantes aos que se verificam nessa fábrica insignificante.10

A especialização incentiva a inovação porque força as pessoas a investirem tempo na fabricação de ferramentas que, por sua vez, fabricam ferramentas. Ela promove a produtividade, pois, com menos tempo, mais pode ser produzido. Pescar menos com a vara e mais com a rede sempre é mais produtivo. Plantar, colher, debulhar e torrar o cereal se tornou mais eficiente quando indivíduos se concentraram em aspectos particulares do processo produtivo multifacetado. Em

suma, a autossuficiência é ineficiente, ao passo que a especialização é sempre mais produtiva.11

No livro The rational optimist, Matt Ridley nos lembra que melhorias no padrão de vida sempre estiveram relacionadas com maior especialização e mais comércio. Ele usa um exemplo do passado que deve ter maravilhado os consumidores:

Não há ninguém na China capaz de fazer vidro; ninguém na Europa tem a possibilidade de tecer seda. Porém, graças aos intermediários na Índia, o europeu pode vestir seda e o chinês, usar vidro. O europeu talvez zombe da ridícula lenda que diz que aquele excelente tecido é feito de casulos de lagartas; e o chinês talvez ria da pitoresca fábula de que essa cerâmica transparente é feita de areia. No entanto, ambos se beneficiaram, assim como o intermediário indiano. Todos os três adquiriram o trabalho de outros [...] e melhoraram o padrão de vida nos dois lados.12

2. A especialização funciona porque todos têm alguma vantagem comparativa

Economistas discordam a respeito de muitos assuntos, mas todos concordam que a melhor via de sucesso para uma nação é especializar-se com base na vantagem comparativa e, então, comercializar com os outros. Na vida pessoal, todos nós fazemos assim. Em uma economia moderna e desenvolvida, deixamos que outras pessoas produzam o que comemos, cortem nossos cabelos, construam nossas casas, tratem da nossa saúde, fabriquem nossos carros e até mesmo façam a limpeza a seco para nós. O bom senso nos manda especializar-nos e comercializar e, quanto mais o fazemos, melhor se torna a nossa situação.

Smith nos exorta:

É a máxima de qualquer pai de família prudente jamais tentar fazer em casa o que sai mais caro fazer do que comprar [...]. Se um país estrangeiro pode nos suprir com uma mercadoria mais barata do que nos custaria para produzi-la, é melhor comprar dela com alguma parte do produto da nossa própria indústria, empregada de forma a termos alguma vantagem.13

Se a Espanha, a Coreia do Sul ou a China, por exemplo, podem fabricar sapatos melhores e mais baratos que o seu país, é melhor comprá-los. Que cada um faça o que faz melhor. As nações só prejudicam a si mesmas deixando de se especializar e comercializar.

Mas e se um outro país pode potencialmente fabricar tudo melhor e mais barato que o seu país? Você ainda se especializa e comercializa? Sim. A lei da vantagem comparativa é uma verdade inquestionável que pode reduzir muito mais a pobreza do que qualquer legislação humana. Vale explicar com um

exemplo simples.

Imaginemos um médico que consegue digitar 120 palavras por minuto.14 Ele está tentando decidir se deve contratar uma secretária que digita somente sessenta palavras por minuto. Se o médico fizer a digitação, levará quatro horas. Se a secretária for contratada, levará oito horas para fazer o serviço.

Sim, o doutor conta com uma vantagem absoluta na sua capacidade de digitar, comparada à funcionária em potencial. Ele é “melhor em tudo”, por ser melhor em tratar pacientes e em digitar. Mas a vantagem absoluta não é o que importa. A questão é quem tem a vantagem comparativa.

O tempo do doutor vale 100 dólares por hora ao trabalhar como médico, enquanto que, na condição de digitador, ele só vale 15 dólares por hora. Embora o doutor seja duas vezes mais rápido na digitação do que a funcionária prestes a ser contratada, ao compararmos o que lhe custa digitar ao que lhe custa se pagar a secretária, a digitação acaba não lhe rendendo uma vantagem comparativa.

Se o doutor digitar os textos de que precisa, o serviço lhe custa 400 dólares, que é a renda que ele perde ao digitar em vez de trabalhar como médico (4 x 100 dólares = 400 dólares). Em termos econômicos, 400 dólares são o seu “custo de oportunidade” de quatro horas de tempo perdido como médico — a “oportunidade” perdida de ganhar 400 dólares.

Alternativamente, se ele contratar a digitadora, o custo de ter os documentos digitados é de somente 120 dólares (oito horas de digitação a 15 dólares por hora). Evidentemente, é uma sábia escolha ter a digitação feita por 120 dólares em vez de 400 dólares. A vantagem comparativa do doutor está no seu trabalho como médico. Ele ganha ao contratar a digitadora e gastar o seu tempo especializando-se na sua área de vantagem comparativa. A digitadora tem

também uma vantagem comparativa em digitar (a 15 dólares por hora) em vez de, por exemplo, trabalhar como ajudante de vendas (a 10 dólares por hora). Todos se beneficiam da especialização e, posteriormente, da troca (venda) de seus produtos e serviços.

Além disso, a sociedade também se beneficia. Em vez de digitar por quatro horas, o doutor produz para a sociedade quatro horas a mais de serviços médicos, avaliados em 100 dólares por hora, ou 400 dólares a mais de valor. Ao não fazer as quatro horas de digitação, a sociedade perdeu somente 4 x 15 dólares, isto é, 60 dólares de valor. Portanto, a sociedade ainda se beneficia em 340 dólares (400 dólares obtidos menos os 60 perdidos). Mas a secretária acrescentou oito horas de trabalho, ou 8 x 15 dólares = 120 dólares, menos as 8 horas a 10 dólares por hora que deixou de trabalhar na loja como ajudante de vendas. Ela, por isso, acrescentou 40 dólares a mais de trabalho à sociedade. Juntos, por meio da especialização, eles acrescentam 340 dólares + 40 dólares = 380 dólares de valor à sociedade.

Pensemos em um serviço. Pensemos em uma pessoa. É sempre vantajoso para uma pessoa se especializar naquilo que ela faz melhor, mesmo que outra pessoa, em algum lugar, possa fazê-lo melhor. A outra pessoa (ou país) não pode fazer tudo ao mesmo tempo. O outro país também precisa se especializar em alguma coisa. Um país pobre pode não ter uma vantagem absoluta na produção de qualquer produto, mas sempre terá uma vantagem comparativa na produção de alguns produtos.15

A ideia de especialização e comércio, provavelmente um dos três mais importantes conceitos de toda a ciência econômica, é absolutamente necessária para que uma nação melhore seu padrão de vida.

Esse princípio é tão importante porque, atualmente, 2 bilhões de pessoas no planeta estão ganhando menos de 2 dólares por dia. A maioria não possui título de propriedade e pratica a agricultura de subsistência. Será que o século 21 pode

ser diferente para essas pessoas? Sim. As pessoas ao redor do mundo podem tirar vantagem da especialização e dos ganhos do comércio, em grande medida porque as invenções que aproximam o mundo como a Internet e os telefones celulares possibilitaram um acesso maior aos mercados mundiais. Trata-se de muitas pessoas em uma nação olharem para os motivos pelos quais sua economia está funcionando e enxergarem como se beneficiar da divisão de trabalho por meio da especialização, para então negociar por meio da troca voluntária. Quando as pessoas decidem especializar-se e, então, negociar (ou vender e comprar), isso lubrifica as engrenagens da economia, abrindo oportunidades e ajudando a economia a funcionar adequadamente.

3. A especialização em uma nação muda ao longo do tempo

Quando uma nação se torna mais eficiente na sua especialização, sua produção excedente pode então ser comercializada em interações mutuamente benéficas que, por sua vez, melhoram o padrão de vida.

A maioria dos países pobres começa com a agricultura e então passa para a manufatura simples e, depois, para a manufatura mais complexa e, finalmente, para serviços, bens de consumo e informação de toda espécie. Quando um país pobre começa a produzir produtos mais complexos, os países mais desenvolvidos, que anteriormente fabricavam esses produtos, precisam mudar para outros produtos.

Por exemplo, após a Segunda Guerra Mundial, o Japão começou a produzir pequenos brinquedos e outros produtos simples de manufatura. Mais tarde, ele passou a fabricar carros, e fez isso melhor e mais eficientemente do que os Estados Unidos. Muitos operários da indústria automobilística dos Estados Unidos tiveram de receber novo treinamento para empregos nos setores de construção, calefação e ar-condicionado, tecnologia da informação, venda e serviços de telefonia móvel, restaurantes, saúde e muitos outros ramos de atividade. Conforme notado antes, Joseph Schumpeter chama esse processo de “destruição criativa”,16 notando que o sacrifício e o ganho do livre mercado estão intimamente ligados e que novas ideias não podem ser instituídas sem que tenha sido eliminada a ordem anterior.

Será que o mundo ficará sem novos produtos para fabricar e sem novas oportunidades de trabalho? Não, porque os seres humanos têm necessidades limitadas (comida, vestuário e abrigo), mas desejos ilimitados. O crescente padrão de vida ao redor do mundo acontece em parte por conta do fato de que as pessoas continuamente inventam novos produtos que passam a ser desejados,

produtos que ninguém conhecia antes de terem sido inventados. Consideremos, nos últimos cem anos, a invenção dos automóveis, aeronaves, ar-condicionado, telefones, televisores, computadores, snowmobiles, celulares, iPods, iPads, café Starbucks, água engarrafada e serviços de entrega rápida postal. Daqui a cinquenta anos, teremos uma lista inteiramente diferente. (Concordamos que alguns desses novos desejos refletem uma ganância imoral, embora outros sejam moralmente sadios, mas a ideia básica de desejar novos e melhores produtos não é errada em si. Ela faz parte de como Deus criou a espécie humana — com o impulso de subjugar a terra continuamente.)

Sempre haverá algo a mais para se inventar, algo novo para se produzir. Inicialmente, os países altamente desenvolvidos começarão a produzir essas novas invenções. Quando isso acontecer, a teoria das vantagens comparativas nos diz que, para fazê-lo, esses países terão de deixar de produzir alguns produtos mais antigos (talvez têxteis, eletrodomésticos portáteis ou determinados tipos de cultivos alimentares), o que abrirá novas áreas de vantagem comparativa para os países menos desenvolvidos.

Todo esse ciclo acontecerá vez após vez em um sistema de livre mercado sem direção governamental ou planejamento central. Atender aos desejos ilimitados da humanidade é algo que acontece espontaneamente em mercados livres porque eles permitem às pessoas e às nações a liberdade de se concentrarem naquilo que fazem melhor. Não obstante, esse processo praticamente não acontece, se é que acontece, nas economias comunistas ou socialistas (exceto quando elas permitem algum tipo de princípio de livre mercado). Suprir os desejos ilimitados da humanidade é o que o livre mercado faz melhor. (É importante observar que a realidade dos desejos ilimitados da humanidade também implica que, num livre mercado competitivo, haverá sempre alguns empregos para quem quiser trabalhar — desde que o governo não interfira no funcionamento do livre mercado.)

À medida que o mundo se torna mais conectado, e mercados livres empreendedores operam de maneira mais generalizada, surgem cada vez mais

inovações para descobrir novos produtos, novos serviços e novos mercados. É por isso que a especialização das nações muda constantemente.

C. O notável sistema de sinalização do livre mercado

Além disso, o livre mercado faz muito bem outra coisa: sinaliza aos trabalhadores quais serviços são necessários e sinaliza às empresas quais produtos precisam ser feitos.17 Isso ele faz sem qualquer central de informação de uma câmara de compensação, nem um relatório nacional de hora em hora sobre cada produto que foi comprado, nem um planejador governamental ditando às fabricas o que elas devem produzir. O mercado faz isso espontaneamente por meio de um notável sistema de sinalização: “O sistema de preços transmite somente a informação importante e somente às pessoas que dela precisam saber”.18

E se o mundo tivesse uma tecnologia futurista, do tipo “Guerra nas Estrelas”, que fosse capaz de nos dar instantaneamente a informação de que precisamos para tomar decisões econômicas ou fazer negócios mutuamente benéficos? E se essa tecnologia pudesse também registrar inúmeras preferências pessoais e, então, usar essa informação para, milagrosamente, determinar o valor de mercado de cada um dos milhões de produtos? E se essa tecnologia pudesse também calcular a oferta e a demanda de milhões de produtos e pessoas, informando às pessoas o que fazer, onde trabalhar, o que produzir e como? E se ela pudesse também sinalizar preços, salários, taxas de juros, lucros, prejuízos e outras informações relevantes de que os seres humanos precisam para fazer boas escolhas? E se ela pudesse realmente registrar bilhões de opiniões por minuto e produzir sinais ininterruptos que cada nação e cada língua pudessem compreender e agir de acordo? E se ela pudesse prover o serviço adicional de determinar como a terra, a mão de obra e o capital poderiam ser mais bem utilizados para produzir exatamente o que as pessoas desejam, exatamente quando elas o desejam? E se, viajando na velocidade da luz, esses sinais pudessem coordenar as ações de todos os participantes do mundo e gerar um processo profundamente cooperativo no qual todos se beneficiam, o comércio prospera e a criatividade se desenvolve?

Podemos imaginar que algo assim somente ocorre em um sonho utópico. Mas o livre mercado é esse sistema, embora ninguém o controle. Considerando que há 60 mil itens em uma loja moderna de ferragens e materiais para marcenaria e que há 45 mil itens num supermercado grande, sempre que os estoques disponíveis diminuem, esses produtos chegam a tempo, quando e onde forem necessários, todos os dias (incluindo os lápis). Mas não em excesso, pois, se houver um excesso, a loja precisará diminuir os preços para se livrar dele, e esse preço mais baixo diz ao gerente para não encomendar demais da próxima vez. Cada item requer um toque humano — inventar, produzir, anunciar, distribuir — e cada item requer a técnica de gestão que assegure a chegada do produto certo no tempo certo. Isso é possível? Quem controla tudo isso? Qualquer pessoa que visse pela primeira vez uma dessas lojas provavelmente ficaria embasbacada, presumindo sua impossibilidade e perguntando-se como pode acontecer tal milagre. No entanto, acontece em dezenas de milhares de lojas desse tipo ao redor do mundo todos os dias.

Friedrich A. Hayek, que recebeu o Prêmio Nobel de Economia, escreveu em 1945 um artigo relativamente curto, mas bastante profundo, intitulado “The use of knowledge in society” [O uso do conhecimento na sociedade]. Nesse texto, ele resume as condições necessárias para a existência de um sistema econômico eficiente e socialmente benéfico:

O caráter peculiar do problema de uma ordem econômica racional se caracteriza justamente pelo fato de que o conhecimento das circunstâncias sob as quais temos de agir nunca existe de forma concentrada e integrada, mas apenas como pedaços dispersos de conhecimento incompleto e frequentemente contraditório, distribuídos por diversos indivíduos independentes [...]. É antes um problema de como garantir o melhor uso dos recursos conhecidos por qualquer membro da sociedade, para fins cuja importância relativa apenas esses indivíduos conhecem. Ou, em outras palavras, o problema é a utilização de um conhecimento que não está disponível a ninguém em sua totalidade.19

Portanto, será possível às pessoas obter esse conhecimento que nenhum

indivíduo em particular possui? Hayek diz que sim. Ele emerge espontaneamente através do sistema competitivo de preços do livre mercado.

Israel Kirzner escreve em seu livro Competition and entrepreneurship que qualquer pessoa que proponha algum sistema diferente do de livre mercado "pressupõe tranquilamente que a tarefa social essencialmente importante de disponibilizar para aqueles que tomam as decisões todos os fragmentos de informação espalhados já foi realizada".20 Em outras palavras, os planejadores do sistema imaginam que o conhecimento da escassez relativa, dos gostos do consumidor, dos custos de produção e das mais recentes tecnologias está prontamente acessível e sem custo algum a qualquer pessoa. Mas não é assim, pois somos bastante ignorantes quanto àquilo que gostaríamos de saber.

Essa carência da necessária informação econômica é uma questão de fundamental importância para as perspectivas das nações aparentemente condenadas à pobreza. E é o sistema de preços competitivos que oferece a melhor oportunidade de maximizar a quantidade e a qualidade da informação que pode, por fim, levar à erradicação da pobreza.

Experimente qualquer tipo de socialismo de comando e controle — garantimos que ele não é eficiente ou não o será no longo prazo: "Uma sociedade que escolhe entre capitalismo e socialismo não faz uma escolha entre dois sistemas sociais; a escolha é entre a cooperação social e a desintegração da sociedade".21 Sistemas socialistas nunca podem gerar o tipo de informação de oferta e demanda que possibilita aos indivíduos e às empresas serem bem-sucedidos. Mas o sistema de preços dos mercados livres providencia essa informação instantaneamente, continuamente, nas nações e no mundo inteiro.

Os governos podem saber como dirigir exércitos e vencer guerras, mas os desejos complicados e ilimitados de uma sociedade de consumo são infinitamente mais difíceis de determinar. É por isso que as nações de hoje estão percebendo, pouco a pouco, que a estrutura econômica essencial deve ser um

mercado livre, de baixo para cima, e não um sistema de comando e controle, de cima para baixo. Hayek disse que o problema da utilização do conhecimento que não é dado a ninguém na sua totalidade torna impossível o planejamento racional de uma economia. O livre mercado é necessário para produzir, transmitir e disponibilizar todo o conhecimento necessário para os resultados favoráveis. As respostas estão nas ações do mercado, não nos sonhos e esquemas dos planejadores.

Alguns chamaram esse sistema de “mágica” do mercado. Sim, o mercado é um maravilhoso instrumento de comunicação e um transmissor de opiniões comparável ao computador, bem como um determinador de valor. É incrível. Porém, o processo de mercado realmente não é mágica. É muito mais inteligente do que isso, pois ninguém projeta, gerencia ou controla o mercado. Ele simplesmente acontece. Assim como podemos dizer que “a gravidade existe”, independentemente de termos condições de explicá-la, “o mercado existe”. Ele não precisa ser criado por um projeto humano consciente. Onde houver seres humanos, com liberdade de escolha e um desejo de melhorar sua própria condição, ali estará o mercado.

A economia de mercado e seu sistema de preços são dons para o mundo. As pessoas não criaram intencionalmente uma complexa rede de trocas e sinalização de preços. O seu único objetivo foi simplesmente melhorar a sua condição de vida. O livre mercado resultou disso.

A esta altura, já podemos explorar em mais detalhes o que exatamente faz o sistema de sinalização do mercado funcionar tão efetivamente. A resposta é: os preços.

D. Os preços são uma incrível fonte mundial de informação econômica instantânea

A principal virtude de um mercado que funciona com eficiência reside na propagação e aplicação de informação útil à sociedade. Veremos que os preços e a concorrência proporcionam isso. Os compradores preferem comprar por um preço baixo e os vendedores, vender por um preço mais alto. Os preços sinalizados pelo mercado determinam suas escolhas.

Oferta e procura determinam os preços dos bens e serviços, bem como dos salários, juros, lucros e prejuízos. O mercado é a arena em que todas essas decisões interativas são feitas. O sistema de preços do mercado é um processo contínuo com uma tendência geral à coordenação. Trata-se de um processo de descoberta e correção de erros por meio de múltiplas interações que induzem os tomadores de decisão a produzir e a vender exatamente o que o consumidor deseja.

O mercado sinaliza constantemente: “produza mais”, “produza menos” ou “produza de outra forma”, pois oferta e demanda nunca são constantes. O mercado é um procedimento de constante descoberta, que gera enormes quantidades de informação a respeito de novos produtos, melhoria de produtos e tecnologias de ponta. Em todas essas áreas, os preços são necessários para que o comprador e o vendedor possam tomar suas decisões.

A função essencial das mudanças em preços relativos é prover nova informação acerca da escassez relativa, da disponibilidade de recursos, das preferências do consumidor, da tecnologia e do constante fluxo de centenas de outros fatores que continuamente geram circunstâncias alteradas. O sistema de preços é o único sistema confiável e eficiente que pode “manter-se atualizado” com toda essa

complexidade. Os preços de mercado geram informação a respeito de mudanças nos gostos pessoais, na disponibilidade relativa de diferentes matérias-primas e no gasto comparativo de capital e mão de obra. Além disso, eles também sinalizam as reações dos participantes do mercado a essas mudanças. Por exemplo, um aumento no preço da gasolina induz ao menos alguns consumidores a dirigir menos. Os preços mais elevados, por um lado, são um sinal para que os produtores aumentem seus esforços e passem a suprir mais. Por outro lado, os preços mais baixos levam a um aumento na compra de gasolina e no uso de veículos. Ao mesmo tempo, eles dizem aos produtores que devem produzir menos.

Segundo Israel Kirzner, “a atividade desses puros empreendedores (atores econômicos) pode então explicar como mudam os preços e as quantidades e qualidades de insumo e produção”.22

O mercado também opera como uma janela para o futuro, ao permitir que indivíduos registrem suas expectativas sobre a escassez relativa de amanhã. Se uma geada destrói parte de uma plantação de café na Colômbia, o preço da entrega futura de café no mercado de commodities em Chicago sobe de imediato.

Preços são a linguagem da economia de mercado. Eles são o resumo de uma vasta quantidade de conhecimento e informação desconhecida pela maioria dos participantes do mercado. O preço da bauxita sobe e um produtor de alumínio pode não saber o porquê. Não obstante, fica claro que o custo real de um material importante subiu, e os planos de produção têm de ser alterados. Nada transmite informação de forma tão rápida como os preços.

Os preços transmitem informação objetiva sobre atitudes e sentimentos subjetivos de compradores e vendedores. Com a mudança dos preços relativos, as opções são alteradas e decisões são tomadas. Os benefícios e custos percebidos são continuamente afetados por circunstâncias mutáveis, incluindo

muitas variáveis importantes que nunca permanecem constantes. Em outras palavras, nenhuma pessoa no mundo sabe como fazer um mercado funcionar ou até como fazer um objeto simples como um lápis. Mas mesmo assim isso acontece, porque as enormes complicações são simplificadas quando a descentralização e os preços assumem o controle. Dessa forma, os preços servem como uma maravilhosa fonte mundial de informação econômica instantânea.

E. Os lucros e os prejuízos são os sinais verde e vermelho do sistema, que os consumidores usam para dizer “siga” ou “pare”

Dois outros componentes sinalizadores de um sistema de livre mercado são os lucros e os prejuízos. Lucros e prejuízos dizem ao empreendedor se suas ideias estão funcionando ou fracassando. Então, já que os empresários representam a engrenagem do processo competitivo de mercado, os lucros e os prejuízos são o sinal verde e vermelho que dizem “siga” ou “pare”.

Mesmo em um mercado livre, nosso conhecimento é imperfeito e incompleto. Na ausência de uma coordenação perfeita dos planos independentes dos que tomam decisões, as oportunidades para melhorar produtos e serviços estão sempre presentes. Os lucros são um excelente incentivo para essa melhoria.

Porém, os prejuízos podem também dar cabo de tudo, forçando a reavaliação de um modelo de negócios e o teste de uma alternativa. Os empresários podem inventar, criar, ter uma visão do futuro, produzir coisas, alimentar pessoas, salvar vidas e melhorar o bem-estar dos outros arriscando seu dinheiro e tempo. Caso suas ideias não funcionem, eles correm o risco de perder tudo. Quando o prejuízo ocorre, o processo deve mudar ou ser encerrado.

Identificar o que o consumidor deseja, calcular o custo de disponibilizar tal produto e ainda lucrar com isso não é fácil. Lucros são o bônus, prejuízos são o ônus. Mesmo boas ideias podem não se alinhar adequadamente com o que as pessoas desejam e, portanto, podem ocorrer prejuízos. Mas os prejuízos são tão importantes quanto os lucros. Purificando um sistema econômico, os prejuízos removem o que o consumidor não deseja e sinalizam aos produtores para mudar, melhorar ou ir à falência. As empresas devem estar constantemente atentas às preferências do consumidor. O sistema de lucros e prejuízos incentiva as empresas a apostarem na incerteza com a esperança de algum retorno positivo.

Porém, isso é arriscado, pois o sistema requer que os empresários deem primeiro para talvez receber depois. Arriscar o próprio dinheiro e tempo na esperança de lucratividade é o que dirige todo o processo.

No entanto, se a esperança de obter e manter um lucro razoável for tirada (mediante impostos mais elevados, por exemplo), então menos pessoas assumirão esses riscos e a economia desacelerará.

O lucro empresarial é o incentivo que permite às pessoas acreditar com uma grande parcela de confiança que as forças de mercado funcionam. Será que as pessoas sempre fazem estimativas corretas? Não. Ocorrem muitos erros e custos imprevistos. Na verdade, muitas pessoas fracassam e precisam tentar de novo. Porém, no longo prazo, quem é bem-sucedido continuamente produz bens e serviços valorizados pelo consumidor e, com isso, aumenta o PIB de uma nação.

F. A concorrência leva à cooperação interpessoal, a produtos melhores, a mais escolhas e a preços mais baixos

Comentamos vários fatores que compõem o mecanismo de funcionamento de um livre mercado: (1) tomada de decisão descentralizada (“ninguém” decide), (2) especialização e troca, (3) o sistema sinalizador do mercado, (4) preços como a linguagem do sistema sinalizador e (5) lucros e prejuízos como os sinais verde e vermelho do sistema. Mas há ainda um outro fator: (6) concorrência e cooperação voluntária.

Juntamos concorrência e cooperação no mesmo item porque elas naturalmente ocorrem juntas e se reforçam mutuamente. Primeiro, vejamos como a concorrência acontece. Nós a vivenciamos volta e meia no mercado de telefonia celular nos últimos vinte anos. As empresas competiram para fazer um aparelho melhor: menor, mais fino, mais leve, mais confiável, mais resistente, mais fácil de usar, com mais elementos, câmera melhor, aplicativos melhores, maior duração de bateria, melhor conectividade online.

Inicialmente, todo mundo quis ter um Palm Pilot, depois um Blackberry, depois um iPhone e, depois um Android ou alguma outra coisa. A lista é interminável.

Nenhum planejador central do governo poderia fazer isso acontecer: “A marca característica da história econômica sob o capitalismo é o infindo progresso econômico, um aumento constante na quantidade de bens de capital disponíveis e uma tendência contínua à melhoria nos padrões gerais de vida”.23

Esse tipo de concorrência de mercado é o pai da inovação e um impulso constante para que haja progresso. A concorrência serve para diminuir os custos

e os preços, examinando todas as abordagens rivais que visam à melhoria.

Mas por que combinar concorrência e cooperação? Porque dizer que elas são mutuamente excludentes é como dizer que a mão do violinista que dedilha as cordas e a mão que as fricciona com o arco são adversárias. Será que a concorrência de fato estimula ou até mesmo requer a cooperação? Sim. Porque ninguém no mercado de hoje pode ser bem-sucedido — isto é, ninguém pode ser verdadeiramente competitivo — sem a cooperação voluntária de muitas outras pessoas. Para produtos como o iPhone, a cooperação necessária se estende não somente ao notável trabalho de equipe dentro da própria Apple, mas também à cooperação de centenas de outros fornecedores de componentes, anunciantes, vendedores, empregados em empresas de telefonia e até mesmo pessoas comuns em muitos outros países. A necessidade de concorrer e produzir um produto melhor leva as pessoas a decidirem cooperar com muitas outras pessoas, ou seu produto não poderá ser fabricado.

Para um exemplo mais simples, consideremos o caso de uma mulher que tem vários filhos para alimentar e que ganha seu dinheiro montando cestos. É preciso que alguém forneça o bambu e outro, a fibra. Alguém precisa fazer as placas para divulgar a venda. Alguém precisa lhe conceder um espaço no mercado local ou concordar em vender os cestos para ela em troca de uma comissão. Ela pode também precisar de uma babá ou ajudante durante algumas partes do dia. Se ela tiver condições de pagar, comprará, para si e para as crianças, comida que outros produziram, cozinharam e lhe trouxeram. O que mais é preciso? Remédio? Água? Segurança? A questão é que cada um, não importa quão pequena seja sua contribuição à economia como um todo, ainda precisa da cooperação de muitos outros. A fim de concorrer com outros vendedores por sua fração do mercado de cestos trançados, até essa pobre mulher precisa cooperar com muitos outros.

O progresso e a melhoria ocorrem naturalmente quando a concorrência e a cooperação trabalham juntas. O resultado é um serviço melhor, qualidade melhor e produtos melhores, providos mais rapidamente e por um preço menor a consumidores satisfeitos. Em se tratando de serviço e qualidade, para muitos

produtos não existe uma “linha de chegada”, e “bom o suficiente” jamais será suficientemente bom por muito tempo. Em se tratando de clientes, o empresário jamais pode parar de pensar neles. Todos devem estar constantemente alertas ao que o consumidor deseja, quando o deseja, como o deseja e onde o deseja. É preciso um esforço inacreditável para priorizar os clientes acima de tudo. Somente o livre mercado faz tudo isso e mais, mediante as escolhas voluntárias dos indivíduos que dele participam.

Imagine os milhões de frações de know-how que precisam se juntar para servir a apenas um consumidor. O complexo processo de cooperação humana reunida em uma transação que leva à aquisição do consumidor é, de certa forma, misterioso e incrível. Num sentido bem concreto, produtor e consumidor não são inimigos, pois um precisa do outro. Ambos se beneficiam mais ao cooperar.

Cooperação e concorrência geram incontáveis exemplos de resultados socialmente proveitosos. Os consumidores mostram suas preferências por meio de suas compras, ao passo que a natureza voluntária da interação no mercado garante que ambos os lados se beneficiem. Quando o consumidor escolhe uma loja ou um provedor de serviços em detrimento de outro, sua decisão mostra sinais tanto ao comprador como ao vendedor, e até fornece ao que não está vendendo a importante informação de que precisa abaixar o preço, prover um serviço mais rápido ou fazer alguma outra coisa melhor para poder concorrer. O consumidor novamente é o vencedor.

Uma vez que os consumidores descobrem o que é melhor e mais barato e os produtores descobrem como diminuir o custo e tornar seu produto mais atraente para o comprador, o resultado final é uma variedade maior de escolhas e mais oportunidades para todos. Em um mercado livre, o interesse próprio esclarecido produz contínuas interações que excedem imensamente as deliberações de qualquer pessoa. O mercado é uma “ordem de nível mais elevado” que supera o conhecimento de qualquer um de nós: “Os concorrentes buscam a excelência e a supremacia em realizações dentro de um sistema de cooperação mútua. A função da concorrência é designar a cada membro dos sistemas sociais a posição na qual

pode servir melhor à sociedade como um todo e a cada um de seus membros”.24

G. Empreendedorismo: muitos tentam, poucos obtêm sucesso, mas toda a sociedade se beneficia

Voltamos agora nossa atenção para o componente final do livre mercado, mas este não é um processo, e sim uma pessoa: o empreendedor.

A importância do empreendedor para que o sistema de livre mercado funcione se tornou cada vez mais evidente, uma vez que a inovação se tornou tão necessária. Quando uma nação começa a se desenvolver, ela pode colher os frutos que estão mais facilmente ao alcance para produzir crescimento. A urbanização, o baixo custo da mão de obra industrial e a produção de bens para exportar são coisas que inicialmente serviram bem aos países em desenvolvimento. Porém, indivíduos e empresas precisam inovar para chegar ao estágio seguinte, e os empreendedores são a chave para a inovação.

A competição naturalmente produz um processo de descoberta empresarial, impelindo e estimulando os mercados em novas direções. Alerta às constantes mudanças, o empreendedor deve então lucrar ao inovar e transformar problemas em oportunidades. Ele deve criar novos produtos ou serviços, calcular melhores formas de usar os recursos e disponibilizá-los, e buscar constantemente novas e melhores técnicas produtivas. São os empreendedores que quase nunca temem o fracasso, mas enxergam novas formas de fazer as coisas ao quebrar o molde: desenvolvedores, criadores, sonhadores, realizadores, oportunistas e construtores do futuro. O empreendedor procura ler os sinais do mercado, antecipar demandas de consumo previamente não desenvolvidas e então assumir riscos, geralmente com dinheiro do próprio bolso.

Às vezes os empreendedores enriquecem, às vezes suas ideias fracassam e, muito frequentemente, eles têm de começar tudo de novo. Empreendedores bem-sucedidos precisam ser proativos. “O progresso econômico, em uma sociedade

capitalista, significa convulsão", segundo Joseph Schumpeter (nascido na Áustria-Hungria, em 1883, e professor de Economia em Harvard, entre 1932 e 1950).25 Ele afirmou que o empreendedorismo sempre envolve um processo de "destruição criativa" no qual ideias mais novas e melhores substituem as antigas.

Esse é, em geral, um bom processo que traz benefícios constantes à sociedade como um todo. Quando os empreendedores começam a se esforçar para criar um produto melhor que o de outros, "a concorrência [...] toma o progresso, tão logo é alcançado, das mãos do indivíduo e o coloca a serviço de toda a humanidade".26

Contudo, a "destruição criativa" logo força a descida de quem está por cima, se não a sua saída, porque seus produtos outrora dominantes se tornam obsoletos (como, por exemplo, o palmtop). Não é de admirar que tantas forças se unam contra o que é novo. Quando novos setores atraem recursos desviados de setores existentes e novas firmas ameaçam as já estabelecidas, geralmente ocorrem reveses nas realidades econômica e política. Já que tanto o poder político como o poder econômico se alteram radicalmente, as instituições existentes lutam para manter o status quo. Parece que o credo de todos é: "Eu amo a mudança, mas não queiram que eu mude". As pessoas que vão perder em decorrência de mudança em uma economia dinâmica muitas vezes reivindicam leis que as protejam da mudança. Porém, proteger todos os membros de uma sociedade de qualquer prejuízo acaba reprimindo as inovações e a mudança necessárias à criação de nova riqueza em uma sociedade.

A história repetidamente mostra não somente o declínio de grandes ideias, companhias e impérios, mas também a constante pressão por mudança. Basta piscar e as oportunidades se vão, deixando de lado quem hesitar demais. Apesar disso, há oportunidades não aproveitadas para qualquer um que continuar procurando. Já que os seres humanos possuem desejos ilimitados (veja debate acima, p. 183-4), cada pessoa pode ser estimulada a usar seus dons pessoais para encontrar novas possibilidades e desejos não satisfeitos. Qualquer pessoa que deseje trabalhar pode fazer parte do processo de concorrência, pois sempre há

trabalho a fazer.

H. Resumo de como funciona um sistema de livre mercado

No capítulo anterior, discutimos quatro fundamentos necessários para um sistema de livre mercado: (1) posse da propriedade privada com documentação legal de propriedade facilitada, (2) o Estado de direito, (3) uma moeda estável e (4) impostos baixos.

Neste capítulo, discutimos brevemente os sete componentes-chave no funcionamento de um sistema de livre mercado: (1) tomada de decisão descentralizada ("ninguém" decide o que é produzido); (2) especialização e troca, pelas quais as pessoas multiplicam sua produtividade; (3) o sistema sinalizador do mercado, que indica a mudança contínua de oferta e demanda; (4) os preços como a linguagem do sistema sinalizador; (5) lucros e prejuízos como luzes verdes e vermelhas que sinalizam o sucesso ou o fracasso de empreendimentos; (6) concorrência e cooperação voluntária como a dimensão interpessoal que leva à contínua melhoria; e (7) a disposição de correr riscos por parte dos empreendedores que impulsiona a inovação.

É assim, portanto, que funciona um sistema de livre mercado. Sem qualquer diretor ou planejador central, ele continua possibilitando que vastas quantidades de riqueza sejam geradas e que benefícios sejam amplamente distribuídos em cada nação onde lhe é permitido funcionar. Nenhum outro sistema estimula todos a concorrerem e cooperarem nem dá às pessoas semelhante liberdade econômica de escolher e produzir, melhorando assim a prosperidade. De forma lenta, mas firme, os países ao redor do mundo estão percebendo a natureza mutuamente benéfica de um sistema de livre mercado.

I. Como as pessoas abastadas das nações ricas podem realmente ajudar as nações pobres

Se nossa análise anterior estiver correta, a única solução duradoura para a pobreza em qualquer nação pobre é que essa nação aumente seu PIB produzindo bens e serviços de valor em maior quantidade. E o único sistema econômico da história que gerou com sucesso esse aumento de prosperidade foi o sistema de livre mercado.

O que podemos dizer, então, a uma pessoa abastada de um país rico que queira ajudar os pobres e queira promover uma solução permanente e sustentável nos países pobres? Há diversos passos práticos que essa pessoa pode dar.

Um passo bastante prático para uma pessoa rica é investir em empresas com fins lucrativos em nações pobres, especialmente nações que estão começando a se mover na direção de um mercado livre com um Estado de direito mais efetivo. Conforme indicamos nos capítulos anteriores, o PIB cresce quando os empreendedores arriscam seu dinheiro tentando produzir algum bem ou serviço. A única forma de saber se esse bem ou serviço realmente supre uma necessidade é ver se os consumidores irão comprá-lo — e os lucros são a "luz verde" que sinalizará a aprovação do produto pelo consumidor. Um novo negócio que verdadeiramente gera lucros em um país pobre ajuda esse país: (1) fabricando produtos que aumentam o PIB, (2) fabricando produtos que suprem a necessidade das pessoas e (3) gerando empregos que capacitam as pessoas pobres a se sustentarem. (Veja nossa discussão a respeito da liberdade de se iniciar uma nova empresa, p. 286-8).

Além disso, quando investimos em uma empresa lucrativa, tratamos as pessoas daquele país com a maior dignidade, tanto os empregados que criam produtos de valor como os consumidores que os adquirem. Assim, os empregados são

capacitados a experimentar a alegria do sucesso merecido (veja p. 206-8). Isso também evita o paternalismo (veja p. 30-1) e a dependência.

Embora muitas organizações tenham promovido o microcrédito (em geral, inferior a 250 dólares) para iniciar uma empresa individual, também conhecemos exemplos animadores de cristãos que decidiram investir em negócios lucrativos definidos como “pequenas e médias empresas” (PME), nas quais é preciso entre 25 mil a 1 milhão de dólares para iniciar uma empresa. Essas empresas são fundamentais para um crescimento econômico maior em nações pobres, mas seu início é mais difícil em razão de seu alto custo de inicialização, das diligências prévias e do desafio de prover um modelo razoável de risco/retorno aos investidores.

Uma pessoa rica também pode apoiar:

Programas educacionais em países pobres que promovam o mercado livre (conforme explicamos nos capítulos 4 a 6) e que promovam os tipos de políticas governamentais e crenças culturais que explicaremos adiante (capítulos 7 a 9).

Programas de distribuição de literatura que promova as mesmas políticas.

Seminários em países pobres que treinem pastores nas crenças e nos valores culturais que esboçamos no capítulo 9.

Programas de assistência financeira para possibilitar que futuros líderes de países pobres viajem ao exterior a fim de estudar em instituições que promovam a economia de livre mercado, políticas governamentais sadias e crenças culturais benéficas.

Porém, o leitor precisa ter em mente que todas as atividades mencionadas nessa lista promovem mais teoria e conhecimento abstratos do que diretamente o necessário crescimento econômico. Investir em empresas lucrativas promove diretamente o crescimento econômico, e quem trabalha para o sucesso desse tipo de empresas aprenderá lições da vida real que jamais poderiam ser aprendidas em qualquer livro ou em uma sala de aula.

Será que os ricos devem também doar dinheiro a instituições de caridade que suprem coisas como comida, água potável, saneamento básico e cuidados médicos aos países pobres? Sim, essas coisas são também úteis no curto prazo, e especialmente em situações de crise, como mencionado anteriormente (p. 69). Entretanto, os doadores devem evitar aquelas organizações cujas políticas promovem a dependência em vez da produtividade (veja p. 30-1, 67-78). E mesmo as instituições de caridade benéficas não têm condições de produzir sozinhas uma solução permanente. A solução virá somente com o completo apoio ao investimento privado e às atividades educacionais mencionadas aqui, para que todo o sistema econômico, governamental e de crenças de uma nação pobre possa ser transformado.

1 Milton Friedman; Rose Friedman, Free to choose: a personal statement (New York: Harcourt Brace Jovanovich, 1980), p. 13 [edição em português: Liberdade de escolher (Rio de Janeiro: Record, 1980)].

2 Ibidem, p. 13.

3 Ibidem, p. 13-8.

4 Adam Smith, An inquiry into the nature and causes of the wealth of nations, edição de Edwin Cannan (1776; New York: Modern Library, 1994), p. 485, grifo nosso [edição em português: A riqueza das nações: investigação sobre sua natureza e suas causas (São Paulo: Nova Cultural, 1996)].

5 George Gilder, Wealth and poverty (New York: Basic Books, 1981), p. 261.

6 John E. Sawyer, “Entrepreneurial error and economic growth”, Explorations in entrepreneurial history (maio de 1952), vol. 4, p. 199-200, citado em Ibidem, p. 262.

7 Gilder, Wealth and poverty, p. 262-3.

8 Niall Ferguson, Civilization: the West and the rest (New York: Penguin, 2011), p. 287, citando David Aikman, The Beijing factor: how Christianity is transforming China and changing the global balance of power (Oxford: Monarch, 2003), p. 5 [edição em português: Civilização: Ocidente x Oriente (São Paulo: Planeta, 2012)].

9 Gilder, Wealth and poverty, p. 51.

10 Smith, Wealth of nations, Livro I, cap. 1, p. 4-5.

11 O perigo que vem da especialização e que devemos evitar é que as pessoas podem se tornar isoladas em suas próprias especialidades restritas e perder de vista a sua responsabilidade de também contribuir para o bem maior da

sociedade, de se relacionar genuinamente com as pessoas fora de suas especialidades e também, em última análise, de honrar a Deus com seu trabalho especializado. As universidades também podem se transformar em centros de especializações diminutas, com poucas pessoas que sequer pensam na possibilidade de haver um tipo de conhecimento unificador ou unificado mais abrangente.

12 Matt Ridley, The rational optimist: how prosperity evolves (New York: HarperCollins, 2010), p. 175 [edição em português: O otimista racional: por que o mundo melhora (Rio de Janeiro: Record, 2014)].

13 Smith, Wealth of nations, Livro IV, cap. 2, p. 485-6 [edição em português: A riqueza das nações].

14 Friedman; Friedman, Free to choose, p. 45; essa ideia é mencionada pelos Friedman, mas a desenvolvemos com nossos detalhes para fins ilustrativos.

15 Donald J. Boudreaux, “Comparative advantage”, in: David R. Henderson, org., The concise encyclopedia of economics (Indianapolis: Liberty Fund, 2008), p. 69-71.

16 Veja W. Michael Cox; Richard Alm, “Creative destruction”, in: David R. Henderson, org., The concise encyclopedia of economics (Indianapolis: Liberty Fund, 1980), p. 101-4.

17 Para uma descrição mais aprofundada da função sinalizadora dos preços em um livre mercado, veja Barry Asmus; Donald B. Billings, “The price system and economic coordination” e “Entrepreneurship and the competitive process”, in:

Crossroads: the great American experiment: the rise, decline, and restoration of freedom and the market economy (Lanham: University Press of America, 1984), p. 202-6.

18 Friedman; Friedman, Free to choose, p. 15.

19 Friedrich A. Hayek, “The use of knowledge in society”, American Economic Review 35, n. 4 (September 1945): 519-20 [edição em português disponível em: http://mises.org.br/Article.aspx?id=1665, acesso em: 8 ago. 2014].

20 Israel Kirzner, Competition and entrepreneurship (Chicago: University of Chicago Press, 1973), p. 214 [edição em português: Competição e atividade empresarial (Rio de Janeiro: Instituto Liberal, 1986)].

21 Ludwig von Mises, Human action: a treatise on economics (Chicago: Henry Regnery, 1966), p. 680 [edição em português: Ação humana: um tratado de economia (Rio de Janeiro: Instituto Liberal, 1995)].

22 Kirzner, Competition and entrepreneurship, p. 42.

23 Von Mises, Human action, p. 565.

24 Ibidem, p. 117.

25 Joseph A. Schumpeter, Capitalism, socialism, and democracy (London:

Taylor & Francis e-Library, 2003), p. 31-2 [edição em português: Capitalismo, socialismo e democracia (Rio de Janeiro: Zahar, 1984)].

26 Frédéric Bastiat, Economic harmonies (Irvington-on-Hudson: Foundation for Economic Education, 1997), p. 289.

6

AS VANTAGENS MORAIS DO SISTEMA

Um mercado livre promove melhor as virtudes morais

Embora algumas pessoas tenham levantado objeções morais contra sistemas de livre mercado, consideramos importante mencionar uma perspectiva alternativa: há muitas vantagens morais nos mercados livres.

Ao fazermos essa afirmação, precisamos nos precaver contra um possível mal-entendido. Nas páginas a seguir, listaremos várias virtudes morais que são estimuladas por sistemas de livre mercado. Entretanto, não cremos que o livre mercado torne as pessoas moralmente perfeitas!

Como cristãos, acreditamos que há no coração de cada pessoa uma inclinação pecaminosa para fazer o mal (bem como há, mediante a "graça comum" de Deus, uma inclinação inversa de fazer o bem). Cremos que "todos pecaram e estão destituídos da glória de Deus" (Rm 3.23) e que, à exceção de Jesus Cristo, nenhuma pessoa sem pecado jamais andou sobre a terra desde o tempo de Adão e Eva.

Portanto, todo sistema econômico do mundo contém gente pecadora que faz coisas moralmente erradas. Há quem minta, trapaceie e roube, esperando escapar ileso. Além disso, em toda sociedade há pessoas muito más cujas repetidas escolhas erradas aprofundaram e fortaleceram as raízes do pecado em seu

coração.

Também não estamos afirmando que o livre mercado seja a cura para todo defeito humano concebível. Ora, ele não elimina a tolice, não remove o egoísmo, não erradica a ganância nem controla a conduta das empresas para a satisfação geral. Seres humanos maculados jamais poderão criar um sistema imaculado.

A pergunta, portanto, não é se o sistema de livre mercado ainda contém gente malvada. É claro que contém, mas a pergunta adequada é: “Será que um sistema de livre mercado tende a desestimular e punir o mau comportamento e incentivar e recompensar a conduta virtuosa, e será que ele faz isso melhor que os demais sistemas econômicos?”. Acreditamos que sim, e é isso que explicaremos no restante deste capítulo. Relacionamos o que consideramos dezesseis vantagens de mercados livres em quatro categorias, fechando o capítulo com uma discussão de cinco objeções morais feitas a esses sistemas.

A. Promovendo a liberdade pessoal

1. Promovendo a liberdade de escolha nas ações morais

Um sistema de livre mercado é coerente com determinados princípios morais fundamentais: que devemos respeitar a dignidade e individualidade de cada pessoa, que os governos não devem manipular pessoas como se fossem objetos, mas sim reconhecer os direitos e o valor de cada pessoa, e que as decisões econômicas devem ser orientadas por meio de persuasão e troca voluntária, e não pela coerção ou força. Essas ideias se resumem no conceito de liberdade individual.

Os mercados livres prosperam com base no princípio de não agressão, que protege a liberdade humana. A condição essencial de que as transações no setor privado da economia sejam voluntárias nos assegura que, se o sistema estiver em bom funcionamento, a autonomia moral e física das pessoas estará protegida do ataque violento de outros. A força é inadmissível nos relacionamentos interpessoais em um sistema de livre mercado, pois o livre mercado depende de as pessoas efetuarem trocas voluntárias.

O economista F. A. Hayek afirmou isso da seguinte forma, em seu livro clássico The road to serfdom:

O individualismo, ao contrário do socialismo e de todas as outras formas de totalitarismo, é baseado no respeito do cristianismo pelo indivíduo e na crença de que é bom que os homens sejam livres para desenvolver seus próprios dons e características individuais.1

Todos deveriam poder fazer escolhas sem qualquer intimidação ou coerção externa. O sistema de livre mercado, no qual somente a troca voluntária e mútua é permitida, promove, assim, a liberdade de escolha.

A Bíblia valoriza grandemente a liberdade humana e as escolhas voluntárias. Deus concedeu liberdade de escolha a Adão e Eva no jardim do Éden, antes de haver pecado no mundo: “... não comerás da árvore do conhecimento do bem e do mal; porque no dia em que dela comeres, com certeza morrerás” (Gn 2.17). Outras passagens enfatizam a importância dessa liberdade de escolha:

... coloquei diante de ti a vida e a morte, a bênção e a maldição. Portanto, escolhe a vida, para que vivas, tu e tua descendência (Dt 30.19).

... escolhei hoje a quem cultuareis... (Js 24.15).

O Espírito e a noiva dizem: Vem! E quem ouve, diga: Vem! Quem tem sede, venha; e quem quiser, receba de graça a água da vida (Ap 22.17).

No Antigo Testamento, a escravidão e a opressão (que são o oposto de liberdade) são sempre vistas negativamente. Aliás, os Dez Mandamentos começam com a declaração de Deus: “Eu sou o Senhor teu Deus, que te tirou da terra do Egito, da casa da escravidão” (Êx 20.2).

Mais tarde, quando o povo de Israel se voltou contra o Senhor, ele os entregou nas mãos de seus opressores, que os escravizaram, tirando deles a sua liberdade (veja Dt 28.28,29,33; Jz 2.16-23). A perda de liberdade era uma maldição, não uma bênção.

É por isso que uma das bênçãos prometidas por Deus foi a de que um redentor viria para libertar o povo da opressão de seus inimigos, pois ele viria “proclamar

liberdade aos cativos” (Is 61.1).

Por toda a Bíblia, do início de Gênesis ao capítulo final de Apocalipse, Deus honra e protege a liberdade e a escolha humanas. Esse é um componente essencial de nossa humanidade e é basicamente um claro reflexo de nossa criação à imagem de Deus (Gn 1.27) e de nosso desejo de imitar a Deus (Ef 5.1), que tem liberdade absoluta e faz tudo conforme lhe apraz, desde que seja coerente com sua própria natureza justa e santa.

A liberdade de escolha é importante para a construção de outras virtudes em uma nação, virtudes que, juntas, formam o caráter de uma pessoa. Sim, quanto mais escolhas tivermos, mais oportunidades haverá de fazermos escolhas erradas. Porém, ser impedido de escolher não edifica o caráter; o que o edifica é escolher corretamente entre muitas alternativas. A pontualidade, a cortesia, a veracidade, a confiança e a eficiência produtiva são todas fortalecidas quando é possível escolher o contrário. O mesmo se aplica a outras virtudes que são estimuladas e desenvolvidas em um sistema de livre mercado. Tais virtudes melhoram a qualidade dos relacionamentos pessoais e aumentam o respeito ao próximo em uma sociedade.2

2. Promovendo a liberdade de buscar objetivos abstratos ou espirituais

Infelizmente, as pessoas que não são materialmente orientadas — por exemplo, aquelas que preferem buscar uma vida de muita contemplação ou oração pessoal, ou de ministério a outros, ou de criatividade artística — são vistas como atrasadas nas economias estatistas, planificadas pelo governo, e podem até ser presas ou mortas por se recusarem a fazer o serviço ordenado pelo governo. Já em um sistema de livre mercado elas estão livres para buscar essa vida sem temer qualquer represália governamental.

Mark Zupan, decano e professor de Economia e Políticas Públicas na University of Rochester's William E. Simon School of Business, observa que os direitos inalienáveis de todos somente podem estar seguros em uma ordem descentralizada, pluralista e orientada para a propriedade privada.3 Isso inclui o direito à busca de atividades não materiais.

Robert Sirico, em seu criterioso livro Defending the free market [Defendendo o livre mercado], mostra como as buscas materiais e imateriais estão naturalmente interligadas:

A propriedade privada demonstra a interpenetração entre nossos corpos físicos e nossa capacidade de transcendência. Lidamos com a natureza mediante o trabalho que nossa razão planeja e dirige, produzindo algo que anteriormente não existia. Não é mais uma barragem de castor, exatamente como todas as outras que os castores construíram ao longo de milhares de anos, mas uma Catedral de Chartres, uma Mona Lisa, ou uma lâmpada elétrica, uma vacina contra a catapora, uma revolução na agricultura que tira milhões da miséria ou, mais modestamente, um jardim ou pomar que alimenta uma família, refletindo a mordomia cuidadosa da terra por parte de um jardineiro.

Essas coisas são possíveis porque não nos relacionamos com o mundo material apenas de forma imediata ou temporária. A relação dos seres humanos não é meramente uma relação de consumo. Ela também é de razão e criatividade — e é essa relação que torna possível a instituição da propriedade privada. “O direito à propriedade privada” não é meramente o controle sobre um objeto físico, como a posse que o meu cachorro Teófilo pode ter de um osso. Antes, o direito à propriedade está envolvido na capacidade que uma pessoa tem de aplicar o seu intelecto à matéria e às ideias, de olhar para a frente, de planejar e gerenciar o uso daquela posse. Assim como outros direitos humanos fundamentais não são criados pelo Estado, mas possuídos em virtude da existência e da natureza de uma pessoa, da mesma forma o direito à propriedade privada é reconhecido, e não concedido pelo governo [...]. Ele é sagrado, por ter tamanha ligação com o ser humano como criatura feita à imagem de Deus, colocada no contexto de escassez, com a capacidade de raciocinar, criar e transcender.4

Portanto, a liberdade de usar a renda que recebemos em troca do trabalho, a propriedade que possuímos e nosso tempo e esforço para nos dedicar a buscas abstratas e espirituais é uma vantagem moral de um sistema de livre mercado.

B. Promovendo virtudes pessoais

3. Promovendo a integridade e a honestidade

Zupan escreve que as virtudes de mercados livres produzem uma moralidade subjacente. Ele argumenta que, dada a natureza repetida das trocas, os mercados livres criam — ou, ao menos, incentivam — a integridade e outras virtudes cooperativas.5

Quando são esperadas trocas futuras, os indivíduos estão mais dispostos a fazer o que é correto no presente. Os mercados livres, segundo o autor, deveriam ser louvados por promoverem a integridade e a conduta cooperativa por intermédio da promoção de contínuas trocas mutuamente benéficas. De acordo com Zupan, a integridade nesse caso não é uma questão de bem ou mal, ou do que deve ou não deve ser, mas sim uma questão de veracidade. A palavra é mantida ou não, e, usando essa definição, o autor mostra que mercados livres, comparados a outros sistemas econômicos, são os que promovem mais plenamente a prática da integridade e de outras virtudes desejáveis.

Não é de surpreender que mercados livres tendam a produzir honestidade, especialmente para empresas estabelecidas em meio a uma população relativamente estável. A própria natureza das trocas voluntárias repetidas, até mesmo frequentes, reforça a veracidade. (Provavelmente não voltaríamos ao padeiro que mentiu, nos garantindo que o pão e o leite estavam frescos, nem voltaríamos ao mecânico que nos enganou a respeito do conserto do carro.) A mentira destrói o comércio.6

Os níveis esmagadores de corrupção observados em economias que não são de livre mercado ao redor do mundo perdem feio na comparação com a maior honestidade das economias de livre mercado e propriedade privada, em que ocorrem trocas repetidas. Por exemplo, a Índia ainda é um dos países de “pouca liberdade” no Índice de liberdade econômica 2012 (54,6 pontos numa escala de 100): “Apesar do alto crescimento econômico da Índia, os fundamentos do

desenvolvimento econômico de longo prazo permanecem frágeis na ausência de um quadro jurídico que funcione com eficiência. A corrupção, que é endêmica em toda a economia, está se tornado ainda mais séria".7

O Índice de liberdade econômica 20128 classifica o grau de "resistência à corrupção" em 179 países de todo o mundo.9 Os países que figuram no final do ranking de resistência à corrupção (com um placar horrível de 14-25 em 100) incluem muitas economias não livres, controladas pelo governo, como Myanmar (14 em 100), Uzbequistão (16), Venezuela (20), Rússia (21), República Democrática do Congo (20) e Zimbábue (24). Em contraste, as nações com melhor desempenho na resistência à corrupção são todas economias de livre mercado, como Dinamarca (93), Nova Zelândia (93), Cingapura (93), Canadá (89), Holanda (88), Austrália (87), Suíça (87) e Hong Kong (84). Pode ser que haja países com mercados livres e corrupção significativa por conta de diversos fatores culturais ou jurídicos, mas o padrão geral está claro: os países que têm maior liberdade econômica tendem a ter menores níveis de corrupção percebida.

4. Promovendo a responsabilidade

Procedimentos bem definidos de livre mercado e direitos de propriedade também favorecem ações transparentes. As únicas trocas desejadas nesse tipo de sistema são trocas de soma positiva, nas quais o benefício da troca voluntária é mútuo. Quando as duas partes veem que estão numa situação melhor, elas efetuarão trocas repetidas porque a norma é ter responsabilidade em relação ao seu produto.

A falta de mercados livres e de direitos de propriedade, no entanto, frequentemente incentiva a desonestidade, o roubo ou o uso da mão pesada do governo para extrair coercivamente a riqueza de seu legítimo dono. A redistribuição governamental se transforma em roubo legalizado, dando a outros a propriedade que havia sido justamente adquirida por outrem. Quando o governo distribui favores, mais esforço é gasto na redistribuição de riqueza do que em produzi-la, e soluções políticas (uso da força) espantam as soluções de mercado (resolução pacífica). Quando as pessoas precisam ser transparentes nas interações pessoais voluntárias do livre mercado, elas são em geral mais responsáveis.

5. Promovendo o sucesso merecido

Conforme mencionamos no capítulo 2, pesquisas recentes confirmaram o que muitas pessoas já sabiam por experiência e instinto: o principal fator econômico na felicidade das pessoas não é o dinheiro, e sim o "sucesso merecido" (veja p. 76-8). É esse o termo usado por Arthur C. Brooks, presidente do American Enterprise Institute, para descrever a alegria e a satisfação que vêm de se ter uma responsabilidade específica e, então, fazer um bom trabalho para cumprir essa responsabilidade. Brooks escreve: "O segredo para o florescimento humano não é o dinheiro, e sim o sucesso merecido na vida".10

Incluímos a oportunidade de obter "sucesso merecido" como uma questão moral porque é coerente com o ensino da Bíblia sobre a responsabilidade do ser humano de trabalhar e ser produtivo. Mesmo antes de haver pecado no mundo, Deus colocou Adão no jardim do Éden "para que o homem o cultivasse e guardasse" (Gn 2.15), demonstrando, assim, a virtude moral do trabalho produtivo e sua necessidade no cumprimento do propósito de Deus para a humanidade aqui na terra. Mais adiante, no Antigo Testamento, o livro de Eclesiastes menciona com frequência a alegria que se obtém no trabalho, como, por exemplo, nesta passagem:

Não há nada melhor para o homem do que comer e beber e permitir-se ter prazer no seu trabalho. Vi que isso também vem da mão de Deus. E quem pode desfrutar da comida e da vida sem ele? (Ec 2.24,25).

No Novo Testamento, Paulo diz à igreja dos tessalonicenses: "... trabalhávamos dia e noite com esforço e fadiga...", e isso "... para que nós mesmos vos déssemos exemplo, para nos imitardes" (2Ts 3.8,9). Então acrescentou: "... se alguém não quer trabalhar, também não coma" (v. 10; veja tb. 1Ts 4.11,12; Êx 20.9).

Portanto, a Bíblia vê o trabalho produtivo como moralmente bom e até ordena aos crentes: “... fazei de coração, como se fizésseis ao Senhor e não aos homens” (Cl 3.23, ensinando que a motivação mais sublime de uma pessoa para fazer um bom trabalho é agradar a Deus).

Quando esse ponto de vista é afirmado por uma sociedade, o trabalho em um emprego regular passa a ser visto como uma fonte legítima de realização e dignidade pessoal. Além disso, a cultura em geral pressupõe que pessoas honradas se esforçarão para serem trabalhadoras diligentes, fiéis e alegres, e farão um pouco além do exigido porque elas veem o trabalho produtivo como um bem moral. Outra razão para se esperar trabalho fiel e diligente emerge quando as pessoas realmente acreditam que Deus se agradará de seu esforço pela excelência no trabalho que fazem. Uma sociedade que provê maiores oportunidades de obter esse senso de “sucesso merecido” tem, portanto, uma vantagem moral.

Johan Norberg, em seu livro In defense of global capitalism [Em defesa do capitalismo global], enfatiza essa vantagem de um sistema de livre mercado:

O crescimento da prosperidade mundial não é um “milagre” ou qualquer outro termo de mistificação que costumeiramente aplicamos a países que obtiveram sucesso econômico e social. As escolas não são construídas nem a renda é gerada por pura sorte, surgindo do nada. Essas coisas acontecem quando pessoas começam a inovar e trabalham com muito esforço para que suas ideias se realizem. No entanto, as pessoas agem assim em todo lugar, e não há motivo para que determinadas pessoas em determinados lugares durante determinados períodos da história sejam intrinsecamente mais inteligentes ou capazes do que outras. O que faz a diferença é se o contexto permite e incentiva ideias e trabalho ou se, pelo contrário, coloca obstáculos no seu caminho. Isso depende da liberdade que as pessoas têm de explorar o trajeto adiante delas, de possuir propriedade, de investir no longo prazo, de fechar acordos privados e de

comercializar com outros. Em suma, depende de os países terem ou não capitalismo.11

Portanto, outra vantagem moral de um sistema de livre mercado é que ele concede a todos a liberdade de experimentar diversas ideias e ocupações, culminando a maioria em um serviço que faz bem. Isso contrasta com uma economia coletivista e controlada pelo Estado, que determina os empregos, regula os salários e tolhe a iniciativa individual. Permitir a liberdade de escolha da ocupação individual também aumenta o senso de sucesso merecido, que é um fator importante na satisfação humana com a vida.

Uma consideração a esse respeito é que um mercado livre estimula o bom serviço por permitir que as pessoas se orgulhem da qualidade do seu trabalho em vez de apenas cumprir uma meta do governo para um determinado número de unidades a serem produzidas. Um mercado livre promove e recompensa a satisfação com um serviço bem feito.

6. Moderando o egoísmo e a ganância; usando-os para o bem

Embora alguns aleguem que o livre mercado promove o egoísmo e a ganância, acreditamos que uma perspectiva alternativa dessa questão será proveitosa. Por causa da forma como os mercados livres operam, eles também exercem uma força moderadora sobre a ganância, se não para todos, ao menos para um grande número de pessoas bem-sucedidas. (Discutiremos adiante a diferença entre ganância, que é errada, e o interesse próprio normal, que muitas vezes é moralmente correto: veja p. 221-3.)

Sempre que um sistema de livre mercado (sob o Estado de direito) tem vez, tanto a vida como a saúde, a liberdade e a prosperidade melhoram, porque inúmeros indivíduos parecem ser capazes de adotar uma ideia, agir com base nela e começar a produzir algo (talvez ao iniciar um pequeno negócio). As ideias de maior sucesso são aquelas que melhor respondem às necessidades de outros. Portanto, empreendedores de sucesso tendem a ser pessoas que, ao longo de sua vida, se habituaram a reconhecer e satisfazer as necessidades e os desejos de outras pessoas.

O egoísmo mesquinho, na verdade, torna impossível o sucesso de um empreendimento. Para desenvolver um empreendimento bem-sucedido, os indivíduos precisam poupar, abrindo mão do gasto imediato para si mesmos, exercendo o autocontrole e investindo com sabedoria. Se não houver poupança e formação de capital, o empreendimento não crescerá.

Não temos a pretensão de que o livre mercado elimine o egoísmo humano. Porém, um sistema de livre mercado pode canalizar o egoísmo em atividades de trabalho e investimento que realmente fazem o bem a outras pessoas. Assim, o egoísmo mesquinho inicial de alguém pode ser alterado ao longo do tempo, transformando-se em interesse próprio esclarecido e se tornando, portanto,

benéfico para a sociedade. Quanto àqueles que não são gananciosos e egoístas, mas que simplesmente desejam trabalhar e investir movidos por um interesse próprio sadio e normal (não ganância) e um desejo apropriado de prover para suas famílias, o livre mercado canaliza seu trabalho numa direção produtiva.

Finalmente, mesmo para aquelas pessoas que não gastam tempo pensando sobre como ganhar dinheiro e cujo único propósito é simplesmente servir aos outros com invenções úteis e inovadoras (como, por exemplo, aplicativos para smartphones), o livre mercado frequentemente oferece uma recompensa financeira que libera uma parcela maior do tempo de que dispõem, permitindo que continuem a investir e a criar.

Voltamos a repetir que mercados livres não livrarão o mundo do egoísmo, da ganância e de outros defeitos da natureza humana. No entanto, a ação efetiva de um sistema de livre mercado modera e conduz essas tendências para uma direção socialmente benéfica mais do que qualquer outro sistema econômico.

7. Promovendo o uso sensato do meio ambiente

Uma sociedade de livre mercado, combinando a posse privada da maior parte da terra e dos recursos com a posse pública de alguns parques estaduais e nacionais, parece corresponder melhor à preservação de recursos e ao uso sensato do meio ambiente. Discutiremos melhor esse assunto no capítulo 7, no qual observamos que uma sociedade produtiva precisa proteger o meio ambiente da destruição (veja p. 265-8), e no capítulo 8, no qual mencionamos que o governo também precisa proteger a capacidade das pessoas de usar sabiamente os recursos da terra (veja p. 298-302). Em contraste, as sociedades socialistas têm sido, via de regra, as que mais danificam o meio ambiente (veja p. 265-8).

8. Moderando o materialismo e incentivando a caridade

É estranho que aqueles que são a favor de economias controladas pelo Estado acusem as economias de livre mercado de serem materialistas. São os países socialistas que colocam praticamente toda a sua ênfase econômica na produção de bens materiais, ao passo que as economias de livre mercado voluntariamente apoiam centenas de milhares de organizações e pessoas que vestem os que precisam de roupas e alimentam os que têm fome. Muitas pessoas trabalham como pastores, funcionários de igrejas, missionários ou empregados de organizações beneficentes sem fins lucrativos.

A caridade aos pobres, as bolsas de estudo, as doações para pesquisa médica e outros tipos de doação privada cresceram significativamente nos últimos 250 anos, o período mais explosivo da economia de mercado, porque:

O capitalismo honra e promove a caridade e a virtude. A verdadeira caridade não pode ser forçada. As universidades, os hospitais e as agências que prestam serviço social são mais satisfatórias e mais divertidas quando se originam do apoio voluntário. O dinheiro tomado à força e concedido como regra não é doação [...]. O capitalismo honra a liberdade e a dignidade de cada pessoa [...]. O indivíduo é visto como cidadão livre debaixo de Deus e da lei — capaz de fazer suas próprias escolhas.12

Em contrapartida, o socialismo desestimula e dificulta (por excessivo confisco governamental do dinheiro do povo) qualquer contribuição individual às causas beneficentes. Uma parcela cada vez maior de toda a energia da sociedade é forçada a se concentrar na produção material sob o comando do Estado.

Dessa forma, o socialismo não somente é mais materialista do que um sistema de livre mercado, mas também exerce, em termos gerais, uma influência moral negativa. Claire Berlinski, no seu importante livro sobre Margaret Thatcher, resumiu assim a visão de Thatcher de que as economias controladas pelo Estado exercem uniformemente uma influência moral corruptora sobre seu povo:

Em todas as suas encarnações, onde e como quer que fosse aplicado, [o socialismo] trouxe a corrupção moral. [Ele] transformou bons cidadãos em maus; converteu nações fortes em fracas; promoveu o vício e desestimulou a virtude; e [...] transformou homens e mulheres que antes eram trabalhadores diligentes e independentes em desocupados preguiçosos e chorões. O socialismo não foi uma boa ideia mal aplicada; ele foi uma ideia inerentemente perversa. Essa foi a contribuição singular de Thatcher ao debate. Foi o argumento que ela enfatizou vez após outra: “Enfim, o verdadeiro argumento contra o socialismo não é sua ineficiência econômica, embora haja evidências disso por todo lado. Ainda mais fundamental é a sua imoralidade básica”. [...]

Para um mundo ocidental preocupado com culpa, declínio e decrepitude, a mensagem de Thatcher ressoa de forma particularmente significativa. Não é segredo que muitos de nós ainda nos perguntamos se o capitalismo é o caminho correto. Ele é o único caminho correto, diz Thatcher, e o único que homens e mulheres virtuosos — não gananciosos, mas virtuosos — devem tomar.13

C. Promovendo virtudes interpessoais

Em um certo sentido, as vantagens listadas nessa categoria poderiam ser agrupadas nas “virtudes pessoais” listadas na seção anterior. Contudo, pensamos na utilidade de uma categoria separada de virtudes que têm maiores efeitos sobre outros do que sobre a própria pessoa.14

9. Provendo aquilo de que os outros precisam

Muitos estudiosos nos lembram que um mercado livre competitivo foi o primeiro sistema social na história humana a direcionar o desejo humano de suprir seus semelhantes de forma pacífica com maiores quantidades de bens e serviços.15 Hayek claramente explicou a eficiência do livre mercado no seu livro de 1944, The road to serfdom. Outros bons livros foram escritos, mas Milton Friedman, com o seu Capitalism and freedom, publicado em 1962, levou a uma verdadeira enxurrada de livros, artigos e outros dados acadêmicos sobre as implicações positivas do livre mercado. Listamos Frank Knight, Henry Simons, James Buchanan, Gordon Tullock, George Stigler, Yale Brozen, Harold Demsetz, Murray Weidenbaum, Thomas Sowell e George Gilder dentre vários que contribuíram para a compreensão e instituição de uma ordem de livre mercado. A maioria deles menciona que a classe trabalhadora e os pobres são os que mais se beneficiam, pois os pobres, geração após geração, tiram vantagem das oportunidades disponíveis em um sistema de livre mercado para sair da pobreza.

10. Priorizando o que outros desejam

Abastecer os consumidores com os produtos que desejam a preços baixos naturalmente faz com que um empreendimento seja mais lucrativo. A maioria das empresas é compreensiva em relação ao consumidor, pois reconhece que, em se tratando de determinar a venda dos produtos, é o consumidor que manda. A IBM declarou esse ponto de vista em um comercial de 2012 chamado “Bem-vindo à era do consumidor-executivo”:

Em um planeta mais inteligente, vimos como a análise preditiva pode ajudar a transformar tudo, desde como combatemos o crime até como aprimoramos coisas como o cuidado com a saúde, a segurança alimentar e as redes de transmissão [...]. A proliferação de novos aparelhos móveis [...] [está nos ajudando a] entender [os consumidores] não somente como segmentos ou metas, mas como indivíduos de verdade. E esses indivíduos esperam mais das marcas com as quais negociam — não somente um serviço, mas um serviço ultrapersonalizado [...] que seja capaz de dar aos consumidores o que eles querem, quando quiserem.16

Por sua própria natureza, a concorrência faz com que uma empresa melhore tudo que puder para satisfazer ao consumidor. Jay W. Richards corretamente diz: “A lógica da concorrência em um mercado não tem relação com a destruição de inimigos. Trata-se de servir melhor os consumidores do que os seus concorrentes”.17

A alternativa para servir aos desejos de outras pessoas por meio de troca voluntária é tentar controlar a vida delas por meio do uso da força governamental, invariavelmente produzindo um padrão de vida mais baixo e submetendo a maioria a uma minoria privilegiada.

11. Tratando os outros com humanidade

A moralidade e a justiça de um sistema de livre mercado não podem ser apreciadas completamente enquanto suas alternativas não forem observadas e avaliadas. O economista britânico Arthur Shenfield nos lembra: “É pura e simplesmente um fato histórico que o tratamento do homem pelo homem se tornou visivelmente mais humano paralelamente à ascensão do capitalismo”.18

Matt Ridley, autor britânico, escreve no mesmo sentido:

Crueldades inimagináveis eram muito comuns no mundo pré-comercial: a execução era um esporte de plateia; a mutilação era punição rotineira; o sacrifício humano, uma tragédia fútil; e a tortura animal, um entretenimento popular. O século 19, quando o capitalismo industrial trouxe tantas pessoas à dependência do mercado, foi uma época em que a escravidão, o trabalho infantil e passatempos como jogar raposas para o alto e brigas de galo se tornaram inaceitáveis. O final do século 20, quando a vida se tornou ainda mais comercializada, foi uma época em que o racismo, o machismo e o molestamento de crianças passaram a ser inaceitáveis. Entre uma época e outra, quando o capitalismo cedeu espaço a diversas formas de totalitarismo estatal e suas pálidas imitações, tais virtudes foram notáveis por seu recuo — ao passo que a fé e a coragem renasceram.19

E a violência? Os países com uma experiência considerável em mercados livres e na comercialização também descobriram que a “violência ocasional é notícia justamente por ser tão rara; a bondade rotineira não é notícia justamente por ser tão comum”.20

12. Ajudando os pobres verdadeiramente

Já que os sistemas de livre mercado são economicamente os mais produtivos, eles são também os sistemas que trazem a mais genuína ajuda de longo prazo aos pobres. Outros sistemas econômicos podem ter programas de bem-estar social de curto prazo para os pobres, mas o melhor tipo de auxílio não é o bem-estar, e sim empregos duradouros e produtivos com os quais os pobres possam se sustentar e começar a superar a pobreza.

Por exemplo, 98% das pessoas que, em 1975, compunham a camada mais pobres nos Estados Unidos (os 20% de renda mais baixa) passaram para faixas de renda maior em 1991. Dentre os 20% que constituíam a faixa de renda seguinte, 78% passaram para faixas de renda mais elevadas.21 (A mobilidade de renda é discutida em mais detalhe adiante, p. 316-20). Em uma economia produtiva e em crescimento, há empregos à disposição e muitas pessoas pobres podem começar a se sustentar e até mesmo a progredir economicamente, além de ter a satisfação de conseguir emprego e de fazer bem o seu trabalho, que é a felicidade que vem do “sucesso merecido”.

Qualquer que seja o nível de preocupação com os pobres por parte de indivíduos que vivem em outros sistemas econômicos, o livre mercado ainda parece ser a melhor forma que a humanidade encontrou para lidar com os problemas econômicos da escassez. Sempre que as barreiras ao exercício da livre escolha pessoal são removidas e as liberdades econômicas são garantidas, a prosperidade começa a acontecer. Quando é maior a quantidade de bens produzidos e ofertas de emprego, mais pessoas em cada nível da sociedade, das ricas às pobres, são ajudadas. É também importante notar que pouquíssimas pessoas passam fome em um sistema como esse.

13. Promovendo “virtudes menores”, como a pontualidade, a cortesia, a organização e a eficiência

Os estudos abrangentes de Lawrence Harrison sobre culturas que estimulam o progresso (as que têm maior desenvolvimento econômico) e culturas que resistem ao progresso (as que são mais pobres) mostram que culturas produtivas e que estimulam o progresso tendem a valorizar muito mais o que ele chama de “virtudes menores”: “O serviço bem feito, a organização, a cortesia, a pontualidade”.22

Isso faz total sentido quando entendemos como o livre mercado depende de trocas voluntárias. Se eu tivesse uma pequena empresa prestadora de serviços de encanador e quisesse que o consumidor voltasse a contratar os meus serviços, minha motivação seria fazer o melhor (“trabalho bem feito”), deixar a pia da cozinha do cliente bem arrumada e limpa (“organização”), tratar o cliente de forma polida e respeitosa (“cortesia”) e chegar na casa dele no horário combinado (“pontualidade”). Também exigiria o mesmo padrão de comportamento dos encanadores que trabalham para mim.

Harrison é perspicaz ao chamá-las de “virtudes menores”. Elas não chegam ao nível de não matar, não roubar ou não adulterar, por exemplo, e nem chega a ser crime esquecer-se de uma delas, mas mesmo assim são importantes. Elas refletem como gostaríamos de que os outros nos tratassem e, portanto, refletem a Regra de Ouro: “... tudo o que quereis que os homens vos façam, fazei também a eles; porque esta é a Lei e os Profetas” (Mt 7.12). Essas virtudes mostram genuína preocupação com os interesses dos outros e são, portanto, um modo de obedecer ao mandamento de Jesus: “... amarás o teu próximo como a ti mesmo” (Mt 22.39). Um sistema de livre mercado estimula tais virtudes.

Além dessas virtudes específicas, os mercados livres tendem a reforçar hábitos gerais de respeito pelas convicções e preferências de outros. Uma das grandes vantagens de um sistema social caracterizado pela cooperação por meio da troca mutuamente benéfica é que as liberdades do sistema proveem a oportunidade e o espaço para simpatia, caridade, compartilhamento e até tolerância por pessoas de quem essencialmente discordamos. De fato, é muito mais provável que os sentimentos de amizade e cooperação sejam efeitos de um sistema de cooperação social contratual do que a sua causa. Ora, já que cada indivíduo é único, é difícil para qualquer outra pessoa saber o que lhe dá satisfação. O livre mercado tende a favorecer quem respeita a santidade da liberdade de escolha das outras pessoas.

D. Promovendo virtudes sociais

14. Promovendo uma sociedade pacífica e harmoniosa

A harmonia social resultante de uma ordem de mercado deveria ser de grande interesse para os que se preocupam com questões morais. Dinesh D'Souza cita Nova York como exemplo:

Observamos a evidência em Nova York, que oferece um espetáculo para o mundo. Batalhas tribais e religiosas, como vemos no Líbano, em Mogadíscio, Caxemira e Belfast, não acontecem aqui. Nos restaurantes de Nova York, secretárias brancas e afrodescendentes almoçam juntas. Na Silicon Alley, americanos de descendência judaica e palestina colaboram em soluções de comércio eletrônico e vão jogar raquetebol depois do trabalho. Hindus e muçulmanos, sérvios e croatas, turcos e armênios, católicos irlandeses e protestantes ingleses, todos parecem ter esquecido as diferenças ancestrais e se juntado ao vasto e variado desfile de nova-iorquinos.23

Adam Smith foi um dos primeiros a ver como o livre mercado impessoal e não discriminatório parecia proteger a todos. Edward Coleson escreve:

Smith descobriu, para sua surpresa, que o verdadeiro interesse próprio de longo prazo de cada indivíduo era compatível com o bem-estar de todos os demais; o que era bom para um era o melhor para todos [...]. Como disse Smith, o empresário, ao buscar seu interesse próprio, é "conduzido por uma mão invisível" para promover o bem-estar geral, "um fim que não fazia parte de sua intenção". [...] O que é bom para o agricultor é bom para o consumidor. O que é bom para a mão de obra também é bom para a administração. O que é bom para a Rússia, China Vermelha, Cuba e outros vizinhos mais amigáveis é bom para os Estados Unidos, e vice-versa.24

Mas o livre mercado não é competitivo e excessivamente ambicioso? Sim, o livre mercado de fato incentiva fortemente a concorrência. Porém, notavelmente, ele também incentiva bastante a cooperação e a harmonia social.

É esclarecedor contrastar as diferenças entre soluções de mercado e soluções políticas relativas a duas questões potencialmente controversas. P. J. Hill, professor emérito de Economia no Wheaton College e pesquisador sênior no Property and Environment Research Center (PERC) em Bozeman, no estado de Montana, explica por que o debate sobre criacionismo versus evolucionismo é tão caloroso, ao contrário do debate sobre comer carne ou ser vegetariano:

Sempre houve conflitos sobre o ensino das origens da humanidade. A direção das escolas, que deve tomar decisões coletivas, geralmente precisa decidir se ensina que os seres humanos foram criados ou que eles evoluíram. Tais decisões são permeadas de conflito. As pessoas que discordam das decisões da diretoria protestam, escrevem cartas ao jornal, pressionam, contratam advogados e em geral se agitam bastante. Isso é praticamente inevitável quando questões altamente emocionais estão envolvidas, já que qualquer decisão coletiva (política), incluindo a que é tomada por uma votação majoritária, provavelmente contrariará os desejos da minoria. Assim, os tomadores de decisão estarão sempre numa situação de perda garantida. Se a diretoria permite o ensino do criacionismo, os evolucionistas se iram. Se decide ensinar a evolução, os criacionistas se enfurecem.

Em contraste, considere a decisão de ser vegetariano ou carnívoro. Há pessoas que se incomodam com essas questões a cada bocado consumido do mesmo modo que aquelas que se envolvem no debate sobre as origens da humanidade. Apesar disso, há pouca chance de uma decisão sobre dieta gerar controvérsia pública. A dieta não é determinada por um processo coletivo de tomada de decisão. A questão é deixar o assunto para o setor privado do mercado e as pessoas irão interagir pacificamente a respeito. Quem crê que evitar carne é mais saudável ou moralmente correto pode buscar essa dieta sem brigar com o que consome carne. Quem defende a dieta de carne pode encontrar produtores e

açougueiros dispostos a satisfazerem seus desejos. Aliás, vegetarianos e consumidores de carne podem comprar nas mesmas lojas, empurrando seus carrinhos e se encontrando sem qualquer conflito. O que permite essa proximidade pacífica é a ausência de uma tomada de decisão coletiva.

A harmonia social que resulta de uma ordem de mercado deveria ser de grande interesse para os que se importam com as questões morais. Pessoas de culturas, valores e visões de mundo muito diferentes podem viver juntas sem qualquer rancor sob um sistema de direitos e mercados privados. Uma ordem de mercado requer somente um acordo mínimo quanto aos objetivos pessoais ou finalidades sociais.25

Sociedades pacíficas, justas, responsáveis e harmoniosas, todas fluindo dos direitos de propriedade e de um sistema de livre mercado debaixo da lei? Notável!

Eis aqui mais uma história sobre a eficácia dos direitos de propriedade — nesse caso, entre crianças. Quem nunca presenciou a briga de duas crianças por um brinquedo? Essas brigas eram comuns no lar de Katherine Hussman Klemp. Porém, no livro The Sesame Street parents' guide [Manual para pais da Vila Sésamo], ela conta como conseguiu instaurar a paz entre seus oito filhos estabelecendo direitos de propriedade sobre os brinquedos.

Como jovem mãe, Klemp frequentemente trazia para casa jogos e brinquedos usados. "Eu raramente ligava um item em particular a uma criança específica", diz ela. "Depois de refletir, pude ver como a ambiguidade da posse facilmente levava a brigas. Se tudo pertencesse a todos, então cada criança se achava no direito de usar qualquer coisa."

Para resolver o problema, Klemp estipulou duas regras simples. A primeira era

que ela jamais traria algo para casa sem estabelecer claramente a qual criança aquilo pertencia. O dono teria a autoridade final sobre o uso da propriedade. E a segunda era que o dono não seria obrigado a compartilhá-la. Antes das regras, diz Klemp, “eu suspeitava que boa parte desse drama muitas vezes não estava tão relacionado com quem ficava com o item disputado e sim com quem mamãe favoreceria”. Agora, os direitos de propriedade, não os pais, é que resolveriam as discussões.

Em vez de ensinar o egoísmo, a introdução dos direitos de propriedade na verdade estimulou as crianças a compartilhar. Elas estavam seguras de sua posse e sabiam que podiam sempre ter de volta os seus brinquedos. Klemp acrescenta: “A ação de ‘repartir’ aumenta sua autoestima ao se verem como pessoas generosas”.

Além de suas crianças valorizarem os próprios direitos de propriedade, elas também respeitam a propriedade das outras. “Raramente os nossos filhos usam as coisas uns dos outros sem pedir, e eles respeitam um ‘não’ quando o escutam. E o melhor de tudo: quando alguém que tem todo o direito de dizer ‘não’ a um pedido responde ‘sim’, quem pede emprestado enxerga nisso um presente de verdade, dizendo ‘obrigado’ com muito mais frequência que antes”, diz Klemp.26

Já que o direito à propriedade é um direito humano, cada pessoa tem o direito a usar sua propriedade ou trocá-la. Qualquer restrição à propriedade privada aumenta a probabilidade de discórdia. Os direitos privados de propriedade não somente protegem a liberdade individual, mas também, como indicam os exemplos do dr. Hill e da sra. Klemp, todos os humanos, jovens ou velhos, se beneficiam quando todos sabem quem é dono de quê, e quando a posse pública e as decisões coletivas são minimizadas. A história econômica mostra também que, sem os direitos de propriedade, os direitos humanos deterioram e frequentemente se perdem. A perda de liberdade econômica afeta seriamente todos os outros direitos que os indivíduos buscam.

15. Promovendo uma sociedade equitativa

“Outro motivo por que um sistema baseado no direito à propriedade privada estimula a harmonia social”, diz Hill, “é que ele responsabiliza as pessoas por aquilo que fazem aos outros. Sob um regime de propriedade privada, quem prejudica o outro ou danifica sua propriedade é responsável pelos danos, e os tribunais fazem cumprir sua responsabilidade. O simples fato de saber que é preciso indenizar pelos estragos leva as pessoas a serem cuidadosas e responsáveis. Quando as pessoas são responsáveis por suas ações, a liberdade individual pode ser permitida”.27 Essa ideia é consistente com o que mencionamos antes a respeito de um sistema de livre mercado necessitar do Estado de direito para restringir e punir delitos que prejudiquem outras pessoas (veja p. 142-3).

Essa consciência de responsabilidade é consistente com a proteção da propriedade privada encontrada na Bíblia. As pessoas que danificavam a propriedade de outras, fosse tomando algo de alguém ou permitindo que um animal destruísse ou que o fogo queimasse o seu cereal, tinham que fazer restituição à pessoa lesada, e se o dano tivesse sido intencional, uma multa adicional teria de ser paga (Êx 22.1-6). Esse respeito pela propriedade dos outros reflete um senso de equidade, uma consciência do valor igual de cada pessoa diante de Deus, com base na criação de todos à imagem de Deus (Gn 1.26,27; 9.6; Tg 3.9).

16. Promovendo uma sociedade produtiva

Se os sistemas de livre mercado resultam na maior produtividade econômica para as nações, isso deve ser visto também como uma vantagem moral. Sociedades produtivas, além de terem mais recursos para ajudar os pobres, possuem também mais recursos para o benefício de todas as pessoas que as constituem.

Alguém poderá objetar, dizendo que já temos suficientes bens materiais. Por que deveríamos continuar nos esforçando para produzir mais? Não seria isso um tipo prejudicial de materialismo? Nossa resposta a essa objeção está a seguir, na seção “Objeção: não precisamos de mais ‘coisas’” (p. 229-35). A versão resumida é esta: não precisamos de mais “coisas” para sobreviver, mas precisamos delas para o florescimento humano, que é a intenção de Deus para nós na terra.

O aumento da riqueza é um acréscimo líquido ao PIB de um país e, portanto, ao bem-estar econômico daquela sociedade. A virtude moral de um sistema econômico de maior produtividade certamente deve ser ponderada tendo em conta a pobreza, a fome e a degradação de um sistema que não produz.

E. Objeções morais

1. Objeção: o livre mercado não funciona

À luz da notável produtividade das economias de livre mercado nos últimos dois séculos, é surpreendente que alguém ainda levante a objeção de que os mercados livres não funcionam. Por exemplo, até o presidente Barack Obama, num discurso em Kansas, em 6 de dezembro de 2011, disse:

O mercado tomará conta de tudo, dizem eles [...]. Mas aqui está o problema: ele não funciona. Nunca funcionou. Ele não funcionou quando foi praticado na década anterior à Grande Depressão. Não foi o que gerou o incrível crescimento pós-guerra das décadas de 1950 e 1960. E ele não funcionou quando o praticamos na última década. Vejam, digo que não é como se jamais tivéssemos praticado essa teoria.28

Discordamos. Nem o presidente dos Estados Unidos, ou o presidente da Venezuela, ou um brilhante produtor de cinema como Steven Spielberg, nem qualquer um dos milhares de críticos do livre mercado, antes ou depois da crise financeira de 2008, conseguiram propor um sistema mais decente, moral e edificante. Comparado à perfeição, o livre mercado é fácil de criticar. A utopia é sempre uma ideia melhor. Mas, se compararmos o livre mercado com qualquer exemplo do mundo real já tentado no passado, suas virtudes quanto aos aspectos de maior produtividade econômica, de tirar as massas da pobreza, de promover a conduta virtuosa e frequentemente a benevolência pessoal são insuperáveis.

Por outro lado, lembramo-nos do fato histórico de que sistemas que não sejam de liberdade econômica atropelam a liberdade, geram regimes políticos totalitários e zombam da eficiência econômica. Apesar da evidência de que o socialismo, em cada uma de suas manifestações, leva à intervenção governamental em ações privadas e muitas vezes à implacável ditadura, a esperança para um Estado de bem-estar social ou uma “terceira via” sobrevive. As suspeitas do presidente Obama sobre os mercados livres não são novas, mas devem ser questionadas. Se

a pobreza deve ser superada e o valor inestimável dos seres humanos vivendo como livres agentes morais deve ser reconhecida, o sistema de livre mercado que é experimentado com sucesso por países em cada continente precisa ser moralmente defendido.

2. Objeção: o livre mercado se apoia na ganância

Com frequência ouvimos pessoas alegarem que os sistemas econômicos de livre mercado são “baseados na ganância”. Duvidamos de que os que fazem tal objeção tenham pensado seriamente no assunto, pois deixaram de fazer a distinção fundamental entre a “ganância” e o interesse próprio normal. É verdade que em um mercado organizado é melhor apelar para o interesse próprio de outrem do que para a sua bondade, mas isso não é necessariamente algo negativo. Smith o afirmou da seguinte forma: “Não é da benevolência do açougueiro, do cervejeiro ou do padeiro que esperamos o nosso jantar, mas do cuidado que cada um deles tem por seus próprios interesses”.29

Richards explica o interesse próprio da seguinte forma:

Toda vez que você respira, lava as mãos, come fibras, toma suas vitaminas, marca sua entrada no trabalho, olha para ambos os lados antes de atravessar a rua, cai na cama, toma um banho, paga suas contas, vai ao médico, procura por liquidações, lê um livro e ora a Deus para pedir perdão está buscando seu interesse próprio [...]. Na verdade, o interesse próprio sadio é a base da Regra de Ouro [...]. “Portanto, tudo o que quereis que os homens vos façam, fazei também a eles...”30

O economista britânico Brian Griffiths escreve com discernimento:

A partir de um ponto de vista cristão, portanto, o interesse próprio é uma característica do homem criado à imagem de Deus, dotado de uma vontade e de uma mente, capaz de tomar decisões e de ser responsável por elas. Não se trata de uma consequência da Queda. O egoísmo é a consequência da Queda e é a

distorção do interesse próprio, quando o fim principal de nossa vida não é o serviço a Deus, mas a satisfação de nosso próprio ego.31

Repare que interesse próprio e ganância não são a mesma coisa. O interesse próprio é inevitável. O interesse próprio pode até levar alguém a doar generosamente para suprir as necessidades de outros porque a doação traz sua própria recompensa. Jesus disse: “Dar é mais bem-aventurado que receber” (At 20.35).

Já a ganância é interesse próprio em excesso. É querer mais do que se merece, ou não cuidar das necessidades de outros tão bem quanto de suas próprias. No entanto, a ganância não pode ser impedida por leis humanas, por ser uma atitude interna. Ela pode ser reduzida somente com uma mudança de coração, vinda de dentro da pessoa.

Quando a ganância se manifesta por meio de violação dos direitos de outros, um sistema de livre mercado é o que mais provavelmente limitará seus efeitos danosos mediante a reação dos consumidores (que logo começarão a se recusar a comprar de um vendedor que percebem ser ganancioso) bem como por meio de proteções providas pelo Estado de direito e proteções legais aos direitos alheios.

Algum sistema econômico já conseguiu eliminar a ganância de todas as pessoas de uma sociedade? Não. O que fazer? Por que não favorecer um sistema que utiliza o interesse próprio sadio das pessoas e até mesmo a sua ganância pecaminosa de uma forma socialmente benéfica, recompensando quem serve melhor às necessidades de outras pessoas? É isso que faz um sistema de livre mercado.

Em vez de desprezar o interesse próprio e os inúmeros bens e serviços do livre mercado, desejamos que as pessoas percebam o papel do interesse próprio em

um sistema de livre mercado como o método providencial de Deus para guiar as ações de bilhões de seres humanos falíveis nas decisões e escolhas que beneficiam toda humanidade.

Em cada venda, compra ou possível troca, se a consulta inicial resulta em uma troca voluntária, todos se beneficiam. Uma troca voluntária não satisfaz somente nossos próprios interesses, mas também os de outros, de modo que esses ganhos mútuos representam uma situação “ganha-ganha”. Como vimos, o comércio adiciona valor mesmo quando nada de novo é produzido e, portanto, quanto mais parceiros comerciais, maior a riqueza produzida. A liberdade econômica de especializar, negociar, possuir e produzir é poderosa porque é movida pelo interesse próprio esclarecido, e não por um planejador nacional.

Sabemos que não é fácil entender a natureza notavelmente benéfica dos sistemas de livre mercado e apreciar a natureza de uma estrutura competitivamente determinada por preços relativos. Entretanto, os mercados livres, que não foram criados nem planejados por mortais e que evoluíram ao longo de muitos séculos, produziram fantásticas melhoras no padrão de vida em todo lugar onde puderam operar. Como disse o economista Thomas Sowell: “Individualmente, é patético o pouco que sabemos e, no entanto, usamos socialmente uma gama e uma complexidade de conhecimento que confundiriam até um computador”.32 O sistema econômico do empreendedorismo de livre mercado torna tudo isso possível.

3. Objeção: o livre mercado leva à desigualdade

Outra objeção levantada às vezes contra mercados livres é que eles resultam em uma desigualdade econômica injusta, ou seja, poucas pessoas se tornam muito ricas ao passo que muitas outras continuam pobres.

Em resposta, precisamos distinguir vários tipos de igualdade. Um grande benefício de um sistema de livre mercado é que ele protege melhor dois tipos essenciais de igualdade: (1) a igualdade perante a lei e (2) a igualdade de oportunidade de buscar ser bem-sucedido e melhorar a própria situação na vida. Essas noções de igualdade são implicações do ensino bíblico de que cada ser humano é criado à imagem de Deus (Gn 1.26,27; 9.6; Tg 3.9).

Entretanto, (3) a igualdade econômica é uma outra questão. Cada indivíduo tem um conjunto distinto de habilidades, um nível específico de disposição para trabalhar duro, inteligência, desejos, preferências e até mesmo sorte (ou melhor dizendo, do ponto de vista cristão, divina providência). Por conta disso, a igualdade econômica completa é impossível de ser criada, e os esforços nesse sentido são destrutivos e devastadores.

Na verdade, nenhuma sociedade ou sistema econômico jamais produziu uma igualdade econômica absoluta em sua população, e os que mais tentaram (a União Soviética, Cuba e a China de Mao Tse-tung) somente levaram ao derramamento de sangue e à tirania de governos opressivos. Entre as massas da população, houve igualdade na miséria, mas entre a elite da liderança ainda havia vasto privilégio, com melhores férias, casas e carros. Nenhum sistema pode garantir resultados igualitários.

As pessoas geralmente reconhecem que nem toda desigualdade econômica é errada. Será que é possível alguém cantar como Luciano Pavarotti, jogar futebol como Pelé jogou, jogar tênis como as irmãs Williams ou criar uma empresa de software como Bill Gates ou uma empresa de computadores como Steve Jobs? É um fato claro da vida que as pessoas são desiguais em suas habilidades, interesses e motivações. Será que Bill Gates vale mesmo tantos bilhões de dólares? Ou será que essa é a pergunta errada? Será que não há nada inerentemente errado com alguma desigualdade?

Deveríamos ser gratos pelo fato de alguns ganharem mais, pouparem mais e investirem mais do que nós. De outra forma, a produtividade e o crescimento econômicos seriam desanimadores, e todos nós seríamos muito mais pobres do que somos agora. A desigualdade de talento, beleza e sorte talvez seja lamentável, mas não seria inveja essa noção de que isso é sempre errado ou injusto?

Infelizmente, a regulamentação da igualdade econômica por meio de leis não funciona porque desloca capital de investimento e empregos para transferências imerecidas de renda e “direitos subjetivos” em economias desenvolvidas e para relações de soma nula, improdutivas, em economias em desenvolvimento. A tentativa de legislar sobre a igualdade econômica geralmente dá mais poder à classe política governante, que retém o acesso a todos os privilégios que a sociedade proporciona.

No entanto, precisamos acrescentar que há um tipo de desigualdade econômica muito injusto. Já mencionamos um padrão comum em países pobres, onde pequenas e poderosas elites manipulam leis, posse da propriedade e licenças comerciais para manter a grande maioria presa à pobreza (p. 78-80). Tais casos não representam um sistema de livre mercado, porque anulam os elementos essenciais da igualdade perante a lei e da igualdade de oportunidade de obter sucesso e melhorar a própria situação de vida.

4. Objeção: em certos países, o livre mercado é “capitalismo selvagem”

O século 20 evidenciou em abundância que o comunismo da União Soviética, da China e da Coreia do Norte e o socialismo marxista praticado em vários países da África subsaariana não funcionaram. Cada vez mais países começam a rumar para mercados livres, chamando isso às vezes de “capitalismo”. Porém, o termo capitalismo pode dar uma ideia errada. Infelizmente, alguns dos sistemas que se dizem “capitalistas” são, na verdade, economias pesadamente controladas e não são, de forma alguma, mercados livres.

William J. Baumol, Robert E. Litan e Carl J. Schramm discutem no seu livro Good capitalism, bad capitalism, and the economics of growth and prosperity33 [Bom capitalismo, mau capitalismo e a economia do crescimento e da prosperidade] dois tipos de capitalismo que eles definem como maus (e nenhum deles deve ser visto como um “mercado livre”, na nossa opinião). Primeiro, eles mencionam o capitalismo de Estado, no qual um governo procura dirigir o mercado, na maioria das vezes apoiando determinadas indústrias e até empresas individuais que ele deseja que se tornem vencedoras. Como exemplos, os autores mencionam a China, a Rússia, o Japão, outros países do Sudeste Asiático e, até certo ponto, a Índia.

Os autores apresentam várias razões por que essa abordagem não funciona no longo prazo. Embora, inicialmente, ela seja capaz de gerar bons índices econômicos, as difíceis perguntas do planejamento de uma indústria — como “quem?”, “o quê?”, “por quê?” e “quando?” — não podem ser respondidas por controladores da hierarquia governamental, e qualquer tentativa nesse sentido geralmente termina em ineficiência, chegando até mesmo ao caos.

Depois de serem colhidos os frutos mais acessíveis como mão de obra barata para fabricar produtos destinados à exportação, os problemas se multiplicam, à

medida que aumenta a complexidade das questões econômicas. Como exemplos, Baumol e seus coautores citam os seguintes: a continuação do investimento excessivo em setores pouco produtivos, sem que alguém ponha fim à sua prática; o país é incapaz de encontrar a inovação necessária para competir com sucesso em uma economia global; o sistema se mostra suscetível à constante e crescente corrupção; e os planejadores relutam em canalizar recursos das atividades menos produtivas para empreendimentos mais promissores.34 Na opinião dos autores, o capitalismo de Estado não funciona no longo prazo e suas desvantagens são muito maiores que suas vantagens.35

O segundo tipo de capitalismo mau que descrevem é o capitalismo oligárquico, sob o qual a maior parte do poder e da riqueza em uma nação está no controle de alguns indivíduos e famílias. As políticas governamentais são destinadas principalmente a promover alguns poucos latifundiários e lobistas.

Baumol, Litan e Schramm dizem que o capitalismo oligárquico é comum na América Latina, bem como em muitas das nações que fizeram parte da extinta União Soviética, e também na maior parte do Oriente Médio árabe e agora em algumas regiões da África.

Para apoiar seu argumento, eles se referem ao Coeficiente de Gini, que é uma medida-padrão estatística da desigualdade de renda em um país.36 Quanto maior for o número de Gini, maior é a desigualdade. O Coeficiente de Gini é preocupantemente alto em vários países latino-americanos. Enquanto a maioria das nações prósperas de hoje tem um Coeficiente de Gini entre 25 e 40, a pontuação de diversos países latino-americanos está no final da casa dos 40 ou até mesmo na dos 50, indicando grandes disparidades entre uma minoria bastante reduzida, mas muito rica, e uma maioria muito pobre nessas nações. Esses países não têm uma igualdade significativa diante da lei ou igualdade de oportunidades. Aqui temos uma lista parcial dessa pontuação:

Chile37	57,1
Colômbia	57,6
El Salvador	53,2
Guatemala	59,9
Honduras	55,0
México	54,6
Panamá	56,4
Peru	49,8
Venezuela	49,138

Essa variedade de “capitalismo” não é um verdadeiro capitalismo de livre mercado porque gera líderes corruptos que conseguem preservar a riqueza e a renda para o pequeno grupo de favorecidos. Ela inevitavelmente produz uma extensa economia “informal” de mercado negro, na qual a troca econômica é corrupta, secreta e somente funciona para quem determina a política.39

Daron Acemoglu e James A. Robinson, no seu livro de 2012 Why nations fail: the origins of power, prosperity and poverty, não usam as categorias de “capitalismo de Estado” e “capitalismo oligárquico”, mas ambos os tipos, especialmente o primeiro, são semelhantes ao que eles chamam de uma economia dirigida por instituições “autoritárias”. Acemoglu e Robinson dizem:

Atuais recomendações de políticas encorajando o “crescimento autoritário” baseado na experiência bem-sucedida de crescimento da China nas últimas décadas [...] geram confusão e [...] é pouco provável que se transformem em desenvolvimento econômico sustentado.40

O crescimento sob instituições políticas autoritárias e extrativistas na China, embora provavelmente continue ainda por algum tempo, não se traduzirá em crescimento sustentado, apoiado por instituições econômicas verdadeiramente inclusivas e pela destruição criativa.41

O crescimento autoritário não é desejável nem viável no longo prazo e, portanto, não deveria receber o endosso da comunidade internacional como se fosse um padrão para as nações da América Latina, da Ásia e da África subsaariana.42

Em suma, eles afirmam que um país não pode engendrar sua saída da pobreza por meio da escolha governamental de vencedores e perdedores. Os autores

sustentam que as tentativas de legisladores e burocratas de retificar as ineficiências de um país (más políticas econômicas, por exemplo) podem ter efeito contrário ao desejado justamente porque as pessoas no comando não estão lidando com as causas institucionais da pobreza.43

Um bom exemplo, argumentam Acemoglu e Robinson, é o tipo autoritário de capitalismo de Estado da China, que é fundamentalmente dependente da autoridade que o governo tem para controlar a mídia. Um comentarista chinês disse que há três requisitos para se fazer esse tipo de capitalismo funcionar: o partido precisa controlar as forças armadas; o partido precisa controlar todos os comitês e núcleos políticos e econômicos; e o partido precisa controlar as notícias.44

Esse modelo distorcido de capitalismo pode ser de grande interesse ao Partido Comunista, mas ele não serve para a juventude usuária da Internet ou para as muitas centenas de milhões de cidadãos pobres. A maioria do povo chinês não percebeu esse crescimento econômico e está se tornando impaciente, resistente e propensa à revolução.

Em contraste, nos países que distribuem amplamente o poder político, que contam com o Estado de direito e um governo limitado e que se empenham em uma economia empreendedora com mercados genuinamente livres, nos quais tanto as empresas pequenas como as grandes são proativas e inovadoras, o século 21 será realmente notável. Quando o poder econômico é amplamente difundido e milhões de pessoas podem ter um papel no livre mercado de bens e serviços, a pobreza tem pouca chance de sobrevivência.

5. Objeção: não precisamos de mais "coisas"

Finalmente, alguns podem alegar que toda essa ênfase na produtividade econômica de mercados livres em si é moralmente questionável. Ela enfatiza demais a prosperidade e a riqueza. Ela parece "não espiritual", especialmente do ponto de vista de valores cristãos e dos ensinos de Jesus, que disse: "Bem-aventurados sois vós, os pobres, porque o reino de Deus é vosso" (Lc 6.20).

Temos três coisas a dizer como resposta.

Primeiro, precisamos reafirmar aqui o que já mencionamos no início deste livro: não cremos que a riqueza material deva jamais se tornar nosso alvo maior, nem que a prosperidade material jamais nos proporcione felicidade duradoura ou comunhão abençoada com Deus. Isso é repetidamente ensinado na Bíblia:

Quem ama o dinheiro nunca terá o suficiente; quem ama a riqueza nunca ficará satisfeito com o lucro. Isso também é ilusão! (Ec 5.10).

Pois que adianta ao homem ganhar o mundo inteiro e perder a vida? Ou, que dará o homem em troca da sua vida? (Mt 16.26).

... Não podeis servir a Deus e às riquezas (Lc 16.13).

Segundo, este livro trata de um tópico bem específico: estamos à procura de uma

solução para a pobreza econômica em muitas nações. A única forma de milhões de pessoas pobres que vivem nessas nações escaparem da pobreza é mediante a produção de mais bens e serviços de valor. Isso quer dizer que é essencial compreender que tipo de sistema econômico é mais produtivo. A pobreza somente pode ser solucionada quando as nações adotam sistemas econômicos produtivos. Quando uma sociedade avança da pobreza para uma prosperidade cada vez maior, ela dá imensas vantagens aos que são pobres, sem poder e necessitados. Não nos atrevemos a abandonar essa esperança por causa do receio de um maior materialismo.

Acemoglu e Robinson nos lembram das incríveis diferenças entre a vida das pessoas nos países ricos e nos muito pobres:

Em países ricos, os indivíduos são mais saudáveis, vivem mais e desfrutam de melhor formação. Eles também têm acesso a uma série de recursos e opções na vida, desde férias até possibilidades de carreira, coisas com que as pessoas nos países pobres somente podem sonhar. As pessoas nos países ricos também dirigem em estradas sem buracos e usufruem de vasos sanitários, eletricidade e água encanada em suas casas. Elas também normalmente têm governos que não as prendem ou assediam arbitrariamente; ao contrário, os governos proveem serviços, incluindo educação, saúde, estradas e ordem pública. Notável, também, é o fato de que os cidadãos votam em eleições e têm alguma voz na direção política tomada por seus países. As grandes diferenças na desigualdade mundial são evidentes a todos, até aos que vivem nos países pobres.45

Terceiro, Deus não quer que os seres humanos meramente sobrevivam na terra, e sim que eles floresçam. Segundo a Bíblia, em última análise, tudo na terra pertence a Deus: “Ao Senhor pertencem a terra e tudo o que nela existe, o mundo e os que nele habitam” (Sl 24.1). Nós somos donos do que Deus nos confiou como “mordomos” daquilo que, no fim das contas, lhe pertence. Isso quer dizer que nós somos responsáveis diante dele pelo uso de nossas posses.

Essa ideia de mordomia está também implícita nos Dez Mandamentos. Se o próprio Deus ordenou: “Não furtarás” (Êx 20.15), isso implica que Deus está interessado em proteger a minha mordomia daquilo que ele me confiou.

Conforme notamos anteriormente, o fato de Deus ordenar aos outros que não roubem a minha terra, meu boi, meu jumento, meu carro ou meu laptop mostra que tenho uma responsabilidade individual sobre como essas coisas são usadas. O Deus que criou o universo confiou essas coisas a mim, e eu devo agir como mordomo fiel ao administrá-las.

Entretanto, a mordomia vai além disso.46 Se Deus me confia alguma coisa, então ele espera que eu faça algo com ela, algo que valha a pena, algo que ele creia ser valioso. Isso era evidente desde o princípio, quando Deus colocou Adão e Eva na terra. Disse ele:

... Façamos o homem à nossa imagem, conforme a nossa semelhança; tenha ele domínio sobre os peixes do mar, sobre as aves dos céus, sobre os animais domésticos, sobre toda a terra e sobre todos os répteis que rastejam pela terra.

Criou Deus, pois, o homem à sua imagem,

à imagem de Deus o criou;

homem e mulher os criou.

E Deus os abençoou e lhes disse: Sede fecundos, multiplicai-vos, enchei a terra e

sujeitai-a; dominai sobre os peixes do mar, sobre as aves dos céus e sobre todo animal que rasteja pela terra (Gn 1.26-28, ARA).

A palavra hebraica traduzida por “sujeitar” (kabash) quer dizer tornar a terra útil para o benefício e usufruto dos seres humanos. Dessa forma, Deus estava confiando a Adão e Eva e, por implicação, a toda a humanidade, a mordomia sobre a terra. Sua vontade era que eles criassem produtos úteis a partir da terra, para o seu benefício e utilidade. Isso significa que Deus queria que eles progredissem muito além da agricultura de subsistência.

O mandamento de subjugar e exercer o domínio “sobre toda a terra” implica que Deus queria que Adão e Eva descobrissem, criassem e inventassem produtos a partir da terra — a princípio talvez estruturas simples para habitar e guardar comida, e depois formas mais complexas de transporte, como carroças e carruagens e, futuramente, casas modernas, prédios de escritórios e fábricas, bem como carros e aviões — toda uma gama de produtos úteis que podiam ser feitos a partir da terra.

A mordomia implica uma expectativa de conquista humana. Quando Deus nos confia alguma coisa, ele espera que façamos algo de valor com ela. (Isso é claramente ensinado mais tarde por Jesus, na parábola dos talentos, Mt 25.14-30.)

Portanto, o oitavo mandamento — “Não furtarás” (Êx 20.15) —, compreendido na plenitude de suas implicações, oferece tanto a oportunidade para a conquista humana (ao nos confiar a propriedade) como a expectativa de conquista humana (ao nos declarar mordomos responsáveis).

O que queremos dizer com conquista humana? A diversidade da atividade humana é vasta; ela inclui as ciências físicas, a tecnologia, a indústria, o

comércio, as artes e todas as ciências sociais e relacionamentos que encontramos na família, comunidade, nação e igreja. A atividade humana inclui também ter e criar filhos, com todos os desafios particulares de cada criança. São todas áreas de atividade humana em que nos foi confiada uma mordomia.

Além disso, o impulso humano de compreender e de criar a partir do mundo é ilimitado. Coelhos e esquilos, pássaros e cervos contentam-se em viver nos mesmos tipos de tocas e a comer os mesmos tipos de comida por milhares de gerações. Já os seres humanos têm um desejo inato de explorar, descobrir, entender, inventar, criar, produzir — e, então, desfrutar dos produtos que podem ser feitos a partir da terra. Esse impulso inato de subjugar a terra jamais foi satisfeito ao longo de toda a história da humanidade. Isso se deve ao fato de que Deus nos criou não somente para sobreviver na terra, mas também para florescer.

Deus nos criou com necessidades muito limitadas (comida, roupa, abrigo) para nossa sobrevivência física, mas também nos criou com desejos ilimitados. Acreditamos que isso é uma coisa boa e parte da criação original de Deus (mesmo que possa ser distorcida pelo pecado — veja adiante).

Durante muitos séculos, os seres humanos não sabiam que desejavam telefones celulares, porque essas coisas ainda não existiam. (Diga-se, a propósito, que nós, os autores deste livro, vivemos muito felizes mesmo sem telefones celulares por mais de quarenta anos de nossa vida.) Só que agora percebemos que os desejamos e estamos dispostos a gastar dinheiro para adquiri-los. Durante a minha (Wayne Grudem) infância em Wisconsin, eu não sabia que queria sorvete Cherry Garcia ou iogurte gelado de romã com framboesa, pois esses produtos ainda não existiam. A única sorveteria da minha infância vendia os sabores de baunilha, chocolate e morango, e eram bons demais! Agora as pessoas desejam dezenas de sabores.

O mesmo se aplica às lâmpadas elétricas, às garrafas plásticas de água, aos fornos a gás, aos aparelhos de ar-condicionado, aos refrigeradores, às máquinas

de lavar e secar, aos antibióticos, aos automóveis, aos computadores e às viagens de avião. Por milhares de anos, os seres humanos não souberam que desejavam essas coisas, pois ninguém sabia que elas poderiam ser feitas.

Hoje, porém, nessas e em inúmeras outras áreas, o sucesso humano continua a progredir e, com isso, os seres humanos evidenciam cada vez mais a glória de nossa criação à imagem de Deus. Com essas invenções, demonstramos criatividade, sabedoria, conhecimento, capacidade em alocar recursos, atenção com aqueles que estão longe (por meio do uso de telefones ou e-mail) e muitas outras qualidades que nos tornam parecidos com Deus.

Reconhecemos, certamente, que cada situação da vida traz consigo suas tentações peculiares. A abundante produtividade das modernas economias abastadas oferece fortes tentações a pecados como ganância, materialismo e insensibilidade à necessidade de outros. Deus avisou o povo de Israel, por meio de Moisés, que, quando ele os abençoasse com prosperidade material, eles se sentiriam mais tentados a se orgulharem e a se esquecerem de Deus e de seus mandamentos (veja Dt 8.11-18, citado adiante).

Há também outras tentações que vêm com a prosperidade moderna. A maior mobilidade de trabalho que vem com a prosperidade traz consigo tentações para negligenciar ou romper importantes vínculos familiares e de interação comunitária e a viver uma vida isolada em que é mais fácil violar padrões morais há muito estabelecidos. A atração por salários cada vez mais altos pode levar a uma mentalidade viciada em trabalho que distorce todas as demais partes da vida. A abundância de coisas materiais pode fazer as pessoas se sentirem autossuficientes, insensíveis à necessidade que têm de Deus. E as tentações da riqueza podem afastar o coração das pessoas de Deus. O apóstolo Paulo disse: “Mas os que querem ficar ricos caem em tentação, em armadilhas e em muitos desejos loucos e nocivos, que afundam os homens na ruína e na desgraça” (1Tm 6.9). De forma parecida, Jesus disse: “Não podeis servir a Deus e às riquezas” (Lc 16.13). O aumento da riqueza pode facilmente levar ao desperdício excessivo com artigos de luxo e bugigangas inúteis, enquanto a necessidade

desesperada dos que sofrem com a pobreza é negligenciada. O apóstolo Tiago foi duro ao condenar os ricos autoindulgentes:

Agora, prestai atenção, vós, ricos. Chorai e lamentai, por causa das desgraças que virão sobre vós. Vossas riquezas estão podres, e vossas roupas, roídas pela traça. Vosso ouro e vossa prata estão enferrujados, e a ferrugem testemunhará contra vós e devorará vossa carne como fogo. Tendes juntado tesouros nos últimos dias. O salário, que desonestamente deixastes de pagar aos trabalhadores que colheram nos vossos campos, clama; os clamores dos ceifeiros chegaram aos ouvidos do Senhor dos exércitos. Vivestes em delícias sobre a terra, satisfazendo vossos prazeres. Engordastes o coração no dia da matança (Tg 5.1-5).

Além disso, quando uma sociedade abastada concede liberdade de oportunidade para as pessoas, algumas escolhem usar mal essa liberdade, de maneiras que prejudicam outras e desonram a Deus.

Porém, é importante lembrar que esses males não são causados pelo aumento da prosperidade, mas são tentações que vêm com a prosperidade, das quais precisamos nos guardar. A melhor forma de combatê-las não é voltar à pobreza (que não é a intenção de Deus para os seres humanos), mas sim dar à sociedade exemplos e ensinos morais firmes. Isso é algo que as igrejas estão especialmente bem preparadas para fazer.

Acerca das tentações que vêm com as bênçãos da prosperidade, Deus não disse aos israelitas que eles deveriam buscar voltar à pobreza, mas os advertiu de que guardassem o coração:

Cuidado para não te esqueceres do Senhor, teu Deus, deixando de obedecer aos seus mandamentos, preceitos e estatutos, que hoje te ordeno. Não suceda que, depois de teres comido e estares farto, depois de teres construído boas casas e

nelas morado, depois de se multiplicarem as tuas manadas e os teus rebanhos, a tua prata e o teu ouro, sim, depois de se multiplicar tudo quanto tens, o teu coração se exalte e te esqueças do Senhor, teu Deus, que te tirou da terra do Egito, da casa da escravidão. Ele te conduziu por aquele grande e terrível deserto de serpentes venenosas e de escorpiões, de terra árida sem água, onde fez sair água da rocha dura para ti. E te alimentou no deserto com o maná, que teus pais não conheciam, a fim de te humilhar e te provar, para mais tarde te fazer bem. Portanto, não digas no teu coração: A minha força e a fortaleza da minha mão adquiriram para mim estas riquezas. Pelo contrário, tu te lembrarás do Senhor, teu Deus, porque ele é quem te dá força para adquirires riquezas, a fim de confirmar sua aliança, que jurou a teus pais, como acontece hoje (Dt 8.11-18).

Então por que precisamos de mais “coisas”? Porque o aumento da produtividade e o aumento da prosperidade não são intrinsecamente maus. São moralmente bons e nos proporcionam uma outra maneira de glorificar a Deus.

As plantas e os animais mostram uma medida da glória de Deus na sua mera sobrevivência e repetição das mesmas atividades por milhares de anos, ao passo que o ser humano glorifica a Deus ao conquistar muito mais do que a mera sobrevivência. Glorificamos a Deus ao compreender e governar a criação, e então produzir a partir dela cada vez mais bens maravilhosos para o nosso usufruto, com ação de graças a Deus. É ele “que nos concede amplamente todas as coisas para delas desfrutarmos” (1Tm 6.17). E como “todas as coisas criadas por Deus são boas, nada deve ser rejeitado se for recebido com ações de graças, pois são santificadas pela palavra de Deus e pela oração” (1Tm 4.4,5). O mandamento “Não furtarás”, juntamente com o ensino de toda a Bíblia sobre a mordomia, implica que Deus nos criou não somente para sobreviver, mas para realizar muito e florescer na terra.

Deus nos concede essas diversas responsabilidades de mordomia para que tenhamos por meio delas um potencial ilimitado de glorificá-lo mediante a descoberta, a criação, a produção, a distribuição e o uso dos recursos materiais e intelectuais potencialmente ilimitados. Todas essas coisas são boas (embora

possam ser distorcidas e mal-empregadas por causa do pecado), e é legítimo que nós as busquemos com gratidão ao nosso sábio Criador por dar existência a uma terra tão boa e rica em recursos e por nos ter concedido a sabedoria para desenvolver esses recursos e florescer, ao vivermos nela.

▪

1 Friedrich A. Hayek, The road to serfdom (Chicago: The University of Chicago Press, 1944, reimpr., Washington: Heritage Foundation, 1994), p. 6 [edição em português: O caminho da servidão (Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1994)].

2 Mark A. Zupan, "The virtues of free markets", Cato Journal 31, n. 2 (Spring/Summer 2011): 171-94, menciona uma lista muito mais extensa de virtudes morais positivas incentivadas pelo livre mercado: integridade, confiança, moralidade, cooperação, conduta ética, legalidade, honra à palavra, honra a contratos informais, geração de prosperidade, pontualidade, civilidade, fidelidade, relacionamentos mutuamente vantajosos, filantropia voluntária, civismo, bem-estar social, harmonia social, inveja e ressentimento reduzidos, liberdade de escolha, mais opções e menos egoísmo.

3 Ibidem, p. 177.

4 Robert Sirico, Defending the free market: the moral case for a free economy (Washington: Regnery, 2012), p. 31.

5 Zupan, "The virtues of free markets," p. 177.

6 Entretanto, nos casos em que é difícil para os consumidores obter informações

adequadas para tomar uma decisão, há um papel apropriado para a regulação governamental (por exemplo, regulando condições sanitárias nas dependências de indústrias alimentícias, que os consumidores não teriam condições de investigar pessoalmente).

7 Terry Miller; Kim R. Holmes; Edwin Feulner, orgs., 2012 Index of economic freedom (Washington/ New York: Heritage Foundation/The Wall Street Journal, 2012), p. 225.

8 Ibidem, p. 8-12.

9 A informação acerca da corrupção é derivada, em grande medida, do Índice de Percepção da Corrupção publicado periodicamente pela organização Transparência Internacional; veja Miller; Holmes; Feulner, 2012 Index of economic freedom, p. 456-7.

10 Arthur C. Brooks, The battle: how the fight between free enterprise and big government will shape America's future (New York: Basic Books, 2010), p. 71.

11 Johan Norberg, In defense of global capitalism (Washington: Cato Institute, 2003), p. 64, grifo nosso. O que Norberg chama de "capitalismo" se parece com o que chamamos de "sistema de livre mercado" (veja nossa discussão anterior, p. 145-7).

12 Perry E. Gresham, "Think twice before you disparage capitalism", The Freeman 27:3 (March 1977), disponível em: http://www.thefreemanonline.org/features/think-twice-before-you-disparage-capitalism/, acesso em: 5 out. 2012.

13 Claire Berlinski, There is no alternative: why Margaret Thatcher matters (New York: Basic Books, 2008), p. 7-8, 13. Vimos essa afirmação sobre Thatcher antes em Dennis Prager, Still the best hope (New York: HarperCollins, 2012), p. 417.

14 Há pontos comuns entre as categorias porque as virtudes pessoais influenciam também outras pessoas e as virtudes interpessoais fluem do próprio caráter de uma pessoa. É uma diferenciação de ênfase, e não uma distinção absoluta, e a organização de cada lista de virtudes não interfere no nosso argumento.

15 Veja, por exemplo, Robert Axelrod, The evolution of cooperation (New York: Basic Books, 1984) [edição em português: A evolução da cooperação (São Paulo: Leopardo, 2012)]; J. R. Clark; Dwight R. Lee, "Markets and morality", Cato Journal 31, n. 2 (Winter 2011); Milton Friedman, Capitalism and freedom: a leading economist's view on the proper role of competitive capitalism (Chicago: University of Chicago Press, 1962) [edição em português: Capitalismo e liberdade (São Paulo: Nova Cultural, 1988)]; Charles A. Murray, In pursuit of happiness and good government (New York: Simon and Schuster, 1989); Matt Ridley, The rational optimist: how prosperity evolves (New York: HarperCollins, 2010) [edição em português: O otimista racional: por que o mundo melhora (Rio de Janeiro: Record, 2014)].

16 Anúncio da IBM, "Welcome to the era of the chief executive customer", The Wall Street Journal, June 6, 2012, A16.

17 Jay W. Richards, Money, greed, and God: why capitalism is the solution and not the problem (New York: HarperOne, 2009), p. 81.

18 Arthur Shenfield, “Capitalism under the tests of ethics”, Imprimis 10, n. 12 (December 1981): 4.

19 Ridley, The rational optimist, p. 104.

20 Ibidem.

21 “Income mobility 1975—91”, in: Stephen Moore; Julian Simon, It’s getting better all the time: greatest trends of the last 100 years (Washington: Cato Institute, 2000), p. 79.

22 Lawrence E. Harrison, The central liberal truth: how politics can change a culture and save it from itself (Oxford: Oxford University Press, 2006), p. 36.

23 Dinesh D’Souza, What’s so great about America (New York: Penguin, 2002), p. 93.

24 Edward Coleson, “Capitalism and morality”, in: Mark W. Hendrickson, org., The morality of capitalism (Irving-on-Hudson: Foundation for Economic Education, 1996), p. 20.

25 P. J. Hill, “Markets and morality”, in: Hendrickson, The morality of capitalism, p. 97.

26 Janet Beales Kaidantzis, “Property rights for ‘Sesame Street’”, resumido de

The Sesame Street parents' guide, in: The concise encyclopedia of economics (Indianapolis: Liberty Fund, 2008), p. 424.

27 Hill, "Markets and morality", in: Hendrickson, The morality of capitalism, p. 98, citando "Markets and morality", The Freeman, n. 2 (February 1989), p. 39.

28 James R. Oheson, "An audacious promise: the moral case for capitalism", Manhattan Institute, n. 12 (May 2012), p. 1.

29 Adam Smith, An inquiry into the nature and causes of the wealth of nations, edição de Edwin Cannan (1776; reimpr., New York: Modern Library, 1994), p. 15 [edição em português: A riqueza das nações: investigação sobre sua natureza e suas causas (São Paulo: Nova Cultural, 1996)].

30 Richards, Money, greed, and God, p. 121. Darrow L. Miller; Stan Guthrie, Discipling nations: the power of truth to transform cultures (Seattle: YWAM, 1998), p. 253-4, também corretamente distinguem entre interesse próprio (que é bíblico) e ganância iníqua (que não é) [edição em português: Discipulando nações: o poder da verdade para transformar culturas (Curitiba: FatoÉ Publicações, 2003)].

31 Brian Griffiths, The creation of wealth (London: Hodder and Stoughton, 1984), p. 69.

32 Thomas Sowell, Knowledge and decisions (New York: Basic Books, 1980), p. 3.

33 William J. Baumol; Robert E. Litan; Carl J. Schramm, Good capitalism, bad capitalism, and the economics of growth and prosperity (New Haven: Yale University Press, 2007), p. 60-92.

34 Ibidem, p. 62-71.

35 Nossa própria nação [Estados Unidos] não é isenta de culpa nesse sentido. Por exemplo, lastimamos que muitas das políticas buscadas pelo governo Obama entre 2008 e 2012 representem esse tipo de capitalismo de Estado, em que o governo escolhe vencedores e perdedores no setor privado e procura controlar setores da economia como energia (injetando milhões de dólares na energia eólica e solar, mas bloqueando o petróleo e o carvão), indústria automobilística (essencialmente resgatando a General Motors de sua falência) e grande parte da indústria bancária (com milhares de novas regulamentações), enquanto transforma todo o setor da saúde em um empreendimento governamental (a Lei de Proteção ao Paciente e de Assistência Acessível).

36 Não queremos sugerir que o Coeficiente de Gini seja a única medida legítima de igualdade em uma sociedade. Como explicamos anteriormente (p. 223-5), acreditamos que é inevitável haver alguma desigualdade econômica quando uma economia recompensa as pessoas de forma justa pelo valor de seu esforço e habilidade. Portanto, um Coeficiente de Gini muito baixo pode indicar que uma sociedade está injustamente penalizando seus trabalhadores mais produtivos, e algumas nações ricas podem ter um Coeficiente de Gini relativamente alto, enquanto as pessoas de baixa renda continuam sendo ricas segundo os padrões mundiais. Porém, os elevados valores do Coeficiente de Gini mostrados aqui para países latino-americanos mais pobres nos parecem indicar fatores sistêmicos que injustamente enclausuraram a maioria das pessoas em um nível de renda muito baixo.

37 Observamos anteriormente que o Chile pontua bastante no ranking de liberdade econômica. O Chile também é o país que mais rapidamente cresce e é

o mais favorável ao livre mercado na América Latina (veja p. 48, 61, 144). Embora o Chile continue mantendo uma alta pontuação na liberdade econômica em geral, seu elevado Coeficiente de Gini atual indica uma grande diferença de renda entre os muito ricos e os muito pobres, que ainda não foi superada.

38 Baumol et al., Good capitalism, p. 72-3.

39 Ibidem, p. 71-9.

40 Daron Acemoglu; James A. Robinson, Why nations fail: the origins of power, prosperity and poverty (New York: Crown, 2012), p. 437 [edição em português: Por que as nações fracassam: as origens do poder, da prosperidade e da pobreza (Rio de Janeiro: Campus, 2012)].

41 Ibidem, p. 445.

42 Ibidem, p. 446.

43 Ibidem, p. 437-50.

44 Ibidem, p. 462.

45 Ibidem, p. 40-1.

46 O restante desta seção foi tirado de Barry Asmus; Wayne Grudem, “Property rights inherent in the eighth commandment are essential for human flourishing”, in: Philip J. Clements, org., Business ethics today: stealing (Philadelphia: Center for Christian Business Ethics Today, 2011), p. 119-34.

7

O GOVERNO DO SISTEMA

Líderes que usam seu poder em benefício de todo o povo

Até aqui, defendemos a tese de que um país pobre que queira sair da pobreza e progredir precisa adotar o objetivo correto (produzir mais bens e serviços) e o sistema econômico correto (um mercado livre). Abordaremos agora outro tópico igualmente relevante: esse país precisa ter o tipo certo de governo.

O princípio central que esperamos fundamentar em relação ao governo é: Se um país quer sair da pobreza e se tornar cada vez mais próspero, seus líderes precisam usar o poder governamental para o bem do povo como um todo, em vez de para si próprios, suas famílias e seus amigos.

O apóstolo Paulo defende essa posição no Novo Testamento ao explicar que a autoridade civil é "serva de Deus para o teu bem" (Rm 13.4). A intenção de Deus é que os governantes façam o "bem" ao povo que se encontra debaixo de sua autoridade, em vez de terem como objetivo o enriquecimento próprio durante seus mandatos ou de usarem o poder governamental simplesmente para aumentar seu poder particular.

Infelizmente, a noção de que governantes podem simplesmente "apropriar-se" de

dinheiro do tesouro público em benefício próprio e de seus amigos é um valor cultural profundamente arraigado em algumas sociedades pobres. O que chamamos de “corrupção” é amplamente aceito apenas como “a forma de o governo funcionar”.

O dr. David Maranz, etnólogo que viveu durante mais de 25 anos em diversos países da África subsaariana, descreve o que observou em várias daquelas nações:

Uma importante função do governo é prover dinheiro e outros recursos aos membros da sociedade que estão no poder ou que têm um relacionamento próximo com aqueles que ocupam o poder. Esse papel não oficial do governo é amplamente observado na África. Muitos conflitos, guerras e a falta de rotatividade no poder são resultados diretos dessa prática [...]. A pressão é imensa, de cima e de baixo, sobre indivíduos do governo e das empresas para que usem seus cargos em benefício direto de si próprios e de seus parentes.1

Espera-se que os líderes da sociedade (religiosos, políticos e empresários) sejam pessoas [...] que distribuam recursos e supram de outras formas as necessidades que seus seguidores possam ter.2

O historiador econômico David S. Landes considera que essa imensa corrupção no governo é uma das principais causas da pobreza na maior parte da África subsaariana:

Os governos provenientes de [...] regime autoritário têm se mostrado uniformemente ineptos, exceto, em parte, quanto à espoliação. Na África, as pessoas mais ricas são os chefes de Estado e seus ministros. A burocracia é inflada para dar empregos aos seus sectários; a economia, espremida para gerar saldos positivos. O destino de grande (ou da maior?) parte da ajuda externa são

as contas bancárias numeradas no exterior.3

Essa corrupção dos governantes não se limita à África. Landes menciona muitos outros casos ao longo da história econômica. Por exemplo, na China, durante séculos, o imperador governava sobre todos e tomava o que quisesse. Quando os europeus ocidentais inventaram o relógio mecânico, o aparelho se tornou um grande promotor de produtividade, ajudando as pessoas a usarem sabiamente o seu tempo. Porém, quando os relógios mecânicos ocidentais foram levados para a China, foram considerados simplesmente instrumentos para entreter o imperador e outros políticos favorecidos, em vez de ferramentas a serem utilizadas para o benefício da população em geral.4 Já mencionamos anteriormente outros exemplos históricos de comportamento egocêntrico dos príncipes do império mongol, na Índia, dos conquistadores espanhóis nas Américas Central e do Sul e dos senhores feudais no Leste Europeu (veja p. 157). Reis poderosos na Grã-Bretanha, França e no Sacro Império Romano usaram semelhantemente o seu poder para enriquecer suas famílias por várias gerações.

O valor cultural de que governantes têm o direito de confiscar o dinheiro das pessoas (a título de imposto) e usá-lo em benefício próprio é uma violação da visão bíblica de propriedade. Como explicamos em um capítulo anterior (veja p. 150-2), a própria Bíblia constantemente toma por certo e reforça um sistema no qual a propriedade pertence a indivíduos, não aos governantes, ao governo, à tribo ou à “sociedade” como um todo, em um sentido abstrato.

No restante deste capítulo, descrevemos dezessete características específicas de um governo que funciona para o bem do povo, e não para beneficiar os governantes. (No próximo capítulo, listaremos outras 21 liberdades que o governo deve proteger.)

A. Proteções contra a corrupção no governo

1. Estado de direito: todas as pessoas são igualmente responsáveis perante a lei

A proteção mais básica contra a corrupção no governo é um sistema que responsabiliza todos na nação, incluindo-se os mais importantes líderes do governo, igualmente diante da lei. Essa é a garantia mais básica de que os líderes usarão seu poder em benefício do povo como um todo. Mesmo que o presidente ou rei quebre uma lei, ele será julgado e, se for condenado, será punido. Além disso, o Estado de direito significa que os pobres e desamparados receberão tratamento legal justo.

Idealmente, o Estado de direito não significa apenas a existência de um conjunto arbitrário de leis. Ele também inclui a ideia de que a lei tem autoridade moral. Isso porque as leis são derivadas de princípios superiores de justiça e imparcialidade, de modo que todas as pessoas sejam tratadas igualmente perante a lei.5

Como vimos anteriormente (p. 163-4), o clássico exemplo disso na história bíblica de Israel está no episódio envolvendo Davi e Bate-Seba (2Sm 11—12). Mesmo o rei Davi foi responsabilizado diante das leis de Deus que ele havia violado.

Essa ideia de Estado de direito se tornou cada vez mais importante na Grã-Bretanha e no norte da Europa de forma mais geral durante a Revolução Industrial, e o respeito cada vez maior por esse princípio foi um dos fatores fundamentais para o notável desenvolvimento econômico do norte da Europa. Tanto os estadistas como o clero britânico deixaram clara na teoria constitucional britânica a ideia de que “o rei está sob a autoridade de Deus — e sob a autoridade da lei. Essa era a essência do ensino cristão acerca do Estado”.6

Um bom exemplo recente de uma autoridade máxima sendo submetida à lei aconteceu em Honduras, em 2009. O presidente Manuel Zelaya tentou alterar a Constituição do país para que pudesse continuar no poder por outro mandato (ou mais). Porém, a Constituição especificava que o limite de mandatos para o presidente não poderia ser alterado. A Suprema Corte de Honduras então determinou que ele fosse removido do cargo, e os militares assim o fizeram. Em uma eleição posterior, seu partido sofreu uma derrota estrondosa. Nem mesmo o presidente estava acima da lei.7

No entanto, se os governantes conseguem violar a lei sem qualquer punição, então não há restrições externas ao seu uso do poder. Em tais casos, muitos funcionários públicos se tornarão corruptos, usando o poder do governo não para promover uma justiça imparcial, mas para obter privilégios e riquezas para si mesmos, para seus parentes e amigos.

Há numerosos exemplos de países onde determinados funcionários públicos estão acima da lei, dentre os quais as nações comunistas da União Soviética, Cuba e Coreia do Norte; o Iraque sob a ditadura passada de Saddam Hussein; e vários países na África subsaariana.

2. Sistema judiciário justo: tribunais sem viés ou favoritismo, que promovem a justiça com imparcialidade

Os tribunais são o principal meio de garantir que toda a população de um país esteja sujeita ao Estado de direito. Porém, se os juízes forem corruptos e usarem seu poder para favorecer determinadas pessoas (como autoridades governamentais ou amigos ricos e poderosos), então o investimento empresarial é desencorajado (por conta do risco de que o parente de um juiz venha a defraudar o dono da empresa sem receio de ser punido) e a economia é impedida de produzir mais bens e serviços. Portanto, um sistema jurídico justo é importante para garantir que os líderes usem seu poder em benefício do povo como um todo.

A Bíblia enfatiza com veemência que os juízes precisam ser justos e não perverter a justiça:

Estabelecerás juízes e oficiais em todas as cidades que o Senhor, teu Deus, te dá, em todas as tuas tribos, para que julguem o povo com justiça. Não violarás o direito; não farás discriminação de pessoas, nem aceitarás suborno; porque o suborno cega os olhos dos sábios e perverte a causa dos justos. Seguirás a justiça, somente a justiça, para que vivas e possuas por herança a terra que o Senhor, teu Deus te dá (Dt 16.18-20).

Os juízes não deveriam mostrar favoritismo em relação aos pobres: “nem mesmo para favorecer o pobre na sua causa” (Êx 23.3). Entretanto, também não poderiam mostrar favoritismo pelos ricos e, assim, agir com tendenciosidade contra os pobres: “Não perverterás o direito do pobre na sua causa” (v. 6).

3. Inexistência de suborno e corrupção nos cargos públicos

Vez após outra na Bíblia, os governantes são exortados a não aceitar suborno: “Não aceitarás suborno, porque o suborno cega os que têm vista e perverte as palavras dos justos” (Êx 23.8; veja tb. Sl 26.10; 82.2; Pv 15.27; 17.23; 24.23; Is 33.15; Ez 22.12).

Se uma nação vai avançar da pobreza rumo à prosperidade, os funcionários públicos devem ser razoavelmente recompensados por seu serviço; porém, as leis devem impedir que eles enriqueçam com “presentes” ou promessas recebidas no seu exercício. A corrupção (especialmente por meio do uso do cargo governamental em benefício próprio) será rara em um país com essas leis e, quando descoberta, será publicamente denunciada e rapidamente punida. Essa é outra proteção para assegurar que líderes não usarão o poder para seu ganho pessoal, mas para o benefício de todo o povo.

Entretanto, quando nações se encontram presas à pobreza, quase sempre acontece de os funcionários públicos e seus parentes e amigos se tornarem cada vez mais abastados por conta do poder de seus cargos políticos. A corrupção se espalha e, quando descoberta, é abafada e punida levemente, se é que chega a ser punida. Em tais casos, os funcionários públicos mostram favoritismo a algumas pessoas e tendenciosidade contra outras. O nepotismo é comum.

Landes mostra como essa corrupção continuamente impediu o desenvolvimento econômico no Leste Europeu (em que senhores feudais e nobres podiam tomar a propriedade e violar os direitos legais do povo à vontade),8 na Índia pré-britânica (em que os príncipes mongóis podiam tirar o que quisessem do povo),9 e em muitas sociedades africanas (onde o ditador ou chefe tribal podia confiscar o que desejasse).10 Casos parecidos de corrupção são comuns em países comunistas em geral (na extinta União Soviética, na Coreia do Norte e em Cuba,

por exemplo) e em muitos países islâmicos (onde famílias abastadas governam controlando as riquezas do petróleo e o resto do povo está sujeito às suas vontades). Não estamos dizendo que sistemas de livre mercado são completamente livres de suborno e corrupção, mas a reação social a essas práticas é substancialmente diferente (veja adiante, p. 380-1).

Essa corrupção é uma das principais razões que mantêm as nações pobres presas à pobreza ainda hoje. O economista Paul Collier escreve: “Por que a má governança é tão persistente em alguns lugares? Uma razão evidente é que nem todos perdem com isso. Os líderes dos países mais pobres do mundo estão individualmente entre os mais ricos do planeta. Eles preferem manter as coisas como estão”.11

O oposto desses sistemas corruptos pode ser encontrado nas nações onde os funcionários públicos são justos e imparciais e não aceitam suborno. Isso estimula qualquer pessoa que queira investir tempo e dinheiro esperando que uma fazenda ou fábrica cresça e prospere. Nesse tipo de país, os contratos são realmente cumpridos, e roubos, vandalismo e outros crimes são regularmente punidos. O Antigo Testamento advertiu contra um governante poderoso como um rei enriquecer enquanto estivesse ocupando cargo público: “Também não [...] ajuntará para si muita prata e ouro” (Dt 17.17). Tristemente, uma trágica violação desse mandamento aconteceu no reinado do rei Salomão. O rei acumulou quantidades fabulosas de ouro para si e construiu grandes casas e um trono espetacular (1Rs 10.14-20).

Em contraste, a narrativa veterotestamentária exalta Samuel como exemplo de um bom governante que não aceitou subornos e não mostrou parcialidade. Ao cabo da regência de Samuel como juiz sobre Israel, ele se pôs diante do povo e proclamou não ter jamais se submetido a corrupção:

Eu estou aqui! Testemunhai contra mim diante do Senhor e do seu ungido. De quem tomei um boi? Ou de quem tomei um jumento? Ou a quem defraudei? Ou

a quem tenho oprimido? Ou da mão de quem tenho recebido suborno para encobrir os meus olhos com ele? Se fiz uma dessas coisas, eu vos restituirei. Eles responderam: Em nada nos defraudaste, nem nos oprimiste, nem tomaste coisa alguma da mão de ninguém (1Sm 12.3,4).

Samuel é um líder bíblico exemplar. Como notamos anteriormente (p. 237), o Novo Testamento ensina que a autoridade governamental deve servir a Deus para o bem do povo, e não em benefício próprio: ela é “serva de Deus para o teu bem” (Rm 13.4).

Paulo também escreveu a Timóteo, a quem havia sido entregue a autoridade sobre a igreja em Éfeso: “Eu te exorto diante de Deus, de Cristo Jesus e dos anjos eleitos, que guardes essas coisas sem preconceito e que não faças nada com parcialidade” (1Tm 5.21). No governo da igreja, os líderes devem ser justos e imparciais, sem mostrar nenhum favoritismo. Certamente isso deve se aplicar também a autoridades governamentais.

4. Poder de governo adequado

As nações pobres enfrentam às vezes o problema de ter governos fracos e instáveis. Os governos precisam ter poder suficiente para manter sua própria estabilidade e prevenir o crime e o desprezo à sua autoridade para que suas nações avancem rumo à prosperidade. Isso lhes permitirá efetivamente usar o seu poder para o bem de todo o povo.

No século 19, Itália, Espanha e Portugal estavam “assolados pela instabilidade política”,12 e o efeito foi um retardamento no desenvolvimento econômico. Da mesma forma, a América Latina no século 19 experimentou toda sorte de problemas envolvendo governos instáveis e ineficazes, como repetidos “complôs, conspirações, golpes e contragolpes — com toda a insegurança, má governança, corrupção e atraso econômico que trouxeram consigo”.13

Daron Acemoglu e James A. Robinson enfatizam que a “falta de centralização” em um governo, deixando-o sobremaneira fraco para controlar a nação, leva à desordem e à pobreza prolongada. Dizem eles: “Instituições políticas e econômicas inclusivas [que conduzem ao crescimento econômico] precisam de um certo nível de centralização política, a fim de que o Estado possa impor a ordem pública, garantir os direitos de propriedade e estimular a atividade econômica, quando necessário, por meio de investimento em serviços públicos”. Porém, eles relatam que diversas nações africanas e algumas fora da África não conseguiram obter essa centralização de autoridade efetiva: “Afeganistão, Haiti, Nepal e Somália [...] têm Estados incapazes de manter a ordem mais rudimentar, e os incentivos econômicos foram praticamente destruídos”.14

A Bíblia reconhece o mal que decorre quando não há governo efetivo e a anarquia prevalece. A história de Israel, como registrada em Juízes 17—21,

mostra o que ocorre quando não há um governo efetivo: “Naquela época, não havia rei em Israel; cada um fazia o que lhe parecia certo” (Jz 17.6; cf. 18.1; 19.1; 21.25). Essa parte das Escrituras contém histórias sobre os mais horríveis tipos de pecado e corrupção enquanto a perversidade corria solta.

5. Poder de governo limitado

No entanto, se uma nação pretende avançar da pobreza para a prosperidade, o poder de seu governo deve ser limitado o suficiente para que ele não tolha demais a liberdade do povo. Há duas razões para isso.

Primeiro, há sempre uma relação inversa entre o poder governamental e a liberdade individual. Quando o poder governamental aumenta, a liberdade individual necessariamente diminui. Com mais poder, então, os governos tomam cada vez mais decisões pelas pessoas. Esses tipos de governo são opressivos e destroem os incentivos ao crescimento econômico.

Todavia, quando o poder do governo é menor, a liberdade individual é maior. E as pessoas, quando têm liberdade, são capazes de tentar milhares de diferentes maneiras de aumentar a produtividade econômica. Elas podem experimentar um novo método de agricultura (esperando obter colheitas em maior quantidade e melhor qualidade). Podem inventar novos produtos (esperando ser recompensadas por suas invenções). Podem montar pequenos negócios de panificação ou de confecção de roupas. Podem iniciar oficinas de carpintaria ou de mecânica de automóveis. A maior liberdade em uma sociedade incentiva cada vez mais esse tipo de atividade.

Em segundo lugar, um poder maior tende a ter uma influência corruptora sobre funcionários públicos, por pensarem que podem sair impunes praticando cada vez mais delitos. Landes refere-se à corrupção governamental como “tirania”, ao dizer que sociedades economicamente produtivas “asseguram os direitos de liberdade pessoal, protegendo-os tanto contra os abusos da tirania como da desordem privada”.15 Ele acrescenta que tais sociedades “proveem um governo moderado, eficiente e não ganancioso”.16 Ele então cita Adam Smith, que escreveu em 1776 sobre o mau uso do poder governamental: “As grandes nações

não são jamais empobrecidas pela prodigalidade e má conduta privada, embora o sejam, por vezes, pela pública. A receita pública inteira, ou quase toda, é, na maioria dos países, empregada no sustento de mãos improdutivas".17

Landes aponta diversos exemplos históricos de governos inflados impedindo que suas economias cresçam. São exemplos notórios de líderes que usam o seu poder não para o bem do povo como um todo, mas para o benefício próprio e o de seus amigos. Um exemplo é a China, que foi o berço de muitas invenções pioneiras, mas continuou durante muitos séculos em abjeta pobreza. Parte da explicação é "a ausência de um livre mercado e direitos de propriedade institucionalizados. O Estado chinês sempre interferia na iniciativa privada — assumindo atividades lucrativas, proibindo outras, manipulando preços, exigindo subornos e restringindo o enriquecimento privado".18

O governo na China tinha o monopólio de itens necessários, como sal, ferro, chá, álcool, educação e comércio exterior. Havia regulações sobre o tipo e cor de roupa que as pessoas podiam vestir, os tamanhos das casas que tinham permissão para construir e a música e festivais de que podiam participar. O abatimento silencioso tomou conta da vida diária de tal forma que, segundo Landes: "Em suma, ninguém mais se esforçava. Por que se esforçar?".19

Na Rússia, os czares, que tinham poder absoluto, controlavam a vida por inteiro e, com isso, mantinham a nação na pobreza. Do século 16 ao século 18, enquanto a Europa Ocidental avançava continuamente para uma maior liberdade, a Rússia reduzia seus camponeses à "condição de semiescravos". O efeito foi que "a Rússia se tornou, na realidade, uma gigantesca prisão e — com a exceção de alguns meses em 1917 e os poucos anos passados desde 1990 — continuou, desde então, a ser uma prisão".20

Em muitas nações africanas, os chefes tribais exerceram um domínio praticamente ilimitado. Na África, "o legado foi o de governar por meio de um homem forte, a incorporação autocrática da vontade popular e, portanto,

destruidor da democracia”.21 Entretanto, houve notáveis exceções, como a tradição participativa e representativa de governo em Botsuana.22

Como limitar o poder governamental para permitir que ocorra o crescimento econômico? As autoridades governamentais devem ser efetivamente responsabilizadas diante da vontade do povo.

Se bem que muitas nações hoje têm estruturas sadias que limitam os poderes de seus governos, a que conhecemos melhor é a dos Estados Unidos e, por isso, incluímos aqui uma breve discussão da limitação de seus poderes. Parte do motivo de os Estados Unidos terem resistido como uma democracia representativa por tanto tempo é que há diversas provisões na Constituição projetadas para limitar o poder do governo e proteger o povo contra o governo, das quais citamos algumas:

(1) A liberdade de expressão, de imprensa, de religião e de associação. Essas provisões constitucionais asseguram que discussões e críticas políticas abertas ao governo sejam direitos garantidos, não sujeitos a sanções legais:

O Congresso não legislará no sentido de estabelecer uma religião, ou de proibir o livre exercício dos cultos; ou de cercear a liberdade de palavra, ou de imprensa; ou o direito do povo de se reunir pacificamente, e de dirigir ao Governo petições para a reparação de seus agravos (Primeira Emenda).

(2) A liberdade de fazer petições ao governo para reparar agravos. Isso quer dizer que ninguém pode ser punido por simplesmente pedir ao governo que corrija algum dano causado contra um cidadão (Primeira Emenda).

(3) O direito de portar armas. Essa provisão significa que nenhum tirano pode tomar os poderes do governo central em Washington, D.C., e, com isso, obter o controle de todos os armamentos da nação, pois os cidadãos têm o direito de ter armas em casa, até para se defenderem contra um possível governante tirânico: “Sendo necessária à segurança de um Estado livre a existência de uma milícia bem organizada, o direito do povo de possuir e usar armas não poderá ser impedido” (Segunda Emenda).

(4) Limite de mandatos para o cargo de presidente. Esse artigo da Constituição estipula outra proteção contra o abuso de poder por parte de um tirano. Um limite de dois mandatos consecutivos de quatro anos para os presidentes foi inserido na Constituição pela Vigésima Segunda Emenda (ratificada em 1951).

(5) Eleições regulares para membros do Congresso. Os membros da Câmara dos Representantes devem se sujeitar à reeleição a cada dois anos, o que os torna mais responsáveis perante o povo. Além disso, todos os projetos de lei relativos ao aumento de receita (que envolvem níveis de tributação) devem se originar na Câmara dos Representantes que, em vez do Senado, é mais diretamente responsável diante do povo por conta de seu mandato de dois anos. Os senadores são também responsáveis, mas com menor frequência, uma vez que eles somente precisam se sujeitar à reeleição a cada seis anos. (Retomaremos a ideia de eleições regulares na seção 7, que trata da responsabilidade do governo diante do povo.)

Outro conjunto de proteções contra o excesso de poder governamental se enquadra na categoria da independência dos poderes no governo, que discutiremos na próxima seção.

Outras nações adotam provisões parecidas. Essas limitações ao poder governamental proporcionam uma imensa proteção contra as possibilidades de autoridades políticas se tornarem corruptas ou de a nação ser tomada por um tirano opressor ou um poderoso exército nacional.

6. Independência dos poderes no governo

Uma das formas mais efetivas de limitar o poder governamental e proteger contra a corrupção é uma estrutura governamental na qual o poder é separado entre vários setores. Segundo Stephen Haber, Douglass North e Barry Weingast, do Instituto Hoover, baseado na Universidade Stanford:

Não existe uma receita simples para limitar o governo. Porém, dois princípios são claros. Primeiro, um país deve criar mecanismos e também incentivos para que diferentes setores e níveis de governo imponham sanções uns aos outros, se excederem a autoridade que lhes foi concedida por lei. Segundo, essas sanções não podem ser impostas de uma forma arbitrária ou ad hoc: os próprios mecanismos de sanção devem ser limitados pela lei. Isso não quer dizer que as sanções não possam ser duras (aliás, se não forem duras, elas não terão credibilidade).

Há essencialmente duas maneiras de criar esses mecanismos e incentivos de sanção. Uma é um sistema de controle e equilíbrio que limita um governo central forte. Em um sistema desse tipo, a competição política entre os atores nos diversos setores do governo proporciona incentivos para os atores policiarem as decisões uns dos outros [...]. Uma segunda forma de limitar o governo é o federalismo, no qual diferentes níveis de governo se limitam mutuamente.23

Eles observam que os Estados Unidos representam uma combinação atípica de ambos os métodos de limite ao poder governamental.

A Constituição dos Estados Unidos ordena a separação de poderes, projetada para prevenir que qualquer departamento se torne poderoso demais e, por conta

disso, se torne demasiadamente corrupto. A separação dos poderes estabelecida na Constituição inclui as seguintes provisões:

(1) Uma separação em três poderes no nível nacional. O poder é dividido entre os três setores de governo: (a) o poder legislativo, que formula leis, (b) o poder executivo, que aplica as leis e (c) o poder judiciário, que interpreta e decide sobre a aplicação correta das leis.

(2) Uma separação de poderes entre o governo nacional e os governos estaduais (originalmente treze, e agora cinquenta estados). Todos os poderes que não foram expressamente dados ao governo nacional permanecem na alçada dos governos estaduais: “Os poderes não delegados aos Estados Unidos pela Constituição, nem por ela negados aos Estados, são reservados respectivamente aos Estados ou ao povo” (Décima Emenda).

(3) A proibição de forças militares nacionais fazerem qualquer serviço de aplicação da lei dentro do país. Além disso, o poder policial dentro da nação é bastante dividido. O FBI [Agência Federal de Investigação] funciona nacionalmente, mas sua jurisdição é limitada a determinados tipos de crimes federais, não a crimes previstos em leis estaduais e municipais. As forças locais de polícia estão sujeitas somente ao governo municipal que as emprega. Os xerifes de cada comarca são responsáveis somente por suas comarcas individuais. A polícia estadual responde apenas por seu respectivo estado. Dessa forma, nenhum indivíduo pode tomar o exército, como em alguns países, e imediatamente obter o controle da nação inteira, pois o exército nacional não tem autoridade sobre a polícia estadual ou municipal, e sequer o governo nacional tem essa autoridade.

Na Bíblia, várias passagens apoiam as ideias de limitação do poder governamental e separação de poderes em uma autoridade do governo.24 As narrativas veterotestamentárias mencionam diversos exemplos de reis que tinham muito poder e abusaram dele. Saul repetidamente colocou seus interesses

próprios acima dos interesses do povo. Davi empregou mal a sua autoridade real ao pecar com Bate-Seba (veja 2Sm 11). Salomão perversamente acumulou "setecentas mulheres princesas e trezentas concubinas; e suas mulheres desviaram o seu coração" (1Rs 11.3,4). Além disso, ele possuía quantidades exageradas de prata e ouro, embora isso fosse proibido (1Rs 10.14-20; Dt 17.17). Durante a monarquia dividida, a maior parte dos reis abusou de seu poder e fez o que era mau (veja 1—2Rs; 1—2Cr). Muitos outros exemplos de poder ilimitado na história humana confirmam a ideia de que, quando o poder se une ao pecado do coração humano, ele exerce uma influência corrompedora nas pessoas e é facilmente mal-empregado.

A Bíblia também registra alguns exemplos positivos de vários tipos de poder dividido, refletindo a sabedoria de Deus na proteção contra o abuso de poder por uma pessoa. No Antigo Testamento, o rei tinha algumas restrições ao seu poder, por conta da existência dos ofícios de profeta e sacerdote e da autoridade de chefes de tribos, clãs e famílias (embora o rei muitas vezes os desconsiderasse).

No Novo Testamento, é digno de nota que Jesus não tenha chamado apenas um apóstolo com autoridade sobre a igreja, mas doze apóstolos (veja Mt 10.1-4; At 1.15-26). Embora Pedro incialmente tenha servido como porta-voz dos apóstolos (veja At 2.14; 3.12; 15.7), Tiago mais tarde parece ter assumido esse papel (veja At 15.13; 21.18; Gl 1.19; 2.9,12). Além disso, o Concílio de Jerusalém tomou sua decisão não somente com base na autoridade dos apóstolos, mas no que "pareceu bem aos apóstolos e aos presbíteros, com toda a igreja" (At 15.22). Finalmente, cada indicação do Novo Testamento sobre a forma de governo seguida pelas igrejas locais mostra que elas não eram governadas por um único presbítero, mas por uma pluralidade de presbíteros (veja Tt 1.5; Tg 5.14; essa era uma imitação da pluralidade de anciãos em Israel, no Antigo Testamento).

7. O governo presta contas de seus atos diante do povo

Um último tipo de “separação de poderes” ficou implícito na nossa seção sobre poderes limitados no governo, mas é tão importante que o listamos separadamente nesta seção: o governo deve responder à vontade do povo de sua nação. Eleições regulares, imparciais, livre acesso à informação sobre os atos do governo e seus gastos e limites de mandatos para os cargos mais poderosos são fatores que ajudam a garantir essa transparência. Esse é o método mais efetivo e duradouro para garantir que as autoridades governamentais usem o seu poder para o benefício do povo em geral, e não em seu próprio benefício e de seus parentes e amigos.

Acemoglu e Robinson argumentam que as nações somente prosperam economicamente quando têm instituições políticas “inclusivas”, isto é, “instituições que distribuem amplamente o poder na sociedade e o sujeitam a restrições”.25 Em contraste, eles dizem sem rodeios que a razão da pobreza das nações pobres é o delito deliberado por parte da liderança: “Os países pobres são pobres porque os que controlam o poder fazem escolhas que geram pobreza. Isso acontece não por ignorância ou engano, e sim de propósito”.26

Diversos exemplos nas Escrituras indicam que o governo parece funcionar melhor quando há consentimento dos que são governados. Apesar de Moisés ter sido designado por Deus, ele buscou o consentimento dos anciãos e do povo de Israel (Êx 4.29-31), como fez Samuel quando se colocou diante de todo o povo no seu papel de juiz (1Sm 7.5,6) e Saul, depois de ter sido ungido rei (veja 1Sm 10.24).27

Quando Davi se tornou rei de Judá, ganhou o consentimento público de todo o povo. “Então os homens de Judá vieram e ali ungiram Davi rei sobre a tribo de Judá” (2Sm 2.4). Quando o sacerdote Zadoque ungiu Salomão como rei, “todo o

povo disse: Viva o rei Salomão!” (1Rs 1.39; veja tb. 12.1).

No Novo Testamento, os apóstolos pediram a autorização da congregação ao escolherem os líderes para supervisionar a distribuição de alimentos para os necessitados: “Portanto, irmãos, escolhei dentre vós sete homens de boa reputação, cheios do Espírito Santo e de sabedoria, aos quais encarreguemos deste serviço” (At 6.3).

Em contrapartida, as Escrituras trazem exemplos negativos de tiranos que não tiveram o consentimento do povo; ao contrário, reinaram em severa oposição aos anseios do povo. “O rei [Jeroboão] não deu ouvidos ao povo...” (1Rs 12.15) e como resultado, as dez tribos do norte se rebelaram contra ele: “Que temos nós com Davi? […] Às tuas tendas, ó Israel!...” (v. 16). Israel ficou dividido entre os reinos do Norte e do Sul a partir daquele dia.

De modo semelhante, o Antigo Testamento contém diversos exemplos de governantes opressores que sujeitaram o povo de Israel à servidão e que certamente não governaram com o consentimento dos que por eles foram governados, dentre os quais o faraó do Egito (Êx 3.9,10), os filisteus que reinaram com crueldade sobre Israel durante a época dos juízes (Jz 14.4) e Nabucodonosor e os outros reis estrangeiros que conquistaram o povo de Israel e, no final, o levaram para o exílio (2Rs 25.1-21). Esses eventos são mostrados de forma negativa na narrativa bíblica.

Portanto, podem ser dados argumentos bíblicos substanciais para apoiar a ideia de uma forma de governo escolhida pelas próprias pessoas (ou seja, em termos gerais, uma democracia). Esse tipo de governo parece ser preferível a todas as demais formas de governo, tais como a ditadura, a monarquia hereditária ou o governo de uma aristocracia hereditária ou que se perpetua no poder. (Várias nações nos nossos dias, como, por exemplo, o Reino Unido e a Noruega, mantiveram monarquias que funcionam em grande medida de forma cerimonial e simbólica, mas que na verdade continuam sendo democracias porque o

verdadeiro poder de governar reside nos representantes eleitos pelo povo.)

Nas incipientes colônias americanas, os peregrinos instituíram uma forma de autogoverno ao assinarem o Pacto de Mayflower, em 1620. Eles o fizeram pautados em um profundo conhecimento bíblico, influenciados por diversas dessas passagens das Escrituras. Eles também mantinham memórias vívidas da opressão exercida pela monarquia na Inglaterra. O Pacto de Mayflower estipulava um governo por consentimento dos governados, o que estabeleceu um padrão para as futuras colônias e, anos mais tarde, para os próprios Estados Unidos. Os peregrinos declararam que estavam formando um "corpo político civil" que formularia "leis" para o bem geral da colônia, "ao qual todos prometemos nossa sujeição e obediência".28 Esse foi um ato de submissão voluntária a um governo que eles próprios haviam criado. Não lhes foi imposto por um rei de fora ou alguma força subjugadora estrangeira. Eles estabeleceram um governo que funcionaria com o consentimento dos governados — o princípio-chave de uma democracia.

Esses mesmos princípios encontraram uma expressão mais plena na Declaração de Independência de 1776:

Consideramos estas verdades por si mesmo evidentes, que todos os homens são criados iguais, sendo-lhes conferidos pelo seu Criador certos direitos inalienáveis, entre os quais se contam a vida, a liberdade e a busca da felicidade. Que, para garantir esses direitos, são instituídos governos entre os homens, derivando os seus justos poderes do consentimento dos governados.29

O raciocínio era: (1) direitos à vida, liberdade e busca da felicidade são dados às pessoas por Deus (não pelos governos); (2) os governos são estabelecidos para proteger esses direitos que as pessoas já têm; e, (3) portanto, um governo não tem poder legítimo sobre sua própria autoridade, mas somente o poder que as pessoas concordam em lhe dar para proteger os seus direitos.

Esse princípio da responsabilidade do governo diante do povo, embutido na própria fundação dos Estados Unidos no primeiro dia de sua existência, explica grande parte da prosperidade posterior dos Estados Unidos. Com base na sua extensa pesquisa sobre o desenvolvimento econômico das nações, Acemoglu e Robinson dizem:

Os Estados Unidos são [...] muito mais ricos hoje que [os países pobres] por causa da forma pela qual suas instituições, tanto econômicas como políticas, moldam os incentivos para empresas, indivíduos e políticos [...] são as instituições políticas de uma nação que determinam a capacidade dos cidadãos de controlar os políticos e influenciar sua conduta. Isso, por sua vez, determina se os políticos são agentes dos cidadãos [...] ou se conseguem abusar do poder que lhes foi confiado [...] para acumular suas próprias fortunas.30

Quando as autoridades governamentais de uma nação precisam regularmente prestar contas ao povo, elas trabalham mais efetivamente para o bem da nação e para estabelecer políticas que tirarão a nação da pobreza e a conduzirão a uma maior prosperidade. Haverá maior probabilidade de que governem para o bem do povo como um todo. Essa responsabilização é implementada por meio de eleições regulares, transparentes e imparciais, e também através da genuína liberdade da imprensa e de leis que garantam a liberdade de acesso à informação (a fim de que as ações do governo possam ser monitoradas pelo público em geral, com pouquíssimas exceções para proteger a segurança nacional).

B. Proteções que o governo deve prover

Uma nação que está continuamente aumentando sua produção de bens e serviços precisa reconhecer que sempre haverá gente perversa que tentará violar a lei e tirar vantagem de outros. Haverá também desastres naturais que podem causar prejuízo econômico. Portanto, um bom governo precisa prover proteção aos seus cidadãos contra vários tipos de problemas, a fim de promover o crescimento econômico.

8. Proteção contra o crime

Em qualquer cidade do mundo que tenha uma região de famigerado alto índice de criminalidade, haverá pouquíssimos empreendimentos legítimos e será praticamente impossível persuadir novas lojas de varejo ou novas fábricas a se instalarem ali. É simplesmente custoso demais para uma empresa se estabelecer numa zona de alta criminalidade. Os empresários não querem correr o risco de perder seu investimento por motivo de vandalismo, roubo ou agressões contra seus empregados.

Isso é verdade em relação a cidades e é verdade também em relação a nações. Quando uma nação tem uma alta taxa de criminalidade porque o governo não toma medidas para contê-la e puni-la, nenhuma empresa estrangeira quer investir naquele país. Tampouco os cidadãos dessa nação desejam instalar novas fábricas e abrir novas lojas, pois têm um receio legítimo de que os seus ganhos simplesmente sejam perdidos por conta da atividade criminosa (ou por tentativas de se proteger dela). Para tomar como um exemplo extremo nos dias de hoje, quem é que investiria em qualquer negócio na Somália, com sua persistente anarquia e a presença de bandos de piratas fortemente armados que sempre atacam os navios que passam por suas águas costeiras?

Em contraste, um dos fatores que contribuíram para o incrível crescimento econômico dos países da Escandinávia durante o século 19 foi a atmosfera de "ordem pública" e a percepção de que o povo escandinavo estava entre "os mais pacíficos" da Europa.31

Landes afirma que uma economia idealmente produtiva garantirá os direitos à liberdade pessoal contra o abuso tanto "da tirania como da desordem privada (crime e corrupção)".32

A Bíblia ensina que a prevenção do crime é responsabilidade primária de governos civis. As autoridades civis são enviadas “para punir os praticantes do mal e honrar os que fazem o bem” (1Pe 2.14). Quando uma autoridade do governo pune o crime, está agindo como “serva de Deus” e como “agente de punição de ira contra quem pratica o mal” (Rm 13.4).

Por isso, o Antigo Testamento afirma em diversas passagens que os governantes devem fazer cumprir a justiça contra os malfeitores e proteger os que são frágeis demais para se proteger do crime:

Fazei justiça ao pobre e ao órfão; procedei com retidão para com o aflito e o desamparado. Livrai o pobre e o necessitado, livrai-os das mãos dos ímpios (Sl 82.3,4).

Dessa forma, se grande parte dos crimes cometidos em uma nação ficar impune, o mal simplesmente aumentará e haverá uma criminalidade cada vez maior naquela nação, criando um ambiente ainda mais hostil ao crescimento econômico:

O coração dos homens está inteiramente disposto a praticar o mal porque não se executa logo o castigo sobre os crimes (Ec 8.11).

Por isso é importante que em cada nação os culpados sejam punidos e os inocentes sejam libertos. Deus está vendo o que ocorre em cada nação, e sua ira se acende quando o inocente é punido ou o culpado é solto:

Justificar o ímpio e condenar o justo são duas abominações para o Senhor (Pv 17.15).

De modo semelhante, Isaías fala das más tendências em uma nação: “Ai […] dos que absolvem o culpado por suborno e negam o direito ao justo!” (Is 5.22,23).

9. Proteção contra a doença

Doenças epidêmicas são grandes tragédias em muitas nações pobres. Especialmente na África, doenças como AIDS,33 cólera,34 malária, dengue, meningite e outras moléstias causam a propagação de enfermidades debilitantes e até mesmo a morte. Essas tragédias também trazem implicações econômicas, uma vez que pessoas doentes e agonizantes não têm condições de fazer um trabalho produtivo para gerar crescimento econômico e, além disso, frequentemente precisam de cuidados que consomem tempo.

Porém, essas doenças epidêmicas não são a causa da pobreza dessas nações, e sim o seu resultado. Acemoglu e Robinson escrevem:

Doenças tropicais evidentemente causam grande sofrimento e elevadas taxas de mortalidade infantil na África, mas elas não são o motivo da pobreza da África. A doença é, em grande parte, uma consequência da pobreza e da incapacidade ou má vontade dos governos de adotar as medidas de saúde pública necessárias à sua erradicação.35

Por que os países ricos não têm epidemias de doenças como as que ocorrem nos países pobres? Pelo fato de essas nações já terem gasto dinheiro suficiente para garantir água limpa, tratamento de esgoto e remoção de lixo, vigilância sanitária da indústria e da venda de alimentos, vacinação infantil generalizada contra doenças comuns, controle efetivo da poluição do ar, drenagem de áreas alagadas e erradicação de mosquitos transmissores de doenças,36 bem como a educação efetiva da população em geral em questões de saúde. Essas nações foram capazes de cobrir as despesas dessas medidas por causa do crescimento econômico.

No que diz respeito à AIDS em particular, uma educação cuidadosa sobre questões de saúde é essencial em um país. É lamentável que ainda se acredite em mitos absolutamente falsos (como, por exemplo, a mentira odiosa de que fazer sexo com uma virgem cura a AIDS). O fato de que a AIDS é transmitida quase exclusivamente através da relação sexual (tanto heterossexual como homossexual) com uma pessoa infectada deve ser mais bem divulgado nas nações pobres.37 Tanto os governos como as igrejas deveriam promover a abstinência sexual fora do casamento, pois, se a relação sexual acontecesse somente dentro do casamento, a epidemia de AIDS poderia inclusive chegar ao fim em uma nação.

10. Proteção contra a quebra de contrato

Landes afirma que uma sociedade economicamente produtiva buscará “aplicar os direitos de contrato, explícitos e implícitos”.38

Um contrato é um acordo legalmente válido que descreve a intenção de realizar alguma ação futura, como, por exemplo, pagar um valor, entregar alguns bens ou serviços ou fazer um trabalho. Por exemplo, eu (Wayne Grudem) recentemente assinei um contrato para lecionar por uma semana numa faculdade em Nova York. Cumprir o contrato era algo importante para ambas as partes. A faculdade esperava que eu fosse pontual e desse as aulas que prometi dar. A faculdade prometeu a mim e a Margaret, minha esposa, hospedagem durante a semana e também prometeu me pagar uma determinada quantia. Se eu não tivesse me apresentado, a faculdade teria alguns alunos muito frustrados e algumas salas de aula vazias, sem uso. Porém, ao final da semana, se a faculdade não tivesse me pago, eu teria sentido que me passaram para trás. (Mas eles me pagaram!)

Todo negócio depende do cumprimento de contratos para sobreviver. Uma fábrica de automóveis assina um contrato com uma companhia de pneus para a entrega de um determinado número de pneus numa determinada data. Se os pneus não chegarem a tempo, os carros não podem ser completados e o fabricante sofre um prejuízo. Um empreiteiro constrói uma casa conforme o pedido feito pelo cliente, e então depende do cliente efetuar o pagamento do valor acordado.

Os governos precisam garantir o cumprimento desses contratos, ou então pessoas sem escrúpulos vão encomendar coisas sem pagar, ou vão receber por produtos que não entregarão. Se as pessoas quebram contratos e conseguem se livrar de punição, isso cria um ambiente muito hostil para os negócios e para as transações comerciais, o que impede o crescimento econômico.

O apoio bíblico à ideia de cumprimento de contratos se encontra nos Dez Mandamentos, que declaram: “Não furtarás” e “Não dirás falso testemunho contra o teu próximo” (Êx 20.15,16). Esses mandamentos implicam uma obrigação de manter a palavra e guardar as promessas que fazemos.

11. Proteção contra a violação de patentes e direitos autorais

Quando eu (Wayne Grudem) era um professor novato na faculdade, não era fácil para a minha família viver com a renda que eu recebia. A cada verão, eu tinha duas escolhas: poderia dar aulas nos cursos de verão e ganhar imediatamente um dinheiro a mais (os cursos de verão não faziam parte do nosso contrato normal), ou poderia optar por não lecionar nos cursos de verão, mas ficar em casa e tentar escrever livros, com a esperança de que futuramente me renderiam o dinheiro dos direitos autorais quando fossem impressos. Durante vários anos, trabalhei escrevendo livros e, com o tempo, alguns desses livros começaram a gerar uma renda significativa, que então me liberou para trabalhar ainda mais na produção de livros.

Tudo isso somente foi possível porque os Estados Unidos protegem as patentes e direitos autorais. Como autor, a cada novo livro escrito eu criava um novo produto (por exemplo, meu livro Teologia Sistemática), e quando o governo dos Estados Unidos aprovava o meu registro de propriedade autoral para aquele livro, ele declarava que eu era o dono da propriedade intelectual que havia criado naquele livro. Esse processo é parecido com o de um agricultor que cultiva maçãs e leva um carregamento de maçãs até o mercado. As maçãs são sua propriedade, e ele tem o direito de vendê-las e de receber uma renda por sua venda. Embora eu não tenha cultivado maçãs, criei um livro que demandou vários anos do meu trabalho, e as leis de propriedade autoral dizem que tenho o direito de proteger essa propriedade intelectual e de vendê-la a quem quiser.

A questão é: se meu país não tivesse proteções efetivas aos direitos autorais, eu jamais teria sentado diante de minha escrivaninha no porão de casa, horas a fio, dia após dia, ano após ano, trabalhando para produzir algo que qualquer pessoa poderia pegar e usar sem me pagar um centavo. Eu teria simplesmente lecionado nos cursos de verão ano após ano e recebido uma remuneração imediata, porque eu tinha a responsabilidade de trabalhar para sustentar a minha família. Se não

houvesse leis de direitos autorais, e eu somente tivesse sentado no porão semana após semana tentando escrever um livro grátis, sem esperança de ser financeiramente recompensado, minha esposa logo me diria: “Wayne, você precisa arranjar um emprego!”.

É assim com artistas que pintam quadros, compositores que escrevem músicas, cineastas que produzem filmes ou inventores que inventam apetrechos e depois registram suas patentes. A cada ano, milhares de pessoas tentam fazer essas coisas e muitas alcançam algum sucesso, ao passo que algumas poucas criam produtos de tremendo sucesso que são desfrutados por milhões de pessoas. Se uma nação quer sair da pobreza para uma prosperidade cada vez maior, ela deve proteger e fazer valer as regras de patentes e direitos autorais, para que as pessoas tenham incentivos positivos para experimentar, criar e inventar novos produtos.

No entanto, quando uma nação decide não proteger patentes e direitos autorais (como, por exemplo, na China de hoje), ela encoraja as pessoas a roubar. Em tais países, empresas de falsificação reproduzem invenções a baixo custo sem enfrentar multas ou punições. Obras de literatura, música, arte e dramaturgia são livremente copiadas e distribuídas por quem assim desejar. Os que fazem e distribuem essas cópias não estão roubando maçãs de agricultores locais, mas estão roubando propriedades intelectuais que são fruto de muito mais trabalho que um carregamento de maçãs, e eles não estão pagando às pessoas que criaram essas obras. A Bíblia diz: “Não furtarás” (Êx 20.15).

A importância de encorajar a inovação e a invenção em uma economia não pode ser superestimada, e a necessidade de inventar jamais terá fim. “A Revolução Industrial não teria começado na Grã-Bretanha e se espalhado pelo resto do Ocidente sem o desenvolvimento de uma sociedade de consumo dinâmica caracterizada por uma demanda de elasticidade quase infinita por roupas baratas”.39 Mas invenções de equipamentos de manufatura supriram essa necessidade; foi “a inovação tecnológica que estimulou o lado da oferta, e o lado da demanda da Revolução Industrial foi impulsionado pelo apetite

aparentemente insaciável que os seres humanos têm por vestuário".40

Quando uma nação não protege as patentes e os direitos de propriedade autoral, a maioria das pessoas verdadeiramente criativas acaba se mudando para outros países (se puder fazê-lo). As que ficam criarão pouco material novo de cunho artístico, musical, científico, literário ou de outro tipo de atividade intelectual. Por causa do seu brilhantismo em uma ou outra área, elas às vezes criam pequenas obras de qualidade média. Contudo, sem a esperança de serem recompensadas por suas obras de maneira significativa, poucas produzirão material de valor duradouro e, como resultado, a nação será mais pobre.

Uma nação pode também reprimir a inovação e a invenção por meio de controles de preços que impedem que os inventores ganhem lucros significativos com suas invenções. Esse processo efetivamente anula o valor das patentes.

Esse tipo de controle de preços ocorre frequentemente na indústria farmacêutica. Após um novo medicamento ser inventado, ele pode custar para a indústria somente dez centavos por pílula para ser produzido em grandes quantidades. No entanto, a empresa pode ter gastado centenas de milhões de dólares testando produtos que não funcionaram, financiando caros laboratórios de pesquisa e testes, e pagando os salários dos cientistas que trabalharam durante vários anos antes de chegarem à invenção desse remédio:

Na próxima vez que você ouvir que um medicamento está gerando bilhões de dólares ao seu fabricante, leve isto em consideração: Atualmente, trazer uma nova droga ao mercado leva cerca de catorze anos, ao custo de cerca de 1,3 bilhão de dólares. Para cada medicamento que chega ao mercado, mais de cinquenta outros programas de pesquisa fracassam. Depois disso tudo, apenas duas de cada dez novas drogas aprovadas serão rentáveis. Esses lucros precisam financiar não somente todos os programas de pesquisa que fracassaram como também os medicamentos que são lançados, mas geram prejuízo.41

Portanto, se o governo de uma nação se recusa a permitir que o produto seja vendido no país, a menos que a companhia concorde em vendê-lo por não mais do que onze ou doze centavos de dólar por comprimido, a companhia perde a capacidade de recuperar seus custos de pesquisa e desenvolvimento ou de lucrar com a invenção. Assim, no longo prazo, a pesquisa farmacêutica tende a definhar e até a se extinguir naquele país.

Esse processo já ocorreu com tanta frequência na maioria dos países ocidentais, que agora uma quantidade desproporcional de novas drogas é descoberta em alguns países apenas, dentre os quais os Estados Unidos e a Suíça, que têm resistido à imposição do controle de preços. Esses países ainda permitem que as companhias tenham alguma esperança razoável de ganho determinado pelo mercado por suas invenções de medicamentos. Muitos outros governos, mesmo os de economias ricas e modernizadas como a França e o Canadá, instituíram regulações de preços que, por serem tão restritivas, estancaram a maior parte da pesquisa farmacêutica em seus países.42 Além disso, a pesquisa patrocinada pelo governo e a pesquisa universitária parecem não ter uma resposta para isso, uma vez que mais de 90% dos novos medicamentos trazidos ao mercado vieram de empresas privadas.43

12. Proteção contra a invasão externa

Uma das responsabilidades mais básicas de um governo é a de proteger os cidadãos da nação contra quaisquer ataques de nações estrangeiras. Se uma nação pretende sair da pobreza e prosperar, ela precisa defender efetivamente seu povo contra a invasão e o domínio estrangeiros. Se uma nação é invadida e conquistada por uma potência estrangeira, sua riqueza é espoliada e seu crescimento econômico, interrompido.

Na Bíblia, essa responsabilidade é evidenciada quando os apóstolos declaram que as autoridades governamentais devem “punir os praticantes do mal e honrar os que fazem o bem” (1Pe 2.14) e ser “motivo de temor” à má conduta e levar a efeito a “ira [de Deus] contra quem pratica o mal” (Rm 13.3,4).

No Antigo Testamento, quando os israelitas “voltaram a fazer o que era mau aos olhos do Senhor” (Jz 6.1; veja tb. 2.11-15), ele permitiu que fossem conquistados por outras nações. Por exemplo:

Porque acontecia que, quando Israel semeava, os midianitas, os amalequitas e os outros povos do leste invadiam suas plantações, acampavam na terra e destruíam as plantações até chegarem a Gaza, e não deixavam mantimento em Israel, nem ovelhas, nem bois, nem jumentos. Subiam com seus rebanhos e tendas; vinham em multidão, como gafanhotos. Tanto eles como os seus camelos eram inumeráveis e entravam na terra para destruí-la. Assim Israel se enfraqueceu muito por causa dos midianitas. Por isso os israelitas clamaram ao Senhor (Jz 6.3-6).

Em contrapartida, quando Deus concedia bênção ao povo, ele os libertava dos

opressores e permitia que derrotassem seus inimigos. Isso aconteceu, por exemplo, quando Davi derrotou Golias, o soldado gigante do exército dos filisteus, que repetidamente atacavam Israel (1Sm 17).

O efeito da bênção do Senhor nos reinados de Davi e Salomão foi que “Judá e Israel habitavam seguros, de Dã até Berseba, cada um sob a sua videira e a sua figueira, durante a vida de Salomão” (1Rs 4.25). Deus dotou de destreza e força os soldados que defendiam Israel, de modo que Davi pôde dizer: “[O Senhor] treina minhas mãos para a batalha, para que meus braços possam envergar um arco de bronze” (Sl 18.34). O fato é que Deus quer que os crentes orem para que suas autoridades no governo sejam capazes de operar efetivamente nos seus cargos, a fim de que os cidadãos cristãos (na verdade, todos os cidadãos) de uma nação sejam protegidos, “para que tenhamos uma vida tranquila e serena, em toda piedade e honestidade” (1Tm 2.2).

A conquista militar e a devastação econômica atingiram muitas nações da Europa quando elas foram assoladas pelos exércitos de Adolf Hitler, a partir de 1938. Para a maioria dos países no Leste Europeu, a opressão continuou depois de serem conquistados pelas forças soviéticas, cuja ocupação continuou depois que a guerra terminou, em 1945, mantendo-os na pobreza até o colapso da União Soviética, em 1991. Ainda hoje, mais de duas décadas depois, os países do Leste Europeu, como Polônia, República Checa, Hungria, Romênia, Kosovo, Bulgária, Macedônia, Sérvia e outros ainda lutam para superar os efeitos econômicos nocivos daqueles anos de dominação estrangeira. Outro exemplo foi a destruição efetuada pelo Império Otomano em grande parte da Armênia, no período de 1915 a 1916.

Em muitos casos, tragicamente, as nações menores são simplesmente incapazes de se defender contra agressores mais poderosos. Esse foi o caso quando os exércitos de Hitler devastaram a Europa. Séculos antes, o mesmo havia acontecido na conquista dos astecas, no México, pelos exércitos espanhóis sob o comando de Cortez, 1519-1521, e dos incas, no Peru, pelas forças comandadas por Pizarro, em 1532-1533.44 Acemoglu e Robinson argumentam que o legado

destrutivo dessas conquistas e as instituições extrativistas que elas estabeleceram ainda persistem na América Latina.45

13. Evitar guerras civis e guerras de conquista

Entretanto, se uma nação pretende sair da pobreza e progredir, o governo não pode iniciar guerras destrutivas de conquista e de vingança contra outras nações. Landes observa que “a guerra é o maior dos desperdícios: ela destrói, em vez de construir; ela não conhece limites ou razões; e a inevitável desigualdade e escassez de recursos leva à inescrupulosa irracionalidade, que simplesmente aumenta os custos”.46 As guerras de conquista ou de vingança frequentemente trazem destruição, não somente para a nação ocupada, mas também para a nação invasora.

O dissidente da antiga União Soviética Natan Sharansky relata que uma tática frequente de ditadores opressores é a criação de “inimigos externos” reais ou imaginários para que a nação permaneça em um constante estado de “emergência”, o que ajuda o governante a permanecer no poder. Ele diz que “líderes não democráticos consideram a ameaça de guerra um artifício particularmente atraente para justificar a repressão necessária para controlar seus subjugados e se manter no poder”.47

Ele observa que os governos de Cuba, da Coreia do Norte e do Iraque (sob o governo de Saddam Hussein) “viam a ação de inculcar o ódio contra os estrangeiros como algo fundamental para seu governo”. Além disso, “ao promover uma guerra ideológica contra o Ocidente, o regime soviético foi capaz de encontrar um inimigo que ajudaria a estabilizar seu domínio por quase 70 anos”.48 Por isso, diz Sharansky: “O mecanismo da tirania torna as não democracias inerentemente beligerantes. Com efeito, para evitar o colapso interno, as sociedades baseadas no medo precisam manter um estado perpétuo de conflito”.49 Dentre outros exemplos, Sharansky menciona a Coreia do Norte e sua contínua beligerância contra a Coreia do Sul. Além disso, ele crê que os líderes das nações árabes hostis ao redor de Israel se beneficiam do perpétuo estado de hostilidade contra o Estado judeu como um meio de permanecer no

poder.50

Outros exemplos de conflitos que se mostraram prejudiciais ao agressor incluem a guerra terrivelmente destrutiva que o Sudão está empreendendo contra a nova nação do Sudão do Sul (incluindo anos de conflito que antecederam sua separação) e a guerra entre a Etiópia e a Eritreia (entre 1998 e 2000) por causa de uma questão fronteiriça ainda não resolvida.

Guerras civis internas também podem destruir as nações, como as que tantas vezes aconteceram na África. Acemoglu e Robinson observam que nas nações com "instituições extrativistas" (instituições políticas e econômicas "projetadas para extrair renda e riqueza de um grupo da sociedade em benefício de um outro grupo"),51 há um incentivo imenso para que se empreenda uma guerra civil a fim de assumir o controle do poder governamental:

Porque quem quer que controle o Estado se torna beneficiário desse poder excessivo e da riqueza que ele gera, instituições extrativistas criam incentivos à luta interna [...] [guerras são travadas] para tomar o poder e enriquecer um grupo em detrimento do resto.

Em nações como Angola, Burundi, Chade, Costa do Marfim, República Democrática do Congo, Etiópia, Libéria, Moçambique, Nigéria, República do Congo (Brazavile), Ruanda, Somália, Sudão [...], Uganda e [..] Serra Leoa [...] esses conflitos se transformaram em sangrentas guerras civis, causando a ruína econômica e um sofrimento humano sem precedentes, além de causar o colapso do Estado.52

Collier também descreve o conflito pelo controle do governo como uma destrutiva "cilada do conflito" que aprisiona muitas nações pobres na pobreza.53

14. Proteção contra a destruição do meio ambiente

Uma nação economicamente produtiva precisa proteger seus recursos naturais contra a destruição irresponsável causada pela atividade humana. Um exemplo desse tipo de degradação ocorreu no lago Erie, que se tornou tão poluído pelo esgoto e lixo industrial, que grandes áreas do lago estavam praticamente "mortas" nas décadas de 1960 e 1970, sem qualquer resquício de peixes próprios para o consumo e com focos ocasionais de incêndio nos poluentes da superfície dos canais que alimentavam o lago.54 Porém, em uma economia de mercado que contempla uma responsabilidade governamental perante seu povo, regulações ambientais mais estritas, colocadas em vigor desde o início da década de 1970, levaram à restauração quase completa do lago à sua condição anterior de ecossistema de uma vida aquática exuberante.55

Acerca da destruição do meio ambiente nas economias socialistas, há vinte anos P. J. Hill escreveu:

Com o colapso da União Soviética e a chegada da democracia ao Leste Europeu, a informação passou a circular muito mais livremente e a extensão da devastação ecológica se tornou mais conhecida.

Descobriu-se que o sangue de crianças na região polonesa da Alta Silésia contém cinco vezes mais chumbo que o de crianças das cidades europeias do Ocidente. Metade das crianças daquela região sofre de doenças relacionadas à poluição.

A pior poluição do ar está no corredor industrial do sul da antiga Alemanha Oriental, passando ao norte da República Checa e até o sul da Polônia.

Em Leuna, na região da antiga Alemanha Oriental, 60% da população sofre de doenças respiratórias crônicas. Quatro em cada cinco crianças em Espenhain desenvolvem bronquite crônica ou doenças cardíacas por volta dos sete anos de idade. Em Telpice, uma cidade no noroeste da República Checa, a poluição do ar mantém as crianças dentro de casa por cerca de um terço do inverno.

A poluição da água também se tornou um problema significativo em diversos países do Leste Europeu. Na Hungria, a água potável está seriamente contaminada com arsênico. O tratamento de esgoto é praticamente inexistente ou muito primitivo em várias cidades grandes. A agricultura da Bulgária sofre com a poluição de metais pesados através da água de irrigação presente na maior parte de suas melhores regiões agrícolas.

Por mais deploráveis que sejam as condições no Leste Europeu, a situação na antiga União Soviética não é melhor. Ali também é abundante a poluição do ar e da água.56

Embora grande parte desse estrago tenha sido eliminado desde que a liberdade chegou ao Leste Europeu, o trágico histórico de destruição causada pela economia socialista/comunista é inegável.

Dois exemplos particularmente horríveis de devastação ambiental ocorreram na própria extinta União Soviética. O mar de Aral, no Cazaquistão e Uzbequistão (diretamente a leste do mar Cáspio), já foi o quarto maior lago do mundo. Porém, o governo soviético desviou os rios que o alimentavam para o uso em projetos industriais e agrícolas, e o mar de Aral começou a secar. Landes escreve que ele é “hoje uma cavidade agonizante — metade de sua superfície original, um terço do seu volume, exalando um cheiro forte de produtos químicos, sem peixes, com o ar quente e envenenado. A mortalidade de crianças na região é de uma em cada dez no primeiro ano de vida. Décadas de planos audaciosos, pressa

e desperdício, toneladas de pesticidas, herbicidas e fertilizantes [...] permitiram que a União Soviética cultivasse bastante algodão [...] e, ao mesmo tempo, revertesse os ganhos na expectativa de vida e liderasse o retrocesso".57

O segundo exemplo é o terrível derretimento dos reatores de energia nuclear em Chernobyl (na Ucrânia, ao norte de Kiev), ocorrido em 1986: "O fogo queimou sem controle durante cinco dias e espalhou mais de cinquenta toneladas de veneno radioativo sobre a Bielorrússia, os Países Bálticos e partes da Escandinávia – muito mais do que as bombas de Hiroshima e Nagasaki juntas". Além disso, a limpeza "foi aparentemente malfeita: o núcleo não foi completamente abafado; 'a situação' não foi estabilizada. A área em torno da usina se tornou um lugar de terror".58 O problema foi uma falha no próprio projeto da usina, com proteções de segurança inadequadas. Mas isso não é de surpreender. Landes explica: "A economia hierárquica socialista era marcada por incompetência, credulidade, estupidez e indiferença pelo bem-estar público". De forma chocante, Landes conclui dizendo que "uma dúzia de usinas nucleares do modelo Chernobyl ainda estão em operação".59

Outras formas de destruir o meio ambiente que foram encontradas em muitas nações incluem a poluição do ar, o desmatamento sem reflorestamento e a erosão ou degradação do solo fértil.

Os economistas empregam o termo "tragédia dos comuns" para se referir a uma situação na qual muitos indivíduos têm o direito de usar um recurso que é comum a todos, sem que ninguém em particular tenha a responsabilidade de cuidar dele. Por exemplo, em uma pequena comunidade agrícola, se todos podem permitir que seu gado paste na área central do pasto, cada pessoa é incentivada a colocar cada vez mais gado naquele lote, levando à pastagem excessiva. Então, a área logo se torna inútil para qualquer gado pastar ali. Se ninguém tem a responsabilidade de cuidar do pasto, essa tragédia provavelmente ocorrerá. Esse é um argumento para outras soluções como mais posse privada da terra de pasto (de forma que cada fazendeiro cuide de sua própria terra) ou leis que regulem o acesso a alguns recursos (como a água do rio para irrigação).

A Bíblia ensina que Deus entregou ao ser humano a responsabilidade pela sábia mordomia do meio ambiente. Ao criar Adão e Eva, Deus lhes disse: “... Frutificai e multiplicai-vos; enchei a terra e sujeitai-a; dominai sobre os peixes do mar, sobre as aves do céu e sobre todos os animais que rastejam sobre a terra” (Gn 1.28). A responsabilidade de “sujeitar” a terra e de “ter domínio” sobre ela inclui uma obrigação de usar os recursos da terra com sabedoria e atenção adequada às necessidades das gerações futuras, bem como da nossa. Essa ideia é enfatizada em Salmos 8, que se refere a Deus dando ao homem domínio sobre a terra:

Deste-lhe domínio sobre as obras das tuas mãos; tudo puseste debaixo de seus pés: todas as ovelhas e os bois, assim como os animais selvagens, as aves do céu, os peixes do mar e tudo o que percorre as veredas dos mares (Sl 8.6-8).

C. O que o governo deve promover

Além de ter de proteger seu povo de certas coisas, um governo deve também promover ativamente diversas coisas. O Novo Testamento indica que a autoridade governamental “é serva de Deus para o teu bem” (Rm 13.4) e que o governo deve “honrar os que fazem o bem” (1Pe 2.14), o que implica encorajar e promover coisas que são boas para a sociedade como um todo. Nesta seção, consideramos três áreas em que o governo pode promover e estimular coisas que trazem grande benefício econômico: a educação, o casamento e a família e a igreja.

15. Educação universal compulsória

Nações economicamente produtivas requerem a educação universal de todas as crianças. Pessoas instruídas não trazem benefícios somente a si próprias, mas também à sociedade em geral, o que é uma boa razão para o governo exigir algum nível educacional. O progresso econômico está intimamente ligado a níveis de alfabetização da sociedade, como também à obtenção de outros tipos de educação (como, por exemplo, treinamento vocacional) suficientes para capacitar as pessoas a ganhar o seu sustento e contribuir positivamente para a sociedade.

Em contraste, nas nações onde a pobreza persiste, a educação é frequentemente limitada a determinados grupos mais favorecidos, e sua obtenção é muito difícil para os que estão fora desses grupos (como minorias raciais, étnicas ou religiosas; mulheres; e os pobres em geral). Portanto, os países pobres tendem a ter um alto índice de analfabetismo, concentrado principalmente entre mulheres, determinados grupos étnicos e religiosos ou determinadas castas inferiores.

Com relação aos benefícios econômicos da educação, Landes observa que os países da Escandinávia, que eram “desesperadamente pobres no século 18”, repentinamente começaram a experimentar um crescimento econômico espetacular, mais que triplicando suas rendas per capita entre 1830 e 1913. Uma das razões foi o fato de que “os países escandinavos, parceiros iguais na comunidade intelectual e científica da Europa, desfrutavam de altos níveis de alfabetização e ofereciam uma educação de primeira classe nos níveis superiores”.60

Esse também era o caso no norte europeu protestante em geral. Os protestantes colocavam uma “ênfase na instrução e alfabetização, tanto para meninas como para meninos”. A explicação para isso está em uma crença teológica:

Isso se deriva da leitura da Bíblia. Esperava-se que o bom protestante pudesse ler por si só as Escrituras. (Já os católicos eram catequizados, mas não precisavam ler, e eles eram explicitamente desencorajados a ler a Bíblia.) O resultado foi uma maior alfabetização e um número maior de candidatos à educação avançada, além de maior certeza de continuidade na alfabetização de geração a geração. Mães que sabem ler são importantes.61

Essa ênfase protestante na educação infantil não é de surpreender, porque a Bíblia enfatiza a responsabilidade dos pais de treinar seus filhos. Imediatamente após Moisés dar ao povo de Israel o maior dos mandamentos, ele os incentivou a educar a próxima geração:

Amarás o Senhor, teu Deus, de todo o teu coração, com toda a tua alma e com todas as tuas forças. E estas palavras, que hoje te ordeno, estarão no teu coração; e as ensinarás a teus filhos e delas falarás sentado em casa e andando pelo caminho, ao deitar-te e ao levantar-te (Dt 6.5-7).

Todo o povo em Israel deveria imitar o homem piedoso do salmo 1, cujo “prazer está na lei do Senhor, e na sua lei medita dia e noite” (Sl 1.2).

A ênfase protestante na educação levou ao rápido crescimento econômico no norte europeu protestante, ao passo que os países católicos romanos do sul da Europa ficaram muito atrás no desenvolvimento econômico: “O contraste entre o Mediterrâneo e o norte europeu é inegavelmente notável. Por volta de 1900, por exemplo, quando somente 3% da população da Grã-Bretanha era analfabeta, a estatística para a Itália era de 48%, para a Espanha era de 56% e para Portugal, 78%”.62

De forma semelhante, a Rússia dos czares não se desenvolveu economicamente e não se manteve em paridade com a Europa Ocidental, e um dos motivos era "uma população de pouca instrução, em grande parte analfabeta, com poucos bolsões de brilhantismo científico e intelectual".63

Nas nações muçulmanas do Oriente Médio, "as taxas de analfabetismo são escandalosamente altas, e muito mais altas para as mulheres do que para os homens".64 Por exemplo, mesmo em 1990, 43% da população da Argélia era analfabeta, sendo 55% mulheres.65 As únicas nações muçulmanas ricas do Oriente Médio têm muito petróleo e uma população reduzida (como a Arábia Saudita e o Kuwait).66 Isso ocorre porque a imensa fortuna gerada pelas reservas de petróleo geralmente continua nas mãos das poderosas elites que governam, enquanto a maioria da população continua presa à pobreza.

Similarmente, há resistência à educação universal em algumas regiões de cultura hindu. Darrow L. Miller e Stan Guthrie observam que um profissional da área de desenvolvimento que queira ensinar os pobres da Índia a ler e escrever pode estar confrontando uma objeção da cultura hindu: "No sistema hindu, incentivar o pobre a ler é pedir que ele cometa pecado".67

A educação tecnológica e comercial na escola também é fundamental para o progresso educacional de uma nação. Esse tipo de treinamento vocacional deve ser amplamente disponibilizado para que o país tenha uma grande provisão de eletricistas, encanadores, soldadores, carpinteiros, técnicos em radiografia e laboratório, secretários, operadores de maquinário pesado e assim por diante.

Por último, é importante conhecer uma língua estrangeira. Por conta do aumento das oportunidades globais de negócios, os estudantes que não souberem falar vários idiomas estarão limitados em suas oportunidades econômicas. Portanto, parece que um conhecimento prático de um idioma empregado mundialmente é cada vez mais importante para a educação infantil em todo o mundo. Em países onde o idioma inglês não é a primeira língua, as nações prósperas de hoje

geralmente requerem que todas as crianças sejam fluentes em inglês, pois o inglês é hoje a língua mundial do intercâmbio empresarial e científico. (A proficiência em inglês é agora exigida ou fortemente estimulada e amplamente disponível, por exemplo, nos sistemas educacionais de países prósperos como Noruega, Suécia, Dinamarca, Holanda e Alemanha, bem como China e Índia, países que têm crescido com rapidez, e em diversos países em crescimento no Leste Europeu.)

Em contrapartida, as nações que não exigem a fluência em inglês dentro do seu sistema educacional garantem que cada geração subsequente de crianças cresça linguisticamente incapaz de participar com facilidade das interações comerciais, tecnológicas e científicas que ocorrem todos os dias nos países economicamente mais avançados do mundo. As oportunidades para que essas crianças consigam, por si mesmas, escapar da pobreza e ajudar a tirar suas nações da pobreza ficam severamente restringidas. Infelizmente, diversos países latino-americanos ainda não exigem que suas crianças tenham um treinamento amplo na língua inglesa (talvez por causa de uma resistência nacionalista a se tornar “como os Estados Unidos”). Esse também é o caso de vários países muçulmanos e da Rússia.

16. Leis de proteção e incentivos econômicos a estruturas familiares estáveis

O tipo de família com maior propensão ao desenvolvimento econômico é o que tem um pai e uma mãe. Estudos indicam que nos Estados Unidos, onde há (infelizmente) um colapso generalizado da família e um número cada vez maior de divórcios, crianças que vivem com ambos os pais, casados, têm um desempenho educacional significativamente superior, com maior probabilidade de desfrutar de um melhor padrão econômico na vida adulta. Em outras palavras, um filho que cresce numa família com um pai e uma mãe presentes tem muito menos chance de se tornar pobre.68

Um dos fatores mais importantes na previsão da condição de pobreza nos Estados Unidos se relaciona com o fato de a criança crescer em um lar com apenas um dos pais:

A pobreza infantil é uma preocupação nacional permanente, mas poucos conhecem a sua causa principal: a ausência de pais casados no lar. Segundo o censo dos Estados Unidos, a taxa de pobreza para pais solteiros com filhos nos Estados Unidos em 2009 era de 37,1%. A taxa para pais casados com filhos era de 6,8%. Crescer em uma família com pais casados reduziu em 82% a probabilidade da criança viver em pobreza.69

Essa é uma área na qual muitos países pobres já se saem muito melhor que muitos países ricos. É trágico que em muitos países abastados (como os Estados Unidos) o divórcio seja mais comum e as crianças estejam nascendo cada vez mais fora do casamento. Os países mais pobres, que ainda possuem estruturas familiares estáveis, deveriam dar grande valor a isso e buscar proteger a família contra as influências culturais que a querem destruir.

Reconhecemos também que em muitos países pobres a razão de os filhos crescerem somente com um dos pais, ou com nenhum, não é o divórcio, e sim o fato de milhares de pais terem morrido de doenças, especialmente decorrentes da AIDS, ou terem sido mortos em guerras. Esse é um outro motivo pelo qual, conforme mencionamos em seções anteriores, os governos precisam proteger seu povo contra doenças, invasões e guerras desnecessárias de conquista, sempre que possível.

É claro que as sociedades devem prover diversos tipos de assistência às crianças que crescem sem os pais ou com pais solteiros. Mas uma das melhores proteções contra a pobreza na próxima geração é que as crianças cresçam em lares com ambos os pais.

Portanto, se uma nação pretende sair da pobreza para uma maior prosperidade, ela deve procurar adotar leis que proporcionem incentivos favoráveis (como, por exemplo, benefícios tributários e outros benefícios legais) ao casamento e à sua estabilidade. Especialmente nas nações onde nascem poucas crianças (como a China), os governos devem também prover incentivos para que as pessoas se casem e tenham filhos, já que as crianças serão os trabalhadores produtivos da próxima geração.

Em contrapartida, não acreditamos que as nações devam reconhecer ou promover relacionamentos homossexuais como um tipo de “casamento”, porque tais relacionamentos não trazem os mesmos benefícios à sociedade, nem geram e educam adequadamente a futura geração de crianças.70 Assim, esses relacionamentos de mesmo sexo geralmente contribuem para a erosão e o encolhimento da força de trabalho na próxima geração. Cremos que encorajar esses relacionamentos, no longo prazo, é economicamente prejudicial à nação. Além disso, relacionamentos desse tipo são também contrários aos padrões morais da Bíblia.71

17. Leis que protegem a liberdade religiosa de todos os grupos religiosos e concedem alguns benefícios às religiões em geral

Os Estados Unidos e muitas outras nações decidiram instituir leis que conferem algumas proteções e benefícios a igrejas e atividades religiosas em geral. Isso porque essas sociedades concluíram que as religiões usualmente ensinam bons valores morais aos cidadãos e isso promove o bem nessas sociedades, abrangendo também benefícios econômicos. Discutiremos esse assunto em mais detalhes nos capítulos 8 e 9, mas por ora é importante observar que uma economia obtém benefícios econômicos decorrentes de bons hábitos morais (como ser honesto, manter a palavra, não furtar, ser diligente no trabalho e ter moderação), hábitos que são ensinados pelas igrejas, sinagogas e a maioria das organizações religiosas. No entanto, a negação da liberdade de religião (como na Inquisição na Espanha, em Portugal e na Itália, ou a proibição da prática do cristianismo no Japão, em 1612, e nas nações muçulmanas de hoje) significa que muitas pessoas economicamente produtivas são mantidas fora de um país e estão, portanto, proibidas de contribuir para a economia dessa nação.

D. Conclusão

O principal argumento deste capítulo é que o estabelecimento de um sistema econômico de livre mercado, por si só, não é suficiente para tirar um país da pobreza e levá-lo a uma maior prosperidade. O governo da nação precisa também proteger seus cidadãos contra a corrupção governamental; proteger seus cidadãos contra forças e pessoas que poderiam prejudicá-los; e promover a educação universal, estruturas familiares estáveis e liberdade religiosa.

Em todos esses aspectos, os líderes de um país precisam usar o poder governamental para o bem de todo o povo, em vez de usá-lo para beneficiar a si mesmos e a suas famílias e amigos. É isso que o apóstolo Paulo quer dizer quando afirma aos cristãos em Roma que a autoridade civil "é serva de Deus para o teu bem" (Rm 13.4).

▪

1 David Maranz, African friends and money matters (Dallas: SIL International, 2001), p. 112-4.

2 Ibidem, p. 132.

3 David S. Landes, The wealth and poverty of nations: why some are so rich and some so poor (New York: W. W. Norton, 1999), p. 504 [edição em português: A riqueza e a pobreza das nações: por que algumas são tão ricas e outras tão pobres (Rio de Janeiro: Campus, 1999)].

4 Ibidem, p. 336, 339.

5 Acreditamos que o próprio requisito de tratar as pessoas com justiça e imparcialidade está ancorado na ideia da criação igual de todas as pessoas à imagem de Deus. Essa ideia de igualdade pela criação (isto é, a ideia de que todas as pessoas são iguais por terem sido criadas iguais por Deus) era amplamente difundida na sociedade colonial norte-americana; veja Thomas Kidd, God of liberty: a religious history of the American revolution (New York: Basic Books, 2010), p. 131-46. Os Pais Fundadores dos Estados Unidos a declararam como uma verdade "autoevidente" de que "todos os homens são criados iguais" e, portanto, receberam "do seu Criador" determinados "direitos inalienáveis", dentre os quais os direitos à "vida, à liberdade e à busca da felicidade" (Declaração da Independência, parágrafo 2).

6 M. Stanton Evans, The theme is freedom: religion, politics, and the American tradition (Washington: Regnery, 1994), p. 32.

7 Veja detalhes em Wayne Grudem, Politics: according to the Bible (Grand Rapids: Zondervan, 2010), p. 445-8 [edição parcial em português: Política segundo a Bíblia: princípios que todo cristão deve conhecer (São Paulo: Vida Nova, 2014)].

8 Landes, Wealth and poverty, p. 251-3.

9 Ibidem, p. 156-7.

10 Ibidem, p. 504-5.

11 Paul Collier, The bottom billion: why the poorest countries are failing and what can be done about it (Oxford: Oxford University Press, 2007), p. 66. Collier cita o trágico exemplo de Madagascar, onde o presidente, o almirante Didier Ratsiraka, reagiu a uma derrota eleitoral bloqueando o porto e destruindo a economia da nação (p. 83-4).

12 Landes, Wealth and poverty, p. 249.

13 Ibidem, p. 313.

14 Daron Acemoglu; James A. Robinson, Why nations fail: the origins of power, prosperity and poverty (New York: Crown Publishers, 2012), p. 243-4; veja também p. 115, 253 [edição em português: Por que as nações fracassam: as origens do poder, da prosperidade e da pobreza (Rio de Janeiro: Campus, 2012)].

15 Landes, Wealth and poverty, p. 218.

16 Ibidem, grifo nosso.

17 Adam Smith, An inquiry into the nature and causes of the wealth of nations, livro II, cap. 3, citado em Ibidem, p. 519-20 [edição em português: A riqueza das nações: investigação sobre sua natureza e suas causas (São Paulo: Nova Cultural, 1996)].

18 Ibidem, p. 56.

19 Ibidem, p. 57.

20 Ibidem, p. 240.

21 Ibidem, p. 504.

22 Veja a discussão em Acemoglu; Robinson, Why nations fail, p. 404-14.

23 Stephen Haber; Douglass C. North; Barry R. Weingast, “The poverty trap”, Hoover Digest, n. 4 (2002): 77-8.

24 Esse parágrafo e o próximo foram tirados de Grudem, Politics, p. 102.

25 Acemoglu; Robinson, Why nations fail, p. 80. Eles dizem também que, numa instituição inclusiva, esse poder deve ser suficientemente centralizado para que os líderes tenham condições de governar com eficiência.

26 Ibidem, p. 68.

27 Esse parágrafo e os próximos sete parágrafos foram adaptados a partir de Grudem, Politics, p. 107-8.

28 Mayflower Compact, veja http://mayflowerhistory.com/mayflower-compact.

29 Declaration of Independence, disponível em: http://www.archives.gov/exhibits/charters/declaration_transcript.html, grifo nosso.

30 Acemoglu; Robinson, Why nations fail, p. 42.

31 Landes, Wealth and poverty, p. 248.

32 Ibidem, p. 218.

33 Conforme um relatório de 2010 das Nações Unidas, dos 33,3 milhões de casos de AIDS no globo, a África subsaariana contabilizava 22,5 milhões. Mortes ligadas à AIDS nessa região resultaram em 14,8 milhões de órfãos (The United Nations, UNAIDS Report on the global AIDS epidemic 2010, p. 180-207, disponível em: http://www.unaids.org/globalreport/Global_report.htm, acesso em: 16 out. 2012).

34 Dos 33 países que registraram mortes por conta da cólera em 2011, 22 são da África, com 53% do total global de mortes. E 41% do total de mortes se deram na República Dominicana e no Haiti (World Health Organization, “Weekly epidemiological record” (August 2012): 289, disponível em: http://www.who.int/wer/2012/wer8731_32.pdf, acesso em: 16 out. 2012.

35 Acemoglu; Robinson, Why nations fail, p. 51.

36 Nações ricas não distribuem redes contra mosquitos. Elas simplesmente pulverizam os habitats dos mosquitos com inseticida, matando os mosquitos. Assim, ninguém contrai malária.

37 A AIDS também pode se propagar por meio de transfusões de sangue contaminado ou pela reutilização de agulhas para injetar drogas por diferentes usuários. A AIDS é contraída dessas formas em provavelmente menos de 5% dos casos ao redor do mundo. Medidas preventivas deveriam também ser adotadas nessas áreas, o que não deve obscurecer o fato de que, se a proliferação da AIDS através da relação sexual fora do casamento terminasse, a epidemia de AIDS cessaria quase completamente.

38 Landes, Wealth and poverty, p. 218.

39 Niall Ferguson, Civilization: the West and the rest (New York: Penguin, 2011), p. 198 [edição em português: Civilização: Ocidente x Oriente (São Paulo: Planeta, 2012)].

40 Ibidem, p. 201.

41 Josh Bloom, “Should patents on pharmaceuticals be extended to encourage innovation? Yes: innovation demands it”, Wall Street Journal, January 23, 2012, disponível em: http://online.wsj.com/articles/SB10001424052970204542404577156993191655(acesso em: 16 out. 2012.

42 Richard W. Rahn, “Price controls can be lethal”, Washington Times, October 28, 2003, disponível em: http://www.washingtontimes.com/news/2003/oct/28/20031028-083515-6228r/?page=all, acesso em: 6 jan. 2012.

43 Sidney Taurel, “Hands off my industry”, Wall Street Journal, November 3, 2003.

44 Os exércitos dos astecas e dos incas eram muito maiores, mas os soldados espanhóis tinham armas de fogo.

45 Acemoglu; Robinson, Why nations fail, p. 9-19, 114-5, 432-3.

46 Landes, Wealth and poverty, p. 171.

47 Natan Sharansky, The case for democracy (New York: Public Affairs, 2004), p. 83.

48 Ibidem, p. 84.

49 Ibidem, p. 88, grifo do autor.

50 Ibidem, p. 90-5.

51 Acemoglu; Robinson, Why nations fail, p. 76.

52 Ibidem, p. 344.

53 Collier, The bottom billion, p. 17-37.

54 “America’s sewage system and the price of optimism”, Time, August 1, 1969, disponível em: http://www.time.com/time/magazine/article/0,9171,901182,00.html, acesso em: 16 out. 2012.

55 Joseph C. Makarewicz; Paul Bertram, “Evidence for the restoration of the lake Erie ecosystem”, BioScience 41 (January 1991): 216-23, disponível em: http://www.epa.gov/greatlakes/monitoring/publications/articles/restore_lake_erie acesso em: 16 out. 2012.

56 P. J. Hill, “Environmental problems under socialism”, Cato Journal 12, n. 2 (Fall 1992): 321-34.

57 Landes, Wealth and poverty, p. 497.

58 Ibidem, p. 497-8.

59 Ibidem, p. 498.

60 Ibidem, p. 248.

61 Ibidem, p. 178, grifo do autor.

62 Ibidem, p. 250. Contudo, os católicos romanos promovem hoje a educação em muitos países.

63 Ibidem, p. 268.

64 Ibidem, p. 410-1.

65 Ibidem, p. 508.

66 Ibidem, p. 410-1.

67 Darrow L. Miller; Stan Guthrie, Discipling nations: the power of truth to transform cultures (Seattle: YWAM, 1998), p. 68 [edição em português: Discipulando nações: o poder da verdade para transformar culturas (Curitiba: FatoÉ Publicações, 2003)].

68 Veja Grudem, Politics, p. 224.

69 Robert Rector, “Marriage: America’s greatest weapon against child poverty”, Heritage Foundation Special Report, September 5, 2012, disponível em: http://www.heritage.org/research/reports/2012/09/marriage-americas-greatest-weapon-against-child--poverty#_ftnl, parágrafo 2, acesso em: 16 out. 2012.

70 Veja Mark Regnerus, “How different are the adult children of parents who have same-sex relationships? Findings from the New Family Structures Study”, Social Science Research 41 (2012): 752-70, disponível em: http://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S0049089X12000610, acesso em: 2 out. 2012.

71 Para uma discussão mais aprofundada, veja Grudem, Politics, p. 213-38.

8

AS LIBERDADES DO SISTEMA

Liberdades essenciais ao crescimento econômico

No capítulo anterior, descrevemos o tipo de governo mais propício ao desenvolvimento econômico em uma nação que procura sair da pobreza e alcançar uma prosperidade crescente. Trata-se de um governo em que os líderes usam o poder para beneficiar o povo como um todo, em vez de usá-lo em favor de si mesmos e de seus amigos. Para promover esse tipo de governo, expusemos proteções contra a corrupção (Estado de direito, um sistema judiciário justo, ausência de suborno e corrupção, poder limitado para o governo e divisão de poderes governamentais). Também listamos as diversas maneiras pelas quais os governos precisam proteger as pessoas de serem prejudicadas por outras que querem tirar proveito delas (proteção contra o crime, contra a violação de contratos, patentes e direitos autorais, contra a invasão estrangeira, contra guerras inúteis de conquista ou vingança e contra a destruição do meio ambiente). Por último, discutimos três instituições benéficas que devem ser promovidas pelo governo (educação, casamento/família e a igreja).

Resta ainda um motivo de grande preocupação que não discutimos em detalhe — uma condição que precisa ser protegida pelo governo. Esse fator é pelo menos tão importante quanto qualquer um dos que foram discutidos no capítulo anterior e influencia cada um deles. Trata-se da condição geral de “liberdade”.

A. A importância da liberdade para o crescimento econômico

A menos que o governo estabeleça e garanta liberdades econômicas e políticas fundamentais, nenhuma sociedade consegue passar da pobreza para a prosperidade.1 As pessoas precisam ter considerável liberdade para experimentar diversos métodos de produção econômica e atividade empresarial a fim de poder descobrir quais são os métodos mais efetivos, tanto do ponto de vista individual quanto do nacional. Elas não estarão dispostas a arriscar seu árduo trabalho e seus recursos, a não ser que saibam que a sociedade lhes dará liberdade para terem sucesso (ou fracassarem) nos seus esforços e a liberdade de aproveitar os frutos de seu trabalho. Essas liberdades permitem que o livre mercado funcione efetivamente e produza um contínuo crescimento econômico.

Em 1776, Adam Smith falou da importância absolutamente fundamental de leis que garantam que cada trabalhador possa usufruir "dos frutos de seu próprio trabalho". Esta explicação de Smith para a prosperidade da Grã-Bretanha se aplica a qualquer nação:

Aquela segurança que as leis na Grã-Bretanha dão a todo homem de que ele haverá de usufruir dos frutos de seu próprio trabalho por si só é suficiente para fazer qualquer país florescer.2

Smith segue explicando que, quando as pessoas têm a liberdade de usufruir dos frutos de seu próprio trabalho, elas naturalmente trabalham de tal forma a aumentar o bem-estar econômico de uma nação:

O esforço natural de cada indivíduo para melhorar sua própria condição, quando se lhe permite ser exercitado com liberdade e segurança, é um princípio tão

poderoso que é capaz, por si só, e sem qualquer assistência, não apenas de conduzir a sociedade à riqueza e prosperidade, mas de sobrepujar uma centena de obstruções impertinentes com as quais a estupidez das leis humanas com tanta frequência estorva sua operação; embora o efeito dessas obstruções seja sempre, de certa forma, invadir essa liberdade ou diminuir sua segurança. Na Grã-Bretanha, a indústria é perfeitamente segura; e, embora ela esteja longe de ser perfeitamente livre, é tão livre ou até mesmo mais livre que em qualquer outra parte da Europa.3

David S. Landes destaca a liberdade como um aspecto essencial do crescimento e prosperidade notáveis na Grã-Bretanha entre os séculos 17 e 18. Ele afirma que foi a Grã-Bretanha que "mais perto e mais precocemente se aproximou desse novo tipo de ordem social" que constituiria "uma sociedade ideal de crescimento e desenvolvimento", e diz então que "uma área-chave de mudança" foi "o aumento crescente da liberdade e da segurança do povo".4

Estudos recentes, como o índice Liberdade econômica no mundo e o mais novo volume anual do Índice de liberdade econômica corroboram essas observações históricas, mostrando uma forte correlação entre o grau de liberdade econômica em uma nação e a sua prosperidade econômica.5

A Bíblia apresenta diversos argumentos que apoiam a ideia de que os governos devem proteger a liberdade humana.6 A primeira consideração é o fato de a escravidão e a opressão sempre serem vistas de forma negativa nas Escrituras,7 ao passo que a liberdade é vista positivamente.

Quando Deus estabeleceu os Dez Mandamentos para o povo de Israel, ele começou dizendo: "Eu sou o Senhor teu Deus, que te tirou da terra do Egito, da casa da escravidão" (Êx 20.2). Quando o povo de Israel se voltou contra o Senhor, ele os entregou nas mãos de opressores que os escravizaram, tomando deles a sua liberdade (veja Dt 28.28,29,33; Jz 2.16-23). A perda da liberdade foi um castigo, não uma bênção. É por isso que uma das bênçãos prometidas na

profecia messiânica em Isaías 61 é a de que um salvador iria libertar o povo dessa opressão de seus inimigos, pois ele viria “proclamar liberdade aos cativos” (v. 1).

A liberdade individual também é valorizada na Bíblia, pois, embora as pessoas às vezes se vendessem como escravas, como uma saída para a pobreza extrema, o Ano do Jubileu, que acontecia uma vez a cada cinquenta anos, traria liberdade aos que haviam se escravizado assim: “E declarareis santo o quinquagésimo ano, e proclamareis liberdade na terra a todos os seus habitantes. Esse vos será um ano de jubileu, pois cada um de vós retornará à sua propriedade, e cada um à sua família” (Lv 25.10).

A liberdade de escolha individual é constantemente vista favoravelmente nas Escrituras. Ela é um componente da pessoa humana integral e é, em última análise, um reflexo do próprio atributo da “vontade” de Deus — sua capacidade de aprovar e de efetuar várias ações conforme sua decisão. Portanto, não temos somente o teste que Deus fez com Adão e Eva no jardim do Éden (eles tinham liberdade para escolher obedecer ou não), mas também declarações como estas:

Convoco hoje o céu e a terra como testemunhas contra ti de que coloquei diante de ti a vida e a morte, a bênção e a maldição. Portanto, escolhe a vida, para que vivas, tu e tua descendência (Dt 30.19).

Escolhei hoje a quem cultuareis (Js 24.15).

Vinde a mim, todos os que estais cansados e sobrecarregados, e eu vos aliviarei (Mt 11.28).

O Espírito e a noiva dizem: Vem! E quem ouve, diga: Vem! Quem tem sede, venha; e quem quiser, receba de graça a água da vida (Ap 22.17).

Do início de Gênesis ao capítulo final de Apocalipse, a Bíblia honra e protege a liberdade do homem e o seu direito de escolha. A liberdade é um componente essencial de nossa humanidade. Qualquer governo que significativamente negue às pessoas a sua liberdade exerce uma influência terrivelmente desumanizadora sobre o seu povo.

Ao fundar os Estados Unidos, os autores da Declaração de Independência compreendiam a importância da liberdade, pois eles afirmaram, já de início, que "todos os homens são criados iguais" e também que lhes foram "conferidos pelo seu Criador certos direitos inalienáveis, dentre os quais a vida, a liberdade e a busca da felicidade" (grifo nosso). O direito inalienável à "liberdade" foi listado junto com o direito inalienável à "vida". A frase seguinte declarava que era o propósito do governo proteger direitos como o direito à vida e à liberdade: "Que, para garantir esses direitos, são instituídos governos entre os homens, derivando seus justos poderes do consentimento dos governados".8 Os fundadores consideravam a proteção à liberdade humana uma das mais importantes e fundamentais funções do governo.

De modo semelhante, a primeira frase da Constituição dos Estados Unidos declarava que um dos propósitos mais básicos do novo governo era "garantir as Bênçãos da Liberdade para nós e nossa Posteridade".9 O governo dos Estados Unidos foi formado para estabelecer e proteger a autonomia (ou liberdade) humana, e essa proteção é um dos mais importantes fatores que levaram ao notável crescimento econômico da nação após a sua fundação.

B. Os tipos de liberdade que o governo deve proteger

Embora “liberdade” seja uma categoria ampla e algo imprecisa, podemos listar 21 liberdades específicas (ou 21 aspectos da liberdade em geral) que devem ser protegidas pelo governo de uma nação que deseja passar da pobreza para uma prosperidade crescente.

1. A liberdade de possuir propriedade

Discutimos essa liberdade em mais detalhes nos capítulos 3 e 4 (p. 121-3 e 150-63), mas a mencionamos novamente aqui por se tratar da primeira e mais fundamental liberdade econômica que um governo precisa garantir. A Bíblia regularmente admite e reforça um sistema no qual a propriedade pertence a indivíduos, não ao governo, ou à tribo, ou, em um sentido vago, à "sociedade" em geral.

Se uma nação quer sair da pobreza para uma crescente prosperidade, ela deve estabelecer e proteger um sistema em que as pessoas tenham a liberdade de comprar e de possuir propriedade sem impedimentos excessivos por parte do governo. (Isso também implica a liberdade de vender propriedade sem interferência excessiva.)

2. A liberdade de comprar e vender

O crescimento econômico ocorre em uma nação quando os indivíduos são livres para comprar e vender bens e serviços em um mercado livre. Se normas governamentais ditam que somente determinadas elites privilegiadas podem comprar certos bens, ou se as leis colocam barreiras impossíveis no caminho de quem deseja vender os seus bens, então o crescimento econômico é impedido. Se não houver um mercado para os produtos, não haverá produção e, desse modo, não haverá crescimento econômico.

Conforme mencionamos anteriormente, o sistema de marketing boards [diretorias de comercialização] agrícolas, que funcionava no passado em vários países africanos, impedia que todos, exceto aos agentes licenciados pelo governo, comprassem as colheitas dos agricultores e a sua venda a clientes estrangeiros (veja discussão no capítulo 2, p. 90-1, 100). O incentivo para que qualquer pessoa tentasse prosperar foi removido e o crescimento econômico, reprimido.

A mesma coisa ocorre hoje quando somente uma companhia ou somente um intermediário recebe o monopólio para comprar produtos de agricultores numa determinada região.10

3. A liberdade de viajar e transportar bens para qualquer lugar do país

Para que pessoas e empresas possam contribuir para uma economia em crescimento, elas precisam de acesso fácil a grandes mercados, que são pelo menos tão grandes como a nação inteira. Uma das principais razões de a Grã-Bretanha ter prosperado de forma tão notável durante a Revolução Industrial foi a facilidade de transporte e o acesso aberto à nação inteira como um grande mercado:

Novas estradas e canais com cobrança de pedágio, construídos primordialmente para servir à indústria e à mineração, abriram caminho para recursos valiosos, ligaram a produção aos mercados, facilitaram a divisão do trabalho [...]. Em nenhum outro lugar estradas e canais foram obras características da iniciativa privada e, consequentemente, construídas para atender à necessidade (em vez de prioridades militares ou de prestígio) e lucrativas para os usuários.11

Os comerciantes podiam transportar suas mercadorias sem obstáculos para qualquer lugar na Grã-Bretanha e, por isso, tinham livre acesso ao maior mercado nacional da Europa.12

Em contraste, o transporte de bens era difícil e dispendioso na Alemanha. Apesar de a Alemanha ter uma ampla rede fluvial que poderia ter proporcionado um transporte fácil e barato, os comerciantes frequentemente se deparavam com barreiras nos rios, onde os tiranos locais “inspecionavam” os bens e extorquiam pedágios sem fornecer qualquer benefício em troca. Os pedágios fluviais eram tão problemáticos e custosos que “os transportadores frequentemente se viam obrigados a usar as estradas, apesar de sua má qualidade e morosidade, até mesmo para produtos a granel de baixo valor por peso”. O sistema inteiro “foi montado para incentivar o suborno, incluindo rodadas de comida e bebida para os rapazes, o que não contribuía para a passagem do barco seguinte”.13

Evidentemente, logo os pedágios começaram a ser coletados também nas estradas, atrasando o crescimento industrial e beneficiando somente os tiranos locais que recolhiam esses pedágios, às custas tanto dos consumidores como dos vendedores do resto da nação.

É de impressionar que a Alemanha não tenha abolido efetivamente esses pedágios até 1834. Na França, as barreiras alfandegárias na entrada das cidades só desapareceram com a chegada do automóvel, no início do século 20.14

Infelizmente, esses tipos de bloqueios viários e extorsão de dinheiro persistem ainda hoje em diversos países africanos. Robert Guest, o editor africano da revista The Economist, obteve permissão para acompanhar o motorista de um grande caminhão que levava trinta mil garrafas de cerveja da fábrica Guinness, em Douala, o porto que é o maior centro comercial de Camarões, até Bertoua, uma pequena cidade distante quinhentos quilômetros dali. Em um país com um sistema viário aberto e desenvolvido, a viagem levaria cerca de cinco ou seis horas. Em Camarões, deveria levar dezoito horas (um dia e meio), incluindo uma parada para dormir. Mas Guest explica que o percurso foi de quatro dias e, quando o caminhão chegou, “levava somente dois terços da carga original”.

Por que a viagem demorou tanto? Guest explica:

Fomos parados 47 vezes em barreiras da estrada. Essas barreiras em geral consistiam em uma pilha de pneus ou um par de barris de combustível no meio da estrada, além de uma prancha com pregos de pontas viradas para cima que poderia ser tirada do caminho quando os policiais em serviço se dessem por satisfeitos de que o caminhão não havia infringido nenhuma lei e dessem permissão para prosseguir [...]. A cada duas barreiras, eles realizavam “verificações de segurança” [...]. Em algumas barreiras, a polícia examinou nossos documentos palavra por palavra, na esperança de encontrar algo errado.

A explicação mais incisiva da razão da tolerância dos camaroneses com tudo isso veio do gendarme no bloqueio viário número 31, que inventou uma nova lei a respeito de passageiros no caminhão [...]. Quando lhe dissemos que essa lei na realidade não existia, ele deu um tapinha no coldre e retrucou: “Você tem uma arma? Não. Eu tenho. Por isso, eu conheço as regras”.15

Além disso, muitas estradas estavam em péssima condição, obstruídas com destroços que não haviam sido removidos, e em um lugar havia caído uma ponte, forçando o motorista a procurar uma rota alternativa. Numa parada, o caminhão foi detido por três horas e meia, e em outra, o motorista e Guest tiveram de esperar 25 horas até receberem permissão para prosseguir.16

Quando eu (Wayne Grudem) li essa história, tentei imaginar o que aconteceria em um país industrializado moderno, se um chefe de polícia local decidisse montar um “posto de controle” em uma estrada principal e extorquir subornos para permitir que os caminhões prosseguissem. Em dez minutos, ele seria detido por policiais e colocado na cadeia.

Qualquer nação que deseje sair da pobreza e prosperar deve compreender a magnitude do dano que essas barreiras à atividade comercial causam à economia de uma nação. Cada consumidor que finalmente pôde adquirir uma dessas garrafas de cerveja em Bertoua teve de desembolsar muito mais que o necessário, devido ao alto custo do transporte, elevando o preço que a Guinness teve de cobrar.

Isso acontece não somente no caso da cerveja, mas de cada bem de consumo que precisa ser trazido àquela cidade de qualquer outra parte do país. Os únicos beneficiários são os tiranos locais que coletam subornos nos postos de controle. No entanto, os tiranos que controlam essas barreiras também sofrem com os preços mais altos, porque tudo que eles compram foi sujeito aos mesmos custos exorbitantes de transporte.

Além do mais, esses pequenos tiranos não trazem nenhum benefício econômico a Camarões, pois não estão empregados em nenhum tipo de trabalho produtivo. Eles poderiam estar trabalhando na agricultura, construindo casas ou estradas, ou envolvidos em algum treinamento profissionalizante. Em vez disso, desperdiçam a vida tornando-se peritos em furtar. Enquanto isso, o motorista do caminhão de cerveja, que poderia estar fazendo outras entregas ou trabalhando em um segundo emprego no seu tempo livre, não pôde fazer nenhum trabalho para produzir mais bens e serviços para a nação enquanto esperava 25 horas em uma parada, até que o homem que poderia lhe dar permissão para prosseguir fosse encontrado.

Para que um país produza continuamente uma quantidade maior de bens e serviços de valor, passando da pobreza à prosperidade, ele deve garantir a liberdade doméstica de comércio. O governo nacional precisa ter força e coragem suficientes para abolir todas as extorsões e tarifas internas. Todas as pessoas da nação devem ter a liberdade de viajar e transportar bens a qualquer lugar, sem multas ou propinas.

4. A liberdade de se mudar para qualquer lugar do país

Se os trabalhadores são livres para se mudar para qualquer lugar e obter diferentes empregos, eles têm alguma possibilidade de negociar uma remuneração mais elevada e, assim, melhorar a sua condição. Isso não era possível, por exemplo, para a maior parte da população na Rússia, entre os séculos 16 e 18, porque os senhores agrícolas latifundiários podiam “fixar seus trabalhadores ao solo” por meio de um tipo de servidão que reduzia o trabalhador “praticamente à condição de escravo”, de forma que “a Rússia com efeito se tornou uma gigantesca prisão”.17 O governo e a aristocracia cooperavam para manter o funcionamento desse sistema. No entanto, as consequências para a economia da Rússia foram desastrosas e, finalmente, o sistema fracassou porque “a mão de obra sem liberdade não trabalhava bem ou de forma honesta”.18

Em contrapartida, as nações que passaram por um rápido desenvolvimento econômico, como a Grã-Bretanha, os Estados Unidos e os países da Escandinávia, deram às pessoas completa liberdade de viajar e de se mudar para assumir diferentes empregos em qualquer lugar dentro do país.

5. A liberdade de comercializar com outras nações

Assim como a liberdade de comprar e vender, a liberdade de viajar e transportar mercadorias e a liberdade de se mudar são importantes dentro das fronteiras de um país, a liberdade de comercializar com pessoas de outros países também é fundamental quando uma nação busca sair da pobreza para alcançar uma prosperidade cada vez maior. Com efeito, quanto maior o número de parceiros comerciais em potencial, mais oportunidades de mercado existem para obter melhores tipos de vantagem comparativa. O comércio é mais favorável a países que fabricam produtos muito diferentes dos produtos domésticos.

Um dos principais fatores que contribuíram para mais de três séculos de pobreza no Japão foi o isolamento em relação ao comércio exterior, imposto pelo próprio país. Em 1616, o Japão baniu todos os navios mercantes estrangeiros (exceto os chineses) de todos os portos japoneses, com a exceção de dois (Nagasaki e Hirado). A partir de 1633, todas as embarcações japonesas precisavam de permissão oficial para deixar o país (e isso numa nação-ilha). Em 1636, todos os navios japoneses estavam confinados ao Japão e, depois de 1637, “nenhum japonês tinha permissão para deixar o país usando qualquer meio de transporte — sem saída. E o pior, sem volta, sob ameaça de pena de morte”.19

Portanto, enquanto grande parte do resto do mundo experimentava um notável crescimento econômico a partir do século 17 até o século 19, o Japão permanecia isolado. Embora o povo japonês tivesse o benefício de uma cultura que valorizava muito o trabalho e a poupança, a nação não estava aberta aos bens e ideias estrangeiros até que uma frota de dezessete navios britânicos, americanos, franceses e holandeses com 305 canhões forçou seu caminho até o porto de Shimonoseki, em 1864. Depois disso, o comércio com outras nações e o desenvolvimento industrial baseado no conhecimento de métodos estrangeiros começou a se expandir e a enriquecer a nação.20

O livre comércio, como todas as ideias econômicas do homem, é semelhante a uma máquina em moto-perpétuo. O comércio gera ganhos econômicos; os ganhos econômicos produzem rendimentos mais elevados; o aumento nos rendimentos permite que as pessoas adquiram mais bens e serviços, o que leva a uma produção ainda mais eficiente, o que leva a um crescimento cada vez maior do comércio. O círculo de riqueza em crescente expansão causa uma divisão maior do trabalho, mais especialização, mais produtividade e mais benefícios do mútuo intercâmbio e comércio. As nações e as pessoas enriquecem quando comercializam livremente.

Quotas e tarifas comerciais, porém, produzem exatamente o oposto. Elas sempre aumentam o preço que os consumidores precisam pagar pelos produtos. Embora as quotas sobre os produtos possam salvar alguns empregos locais, os custos mais elevados para os consumidores em geral superam em muito a quantia ganha pelo trabalhador que mantém o seu emprego. Quotas e tarifas protecionistas impõem enormes custos a uma sociedade, mas os grupos de pressão trabalhistas geralmente só estão interessados em saber como essas políticas os beneficiam. Os interesses mesquinhos do produtor são quase sempre mais poderosos que os interesses gerais do consumidor.

Niall Ferguson ilustra esse contraste ao citar os exemplos históricos da Grã-Bretanha e do Japão:

Enquanto os ingleses se voltavam agressivamente para fora, lançando o fundamento do que pode justamente ser chamado de “anglobalização”, os japoneses tomaram o caminho oposto, com a política do xogunato de Tokugawa de reclusão estrita (sakoku) após 1640. Todas as formas de contato com o mundo exterior foram proibidas. Como resultado, o Japão ficou totalmente excluído dos benefícios associados com um nível de rápido crescimento no comércio e migração globais. Os resultados foram gritantes. No final do século 18, mais de 25% da dieta do agricultor inglês era constituída de produtos animais; a base da dieta de sua contraparte japonesa era monótona, com uma proporção de 95% de

cereais, principalmente arroz. Essa divergência nutricional explica a grande diferença de estatura que se desenvolveu após 1600. A estatura média de prisioneiros ingleses no século 18 era de 1,70 m. A estatura média dos soldados japoneses no mesmo período era de apenas 1,59 m.21

O economista Paul Collier, com base em sua experiência de muitos anos como economista e diretor de pesquisa em desenvolvimento no Banco Mundial, escreve que a reforma da política comercial é um dos passos mais urgentes que tanto os países ricos como os países pobres podem adotar para auxiliar o desenvolvimento econômico de países pobres. Especificamente, ele diz que os países pobres precisam abrir mão de suas tarifas protecionistas, que forçam seus cidadãos a pagar preços elevados por bens importados simplesmente para proteger empresas domésticas ineficientes (cujos donos são frequentemente amigos de funcionários públicos). Além disso, os países ricos precisam fazer "reduções sem reciprocidade" nas barreiras comerciais, a fim de genuinamente auxiliar os países muito pobres.22

6. A liberdade de constituir empresas

Se o objetivo de uma nação é criar continuamente mais bens e serviços e com isso passar da pobreza para a prosperidade, ela deve perguntar: “Quem cria a maior parte dos novos produtos de valor?”. A maioria desses produtos não é criada pela atividade governamental, por igrejas ou organizações de caridade, ou por pomares comunitários, clubes de boliche ou equipes esportivas. O tipo de organização que cria muito mais produtos de valor que todas essas outras fontes combinadas é uma empresa.

Empresas produzem, distribuem e vendem trilhões de dólares em bens ao redor do mundo a cada ano. E as empresas oferecem a grande maioria dos empregos que pagam às pessoas por seu trabalho e, assim, proveem um mercado no qual os produtos podem ser comercializados. Portanto, é essencialmente importante para uma sociedade facilitar às pessoas a abertura de uma empresa. Uma nova empresa pode se empenhar em produzir um produto que ninguém ainda pensou em produzir (como lâmpadas elétricas, telefones, computadores pessoais ou telefones celulares). Ou uma nova empresa pode procurar fabricar um produto melhor do que aquele que está no mercado, ou produzi-lo de forma mais barata. Com isso, novas empresas promovem a concorrência, e a empresa que faz o melhor produto pelo menor custo terá mais sucesso. Todos os consumidores na sociedade se beneficiam disso, pois podemos comprar produtos de qualidade melhor a um custo bem menor do que poderíamos sem a concorrência no mercado.

Portanto, se um país pretende sair da pobreza para alcançar uma prosperidade cada vez maior, é importante que os indivíduos na sociedade tenham a liberdade de iniciar uma empresa, se eles assim desejarem. Em uma economia em crescimento, o governo facilitará para que qualquer pessoa abra e desenvolva uma empresa legalmente documentada, e poucos monopólios, ou mesmo nenhum, serão permitidos.

Em contraste, se um governo impuser uma barreira excessivamente alta para a criação de empresas nos mais diversos setores (talvez porque as empresas que já existem sejam controladas por amigos abastados de autoridades governamentais), então a concorrência será reprimida e o crescimento econômico, impedido. Os governos podem efetivamente evitar a abertura de novas empresas, seja ordenando procedimentos restritivos para a obtenção de licenças de funcionamento, seja fazendo vista grossa ao furto e à violência cometidos contra novas empresas por vigaristas secretamente financiados por empresas já estabelecidas no setor.

Daron Acemoglu e James A. Robinson relatam como o governo mexicano protege o monopólio de telecomunicações do bilionário Carlos Slim.23 Eles escrevem:

Se você é um empreendedor mexicano, barreiras à entrada [no mercado] terão um papel fundamental em cada fase da sua carreira. Essas barreiras incluem licenças caras que você terá de obter, burocracia que terá de enfrentar, políticos e operadores que estarão no seu caminho e a dificuldade de obter recursos de um setor financeiro que frequentemente está comprometido com os operadores com os quais você está tentando concorrer. Essas barreiras podem ser [...] intransponíveis, mantendo-o longe das áreas lucrativas.24

Outra liberdade relacionada e igualmente importante que o governo precisa proteger é a liberdade de um empresário fechar empresas e indústrias, se os negócios não geram dinheiro. Se as regulamentações governamentais impedem de maneira significativa que uma companhia demita funcionários ou encerre suas atividades, menos pessoas ousarão tentar iniciar uma empresa. A possibilidade de um grande endividamento de longo prazo é grande demais.

O economista peruano Hernando de Soto explica que restrições governamentais

em excesso tornam praticamente impossível que se inicie uma empresa em diversos países pobres (veja exemplo mencionado anteriormente, p. 160-2).

7. A liberdade contra a excessiva regulamentação governamental

Se um país deseja passar da pobreza para uma prosperidade cada vez maior, a carga das regulamentações governamentais sobre as empresas precisa ser conservada em proporções relativamente pequenas.

O controle governamental sobre os negócios é extremamente sufocante em sistemas planificados como as economias comunistas e socialistas. Problemas semelhantes eram evidentes nas diretorias de comercialização que controlavam a venda de bens agrícolas em diversos países africanos (como explicamos no capítulo 2, p. 90-1, 100).

Recentemente foi observada uma excessiva regulamentação governamental nos Estados Unidos, onde uma agência do estado de Louisiana enviou uma intimação a um mosteiro, a Abadia de São José. Para arrecadar um pouco de dinheiro para cobrir suas despesas, os monges estavam fabricando e vendendo caixões simples de madeira. A agência do estado notificou os monges de que a abadia precisava primeiro se tornar um estabelecimento funerário licenciado, "o que significa que os monges de São José teriam de contratar um diretor de funerais, instalar equipamento de embalsamamento e construir uma área para velórios, apesar de eles não terem qualquer plano de embalsamar os falecidos ou realizar ofícios fúnebres".25 Em vez disso, os monges decidiram entrar com um processo contra o estado e ganharam a causa em 20 de março de 2013.

Em 2010, um relatório da Heritage Foundation estimou o custo total da regulamentação governamental sobre a economia dos Estados Unidos na quantia assombrosa de 1,75 trilhão de dólares por ano (em uma economia com um PIB de 15 trilhões de dólares).26

8. A liberdade contra o pagamento de suborno

Em muitos países pobres, admite-se que funcionários públicos exijam suborno para emitir licenças, aprovar inspeções sanitárias ou de segurança, ou conceder permissões a empresas para operar em determinadas áreas. Um suborno pode até mesmo ser dado a um policial ou a um juiz para persuadi-lo a ignorar uma violação — ou para impor penalizações espúrias a um concorrente! Em transações comerciais, um vendedor pode oferecer um suborno para persuadir o funcionário que toma as decisões na outra empresa a adquirir o produto da sua firma em vez do produto de alguma outra empresa. Funcionários alfandegários podem requerer subornos antes de permitir a importação ou exportação de um carregamento de produtos. Ou um inspetor do governo pode forçar uma fábrica a parar sua produção, alegando a violação de alguma regulamentação obscura de saúde ou segurança, até receber uma propina.

Quando práticas como essas são permitidas em uma economia, elas formam uma rede invisível e penetrante que continuamente enfraquece a economia e encarece cada produto. Essas práticas trazem desvantagens injustas aos empreendimentos honestos que não pagam propinas. Elas também impõem custos improdutivos sobre empresas que não subornam. Elas incentivam o rotineiro desrespeito às regulamentações de saúde e segurança, porque as empresas sabem que podem subornar os inspetores e passar na inspeção, mesmo se não atenderem os padrões exigidos. Elas desestimulam a melhoria do produto porque as empresas sabem que, mesmo se produzirem produtos de baixa qualidade, elas podem vendê-los mediante pagamento de propinas aos compradores no governo ou em outras empresas. Elas desencorajam a redução no custo dos bens porque as vendas das empresas não são determinadas pelo trabalho duro para produzir produtos a preços melhores, mas pelo pagamento de propina a pessoas para que aceitem os produtos a um preço maior, com a mesma qualidade.

Quem se beneficia da tolerância ao suborno? Como na situação dos bandidos

locais que administram os “postos de controle” nas estradas africanas, as únicas pessoas beneficiadas economicamente em um sistema nacional de suborno são aquelas que recebem propina. Elas enriquecem, ao passo que o custo da realização de negócios para cada empresa no país é elevado e os preços que todos pagam são mais altos do que seriam de outra forma. Portanto, todos os que compram qualquer produto no país pagam preços mais altos porque, em diversas etapas, o produto foi “passado para a frente” mediante o pagamento de suborno. Novamente, trata-se de uma situação em que um pequeno e poderoso grupo se beneficia, enquanto o resto da sociedade perde com isso.

No entanto, nem mesmo aqueles que recebem subornos lucram tanto como imaginam, pois também precisam viver numa sociedade em que os preços de tudo são maiores e a qualidade é menor por conta da predominância do suborno. Eles também pagam preços mais altos por bens de qualidade inferior. Portanto, a tolerância do suborno é uma maneira poderosa de uma nação continuar aprisionada à pobreza. É exatamente o oposto do que ela deve fazer para escapar da pobreza e se mover na direção de uma maior prosperidade.

A Bíblia claramente condena o suborno:

Não aceitarás suborno, porque o suborno cega os que têm vista e perverte as palavras dos justos (Êx 23.8).

Não violarás o direito; não farás discriminação de pessoas, nem aceitarás suborno; porque o suborno cega os olhos dos sábios e perverte a causa dos justos. Seguirás a justiça, somente a justiça, para que vivas e possuas por herança a terra que o Senhor, teu Deus, te dá (Dt 16.19,20; veja tb. Dt 10.17; 1Sm 12.3; Pv 17.23; Ec 7.7).

Qual é a solução? Leis contra o pagamento de propina podem ter algum efeito,

desde que sejam aplicadas em todo o território nacional. Porém, essa é uma área em que muitos milhares de decisões individuais são tomadas todas as semanas na nação inteira. Cada pessoa deve se perguntar: “Aceitarei esse suborno ou não?” e “Pagarei ou não essa propina?”.

Em certas épocas na história de Israel, a sociedade se tornou muito corrupta: “Os teus príncipes são rebeldes e companheiros de ladrões; cada um deles ama o suborno e anda atrás de presentes” (Is 1.23). Talvez seja por isso que a Bíblia às vezes enfatiza a importância de funcionários públicos que “odeiam” o suborno:

Mas escolha dentre todo o povo homens capazes, tementes a Deus, dignos de confiança e inimigos de ganho desonesto. Estabeleça-os como chefes de mil, de cem, de cinquenta e de dez (Êx 18.21, NVI).

O que se entrega à cobiça perturba a própria casa, mas quem rejeita o suborno viverá (Pv 15.27).

Se os funcionários públicos reconhecem que cada suborno que eles aceitam contribui para a corrupção econômica da nação e que toda vez que se recusam a receber um suborno contribuem para o benefício e purificação da nação, existe uma chance de o suborno ser substancialmente erradicado. É preciso que as pessoas entendam que aceitar um suborno é, na verdade, roubar — é tomar aquilo que não lhes pertence — e que, mesmo se os subornos aparentemente forem oferecidos “livremente”, eles não são realmente presentes, porque, se o suborno não fosse permitido no sistema, ninguém os estaria oferecendo.

David R. Henderson explica o conceito econômico geral por trás dessa conduta:

A “busca de renda” é uma das noções mais importantes dos últimos cinquenta anos da ciência econômica e que, infelizmente, recebeu um dos nomes mais inadequados [...]. A ideia é simples, mas poderosa. Diz-se que alguém busca renda quando tenta obter benefícios para si por meio da arena política. Essa pessoa em geral o faz ao obter um subsídio para um bem que ela produz ou por fazer parte de uma classe específica de pessoas, ao obter uma tarifa sobre um bem que ela produz, ou por receber uma regulação especial que onera seus concorrentes. Eles [os economistas] usam esse termo para descrever a pressão que pessoas exercem sobre o governo para que lhes conceda privilégios especiais. Um termo muito melhor seria “busca de privilégio”.27

Em geral, atualmente o suborno é muito mais difundido em países economicamente pobres e muito menos comum em países ricos. Por exemplo, na Indonésia, o ex-tesoureiro do Partido Democrático foi condenado por corrupção nos Jogos do Sudeste Asiático.28 Miranda Swaray Goeltom, uma ex-funcionária do banco central, foi condenada por corrupção em 2012.29 Embora a Indonésia tenha ótimas pontuações em várias áreas da liberdade econômica, segundo o Índice de liberdade econômica 2012, “a corrupção continua generalizada”.30 Corrupção e suborno continuam superando todos os outros fatores no Índice de liberdade econômica como problemas globais que precisam ser resolvidos (veja “Figura 2”).

Há algumas exceções. Nações muçulmanas ricas em petróleo enriqueceram apesar da sangria que o suborno causa às suas economias. E o suborno é visto como normal na China e em alguns outros países asiáticos que estão crescendo economicamente por conta de muitos outros fatores positivos. Mas em todos esses casos, o suborno ainda exerce uma influência negativa no crescimento econômico. Esses países teriam se desenvolvido ainda mais rápido, se o suborno fosse amplamente inexistente.

Isso não quer dizer que não exista suborno em países como os Estados Unidos, Canadá, Reino Unido, França, Alemanha e outras nações prósperas. Mas isso quer dizer que toda a cultura em cada uma dessas nações concorda que o

suborno é perverso e que, se um funcionário público for descoberto aceitando suborno, ele é imediatamente afastado do cargo e, geralmente, mandado para a cadeia. Isso difere muito da situação em muitas nações encharcadas pelo suborno, onde todos sabem que ele acontece, mas ninguém faz nada a respeito e as leis contra o suborno não são aplicadas. Em toda nação, regras de transparência para as transações governamentais e leis de “liberdade de acesso à informação”, que garantem o acesso à maior parte dos registros governamentais, podem ajudar a aliviar o problema do suborno.

9. A liberdade para trabalhar em qualquer emprego

Se uma sociedade quer sair da pobreza para uma maior prosperidade, ela dará aos trabalhadores a liberdade de abraçar qualquer profissão ou negócio a que desejarem se dedicar. Nações prósperas não têm barreiras restritivas à prática de qualquer ofício ou ocupação, exceto aquelas que sejam necessárias para proteger a qualidade do trabalho.

Em contraste, se uma nação permite a existência de corporações altamente restritivas, que limitam o ingresso a determinados ofícios ou profissões, principalmente com o propósito de preservar a alta renda daqueles que já fazem parte da corporação, ela está permitindo um obstáculo ao seu crescimento econômico.

Douglass North, que dividiu com Robert Fogel o Prêmio Nobel de Economia de 1993, demonstrou que “a Inglaterra e a Holanda se industrializaram mais rapidamente porque o sistema de corporações, que impunha restrições quanto à entrada e às práticas de trabalho em várias profissões, era mais fraco naqueles dois países do que em outros países europeus”.31

De forma semelhante, o economista francês Anne-Robert-Jacques Turgot (1727-1781), no seu livro Reflections on the production and distribution of wealth,32 contestou “a intervenção governamental no setor econômico”. Mais tarde, quando ocupava um alto cargo na economia do governo:

Turgot aboliu o sistema de corporações que restava da época medieval. O sistema de corporações, como o licenciamento profissional de hoje, impedia que os trabalhadores ingressassem em determinadas profissões sem licença [...]. O

rei Luís XVI não via com bons olhos as reformas de Turgot e o dispensou em 1776. Alguns historiadores afirmam que, se as reformas de Turgot tivessem sido mantidas, a Revolução Francesa talvez não tivesse ocorrido treze anos depois.33

Landes explica que o desenvolvimento econômico nos países europeus como a Alemanha, a França e a Itália foi retardado por um “legado medieval” de “organização da indústria em guildas ou corporações de ofício”. Estas logo se transformaram em “monopólios coletivos” que controlavam a entrada às várias profissões por meio de aprendizados obrigatórios e restrições ao número de pessoas que tinham a permissão de serem consideradas “mestres” nessas profissões.34 A abolição dessas guildas veio finalmente em 1859 (na Áustria) e 1870 (na Alemanha).

É claro que determinadas profissões exigem corretamente dos trabalhadores um alto nível de competência a fim de proteger os cidadãos na sociedade de práticas irregulares. É apropriado que médicos, dentistas, veterinários, advogados e contadores tenham de demonstrar amplo conhecimento e capacidade antes de obterem permissão para exercer suas profissões. Muitas outras profissões têm exigências parecidas, ainda que menos difíceis, e conselhos reconhecidos que as certificam.

Mas cada sociedade precisa perguntar, em relação a cada corporação ou associação profissional, se os padrões vigentes são de fato necessários para garantir a qualidade do serviço para o bem da sociedade como um todo ou se servem meramente para preservar a alta renda daqueles que estão no exercício da profissão, dificultando a concorrência daqueles que deveriam legitimamente ter permissão de ingressar nesses setores.

10. A liberdade de ser recompensado por seu trabalho

Se os trabalhadores são forçados a trabalhar como escravos ou em condições de semiescravidão, eles não farão um bom trabalho ou não terão tanta boa vontade. Além disso, se os trabalhadores não têm como realmente escolher entre os empregadores de uma região, eles receberão salários injustamente baixos por não haver concorrência por seu trabalho, e eles se sentirão ressentidos e desanimados. A criatividade e melhorias inovadoras deixarão de fluir. A produtividade econômica por trabalhador será mais baixa do que seria caso fossem tratados de forma justa.

Isso aconteceu, por exemplo, nas plantações feudais do Leste Europeu, onde os servos estavam essencialmente ligados ao solo (veja a discussão, p. 123-5). Outro exemplo é o Egito do início do século 19. Os egípcios cultivavam o mais fino algodão do mundo, mas as fábricas dependiam de trabalho forçado, "mal alimentado e horrivelmente alojado, vítima do abuso da tirania dos superiores". Por causa dessa semiescravidão, os egípcios simplesmente não puderam concorrer com as fábricas britânicas, que pagavam salários muito mais altos. "Apesar (ou por causa) dos salários absurdamente baixos, os custos egípcios eram mais altos; e, apesar de toda a qualidade da matéria-prima, a qualidade do produto final era inferior".35

Os países, hoje, precisam proteger a liberdade dos trabalhadores de serem recompensados por seu trabalho de uma forma que os motive a querer dar o melhor de si no serviço. George Gilder destaca: "São as forças psicológicas, sobretudo, que moldam a performance da economia com os recursos e a tecnologia disponíveis. São a ambição e a decisão que alimentam os impulsos de crescimento, empreendedorismo e progresso".36

Incentivos importam. O salário e as condições de trabalho importam. São um

outro motivo por que a liberdade econômica importa.

11. A liberdade de contratar e demitir

As empresas somente podem continuar competitivas se puderem manter baixos os seus custos, sem desperdiçar dinheiro com despesas desnecessárias e improdutivas. Portanto, elas precisam ter a possibilidade de afastar ou demitir alguns empregados em tempos de retração. Um restaurante que precisa de quatro cozinheiros e dez garçons durante a movimentada temporada de turismo no verão pode precisar somente de um cozinheiro e três garçons durante o inverno. Se tiver de continuar pagando todos os quatro cozinheiros e dez garçons durante o ano inteiro, mesmo que não haja trabalho para eles, então o negócio deixará de ser lucrativo e provavelmente irá à falência. E é assim com toda fábrica ou empresa, quer por motivo de flutuações sazonais, quer por causa de ciclos de expansão e contração de longo prazo que são sempre inerentes ao ciclo econômico ao redor do mundo.

O que vale para um restaurante vale também para as economias em geral. As nações podem fazer leis que obriguem os patrões a manter trabalhadores improdutivos (ou então sindicatos fortes podem forçar as fábricas a concordar com essas regras), mas todo o processo de pagar funcionários que não têm qualquer trabalho produtivo para fazer e, portanto, pagar pessoas em troca de nenhuma produtividade econômica, consome os recursos da produção econômica útil e, em vez de ajudar, impede as nações de passarem da pobreza para uma maior prosperidade.

Podemos pensar que as regras que dificultam a demissão ou o afastamento de funcionários protegem os trabalhadores durante os tempos difíceis de desemprego. Na verdade, ocorre o oposto. Regras contra a demissão de funcionários geralmente resultam em altas taxas de desemprego estrutural no longo prazo. Landes diz que, na França, que garante aos trabalhadores longas férias remuneradas e aposentadoria precoce, os patrões “evitam contratar, porque cada contratação traz embutida uma série de custos associados e encargos em

potencial. Como consequência, a nação enfrenta uma alta taxa de desemprego, que atinge especialmente os mais jovens".37 A França tem uma economia forte, mas não é tão próspera como poderia ser sem esses obstáculos.

Quando os trabalhadores são afastados ou demitidos, eles simplesmente deixam de receber um salário e são arrastados para a pobreza? Em geral, não — ao menos não em uma economia de livre mercado que funciona efetivamente e que garante as liberdades descritas neste capítulo. Algumas pessoas que são demitidas encontram emprego em outras companhias. Outras iniciam sua própria microempresa, talvez para trabalhar com serviços de pintura ou reparos domésticos, ou começar uma creche para crianças ou serviços de limpeza e conservação residencial. Outros voltam aos estudos para obter qualificação em alguma das indústrias em crescimento.

À medida do possível, o governo deve prover alguns benefícios exclusivos nas situações de desemprego para quem precisa de uma ajuda por um tempo limitado de transição até achar uma nova colocação. Isso envolve algum custo para a nação, mas é muito melhor do que manter o trabalhador na folha de pagamento de uma empresa que não tem nenhum serviço para ele. O importante é manter em mente o objetivo principal. A fim de passar da pobreza para uma maior prosperidade, a nação precisa produzir continuamente mais bens e serviços de valor. Nenhuma nação jamais se tornará produtiva pagando pessoas para não fazerem nada.

Novamente, a questão que uma nação precisa enfrentar é se ela acredita ser o livre mercado ou a extensiva regulação governamental das empresas o que leva ao maior crescimento econômico. Se uma nação verdadeiramente deseja crescer, saindo da pobreza para chegar à prosperidade produzindo mais bens e serviços de valor, então ela permitirá que o livre mercado funcione. O livre mercado irá efetivamente direcionar os trabalhadores para onde eles podem ser mais produtivos para a economia e, no longo prazo, para onde eles serão mais bem recompensados por seu trabalho.

12. A liberdade de contratar e promover funcionários com base no desempenho

Uma empresa com funcionários mais capacitados, confiáveis e esforçados é mais produtiva do que uma que emprega trabalhadores incompetentes, inconstantes e preguiçosos. Para ter melhores funcionários, uma empresa precisa contratar e promover baseada no mérito (isto é, competência e desempenho), não no grau de parentesco, amizade ou mero tempo de serviço.38

Landes afirma que uma sociedade idealmente produtiva seria aquela que "escolheu empregar pessoas com base na competência e no mérito relativo", e que "promoveu e demitiu com base no desempenho".39 Em contraste, David Maranz indica o que frequentemente ocorre na África:

> Dar preferência de emprego ao parente em detrimento de alguém que não seja parente é uma expressão normal de responsabilidade e solidariedade familiar [...]. Em muitos países africanos, talvez na maioria deles, o nepotismo também é oficialmente considerado perverso e prejudicial para o funcionamento adequado do governo e do comércio, mas na prática ele tem sido difícil de erradicar [...]. Isso é especialmente verdade onde se espera que parentes que ocupam cargos importantes sejam os provedores de seus familiares, situações em que não fazê-lo seria visto como traição pelos grupos dessas pessoas nos altos escalões [...]. As pessoas envolvidas consideram o nepotismo como algo mais ético do que deixar de prover para a família.40

Maranz cita outro perito em desenvolvimento econômico, que diz:

> Gestores que têm como principal preocupação a produção de um serviço de

qualidade tendem a ficar isolados e desorganizados. Se não cederem às demandas dos que ocupam cargos superiores ou de pessoas que contam com patronos nos escalões superiores, acabam enfrentando problemas no decorrer do que eles creem ser um bom serviço [...]. Com bastante frequência, o mérito, além de ser ignorado, é penalizado. Quem busca o bem-estar público em vez do bem-estar de patronos e protegidos (parentes e amigos) cria inimigos e continua na pobreza, mesmo ocupando um cargo importante no governo, porque elimina a possibilidade de ampliar significativamente o seu baixo salário oficial.41

A solução para países que buscam crescer economicamente é estabelecer políticas que permitam aos patrões contratar e promover funcionários com base no mérito, em vez de outros fatores.

13. A liberdade de utilizar recursos energéticos

Embora a degradação ambiental possa impedir que as pessoas usem os recursos naturais (veja capítulo anterior, p. 265-8), o mesmo prejuízo econômico pode ocorrer quando um governo impõe excessivas restrições ao uso dos recursos. Uma vez que Deus dá ordem aos seres humanos, em Gênesis 1.28, para "subjugar" e "dominar" a terra e suas criaturas, precisamos ter acesso aos recursos da terra, a fim de torná-los úteis para a humanidade.

Porém, em países mais desenvolvidos, como os Estados Unidos, o governo federal e os governos estaduais recentemente vêm impondo restrições cada vez mais severas sobre o uso de alguns recursos naturais. Por exemplo, há vastas quantidades de petróleo disponíveis nos Estados Unidos, mas que não podem ser extraídas por causa de leis governamentais que proíbem o acesso a elas (abrangendo reservas marítimas de petróleo próximas de vários estados, recursos em imensas áreas de terra controladas pelo governo na região oeste e extensivos recursos adicionais no Alasca).

Assim como as políticas ambientais excessivamente permissivas, que admitem a destruição imprudente do meio ambiente, há políticas ambientais excessivamente restritivas que proíbem o uso sensato do meio ambiente, e essas restrições também impedem o crescimento econômico de uma nação.

A liberdade de utilizar os recursos da terra é particularmente importante no caso de recursos energéticos, já que a energia é um importante fator em praticamente toda produção de bens e serviços. Recursos energéticos permitem ao ser humano realizar uma quantidade muito maior de trabalho do que seria possível usando apenas a sua própria força ou a força de animais. Um homem que dirige um trator movido a óleo diesel pode arar dezenas de hectares usando o mesmo tempo que um homem usaria conduzindo um cavalo para arar somente uma

fração de hectare. Um homem que dirige um caminhão ou uma locomotiva pode transportar bens cujo peso é milhares de vezes maior do que poderia ser transportado por alguém usando um carrinho de mão, uma bicicleta ou uma charrete e pode viajar centenas de quilômetros com maior segurança e em muito menos tempo. A energia proveniente da gasolina ou do diesel permite realizar todas essas tarefas.

Matt Ridley nos diz como isso surgiu na história:

A história da energia é simples. Houve um tempo em que todo o trabalho era feito por pessoas, para si mesmas, usando seus próprios músculos. Depois, chegou uma época em que algumas pessoas conseguiram que outras pessoas trabalhassem para elas, e o resultado foram pirâmides e folga para alguns, trabalho penoso e exaustão para a maioria. Então houve uma progressão gradual de uma fonte de energia para outra: da humana para a animal para a água para o vento para o combustível fóssil. Em cada caso, a quantidade de trabalho que um homem podia realizar para alguém foi ampliada pelo animal ou pela máquina [...]. O início da Idade Média na Europa foi a era do boi [...]. Com a invenção da coleira de cavalo, os bois deram lugar aos cavalos, que podem arar até duas vezes mais rápido que o boi, dobrando consequentemente a produtividade de um homem e permitindo que cada agricultor alimente mais pessoas ou gaste mais tempo consumindo o trabalho de outros [...].

Os bois e os cavalos, por sua vez, foram logo substituídos pela força inanimada [...]. Por volta de 1300, havia 68 moinhos de água ao longo de menos de dois quilômetros do rio Sena em Paris, além de outros flutuando em barcas [...].

O moinho de vento apareceu pela primeira vez no século 12 e se espalhou rapidamente pelos Países Baixos, onde a energia gerada pela água não era uma opção [...]. De forma gradual e aleatória, uma parte cada vez maior dos bens produzidos pelas pessoas passou a ser feita com energia fóssil [...]. Os combustíveis fósseis não podem explicar o início da Revolução Industrial. Mas

explicam o motivo pelo qual ela não terminou. Com a entrada dos combustíveis fósseis, o crescimento econômico realmente decolou.42

Mesmo na esfera doméstica, os recursos de energia economizam bastante tempo e esforço humanos. Uma mãe ocupada pode encher e acionar uma máquina de lavar, transferir as roupas para a secadora e tirá-las gastando talvez cinco minutos de tempo real de trabalho, ao passo que lavar, esfregar, enxaguar e pendurar as roupas para secar pode levar mais de uma hora quando o trabalho é feito manualmente. Uma lava-louças elétrica economiza um bocado de tempo e esforço todos os dias. Um aquecedor a gás permite que as pessoas aqueçam suas casas sem cortar lenha ou carregar carvão.

Todo o tempo economizado por essas máquinas é, então, liberado para outros usos. Será que esse tempo adicional contribui para uma maior produtividade econômica em um país? Certamente que sim, pois grande parte do tempo extra é utilizada em outras atividades economicamente produtivas que não poderiam ser feitas sem as máquinas movidas a energia ou é utilizada com atividades de lazer, que também têm seu valor.

Todas as fontes de energia como a hidráulica, o carvão, o petróleo e o gás natural (e o vento e a energia solar, caso venham a se tornar economicamente competitivos sem subsídios) tornam a nação economicamente mais produtiva. Quanto mais energia houver disponível para o uso, mais produtiva uma nação pode se tornar. Portanto, se uma nação quer sair da pobreza para uma maior prosperidade, produzindo continuamente mais bens e serviços de valor, ela deve procurar maximizar os recursos de energia disponíveis para o uso de sua população.43

Em contrapartida, se os recursos energéticos de uma nação estiverem indisponíveis por estarem egoisticamente sob controle de proprietários monopolistas; se estiverem localizados em terras pertencentes ao governo, e o governo se recusar a permitir sua extração por parte de qualquer pessoa; ou se o

governo até proibir as pessoas de extraírem os recursos existentes em suas próprias propriedades, então a produtividade econômica da nação é obstruída a ponto de os recursos se acumularem e a nação ser mais pobre do que seria se as pessoas tivessem a liberdade de adquirir e utilizar esses recursos no mercado livre.

Discutimos esse assunto no primeiro capítulo (p. 62-5), mas vale repetir que Deus entregou aos seres humanos a mordomia sobre a terra e espera que os seus recursos sejam utilizados para beneficiá-los. Ele ordenou a Adão e Eva: "Sujeitai" a terra e "dominai" sobre suas criaturas (Gn 1.28). O salmista diz: "Deste-lhe [ao homem] domínio sobre as obras das tuas mãos; tudo puseste debaixo de seus pés" (Sl 8.6). Portanto, cremos ser correto usar os recursos de energia encontrados na terra em nosso benefício, e fazê-lo com gratidão a Deus. Estamos convencidos de que Deus nos deu uma terra imensamente abundante, repleta de ricos celeiros de suprimentos de energia de diferentes tipos, e é improvável que esses recursos energéticos, muitos dos quais podem ser substituídos uns pelos outros, venham a se esgotar (veja discussão, p. 360-1).

Essas considerações se aplicam não somente aos recursos energéticos, é claro, mas a todos os recursos naturais do planeta, que abrangem a terra, a água, as florestas, os minérios e outros recursos. Portanto, nossas referências nesta seção se aplicam a muito mais do que os recursos de energia. Todavia, atualmente são os recursos energéticos que enfrentam as mais significativas restrições de uso. E os recursos energéticos são particularmente importantes para o desenvolvimento econômico.

Landes diz: "Todas as revoluções econômicas [industriais] têm em sua essência uma melhoria no suprimento de energia, porque isso alimenta e altera todos os aspectos da atividade humana".44

Falando especificamente da Grã-Bretanha, Landes diz que duas das mudanças fundamentais que permitiram a Revolução Industrial foram (1) "a substituição da

capacitação e esforço humano por máquinas — rápidas, regulares, precisas, incansáveis” e (2) “a substituição de fontes de energia animadas por fontes inanimadas, em particular a invenção de máquinas de conversão de calor em trabalho, abrindo assim um suprimento quase ilimitado de energia”.45

Qualquer nação que queira sair da pobreza para uma maior produtividade e prosperidade econômica precisa dar à sua população a liberdade de adquirir e utilizar vastas quantidades de recursos energéticos.46

14. A liberdade de mudar e modernizar

Se uma nação pretende sair da pobreza para uma maior prosperidade por meio da produção contínua de mais bens e serviços de valor, então será necessário que sejam feitas algumas mudanças. A nação simplesmente não pode continuar a fazer o que vinha fazendo, ou obterá os mesmos resultados. Continuará presa à pobreza. Portanto, pessoas com novas ideias sobre como aumentar a produtividade econômica devem ter a liberdade de experimentar diferentes métodos e produtos. Elas devem ter a liberdade de tentar mudar os velhos caminhos que produzem pobreza, adotando novas maneiras de trabalhar e produzir.

Landes afirma que uma economia idealmente produtiva e em crescimento sabe como “criar, adaptar e dominar novas técnicas na vanguarda tecnológica”. Ela valoriza “a novidade contra o que é ultrapassado” e “a transformação e o risco contra a comodidade”.47

Uma aversão cultural à mudança foi um dos motivos pelos quais a China, apesar de sua notável história passada de importantes invenções, definhou na pobreza durante séculos. Landes escreve: “O estrangeiro se tornou alvo de temor e ódio, fonte presumida de dificuldade”. A mecanização das fábricas foi igualada à “opressão” e sofreu resistência até meados do século 20, ao passo que, na Europa, ela já havia se instalado em muitas fábricas desde 1770. Enquanto a ciência e a tecnologia europeias prosseguiam década após década, a “aversão à mudança” chinesa foi observada por sucessivas gerações de visitantes àquele país. Um visitante britânico reparou: “Eles pensam que tudo é excelente e que propostas de melhoria seriam supérfluas, senão condenáveis”.48

Atualmente, em muitas nações dominadas por religiões tribais há uma

resistência à mudança por conta da superstição e de tradições antigas. E, em muitas nações muçulmanas, uma atitude fatalista leva as pessoas a não terem esperança alguma de que a mudança possa melhorar alguma coisa.

A respeito do desenvolvimento econômico penosamente lento da América Latina ao longo dos últimos duzentos anos de independência política, Landes afirma que o "padrão de desenvolvimento contido" foi um reflexo da "obstinada resistência de velhas práticas e interesses sedimentados". O progresso foi frequentemente impedido por "elites poderosas e reacionárias, hostis e não adaptadas a um mundo industrial".49

Ele também explica que, na Índia, os métodos de produção não puderam mudar do trabalho manual humano para o uso de maquinário porque seriam muitas as tradições culturais que teriam de ser mudadas. Isso "levaria a uma transformação das habilidades manuais ensinadas na infância, ligadas à identidade de castas e à divisão do trabalho por sexo e faixa etária". Parece que até os hábitos de trabalho manual não podiam ser mudados. Os engenheiros britânicos que construíram as ferrovias na Índia pressupunham que a terra e as pedras seriam levadas com o uso de trabalho manual, mas imaginavam que os trabalhadores seriam pelo menos capazes de usar carrinhos de mão. "De forma alguma: os indianos estavam acostumados a transportar cargas pesadas em um cesto sobre a cabeça e se recusavam a mudar".50

15. A liberdade de acessar conhecimento útil (liberdade de informação)

Qualquer nação que pretenda sair da pobreza e crescer para atingir uma maior prosperidade precisa permitir que novos conhecimentos se espalhem livremente em toda a sociedade. O que seria de qualquer país moderno, hoje em dia, se os seus cidadãos não tivessem acesso a computadores ou não tivessem a capacidade de utilizá-los? O que seria de um país que não tivesse telefonia celular ou não permitisse que a população a utilizasse? Sem essas ferramentas, seria impossível produzir continuamente mais bens e serviços de valor em uma escala moderna e, portanto, seria impossível alcançar uma maior prosperidade.

Infelizmente, ao longo da história, muitas nações não permitiram essa liberdade de informação. Elas não permitiram que o povo tivesse acesso ao útil conhecimento de novas invenções e avanços tecnológicos, de forma que algumas ficaram defasadas por séculos em relação às nações em desenvolvimento.

Johannes Gutenberg inventou a tipografia na Alemanha, em 1439, e publicou sua famosa Bíblia em 1452-1455. De repente, os livros não precisavam mais ser lentamente copiados à mão, mas podiam ser rapidamente produzidos aos milhares, e o conhecimento das descobertas tecnológicas e científicas podia ser propagado ao redor do mundo. Na religião, esse desdobramento serviu de base para a rápida difusão da Reforma Protestante, a começar com Martinho Lutero publicando suas 95 Teses em 1517. Na ciência e na tecnologia, isso significava que a divulgação das descobertas podia ser impressa e transmitida a qualquer pessoa no mundo que fosse capaz de ler.

Infelizmente, algumas sociedades e culturas se opuseram à imprensa e não a permitiram em seus países. “O maior erro do Islã [...] foi a recusa da imprensa, que era vista como um potencial instrumento de sacrilégio e heresia. Nada foi mais prejudicial aos muçulmanos, isolando-os dos principais conhecimentos em

curso.” Essa oposição à liberdade de informação apressou o rápido declínio do Império Otomano.51

O mesmo ocorreu na Índia. De forma notável, a primeira tipografia não foi ali instalada até o início do século 19.52

Embora tenham inventado a impressão no século 9, os chineses utilizavam sobretudo a impressão em bloco, em vez da tipografia. Na China, “grande parte das publicações dependia da iniciativa governamental, e o mandarinato confucionista desestimulava a discordância e as inovações”.53

O mesmo ocorreu em relação ao conhecimento do tempo, possibilitado a todos com o desenvolvimento do relógio mecânico. As pessoas anteriormente mediam o tempo com relógios de sol, que eram inúteis à noite ou em dias nublados. Porém, por volta de 1275, os relógios mecânicos começaram a aparecer na Inglaterra e na Itália (desenvolvidos por inventores anônimos). Quando eles melhoraram em confiabilidade e precisão, todas as cidades e vilas queriam ter um relógio em suas praças públicas. Subitamente, os compromissos podiam ser planejados, as lojas podiam abrir e fechar em horários previsíveis e os trabalhadores podiam começar e terminar os seus turnos no tempo estipulado. A produtividade pôde ser mensurada com precisão e as pessoas puderam buscar novos métodos para aumentar a quantidade de produtos que eram fabricados por unidade de tempo.

No entanto, os chineses não viam o conhecimento do tempo como algo a ser disseminado entre o povo comum. Eles também não viam a melhoria de relógios como uma prioridade. “Quando o missionário jesuíta Matteo Ricci trouxe à China os relógios europeus no final do século 16, eles eram tão superiores aos equivalentes orientais que foram recebidos com espanto”.54 Semelhantemente, os muçulmanos “ficaram muito impressionados com os relógios ocidentais”, mas não os utilizaram para criar “um senso público do tempo”, pois não desejavam estabelecer relógios públicos e, com isso, diminuir a autoridade do seu chamado

público à oração.55

Os anos seguintes à invenção da tipografia em 1439 não foram uma boa época para se isolar da profusão do conhecimento no resto do mundo. Colombo descobriu o Novo Mundo em 1492, e muitas outras viagens e descobertas vieram depois. Vasco da Gama foi o primeiro a navegar de Portugal à Índia e voltar, em 1497-1499. Fernão de Magalhães liderou a primeira expedição para navegar inteiramente ao redor do mundo em 1519-1522 (embora tenha morrido nas Filipinas antes que a frota pudesse retornar a Portugal).

O inglês William Harvey publicou em Frankfurt, na Alemanha, em 1628, sua prova de que o sangue circula no corpo (em vez de permanecer parado e ser meramente resfriado pela ação do coração e dos pulmões). Sir Isaac Newton publicou seu livro Principia Mathematica, com suas leis da gravitação universal e as três leis do movimento, na Inglaterra em 1687. Durante sua vida, Newton publicou também suas descobertas inéditas sobre a natureza da luz e do calor, e sobre o uso do cálculo (também descoberto por Gottfried Leibniz). Uma descoberta levava à outra, enquanto o conhecimento se alastrava como fogo incontrolável. Aquela definitivamente não era uma boa época para resistir às novas tecnologias bloqueando a divulgação da informação.

Os países católicos romanos do sul da Europa infelizmente cometeram erros prejudiciais ao excluir muitas fontes de conhecimento durante a Inquisição. Na realidade, a exclusão sistemática de outras religiões já vigorava antes do início da Reforma em 1517, pois, entre 1492 e 1506, tanto a Espanha como Portugal expulsaram todos os judeus, dentre os quais os que haviam trazido o conhecimento de astronomia e matemática que havia capacitado Portugal a ter a supremacia marítima. Então a Inquisição portuguesa, iniciada na década de 1540, logo expulsou do país tanto judeus como protestantes, e todo seu conhecimento. Landes descreve assim o resultado: “[Os que saíram] levaram consigo dinheiro, know-how comercial, contatos, conhecimento e — o que é mais sério — aquelas qualidades imensuráveis de curiosidade e discordância, que são o fermento do pensamento [...]. Por volta de 1513, Portugal buscava

astrônomos; já na década de 1520, a liderança científica havia partido". Portugal excluiu as ideias de Harvey (sobre a circulação do sangue), Copérnico e Galileu (sobre astronomia) e Newton — todas as suas ideias "perigosas" foram "banidas pelos jesuítas mesmo ainda em 1746".56 Estudantes portugueses não tinham permissão de estudar fora, e havia controles muito estritos à importação de livros. Como resultado, "por volta de 1600, mais ainda por volta de 1700, Portugal havia se tornado um país atrasado e fraco".57

Na Espanha, a pena de morte foi estipulada em 1558 para o crime de importar livros estrangeiros sem permissão. Nenhum estudante podia estudar fora, exceto em três cidades católicas "seguras" da Itália. Landes conclui: "Então, a Península Ibérica e, de fato, a Europa Mediterrânea como um todo perdeu o trem da chamada revolução científica". Ele observa que o historiador britânico Hugh Trevor-Roper havia afirmado que "essa atitude reacionária, antiprotestante, mais que o próprio protestantismo, selou o destino do sul da Europa nos 300 anos seguintes".58

A América Latina sofreu com os mesmos erros. A Espanha exportou ao Novo Mundo a sua exclusão do conhecimento, de forma que judeus e protestantes foram sistematicamente excluídos. "Por todo lado, nas colônias espanholas [...] a Inquisição perseguia a heresia [...]. Tudo isso foi excelente para a pureza e péssimo para os negócios, o conhecimento e o know-how".59

O notável crescimento econômico da Europa durante e após a Revolução Industrial foi, em grande parte, resultado da "crescente autonomia da investigação intelectual" e "do desenvolvimento da unidade na 'diversidade', na forma de um método compartilhado de antagonismo implícito" para demonstrar conclusões científicas.60 Ou seja, inventores e cientistas argumentavam pessoalmente e por meio de publicações científicas até finalmente chegarem a um resultado correto. Landes cita um autor do século 17, que observou: "Sabemos que a magia e a adivinhação não são ciências porque seus praticantes não discutem uns com os outros".61

Quando James Watt finalmente descobriu como fazer uma máquina a vapor confiável e economicamente eficiente, entre 1763 e 1775, ele fez uso do conhecimento de cientistas e inventores que trabalharam para resolver esse problema durante os 150 anos anteriores. Sua máquina a vapor se tornou o motor que proveu a energia necessária à Revolução Industrial, mas ele a construiu com base no “acúmulo de conhecimentos e ideias”, disponíveis por causa do livre acesso ao conhecimento na sociedade britânica.62

Para o Japão, ao contrário, foi uma tragédia banir todos os cristãos da nação, em 1612, banir todos os navios mercantes de todos os portos (exceto dois), em 1616, e proibir qualquer pessoa de sair do país, em 1637.

Na China, devido ao controle totalitário que o imperador exercia sobre todas as áreas da vida, a nação não dispunha de instituições para desenvolver o conhecimento mediante o uso de fatos, razões e argumentos. “A China carecia de instituições para descobrir e aprender — escolas, academias, sociedades intelectuais, desafios e competições”.63 O confucionismo reservava um “ligeiro desdém pela pesquisa científica”, por considerá-la “superficial”. Portanto, os cientistas e intelectuais chineses “não tinham como saber se estavam certos”.64 Um missionário que viajou pela China entre 1839 e 1851 escreveu: “Inquestionavelmente, em nenhum outro país é possível encontrar tamanho abismo de desastrosa pobreza como no Império Celestial. Não se passa um ano sequer sem que um número monstruoso de pessoas morra de fome em uma ou outra parte da China”.65

Não é de surpreender que a liberdade de disseminar e acessar novo conhecimento tenha se arraigado mais firmemente nos países protestantes do norte da Europa e na América do Norte. Seguindo Lutero, o protestantismo enfatizava “o sacerdócio dos santos”, de modo que os cristãos eram estimulados a ler a Bíblia, pensar sobre ela e interpretá-la pessoalmente. As pessoas não seriam mais ensinadas somente pelos padres e a Bíblia não estaria mais confinada à linguagem acadêmica do latim.

Essa ênfase é coerente com o padrão de evangelismo moldado por Jesus, que proclamou seu ensino abertamente em lugares públicos durante todo o seu ministério e não limitou os seus debates somente aos círculos de elevada instrução dos rabinos, em Jerusalém. De forma semelhante, depois de Jesus ter voltado ao céu, os seus apóstolos proclamavam o evangelho abertamente, engajando-se diariamente em debates e discussões públicas enquanto passavam pelas cidades do Império Romano (veja At 2.14; 3.12; 5.21,25,42; 8.5,6; 9.28,29; 13.5, 14-16,44; 14.1-3,14; 17.2,3,10,11,22; 18.4,5,19; 19.8-10; 21.40; 24.10,25; 26.1; 28.23,30,31).

A igreja primitiva chegou a uma decisão importantíssima a respeito das leis cerimoniais judaicas “depois de muita discussão” (At 15.7, NVI). Paulo escreveu: “... pela proclamação pública da verdade, recomendamo-nos à consciência de todos os homens diante de Deus” (2Co 4.2). E Tiago escreveu que “a sabedoria que vem do alto é, em primeiro lugar, pura, depois pacífica, moderada, tratável, cheia de misericórdia e de bons frutos, imparcial e sem hipocrisia” (Tg 3.17). A liberdade de informação e o pleno acesso ao novo conhecimento são características do evangelho cristão e foram apropriadamente características dos países influenciados pela Reforma Protestante na Europa.

Hoje, qualquer país que espere sair da pobreza para uma maior prosperidade não pode cometer os mesmos erros que muitos países cometeram no passado. Ele deve permitir que as pessoas tenham acesso fácil e irrestrito ao conhecimento e tenham liberdade e capacidade de inovar e publicar novas ideias sem temer qualquer represália.

De certa forma, os países em desenvolvimento têm sorte no mundo de hoje. O crescimento econômico depende de conhecimento, know-how e tecnologia. A disseminação desse conhecimento é uma questão fundamental, e muitos países em desenvolvimento estão no processo de atingir esse objetivo. Enquanto isso, o custo da disseminação do conhecimento está caindo de forma notável. A tecnologia e o know-how falam por meio do comércio, das parcerias com países desenvolvidos e da contínua evolução da Internet. Cada país difere em educação,

conduta e disposição de importar tecnologia e know-how; mas, por conta do acesso muito mais fácil à informação nos dias de hoje, os países em desenvolvimento podem pular etapas e processos que no passado levaram décadas ou até mesmo séculos para serem desenvolvidos e têm acesso instantâneo a esse conhecimento. Michael Spence explica:

O rápido crescimento no mundo em desenvolvimento durante o período pós-guerra é possibilitado pela transferência de conhecimento e pela redução das barreiras e impedimentos ao fluxo de bens, serviços e capital em uma economia global. A velocidade é atribuída ao tamanho do diferencial de conhecimento e à rápida transferência de conhecimento entre fronteiras.66

O acesso ao conhecimento útil desempenhou um papel significativo no recente crescimento econômico da China. No final da década de 1970, o líder chinês Deng Xiaoping começou a abandonar alguns dos princípios basilares do comunismo e a permitir algum empreendedorismo privado no setor agrícola. O incentivo para produzir melhorou drasticamente, e a China deu a largada para três décadas de crescimento econômico. Mas os chineses precisavam aprender sobre como funciona uma economia de mercado. A cada ano, dezenas de milhares de chineses eram treinados em escolas estrangeiras, a maioria nos Estados Unidos. Quando esses alunos voltaram à China, a economia começou a se beneficiar. O novo conhecimento e o treinamento, além da conectividade pela Internet, logo transformaram a China em um ambiente de aprendizado de alta velocidade.

16. A liberdade de acesso à educação para todos

Já que uma força de trabalho qualificada é importante para ajudar uma nação a se tornar economicamente mais produtiva, então cada pessoa da nação precisa ter acesso ao menos às capacidades educacionais fundamentais, como leitura e matemática. Somente assim todas as pessoas têm a oportunidade de fazer uma contribuição positiva à produção econômica do país.

Como é impossível prever onde surgirão crianças com grande inteligência e criatividade, essa educação precisa estar disponível tanto para meninos como para meninas, e para crianças de todas as origens religiosas e raciais. Se não estiver, a economia perde para sempre as importantes contribuições que alguma criança de um grupo minoritário poderia fazer, e a nação não poderá sair tão rapidamente da pobreza para alcançar uma maior prosperidade. (Discutimos a necessidade de uma nação exigir educação universal no capítulo 7, p. 268-71).

17. A liberdade tanto para a mulher quanto para o homem

Se uma nação realmente quer passar da pobreza para uma maior prosperidade, ela precisa garantir que todas as liberdades discutidas até aqui neste capítulo estejam disponíveis tanto para as mulheres quanto para os homens.

Os ensinos da Bíblia honram e valorizam tanto a mulher como o homem. Logo no primeiro capítulo da Bíblia, lemos que “Deus criou o homem à sua imagem; à imagem de Deus o criou; homem e mulher os criou” (Gn 1.27). Homens e mulheres compartilham a mais privilegiada condição de todas as criaturas no universo, a de serem feitos “à imagem de Deus” (isso quer dizer que eles são mais parecidos com Deus do que todas as demais criaturas e que eles representam Deus aqui na terra).

Além disso, o retrato da “esposa ideal”, em Provérbios 31, mostra que ela é uma pessoa que participa em diversas atividades comerciais no mercado público: “Avalia um campo e compra-o; planta uma vinha com a renda de seu trabalho […]. Percebe que seu ganho é bom […]. Faz vestidos de linho e os vende, fornece cintas aos comerciantes” (v. 16, 18,24; veja Gl 3.28). Isso quer dizer que as mulheres deveriam ter as mesmas oportunidades que os homens quanto a ter empregos, receber instrução, ser treinadas para carreiras, receber herança e possuir propriedades ou empresas.

No entanto, precisamos enfatizar o importante papel das mães na educação e na criação dos filhos. Entendemos que essa é uma responsabilidade dada por Deus, que esperamos muitas mulheres escolham buscar em tempo integral enquanto tiverem filhos no lar e puderem fazer isso.

Porém, mesmo nos séculos passados e nas sociedades agrícolas, as mulheres frequentemente contribuíam de várias formas com o trabalho na lavoura, ao mesmo tempo em que criavam os filhos. Aliás, as mulheres, na verdade, ensinavam seus filhos a trabalharem também. Hoje, com o transporte moderno e a tecnologia, muitas mães têm a oportunidade de trabalhar dentro de casa ou em horário parcial, se assim decidirem.

É interessante notar que, apesar de o Japão do século 19 ter sido uma sociedade bastante tradicional, tendo a mulher quase toda a responsabilidade do cuidado do lar e da criação dos filhos, ela ainda assim exercia um papel ativo na "imposição da moderação, envolvendo-se com o cultivo e a indústria, e promovendo a prosperidade".67 A partir de 1870, todas as meninas, assim como todos os meninos, eram obrigados a cursar o ensino fundamental e ser alfabetizados; e, por volta de 1910, a proporção de meninas matriculadas era de 97,4%. As mulheres tinham o mesmo acesso irrestrito que os homens a lugares públicos,68 o que difere muito das sociedades muçulmanas tradicionais.

Para recapitular o que descrevemos, a liberdade econômica para as mulheres deve incluir a liberdade de iniciar e ter empresas próprias; de ter posse de propriedade; de herdar; de comprar e vender, e de negociar contratos; de viajar e se mudar para qualquer lugar do país (desde que seja compatível com suas responsabilidades familiares); de inventar e lucrar com suas invenções; e de ter livre acesso ao conhecimento e à informação que sejam úteis.

Landes observa que as nações muçulmanas do Oriente Médio continuam sem conseguir se desenvolver economicamente hoje, apesar da influência da riqueza gerada pelo petróleo. Uma razão para isso é que "as taxas de analfabetismo são escandalosamente altas e ainda mais altas para as mulheres do que para os homens". A sociedade muçulmana "confere às mulheres um lugar inferior". Ele acrescenta:

As implicações econômicas da discriminação de gênero são muito sérias. Tolher

as mulheres é privar um país de trabalho e talento, mas, pior ainda, é prejudicar o impulso dos meninos e dos homens à realização [...]. Em geral, a melhor pista para o crescimento e o desenvolvimento potencial em uma nação é a condição e o papel da mulher. Essa é a maior deficiência das sociedades muçulmanas no Oriente Médio de hoje, a falha que mais as afasta da modernidade.69

18. A liberdade para pessoas de todas as raças e todas as origens de nacionalidade, religião e etnia

O que afirmamos na seção anterior acerca da importância de permitir que as mulheres contribuam plena e efetivamente com a força de trabalho também se aplica às pessoas de diferentes origens, no que se refere a raça, nacionalidade, religião e etnia. Aliás, a liberdade para as mulheres e a liberdade para pessoas de todas as origens são simplesmente dois aspectos específicos que permitem que o livre mercado funcione de forma adequada e destine com mais eficiência os recursos econômicos aos seus usos mais produtivos.

A Bíblia afirma com clareza a igualdade de todas as pessoas como criaturas feitas à imagem de Deus e a ofensa moral da discriminação com base em distinções raciais, étnicas ou de nacionalidade. A narrativa histórica de Gênesis inicia com a criação de Adão e Eva, os pais de toda a raça humana. O apóstolo Paulo ensinou que “de um só fez ele [Deus] todos os povos, para que povoassem toda a terra” (At 17.26, NVI). Se somos todos descendentes desses dois pais, então com qual base discriminamos qualquer outro ser humano?

Paulo também escreveu que não deveria haver discriminação racial, pois em Cristo “não há judeu nem grego, não há escravo nem livre, não há homem nem mulher, porque todos vós sois um em Cristo Jesus” (Gl 3.28). A imagem do futuro revelada no livro de Apocalipse mostra “uma grande multidão, que ninguém podia contar, de todas as nações, tribos, povos e línguas, em pé diante do trono” de Deus, em adoração (Ap 7.9).

Linda Gorman mostra como um mercado genuinamente livre é contrário à discriminação: “Muitas pessoas acreditam que somente a intervenção governamental impede a discriminação desenfreada no setor privado. A teoria econômica prevê o oposto: os mecanismos de mercado impõem penalidades

inevitáveis sobre os lucros sempre que empresas com fins lucrativos discriminarem indivíduos com base em qualquer coisa que não seja sua produtividade”.70

A não discriminação foi uma outra característica mediante a qual a Grã-Bretanha lucrou bastante quando pessoas que eram indesejáveis em outros países emigraram e trouxeram consigo habilidades econômicas desenvolvidas. Tecelões vieram do sul da Holanda com sua habilidade, e agricultores trouxeram métodos agrícolas mais produtivos. Os judeus da Espanha e de outros lugares onde eram perseguidos vieram com seu vasto conhecimento e experiência em questões financeiras. Os huguenotes protestantes vieram da França, trazendo grandes habilidades como mercadores, artesãos, comerciantes e gestores de finanças.71

Ferguson relata como os colonizadores espanhóis e britânicos da América do Norte e do Sul diferiam nesse sentido:

Nossa história se inicia com dois navios. Em um deles, atracando no norte do Equador em 1532, havia menos de duzentos espanhóis acompanhando o homem que já havia reivindicado o título de “Governador do Peru”. A ambição deles era conquistar o Império Inca para o rei da Espanha e garantir para si uma grande porção de sua famosa riqueza em metais preciosos.

O outro navio, o Carolina, chegou ao Novo Mundo 138 anos mais tarde, em 1670, numa ilha na costa do que hoje é a Carolina do Sul. Dentre os que estavam a bordo, encontravam-se servos cuja modesta ambição era buscar uma vida melhor que a pobreza pungente que tinham deixado para trás na Inglaterra.

Os dois navios simbolizavam esse conto de duas Américas. De um lado, conquistadores; do outro, servos por contrato. Um grupo sonhava com a espoliação instantânea — das montanhas de ouro maia, disponível para quem

quisesse se apoderar dele. Os outros sabiam que teriam anos de labuta à frente, mas também sabiam que seriam recompensados com uma das posses mais atraentes do mundo — um pedaço de terra de boa qualidade na América do Norte —, além de tomar parte no processo legislativo. Bem imóvel e representação: esse era o sonho norte-americano.72

Os Estados Unidos permitiram que muitas pessoas imigrassem entre a metade e o final do século 19 e o início do século 20. Durante alguns anos, naquele período, mais de um milhão de imigrantes entrou na América. No período em que a população dos Estados Unidos aumentou de 10 milhões para 94 milhões de pessoas, entre 1821 e 1914, o número de imigrantes era de 32 milhões, e muitos deles nos anos posteriores eram filhos, netos e bisnetos de imigrantes que tinham chegado anteriormente naquele período.73 Muitos dos imigrantes que vieram para os Estados Unidos eram alfabetizados, alguns eram agricultores altamente produtivos e muitos eram operários qualificados.

Os países católicos romanos da América Latina, ao contrário, excluíram os europeus do norte e a maioria dos norte-americanos e, com isso, foram excluídos muitos dos trabalhadores talentosos necessários para o seu desenvolvimento econômico.74 Ainda em 1900, na Itália, na Espanha e em Portugal, “as antigas perseguições religiosas — os massacres, perseguições, expulsões, conversões forçadas e o isolamento intelectual autoimposto — se evidenciaram como um tipo de pecado original. Seus efeitos não se enfraqueceriam até o século 20 [...] e, mesmo então, nem sempre”.75

Os países balcânicos do Leste Europeu permitiram a entrada de pessoas de outras nações, mas, devido a um tipo de preconceito relacionado a etnias e nacionalidades, havia grande ressentimento contra os gregos, os judeus, os armênios e os alemães que vieram a essas nações, trabalharam muito e enriqueceram. Quando os países balcânicos se tornaram independentes, “os nativos fizeram o possível para expulsar os estrangeiros, isto é, para deportar os elementos mais ativos na economia [...]. Os Bálcãs continuam pobres até hoje. Na ausência dos “metics” [trabalhadores estrangeiros], eles lutam uns contra os

outros e culpam a exploração de economias mais ricas na Europa Ocidental por sua miséria".76

A Argélia é um outro exemplo. Ao conquistar sua independência da França em 1962, mais de um milhão de europeus viviam entre mais de dez milhões de argelinos nativos. Após a independência, mesmo os europeus que desejavam ficar "foram postos para fora com insultos, ameaças, violência e expropriação de posses que já haviam sido confiscadas anteriormente". No entanto, eles haviam formado grande parte da estrutura da economia argelina:

Os bem-sucedidos eram donos da melhor terra, cultivavam o vinho e o trigo, que eram excelentes produtos de exportação, administravam o transporte, geriam os bancos, faziam a economia andar [...]. A perda desses recursos humanos foi um duro golpe. Ao longo dos anos, a economia argelina diminuiu seu ritmo, e nem mesmo o petróleo e o gás puderam reverter a maré.77

Landes, escrevendo em 1999, diz que "nos últimos anos, o país vem cambaleando e se degenerando. Quase três quartos dos jovens entre 17 e 23 anos de idade estão desempregados". A infraestrutura industrial está deteriorada e a Argélia "já não pode mais se alimentar. Por isso, ela importa quantidades cada vez maiores de alimentos".78

A liberdade para as pessoas de todas as origens raciais, nacionais, religiosas e étnicas é fundamental para o desenvolvimento econômico de qualquer país.

19. A liberdade de ascensão social e econômica

É preciso que haja à disposição múltiplas oportunidades para o sucesso econômico individual em uma sociedade. De acordo com Landes, em uma sociedade idealmente produtiva, as pessoas “ascenderiam e cairiam dependendo do quanto se esforçaram ou deixaram de se esforçar [...]. Não seria uma sociedade de porções iguais, porque talentos não são iguais; mas tenderia a uma distribuição mais equilibrada de renda do que a que é encontrada onde há privilégio e favoritismo. Ela teria uma classe média relativamente grande”.79

Durante os anos mais importantes de seu desenvolvimento econômico, a Grã-Bretanha teve uma classe média grande e relativamente próspera, e os Estados Unidos foram uma sociedade de muitos pequenos proprietários e trabalhadores relativamente bem pagos. O senso de igualdade do povo americano “estimulava a autoestima, a ambição, uma prontidão para ingressar e competir no mercado, um espírito de individualismo e combatividade”.80

Em contrapartida, havia pouca mobilidade social ou econômica em muitas das outras nações. A barreira à mobilidade nas terras alemãs era “a divisão da sociedade em grupos de status [...] de vocação e privilégios reservados [...] senhores [...] servos e arrendatários [...] soldados [...] mercadores [...] operários [para os ofícios industriais]”. Semelhante estratificação social e econômica ocorria entre grupos na Índia e no Japão.81 Se uma pessoa fazia parte de um grupo, sua condição social e econômica estava determinada, e era difícil, senão impossível, libertar-se e passar para outro grupo.

O crescimento econômico é prejudicado por estruturas e tradições que impedem a mobilidade social e econômica. Benjamin Friedman explica:

Economias estagnadas não apoiam a mobilidade econômica nem a abertura de oportunidades. Em suma, elas discriminam. Progredir na vida está quase sempre ligado ou a entrar na política, com acesso ao tesouro nacional, ou a tomar o que pertence a outros. Quando a perspectiva de crescer não existe, qualquer pessoa que apresente uma mínima evidência de riqueza ou acumulação de capital é vista com suspeição. Medidas positivas para promover a mobilidade econômica estão ausentes e a discriminação com base no berço é a norma. Assuntos como abertura e tolerância são, primeiramente, uma questão de aplicar o princípio básico da igualdade de oportunidades, o que, por sua vez, oferece a perspectiva de uma verdadeira mobilidade econômica e social.82

Os países também podem prejudicar o crescimento econômico ao permitir que a riqueza se concentre nas mãos de uma minoria de famílias especialmente privilegiadas e poderosas, enquanto a vasta maioria das pessoas é refém da pobreza. Na Rússia e em outros países eslavos, “a servidão persistiu na sua pior forma” muito depois da Revolução Industrial acontecer no norte da Europa. “Tanta riqueza” estava concentrada “nas mãos de uma nobreza perdulária”, mas os pobres camponeses tinham tão pouco, que não podiam sequer prover uma demanda adequada para a compra de bens de consumo ordinários, se tais bens fossem produzidos.83 A Rússia dos czares tinha “uma aristocracia privilegiada e autoindulgente que resistia desdenhosamente à modernização”.84

Muitos países da América Latina tiveram problemas parecidos logo que se tornaram independentes, com uma pequena minoria abastada no topo e as massas encurraladas na pobreza: “No topo, um pequeno grupo de insolentes, bem treinado por seus antigos mestres coloniais, espoliava com liberdade. Na base, as massas rebaixadas e destituídas”.85 Landes resume o que acontece nessas situações, em detrimento tanto dos ricos como dos pobres:

Quando a sociedade é dividida entre alguns poucos latifundiários privilegiados e uma ampla massa de trabalhadores pobres, dependentes e talvez até escravizados — na prática, entre uma escola de preguiça (ou autoindulgência) e um poço de desespero — qual é o incentivo para mudar e melhorar? No topo, uma

indiferença arrogante; na base, uma resignação desesperada.86

Em todos os casos em que muita riqueza é retida nas mãos de uma minoria privilegiada e todo o resto fica encurralado na pobreza, o livre mercado não pode funcionar. Algumas pessoas abonadas estão acima da lei. Crimes podem ser cometidos e contratos, quebrados, sem qualquer medo de punição. Monopólios são tolerados ou até mesmo fortalecidos pelo governo. Obter uma licença para gerir uma empresa ou obter a posse documentada da propriedade é tão difícil que é essencialmente impossível para as pessoas comuns.

Essas não são falhas do livre mercado, e sim falhas de um governo em proteger o livre mercado e permitir que todos concorram de forma equitativa. Onde um governo permite que o livre mercado opere, a engenhosidade e a ambição comuns ao ser humano proporcionam cada vez mais concorrência e diversidade no mercado. Cada vez mais pessoas descobrem que podem rapidamente alcançar níveis mais altos de renda e de condição social em uma sociedade simplesmente mediante o trabalho duro e a habilidade no que fazem. O livre mercado, se realmente tiver espaço para funcionar, proporciona essa liberdade econômica e social de ascensão, geração após geração.

A mobilidade econômica nos Estados Unidos ainda é um traço importante de sua forte economia nos dias de hoje: “Oitenta por cento dos milionários da América são ricos de primeira geração”, relataram Thomas Stanley e William Danko, alguns anos atrás.87 Além do mais, a maioria deles não herdou sua fortuna, porque menos de 20% dos milionários herdaram 10% ou mais de sua fortuna, e menos de 25% deles sequer receberam uma doação de 10 mil dólares ou mais de seus pais ou outros parentes.88

Muitos dentre “os pobres”, na sua maior parte, não continuam pobres geração após geração, ou mesmo ano após ano. Muitos avançam para níveis econômicos mais elevados. Também “os ricos” não permanecem necessariamente ricos de ano a ano e de geração em geração.

Muitas pessoas que em um ano são pobres realmente começam a enriquecer no ano seguinte.89 Se dividirmos a população dos Estados Unidos em cinco grupos, com 20% das pessoas em cada grupo (cinco quintis), e estudarmos o que aconteceu a cada grupo entre 1975 e 1991 (dezesseis anos), veremos que 98% das que se encontravam no grupo de renda mais baixa avançaram para um grupo de renda mais alta! No próximo grupo de renda mais baixa, 78% se deslocaram para um grupo de renda mais alta, ao passo que 58% das pessoas do terceiro grupo se moveram para um grupo de renda maior. No entanto, 31% das que estavam no grupo de renda mais alta caíram para um grupo de renda menor, o que também aconteceu com 24% das que estavam no segundo grupo de renda maior (veja Figura 3).

Essas tendências também foram observadas em estudos mais recentes. Um estudo sobre a mobilidade de renda no período de 1996 a 2005 concluiu que, para as pessoas na faixa de renda mais baixa, a renda bruta média subiu 77,2%, comparada com 67,8% do período anterior.90 Em outro estudo, feito pelo Departamento do Tesouro, concluiu-se que cerca de metade dos contribuintes que começaram no quintil de baixo em 1996 haviam passado para uma faixa tributária maior em 2005. Também se descobriu nesse estudo que, dentre aqueles com as maiores rendas em 1996 — os “cem mais” de 1% — apenas 25% continuaram nesse grupo em 2005. Além disso, sua renda real média também caiu durante esse período.91 A mobilidade de renda frequentemente segue nos dois sentidos: para cima e para baixo.

Um exemplo de tal mobilidade seria uma aluna pobre da faculdade de Medicina que mal consegue se sustentar; mas, então, conclui seus estudos e sai da condição de “baixa renda” para “renda moderada/alta” em um ano, e logo depois passa para a condição de “renda alta”. Algo semelhante acontece, em geral, com alunos pobres do ensino superior, que ganham pouco com empregos em tempo parcial, mas que depois se graduam e começam a subir nas suas carreiras. Isso também ocorre com famílias de imigrantes pobres que inicialmente aprendem a língua e buscam oportunidades de negócios, nas quais logo são bem-sucedidas.92 Essa mudança da “baixa renda” para “renda alta” também acontece

com empreendedores de “baixa renda” que retiram salários bastante reduzidos e vivem durante dois ou três anos principalmente de economias enquanto desenvolvem o seu empreendimento. Eles aparecem como “pobres” nas tabelas de distribuição nacional de renda, mas, quando seus negócios progridem, eles rapidamente se juntam aos demais nas faixas de renda média ou média/alta. Por isso, quando falamos sobre “os pobres” e “os ricos”, precisamos lembrar que, com o tempo, pessoas diferentes estão em cada um dos grupos.

Em outras palavras, várias medidas mostram que houve uma tremenda mobilidade de renda ao longo do tempo nos Estados Unidos (embora isso tenha diminuído um pouco nos anos recentes com uma economia relativamente estagnada e uma elevada taxa de desemprego persistente). Esse tipo de livre mobilidade econômica é essencial para as nações que querem sair da pobreza para alcançar uma maior prosperidade.

20. A liberdade de enriquecer legalmente

O país que pretende passar da pobreza a uma prosperidade crescente precisa dar liberdade para que todas as pessoas na sociedade possam não somente ascender a um nível de renda mais alta, mas também acumular e reter até mesmo grandes quantidades de riqueza, desde que o façam mediante atividades e meios legítimos. Isso é o oposto da situação mencionada na seção anterior, em que a riqueza de uma nação está concentrada nas mãos de algumas famílias privilegiadas e ninguém mais tem a oportunidade de enriquecer. Em vez disso, estamos nos referindo a uma sociedade que dá oportunidade a todos os que trabalham com empenho e competência para melhorar o quanto puderem a sua condição econômica.

Novamente, os líderes do governo precisam ter em vista a única coisa que tirará sua nação da pobreza e a trará a uma prosperidade cada vez maior: produzir continuamente mais bens e serviços de valor. Para que isso aconteça, cada pessoa na nação precisa ser motivada de alguma forma a contribuir com o que puder para o aumento da atividade econômica produtiva.

O que mais efetivamente motiva as pessoas a darem sua melhor contribuição para que a economia se torne mais produtiva? O que melhor as motiva é a esperança de ganhar mais e de melhorar sua condição de vida, bem como a de suas famílias. Nada mais proporciona a motivação necessária — não é o apelo ao patriotismo, as exortações para amar o próximo, os pedidos para que se faça mais em favor dos pobres, a inveja dos ricos, e certamente não é o trabalho forçado em sistemas de servidão ou totalitarismo. Nada motiva tanto uma pessoa quanto o seu interesse pessoal; isto é, a esperança de ganhar mais dinheiro e melhorar sua própria condição.

Entretanto, para que as pessoas sejam motivadas pela esperança de ganhar mais

dinheiro, elas precisam ser capazes de ver evidências concretas de que isso é possível. Elas precisam ser capazes de olhar à sua volta e observar exemplos de pessoas que começaram pobres e se tornaram ricas, ou ao menos passaram a ter uma condição moderadamente boa. As pessoas precisam ser capazes de ver que uma proporção de sucesso financeiro é possível com bons hábitos de trabalho, honestidade, frugalidade e perseverança.93

Quando as pessoas sabem que vivem em um país onde ninguém é capaz de melhorar a condição econômica de sua família, como em um país comunista, onde os salários são fixados pelo governo, elas não vão se esforçar para isso. Do mesmo modo, as pessoas que vivem em um país onde poderosas autoridades governamentais e algumas famílias abastadas têm mantido por gerações toda a riqueza para si e onde os pobres realmente não têm qualquer oportunidade de ser economicamente bem-sucedidos com seu empenho no trabalho também não se esforçarão.

Um trágico exemplo de sistemas econômicos e culturais que prendem as pessoas à pobreza, impedindo o progresso de qualquer pessoa, pode ser visto em grande parte da África subsaariana. Maranz, especialista em África, explica:

É uma regra geral as pessoas esperarem que o dinheiro e as mercadorias sejam usados ou gastos tão logo estejam disponíveis. Se o proprietário não tiver necessidade imediata de gastar ou usar um recurso, os parentes e amigos certamente têm. Possuir recursos e não usá-los é acumulação, o que é considerado antissocial.94

Para sermos justos, precisamos levar em conta que Maranz enxerga com simpatia a razão para esses costumes: garantir a sobrevivência de todos, especialmente durante circunstâncias severas de seca e fome. Ele escreve no início do seu livro:

Qual é a mais fundamental consideração de ordem econômica na maioria das sociedades africanas? Creio que a resposta aproximada é esta: a distribuição de recursos econômicos de modo que todas as pessoas possam suprir as suas necessidades básicas ou ao menos sobreviver. Essa distribuição é o sistema de seguridade social africano [...]. Os africanos conseguem atingir o alvo principal do seu sistema econômico? Sim, eles o atingem maravilhosamente bem [...]. [Mesmo nas economias fracas com 50% de desemprego] as pessoas continuam a comer, elas têm roupa e abrigo e sobrevivem. Mesmo os que têm recursos escassos dividem com parentes e amigos próximos. Não há distúrbios. Tenho a impressão de que as pessoas vivem a vida pelo menos com tanto contentamento quanto as ocidentais nos seus países de origem. É claro que elas esperam por dias melhores, mas, enquanto isso não acontece, tiram o maior proveito possível de sua situação.95

Não estamos afirmando, portanto, que esses costumes não serviram a bons propósitos. Mas estamos dizendo que, atualmente, eles são um obstáculo relevante ao crescimento econômico, porque impedem que qualquer pessoa progrida economicamente. Na verdade, é o próprio Maranz quem diz que o resultado de tais costumes é um contínuo “nivelamento” da sociedade, de forma que ninguém é capaz de superar os outros:

As regras não escritas que governam o empréstimo e o compartilhamento de dinheiro e bens e a extrema pressão social sobre os indivíduos para que correspondam a essas regras ou sofram sanções servem como mecanismos niveladores para impedir que as pessoas tomem a dianteira de outras [...]. Uma pressão social extrema é exercida sobre os que têm recursos para que os compartilhem com os membros da sociedade que têm menos. O efeito é impedir qualquer pessoa de progredir e funciona basicamente como um freio ao desenvolvimento econômico.96

Qual é o resultado da crença na mentira de que a igualdade econômica é mais importante que o crescimento econômico (sujeição progressiva da terra, Gn 1.28), a posse da propriedade (“não furtarás”, “não cobiçarás”) ou o recebimento

da justa recompensa pelo trabalho? O resultado é um encurralamento na pobreza.

A necessidade de as pessoas verem exemplos de outras que saíram da pobreza e se tornaram ricas significa que é bastante destrutivo para uma sociedade continuamente difamar “os ricos”, retratá-los como perversos e promover a inveja e o ódio contra eles. (A noção de que a riqueza é proveniente da exploração de outros em vez de se originar da criação de novo valor é uma ideia marxista, não um ponto de vista cristão.) Essa retórica de luta de classes tende a desestimular as pessoas mais pobres a tentarem obter sucesso nos negócios e se tornarem ricas com seu esforço no trabalho e sua perseverança (pois quem quer ser odiado por todos os demais?). Se a sociedade se concentra na inveja ou no ódio contra os ricos, ela prejudica significativamente sua produtividade econômica.

Sempre que uma nação sair da pobreza e começar a prosperar cada vez mais, haverá algumas pessoas em situação econômica melhor que outras. As pessoas têm diferentes talentos e habilidades, diferentes níveis de ambição, diferentes hábitos de trabalho e diferentes níveis de inteligência em várias áreas. Muitas pessoas se tornarão moderadamente prósperas porque fazem um excelente trabalho ao prover produtos úteis de valor para a economia. O governo — e os costumes da sociedade — precisam permitir que elas retenham o fruto do seu trabalho, pois é isso que as motiva a continuar fazendo contribuições valorosas à economia. Aliás, nas sociedades livres, a maior parte das pessoas que se tornam moderadamente ricas têm profissões bastante “comuns”.

Haverá também um pequeno grupo de pessoas que se tornará espetacularmente bem-sucedido. Via de regra, são pessoas que inventam novos produtos ou novos modos de produção em massa. Na história dos Estados Unidos, foram pessoas que descobriram como construir uma linha de montagem para produzir automóveis em série para famílias comuns (Henry Ford), como construir uma vasta rede ferroviária (Cornelius Vanderbilt) ou como construir grandes usinas siderúrgicas (Andrew Carnegie, fundador da U.S. Steel). Esse grupo inclui aquelas pessoas que desenvolveram computadores domésticos e uma nova

geração de telefones celulares (Steve Jobs, fundador da Apple), um sistema operacional para computadores que é usado em todos os países do mundo (Bill Gates, fundador da Microsoft) e uma empresa de vendas na Internet que entrega milhares de produtos rapidamente em qualquer endereço (Jeff Bezos, fundador da Amazon.com).

O fator importante no desenvolvimento econômico dos Estados Unidos não é que cada uma dessas pessoas faturou milhões de dólares, mas sim que cada um desses líderes empresariais contribuiu com uma quantidade enorme de produtividade econômica para sua nação e, em muitos casos, para o mundo inteiro. Essas pessoas, e outras como elas, possibilitaram aos Estados Unidos produzir continuamente mais produtos e serviços de valor além de qualquer coisa que pudesse ser imaginada a partir dos esforços de somente uma pessoa. Elas obtiveram sucesso, e a economia do seu país cresceu significativamente como resultado de seus esforços.

Esse tipo de coisa somente acontece em uma nação que permite que as pessoas tenham oportunidades ilimitadas de ganhar dinheiro com a esperança de conservar grande parte desse dinheiro. As pessoas que faturam tantos milhões de dólares são raras, mas elas proporcionam à sociedade como um todo uma imensa produtividade econômica.

Frederick Catherwood diz corretamente: “O ensino da Bíblia parece dizer que o que importa não é a quantidade de riqueza de um homem, mas o método pelo qual a obtém, como ele a usa e qual é a sua mentalidade em relação à riqueza”.97

Quando uma nação dá liberdade para qualquer um acumular bastante riqueza dessa forma, ela encoraja multidões de pessoas a tentarem. Algumas fracassam, muitas se saem razoavelmente bem e somente uma pequena minoria se torna muito rica. No entanto, os milhões de pessoas que se saem razoavelmente bem formarão o suporte principal de uma economia sadia, e as que se tornam

extremamente ricas proporcionam àquela economia um significativo benefício.

Se a oportunidade de trabalhar com empenho, ter sucesso e se tornar rico é eliminada por meio de políticas governamentais (como as taxas de impostos extremamente altas sobre “os ricos” ou julgamentos e prisões arbitrários de ricos que se destacam, como ocorre na Rússia ou na China), então dificilmente alguém tentará se tornar rico mediante a fundação de uma empresa produtiva, o que privará a nação inteira de grande parte do crescimento econômico que poderia ter experimentado.

Portanto, se uma nação deseja crescer, saindo da pobreza para uma prosperidade cada vez maior, ela não pode confiscar a riqueza por meio de impostos punitivos sobre os ricos, ou por meio de impostos elevados sobre a herança, ou através de decisões judiciais injustas contra os ricos, ou por meio do ostracismo social ou de condenações morais à prosperidade.

Entretanto, o que acontece se as pessoas viverem em um país onde praticamente todos os ricos obtêm sua riqueza através de meios imorais, como o tráfico de drogas, o roubo ou a corrupção política? Em tais casos, a sociedade precisa encontrar, de alguma forma, força suficiente para punir esses criminosos pelo mal que fizeram — não pela riqueza em si, mas pelos meios perversos usados para obtê-la. Portanto, ela precisa abrir e proteger oportunidades genuínas para qualquer pessoa enriquecer por meios legítimos e moralmente corretos. Se os únicos ricos do país têm fama de terem se tornado ricos por meio de suborno, roubo ou corrupção, então nenhuma pessoa honesta irá acreditar que há qualquer esperança de aumentar sua própria riqueza.

Pastores e outros líderes espirituais de uma nação têm um importante papel nesse sentido. Eles precisam denunciar os ricos que fazem uso da mentira, da trapaça, do roubo ou da promoção da imoralidade para enriquecer. Eles também precisam denunciar a penalização governamental ilegítima ou o ostracismo social dos ricos. Porém, se os seus sermões incluírem críticas habituais também aos ricos

que ganharam o seu dinheiro de forma legitimamente correta e moralmente idônea, eles acabarão prejudicando o crescimento econômico da sua nação, ao desestimular as pessoas a se esforçarem no trabalho e progredirem economicamente.

A Bíblia não diz que é errado que alguém diga: “Hoje ou amanhã iremos a tal cidade, lá passaremos um ano, negociaremos e teremos lucro”, mas que é errado dizê-lo de forma arrogante, sem reconhecer que isso somente pode acontecer “se o Senhor quiser” (veja Tg 4.13,15). O livro de Tiago traz realmente algumas palavras duras de condenação aos ricos (veja 5.1-6), mas essas são pessoas que injustamente buscaram para si o luxo excessivo (v. 2,3), que desonestamente deixaram de pagar os salários (v. 4) e que “vive[ram] em delícias sobre a terra, satisfazendo [seus] prazeres”, chegando até a perversamente condenar e assassinar pessoas justas (v. 5,6). Tiago não está se referindo a todos os ricos, e sim aos egoístas, gananciosos, desonestos, injustos e autoindulgentes, que não se importam com os outros e que não agem corretamente.

Além disso, lemos esta exortação no Antigo Testamento: “Não esgote suas forças tentando ficar rico; tenha bom senso!” (Pv 23.4, NVI).98

Essa exortação está relacionada com a passagem do Novo Testamento que alerta contra o desejo de ser rico:

Mas os que querem ficar ricos caem em tentação, em armadilhas e em muitos desejos loucos e nocivos, que afundam os homens na ruína e na desgraça. Porque o amor ao dinheiro é a raiz de todos os males; e por causa dessa cobiça alguns se desviaram da fé e se torturaram com muitas dores (1Tm 6.9,10).

Aqui precisamos distinguir entre, por um lado, o “desejo de ficar rico” e o “amor ao dinheiro”, do qual Paulo trata, e, por outro lado, o desejo de trabalhar duro, de

ser bem-sucedido e melhorar a própria situação econômica, o que a Bíblia jamais condena.

Sempre há muitas pessoas cujo objetivo não é enriquecer, e sim ter um bom emprego ou uma empresa de sucesso e atingir uma condição de vida decente, as quais são continuamente promovidas no emprego ou criam produtos que vendem muito bem e, de repente, descobrem que estão enriquecendo muito além do que esperavam. Em uma economia de livre mercado isso acontece com relativa frequência.

Em uma sociedade também sempre há pessoas que não conhecem nada sobre os ensinos da Bíblia e que imaginam não haver nada de errado em desejar ser ricas. Elas, na verdade, determinam que seu alvo é enriquecer. Mas um dos aspectos maravilhosos de um sistema de livre mercado é que ele frequentemente usa a imensa energia que essas pessoas dedicam ao seu enriquecimento para o bem econômico da sociedade como um todo. Para lucrar mais, essas pessoas trabalham para criar novos bens e serviços valiosos que trazem grande benefício à sociedade.

Se uma sociedade não concede às pessoas a liberdade de enriquecer por meios legítimos, então ela perde muitos dos benefícios que essas pessoas trariam à economia. Elas não trabalham tanto quanto trabalhariam, ou não produzem tanto quanto produziriam, ou então se mudam para outros países onde podem usar suas habilidades para enriquecer, e os outros países acabam se beneficiando de sua produtividade econômica.

21. A liberdade religiosa

Essa liberdade estava implícita nas seções 15 e 18 (veja também o capítulo 7, p. 273-4), mas vamos explicitá-la aqui. A intolerância e o preconceito religiosos no passado levaram à exclusão de capacidades e conhecimento valiosos em muitos países e impediram significativamente o desenvolvimento econômico. Para evitar essas perdas de conhecimento e capacidade, é importante que uma nação estabeleça e proteja a liberdade de professar todos os pontos de vista religiosos.

Diversas nações muçulmanas de hoje continuam a praticar a exclusão extrema de outras religiões, o que faz com que elas sofram consequências econômicas negativas. Nações comunistas como a Coreia do Norte e a antiga União Soviética também excluíram a religião em geral e, por isso, experimentaram a perda econômica resultante da exclusão de pessoas de várias convicções religiosas da participação produtiva na economia.

C. Conclusão

Se os líderes de uma nação estiverem determinados a proteger as 21 liberdades descritas neste capítulo, estas liberarão a tremenda produtividade econômica de seu povo, e o país começará a produzir cada vez mais bens e serviços de valor. Ao fazer isso, a nação começará a dar grandes passos em sua jornada da pobreza para uma prosperidade em constante crescimento.

▪

1 Este capítulo poderia fazer parte do capítulo 7, pois apresenta mais uma descrição do tipo de governo necessário para que uma nação consiga passar da pobreza à prosperidade. Porém, a lista de liberdades que o governo precisa proteger se tornou tão longa, que decidimos que seria útil dedicar um capítulo especialmente a essas liberdades.

2 Adam Smith, An inquiry into the nature and causes of the wealth of nations, edição de Edwin Cannan (1776; reimpr., New York: Modern Library, 1994), p. 581 [edição em português: A riqueza das nações: investigação sobre sua natureza e suas causas (São Paulo: Nova Cultural, 1996)].

3 Ibidem.

4 David S. Landes, The wealth and poverty of nations: why some are so rich and some so poor (New York: W. W. Norton, 1999), p. 219 [edição em português: A riqueza e a pobreza das nações: por que algumas são tão ricas e outras tão pobres

(Rio de Janeiro: Campus, 1999)].

5 Terry Miller; Kim R. Holmes; Edwin Feulner, orgs., 2012 Index of economic freedom (Washington/ New York: Heritage Foundation/The Wall Street Journal, 2012). O índice também está disponível em: www.heritage.org/index/default. Para o segundo volume, veja: www.freetheworld.com/release.html [já o outro índice mencionado está disponível em português no endereço: www.liberdadeeconomica.com.br (N. do T.)].

6 Os próximos doze parágrafos foram tirados de Wayne Grudem, Politics: according to the Bible (Grand Rapids: Zondervan, 2010), p. 91-3 [edição parcial em português: Política segundo a Bíblia (São Paulo: Vida Nova, 2014)].

7 Mesmo quando um certo tipo de servidão era permitido (como em Levítico 25.39-46), ele era regulamentado, e a servidão era vista como uma condição indesejável, da qual as pessoas ordinariamente desejariam se libertar.

8 Declaração de Independência, disponível em: http://www.archives.gov/exhibits/charters/declaration_transcript.html, grifo nosso.

9 Constituição dos Estados Unidos da América, disponível em: http://www.archives.gov/exhibits/charters/constitution_transcript.html, grifo nosso.

10 Entretanto, a disponibilidade imediata de telefones celulares e acesso à Internet está desafiando esses monopólios, uma vez que os agricultores podem agora obter informação instantânea sobre os preços do mercado mundial.

11 Landes, Wealth and poverty, p. 214-5.

12 Ibidem, p. 246.

13 Ibidem, p. 245-6.

14 Ibidem, p. 246-7.

15 Robert Guest, The shackled continent: Africa's past, present, and future (London: Macmillan, 2004), p. 172-5.

16 Ibidem, p. 175-6.

17 Landes, Wealth and poverty, p. 240.

18 Ibidem, p. 241.

19 Ibidem, p. 355-6.

20 Ibidem, p. 373.

21 Niall Ferguson, Civilization: the West and the rest (New York: Penguin, 2011), p. 45-6 [edição em português: Civilização: Ocidente x Oriente (São Paulo: Planeta, 2012)].

22 Paul Collier, The bottom billion: why the poorest countries are failing and what can be done about it (Oxford: Oxford University Press, 2007), p. 170-2.

23 Daron Acemoglu; James A. Robinson, Why nations fail: the origins of power, prosperity and poverty (New York: Crown Publishers, 2012), p. 39-40 [edição em português: Por que as nações fracassam: as origens do poder, da prosperidade e da pobreza (Rio de Janeiro: Campus, 2012)].

24 Ibidem, 39.

25 Claire Suddath, "It's illegal for monks to sell caskets in Louisiana", Bloomberg Businessweek, June 1, 2012, disponível em: http://www.businessweek.com/articles/2012-06-01/its-illegal-for-monks-to-sell-caskets-in-louisiana, acesso em: 2 out. 2012.

26 James Gattuso, "Red tape rises again: cost of regulation reaches $1.75 trillion", disponível em: http://blog.heritage.org/2010/09/22/red-tape-rises-again-cost-of-regulation-reaches-1-75-trillion/, acesso em: 3 jan. 2013.

27 David R. Henderson, "Rent Seeking", in: David R. Henderson, org., The concise encyclopedia of economics (Indianapolis: Liberty Fund, 2008), p. 445.

28 BBC News, “Indonesia’s Muhammad Nazaruddin guilty of corruption”, April 20, 2012, disponível em: http://www.bbc.co.uk/news/world-asia-17781379, acesso em: 3 jan. 2013.

29 iPolitics, “Ex-Indonesia bank official found guilty of bribery”, September 27, 2012, disponível em: http://www.ipolitics.ca/2012/09/27/ex-indonesia-bank-official-found-guilty-of-bribery/, acesso em: 3 jan. 2013.

30 Miller et al., 2012 Index of economic freedom, p. 228.

31 Isso é explicado no artigo “Douglass C. North”, in: Concise encyclopedia of economics, p. 575.

32 Edição em português: Karl Marx, Teoria da mais-valia: os fisiocratas; Anne Robert Jacques Turgot, Reflexões acerca da formação e distribuição de riquezas, 2.ed., Coleção Bases 5 (São Paulo: Global Editora, 1979).

33 Ibidem, p. 599.

34 Landes, Wealth and poverty, p. 242-5.

35 Ibidem, p. 404, 406-7.

36 George Gilder, Wealth and poverty (New York: Basic Books, 1981), p. 247.

37 Landes, Wealth and poverty, p. 470.

38 No entanto, é possível haver casos em que um relacionamento familiar ou de amizade seja a base para um conhecimento prévio da competência e confiabilidade de uma pessoa. Mas esses são fatores que podem ser incluídos no mérito.

39 Landes, Wealth and poverty, p. 217.

40 David Maranz, African friends and money matters (Dallas: SIL International, 2001), p. 114-5.

41 Ibidem, citando W. Penn Hanwerker, “Fiscal corruption and the moral economy of resource acquisition”, in: Barry L. Isaac, org., Research in economic anthropology (Greenwich: JAI Press, 1987), p. 332.

42 Matt Ridley, The rational optimist: how prosperity evolves (New York: HarperCollins, 2010), p. 214-6 [edição em português: O otimista racional: por que o mundo melhora (Rio de Janeiro: Record, 2014)]. O economista e neurologista William J. Bernstein dedica um capítulo inteiro do seu livro The birth of plenty [O nascimento da abundância] à fascinante história da energia elétrica, da velocidade e da luz, e seu enorme impacto na atividade e produtividade humana; veja Bernstein, The birth of plenty: how the prosperity of the modern world was created (New York: McGraw-Hill, 2004), p. 161-88.

43 Talvez a explicação mais aprofundada das atuais implicações econômicas e geopolíticas relativas à energia esteja em Daniel Yergin, The quest: energy, security and the remaking of the modern world (New York: Penguin, 2011).

44 Landes, Wealth and poverty, p. 40.

45 Ibidem, p. 186.

46 Infelizmente, alguns países ricos se movem na direção exatamente oposta. Veja a Alemanha, que decidiu fechar todos os seus reatores nucleares (uma fantástica fonte de energia) (BBC, "Germany: Nuclear power plants to close by 2022", May 30, 2011, disponível em: http://www.bbc.co.uk/news/world-europe-13592208), acesso em: 16 out. 2012; os Estados Unidos, que se recusam a permitir que seus cidadãos acessem as vastas reservas petrolíferas dentro da nação e nas suas águas costeiras; o presidente Obama, que impediu a construção do oleoduto Keystone; ou a Agência de Proteção Ambiental dos Estados Unidos (EPA), que restringiu de forma absurda as quantidades de emissões com vestígios de mercúrio, o que levará ao fechamento de um grande número de usinas termoelétricas nos Estados Unidos (embora os próprios documentos da EPA relatem que essas novas regulações não trarão qualquer benefício claramente observável à saúde), evidências de que essas nações tomaram decisões insensatas que impedirão seu futuro desenvolvimento econômico e as deixarão menos prósperas do que poderiam ter sido. E elas serão menos capazes de contribuir beneficamente para a oferta mundial de bens e serviços econômicos.

47 Landes, Wealth and poverty, p. 217-8.

48 Ibidem, p. 342, 345.

49 Ibidem, p. 492-3.

50 Ibidem, p. 229.

51 Ibidem, p. 401-2; 52.

52 Gucharan Das, India unbound (New York: Alfred Knopf, 2001), p. 73.

53 Landes, Wealth and poverty, p. 51.

54 Ferguson, Civilization, p. 41.

55 Landes, Wealth and poverty, p. 51.

56 Ibidem, p. 133-4.

57 Ibidem, p. 134-6.

58 Ibidem, p. 181, citando uma apresentação feita em 1961 em uma conferência acadêmica de historiadores.

59 Ibidem, p. 311. Os líderes católicos romanos de hoje concordam, em geral, que a Inquisição foi um erro.

60 Ibidem, p. 201.

61 Ibidem, p. 203.

62 Ibidem, p. 206.

63 Ibidem, p. 343.

64 Ibidem, p. 343-4.

65 Ibidem, p. 346.

66 Michael Spence, The next convergence: the future of economic growth in a multispeed world (New York: Farrar, Straus, & Giroux, 2011), p. 62 [edição em português: Os desafios do futuro da economia: o crescimento econômico mundial nos países emergentes e desenvolvidos (Rio de Janeiro: Campus, 2011)].

67 Landes, Wealth and poverty, p. 418.

68 Ibidem, p. 418-9.

69 Ibidem, p. 410-4, grifo nosso.

70 Linda Gorman, “Discrimination”, in: Henderson, The concise encyclopedia of economics, p. 116.

71 Landes, Wealth and poverty, p. 223.

72 Ferguson, Civilization, p. 98-9.

73 Landes, Wealth and poverty, p. 321.

74 Ibidem, p. 317, 324, 329.

75 Ibidem, p. 250. (Veja, porém, a nota 58.)

76 Ibidem, p. 252.

77 Ibidem, p. 440-1.

78 Ibidem, p. 507-9.

79 Ibidem, p. 218.

80 Ibidem, p. 221 (sobre a Grã-Bretanha) e p. 297 (sobre os Estados Unidos).

81 Ibidem, p. 239.

82 Benjamin Friedman, The moral consequences of economic growth (New York: First Vintage Books, 2005), p. 86, 95 [edição em português: As consequências morais do crescimento econômico (Rio de Janeiro: Record, 2009)].

83 Landes, Wealth and poverty, p. 251.

84 Ibidem, p. 268.

85 Ibidem, p. 313.

86 Ibidem, p. 296.

87 Thomas Stanley; William Danko, The millionaire next door (New York: Pocket Books, 1996), p. 3. [Edição em português: O milionário mora ao lado: os surpreendentes segredos dos ricaços americanos (São Paulo: Manole, 1999).]

88 Ibidem, p. 16.

89 Os quatro parágrafos seguintes foram tirados de Grudem, Politics, p. 302-4 [edição em português: Política segundo a Bíblia (São Paulo: Vida Nova, 2014)].

90 “Income mobility in the United States: New evidence from income tax data”, National Tax Journal 62, n. 2 (June 2009): 315.

91 “Income mobility in the United States: 1996—2005”, relatório do Departamento do Tesouro dos Estados Unidos (Nov. 13, 2007), p. 2.

92 Para numerosos exemplos, veja: Stanley; Danko, The millionaire next door, especialmente p. 16-25.

93 Stanley; Danko, The millionaire next door, está repleto de exemplos como esse, bem como numerosos estudos sobre os estilos de vida surpreendentemente frugais e simples da maioria dos milionários americanos.

94 Maranz, African friends, p. 16.

95 Ibidem, p. 4, grifo do autor.

96 Ibidem, p. 150.

97 H. F. R. Catherwood, The Christian in industrial society (London: Tyndale Press, 1964), p. 9.

98 “Não te fatigues para seres rico; não apliques nisso a tua inteligência” (Pv 23.4 ARA). Essa tradução também denota sentido semelhante, desde que se entenda que “fatigar” representa a palavra hebraica yāga‘, que significa “ficar esgotado de cansaço” e implica trabalhar em excesso, chegando à extrema fadiga.

9

OS VALORES DO SISTEMA

Crenças culturais que estimulam o crescimento econômico

De que maneira uma nação pode esperar realizar as transformações econômicas e políticas que discutimos nos capítulos anteriores?

A maneira mais efetiva de implementá-las, e a única que trará uma transformação de longo prazo a uma nação, é persuadir seu povo a mudar quaisquer crenças culturais e tradições que estejam impedindo o desenvolvimento econômico. Se essas crenças e tradições forem substituídas por novas crenças que estimulem o crescimento econômico, a nação será transformada.

Esses valores culturais são, portanto, as questões mais estratégicas que discutimos neste livro, porque são eles que, em última análise, vão determinar todos os demais fatores. Os valores culturais de uma nação determinam que tipo de sistema econômico ela adota, que tipos de leis e políticas o governo implementa, se a corrupção é tolerada, se as liberdades são protegidas e quais são os tipos de objetivos que as pessoas estipulam para sua vida pessoal. É importante, portanto, compreender exatamente quais são os tipos de valores culturais que levam uma nação a apoiar os modelos de sistemas econômico e governamental descritos nos capítulos anteriores.

Daron Acemoglu e James A. Robinson, no seu criterioso livro Why nations fail, acabam descartando a ideia de que valores culturais tenham muita influência no desenvolvimento econômico de uma nação. Eles escrevem:

Será que a hipótese cultural é útil para compreender a desigualdade mundial? Sim e não. Sim, no sentido de que as normas sociais, que estão ligadas à cultura, de fato importam e podem ser difíceis de mudar, e elas também, por vezes, fundamentam diferenças institucionais, que é a explicação dada pelo presente livro à desigualdade mundial. Porém, na maioria das vezes, não, pois esses aspectos da cultura frequentemente enfatizados — religião, ética nacional, valores africanos ou latinos — simplesmente não são importantes para compreender como chegamos aqui e por que as desigualdades persistem no mundo. Outros aspectos, tais como até que ponto as pessoas confiam umas nas outras ou são capazes de cooperar, são importantes, mas, em sua maioria, são uma consequência das instituições, e não uma causa independente.1

Nossa resposta a Acemoglu e Robinson é dizer, primeiro, que concordamos que as instituições econômicas e políticas têm um impacto tremendo no desenvolvimento econômico de uma nação. É por isso que dedicamos os capítulos 3, 4, 5 e 6 à discussão do tipo de sistema econômico necessário, e os capítulos 7 e 8 ao tipo de sistema governamental que é necessário a uma sociedade economicamente produtiva. Na verdade, as instituições econômicas e políticas que Acemoglu e Robinson recomendam como “inclusivas” têm muitas das características que recomendamos naqueles capítulos.2

Todavia, nossa segunda resposta é que Acemoglu e Robinson equivocadamente minimizam ou até mesmo descartam o papel que os valores culturais desempenham, tanto no que se refere a permitir que as nações adotem as instituições inclusivas geradoras de riqueza que eles recomendam, quanto no que diz respeito a ajudar as pessoas que desejam viver sob essas instituições a funcionar de uma forma economicamente mais produtiva. Não é uma via de mão única. Sim, as instituições modificam valores culturais, mas os valores culturais

também criam e modificam instituições.

Essa deficiência na análise de Acemoglu e Robinson é evidente quando eles tentam explicar o motivo de determinados países terem adotado as instituições inclusivas que eles recomendam, ao passo que outros países não o fizeram. Ao propor uma solução às nações pobres, eles escrevem: “A solução para o fracasso econômico e político das nações hoje é transformar suas instituições extrativistas em instituições inclusivas [...]. Isso não é fácil”.3

Logo depois, eles afirmam que a transformação das instituições de uma nação demanda “a presença de amplas coalizões que liderem a luta contra o regime existente”, mas não conseguem explicar o que motivaria essas amplas coalizões a se formarem ou a agirem. Em outro trecho, eles dizem que as nações que tiveram sucesso no estabelecimento de instituições inclusivas “foram bem-sucedidas ao transferir poder a um espectro bastante amplo da sociedade”, mas não explicam como isso aconteceu. Na verdade, eles dizem: “A resposta honesta, é claro, é que não há uma receita para criar essas instituições”.4

Quando eles realmente analisam como nações conseguiram estabelecer instituições inclusivas em momentos anteriores da história, sua explicação parece ter mais relação com a mera sorte ou com o que eles às vezes chamam de “contingência” (que nos parece um termo alternativo para o acaso inexplicável). Outras vezes, eles afirmam que as mudanças ocorreram por conta do que chamam de “tendência institucional”, mas acrescentam que é impossível prever se uma instituição tenderá para um lado ou para outro. Eles escrevem (todos os grifos nossos):

Duas sociedades semelhantes em todos os demais aspectos lentamente seguirão rumos institucionalmente distintos [...]. A tendência institucional não tem uma trajetória predeterminada.5

[Na Revolução Gloriosa de 1688, na Inglaterra, que levou a instituições inclusivas,] toda a trajetória que conduziu a essa revolução política esteve à mercê de eventos contingentes.6

Na Índia, a tendência institucional operou de forma diferenciada e levou ao desenvolvimento de um sistema de castas hereditárias singularmente rígido, que limitou o funcionamento dos mercados e a alocação de mão de obra entre as profissões.7

Mudanças favoráveis de contingência [foram parcialmente responsáveis pelo fortalecimento de instituições inclusivas na Inglaterra].8

[A França, o Japão, os Estados Unidos e a Austrália] deixaram o resto para trás [...]. Muitos desafios às instituições inclusivas foram superados, às vezes por causa da dinâmica do círculo virtuoso [isto é, instituições inclusivas perpetuando instituições inclusivas], às vezes graças à trajetória contingente da história.9

Assim mesmo, nada disso [a saber, a história antes de 1688 na Inglaterra] tornou um regime verdadeiramente pluralista inevitável, e seu surgimento foi em parte uma consequência da trajetória contingente da história [...]. A trajetória da transformação institucional de peso foi, como é comum, não menos contingente do que o efeito de outros conflitos políticos [...]. Nesse caso, portanto, a contingência e uma coalizão ampla foram fatores decisivos que fundamentaram o surgimento do pluralismo e de instituições inclusivas.10

[Na Revolução Gloriosa inglesa de 1688] a sorte estava do lado do Parlamento contra o rei Jaime II.11

As coisas poderiam ter ocorrido de forma bastante diferente em Botsuana, especialmente se o país não tivesse tido a sorte de ter líderes como Seretse Khama e Quett Masire.12

E não menos importante, a trajetória contingente da história operou a favor de Botsuana. O país foi particularmente afortunado porque Seretse Khama e Quett Masire não eram Siaka Stevens [ditador em Serra Leoa] e Robert Mugabe [ditador no Zimbábue].13

Além disso, ter um pouco de sorte é fundamental, pois a história sempre se desdobra de uma forma contingente.14

Não foi por necessidade histórica que o Peru acabou se tornando tão mais pobre do que a Europa Ocidental ou os Estados Unidos [...]. O ponto decisivo foi a forma como essa área foi colonizada e como isso contrastou com a colonização da América do Norte. Isso resultou não de um processo historicamente predeterminado, mas de um efeito contingente de diversos desdobramentos institucionais fundamentais durante conjunturas difíceis.15

Naturalmente, o poder preditivo de uma teoria em que tanto pequenas diferenças quanto a contingência desempenham papéis fundamentais será limitado.16

Se tal processo [...] abrirá a porta para uma maior capacitação e, em última análise, para uma reforma política durável [na China] é algo que dependerá [...] da história das instituições políticas e econômicas, de muitas pequenas diferenças importantes e da própria trajetória contingente da história.17

Um dos mais importantes eventos históricos que Acemoglu e Robinson discutem

é a Revolução Gloriosa na Inglaterra em 1688, quando líderes protestantes no Parlamento convidaram Guilherme de Orange a invadir a Inglaterra e se tornar rei. Quando Guilherme desembarcou com um exército holandês de quinze mil homens, o rei Jaime II sequer ofereceu resistência. Nos eventos posteriores, Guilherme (que veio mais tarde a se tornar rei Guilherme III da Inglaterra) concordou com o Parlamento acerca de muitas mudanças:

A Revolução Gloriosa limitou o poder do monarca, bem como do executivo, transferindo ao Parlamento o poder de determinar as instituições econômicas. Ao mesmo tempo, ela abriu o sistema político a um setor mais amplo e diverso da sociedade [...]. A Revolução Gloriosa foi o fundamento para a criação de uma sociedade pluralista [...]. Ela criou o primeiro conjunto de instituições políticas inclusivas do mundo.18

Entretanto, Acemoglu e Robinson sequer mencionam que Guilherme de Orange fora educado na Holanda, desde a infância, no ensino protestante, particularmente na teologia reformada calvinista.19

A mesma omissão de uma sólida formação protestante no passado de um líder importante acontece na discussão sobre Botsuana feita por Acemoglu e Robinson. Eles relatam que a maior parte do continente africano “experimentou um longo círculo vicioso de persistência e recriação de instituições políticas e econômicas extrativistas”, mas, então, eles dizem: “Botsuana é a exceção”. Eles atribuem o caráter excepcional principalmente a Seretse Khama, que se tornou rei de Botsuana em uma época decisiva. Eles afirmam: “Khama foi um homem extraordinário, desinteressado na riqueza pessoal e dedicado a erguer o seu país”.20

Khama tomou uma decisão fundamental, que afetou a história de Botsuana quando os diamantes foram ali descobertos:

A primeira grande descoberta de diamantes foi no território de Ngwato, terra natal de Khama. Antes de a descoberta ser anunciada, Khama promoveu uma alteração na legislação para que todos os direitos aos minerais do subsolo fossem revertidos à nação, e não à tribo. Isso assegurou que a riqueza de diamantes não criasse grandes desigualdades em Botsuana.21

O efeito de uma liderança tão esclarecida foi tornar Botsuana “um dos países com uma das taxas mais altas de crescimento no mundo. Hoje, Botsuana tem a maior renda per capita na África subsaariana”.22

No entanto, Acemoglu e Robinson não mencionam a sólida base educacional de Khama em escolas cristãs protestantes. Será que os autores imaginam que essa instrução em valores morais bíblicos não desempenhou nenhum papel na formação do caráter moral desse líder tão notável?

A historiadora Susan Williams escreve que Khama “havia frequentado as melhores escolas para africanos na África do Sul: a Adams College, uma escola missionária perto de Durban; a Lovedale College, em Alice, no Cabo Oriental, dirigida por missionários; e a Tiger Kloof, em Vryburg, que era [...] dirigida pela Sociedade Missionária de Londres”.23

Em um artigo publicado nos Estados Unidos em 1951, Khama escreveu:

Tenho toda a intenção de retornar ao meu país com minha esposa ao meu lado. Como a Rute da Bíblia, nós várias vezes encontramos nossa força e nosso conforto nesta passagem das Escrituras: “Não insistas comigo para que te abandone e deixe de seguir-te. Pois aonde quer que fores, irei também; e onde quer que ficares, ali ficarei. O teu povo será o meu povo, e o teu Deus será o meu Deus”.24

Aliás, a herança cristã de Khama pode ser atribuída ao seu avô, Khama III, que foi rei da Bechuanalândia (atual Botsuana) entre 1875 e 1923. Cedo na sua vida, Khama III se tornou cristão e decidiu promover a fé cristã ajudando a fundar muitas igrejas e escolas em todo o país, especialmente mediante a Sociedade Missionária de Londres. Dickson Mungazi escreve:

[Khama III] adotou o cristianismo como base para uma nova vida para o seu povo [...]. Durante muitos anos, a educação dos africanos esteve totalmente nas mãos de missionários. Tanto os africanos como os missionários sentiam que tinham algo em comum: um desejo de iniciar uma transformação projetada para acelerar a marcha do progresso africano.25

Todavia, como no caso de Guilherme de Orange, Acemoglu e Robinson não mencionam a base cristã na formação de Khama.

Por último, Acemoglu e Robinson, em sua tentativa de mostrar que as instituições inclusivas são a única razão de as nações obterem sucesso econômico, não mencionam, ou mencionam apenas de passagem, muitos dos fatores que listamos neste livro como importantes para o desenvolvimento econômico. A lista inclui uma moeda estável, impostos baixos, um sistema de livre mercado (embora ele possa ser a implicação do que eles chamam de instituições econômicas inclusivas), a separação de poderes do governo, um sistema judicial justo, ausência de subornos, proteção de patentes e direitos autorais, proteção contra invasão externa, evitar guerras de conquista, proteção contra a destruição do meio ambiente, liberdade de usar os recursos, educação universal, famílias estáveis e liberdade de enriquecer e prosperar legalmente. Eles também não discutem a importância econômica de valores como a fé em Deus; a responsabilidade diante de Deus; a crença de que Deus aprova a produtividade e de que ela é moralmente correta; restrições morais ao roubo, à mentira e à discriminação; a crença de que o tempo é valioso e de que é possível uma transformação; bem como muitas outras crenças que mencionamos no restante deste capítulo.

Mudar crenças culturais profundas nunca é fácil. Aliás, essa é a mais difícil de todas as soluções que discutimos neste livro. Valores que estão arraigados na história, nas tradições, nos costumes, na música, na literatura, nos padrões de linguagem, nas instituições religiosas, nas crenças, nos sistemas educacionais e nos hábitos de criação de filhos de uma nação representam centenas, se não milhares de anos de formação cultural.

Entretanto, isso não quer dizer que crenças e valores jamais possam ser mudados. Por sinal, Lawrence E. Harrison, da Universidade Tufts, resume as conclusões esperançosas de cerca de sessenta estudiosos envolvidos no projeto de pesquisa Culture matters [Cultura importa] no livro The central liberal truth: how politics can change a culture and save it from itself [A verdade liberal central: como a política pode mudar uma cultura e salvá-la de si mesma]. Harrison apresenta extensos sumários de fórmulas eficazes que líderes de várias nações usaram para gerar mudanças culturais que não somente ajudaram a aumentar a prosperidade material daquelas nações, mas também sua qualidade de vida.

Harrison reconhece que algumas de suas recomendações mais específicas são controversas, mas crê que “uma maioria da população mundial certamente concordaria com as seguintes proposições” (derivadas da Declaração Universal dos Direitos do Homem, aprovada pela Organização das Nações Unidas em 1948):

Vida é melhor que morte.

Saúde é melhor que enfermidade.

Liberdade é melhor que escravidão.

Prosperidade é melhor que pobreza.

Educação é melhor que ignorância.

Justiça é melhor que injustiça.26

Embora seja difícil mudar valores culturais, é nesse aspecto que as organizações religiosas — especialmente, de nossa perspectiva, as igrejas cristãs e organizações que enfatizam a doutrina cristã — podem ter uma grande influência para o bem de uma nação. Com efeito, a doutrina cristã transformou culturas de formas bastante positivas no passado.

Os pastores, em especial, podem contribuir por meio do ensino de valores culturais cristãos de forma a promover melhores padrões morais dentro de uma nação e também contribuir para ajudar a economia de uma nação.27 (Veja outros comentários sobre pastores nas p. 34, 171, 197, 325, 389.)

A história do desenvolvimento econômico também aponta para a importância da cultura. Na conclusão de seu magnífico estudo sobre o desenvolvimento econômico em várias nações do mundo, David S. Landes conclui: “Se aprendemos alguma coisa da história do desenvolvimento econômico, aprendemos que a cultura faz toda a diferença”.28

Para tomar um exemplo dentre muitos, Landes repara na falta de desenvolvimento econômico (exceto a riqueza gerada pelo petróleo) nas nações do Oriente Médio. Ele diz que o motivo dessa falta de desenvolvimento "reside na cultura, que (1) não gera uma mão de obra capacitada e informada; (2) continua a rejeitar e a ver com desconfiança as novas técnicas e ideias que vêm do Ocidente inimigo (cristandade); (3) não respeita o tipo de conhecimento que os membros conseguem obter, seja estudando no exterior ou, se tiverem sorte, em casa".29

Neste capítulo, discutiremos crenças culturais em treze categorias gerais. Cada categoria contém crenças culturais que contribuem positivamente para o desenvolvimento econômico. Se essas crenças forem rejeitadas, o desenvolvimento econômico será impedido até certo ponto.

Algumas das seções deste capítulo voltam aos temas já mencionados no livro. Por exemplo, nos capítulos 3, 4 e 8 mencionamos a importância econômica da posse privada da propriedade. Contudo, neste capítulo, enfatizamos a necessidade de uma sociedade acreditar que a posse privada da propriedade é moralmente correta e, portanto, discutimos os ensinos da Bíblia sobre propriedade privada. O material sobre propriedade privada neste capítulo se destina a informar o valor cultural do respeito à posse privada da propriedade, e esse valor cultural é o ingrediente necessário para estabelecer e manter um sistema que protege a propriedade privada em uma nação.

Semelhantemente, neste capítulo discutimos a crença de que o propósito do governo é servir a nação e beneficiar o povo como um todo. Se essa crença estiver profundamente arraigada, ela provê a mais sólida proteção contra a corrupção governamental, que ocorre quando as pessoas usam seu cargo no governo para o ganho pessoal, e não para o bem da nação em geral.

Este capítulo não listará todos os valores que são importantes para uma sociedade. Não listamos a generosidade, a hospitalidade e a bondade, por

exemplo, mas a Bíblia certamente as considera importantes. E muitos países pobres são excelentes nesses valores, muito mais do que algumas sociedades ocidentais abastadas. Neste capítulo, porém, nosso propósito é discutir aqueles valores culturais que estão mais diretamente relacionados aos passos específicos para a prosperidade econômica que discutimos nos capítulos anteriores. Este capítulo, portanto, resume os valores que, se profundamente enraizados, possibilitarão que um país adote e mantenha as soluções discutidas até aqui neste livro.

A. Crenças sobre questões religiosas

1. A sociedade crê que existe um Deus que responsabiliza cada pessoa por seus atos

Quando uma cultura nacional inclui uma crença generalizada de que há um Deus que responsabiliza cada pessoa por suas próprias ações, ela tende a gerar indivíduos que agem com honestidade, que se importam com os outros, que mantêm suas promessas, que trabalham diligentemente e que se importam com a qualidade de seu trabalho.

Por outro lado, se uma cultura se apega à ideia de que não há um Deus e que, portanto, não há uma responsabilidade moral final (como, por exemplo, nas nações comunistas), então há mais desonestidade, mais egoísmo e uma maior tendência à falta de confiança, falta de credibilidade relativa a manter compromissos e negligência no trabalho. O roubo e o suborno são mais comuns, bem como a corrupção considerável no governo, no sistema judiciário, nas universidades, nas empresas, na imprensa e até nas igrejas.

A Bíblia especifica que todas as pessoas um dia prestarão contas ao Deus que criou o mundo. O apóstolo Paulo disse a um grupo de filósofos gregos pagãos em Atenas que Deus "determinou um dia em que julgará o mundo com justiça, por meio do homem que estabeleceu com esse propósito. E ele garantiu isso a todos ao ressuscitá-lo dentre os mortos" (At 17.31). Semelhantemente, o apóstolo Pedro escreveu a diversas igrejas na Ásia Menor sobre os descrentes que os tratavam com hostilidade: "Eles acham estranho que não vos juntais a eles na mesma carreira desenfreada de licenciosidade e vos difamam. Terão de prestar contas àquele que está pronto para julgar os vivos e os mortos" (1Pe 4.4,5).

Paulo notou que, quando uma sociedade se torna mais corrupta, cada vez mais alienada de Deus, as pessoas parecem transbordar em má conduta (veja Rm 3.10-17). O ponto culminante de sua descrição desse tipo de sociedade é que

“não possuem nenhum temor de Deus” (Rm 3.18). A maldade desenfreada é resultado da falta de fé em Deus e de responsabilidade diante dele.

A fé em Deus é um valor cultural que é mais sólido em muitas sociedades africanas e latino-americanas do que em muitas sociedades ocidentais abastadas.

2. A sociedade crê que Deus aprova determinadas características pessoais relacionadas ao trabalho e à produtividade

Entre 1904 e 1905, o sociólogo alemão Max Weber publicou um ensaio influente que, mais tarde, se transformou no livro A ética protestante e o espírito do capitalismo.30 Weber argumentou que certos traços de personalidade inculcados pelo protestantismo foram responsáveis pelo notável desenvolvimento econômico das nações no norte da Europa e também dos Estados Unidos.

Mais recentemente, Landes concluiu que, apesar das muitas críticas acadêmicas a Weber, ele estava essencialmente certo. Em um trecho de seu livro The wealth and poverty of nations: why some are so rich and some so poor, Landes diz, com respeito à ideia de que a cultura faz toda a diferença no desenvolvimento econômico, que “aqui Max Weber acertou em cheio”.31

Nas palavras de Landes, “o âmago da questão residia com efeito na formação de um novo tipo de homem — racional, ordenado, diligente, produtivo. Essas virtudes, embora não fossem novidade, dificilmente eram comuns. O protestantismo as generalizou entre os seus adeptos”.32

Landes menciona duas características particulares dos protestantes:

A primeira era a ênfase no ensino e na alfabetização, tanto para meninos como para meninas. Isso foi um subproduto da leitura da Bíblia. Bons protestantes deveriam ler as sagradas escrituras por si sós [...]. A segunda era a importância atribuída ao tempo [...]. Naquele lugar e época (o norte da Europa, entre os séculos 16 e 18), a religião estimulou o surgimento de um tipo de personalidade que até então havia sido excepcional e casual; e [...] esse tipo criou uma nova

economia (um novo modo de produção), que conhecemos como capitalismo (industrial).33

Landes escreve também: “O argumento de Weber é que o protestantismo produziu um novo tipo de homem de negócios, um tipo diferente de pessoa, um tipo que desejava viver e trabalhar de uma certa forma. Foi a forma que fez a diferença, e as riquezas eram, no máximo, um subproduto”.34

Diversos aspectos dessa abordagem “protestante” do trabalho e da produtividade serão explicados nas páginas a seguir. Mas podemos mencionar aqui alguns fatores. Eles incluem buscar a profissão como um chamado de Deus; ser capaz de ler; e ser honesto e diligente no trabalho, porque trabalha-se “como para o Senhor, e não para os homens” (Cl 3.23, NVI). Além disso, os trabalhadores deveriam ser zelosos com o tempo e o dinheiro (que lhes são confiados por Deus para sua mordomia). Eles deveriam ver a criação e a produção de bens a partir da terra como um chamado de Deus (conforme Gn 1.28) e como algo que podem fazer com alegria e ações de graças. Eles não deveriam ser supersticiosos, mas perceber que Deus criou um mundo ordenado, sujeito à investigação racional. Eles deveriam pensar que novas invenções de produtos a partir da terra devem ser recebidos como maravilhosas bênçãos de Deus.

Não é de surpreender que a crença de que Deus aprova tais coisas, uma vez difundida pela sociedade, leve a um maior crescimento econômico em uma nação. Não surpreende, portanto, que Harrison tenha compilado uma notável tabela de várias nações, categorizadas conforme os contextos religiosos dominantes que influenciaram suas culturas no passado. Ela mostra que países com contextos primordialmente protestantes influenciando seus valores culturais têm melhor desempenho quanto ao produto interno bruto (PIB) per capita.

Contexto religioso da cultura nacional	PIB per capita

Protestante	29.784 dólares
Judeu	19.320 dólares
Católico Romano	9.358 dólares
Ortodoxo	7.045 dólares
Confucionista	6.691 dólares
Budista	4.813 dólares
Islâmico	3.142 dólares
Hindu	2.390 dólares35

É preciso esclarecer neste ponto que, ao falarmos de fé em Deus e certos padrões morais, definitivamente não estamos defendendo o “evangelho da prosperidade”. Essa doutrina, presente em alguns círculos cristãos, ensina que, se tivermos fé suficiente, Deus nos recompensará com prosperidade material. Steve Corbett e Brian Fikkert criticam corretamente essa perspectiva:

A teologia da prosperidade ensina essencialmente que Deus recompensa níveis crescentes de fé com quantidades maiores de riqueza. Quando definida dessa forma, a teologia da prosperidade é fácil de ser rejeitada com base em muitos fundamentos bíblicos. Consideremos, por exemplo, o caso de Jó. Ele tinha uma fé enorme e vivia uma vida piedosa, mas deixou de ser rico e passou a ser pobre exatamente por ser justo, e Deus queria provar isso a Satanás [...].

Os pobres podem ser pobres por conta de injustiças cometidas contra eles [...]. [Durante uma visita à enorme favela de Kibera, em Nairóbi, no Quênia] fiquei [...] impressionado de ver pessoas [...] que eram ao mesmo tempo tão espiritualmente fortes e tão devastadoramente pobres. Ali mesmo, nas entranhas do inferno, havia essa igreja queniana, cheia de gigantes espirituais que lutavam todos os dias para simplesmente ter o que comer. Isso me chocou. Em alguma medida, eu implicitamente pressupunha que minha superioridade econômica caminha de mãos dadas com minha superioridade espiritual. Mas isso nada mais é do que a mentira da teologia da prosperidade: a de que a maturidade espiritual leva à prosperidade financeira.36

O que estamos dizendo ao longo deste livro é que a obediência aos ensinamentos bíblicos na condução dos sistemas governamental e econômico de uma nação leva à prosperidade crescente e que a fé em valores bíblicos também contribui para a prosperidade na vida de indivíduos e nações. A pobreza, porém, resulta de muitos fatores. Indivíduos pobres podem ser espiritualmente maduros e, ainda assim, ser materialmente pobres em razão de injustiças cometidas contra eles, de tragédias ou infortúnios pessoais, ou de sistemas, leis e políticas destrutivas nas nações em que vivem.

B. Crenças sobre padrões morais

3. A sociedade valoriza a honestidade

A maioria das transações comerciais depende da confiança. Um empresário precisa confiar que o fornecedor entregará um produto na data combinada e que o produto terá a qualidade e as especificações pré-determinadas. O fornecedor precisa confiar que o comprador pagará pelo produto quando prometeu pagar. Quando compradores e vendedores têm o hábito de dizer a verdade e de manter sua palavra, as transações comerciais correm bem e a economia funciona de modo eficiente. Quando uma empresa está fabricando um produto altamente complexo (como uma aeronave ou um automóvel), pode haver centenas ou até mesmo milhares de fornecedores e trabalhadores de quem a companhia depende para fabricar um produto de qualidade no prazo estabelecido.

Porém, se uma cultura tolera a mentira e a quebra de promessa, então todo o sistema econômico começa a desmoronar. Os produtos não são entregues dentro do prazo. As peças necessárias vêm no tamanho errado ou não correspondem ao padrão de qualidade. Os recibos e as planilhas contábeis são falsificados de tal modo que as companhias deixam de ter uma ideia precisa de seus inventários ou custo dos bens. Procedimentos adicionais, que consomem tempo, precisam ser formulados para confirmar e comprovar a precisão de cada relatório. A produtividade econômica inicia uma rápida espiral descendente. Portanto, não surpreende o relato de William Easterly de que culturas com altos níveis de confiança apresentam níveis de renda per capita maiores, e culturas com baixos níveis de confiança têm níveis de renda per capita mais baixos.37 (No capítulo 6, mencionamos que um sistema de livre mercado tende a promover um clima de confiabilidade maior que os sistemas que não são tão livres; veja p. 204-5.)

A Bíblia se opõe a esse colapso na cultura e defende um alto padrão de veracidade no falar. Ela diz: “Não dirás falso testemunho contra o teu próximo” (Êx 20.16) e “Não mintais aos outros” (Cl 3.9). Uma sociedade que honra esses mandamentos irá valorizar e esperar a veracidade.

Entretanto, se uma sociedade abandona esses padrões, ela se encherá cada vez mais de mentira, engano e calúnia. O mentiroso não se sentirá envergonhado e sairá impune. Em algumas culturas, quem mente e engana os outros e consegue levar isso adiante é honrado, em vez de ser desprezado. Valores culturais como esses levam ao desrespeito pela verdade em uma sociedade e se tornam um obstáculo significativo ao desenvolvimento econômico.

David Maranz observa várias formas em que as condições essenciais da veracidade e da honestidade no falar são comumente ignoradas em diversas sociedades africanas:

Os africanos encontram segurança em acordos, planos e dizeres ambíguos [...]. As seguintes áreas são aquelas em que a ambiguidade pode ser comumente encontrada [...]: permitir a renegociação de acordos à luz de uma alteração nas circunstâncias ou numa possibilidade de reivindicar um acordo melhor [...]. Não manter registros financeiros precisos ou corretos [...]. O tempo de chegada ou de início de reuniões ou encontros pode ser indefinidamente posterior ao tempo anunciado.38

Maranz diz também que, se as pessoas são pagas antes de completar um serviço, elas frequentemente deixam de completá-lo, o que é visto pelos ocidentais como quebra de promessa:

Pagar um contrato ou uma conta integralmente antes de o serviço ser completado é dinheiro perdido, com poucas exceções. Um ocidental contratou um homem para podar algumas árvores no seu jardim. Após chegarem a um acordo quanto ao preço, o jardineiro recebeu o pagamento integral. O ocidental nunca mais viu aquele homem. Uma experiência parecida aconteceu com um azulejista.39

Maranz cita um outro exemplo:

Você faz um trato com um pintor para ele pintar a sua casa. Ele pintará a casa pela quantia acertada mais o custo separado da tinta e de outros materiais. Ele começa a pintar, com um valor adiantado do preço contratado, mas então para. Os dias se passam e ele não aparece [...]. Você lhe pergunta por que o serviço não foi terminado. Ele então lhe informa que houve um erro. O preço que você lhe deu era baixo demais e ele não pode continuar, a menos que você aumente o seu pagamento.40

Ao descrever uma sociedade economicamente produtiva ideal, Landes explica o que significa valorizar a honestidade: “Essa sociedade ideal seria também honesta. Tal honestidade seria reforçada pela lei, mas, idealmente, a lei não seria necessária. As pessoas acreditariam que a honestidade é correta (e também que ela compensa) e viveriam e agiriam conforme a sua crença”.41

4. A sociedade respeita a posse privada da propriedade

Já discutimos a importância fundamental da propriedade privada para o desenvolvimento econômico (veja p. 121-3 e 150-63). Aqui, queremos enfatizar que honrar e respeitar a posse da propriedade privada precisa ser um valor cultural reforçado de geração em geração.

Trata-se de um valor claramente ensinado na Bíblia. Além de ordenar: “Não furtarás” (Êx 20.15), a Bíblia proíbe até mesmo o desejo de furtar, pois ela diz: “Não cobiçarás a casa do teu próximo, não cobiçarás a mulher do teu próximo, nem o seu servo, nem a sua serva, nem o seu boi, nem o seu jumento, nem coisa alguma do teu próximo” (Êx 20.17).

Não devemos roubar de pessoa alguma, seja ela rica ou pobre. No antigo Israel, havia leis detalhadas sobre punições a serem impostas a quem viesse a roubar um boi ou uma ovelha (veja Êx 22.1), a arruinar a plantação do vizinho (Êx 22.5) ou a começar um incêndio que destruísse a colheita armazenada de alguém (Êx 22.6; veja tb. Dt 22.1-4).

Maranz relata várias maneiras pelas quais a propriedade não é respeitada e o roubo é uma forma aceitável de comportamento em muitas regiões da cultura africana. Por exemplo:

A precisão deve ser evitada na contabilidade, pois isso demonstra um espírito generoso. A precisão e o rigor ao prestar contas mostra uma falta de generosidade. É falta de confiança. Não é coisa que se faça com um amigo. Além disso, é um costume estrangeiro, ameaçador, e indica uma falta de compreensão das necessidades da gente comum.42

Outro exemplo é não saldar os empréstimos. Maranz diz:

Frequentemente, até mesmo os bancos vão à falência porque indivíduos e governos não saldam os seus empréstimos que, na verdade, não há como serem cobrados [...]. Praticamente ninguém restitui um empréstimo voluntariamente, mesmo se uma nota promissória ou outro documento tiver sido assinado. Penso que, por trás disso, há também o conceito de que um banco está aí para prover e emprestar dinheiro — seus cofres estão cheios de dinheiro, ele tem muito mais dinheiro do que eu tenho e, portanto, não é absurdo pensar que eu tenha de dar dinheiro a um banco? Um banco e pessoas mais abonadas estão aí para dar, não para receber.43

A perspectiva da Bíblia é diferente: “O ímpio toma emprestado e não paga” (Sl 37.21).

Maranz observa que, mesmo quando o dinheiro é roubado e as pessoas sabem quem o furtou, há muitas vezes uma relutância em responsabilizar o culpado:

Uma igreja precisava de alguns bancos. Um ocidental fez uma doação, mas algum tempo depois lhe disseram que o dinheiro havia desaparecido, pois o caixa da igreja tinha sido surrupiado pelo tesoureiro. Os presbíteros da igreja também informaram ao doador que o tesoureiro acabara de comprar um toca-fitas novinho em folha. O doador sugeriu que o toca-fitas fosse vendido, para que a doação fosse devolvida ao caixa da igreja. Os presbíteros protestaram: “Você não tomaria o toca-fitas de um homem pobre, tomaria?”.44

Essa aceitação cultural do desrespeito pela posse privada da propriedade tem consequências econômicas negativas. Ela tende a destruir incentivos para se

esforçar mais no trabalho e receber mais, pois o que uma pessoa recebe ou compra pode repentinamente lhe ser tomado por alguém que imagina “precisar” mais daquilo. Essa aceitação também tende a impedir que alguém empreste dinheiro a outros, por não haver nenhuma certeza de que o receberá de volta. Além disso, ela desestimula o emprego, pois um empregador não pode confiar que um funcionário vai lidar honestamente com quaisquer fundos que lhe forem confiados. Portanto, o empregador precisa cuidar pessoalmente de muitas transações de rotina e de outras tarefas, quando esse tempo poderia ser melhor empregado em atividades mais produtivas.

5. A sociedade honra outros valores morais

Embora a veracidade e a honestidade sejam os dois padrões morais mais indispensáveis no que diz respeito à produtividade econômica, outros valores morais ensinados na Bíblia também desempenham um papel importante. Nossos principais exemplos são dos Dez Mandamentos, em Êxodo 20.1-17.

A Bíblia ensina que os filhos devem honrar os seus pais, pois ela diz nos Dez Mandamentos: “Honra teu pai e tua mãe” (Êx 20.12) e Paulo escreve: “Filhos, sede obedientes a vossos pais no Senhor, pois isso é justo” (Ef 6.1). Isso é economicamente significativo porque filhos obedientes e reverentes provavelmente irão melhor na escola, desenvolverão melhores hábitos de trabalho e serão mais produtivos ao longo de sua vida. Esse valor afeta também as futuras gerações, pois uma estrutura familiar estável será mais apropriada para transmitir os valores de uma cultura de uma geração para a seguinte. Além disso, o respeito aos pais geralmente produz o respeito ao governo, às leis, aos professores e aos patrões, o que beneficia a produtividade econômica.

Honrar os pais é um valor cultural mais sólido em muitas sociedades africanas, asiáticas e latino-americanas do que em muitas sociedades ocidentais abastadas.

A Bíblia diz também: “Não matarás” (Êx 20.13). É evidente que o homicídio é terrivelmente destrutivo, pois elimina a contribuição produtiva que a vítima poderia dar para a economia e para outras pessoas. Além disso, uma alta incidência de homicídios em uma sociedade força as pessoas a gastarem seu tempo e recursos valiosos para se proteger do perigo. Elas terão menos inclinação a assumir riscos de empreendimento e menos confiança de que serão capazes de usufruir do fruto de seu trabalho, mesmo que sua empresa seja bem-sucedida. Nas sociedades com taxas crescentes de homicídios, os empresários poderão imaginar que um sucesso maior os levará a uma maior probabilidade de

se tornarem vítimas. Tudo isso prejudica uma economia.

E o que dizer sobre as leis relativas ao aborto? O mandamento “Não matarás”, quando compreendido em conexão com outras passagens na Bíblia (veja Gn 25.22,23; Êx 21.22-25; Sl 51.5; 139.13; Lc 1.41-44), indica que a vida de uma criança ainda não nascida (ou nascitura) não deveria ser tirada mediante um aborto.45 Do ponto de vista econômico, um aborto elimina a produtividade econômica com que a criança não nascida poderia ter contribuído para a nação se tivesse crescido e se tornado adulta. Uma alta taxa de abortos pode levar a um declínio significativo na população de uma nação, de modo que futuramente não haverá um número suficiente de trabalhadores mais jovens para sustentar as pessoas mais idosas, aposentadas, criando uma grande pressão sobre a economia. A Europa Ocidental, o Japão, a Rússia e a China pagarão um alto preço por darem origem a pouquíssimas crianças nas gerações mais recentes.

Um outro valor moral encontrado nos Dez Mandamentos é: “Não adulterarás” (Êx 20.14). De um ponto de vista econômico, uma sociedade que honra a fidelidade no casamento e desaprova a intimidade sexual fora do casamento tende a ter casamentos e famílias mais estáveis. Casamentos estáveis, por sua vez, geralmente levam a taxas mais elevadas de desempenho educacional e econômico para os filhos quando crescidos.46 Casamentos estáveis também levam geralmente a uma maior produtividade e estabilidade econômica para os indivíduos nesses casamentos.47 E a fidelidade sexual protege contra a AIDS e outras doenças sexualmente transmissíveis.

Honrar a pureza sexual e a fidelidade no casamento é um valor cultural que alguns países pobres, segundo sua própria avaliação, julgariam respeitar mais que muitas sociedades abastadas do Ocidente, por causa da aprovação geral conferida à imoralidade sexual nas culturas dominantes na mídia, no entretenimento e no setor educacional nessas sociedades.

O último dos Dez Mandamentos é: “Não cobiçarás” (Êx 20.17). Em uma

sociedade que está cheia de inveja e cobiça, as pessoas gastarão grande parte de sua energia emocional buscando formas de tomar o que pertence aos outros ou se ressentindo por aquilo que outros possuem. Isso não é economicamente produtivo. Já em uma sociedade que cobiça menos, as pessoas gastarão mais suas energias em busca do avanço econômico pessoal, sem levar muito em conta o que as outras pessoas têm. Isso resulta em maior produtividade econômica, porque os esforços das pessoas estão direcionados para melhorar sua própria situação, e não em destruir a situação de outros.

Além desses valores morais tirados diretamente dos Dez Mandamentos, mencionamos anteriormente que os mercados livres tendem a promover o que Harrison chama de "virtudes menores" (veja p. 214-5). Esses valores também deveriam ser honrados por cada sociedade. Eles têm valor econômico, pois, conforme diz Harrison: "O esmero na execução de um serviço, a organização, a cortesia e a pontualidade lubrificam tanto o sistema político-social quanto o econômico. As virtudes menores podem se traduzir em dados econômicos concretos: a pontualidade é praticada em todos os quinze países de melhor pontuação nos rankings de competitividade do Fórum Econômico Mundial".48 Em contraste, ele cita a revista The Economist: "A pontualidade não é uma vantagem comparativa latino-americana" e menciona uma estimativa de que "chegar atrasado custa ao Equador mais de 700 milhões de dólares ao ano, mais de 4% do PIB".49

Maranz escreve que ele com frequência observou em culturas africanas "um espírito de empurrar com a barriga", que vai contra a importância da cortesia e de um serviço bem feito:

O espírito de empurrar com a barriga é bastante difundido. Ele está presente entre os pedreiros, carpinteiros, eletricistas e outros profissionais que não vêm trabalhar nem mesmo com as ferramentas mais básicas de que precisam para fazer seu serviço direito [...]. Trata-se em grande medida de uma inclinação [...]. As estradas frequentemente estão bloqueadas de forma que dois veículos não conseguem passar [...]. Quando um veículo quebra, frequentemente o conserto é

feito bem no meio da rua ou da estrada onde ele parou, com outros veículos tendo de passar com muita dificuldade. Às vezes, o trânsito fica impedido por vários quarteirões. Ninguém tenta empurrar o veículo para o canto da rua. Para consertar os veículos é feito o mínimo possível, somente o bastante para que aguentem um pouco mais, em vez de fazer um conserto que dure indefinidamente. Até pessoas instruídas em geral não atentam para a pontuação e a ortografia, mesmo as que passaram por anos de educação universitária. As lembranças em vários mercados para turistas são malfeitas, revelando uma falta de orgulho pelo artesanato de qualidade [...]. Embora os exemplos possam ser, por si sós, bastante insignificantes, eles revelam características das culturas que estão bastante arraigadas e são significativas [...]. Talvez a experiência tenha ensinado aos indivíduos e à sociedade que o futuro é tão incerto, que a melhor estratégia na vida é aproveitar as vantagens do momento, com pouca consideração em relação ao futuro. Sejam quais forem as razões, a sociedade como um todo é a perdedora.50

Toda economia que procura sair da pobreza para uma maior prosperidade honrará regularmente os valores morais do respeito aos pais e a outras autoridades; da proteção e do respeito à vida humana; do respeito à pureza e à fidelidade sexual; da desaprovação da cobiça; e da honra às “virtudes menores” do orgulho de um serviço bem feito, da organização, da cortesia e da pontualidade.

C. Crenças sobre a natureza humana

6. A sociedade acredita que existem tanto o bem como o mal em cada coração humano

A crença de que há tanto uma tendência ao bem como uma tendência ao mal no coração de cada pessoa respalda um senso de responsabilidade moral e de prestação de contas de cada indivíduo em uma sociedade.

Se uma sociedade acredita que cada pessoa tem tendências para o bem e para o mal, então ela considerará como responsabilidade pessoal decidir fazer o bem e decidir não fazer o mal. Isso significa que quem decide ser honesto, trabalhador e produtivo deve ser recompensado. Mas quem decide prejudicar ou causar danos a outras pessoas deve ser punido pelos danos causados.

Ao contrário, se uma cultura acredita que cada pessoa é essencialmente boa, ela verá as más escolhas que ela faz como culpa de fatores externos que prejudicaram essa pessoa. O efeito inevitável dessa crença será menor responsabilidade e um senso de que ninguém tem o dever de prestar contas.

A Bíblia claramente ensina que há uma tendência ao pecado e ao mal no coração de cada pessoa, pois ela diz que “todos pecaram e estão destituídos da glória de Deus” (Rm 3.23).

Porém, ela também reconhece que mesmo os indivíduos que não têm a lei escrita de Deus (isto é, a Bíblia) ainda são capazes “por natureza” de praticar “as coisas da lei” e, quando isso ocorre, eles estão “demonstrando que o que a lei exige está escrito no coração deles, tendo ainda o testemunho da sua consciência” (Rm 2.14,15). Em termos teológicos, isso é denominado “graça comum”, que é um favor imerecido que Deus concede a cada ser humano, creia ele em Deus ou não. Toda pessoa tem uma consciência e um senso moral de certo e errado. Esse

senso moral pode não ser perfeito, mas as pessoas muitas vezes tenderão a fazer "o que a lei exige", e suas ações frequentemente se conformarão, ao menos externamente, à lei moral de Deus. Por causa dessa graça comum e do conhecimento do que é certo e errado que as pessoas possuem, Paulo diz que "todo o mundo" será "sujeito ao julgamento de Deus" (Rm 3.19).

7. A sociedade acredita que os indivíduos são responsáveis por seus próprios atos

Essa crença cultural é derivada da anterior. Se as pessoas têm a capacidade de fazer escolhas boas ou más, então quem faz boas escolhas deve ser recompensado pelos meios comuns de funcionamento de uma sociedade. Quem cria bons produtos e traz benefício a outras pessoas deve receber algum benefício por seu trabalho. Em contraste, as pessoas que fazem más escolhas e fazem pouca coisa de valor para outras não devem ser recompensadas da mesma forma (embora certamente devam ser assistidas para que não lhes falte essencialmente comida, roupa e abrigo, além de oportunidades de aprendizado profissionalizante adicional).

Além disso, uma crença na responsabilidade e na necessidade de prestação de contas de cada indivíduo significa que se deve deixar que pessoas que fazem investimentos empresariais insensatos ou que produzem produtos de má qualidade e de baixo valor fracassem economicamente, porque elas devem sofrer as consequências legítimas por seu fraco desempenho.

Em contraste com uma sociedade que valoriza a responsabilidade e a prestação de contas de cada indivíduo, uma sociedade aprisionada na pobreza frequentemente achará que quem tem sucesso é meramente sortudo, quem fracassa economicamente é vítima do azar ou do destino e quem comete sérios delitos é vítima de um sistema perverso. A responsabilidade moral é minimizada.

8. A sociedade atribui grande valor à liberdade pessoal

Embora os governos devam ter leis contra o crime para evitar que as pessoas prejudiquem umas às outras (veja a discussão mencionada anteriormente, p. 142-3), eles também devem prover uma proteção significativa para as liberdades humanas, como explicamos no capítulo 8. Quando as pessoas podem viver em considerável liberdade, a economia ganha um grande impulso. Enquanto as pessoas experimentam formas incontáveis de fabricar bens úteis e servir os consumidores, o seu sucesso merecido traz benefício a todos.

No entanto, para que as liberdades humanas sejam efetivamente protegidas em uma sociedade, a cultura precisa amar a liberdade individual e lhe atribuir um alto valor.

O oposto do amor à liberdade é um anseio social por segurança e um desejo de que o governo regule e controle todas as áreas da vida. Os governos de países sob a restritiva lei islâmica tendem a controlar praticamente todos os aspectos da vida das pessoas. Isso impede a liberdade individual e, portanto, reduz a prosperidade econômica. Países comunistas como a Coreia do Norte e Cuba e, até certo ponto, a China (e certamente a antiga União Soviética) legislam o controle minucioso sobre a educação, o emprego, os níveis de renda, a moradia e muitos outros detalhes da vida das pessoas. Como resultado, essas nações sofrem economicamente. (O crescimento econômico da China somente começou quando ela abriu mão de algumas políticas comunistas e instituiu certas reformas de livre mercado.)

A Bíblia frequentemente retrata os males da “escravidão” ou do controle governamental sobre todas as áreas da vida. Aliás, os Dez Mandamentos começam com o lembrete de Deus ao povo de Israel: “Eu sou o Senhor teu Deus, que te tirou da terra do Egito, da casa da escravidão” (Êx 20.2). O Ano do

Jubileu era uma ocasião em que o povo de Israel “proclama[ria] liberdade na terra a todos os seus habitantes” (Lv 25.10). Jesus anunciou que tinha vindo para “proclamar libertação aos presos [...], para pôr em liberdade os oprimidos” (Lc 4.18).

A possibilidade de viver em liberdade, de fazer livres escolhas e de ser responsável por elas é um componente essencial da genuína humanidade, como Deus a planejou. É importante que as culturas valorizem e protejam a liberdade humana e que ensinem o seu valor às gerações mais jovens. O presidente Ronald Reagan disse:

A liberdade nunca está há mais de uma geração de sua extinção. Não a transmitimos aos nossos filhos pelo sangue. Devemos lutar por ela, protegê-la e entregá-la a eles para que façam o mesmo, ou um dia vamos passar os nossos anos da velhice dizendo aos nossos filhos e aos filhos de nossos filhos como as coisas eram nos Estados Unidos quando os homens eram livres.51

9. A sociedade rejeita a discriminação baseada em raça, gênero ou religião

Como explicamos no capítulo 8, é importante para uma sociedade economicamente produtiva garantir a liberdade de instrução a todos os cidadãos; a liberdade para que a mulher, assim como o homem, possa trabalhar e ter uma empresa ou propriedade; e a liberdade para que as pessoas de todas as origens raciais, nacionais, religiosas e étnicas possam participar plenamente na economia e ter todos os direitos que a sociedade propicia. Com muita frequência, nações têm discriminado com base em raça, gênero ou religião, o que em geral traz consequências prejudiciais ao desenvolvimento econômico.

Porém, para que realmente não haja discriminação em uma nação, é importante que não somente a legislação, mas também as crenças culturais do povo garantam isso. Nesse aspecto, os ensinamentos da Bíblia sobre a igualdade de todas as pessoas diante de Deus são importantes. A Bíblia mostra que todos os seres humanos descendem de Adão e Eva, nossos primeiros pais, conforme indicado em Gênesis 1—2. Portanto, todo ser humano partilha da condição exaltada de ser “imagem de Deus” (veja Gn 1.26,27; 5.1; 9.6; Tg 3.9). Isso quer dizer que ninguém deve ser visto como superior ou inferior a outros por causa de sua origem racial, gênero ou religião.

D. Crenças sobre a família

Discutimos no capítulo 7 a importância de leis que protegem e que dão incentivos econômicos a estruturas familiares estáveis, promovendo a ideia de casamento como a união entre um homem e uma mulher, dando incentivos aos casais para que continuem casados e tenham filhos, e incentivando, tanto quanto possível, que as crianças sejam educadas em um lar que tenha tanto o pai como a mãe presentes (veja p. 271-3). Todos esses fatores contribuem positivamente para o desenvolvimento econômico de uma nação. Nesta seção, queremos chamar a atenção para aqueles valores culturais que precisam ser adotados para sustentar essas políticas.

10. A sociedade honra o casamento entre um homem e uma mulher

Em um capítulo anterior, apresentamos razões para afirmar que há importantes benefícios econômicos para uma sociedade que estimula o casamento entre um homem e uma mulher, particularmente as vantagens educacionais e comportamentais para os filhos criados nessas famílias (veja p. 271-3).

O ensinamento bíblico sobre o casamento incentiva esse importante valor. Desde o início, quando Deus criou Adão e Eva, ele lhes disse que, juntos, deveriam ter filhos: “Frutificai e multiplicai-vos; enchei a terra e sujeitai-a” (Gn 1.28).

Mas será que Adão e Eva eram de fato um par casado? Sim, pois os primeiros capítulos de Gênesis os chamam “o homem e sua mulher” (Gn 2.25). Por sinal, o mesmo capítulo de Gênesis vê o relacionamento entre Adão e Eva como o padrão para todos os casamentos futuros na terra, porque imediatamente depois de Deus trazer Eva a Adão, o narrador bíblico diz: “Portanto, o homem deixará seu pai e sua mãe e se unirá à sua mulher, e eles serão uma só carne” (Gn 2.24). Esse versículo descreve um padrão no qual o homem deixa o lar do qual fazia parte até então e estabelece um novo lar. Jesus citou essa passagem ao ensinar sobre o casamento em geral, em Mateus 19.3-6.

Além disso, está claro na Bíblia que a fidelidade sexual ao cônjuge é um componente essencial do casamento, pois o adultério é regularmente visto como um pecado. O mandamento: “Não adulterarás” (Êx 20.14) é encontrado nos Dez Mandamentos e é reafirmado diversas vezes no Novo Testamento (veja Mt 19.18; Rm 2.22; 13.9; Tg 2.11).52

Promover a fidelidade sexual também ajudará a combater a alta incidência de

AIDS e outras doenças sexualmente transmissíveis, que são tão prejudiciais em muitos países pobres, especialmente na África (veja a discussão nas p. 256-7).

11. A sociedade valoriza a permanência no casamento e tem um baixo índice de divórcios

Explicamos no capítulo 7 como as taxas desenfreadas de divórcio e um grande número de lares conduzidos por somente um dos pais são economicamente prejudiciais à sociedade. Os filhos em famílias monoparentais têm maior probabilidade de crescer com menor rendimento educacional e econômico que seus pais (veja p. 271-2). Para muitos países pobres, o casamento já é uma força. Eles têm taxas de divórcio muito mais baixas do que muitos países ricos, e suas culturas valorizam sobremaneira a permanência no casamento. Incentivamos essas sociedades a manter essa ênfase e não seguir as concepções erradas dos países ricos nesse sentido.

Os ensinamentos da Bíblia encorajam os pais a considerar o casamento como um relacionamento para a vida toda e a pensar no divórcio como um passo a ser dado somente nas mais extremas circunstâncias (como a imoralidade sexual por parte de um dos cônjuges ou o abandono que não pode ser reconciliado). Jesus disse: “... portanto, o que Deus uniu o homem não separe” (Mt 19.6; veja tb. v. 9).53

Em vez de facilitar o divórcio, portanto, uma sociedade que deseja passar da pobreza para uma crescente prosperidade deve promover a permanência do casamento como uma tradição honrada e valorizada na cultura.

Além disso, a sociedade deve valorizar os filhos (veja Sl 127.3; Ml 2.15; 1Tm 5.14). Filhos são importantes para a contínua produtividade de uma nação. Se uma nação não tiver sequer crianças suficientes para repor a geração atual, a população declinará com o tempo e o pequeno número de trabalhadores mais jovens será inadequado para sustentar o crescente número de pessoas idosas e

aposentadas. Uma nação prejudica seu crescimento econômico e acaba declinando economicamente se não consegue ter filhos suficientes. O Japão já está descobrindo isso, assim como várias nações europeias (como a Itália). A política de “um filho por família” da China também ignora essa verdade.

Promover a permanência no casamento é um valor cultural que é mais forte em alguns países pobres do que em muitas sociedades ricas do Ocidente, com suas taxas crescentes de divórcio.

E. Crenças sobre a terra

12. A sociedade acredita que os seres humanos são mais importantes que as demais criaturas da terra

Jesus foi claro no seu ensino quanto à importância do ser humano em comparação com os animais. Ele disse: “Quanto mais vale um homem do que uma ovelha!...” (Mt 12.12). Ele também disse: “Olhai para as aves do céu […]. Acaso não tendes muito mais valor do que elas?” (Mt 6.26). E ele afirmou: “... Valeis mais do que muitos passarinhos” (Mt 10.31).

Essas afirmações não significam que os seres humanos devem ser cruéis para com os animais ou destruí-los de forma gratuita e irresponsável. A Bíblia diz também: “O justo cuida da vida dos seus animais...” (Pv 12.10). Entretanto, essas afirmações significam que não devemos permitir que projetos de desenvolvimento importantes e economicamente benéficos sejam prejudicados ou impedidos simplesmente porque podem interferir no habitat de algumas tartarugas, caramujos ou peixes, como frequentemente acontece nos Estados Unidos e em outros países desenvolvidos.54

A abordagem correta é avaliar os custos e benefícios de um projeto de desenvolvimento. Se irá beneficiar o ser humano, mas prejudicar alguma parte da natureza, algum valor deve ser atribuído tanto ao benefício como ao custo, e então uma decisão pode ser tomada. Muitas vezes, uma abordagem baseada no mercado pode ajudar, ao perguntar tanto aos que querem preservar uma área intocada como aos que desejam desenvolvê-la o quanto eles estariam dispostos a pagar para que sua preferência fosse contemplada. Não é uma abordagem adequada simplesmente dizer que não devemos jamais interferir com o habitat de algum animal ou planta. Deus nos considera muito mais valiosos que eles, concedendo-nos o “domínio” (Gn 1.26; Sl 8.6) sobre toda a terra, tanto para preservá-la como para utilizar sabiamente os seus recursos.

Em contraste, se uma cultura acredita que a terra é mais importante que os seres

humanos ou que todos os seres vivos são tão importantes quanto os seres humanos, então o desenvolvimento econômico será impedido e a pobreza, perpetuada. Isso aconteceu, por exemplo, na Índia do passado, quando porções enormes da produção de cereal eram anualmente destruídas por conta da crença hindu que proibia matar ratos, que, por sua vez, destruíam o cereal armazenado.55 Outro significante impedimento à produtividade é a crença de algumas religiões de povos nativos norte-americanos de que o homem é servo da terra, em vez de seu mestre.

13. A sociedade acredita que a terra existe para uso e benefício dos seres humanos

A Bíblia mostra que Deus colocou os seres humanos na terra com a intenção de que eles a desenvolvessem, tornando úteis os seus recursos. Bem no início da criação, Deus disse a Adão e Eva: “Frutificai e multiplicai-vos; enchei a terra e sujeitai-a; dominai […] sobre todos os animais que rastejam sobre a terra” (Gn 1.28). Ele também lhes disse como eles deveriam cuidar do jardim do Éden em particular. Eles o deveriam cultivar e guardar (veja Gn 2.15).

Essa responsabilidade de sujeitar a terra e de ter domínio sobre ela implica que Deus esperava que Adão e Eva e seus descendentes explorassem e desenvolvessem os recursos da terra de forma a trazer benefício para si mesmos e para outros seres humanos.56 (A palavra hebraica kabash significa “subjugar, dominar, trazer ao serviço ou servidão”, e é usada mais tarde, por exemplo, em conexão com a conquista da terra de Canaã, para que ela servisse e provesse ao povo de Israel; veja Nm 32.22,29; Js 18.1).

A responsabilidade de desenvolver a terra e desfrutar dos seus recursos continuou após o pecado de Adão e Eva, pois mesmo então Deus lhes disse: “... terás de comer das plantas do campo” (Gn 3.18). O que também foi confirmado mais tarde quando Deus disse a Noé, após o dilúvio: “Tudo quanto se move e vive vos servirá de alimento...” (Gn 9.3).

De modo semelhante, muitos anos depois, Davi escreveu no salmo 8:

Que é o homem, para que te lembres dele? E o filho do homem, para que o visites? […] Deste-lhe domínio sobre as obras das tuas mãos; tudo puseste

debaixo de seus pés: todas as ovelhas e os bois, assim como os animais selvagens, as aves do céu, os peixes do mar e tudo o que percorre as veredas dos mares (Sl 8.4-8).

No Novo Testamento, Paulo infere que comer carne (uma forma de subjugar o reino animal) é moralmente correto e que ninguém deve condenar outra pessoa por fazê-lo (veja Rm 14.2,3; 1Co 8.7-13; 1Tm 4.4; veja tb. Mc 7.19, que diz que Jesus "declarou puros todos os alimentos").

Mais uma vez, precisamos enfatizar que esses mandamentos de subjugar a terra e de ter domínio sobre ela não significam que devamos usar a terra de maneira destrutiva ou causando desperdícios, ou intencionalmente tratar os animais com crueldade. Pelo contrário, "o justo cuida da vida dos seus animais" (Pv 12.10). Deus também disse ao povo de Israel para ter o cuidado de proteger as árvores frutíferas durante a época de guerra (veja Dt 20.19,20). Além disso, o mandamento: "Amarás o teu próximo como a ti mesmo" (Mt 22.39) implica uma responsabilidade de pensar nas necessidades de outros seres humanos, até mesmo os que ainda virão em gerações futuras. Portanto, devemos utilizar os recursos da terra com sabedoria, como bons mordomos, não com desperdício ou abuso. Mas devemos dedicar-nos a isso com energia, sabendo que a terra foi criada por Deus para o nosso benefício. O propósito da terra é servir ao bem-estar da espécie humana.

Essa crença cultural é fundamental para o desenvolvimento econômico. Landes observa que um dos fatores-chave na Revolução Industrial foi "a crença judaico-cristã na subordinação da natureza ao homem". Ele escreve:

Essa é uma distinção clara das crenças e práticas animistas difundidas, que viam algo divino em cada árvore e riacho [...]. Os ecologistas de hoje podem julgar essas crenças preferíveis ao que as substituiu, mas ninguém dava ouvidos na Europa cristã aos adoradores pagãos da natureza.57

14. A sociedade acredita que o desenvolvimento econômico é bom e revela a excelência da terra

Às vezes, uma cultura promove crenças que se opõem ao desenvolvimento econômico — como a ideia, que soa bastante "espiritual", de que fabricar mais produtos a partir da terra não passa de mero "materialismo" ou promove indevidamente a "ganância". Algumas pessoas pensam que o desenvolvimento econômico é errado porque elas têm ideias religiosas animistas e receiam incomodar os espíritos religiosos que creem habitar a terra, o solo, as plantas e os animais. Um receio semelhante pode ser observado nos ambientalistas modernos, que alegam que os projetos de desenvolvimento podem perturbar o equilíbrio ecológico de uma região ou esgotar um importante recurso natural.

Porém, uma cultura economicamente produtiva, que está saindo da pobreza rumo a uma maior prosperidade, tem uma visão diferente. Ela acredita que o sábio desenvolvimento dos recursos da terra para o benefício humano é algo bom e demonstra a excelência da terra e de todos os seus recursos.

Esse segundo ponto de vista é com certeza a perspectiva da Bíblia. A Bíblia, é claro, afirma que "ao Senhor pertencem a terra e tudo o que nela existe" (Sl 24.1), mas ela diz também que ele nos deu a terra para sermos seus mordomos e espera que nós desenvolvamos os seus recursos: "... Frutificai e multiplicai-vos; enchei a terra e sujeitai-a; dominai..." (Gn 1.28). E também: "Os céus são os céus do Senhor, mas a terra, ele a entregou aos filhos dos homens" (Sl 115.16).

Portanto, o que Paulo diz sobre vários tipos de alimentos (que vêm todos da terra) pode ser também aplicado a outros produtos feitos a partir da terra: "Visto que todas as coisas criadas por Deus são boas, nada deve ser rejeitado se for recebido com ações de graças, pois são santificadas pela palavra de Deus e pela

oração” (1Tm 4.4,5).

Isso quer dizer que uma cultura produtiva que segue valores bíblicos receberá com alegria o desenvolvimento de novos produtos (como computadores e telefones celulares), melhores cultivos, novos materiais para fabricar roupas duráveis ou casas e outras construções de qualidade superior. Uma economia em crescimento não impedirá e criticará, mas estimulará o desenvolvimento desses e de muitos milhares de outros produtos a partir da terra.

Em geral, quando uma cultura acredita que o desenvolvimento econômico é uma coisa boa, seu povo verá o desenvolvimento econômico com alegria e aprovação moral. Esse valor, então, dará à sociedade um tremendo incentivo para o crescimento econômico e para sair da pobreza rumo a uma prosperidade cada vez maior.

15. A sociedade acredita que os recursos da terra jamais se esgotarão

Se uma cultura tem medo de que a terra logo fique sem áreas produtivas para o cultivo de alimentos ou sem outros recursos, como árvores, água, petróleo e gás natural, então ela fica paralisada por receio de usar esses recursos para o seu progresso, e esse medo será um obstáculo ao seu desenvolvimento econômico.

Na verdade, é bastante improvável que quaisquer recursos se esgotem no futuro próximo (como um de nós argumentou em outro lugar, com referência a amplos estudos sobre os recursos da terra).58 Uma razão para essa conclusão é que continuamos a descobrir imensas reservas de recursos e a inventar formas mais criativas de ter acesso a elas (como o aumento fenomenal nas quantidades conhecidas de petróleo e gás natural dos Estados Unidos, disponíveis para o desenvolvimento nos últimos cinquenta anos).59

Outra razão pela qual os recursos provavelmente não se esgotarão é a engenhosidade humana, que nos dá a capacidade de desenvolver substitutos se qualquer recurso em particular se tornar mais escasso. Por exemplo, em países onde os suprimentos de água doce são mais limitados, a dessalinização da água do mar tem se tornado cada vez mais econômica e mais amplamente usada. Embora a dessalinização ainda seja mais cara do que simplesmente usar água doce, o custo não é proibitivo. Para tomar um outro exemplo, quando o preço do petróleo aumenta, passa a ser mais econômico substitui-lo por gás natural, energia nuclear ou outras fontes de energia.

As notáveis descobertas de novas fontes e suprimentos abundantes de energia não são surpreendentes à luz dos ensinamentos da Bíblia, que nos lembram que, quando Deus criou a terra, viu que tudo que havia feito “era muito bom” (Gn 1.31). Ele queria que os seres humanos começassem a desenvolver os seus

recursos e a torná-los úteis (veja Gn 1.28). O Novo Testamento afirma que Deus “nos concede amplamente todas as coisas para delas desfrutarmos” (1Tm 6.17).

Considerando a abundância da terra e a notável engenhosidade humana que desenvolve substitutos sempre que um recurso se torna escasso, não é errado pensar que os recursos da terra, para todos os efeitos práticos, jamais se esgotarão.

16. A sociedade acredita que há ordem na terra e que ela pode ser racionalmente investigada

Se uma sociedade crê que a terra é controlada por espíritos invisíveis ou que os eventos estão sujeitos ao destino imprevisível e incontrolável, ela terá pouco incentivo para investigar a terra e desenvolver novos produtos a partir dos recursos dela provenientes.

Porém, se uma sociedade acredita que a terra é ordenada e previsível e, portanto, sujeita à investigação racional, isso proporcionará um incentivo positivo para algumas pessoas trabalharem em inventos de grande escala e para milhões de outras pessoas "mexerem" com pequenas melhorias na forma como os produtos são fabricados e processados. Essa cultura de inventividade levará a um crescente desenvolvimento econômico, à medida que um país avança da pobreza para a prosperidade.60

Isso é coerente com uma cosmovisão cristã, que é ilustrada em Salmos 111.2: "Grandes são as obras do Senhor, e nelas meditam todos os que as admiram". Esse verso (por muitos anos inscrito em latim sobre o portão do principal laboratório científico da Universidade de Cambridge, na Inglaterra) indica uma crença de que Deus se agrada quando os seres humanos estudam e investigam os recursos da terra, aprendem com eles e, em consequência disso, os desenvolvem de maneiras úteis para a humanidade.

Landes diz que a Revolução Industrial começou primeiro na Grã-Bretanha e então se espalhou pelo resto do norte europeu em razão da ampla concordância a respeito de como o conhecimento intelectual haveria de progredir: (1) a investigação intelectual seria "autônoma" (livre tanto da superstição como do dogma eclesiástico); (2) ela seria moldada no reconhecido "método adversativo", pelo qual as descobertas seriam demonstradas e compreendidas; e (3) as pessoas

apoiariam a “rotinização” dos métodos de pesquisa e a difusão do conhecimento.61

Landes repara que, em contrapartida, o conhecimento médico no mundo islâmico, por exemplo, foi ficando cada vez mais para trás em relação ao que acontecia no norte europeu, porque os cientistas nos países muçulmanos não estavam dispostos a ler e aprender com a pesquisa científica europeia, e continuaram a ler repetidamente os mesmos livros científicos muçulmanos.62

17. A sociedade acredita que a terra é um lugar de oportunidade

Se uma sociedade acredita que desenvolver os recursos da terra é moralmente correto e, de fato, é algo que Deus aprova (como evidenciado em Gn 1.28; Sl 8.6-9; 24.1), então as pessoas pensarão no mundo como um lugar de oportunidade, onde o trabalho duro e a engenhosidade levarão a mais descobertas sobre os usos benéficos dos recursos da terra.

Em contraste, em algumas sociedades primitivas, o mundo é principalmente visto como um lugar de perigo. As pessoas não estão dispostas a assumir riscos porque algo ruim pode ocorrer. Nesses lugares, o desenvolvimento econômico é visto com medo e até mesmo com condenação moral, pois a transformação trará provavelmente efeitos mais prejudiciais que benéficos.

F. Crenças sobre tempo e mudança

18. A sociedade acredita que o tempo é linear e que, portanto, há esperança de melhoria na vida dos seres humanos e das nações

A esperança é um importante fator no progresso de uma cultura da pobreza para a prosperidade. Se uma cultura vê o tempo como algo linear (isto é, que a história avança em uma espécie de "linha" que possibilita o progresso), ela tem esperança de melhoria. Uma visão linear do tempo reforça a esperança de que vidas individuais, bem como nações inteiras e suas economias, podem ser melhoradas.

Porém, se uma cultura acredita que o tempo é circular e repetitivo (de modo que as mesmas coisas acontecem vez após outra, ano após ano, sem qualquer progresso), então ela tende a imaginar que não há esperança de melhoria para a vida em geral ou para a nação. As coisas que aconteceram no passado simplesmente tornarão a acontecer.63

Toda a estrutura da Bíblia defende uma visão linear da história. A Bíblia começa com um início na criação (no livro de Gênesis) e avança a uma conclusão que prevê um juízo final e um glorioso futuro (no livro de Apocalipse).

Jesus também sugeriu uma visão linear do tempo, segundo a qual os propósitos de Deus progridem em direção a um objetivo e sua influência sobre a terra vai aumentando. Por exemplo, ele contou uma parábola sobre um grão de mostarda que cresceu até se tornar uma frondosa árvore:

Jesus apresentou-lhes outra parábola, dizendo: O reino do céu é comparável a um grão de mostarda que um homem pegou e semeou em seu campo. Mesmo sendo a menor das sementes, quando cresce é o maior dos arbustos e torna-se uma árvore, de modo que as aves do céu vêm e se aninham nos seus ramos (Mt

13.31,32).

O apóstolo Paulo também ensinou que a história avança rumo à sua culminação no juízo final. Ele disse aos filósofos pagãos gregos em Atenas que Deus "determinou um dia em que julgará o mundo com justiça, por meio do homem que estabeleceu com esse propósito" (At 17.31).

Landes diz que a visão linear do tempo foi um dos fatores fundamentais que levaram a um sentimento de alegria pela descoberta de novas e melhores maneiras de se fazerem as coisas e a um desenvolvimento generalizado da invenção. Ele resume assim a visão europeia do tempo:

[Um motivo para o deleite europeu na invenção e descoberta foi] o senso judaico-cristão do tempo linear. Outras sociedades pensavam no tempo como algo cíclico, que retorna a estágios anteriores e recomeça novamente. O tempo linear é progressivo ou regressivo, movendo-se para coisas melhores ou declinando de um estado anterior mais feliz. Para os europeus do nosso período, a visão progressiva prevaleceu.64

19. A sociedade acredita que o tempo é um recurso valioso e deve ser usado com sabedoria

Essa crença cultural está relacionada à anterior. Se a história avança e as circunstâncias se tornam melhores ou piores, então as pessoas naturalmente sentem uma responsabilidade de usar seu tempo de uma maneira positiva, esperando melhorar as suas circunstâncias. Isso é consistente com o ensino do Novo Testamento: “Portanto, estai atentos para que o vosso procedimento não seja de tolos, mas de sábios, aproveitando bem cada oportunidade, porque os dias são maus” (Ef 5.15,16).

Em contraste, sociedades improdutivas, que continuam na pobreza, com frequência veem o tempo não como algo valioso, mas como algo que deve ser tolerado ou como algo que deve ser usado na busca do prazer e conforto imediatos.

Landes diz que o norte europeu protestante valorizou muito mais o uso do tempo que outras partes do mundo. O uso de relógios de parede e de bolso “foi muito mais avançado na Grã-Bretanha e na Holanda do que em países católicos romanos”.65 Isso levou esses países a serem mais produtivos.

O alto valor dado ao tempo e à economia de tempo foi mais evidente na Grã-Bretanha:

Os britânicos foram, no século 18, os principais fabricantes e consumidores mundiais de cronômetros, tanto no campo como na cidade [...]. Os serviços de coche refletiam essa sensibilidade temporal: as tabelas de horários detalhadas por minuto, amplamente divulgadas; tempos de chegada e de baldeação

cuidadosamente calculados; cocheiros monitorados com relógios selados; velocidade priorizada em relação ao conforto; muitos cavalos mortos.66

20. A sociedade manifesta um desejo generalizado de melhorar de vida — viver melhor, inovar e se tornar mais produtiva

Esse desejo de melhorar e de fazer as coisas melhor do que vinham sendo feitas até então é refletido, em certa medida, no Novo Testamento. Paulo escreve: "Quem pouco semeia, pouco também colherá; quem semeia com generosidade, também colherá generosamente" (2Co 9.6). Certamente, a ordem básica de "sujeitar" a terra (Gn 1.28) implica um desejo de aprender sempre mais a seu respeito, de inovar, inventar e melhorar os produtos que estão sendo fabricados. Conforme observamos acima, Landes vê esse desejo de inventar e melhorar como um fator-chave na Revolução Industrial do norte europeu.

Na Índia, ao contrário, o desejo cultural de melhorar de vida esteve na sua maior parte ausente, e o país jamais se desenvolveu economicamente como o norte da Europa. "Parece que não havia em ninguém um interesse apaixonado em simplificar e facilitar as tarefas. Tanto o trabalhador como o empregador viam o trabalho duro como a sina do trabalhador — e como algo apropriado."67

21. A sociedade está aberta à mudança, e as pessoas, portanto, trabalham para solucionar problemas e melhorar as coisas

Esse valor cultural se relaciona aos três anteriores. Se o tempo é linear e há esperança de melhoria de vida; se o tempo é um recurso valioso e deve ser usado com sabedoria; e se as pessoas têm um desejo de melhorar, então há uma abertura natural à mudança, bem como esperança de que os problemas podem ser resolvidos para que a vida possa ser melhorada. Em uma cultura com essa crença, as pessoas estarão ansiosas para trabalhar para que as coisas melhorem e assumirão riscos para resolver problemas porque elas têm a esperança de que o esforço humano pode mudar a história de uma família, de uma fábrica, de uma cidade ou até mesmo de uma nação.

Em contraste, se uma sociedade teme a transformação ou novas ideias e se apega unicamente a tradições ou hábitos culturais que podem ser prejudiciais ou que podem impedir a produtividade, o progresso econômico parecerá difícil de ser alcançado. As pessoas nesse tipo de sociedade não se esforçarão tanto pela transformação, uma vez que simplesmente reclamam das circunstâncias, evitando assumir riscos. Isso ocorre porque elas têm pouca esperança nos bons resultados e sentem desespero frequente diante da vida. Essas crenças são mais comuns nas sociedades tribais que resistem à mudança de suas tradições ou em nações muçulmanas, onde se instalou uma atitude fatalista em relação à vida.

Na Grã-Bretanha, diz Landes, a Revolução Industrial dependeu de três tipos de inovação que resultaram do fato de as pessoas estarem abertas à transformação e trabalharem para melhorar a forma como as coisas eram feitas: (1) a substituição da capacidade e do esforço humanos pela máquina; (2) a substituição da tração humana e animal por fontes inanimadas de energia (especialmente o carvão); e (3) o uso de novas e abundantes matérias-primas na manufatura.68 O rápido crescimento da indústria de algodão, a força primária que impulsionou a Revolução Industrial na Grã-Bretanha, foi fruto do constante aprendizado e do

ensino de novos processos de manufatura.69

Em termos mais gerais, Landes afirma que uma sociedade idealmente produtiva "valorizaria o novo em detrimento do velho [...], a mudança e o risco em detrimento da segurança".70 Essa visão foi adotada na Europa e mais ainda nos Estados Unidos, onde as inovações trazidas pelas novas máquinas e o desenvolvimento de processos de rotina nas fábricas foram até mesmo mais acentuados que na Europa.71

Em contrapartida, durante séculos, enquanto a ciência e a tecnologia na Europa e nos Estados Unidos avançavam, a China continuou resistindo a qualquer mudança. Landes cita vários visitantes à China que afirmaram que os chineses "preferem a peça mais defeituosa da antiguidade do que a amostra mais perfeita do que é moderno" (veja citações parecidas numa seção anterior, p. 303-4). Visitantes também relataram que "qualquer pessoa inventiva é imediatamente paralisada pela ideia de que seus esforços lhe trarão punição em vez de recompensa".72 E assim, a China "mergulhou no torpor tecnológico e científico".73

G. Crenças sobre trabalho e produtividade econômica

22. A sociedade honra o trabalho produtivo

Uma visão positiva do trabalho produtivo é um valor essencial para uma sociedade que deseja progredir, passando da pobreza para uma maior prosperidade. É importante que as pessoas pensem em uma vida "ideal", do ponto de vista de uma produtividade alegre, que beneficie tanto a elas mesmas como a outros. Uma cultura produtiva valoriza e honra pessoas que continuam a trabalhar enquanto podem e têm disposição para fazê-lo, porque, à medida que trabalham, elas estão acrescentando produtividade à sociedade. Em vez de aceitar a falsa ideia de que o número de empregos em uma sociedade é invariável, a sociedade crerá que o potencial de geração de empregos é ilimitado por causa da criatividade e inventividade humanas em descobrir novas formas de produzir produtos e serviços úteis às outras pessoas (veja discussão, p. 183-4). Esses valores serão ensinados às crianças e postos em prática no modo como uma sociedade incentiva e recompensa as pessoas no local de trabalho.

Em uma sociedade atolada na pobreza, ao contrário, as pessoas verão o trabalho como um mal necessário, como um decreto do destino (como em algumas sociedades muçulmanas), ou mesmo como um "justo juízo" que lhes cabe por causa de suas más ações em vidas passadas (como em grande parte do hinduísmo). Em uma sociedade pobre, que não está aumentando sua produtividade, as pessoas pensam na vida "ideal" como uma vida de ócio, na qual alguém simplesmente se diverte com seus amigos e nunca precisa trabalhar em um emprego produtivo. Em tal sociedade, as pessoas erradamente acreditam que o número de empregos numa economia é fixo, o que quer dizer que os trabalhadores ainda produtivos serão incentivados a se aposentar cedo para "dar seu emprego a outras pessoas".

A Bíblia valoriza sobremaneira o trabalho produtivo. O livro de Provérbios diz: "O que trabalha com indolência empobrece, mas a mão do diligente enriquece" (Pv 10.4). Semelhantemente, Paulo disse aos cristãos tessalonicenses para "trabalhar com as próprias mãos, como nós os instruímos, a fim de que […] não dependam de ninguém" (1Ts 4.11,12, NVI). Eles deveriam até mesmo se afastar

“de todo irmão que vive de forma indisciplinada” (2Ts 3.6) e teriam que imitar o exemplo de Paulo, trabalhando “dia e noite” (v. 8). Ele chegou mesmo a dizer que “se alguém não quer trabalhar, também não coma” (v. 10).

A história econômica mostra a importância da visão que uma sociedade tem do trabalho. Anteriormente, mencionamos o fato de Landes enfatizar “o respeito judaico-cristão pelo trabalho manual” como uma outra chave para o sucesso da Revolução Industrial no norte da Europa. A ênfase atribuída ao trabalho duro pela “ética protestante” levou a uma sociedade na qual se espera que as pessoas sejam “racionais, ordeiras, diligentes, produtivas” em seu trabalho do dia a dia.74

Alguns historiadores argumentam que as sociedades protestantes não foram as únicas a desenvolver uma maior apreciação do trabalho e da produtividade.75 Não deveria nos surpreender que algumas outras culturas tenham também valorizado essas virtudes, uma vez que, pela graça comum, as pessoas geralmente têm um senso interno dado por Deus de que é certo ser produtivo e tentar melhorar a própria condição.

Por exemplo, embora o Japão não tenha tido uma ética protestante, “seus empresários adotaram uma ética de trabalho semelhante”, especialmente em razão de uma ideia budista de que “por meio do trabalho podemos chegar ao estado de buda [salvação]”.76 Landes também menciona os “valores relativos ao trabalho” e o “senso de propósito” encontrados nas culturas da Coreia do Sul e Taiwan. Tais valores foram parcialmente responsáveis pelo notável crescimento econômico desses países, que teve início por volta de 1950.77

Em um país que honra o trabalho produtivo, a qualidade do trabalho também será importante. Uma sociedade produtiva naturalmente honrará mais o trabalho de qualidade melhor. Uma das razões para o impressionante desenvolvimento econômico do Japão foi que os japoneses se tornaram líderes mundiais na fabricação de automóveis, equipamento fotográfico, robótica e outros produtos

eletrônicos da mais alta qualidade. As fábricas do Japão instituíram “os controles de qualidade mais efetivos do mundo”,78 atribuindo assim um alto valor ao trabalho de excelente qualidade.

Bons hábitos de trabalho também são importantes. Eles podem ser inculcados e reforçados pela sociedade. Os trabalhadores passarão a se orgulhar de serem diligentes, zelosos, honestos, pontuais, corteses, fiéis no seu desempenho profissional, respeitosos em relação à autoridade, animados e satisfeitos com a alta qualidade do seu serviço.

Há vários bons exemplos históricos. Uma das razões para a notável recuperação econômica da Alemanha após a Segunda Guerra Mundial foi “a energia e os hábitos de trabalho dos alemães derrotados”, que reconstruíram sua economia baseados em “trabalho, educação, determinação”.79

Semelhantemente, os quatro “Tigres Asiáticos” do sudeste da Ásia, que alcançaram um crescimento econômico notável nos anos recentes (Taiwan, Coreia do Sul, Cingapura e Hong Kong), tiveram como seu principal recurso “uma ética de trabalho que rende produção de qualidade em troca de baixos salários”.80 Além disso, os chineses que haviam imigrado para esses países e outros do Sudeste asiático (como Malásia, Tailândia e Indonésia) “apreciam uma ética de trabalho que causaria inveja a qualquer calvinista weberiano” e proveem significativa energia econômica a todas essas economias.81

Não é de surpreender que a Bíblia elogie os trabalhadores com bons hábitos de trabalho, em vez de hábitos ruins. Paulo escreve:

Escravos, obedecei em tudo a vossos senhores deste mundo, não servindo só quando observados, como quem quer agradar os homens, mas de coração íntegro, temendo o Senhor. E tudo quanto fizerdes, fazei de coração, como se

fizésseis ao Senhor e não aos homens, sabendo que recebereis do Senhor a herança como recompensa; servi a Cristo, o Senhor. Pois quem faz injustiça receberá a paga da injustiça que fez, não importa quem seja (Cl 3.22-25; veja tb. Ef 6.5-8).

Paulo também quer que os empregados sejam “submissos a seus senhores em tudo, agradando-os sem reclamar, e que não furtem; em vez disso, devem demonstrar perfeita lealdade, para que em tudo mostrem a beleza da doutrina de Deus, nosso Salvador” (Tt 2.9,10).

Entretanto, em um país atolado na pobreza, a honra será dada às pessoas que conseguem “burlar o sistema” e receber seu pagamento mesmo sendo preguiçosas, perdulárias, desonestas, infiéis aos compromissos, frequentemente atrasadas, desrespeitosas, arrogantes, descontentes e descuidadas no seu trabalho.

23. A sociedade honra pessoas, empresas, invenções e carreiras economicamente produtivas

Uma sociedade utiliza vários meios para honrar certas pessoas, companhias, invenções e carreiras. Por exemplo, as “histórias de heroísmo” que são contadas às crianças podem exaltar um tipo ou outro de pessoa, ou um tipo ou outro de carreira, como bons exemplos a serem imitados ou maus exemplos a serem evitados. Os filmes e programas de TV em uma cultura fazem o mesmo, bem como a música popular. A instrução moral dada às crianças nas escolas e igrejas proporciona uma outra maneira de honrar várias pessoas e profissões. Os professores nas escolas podem ter um enorme impacto nos tipos de pessoas e de carreiras que os alunos creem ser honrosos, e os tipos de literatura e estudos históricos que as crianças leem nas escolas têm também um impacto significativo. Além disso, os discursos proferidos por líderes governamentais e candidatos a cargos políticos têm um efeito nos tipos de carreiras e de pessoas que são honradas na sociedade.

Se um país pretende sair da pobreza e avançar para uma maior prosperidade, sua cultura deve honrar quem é economicamente produtivo, quem cria desenvolvimento econômico para diferentes segmentos da economia. Ela deve honrar os empreendedores que montam pequenas ou grandes empresas que dão emprego a muitas pessoas e produzem bens ou serviços de valor para as pessoas na sociedade. Ela deve honrar os inventores e inovadores e as coisas criadas por eles. E, por último, a cultura deve honrar as carreiras que produzem bens e serviços de valor econômico.

Em contrapartida, uma sociedade que está presa à pobreza valorizará pouco ou nada as pessoas e carreiras que criam e produzem bens e serviços. Por meio de filmes, música e literatura, discursos políticos e instrução nas escolas e igrejas, a sociedade honrará quem tira vantagem, seja por sorte, por receber sem trabalhar com afinco, por fazer muito dinheiro ao produzir pouca coisa de valor ou por

depender da ajuda do governo. Pode ser até que ela honre, com sua literatura, seus filmes e programas de TV, aqueles que vivem do roubo e da extorsão. Uma sociedade assim verá as pessoas economicamente produtivas com desdém, embaraço, culpa ou inveja.

Em uma escala mais ampla, quando as pessoas nessa sociedade falam de sua esperança para o progresso econômico da nação, elas vão enfatizar principalmente a obtenção de “bolsas” do governo ou ajuda de outras nações. A esperança de progresso pode também ser depositada em tentativas de redistribuir a renda dos ricos para os pobres em uma sociedade, em vez de depositá-la em oportunidades para que os pobres ganhem dinheiro e se tornem ricos também.

Diversas passagens da Bíblia honram aqueles que são economicamente produtivos. A parábola de Jesus sobre os talentos, por exemplo, honra o servo cujos cinco talentos geraram outros cinco talentos e o servo cujos dois talentos geraram outros dois talentos (veja Mt 25.20-22).

No Antigo Testamento, as promessas feitas por Deus de abençoar o povo de Israel, caso este fosse obediente, incluíam abundante produtividade agrícola (veja Dt 28.1-14). Em Provérbios 31, a esposa ideal é retratada como alguém cuja mercadoria é “lucrativa” (Pv 31.18). Em contraste, o desprezível “preguiçoso”, em Provérbios, é alguém que é indolente e produz pouca coisa de valor (6.9; 13.4; 20.4).

Novamente, conforme esse padrão bíblico, a história econômica aponta para a influência da ética protestante no norte europeu. Parte dela é a honra atribuída aos que foram economicamente produtivos e bem-sucedidos no mundo dos negócios.82

Em contraste, os valores culturais na Índia atribuíam grande ênfase ao

perpetuamento da antiga tradição do penoso trabalho braçal para as castas mais baixas. Como efeito, ninguém valorizava as inovações que facilitariam o trabalho ou que introduziriam máquinas para substituir o esforço humano ou animal.83

Uma razão para o impressionante aumento da produtividade nos Estados Unidos foi a disposição de valorizar a mudança e a inovação, bem como a padronização dos métodos de manufatura e das especificações dos bens produzidos, de modo que toda uma sociedade concentrou a maior parte do seu esforço na melhoria dos métodos de produção e no estímulo da contínua inovação e mudança para máquinas cada vez melhores.84

Uma sociedade produtiva que honra pessoas, empresas e profissões economicamente produtivas não se concentrará na pergunta: “Quanto a pessoa A tem a mais que a pessoa B?” (pergunta que produz inveja e ressentimento). Em vez disso, ela se concentrará nas perguntas: “Quanto a pessoa A tem contribuído para o bem-estar econômico da sociedade?” e “A pessoa A ganhou seu dinheiro através de meios legais?”. A ênfase em uma sociedade produtiva recairá sobre a produtividade, não sobre a igualdade.

24. Os empresários e trabalhadores da sociedade entendem que suas empresas são principalmente um meio de prover coisas de valor aos consumidores, pelas quais receberão um pagamento condizente com esse valor

Para que a produtividade de uma sociedade aumente e as empresas individuais sejam bem-sucedidas no longo prazo, empresários e trabalhadores precisam prover produtos que os consumidores realmente considerem valiosos para si. Preço, qualidade e serviço devem ser focos constantes de atenção. Isso somente pode ocorrer quando os proprietários e trabalhadores estiverem continuamente atentos à oferta de produtos de genuíno valor aos seus clientes.

Essa, sem dúvida, é a atitude que resulta quando o povo realmente internaliza a Regra de Ouro que Jesus ensinou: “Portanto, tudo o que quereis que os homens vos façam, fazei também a eles; porque esta é a Lei e os Profetas” (Mt 7.12). Essa é também a atitude que resulta de uma obediência ao mandamento de Jesus: “... Amarás o teu próximo como a ti mesmo” (Mt 22.39).

Uma sociedade aprisionada pela pobreza, ao contrário, revelará uma atitude bastante diferente entre donos de empresas e empregados. Os empresários verão seu negócio principalmente como um meio de obter o dinheiro das pessoas, seja qual for o método empregado, mesmo que isso signifique vender um produto barato, defeituoso e inferior. Os trabalhadores verão como seu principal objetivo receber seu pagamento, em vez de produzir trabalho que traga genuíno valor a suas empresas e consumidores. Esse “egocentrismo” míope prejudicará a produtividade econômica.

25. A sociedade atribui grande valor à poupança, e não ao gasto

Um dos fatores importantes na ética protestante que muito contribuiu para o desenvolvimento econômico da Grã-Bretanha, do norte da Europa e dos Estados Unidos foi uma ênfase na frugalidade e na parcimônia, além do ensino de que ninguém deveria gastar dinheiro em excesso consigo mesmo. Uma crença no zelo financeiro e na frugalidade levará a taxas mais altas de doações, como também a taxas mais altas de poupança.85

Mas será que a Bíblia ensina que é correto as pessoas pouparem uma quantia razoável de dinheiro para o futuro? Essa ideia pode ser apoiada pelo ensino de que as pessoas devem trabalhar para se sustentar e não depender de outros para o seu sustento (veja 1Ts 4.11,12; 2Ts 3.6-12). Mas, se praticamente todos envelhecerem a ponto de ficarem fisicamente incapazes de trabalhar para o sustento próprio, então é sábio poupar para o futuro, de modo que não venham a se tornar dependentes da família e de outros na velhice.

H. Crenças sobre comprar e vender

26. A sociedade acredita que trocas voluntárias geram mútuo benefício e que, portanto, um acordo comercial é "bom"se beneficia tanto o comprador quanto o vendedor

Se uma sociedade deseja sair da pobreza para uma maior produtividade e prosperidade, então é importante que as pessoas entendam a impressionante criação de valor que ocorre como resultado da compra e venda voluntária no mercado. A sociedade precisa perceber que comprar e vender não são normalmente situações em que uma pessoa explora outra, e sim transações mutuamente benéficas nas quais tanto o comprador como o vendedor passam a ter uma situação melhor do que tinham antes.

A venda de um filão de pão é um exemplo simples. Se para o padeiro custa três dólares assar o pão, e ele o vender para mim por quatro dólares, nós dois imaginamos que nossa situação melhorou após a venda. Eu penso ter melhorado de situação porque desejava o filão de pão mais que os meus quatro dólares. Senão, não teria trocado o dinheiro pelo pão. Mas o padeiro acredita ter melhorado de situação porque ele queria os quatro dólares mais do que o pão (que, no dia seguinte, viraria pão amanhecido). Caso contrário, ele não teria trocado o pão pelo dinheiro. Minha situação melhorou e a dele melhorou também.

Esse é o milagre das trocas voluntárias em um livre mercado. Uma sociedade que entende esse simples conceito terá uma visão positiva das transações comerciais, e as pessoas gostarão de negociar umas com as outras, pois ambos os lados acabam melhorando de situação. Compradores e vendedores não ficarão felizes somente pelo valor que recebem de uma transação, mas também pelo fato de que fornecem algum valor, de que a transação comercial é um "bom negócio" para a outra pessoa também. Outro benefício dessa atitude cultural é que as empresas valorizarão relacionamentos comerciais de longo prazo com seus clientes.

Semelhantemente, essa perspectiva de mútuo benefício também se aplica aos relacionamentos entre patrão e empregado. Os empregadores reconhecerão que suas empresas melhoram de situação quando os empregados tiveram um bom dia de trabalho. Eles se satisfazem com isso. Mas os empregados também reconhecerão que melhoraram de situação ao serem pagos por um dia de trabalho, pois terão mais dinheiro do que tinham antes. A maioria dos patrões e empregados, portanto, pode considerar o seu relacionamento como mutuamente benéfico.

Temos convicção de que a Bíblia apoia essa perspectiva “ganha-ganha”. Tanto compradores e vendedores como patrões e empregados podem se enxergar como cumpridores da Regra de Ouro mediante suas relações de negócios. As transações comerciais podem ser vistas como uma forma de amar o próximo como a si mesmo.86

Se, ao contrário, uma sociedade não tem esse tipo de atitude, então a suspeita e a desconfiança vão proliferar. A sociedade acreditará que as empresas geralmente “ganham” e os consumidores e empregados geralmente “perdem” nas trocas voluntárias no mercado. Além disso, as pessoas hesitarão infinitamente antes de chegar a um acordo nos negócios, por suspeitarem que as transações geralmente têm um “ganhador” e um “perdedor”, em vez de dois ganhadores. Nesse tipo de sociedade, as empresas valorizarão pouco o desenvolvimento de relacionamentos comerciais de longo prazo ou de relacionamentos de longo prazo com seus empregados, e os consumidores e funcionários simplesmente não perderão a oportunidade de defraudar as empresas ou de serem pagos sem fazer um serviço de alta qualidade, digno do pagamento que estão recebendo.

Uma das razões para a estagnação econômica da China por vários séculos foi que, no começo da década de 1430, uma forma de confucionismo passou a dominar: os “mandarins que desprezavam e desconfiavam do comércio”.87 Como foi no passado, assim é ainda hoje: uma atitude de hostilidade em relação às empresas tende a prejudicar a produtividade econômica e a manter a nação encurralada na pobreza.

I. Crenças sobre conhecimento e educação

27. A sociedade valoriza o conhecimento, independentemente da fonte, e o disponibiliza amplamente

Nas sociedades produtivas, o conhecimento útil que vem de pessoas de qualquer grupo nacional, religioso ou étnico é considerado valioso e é amplamente disseminado na sociedade. Por exemplo, no norte europeu durante a Revolução Industrial, o conhecimento sobre o novo maquinário e as fontes de energia (como a máquina a vapor) se espalhou rapidamente de uma nação para outra. Porém, os países católicos romanos do sul da Europa desconfiavam de muitas das descobertas provenientes dos países "protestantes" e, por isso, durante a Inquisição, eles proibiram a importação de livros que não fossem antes aprovados pelas autoridades da Igreja Católica Romana. Do mesmo modo, países muçulmanos ficaram muito para trás de outros países em desenvolvimento tecnológico e científico porque não aceitavam nem mesmo permitiam que entrassem nos seus países as novas descobertas feitas em vários campos pelas nações "cristãs" ou por especialistas judeus.

A Bíblia atribui grande valor à aquisição de conhecimento: "O temor do Senhor é o princípio do conhecimento. Os insensatos, porém, desprezam a sabedoria e a instrução" (Pv 1.7). Pouco depois, ainda em Provérbios, lemos que a Sabedoria diz: "Aceitai o meu ensino, e não a prata, e o conhecimento, antes do que o ouro escolhido" (8.10, ARA).

Jesus ensinou que o Diabo despreza a verdade: ele "não se firmou na verdade, pois nele não há verdade" (Jo 8.44).

Em uma sociedade ideal quanto à produtividade econômica, o conhecimento será importante. A sociedade saberá como "operar, gerir e fabricar os instrumentos de produção" e também como "criar, adaptar e dominar novas técnicas na fronteira tecnológica". Além disso, a sociedade será "capaz de transmitir esse conhecimento e know-how aos jovens".88 (Discutimos o valor da

educação universal compulsória das crianças no capítulo 7, p. 268-71).

Em contrapartida, as sociedades islâmicas do Oriente Médio infelizmente têm uma atitude cultural em relação a conhecimento e educação que continua a impedir o desenvolvimento econômico. A cultura “continua a ter uma atitude de desconfiança ou rejeição em relação às novas técnicas e ideias provenientes do Ocidente inimigo (cristandade)”.89

28. A sociedade valoriza uma força de trabalho altamente qualificada

Esse valor cultural é derivado do anterior. À medida que uma economia cresce rumo a uma maior prosperidade, os produtos de maior valor frequentemente se tornarão tecnologicamente mais complexos como, por exemplo, equipamentos médicos e científicos, aparelhos eletrônicos, sistemas complexos de transporte, programas de computador e serviços financeiros. Para tais indústrias, o conhecimento torna-se a chave para um desenvolvimento econômico ainda maior.

Landes investiga várias formas pelas quais o crescimento do conhecimento técnico e científico trouxe ondas sucessivas de desenvolvimento econômico à Grã-Bretanha e, mais tarde, a outros países europeus, como a Alemanha, que imitou e depois até ultrapassou a Grã-Bretanha em algumas áreas do conhecimento.90 Artesãos altamente qualificados e capacitados e operários com habilitação tecnológica mostraram ser cada vez mais valiosos na produção industrial.

As nações da América do Sul, ao contrário, não atraíram ou mantiveram trabalhadores altamente treinados e qualificados em quantidade suficiente durante o período dos séculos 18 ao 20. Por exemplo, a Argentina tinha uma abundância de terra produtiva e clima adequado, mas lhe faltavam trabalhadores capacitados, ferramentas e a habilidade de desenvolver uma produção industrial.91 E, por causa do domínio da Igreja Católica Romana nos países latino-americanos, por muitos anos a maioria dos europeus do norte e dos norte-americanos (predominantemente protestantes e alguns judeus) foram excluídos, assim como seu conhecimento e capacidade.92

29. A sociedade pressupõe que deve haver uma base racional para o conhecimento, bem como meios de difusão e de teste do conhecimento

Para que uma sociedade escape da pobreza e se torne cada vez mais próspera, ela precisa superar antigas superstições, folclore e mitologia sobre o mundo natural. Ela precisa adotar um método amplamente aceito para tirar conclusões acerca da natureza.

Na Revolução Industrial na Grã-Bretanha e no resto do norte da Europa, um importante fator foi a ampla aceitação do método científico, que alcançava o conhecimento mediante experimentos realizados com propósitos bem definidos e que podiam ser repetidos por outras pessoas e, assim, ser verificados ou refutados. As descobertas sobre a natureza eram amplamente relatadas em revistas conceituadas, e novas teorias podiam ser discutidas e testadas vez após outra.93

A aceitação desse processo racional e verificável para obter conhecimento acerca do mundo é importante nas nações pobres de hoje para que elas possam superar métodos tradicionais de agricultura, por exemplo, ou adaptar novas ferramentas e maquinário nas fábricas. No entanto, muitas nações resistem a essa base racional para o conhecimento.

Por exemplo, o Haiti mantém ainda uma crença bastante difundida no vodu como a força controladora da natureza e como um meio de conseguir que as pessoas e os objetos façam coisas.94 De forma semelhante, em séculos passados, muitas nações islâmicas rotineiramente rejeitaram relatos de descobertas científicas ou tecnológicas vindos de fora do mundo islâmico e chegaram até a proibir ou destruir livros provenientes de outras fontes, garantindo, desse modo, que ficariam economicamente estagnadas e permaneceriam em grande medida presas na pobreza.95

A China enfrentou obstáculos semelhantes. Embora os chineses tenham sido responsáveis por uma longa lista de inventos que deveriam ter contribuído para séculos de desenvolvimento econômico, a China não havia instituído meios para testar e transmitir novo conhecimento a outras áreas do país e às gerações subsequentes. O problema foi a existência de um governo totalitário, que monopolizava o conhecimento simplesmente com o propósito de manter o seu controle do poder. Como resultado, ninguém tinha qualquer incentivo para desenvolver ou promover novos métodos de manufatura ou novas máquinas. O governo controlava tudo e impedia que pessoas comuns progredissem economicamente de qualquer forma significativa.96

De modo semelhante, um dos motivos pelos quais a Índia não conseguiu avançar economicamente durante tanto tempo foi a falta de uma base racional e definida de comum acordo para o conhecimento e para a disseminação e experimentação de relatos de descobertas e informações. Na Índia do século 18, “não havia ocorrido qualquer progresso relevante no conhecimento científico por muitos séculos, e o aparato intelectual para difundir e sistematicamente registrar as capacidades adquiridas era seriamente defeituoso”.97

J. Crenças sobre a humildade e o valor de aprender com o exemplo dos outros

30. A sociedade demonstra uma disposição humilde de aprender de outras pessoas, outras nações e seguidores de outras religiões

Uma das tragédias da história do desenvolvimento econômico é que muitas nações, por um ou outro motivo, sistematicamente excluíram o conhecimento que poderiam ter aprendido de outras nações que haviam feito novas descobertas.

Por exemplo, como explicamos anteriormente, a Espanha e Portugal, durante o período da Inquisição, cometeram um grave erro: esses países excluíram o conhecimento que poderiam ter aprendido das nações que não eram católicas romanas e, em especial, de inventores e cientistas protestantes e judeus (veja p. 304-10).

A China cometeu um erro semelhante. Em 1551, o país criminalizou o ato de qualquer pessoa na China sair para o mar em um navio de vários mastros, bloqueando dessa forma a nação para a possibilidade de aprender as notáveis descobertas e os avanços na manufatura que estavam prestes a ocorrer na Europa. Esse fechamento da nação, infelizmente, "os lançou, complacentes e teimosos, contra as lições e novidades que os viajantes europeus em breve trariam". Embora os europeus estivessem viajando à China por séculos, não havia "navios chineses nos portos da Europa [...]. O primeiro desses navios [...] visitou Londres para a Grande Exposição de 1851". Quando os chineses finalmente passaram a navegar, "eles iam para se exibir, não para ver e aprender; para dar a dignidade de sua presença, não para ficar [...]. Eles eram o que eram e não precisavam mudar".98 O norte da Europa ultrapassou em muito a China no seu crescimento econômico porque, "ao contrário da China, a Europa era aprendiz" e ansiava adotar o conhecimento de qualquer país em que ele pudesse ser encontrado.99

Felizmente para a China, as atitudes do passado mudaram no final do século 20,

e a China hoje está adotando com voracidade (infelizmente, até mesmo roubando!) ideias e tecnologias de outras nações.

O Japão talvez seja o mais notável exemplo de um significativo desenvolvimento econômico por causa de uma disposição para aprender de outras nações. Quando os europeus chegaram ao Japão pela primeira vez, na metade do século 16, “foram recebidos de forma muito mais calorosa que na China”, e “quando os japoneses encontraram os europeus, começaram a aprender os seus métodos”.100 Infelizmente, em 1612, o imperador japonês Tokugawa Ieyasu baniu a religião cristã e centenas de milhares foram mortos. O Japão não tardou a se fechar para a influência externa, e isso impediu significativamente o seu desenvolvimento econômico.101 O crescimento econômico estagnou até a Restauração Meiji, em 1867-1868.

Após a Segunda Guerra Mundial, o Japão novamente começou a prosperar ao aprender humildemente com os exemplos europeus e americanos, imitando, então, seus melhores processos de manufatura. Os japoneses aprenderam a fazer automóveis melhores que os americanos e aprenderam a fabricar melhores produtos de tecnologia de ponta, como câmeras, maquinário e instrumentos de precisão. Eles aprenderam essas coisas enviando representantes “para visitar as terras ocidentais e aprender com humildade, observando e perguntando, fotografando e gravando”.102 Logo eles estavam fabricando quase tudo melhor que aqueles que estavam imitando.

K. Crenças sobre o governo

31. A sociedade acredita que o propósito do governo é servir à nação e trazer benefício a todo o povo

Essa crença cultural é imensamente importante. Aquilo em que uma cultura crê sobre o propósito do governo afeta tudo o mais que mencionamos neste livro acerca das leis e políticas que um governo deve adotar, porque isso determina se as autoridades governamentais tomam decisões para o bem da nação ou para seu próprio benefício.

Se os valores culturais de uma sociedade estimulam o povo a pensar que é correto usar o cargo público e o poder governamental para enriquecimento próprio e concessão de privilégios e renda à família e aos amigos, então as decisões do governo não serão para o bem da nação, mas para o bem das elites. A Bíblia nos adverte a respeito disso em diversas passagens, como explicamos no capítulo 7 (veja p. 237-44).

A Bíblia também menciona alguns exemplos de bons governantes que não serviam primordialmente ao seu próprio interesse, e sim ao interesse do povo. Moisés foi um desses exemplos, pois, em meio ao conflito com Datã e Abirão, ele disse a Deus: “Nem um só jumento tomei deles, nem a nenhum deles fiz mal algum” (Nm 16.15). De forma semelhante, Samuel, ao cabo de seu mandato como juiz sobre Israel, proclamou que ele era inocente de ter usado seu cargo para o ganho pessoal (1Sm 12.3,4).

Se uma sociedade concorda em grande parte com os valores mostrados nessas passagens bíblicas, então ela estará também concordando com Romanos 13.4, que diz que a autoridade governamental “é serva de Deus para o teu bem”. Quando uma sociedade verdadeiramente crê nisso, servir em um cargo público será sempre uma honra, mesmo que envolva algum sacrifício pessoal.

Nunca é demais enfatizar a importância dessa crença. O valor cultural de que o propósito do governo é servir e beneficiar o povo como um todo muito provavelmente funcionará como o mais importante impedimento contra a corrupção no governo.

Onde essa crença existir, as pessoas estarão convencidas de que o poder governamental e os cargos públicos são, em primeiro lugar, meios de servir o país e promover o bem da sociedade como um todo. Desse modo, elas verdadeiramente buscarão políticas que promovam o crescimento econômico da nação.

No entanto, se as autoridades pensarem que os cargos públicos são meramente um meio de enriquecer a si próprios, bem como sua família e amigos, a nação tenderá a tolerar altos níveis de corrupção e suborno. Essa crença também levará, em muitos casos, a um tipo de “capitalismo clientelista” ou “capitalismo oligárquico”, em que um pequeno número de famílias muito ricas mantém estreitas ligações com ocupantes de altos cargos públicos, e os que ocupam o poder continuam a promover políticas e a distorcer leis para beneficiar seus amigos ricos. Consequentemente, é claro, os amigos ricos também canalizarão dinheiro de volta para os ocupantes dos altos escalões no poder. Nesse caso, há pouca esperança de genuíno crescimento econômico na nação como um todo, e praticamente nenhuma esperança de que a vasta maioria da população, atolada na pobreza, venha a alcançar qualquer progresso econômico. Tudo isso remonta às crenças de uma cultura acerca do propósito do governo e dos cargos públicos.

32. A sociedade acredita que o governo deve punir o mal e promover o bem

Explicamos anteriormente que é responsabilidade do governo punir o crime e proteger as pessoas dos gananciosos e poderosos que perversamente se aproveitam delas (veja p. 254-6). Em outras palavras, o governo deve fazer o que Pedro diz: “... punir os praticantes do mal e honrar os que fazem o bem” (1Pe 2.14).

Esse valor cultural é importante para que funcionários públicos não comecem a mostrar favoritismo a malfeitores que são seus amigos ou que podem lhes pagar propina.

L. Crenças sobre a própria nação

33. A sociedade valoriza o patriotismo e reforça um senso comum de identidade e propósito nacional

Um dos benefícios que lograram à Grã-Bretanha uma grande vantagem econômica na Revolução Industrial foi que havia “uma unidade deliberada e consciente, caracterizada pela identidade e lealdade que havia em comum e pela igualdade da condição civil”.103 Na nação como um todo havia uma “sinergia coletiva” em que “o todo é mais do que a soma das partes”.104

O Japão, de forma parecida, possuía um forte senso de patriotismo que começou a contribuir positivamente para o desenvolvimento econômico no final de 1800. A educação geral, bastante difundida, inculcava nas crianças um respeito (até mesmo adoração) ao imperador, o que servia para instituir uma sólida identidade nacional. Além disso, o serviço militar universal “fomentava o orgulho nacionalista”.105 Um senso de patriotismo incentivava cada cidadão japonês a exercitar a disciplina pessoal na vida diária e a “aplicar plenamente sua responsabilidade nos afazeres”.106

Tal senso de patriotismo nos parece coerente com os valores bíblicos. Considerando que qualquer nação pode ter governantes perversos, uma visão cristã de governo jamais deveria endossar um tipo de “patriotismo cego”, segundo o qual um cidadão nunca pode criticar um país ou os seus líderes. Na verdade, um patriotismo genuíno, que busca sempre promover o bem da nação, promove a crítica sincera ao governo e a seus líderes, se praticarem atos contrários aos padrões morais bíblicos.107 Ele também motiva a crítica das tradições culturais e dos valores de uma nação quando eles contrariam os valores bíblicos.

Porém, será que o patriotismo chega a ser uma virtude? A Bíblia apoia um tipo genuíno de patriotismo que faz com que os cidadãos amem, apoiem e defendam seu próprio país.

a. Razões bíblicas para o patriotismo

A base bíblica para a ideia de patriotismo se inicia no reconhecimento de que Deus estabeleceu nações na terra. Falando em Atenas, Paulo disse a respeito de Deus: “De um só fez ele todos os povos, para que povoassem toda a terra, tendo determinado os tempos anteriormente estabelecidos e os lugares exatos em que deveriam habitar” (At 17.26, NVI).

Um exemplo desse estabelecimento das nações é encontrado na promessa de Deus de transformar os descendentes de Abrão (mais tarde, Abraão) numa nação distinta: “E farei de ti uma grande nação, te abençoarei e engrandecerei o teu nome; e tu serás uma bênção” (Gn 12.2). Posteriormente, Deus diz a Abraão: “e todas as nações da terra serão abençoadas por meio da tua descendência...” (Gn 22.18).

A origem remota de muitas nações da terra está registrada na tabela das nações que descendem de Noé, apresentada em Gênesis 10, que conclui assim: “Essas são as famílias dos filhos de Noé, segundo suas gerações, em suas nações; a partir delas dispersaram-se as nações na terra, depois do dilúvio” (v. 32). No contínuo progresso da história, Jó afirma que Deus “multiplica as nações e as faz perecer; amplia-lhes as fronteiras e as leva cativas” (Jó 12.23).

O significado da palavra nação, conforme a Bíblia o emprega, não difere de nenhuma forma substancial do sentido que lhe atribuímos hoje — um grupo de pessoas, que vive sob um governo, que é soberano e independente na sua relação com as outras nações. A existência de muitas nações independentes na terra, portanto, deve ser considerada uma bênção de Deus.

Uma das vantagens da existência de nações é que elas dividem e distribuem o poder governamental por toda a terra. Dessa forma, elas impedem o domínio de um único ditador global, o que seria algo muito pior do que qualquer governo perverso isoladamente, porque afetaria todas as pessoas do mundo e não haveria nenhuma outra nação que o desafiasse. A história demonstrou repetidamente que os governantes de poder ilimitado e sem controle se tornam cada vez mais corruptos.

A Bíblia ensina também que os cristãos devem obedecer e honrar os líderes das nações em que vivem. Pedro diz aos cristãos: “Honrai o rei” (1Pe 2.17), e diz também: “Sujeitai-vos a toda autoridade humana por causa do Senhor, seja ao rei, como soberano, seja aos governadores...” (v. 13,14).

Paulo, de forma parecida, incentiva não somente à obediência, mas também à honra e ao apreço pelos governantes civis: “Todos devem sujeitar-se às autoridades do governo” (Rm 13.1). Ele diz também que a autoridade civil é “serva de Deus para o teu bem” (v. 4). Ele conclui essa seção dando a entender que os cristãos, além do seu dever de pagar impostos, devem dar respeito e honra, ao menos em certa medida, às autoridades encarregadas do governo civil: “Pagai a todos o que lhes é devido: a quem tributo, tributo; a quem imposto, imposto; a quem respeito, respeito; a quem honra, honra” (v. 7, ARA).

Esses mandamentos seguem um padrão também encontrado no Antigo Testamento, como indicam os seguintes versículos:

Meu filho, teme o Senhor e o rei, e não te associes com os rebeldes (Pv 24.21).

Não amaldiçoes o rei nem mesmo em pensamento. Nem amaldiçoes o rico em teu quarto (Ec 10.20).

Assim diz o Senhor dos Exércitos, o Deus de Israel, a todos os que estão no exílio, aos quais deportei de Jerusalém para a Babilônia: […] Empenhai-vos pela prosperidade da cidade, para onde vos exilei, e orai ao Senhor em favor dela; porque a prosperidade dela será a vossa prosperidade (Jr 29.4-7).

O estabelecimento por Deus de nações individuais, os benefícios mundiais da existência de nações e os mandamentos bíblicos que indicam que as pessoas devem reconhecer e apoiar os líderes de governo onde vivem — todas essas coisas tendem a fortalecer a noção de patriotismo em uma nação.

b. Aspectos do patriotismo

Tendo em mente essas coisas, definiríamos o genuíno patriotismo de modo mais completo incluindo os seguintes fatores:

(1) Um senso de pertencer a uma comunidade humana mais ampla. Esse senso proporciona um aspecto do senso de identidade de uma pessoa e de sua obrigação para com os outros.

(2) Gratidão pelos benefícios que a nação proporciona. Os quais podem incluir a proteção à vida, à liberdade e à propriedade, a existência de leis que reprimem o mal e estimulam o bem, a instituição de um sistema monetário e mercados econômicos e o estabelecimento de uma língua ou línguas comuns.

(3) Um senso compartilhado de orgulho pelas conquistas de outros indivíduos que, como você, “pertencem” como concidadãos à mesma nação. Isso pode

incluir orgulho em relação a conquistas atléticas, científicas, econômicas, artísticas, filantrópicas ou outras iniciativas.

(4) Um senso de orgulho pelas boas coisas feitas pela nação. Tal senso é desenvolvido a partir de um entendimento correto da história da nação e de um senso de pertencer a um grupo de pessoas que também inclui as gerações passadas dessa nação.

(5) Um senso de segurança com relação ao futuro. Esse senso se desenvolve por conta de uma expectativa de que o grupo maior — isto é, todas as pessoas daquela nacionalidade — está trabalhando pelo bem da nação e, portanto, defenderá cada um de seus membros do ataque de malfeitores violentos, venham eles de dentro ou de fora de suas fronteiras.

(6) Um senso de obrigação de servir à nação e de lhe fazer o bem de várias formas. Essas formas podem incluir sua defesa contra um ataque militar ou contra a crítica injusta de outros, protegendo a existência e o caráter nacional para as futuras gerações e melhorando o país de várias formas e onde for possível, mesmo mediante uma crítica construtiva a tudo que estiver sendo feito de modo errado por seus líderes ou pelo povo.

(7) Um senso de obrigação de viver conforme um sentimento compartilhado dos valores e padrões morais que são amplamente valorizados pelos membros da nação — e de transmiti-lo aos recém-chegados e às gerações futuras.108 Tal senso de obrigação relativo a padrões morais compartilhados tem maior probabilidade de ocorrer dentro de uma nação do que no mundo em geral, pois uma pessoa pode agir como agente moral e ser avaliada por outras dentro do contexto de uma nação inteira, mas raramente alguém tem proeminência suficiente para agir com respeito ao mundo inteiro. Além disso, enquanto os valores e padrões podem prontamente ser propagados para a maioria dos cidadãos de uma nação (especialmente onde a maioria fala um idioma comum), o mundo é tão vasto e diverso que é difícil encontrar muitos valores e padrões

morais que sejam compartilhados por todas as nações ou algum conhecimento em uma nação de quais valores são defendidos em outras nações. Para que esses valores morais e ideais nacionais sejam preservados e transmitidos em uma nação, é geralmente necessário que os cidadãos compartilhem um senso comum das origens da nação e de sua história.

Em contrapartida, o oposto de patriotismo é uma atitude de repulsa ou até mesmo de escárnio ou ódio à própria nação, acompanhada de constantes críticas a ela. Em vez de compartilhar com gratidão os benefícios providos pelo país e o orgulho pelas boas coisas que fez, aqueles que se opõem ao patriotismo repetidamente enfatizarão os aspectos negativos das ações do país, independentemente de terem ocorrido no passado remoto ou de terem sido mínimas, se comparadas à história como um todo. Eles não terão orgulho da nação ou de sua história e não estarão muito dispostos a se sacrificar por ela, para servi-la ou para protegê-la e defendê-la. Essas atitudes antipatrióticas desgastarão continuamente a capacidade da nação de funcionar efetivamente e tenderão, com o tempo, a minar a própria existência da nação. Nesses casos, uma crítica sensata, mas limitada, aos erros de uma nação acaba se tornando exagerada a ponto de distorcer a realidade, e a pessoa se torna basicamente adversária do bem-estar da nação em geral.

Para usar um exemplo moderno, um cidadão patriota do Irã, em 2013, poderia muito bem dizer: “Amo o meu país e seus grandes ideais, tradições e história, mas estou profundamente desapontado com a natureza opressiva e perversa do governo totalitário atual”. Um cidadão patriota da Coreia do Norte poderia dizer algo parecido. Um cidadão patriota do Iraque sob o regime de Saddam Hussein poderia ter dito coisas parecidas também.

Para usar um outro exemplo, um cidadão patriota da Alemanha poderia dizer: “Amo a minha nação e estou orgulhoso de suas grandes conquistas históricas na ciência, literatura, música e em tantas outras áreas do pensamento humano, embora eu esteja profundamente consternado com as perversidades cometidas sob a liderança de Adolf Hitler, e estou feliz de termos finalmente nos libertado

desse governo opressivo”.

Esses exemplos ilustram que até cidadãos de países com governantes perversos podem preservar um patriotismo genuíno combinado com uma crítica sóbria e sincera aos seus líderes atuais ou passados. Mas esse patriotismo ainda conserva os componentes valiosos mencionados como, por exemplo, um senso de pertencer a uma nação específica, uma gratidão pelos benefícios que ela provê, um orgulho compartilhado nas suas conquistas, um senso de segurança, um senso de obrigação de servi-la e protegê-la (e, espera-se, de mudar quaisquer lideranças perversas) e um senso de obrigação de seguir e transmitir os valores e ideais compartilhados que representam o melhor da história do país.

Se essas coisas podem acontecer até mesmo em nações com maus governos, então certamente o patriotismo pode ser um valor inculcado em todas as outras nações do mundo também. Nesse sentido, uma visão cristã do governo estimula e apoia o patriotismo genuíno dentro de uma nação.

M. Crenças sobre valores econômicos, relacionais e espirituais

34. A sociedade atribui maior importância à família, aos amigos e à alegria de viver do que à riqueza material

Como este livro teve o seu foco na solução do problema da pobreza nas nações pobres, foram enfatizadas as questões econômicas e de crescimento quanto à prosperidade material. Porém, precisamos também destacar que o bem-estar financeiro jamais é apresentado como o objetivo último na vida, segundo a Bíblia. Outras coisas são mais importantes, especialmente os relacionamentos com os membros da família, os amigos e outras pessoas, além do relacionamento com Deus (veja a próxima seção).

Nos Dez Mandamentos, o quinto mandamento diz “Honra teu pai e tua mãe” (Êx 20.12). Deus estabelece e protege aqui a importância de manter fortes os relacionamentos que incluem a honra e o respeito dentro de uma família. Outras passagens da Bíblia ensinam como manter um casamento sadio e como os pais devem cuidar de seus filhos e discipliná-los (veja Ef 5.22—6.4; Cl 3.18-21).

Além disso, Jesus disse que o segundo maior mandamento é “Amarás o teu próximo como a ti mesmo” (Mt 22.39). Portanto, os relacionamentos com outras pessoas, e especialmente os relacionamentos com a própria família, são de grande importância para Deus.

Isso quer dizer que uma sociedade que genuinamente busca seguir os princípios bíblicos não coloca a prosperidade material como o seu objetivo mais sublime. Ao mesmo tempo em que busca crescer na produtividade econômica, uma sociedade economicamente produtiva ideal continuará mantendo em vista o valor maior dos relacionamentos interpessoais sadios e positivos com os outros. Sem esses relacionamentos, de que adianta acumular cada vez mais riqueza pessoal? “Quem ama o dinheiro nunca terá o suficiente; e quem ama a riqueza nunca ficará satisfeito com o lucro. Isso também é ilusão!” (Ec 5.10).

Por outro lado, se uma sociedade faz da prosperidade material o seu bem mais sublime, então a ganância e o egoísmo, a amargura e a frustração passarão a caracterizar cada vez mais essa sociedade. Os relacionamentos familiares e as amizades serão destruídos na busca por cada vez mais prosperidade material. Mas essa busca insaciável pela riqueza jamais pode satisfazer, pois deixará a pessoa sozinha, sem ter com quem aproveitar sua prosperidade.

Neste ponto, precisamos admitir honestamente que, em muitos países pobres de hoje, esse valor cultural é bastante cultivado, muito mais do que em algumas sociedades ocidentais altamente individualistas. Em muitas nações pobres, as pessoas consideram os relacionamentos com membros da família e amigos extremamente importantes. Nossa esperança não é que elas abandonem esse valor, e sim que elas o mantenham enquanto vão tomando os outros passos descritos neste livro para que consigam alcançar uma maior prosperidade econômica.

Isso não é impossível. Há muitos milhares de indivíduos em países ricos que são exceções notáveis aos padrões ocidentais de individualismo excessivo e cuja vida familiar sólida testifica que é possível, mesmo para as pessoas mais ricas e com empregos altamente produtivos, dedicar significativa atenção à família e aos amigos.

35. A sociedade atribui maior importância ao bem-estar espiritual e ao relacionamento com Deus do que à riqueza material

Apesar de não crermos que qualquer governo deva tentar impor que seus cidadãos sigam uma religião específica e apesar de também apoiarmos enfaticamente a ideia de liberdade religiosa em todas as nações, reconhecemos que as crenças e os valores que são comuns em uma sociedade tendem com frequência a ter um componente espiritual. Em algumas sociedades, crenças religiosas sinceras podem ser extremamente ridicularizadas e desprezadas e ser rotineiramente desvalorizadas. Em outras sociedades, porém, há um respeito geralmente reconhecido e uma apreciação por crenças e práticas religiosas genuínas. Para ser verdadeiramente rica, uma nação precisa mais do que de prosperidade material. Ela também precisa ser espiritualmente rica, ter uma crença cultural bastante difundida de que a saúde espiritual de cada pessoa e o relacionamento com Deus são muito mais importantes que a prosperidade econômica.

Esse valor nos leva novamente a enfatizar o papel fundamental que cremos que os sábios pastores podem desempenhar para ajudar qualquer nação a passar da pobreza para uma maior prosperidade.109 Os pastores podem ensinar os valores tratados neste capítulo (aliás, no livro inteiro) de uma forma que estimule uma ênfase equilibrada na produtividade econômica, junto com o crescimento relacional e espiritual. E os pastores podem fazer isso usando a Bíblia como uma autoridade que é mais persuasiva que qualquer argumento de economistas. Pode ser que os pastores que ministram nas nações pobres não sejam citados nas manchetes nacionais, mas gradualmente transformarão os valores adotados por seu povo, e esses valores poderão efetivamente levar a nação a adotar melhores leis e políticas econômicas.110 Dessa forma, esperamos que os pastores e outros líderes cristãos desempenhem um papel bastante significativo em levar seus países da pobreza para uma crescente prosperidade material e também espiritual.

N. Conclusão

Nossa conclusão deste livro nos traz de volta ao que dissemos no início. Reconhecemos que a prosperidade material é uma questão secundária, embora ela ainda assim seja muito importante. Mais importante que a prosperidade, no entanto, é o relacionamento de uma pessoa com Deus.

Incentivamos cada leitor deste livro a lembrar da advertência de Jesus: "Nenhum servo pode servir a dois senhores, pois odiará a um e amará o outro, ou se dedicará a um e desprezará o outro. Não podeis servir a Deus e às riquezas" (Lc 16.13).

Portanto, concluímos com o estímulo para que tanto os ricos como os pobres façam do seu próprio relacionamento pessoal com Deus a prioridade de sua vida. Esperamos que a busca de maior prosperidade material não venha à custa de uma alienação de Deus. Nossa esperança é, pelo contrário, que todo leitor chegue a uma relação profundamente satisfatória e gratificante com Deus por meio de Jesus Cristo, para que cada pessoa que venha a ler este livro seja capaz de dizer a Deus:

Quem mais eu tenho no céu, senão a ti? E na terra não desejo outra coisa além de ti. Meu corpo e meu coração desfalecem; mas Deus é a fortaleza da minha vida e minha herança para sempre (Sl 73.25,26).

1 Daron Acemoglu; James A. Robinson, Why nations fail: the origins of power, prosperity and poverty (New York: Crown Publishers, 2012), p. 57 [edição em português: Por que as nações fracassam: as origens do poder, da prosperidade e da pobreza (Rio de Janeiro: Campus, 2012)].

2 Veja a descrição dos autores sobre instituições inclusivas nas páginas 73-83. Instituições econômicas inclusivas "permitem e incentivam a participação da grande massa da população nas atividades econômicas que fazem o melhor uso de seu talento e capacidade" e também "asseguram a propriedade privada e um sistema jurídico imparcial", além de outras qualidades, permitindo a livre troca e o fácil acesso a empreendimentos e carreiras (p. 74-5). Eles também afirmam que as instituições políticas inclusivas contam com poder suficientemente centralizado para governar efetivamente e também "distribuem amplamente o poder na sociedade e o sujeitam a limites" (p. 80-1).

3 Acemoglu; Robinson, Why nations fail, p. 402.

4 Ibidem, p. 458, 460.

5 Ibidem, p. 108-9.

6 Ibidem, p. 110.

7 Ibidem, p. 118. Acemoglu e Robinson não mencionam quaisquer crenças religiosas ou valores culturais do hinduísmo que possam ter levado a esse

sistema de castas.

8 Ibidem, p. 122.

9 Ibidem, p. 123.

10 Ibidem, p. 211-2.

11 Ibidem, p. 403.

12 Ibidem, p. 410-1.

13 Ibidem, p. 413.

14 Ibidem, p. 427.

15 Ibidem, p. 432-3. Acemoglu e Robinson nem sequer mencionam a possibilidade de valores culturais diferentes — derivados das diferenças entre a Espanha católica romana (que colonizou o Peru) e a Grã-Bretanha protestante (que colonizou os Estados Unidos) — terem qualquer relação com o "efeito contingente" desses eventos históricos.

16 Ibidem, p. 434.

17 Ibidem, p. 462. Essa é a última frase do livro.

18 Ibidem, p. 102.

19 Veja Acemoglu; Robinson, p. 190, onde não há qualquer menção da criação protestante calvinista de Guilherme. As mudanças instituídas na Revolução Gloriosa são detalhadas nas p. 102-5 e 191-7.

20 Ibidem, p. 116-7.

21 Ibidem, p. 412.

22 Ibidem, p. 409.

23 Susan Williams, Colour bar: the triumph of Seretse Khama and his nation (London: Penguin, 2006), p. 4.

24 Seretse Khama, “Why I gave up my throne for love”, Ebony 6, n. 8 (June 1951): 43.

25 Dickson Mungazi, We shall not fail: values in the national leadership of Seretse Khama, Nelson Mandela, and Julius Nyerere (Trenton: Africa World Press, 2005), p. 46-7; veja tb. p. 36-7.

26 Lawrence E. Harrison, The central liberal truth: how politics can change a culture and save it from itself (Oxford: Oxford University Press, 2006), p. 9.

27 Darrow L. Miller; Stan Guthrie, Discipling nations: the power of truth to transform cultures (Seattle: YWAM, 1998), p. 246, resumem as diferenças entre animismo, teísmo e secularismo em relação aos valores culturais que envolvem implicações econômicas. Um capítulo inteiro (p. 243-56) explica como essas diferenças afetam a visão que se tem acerca do trabalho produtivo na sociedade e, em um sentido mais amplo, todo o livro discute formas em que valores culturais derivados da Bíblia levam à atividade econômica que produz fruto e prosperidade (veja sua discussão sobre a "ética do desenvolvimento" nas p. 169-77 e a definição na p. 287) [edição em português: Discipulando nações: o poder da verdade para transformar culturas (Curitiba: FatoÉ, 2003)].

28 David S. Landes, The wealth and poverty of nations: why some are so rich and some so poor (New York: W. W. Norton, 1999), p. 516 [edição em português: A riqueza e a pobreza das nações: por que algumas são tão ricas e outras tão pobres (Rio de Janeiro: Campus, 1999)].

29 Ibidem, p. 410.

30 Publicado em inglês como Max Weber, The Protestant ethic and the spirit of capitalism, tradução para o inglês de Talcott Parsons (1930; reimpr., Los Angeles: Roxbury, 1996) [edição em português: A ética protestante e o espírito do capitalismo (São Paulo: Pioneira, 1999)].

31 Landes, Wealth and poverty, p. 516. Veja também a perceptiva análise da teoria de Weber por H. F. R. Catherwood, The Christian in industrial society

(London: Tyndale Press, 1964), p. 114-26.

32 Ibidem, p. 177.

33 Ibidem, p. 178.

34 Ibidem, p. 175.

35 Harrison, The central liberal truth, p. 88-9.

36 Steve Corbett; Brian Fikkert, When helping hurts: how to alleviate poverty without hurting the poor — and yourself (Chicago: Moody, 2009), p. 69-70.

37 William Easterly, The white man's burden: why the West's efforts to aid the rest have done so much ill and so little good (New York: Penguin, 2006), p. 79-81.

38 David Maranz, African friends and money matters (Dallas: SIL International, 2001), p. 88.

39 Ibidem, p. 177.

40 Ibidem, p. 185.

41 Landes, Wealth and poverty, p. 218.

42 Maranz, African friends, p. 38.

43 Ibidem, p. 152. Porém, observe também os comentários de Maranz que citamos em uma seção anterior de que a principal consideração econômica em muitas sociedades africanas é que todas as pessoas tenham suas necessidades básicas supridas (veja p. 322).

44 Ibidem, p. 111.

45 Para mais informações sobre o ensino bíblico a respeito do aborto em relação às leis de uma nação, veja Wayne Grudem, Politics: according to the Bible (Grand Rapids: Zondervan, 2010), p. 157-78 [edição parcial em português: Política segundo a Bíblia (São Paulo: Vida Nova, 2014)].

46 Veja Mary Parke, “Are married parents really better for children?”, Center for Law and Social Policy (May 2003): 1-7, disponível em: http://www.clasp.org/admin/site/publications_archive/files/0128.pdf, acesso em: 17 mar. 2013; Robert I. Lerman, “Marriage and the economic well-being of families with children: a review of the literature”, relatório para o Departamento de Saúde e Serviços Humanos dos Estados Unidos, disponível em: http://www.urban.org/publications/410541.html; Robert I. Lerman, “How do marriage, cohabitation, and single parenthood affect the material hardships of families with children?”, relatório para o Departamento de Saúde e Serviços Humanos dos Estados Unidos, disponível em: http://www.urban.org/publications/410539.html; Robert I. Lerman, “Married and unmarried parenthood and economic well-being: a dynamic analysis of a recent

cohort", relatório para o Departamento de Saúde e Serviços Humanos dos Estados Unidos, disponível em: http://www.urban.org/publications/410540.html; W. Bradford Wilcox, Why marriage matters: twenty-one conclusions from the social sciences (New York: Institute for American Values, 2002); Judith S. Wallerstein; Sandra Blakeslee, Second chances: men, women, and children a decade after divorce (New York: Ticknor & Fields [Houghton Mifflin], 1989), p. 148-9; 156-7 [edição em português: Sonhos e realidades no divórcio: marido, mulher e filhos dez anos depois (São Paulo: Saraiva, 1991)].

47 Veja Linda J. Waite; Maggie Gallagher, The case for marriage: why married people are happier, healthier, and better off financially (New York: Doubleday, 2000), citado em Jeffrey H. Larson, "The verdict on cohabitation vs. marriage", Marriage and families, January 2001, disponível em: http://marriageandfamilies.byu.edu/issues/2001/January/cohabitation.aspx. Veja também os dados extensos acerca dos benefícios econômicos de casamentos estáveis citados em Grudem, Politics, p. 224-6.

48 Harrison, Central liberal truth, p. 42.

49 Ibidem.

50 Maranz, African friends, p. 183-4.

51 Ronald Reagan, "Encroaching control", discurso à Câmara do Comércio em Phoenix, Arizona, no dia 30 de março de 1961 (cópia do discurso original datilografado obtida da Ronald Reagan Library, Simi Valley, Califórnia).

52 Para uma discussão mais aprofundada sobre o ensino da Bíblia acerca de

casamento e moralidade sexual, veja Grudem, Politics, p. 213-27.

53 Para uma discussão mais aprofundada sobre a doutrina bíblica do divórcio, veja Grudem, Politics, p. 219-20.

54 Para exemplos, veja Grudem, Politics, p. 326-9.

55 Em 1976, a revista Time ainda noticiava: “Acredita-se que os ratos da Índia comem ou destroem quase a metade dos grãos consumidos na Índia — 100 milhões de toneladas [...]. Portanto, a necessidade de mais cobras [que matam os ratos]. Curiosamente, ambos os animais são considerados sagrados e, portanto, invioláveis em algumas religiões” (“War on rats”, Time [May 31, 1976]: 15).

56 Os próximos seis parágrafos foram tirados de Grudem, Politics, p. 325-6.

57 Landes, Wealth and poverty, p. 58-9.

58 Veja Grudem, Politics, p. 320-86.

59 Veja E. Calvin Beisner, Where garden meets wilderness: evangelical entry into the environmental debate (Grand Rapids: Eerdmans/Acton Institute, 1997), p. 63-4. Veja também Julian Simon, The ultimate resource 2 (Princeton: Princeton University Press, 1996), esp. cap. 11, “When will we run out of oil? Never!”, p. 162-81; Julian Simon, org., The state of humanity (Oxford/Cambridge: Blackwell, 1995), p. 280-293; Bjorn Lomborg, The skeptical environmentalist (Cambridge: Cambridge University Press, 2001), p.

118-36 [edição em português: O ambientalista cético: revelando a real situação do mundo (Rio de Janeiro: Campus, 2002)]. Esses livros também oferecem uma visão geral bastante útil sobre a situação dos recursos naturais na terra.

60 Miller e Guthrie, Discipling nations, p. 95-119, apresentam uma discussão muito útil da visão cristã de que Deus é racional e que, portanto, deseja que investiguemos o mundo com o uso de nossa mente racional. Miller e Guthrie contrastam essa ideia com visões não cristãs que não levam a uma ênfase semelhante no desenvolvimento e na criação de produtos úteis a partir da terra.

61 Veja Landes, Wealth and poverty, p. 201-6.

62 Veja Ibidem, p. 203, 550, n. 10.

63 Miller e Guthrie, Discipling nations, p. 272-9, oferecem uma discussão bastante útil de uma visão cristã do tempo em contraste com as visões do tempo secular e animista.

64 Landes, Wealth and poverty, p. 59.

65 Ibidem, p. 178.

66 Ibidem, p. 224.

67 Ibidem, p. 227.

68 Ibidem, p. 186.

69 Ibidem, p. 207.

70 Ibidem, p. 218.

71 Ibidem, p. 303.

72 Ibidem, p. 342.

73 Ibidem, p. 342.

74 Ibidem, p. 175-7.

75 Veja Dierdre McCloskey, Bourgeois dignity (Chicago: University of Chicago Press, 2010).

76 Landes, Wealth and poverty, p. 363, citando um estudo de 1982 de Shichihei Yamamoto; veja também p. 383, 391.

77 Ibidem, p. 437.

78 Ibidem, p. 472; veja tb. p. 485.

79 Ibidem, p. 471.

80 Ibidem, p. 475.

81 Ibidem, p. 477.

82 Veja Ibidem, p. 175-8; veja tb., sobre a Grã-Bretanha, p. 234-5.

83 Veja Ibidem, p. 225-30.

84 Veja Ibidem, p. 297-305.

85 Veja ibidem, p. 175.

86 Veja uma discussão desse ponto de vista em Wayne Grudem, Business for the glory of God (Wheaton: Crossway, 2003) [edição em português: Negócios para a glória de Deus (São Paulo: Cultura Cristã, 2006)].

87 Landes, Wealth and poverty, p. 95.

88 Ibidem, p. 217.

89 Ibidem, p. 410-1.

90 Veja Ibidem, p. 276-85.

91 Ibidem, p. 315-6.

92 Ibidem, p. 317. Os países latino-americanos hoje admitem pessoas de todos os contextos religiosos.

93 Ibidem, p. 200-10.

94 Harrison, Central liberal truth, p. 29-31.

95 Veja Landes, Wealth and poverty, p. 54.

96 Veja ibidem, p. 55-7.

97 Ibidem, p. 229, citando K. N. Chaudhuri, The trading world of Asia and the English East India company 1660-1760 (Cambridge: Cambridge University

Press, 1978), p. 273-4.

98 Landes, Wealth and poverty, p. 96; veja tb. p. 335-49.

99 Ibidem, p. 348.

100 Ibidem, p. 351-3.

101 Ibidem, p. 355-6.

102 Ibidem, p. 472.

103 Ibidem, p. 219.

104 Ibidem.

105 Ibidem, p. 376.

106 Ibidem, p. 383.

107 Este parágrafo e o restante desta seção sobre patriotismo foram adaptados de

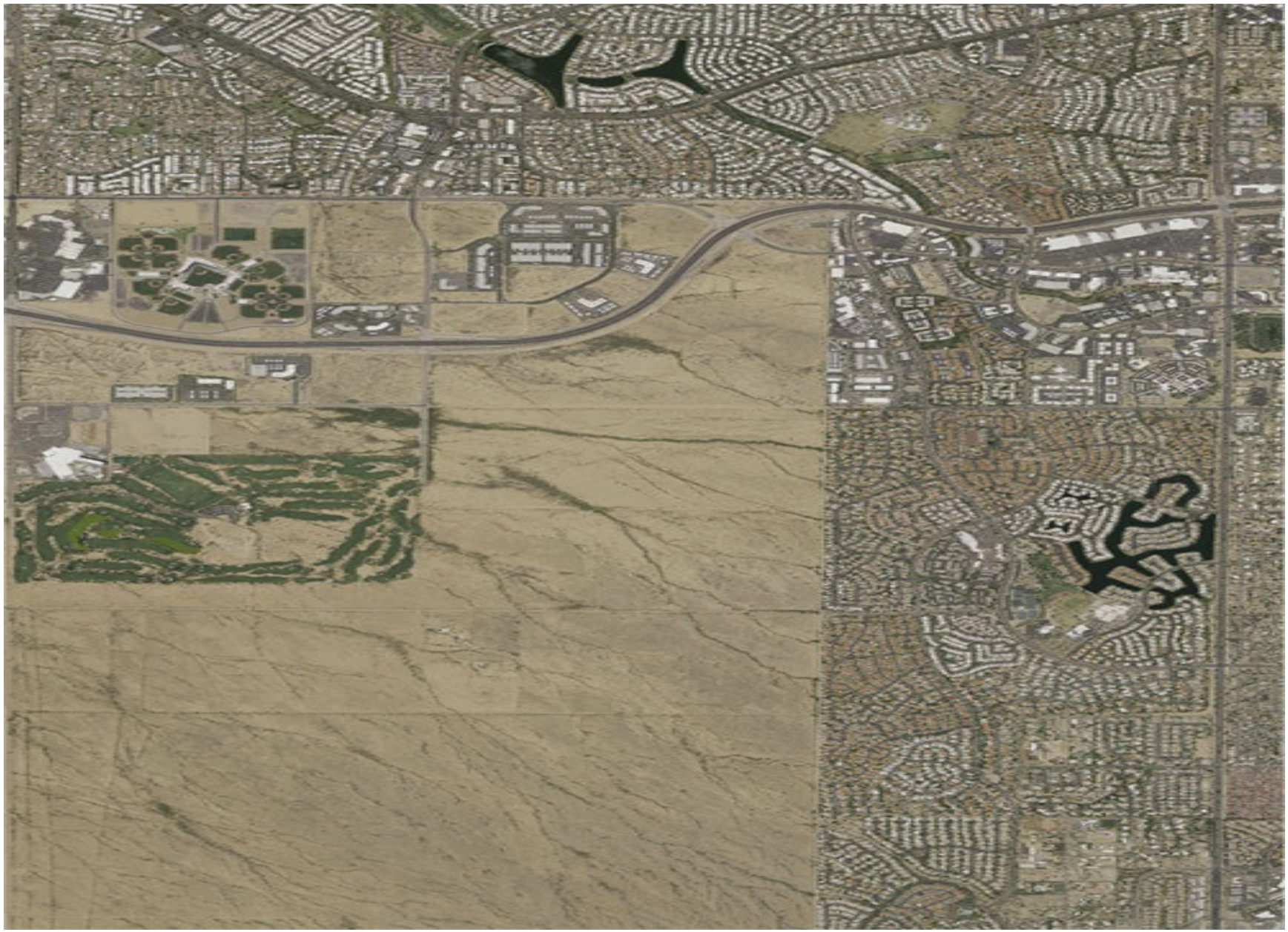
Grudem, Politics, p. 109-12.

108 Os cristãos, evidentemente, serão capazes de afirmar somente aqueles valores que sejam consistentes com uma cosmovisão bíblica.

109 Ao falar em “pastores”, não queremos sugerir que somente os líderes cristãos podem efetivamente promover os valores culturais descritos neste último capítulo. Gostaríamos de incentivar líderes religiosos do judaísmo, budismo, hinduísmo, islamismo e outras religiões a também promover a crença na honestidade, no trabalho duro, na produtividade econômica, no respeito à propriedade, na educação, na humildade e em outros valores produtivos. No entanto, como somos cristãos evangélicos, cremos que a Bíblia oferece uma cosmovisão que promove de forma mais plena e consistente esses valores, e escrevemos primordialmente para cristãos que compartilham desse ponto de vista.

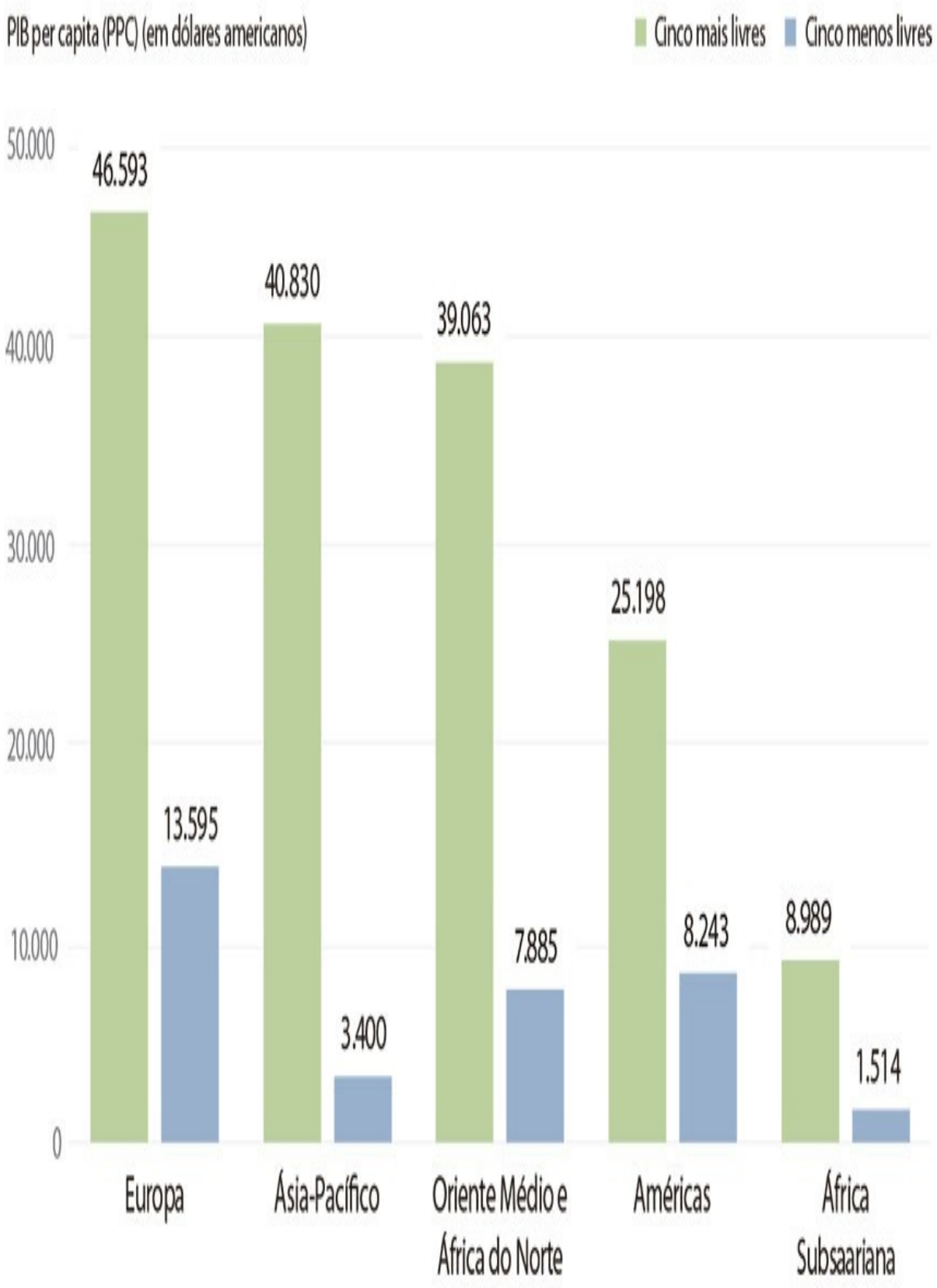
110 Veja os comentários adicionais sobre pastores nas p. 34, 171, 197, 325, 389.

Fotografia 1: Terras de propriedade tribal em Scottsdale, no Arizona



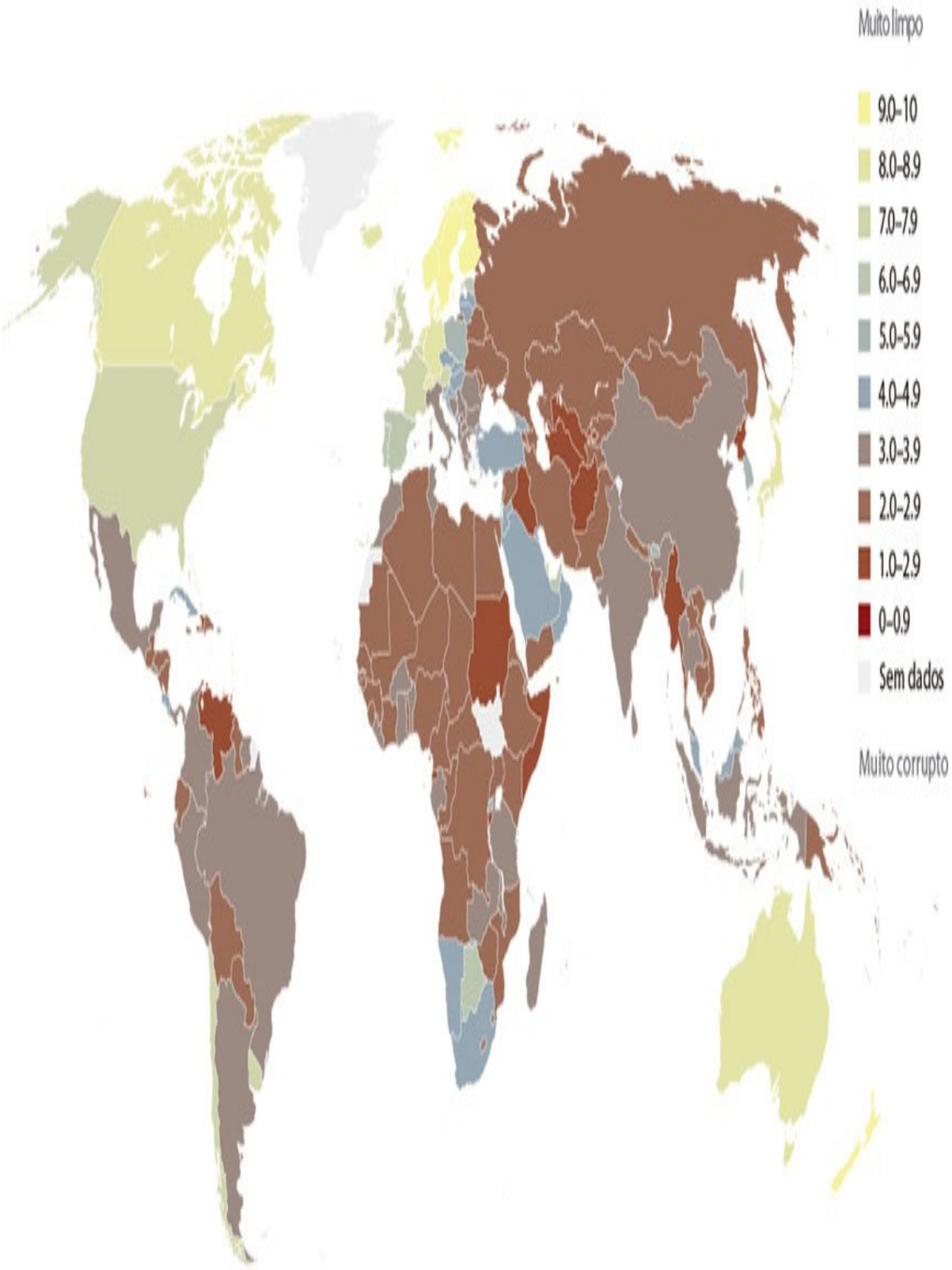
Em Scottsdale, no Arizona, prósperos bairros de classe média cercam uma extensa área improdutiva, pertencente à Comunidade Indígena dos Pima-Maricopa de Salt River, que segue o sistema de propriedade tribal. Exceto pelas áreas verdes em torno de um cassino/resort de golfe e por um campo de treinamento da liga profissional de beisebol, a região da reserva é praticamente estéril. A posse tribal da terra aprisiona as pessoas na pobreza (veja 1, 2).

Figura 1: Renda per capita por região


PIB per capita (PPC) (em dólares americanos)
Cinco mais livres
Cinco menos livres
50.000
40.000
30.000
20.000
10.000
0
46.593
13.595
40.830
3.400
39.063
7.885
25.198
8.243
8.989
1.514
Europa
Ásia-Pacífico
Oriente Médio e África do Norte
Américas
África Subsaariana

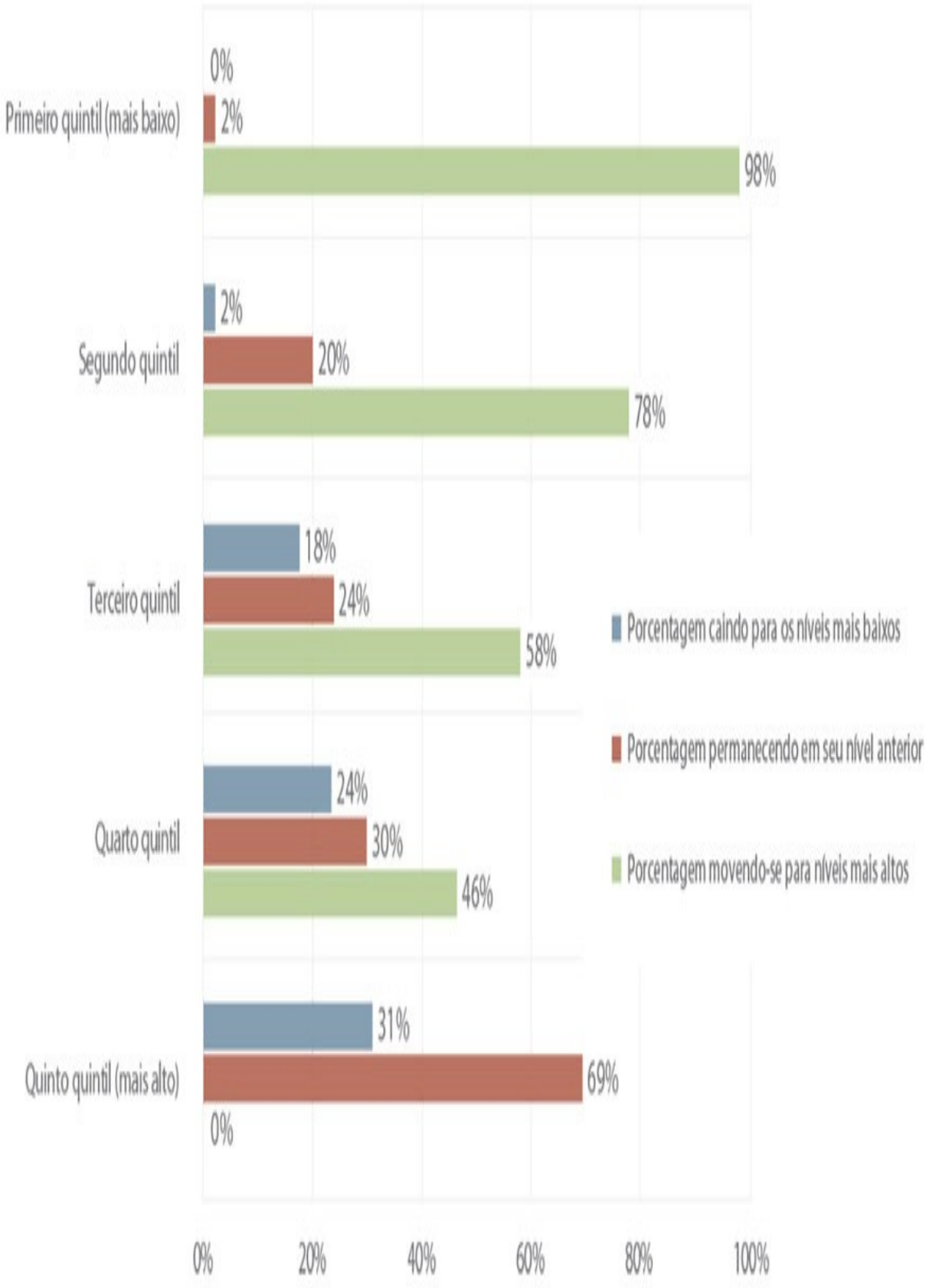
Os países com os mais altos níveis de liberdade econômica têm também as maiores rendas per capita. O gráfico acima compara a liberdade econômica dos países do mundo (conforme dados do Índice de liberdade econômica de 2012) com sua renda per capita média (veja 1).

Figura 2: Índice de percepção da corrupção de 2011


Muito limpo
9.0–10
8.0–8.9
7.0–7.9
6.0–6.9
5.0–5.9
4.0–4.9
3.0–3.9
2.0–2.9
1.0–2.9
0–0.9
Sem dados
Muito corrupto

A corrupção, em suas variadas formas (segundo a Transparency International), é um problema em muitos países. Ela é um dos grandes empecilhos ao desenvolvimento econômico e, portanto, um dos fatores responsáveis pela continuidade da pobreza (veja 1).

Figura 3: Mobilidade econômica (1975-1991)


Primeiro quintil (mais baixo)
0%
2%
98%
Segundo quintil
2%
20%
78%
Terceiro quintil
18%
24%
58%
Quarto quintil
24%
30%
46%
Quinto quintil (mais alto)
31%
69%
0%
Porcentagem caindo para os níveis mais baixos
Porcentagem permanecendo em seu nível anterior
Porcentagem movendo-se para níveis mais altos
0%
20%
40%
60%
80%
100%

Um estudo realizado com a população dos EUA, de 1975 a 1991, mostrou que muitas pessoas tiveram ganhos econômicos significativos. A população foi dividida em cinco níveis econômicos no início do período de estudo. Ao final do período, porcentagens muito altas dos grupos mais baixos haviam passado para níveis mais altos. Porcentagens menores dos grupos de renda mais alta haviam caído para níveis mais baixos. O estudo mostra que, nos Estados Unidos, a maioria das pessoas não está presa na pobreza, mas tem condições de progredir economicamente e consegue fazer isso (veja 1).

APÊNDICE

Lista categorizada de fatores que capacitam uma nação a superar a pobreza

A. O sistema econômico da nação (detalhes no capítulo 4)

A nação tem uma economia de livre mercado. (1-2)

A nação tem a posse privada da propriedade bastante difundida. (1-2)

A nação tem um processo fácil e rápido para as pessoas obterem a posse legal e documentada da propriedade. (1-2)

A nação mantém uma moeda estável. (1-2)

A nação tem taxas de impostos relativamente baixas. (1-2)

A nação está melhorando anualmente o seu índice internacional de liberdade econômica. (1)

B. O governo da nação (detalhes no capítulo 7)

Cada indivíduo dentro da nação é igualmente responsável diante da lei (incluindo-se as pessoas ricas e poderosas). (1-2)

Os tribunais da nação não mostram favoritismo ou tendenciosidade; somente fazem cumprir imparcialmente a justiça. (1)

Suborno e corrupção ocorrem raramente nos órgãos do governo e são rapidamente punidos quando descobertos. (1-2)

O governo da nação tem poder adequado para manter a estabilidade governamental e prevenir o crime. (1-2)

Há mecanismos adequados para limitar os poderes do governo da nação para que as liberdades pessoais sejam protegidas. (1-2)

Os poderes do governo são claramente divididos entre os níveis nacional, regional e local, e também entre diferentes órgãos em cada nível. (1-2)

O governo presta contas ao povo por meio de eleições regulares, justas e abertas, e também através da liberdade de imprensa e do livre acesso à informação sobre atividades governamentais. (1-2)

O governo protege adequadamente os cidadãos contra o crime. (1-2)

O governo protege adequadamente os cidadãos contra epidemias de doenças. (1-2)

O sistema jurídico da nação protege adequadamente as pessoas e as empresas contra a quebra de contratos. (1-2)

O sistema jurídico da nação protege adequadamente as pessoas e as empresas contra violações de patentes e direitos autorais. (1-2)

O governo efetivamente protege a nação contra invasões estrangeiras. (1-2)

O governo evita guerras inúteis de conquista contra outras nações. (1-2)

As leis da nação protegem o país contra a destruição de seu meio ambiente. (1-2)

A nação exige a educação universal das crianças até o nível em que se tornem capazes de se sustentar e contribuir positivamente para a sociedade. (1-2)

As leis da nação protegem e dão alguns incentivos econômicos a estruturas familiares estáveis. (1-2)

As leis da nação protegem a liberdade de religião para todos os grupos religiosos e oferecem alguns benefícios às religiões em geral. (1-2)

C. As liberdades da nação (detalhes no capítulo 8)

Todos os membros da nação têm a liberdade de possuir propriedade. (1)

Todos os membros da nação têm a liberdade de comprar e vender bens e serviços, de modo que não haja monopólios protegidos. (1)

Todos os membros da nação têm a liberdade de viajar e transportar bens a qualquer lugar dentro do território nacional. (1-2)

Todos os membros da nação têm a liberdade de se mudar para qualquer lugar do território nacional. (1-2)

Todos os membros da nação têm a liberdade de comercializar com outros países sem ter que lidar com quotas ou tarifas restritivas. (1-2)

Todos os membros da nação têm a liberdade de iniciar e registrar uma empresa de forma rápida e barata. (1-2)

Todos os membros da nação estão livres de regulamentos governamentais opressivos e onerosos. (1-2)

Todos os membros da nação estão livres de exigências de suborno. (1-2)

Todos os membros da nação têm a liberdade de trabalhar em qualquer ocupação que escolherem. (1-2)

Todo trabalhador da nação tem a liberdade de ser recompensado por seu trabalho em um nível que motive o bom desempenho no trabalho. (1-2)

Todo empregador tem a liberdade de contratar e demitir funcionários com base no desempenho em serviço e nos ciclos econômicos. (1-2)

Todo empregador da nação tem a liberdade de contratar e promover funcionários com base no mérito, sem considerar relacionamentos pessoais ou parentesco. (1-2)

Todos na nação têm a liberdade de utilizar sabiamente os recursos naturais, e particularmente de utilizar qualquer tipo de recurso energético. (1-2)

Todos os membros da nação têm a liberdade de promover mudanças nos meios de trabalho e produção e de adotar outros mais atuais e eficazes. (1-2)

Todos os membros da nação têm a liberdade de acesso ao conhecimento útil, às invenções e aos avanços tecnológicos. (1-2)

Todos os membros da nação têm a liberdade de ter acesso à educação. (1)

As mulheres têm as mesmas liberdades educacionais, econômicas e políticas que os homens. (1-2)

Todos as pessoas que vivem na nação, seja qual for sua origem nacional, religiosa, racial ou étnica, têm as mesmas liberdades educacionais, econômicas e políticas. (1-2)

Todos os membros da nação têm liberdade para melhorar a condição social e econômica. (1-2)

Todos os membros da nação têm a liberdade de enriquecer por meios legítimos. (1-2)

D. Os valores da nação (detalhes no capítulo 9)

A sociedade em geral acredita que há um Deus que julgará todas as pessoas por suas ações. (1-2)

A sociedade em geral acredita que Deus aprova diversos traços de personalidade relativos ao trabalho e à produtividade. (1-2)

A sociedade em geral valoriza a honestidade. (1-2)

A sociedade em geral respeita a posse privada da propriedade. (1-2)

A sociedade em geral honra vários outros valores morais. (1-2)

A sociedade em geral acredita que existem tanto o bem quanto o mal em cada coração humano. (1)

A sociedade em geral acredita que os indivíduos são responsáveis por seus atos. (1-2)

A sociedade em geral atribui grande valor à liberdade individual. (1-2)

A sociedade em geral se opõe à discriminação com base em raça, gênero ou religião. (1-2)

A sociedade em geral honra o casamento entre um homem e uma mulher. (1-2)

A sociedade em geral valoriza a permanência no casamento e tem um baixo índice de divórcios. (1-2)

A sociedade em geral acredita que os seres humanos são mais importantes do que todas as demais criaturas na terra. (1-2)

A sociedade em geral acredita que a terra existe para o uso e benefício dos seres humanos. (1-2)

A sociedade em geral acredita que o desenvolvimento econômico é uma coisa boa e revela a excelência da terra. (1-2)

A sociedade em geral acredita que os recursos da terra jamais se esgotarão. (1-2)

A sociedade em geral acredita que a terra é ordenada e que ela pode ser racionalmente investigada. (1-2)

A sociedade em geral acredita que a terra é um lugar de oportunidade. (1-2)

A sociedade em geral acredita que o tempo é linear e que, portanto, há esperança de melhoria na vida dos seres humanos e das nações. (1-2)

A sociedade em geral acredita que o tempo é um recurso valioso e deve ser usado com sabedoria. (1-2)

A sociedade em geral manifesta um desejo generalizado de melhorar de vida, de viver melhor, de inovar e de se tornar mais produtiva. (1)

A sociedade em geral está aberta à mudança, e as pessoas, portanto, trabalham para solucionar problemas e melhorar as coisas. (1-2)

A sociedade em geral honra o trabalho produtivo. (1-2)

A sociedade em geral honra as pessoas, empresas, invenções e carreiras economicamente produtivas. (1-2)

Os empresários e trabalhadores da sociedade em geral entendem que suas empresas são principalmente um meio de prover aos consumidores coisas de valor, pelas quais receberão um pagamento de acordo com esse valor. (1-2)

A sociedade em geral atribui grande valor à poupança, e não ao gasto. (1)

A sociedade em geral acredita que ganhos mútuos resultam de trocas voluntárias e que, portanto, um negócio é “bom” se trouxer benefícios tanto para o

comprador como para o vendedor. (1-2)

A sociedade em geral valoriza o conhecimento independentemente de sua fonte e o torna amplamente acessível. (1-2)

A sociedade em geral valoriza uma força de trabalho altamente qualificada. (1-2)

A sociedade em geral pressupõe que deve haver uma base racional para o conhecimento e canais reconhecidos para propagar e experimentar o conhecimento. (1-2)

A sociedade em geral demonstra uma disposição humilde de aprender de outras pessoas, outras nações e membros de outras religiões. (1-2)

A sociedade em geral acredita que o propósito do governo é servir a nação e trazer benefício para todo o povo. (1-2)

A sociedade em geral acredita que o governo deve punir o mal e promover o bem. (1-2)

A sociedade em geral valoriza o patriotismo e reforça um senso comum de identidade e propósito da nação. (1-2)

A sociedade em geral atribui mais importância à família, aos amigos e à alegria de viver do que à riqueza material. (1-2)

A sociedade em geral atribui mais importância ao bem-estar espiritual e a um relacionamento com Deus do que à riqueza material. (1-2)

BIBLIOGRAFIA

Acemoglu, Daron; Robinson, James A. Why nations fail: the origins of power, prosperity and poverty (New York: Crown Publishers, 2012).

_____. Por que as nações fracassam: as origens do poder, da prosperidade e da pobreza. Tradução de Cristina Serra (Rio de Janeiro: Campus, 2012). Tradução de: Why nations fail.

Aikman, David. The Beijing factor: how Christianity is transforming China and changing the global balance of power (Oxford: Monarch, 2003).

Anderson, Terry. “The right to own property on reservations”. PERC Reports 30, n. 2 (Summer/Fall 2012).

Aristotle. Politics. Tradução para o inglês de H. Rackham. Loeb Classical Library (Cambridge: Harvard University Press, 1932).

_____. [Aristóteles] A política. Tradução de Nestor Silveira Chaves. (São Paulo: Lafonte, 2012). Tradução de: La politique.

Asmus, Barry. The best is yet to come (Phoenix: Ameripress, 2001).

Asmus, Barry; Billings, Donald B. Crossroads: the great American experiment: the rise, decline, and restoration of freedom and the market economy (Lanham: University Press of America, 1984).

Asmus, Barry; Grudem, Wayne. “Property rights inherent in the eighth commandment are essential for human flourishing”. In: Philip J. Clements, org. Business ethics today: stealing (Philadelphia: Center for Christian Business Ethics Today, 2011). p. 119-36.

Axelrod, Robert. The evolution of cooperation (New York: Basic Books, 1984).

_____. A evolução da cooperação. Tradução de Jusella Santos (São Paulo: Leopardo, 2010). Tradução de: The evolution of cooperation.

Banerjee, Abhijit Vinayak et al. Making aid work (Cambridge: The MIT Press, 2007).

Bastiat, Frédéric. Economic harmonies (Irvington: Foundation for Economic Education, 1997).

Bauer, P. T. Equality, the third world, and economic delusion (Cambridge: Harvard University Press, 1981).

Baumol, William J.; Litan, Robert E.; Schramm, Carl J. Good capitalism, bad capitalism, and the economics of growth and prosperity (New Haven: Yale University Press, 2007).

BBC News. “Germany: nuclear power plants to close by 2022”. Disponível em: http://www.bbc.co.uk/news/world-europe-13592208. Acesso em: 30 mai. 2011.

_____. “Indonesia’s Muhammad Nazaruddin guilty of corruption”. Disponível em: http://www.bbc.co.uk/news/world-asia-17781379. Acesso em: 20 abr. 2012.

Beisner, E. Calvin. Prosperity and poverty (Westchester: Crossway, 1988).

_____. “Stewardship in a free market”. In: Michael Bauman, org. Morality and the marketplace (Hillsdale: Hillsdale College Press, 1994).

_____. Where garden meets wilderness: Evangelical entry into the environmental debate (Grand Rapids: Eerdmans and Acton Institute, 1997).

Berlinski, Claire. There is no alternative: why Margaret Thatcher matters (New York: Basic Books, 2008).

Berman, Harold. Law and revolution: the formation of the Western legal tradition (Cambridge: Harvard University Press, 1983).

_____. Direito e revolução: a formação da tradição jurídica ocidental. Tradução de Eduardo Takemi Kataoka (São Leopoldo: Unisinos, 2006). Tradução de: Law and revolution.

Bernstein, William J. The birth of plenty: how the prosperity of the modern world was created (New York: McGraw-Hill, 2004).

Billington, James H. Fire in the minds of men (New York: Basic Books, 1980).

Blomberg, Craig. Neither poverty nor riches (Grand Rapids: Eerdmans, 1999).

Bloom, Josh. “Should patents on pharmaceuticals be extended to encourage innovation? Yes: innovation demands it”. The Wall Street Journal, January 23, 2012.

Boudreaux, Donald J. “Comparative advantage”. In: Henderson, David R., org. The concise encyclopedia of economics (Indianapolis: Liberty Fund, 2008).

Brooks, Arthur C. The battle: how the fight between free enterprise and big government will shape America’s future (New York: Basic Books, 2010).

Carson, Clarence B. “The founding of the American republic: 6. The mercantile impasse”. The Freeman 22, n. 1 (January 1972).

Catherwood, H. F. R. The Christian in industrial society (London: Tyndale, 1964).

Central Intelligence Agency. CIA World Factbook. Disponível em: https://www.cia.gov/library/publications/the-world-factbook/rankorder/2004rank.html.

Chaudhuri, K. N. The trading world of Asia and the English East India Company 1660–1760 (Cambridge: Cambridge University Press, 1978).

Claar, Victor. Fair trade? Its prospects as a poverty solution (Grand Rapids: Poverty Cure, 2012).

Clark, J. R.; Lee, Dwight R.. “Markets and morality”. Cato Journal 31, n. 2 (Winter 2011).

Coleson, Edward. “Capitalism and morality”. In: Mark W. Hendrickson, org. The morality of capitalism (Irvington: Foundation for Economic Education, 1996).

Collier, Paul. The bottom billion: why the poorest countries are failing and what can be done about it (Oxford: Oxford University Press, 2007).

Corbett, Steve; Fikkert, Brian. When helping hurts: how to alleviate poverty without hurting the poor — and yourself (Chicago: Moody, 2009).

Courtois, Stéphane; Kramer, Mark. The black book of communism: crimes, terror, repression (Cambridge: Harvard University Press, 1999).

_____. O livro negro do comunismo: crimes, terror e repressão. Tradução de Caio Meira (Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001). Tradução de: Le livre noir du communisme.

Cox, W. Michael; Alm, Richard. “Creative destruction”. In: Henderson, David R., org. The concise encyclopedia of economics (Indianapolis: Liberty Fund, 2008).

Das, Gucharan. India unbound (New York: Alfred Knopf, 2001).

Denny, Charlotte. “Suharto, Marcos and Mobutu head corruption table with $50bn scams”. The Guardian (UK). Disponível em: http://www.guardian.co.uk/world/2004/mar/26/indonesia.philippines. Acesso em: 26 mar. 2004.

De Soto, Hernando. The mystery of capital: why capitalism triumphs in the West and fails everywhere else (New York: Basic Books, 2000).

_____. O mistério do capital: por que o capitalismo dá certo nos países

desenvolvidos e fracassa no resto do mundo. Tradução de Zaida Maldonado (Rio de Janeiro: Record, 2001). Tradução de: The mystery of capital.

Diamond, Jared. Guns, germs, and steel: the fates of human societies (New York: W. W. Norton, 1999).

_____. Armas, Germes e aço: os destinos das sociedades humanas. Tradução de Silvia de Souza Costa; Cynthia Cortes; Paulo Soares (Rio de Janeiro: Record, 2007). Tradução de: Guns, germs and steel.

Dillard, Dudley, Economic development of the North Atlantic Community: historical introduction to modern economics (Englewood Cliffs: Prentice-Hall, 1967).

Drescher, Seymore; Engerman, Stanley L. A historical guide to world slavery (Oxford: Oxford University Press, 1998).

D'Souza, Dinesh. What's so great about America (New York: Penguin, 2002).

Easterly, William. The elusive quest for growth: economists' adventures and misadventures in the tropics (Cambridge: The MIT Press, 2001).

_____. O espetáculo do crescimento: as aventuras e desventuras dos economistas na incessante busca pela prosperidade nos trópicos. Tradução de Alice Xavier (Rio de Janeiro: Ediouro, 2004). Tradução de: The elusive quest for growth.

_____. The white man's burden: why the West's efforts to aid the rest have done so much ill and so little good (New York: Penguin, 2006).

Evans, M. Stanton. The theme is freedom: religion, politics, and the American tradition (Washington: Regnery, 1994).

Ferguson, Niall. Civilization: the West and the rest. (New York: Penguin, 2011).

_____. Civilização: Ocidente x Oriente. Tradução de Janaína Marcoantonio (São Paulo: Planeta, 2012). Tradução de: Civilization.

Forbes, Steve; Ames, Elizabeth. How capitalism will save us: why free people and free markets are the best answer in today's economy (New York: Crown Business, 2009).

Friedman, Benjamin. The moral consequences of economic growth (New York: First Vintage Books, 2005).

_____. As consequências morais do crescimento econômico. Tradução de Renato Bittencourt (Rio de Janeiro: Record, 2009). Tradução de: The moral consequences of economic growth.

Friedman, Milton. Capitalism and freedom: a leading economist's view on the proper role of competitive capitalism (Chicago: University of Chicago Press, 1962).

_____. Capitalismo e liberdade. Tradução de Luciana Carli (São Paulo: Nova Cultural, 1988). Tradução de: Capitalism and freedom.

_____. "Created equal". Free to choose. Série de palestras em vídeo. Parte 5. Disponível em: http://www.freetochoose.tv.

_____. “The Hong Kong experiment”. Hoover Digest 3, July 30, 1998. Disponível em: http://www.hoover.org/publications/hoover-digest/article/7696.

Friedman, Milton; Friedman, Rose. Free to choose: a personal statement. New York: Harcourt Brace Jovanovich, 1980.

_____. Liberdade de escolher. Tradução de Ruy Jungmann (Rio de Janeiro: Record, 1980). Tradução de: Free to choose.

“From hero to knave”. The Economist. Disponível em: http://www.economist.com/node/21560872. Acesso em: 25-31 ago. 2012.

Gilder, George. Wealth and poverty (New York: Basic Books, 1981).

Gorman, Linda. “Discrimination”. In: Henderson, David R., org. The concise encyclopedia of economics (Indianapolis: Liberty Fund, 2008).

Gresham, Perry E. “Think twice before you disparage capitalism”. The Freeman 27, n. 3 (March 1977). Disponível em: http://www.thefreemanonline.org/features/think-twice-before-you-disparage-capitalism/.

Griffiths, Brian. The creation of wealth (London: Hodder and Stoughton, 1984).

Grudem, Wayne. Business for the glory of God (Wheaton: Crossway, 2003).

_____. Negócios para a glória de Deus. Tradução de Neuza Batista da Silva (São Paulo: Cultura Cristã, 2006). Tradução de: Business for the glory of God.

_____, org.. ESV study Bible (Wheaton: Crossway, 2009).

_____. Politics — according to the Bible (Grand Rapids: Zondervan, 2010).

_____. Política segundo a Bíblia: princípios que todo cristão deve conhecer. Tradução de Susana Klassen (São Paulo: Vida Nova, 2014). Tradução parcial de: Politics according to the Bible.

Guest, Robert. The shackled continent: Africa's past, present, and future (London: Macmillan, 2004).

Gwartney, James; Stroup, Richard L. Economics: private and public choice (New York: Harcourt Brace Jovanovich, 1987).

Gwartney, James; Lawson, Robert; Hall, Joshua. Economic freedom of the world: 2012 annual report (Vancouver: Fraser Institute, 2012).

Haber, Stephen; North, Douglass C.; Weingast, Barry R. "The poverty trap". Hoover Digest 4 (October 30, 2002).

Hanwerker, W. Penn. “Fiscal corruption and the moral economy of resource acquisition”. In: Isaac, Barry L., org. Research in economic anthropology (Greenwich: JAI Press, 1987).

Hardin, Garrett. “The tragedy of the commons”. Science 162, n. 3859 (1968).

Harrison, Lawrence E. The central liberal truth: how politics can change a culture and save it from itself (Oxford: Oxford University Press, 2006).

Hayek, Friedrich A. The road to serfdom (Chicago: University of Chicago Press, 1944). Reimpr. (Washington: Heritage Foundation, 1994).

_____. O caminho da servidão. Tradução de Anna Maria Capovilla; José Italo Stelle; Liane de Morais Ribeiro (Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1994). Tradução de: The road to serfdom.

_____. “The use of knowledge in society”. American Economic Review 35, n. 4 (September 1945).

Heckscher, Eli. Mercantilism (New York: Macmillan, 1955), 2 vols.

HELP (Helping to Enhance the Livelihood of People Around the Globe) Commission. Report on foreign assistance reform (December 7, 2007), 24. Disponível em: http://www.americanprogress.org/wp-content/uploads/issues/2007/12/pdf/beyond_assistence.pdf.

Henderson, David R. “Rent seeking”. In: Henderson, David R., org. The concise encyclopedia of economics (Indianapolis: Liberty Fund, 2008).

Hessen, Robert. “Capitalism”. In: Henderson, David R., org. The concise encyclopedia of economics (Indianapolis: Liberty Fund, 2008).

Hill, Austin; Rae, Scott. The virtues of capitalism: a moral case for free markets (Chicago: Northfield, 2010).

Hill, P. J. “Environmental problems under socialism”. Cato Journal 12, n. 2 (Fall 1992).

_____. “Markets and morality”. In: Hendrickson, Mark W., org. The morality of capitalism (Irvington: Foundation for Economic Education, 1996).

iPolitics. “Ex-Indonesia bank official found guilty of bribery”. Disponível em: http://www.ipolitics.ca/2012/09/27/ex-indonesia-bank-official-found-guilty-of-bribery/. Acesso em: 27 set. 2012.

Kaidantzis, Janet Beales. “Property rights for ‘Sesame Street’”. In: Henderson, David R., org. The concise encyclopedia of economics (Indianapolis: Liberty Fund, 2008).

Keynes, John Maynard. Economic consequences of the peace (New York: Harcourt, Brace and Howe, 1920).

_____. As consequências econômicas da paz. Tradução de Sérgio Bath (Brasília: Ed. UnB/ IPRI, 2002). Tradução de: The economic consequences of the peace.

Khama, Seretse. “Why I gave up my throne for love”. Ebony 6, n. 8 (June 1951).

Kidd, Thomas. God of liberty: a religious history of the American revolution (New York: Basic Books, 2010).

Kirzner, Israel. Competition and entrepreneurship (Chicago: University of Chicago Press, 1973).

_____. Competição e atividade empresarial. Tradução de Ana Maria Sarda (Rio de Janeiro: Instituto Liberal, 1986). Tradução de: Competition and entrepreneurship.

Laffer, Arthur. “The Laffer Curve: past, present, and future”. The Heritage Foundation Backgrounder, n. 176 (June 1, 2004).

LaHaye, Laura. “Mercantilism”. In: Henderson, David R., org. The concise encyclopedia of economics (Indianapolis: Liberty Fund, 2008).

Landes, David S. The wealth and poverty of nations: why some are so rich and some so poor (New York: W. W. Norton, 1999).

_____. A riqueza e a pobreza das nações: por que algumas são tão ricas e outras tão pobres. Tradução de Álvaro Cabral (Rio de Janeiro: Campus, 1999). Tradução de: The wealth and poverty of nations.

Larson, Jeffrey H. “The verdict on cohabitation vs. marriage”. Marriage and families, January 2001. Disponível em: http://marriageandfamilies.byu.edu/issues/2001/January/cohabitation.aspx.

Lerman, Robert I. “How do marriage, cohabitation, and single parenthood affect the material hardships of families with children?”. Disponível em: http://www.urban.org/publications/410539.html. Acesso em: 1.o jul. 2002.

_____. “Marriage and the economic well-being of families with children: a review of the literature”. Disponível em: http://www.urban.org/publications/410541.html. Acesso em: 1.o jul. 2002.

_____. “Married and unmarried parenthood and economic well-being: a dynamic analysis of a recent cohort”. Disponível em: http://www.urban.org/publications/410540.html. Acesso em: 1.o jul. 2002.

Locke, John. The second treatise of civil government. In: Hutchins, Robert Maynard; Adler, Mortimer J., orgs. Locke, Berkeley, Hume: great books of the Western world (London: Oxford University Press, 1952), vol. 35.

Lomborg, Bjorn. The skeptical environmentalist (Cambridge: Cambridge University Press, 2001).

_____. O ambientalista cético: revelando a real situação do mundo. Tradução de Ivo Korytowski; Ana Beatriz Rodrigues (Rio de Janeiro: Campus, 2002). Tradução de: The skeptical environmentalist.

Makarewicz, Joseph C.; Bertram, Paul. “Evidence for the restoration of the Lake Erie ecosystem”. BioScience 41 (January 1991). Disponível em: http://www.epa.gov/greatlakes/monitoring/publications/articles/restore_lake_erie.

Mankiw, N. Gregory. Principles of economics (Orlando: Dryden Press, 1998).

_____. Introdução à economia. Tradução de Allan Vidigal Hastings; Elisete Paes Lima (São Paulo: Cengage Learning, 2011). Tradução de: Principles of economics (5. ed.).

Maranz, David. African friends and money matters (Dallas: SIL International, 2001).

Marx, Karl. Critique of the Gotha program (Rockville: Wildside Press, 2008).

_____. Crítica do programa de Gotha. Tradução de Rubens Enderle (São Paulo: Boitempo, 2012). Tradução de: Kritik des Gothaer Programms.

_____. Das Kapital (Washington: Regnery, 2000).

_____. O capital: crítica da economia política. Tradução de Reginaldo Sant'Anna (Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014). Tradução de: Das Kapital.

Marx, Karl; Engels, Friedrich. Communist manifesto (1848; reimpr. New York: Monthly Review Press, 1968).

_____. Manifesto comunista. Tradução de Marcus Mazzari (São Paulo: Hedra, 2010). Tradução de: Manifest der kommunistichen Partei.

_____. The Marx-Engels reader. Edição de Robert C. Tucker (New York: Norton, 1972).

Mauldin, John; Tepper, Jonathan. Endgame: the end of the debt supercycle and how it changes everything (Hoboken: John Wiley & Sons, 2011).

McCloskey, Deirdre. Bourgeois dignity (Chicago: University of Chicago Press, 2010).

Meltzer, Milton. Slavery: a world history (Cambridge: Da Capo Press, 1993).

_____. História ilustrada da escravidão. Tradução de Mauro Silva (Rio de Janeiro: Ediouro, 2004). Tradução de: Slavery, a world history.

Middelmann, Udo. Christianity versus fatalistic religions in the war against

poverty (Colorado Springs: Paternoster, 2007).

Miller, Darrow L.; Guthrie, Stan. Discipling nations: the power of truth to transform Cultures (Seattle: YWAM, 1998).

_____. Discipulando nações: o poder da verdade para transformar culturas. Tradução de Isabel Zwahlen (Curitiba: FatoÉ Publicações/ Harvest Brasil, 2003). Tradução de: Discipling nations.

Miller, Terry; Holmes, Kim R.; Feulner, Edwin, orgs. 2012 Index of economic freedom (Washington/New York: Heritage Foundation/The Wall Street Journal, 2012).

Milton, Giles. White gold: the extraordinary story of Thomas Pellow and Islam's one million white slaves (New York: Farrar, Straus & Giroux, 2004).

Moore, Stephen. Who's the fairest of them all? (New York: Encounter Books, 2012).

Moore, Stephen; Simon, Julian. It's getting better all the time: greatest trends of the last 100 years (Washington: Cato Institute, 2000).

Moyo, Dambisa. Dead aid: why aid is not working and how there is a better way for Africa (New York: Farrar, Straus & Giroux, 2009).

Mungazi, Dickson. We shall not fail: values in the national leadership of Seretse Khama, Nelson Mandela, and Julius Nyerere (Trenton: Africa World Press, 2005).

Murray, Charles A. In pursuit of happiness and good government (New York: Simon and Schuster, 1989).

National Tax Journal. “Income mobility in the United States: new evidence from income Tax Data”, 62, n. 2 (June 2009).

Norberg, Johan. In defense of global capitalism (Washington: Cato Institute, 2003).

North, Douglass C.; Thomas, Robert Paul. The rise of the Western world: a new economic history (Cambridge: Cambridge University Press, 1976).

Novak, Michael. The spirit of democratic capitalism (New York: Simon and Schuster, 1982).

_____. O espírito do capitalismo democrático. Tradução de Hélio Pólvora (Rio de Janeiro: Nórdica, [1982]). Tradução de: The spirit of democratic capitalism.

Oheson, James R. “An audacious promise: the moral case for capitalism”. Manhattan Institute n. 12 (May 2012).

Parke, Mary. “Are married parents really better for children?”. Center for Law and Social Policy, May 2003. Disponível em: http://www.clasp.org/admin/site/publications_archive/files/0128.pdf.

Peron, James. “The sorry record of foreign aid in Africa”. The Freeman 51, n. 8 (August 2001). Disponível em: http://www.thefreemanonline.org/features/the-sorry-record-of-foreign-aid-in-africa/.

Powell, Jim. The triumph of liberty (New York: Free Press, 2000).

Prager, Dennis. Still the best hope (New York: HarperCollins, 2012).

Prahalad, C. K. The fortune at the bottom of the pyramid (Upper Saddle River: Wharton, 20005.

_____. A riqueza na base da pirâmide: erradicando a pobreza com o lucro. Tradução de André de Godoy Vieira (Porto Alegre: Bookman, 2010). Tradução de: The fortune at the bottom of the pyramid.

Rabushka, Alvin. “Taxation, economic growth, and liberty”. Cato Journal 7, n. 1 (Spring/Summer 1987).

Rahn, Richard W. “Price controls can be lethal”. Washington Times. Disponível em: http://www.washingtontimes.com/news/2003/oct/28/ 20031028-083515-6228r/?page=all. Acesso em: 28 out. 2003.

Read, Leonard. I, Pencil: my family tree as told to Leonard E. Read (Irvington: Foundation for Economic Education, 2006).

Reagan, Ronald. “Encroaching control”. Discurso proferido na Câmara do Comércio de Phoenix, Arizona, 30 mar. 1961.

Rector, Robert. “Marriage: America’s greatest weapon against child poverty”. Heritage Foundation Special Report. Disponível em: http://www.heritage.org/research/reports/2012/09/marriage-americas-greatest-weapon-against-child-poverty#_ftn1. Acesso em: 5 set. 2012.

Regnerus, Mark. “How different are the adult children of parents who have same-sex relationships? Findings from the new family structures study”. Social Science Research 41 (2012). Disponível em: http://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S0049089X12000610.

Richards, Jay W. Money, greed, and God: why capitalism is the solution and not the problem (New York: HarperOne, 2009).

Ridley, Matt. The rational optimist: how prosperity evolves (New York: HarperCollins, 2010).

_____. O otimista racional: por que o mundo melhora. Tradução de Ana Maria Mandim (Rio de Janeiro: Record, 2014). Tradução de: The rational optimist.

“The Romney Hood Fairy Tale”. The Wall Street Journal, August 8, 2012, Seção Review and Outlook.

Rothbard, Murray N. “Free market”. In: Henderson, David R., org. The concise encyclopedia of economics (Indianapolis: Liberty Fund, 2008).

_____. “Mercantilism: a lesson for our times”. The Freeman 13, n. 11 (November 1963). Disponível em: https://mises.org/daily/4304.

Sachs, Jeffrey. The end of poverty (New York: Penguin, 2005).

_____. O fim da pobreza: como acabar com a miséria mundial nos próximos vinte anos. Tradução de Pedro Maia Soares (São Paulo: Companhia das Letras, 2005). Tradução de: The end of poverty.

Sawyer, John E. “Entrepreneurial error and economic growth”. Explorations in Entrepreneurial History 4 (May 1952).

Schluter, Michael; Ashcroft, John. Jubilee manifesto: a framework, agenda & strategy for Christian social reform (Leicester: Inter-Varsity, 2005).

Schmidt, Alvin. How Christianity changed the world (Grand Rapids: Zondervan, 2004).

Schumpeter, Joseph A. Capitalism, socialism, and democracy (Taylor & Francis

e-Library, 2003).

_____. Capitalismo, socialismo e democracia. Tradução de Sergio Goes de Paula (Rio de Janeiro: Zahar, 1984). Tradução de: Capitalism, socialism and democracy.

Sharansky, Natan. The case for democracy (New York: Public Affairs, 2004).

Shenfield, Arthur. “Capitalism under the tests of ethics”. Imprimis 10, n. 12 (December 1981).

Sider, Ron. Rich Christians in an age of hunger (Nashville: Thomas Nelson, 2005).

_____. Cristãos ricos em tempos de fome. Tradução e adaptação de Enio R. Mueller. (São Leopoldo: Sinodal, 1984). Adaptação de: Rich Christians in an age of hunger.

Simon, Julian, org. The state of humanity (Oxford/Cambridge: Blackwell, 1995).

_____. The ultimate resource 2 (Princeton: Princeton University Press, 1996).

Singh, Manmohan. Palestra proferida na Universidade de Oxford por ocasião do recebimento de título honorário. 8 jul. 2005. Transcrição publicada em The

Hindu. Disponível em: http://www.hindu.com/nic/0046/pmspeech.htm.

Sirico, Robert. Defending the free market: the moral case for a free economy (Washington: Regnery, 2012).

Smith, Adam. An inquiry into the nature and causes of the wealth of nations. Edição de Edwin Cannan (1776; reimpr., New York: Modern Library, 1994).

_____. A riqueza das nações: investigação sobre sua natureza e suas causas. Tradução de Luiz João Baraúna (São Paulo: Nova Cultural, 1996). Tradução de: An inquiry into the nature and causes of the wealth of nations.

Sowell, Thomas. Knowledge and decisions (New York: Basic Books, 1980).

Spence, Michael. The next convergence: the future of economic growth in a multispeed world (New York: Farrar, Straus & Giroux, 2011).

_____. Os desafios do futuro da economia: o crescimento econômico mundial nos países emergentes e desenvolvidos. Tradução de Leonardo Abramowicz (Rio de Janeiro: Campus, 2011). Tradução de: The next convergence.

Stanley, Thomas; Danko, William. The millionaire next door (New York: Pocket Books, 1996).

_____. O milionário mora ao lado: os surpreendentes segredos dos ricaços americanos. Tradução de Isa Mara Lando (São Paulo: Manole, 1999). Tradução de: The millionaire next door.

Stanton, Evan M. The theme is freedom: religion, politics, and the American tradition (Washington: Regnery, 1994).

Stern, Sheldon M. “The Atlantic slave trade — the full story”. Academic Questions (Summer 2005).

Suddath, Claire. “It’s illegal for monks to sell caskets in Louisiana”. Bloomberg Businessweek. Disponível em: http://www.businessweek.com/articles/2012-06-01/its-illegal-for-monks-to-sell-caskets-in-louisiana. Acesso em: 1 jun. 2012.

Taurel, Sidney. “Hands off my industry”. The Wall Street Journal, November 3, 2003.

Time. “America’s sewage system and the price of optimism”. August 1, 1969. Disponível em: http://www.time.com/time/magazine/article/0,9171,901182,00.html.

_____. “War on rats”. May 31, 1976. Disponível em: http://www.time.com/time/magazine/article/0,9171,947662,00.html.

United Nations. UNAIDS Report on the Global AIDS Epidemic 2010, 180-207. Disponível em: http://www.unaids.org/globalreport/Global_report.htm.

U.S. Department of the Treasury. “Income mobility in the United States: 1996–2005”. Disponível em: http://www.treasury.gov/resource-center/tax-policy/Documents/incomemobilitystudy03-08revise.pdf. Acesso em: 13 nov. 2007.

Viner, Jacob. Studies in the theory of international trade. (New York: Harper and Brothers, 1937).

Von Mises, Ludwig. Human action: a treatise on economics (Chicago: Henry Regnery, 1966).

_____. Ação humana: um tratado de economia. Tradução de Donald Stewart, Jr. (Rio de Janeiro: Instituto Liberal, 1995). Tradução de: Human action.

Waite, Linda J.; Gallagher, Maggie. The case for marriage: why married people are happier, healthier, and better off financially (New York: Doubleday, 2000).

Wallerstein, Judith S.; Blakeslee, Sandra. Second chances: men, women, and children a decade after divorce (New York: Ticknor & Fields, 1989).

_____. Sonhos e realidades no divórcio: marido, mulher e filhos dez anos depois. Tradução de Elizabeth Larrabure Costa Correa (São Paulo: Saraiva, 1991). Tradução de: Second chances.

Weber, Max. The protestant ethic and the spirit of capitalism. Tradução de

Talcott Parsons (1930; reimpr., Los Angeles: Roxbury, 1996).

_____. A ética protestante e o espírito do capitalismo. Tradução de M. Irene de Q. F. Szmrecsányi; Tamás J. M. K. Szmrecsányi (São Paulo: Pioneira, c1999). Tradução de: Die Protestantische Ethik und der Geist des Kapitalismus.

Wilcox, W. Bradford. Why marriage matters: twenty-one conclusions from the social sciences (New York: Institute for American Values, 2002).

Williams, Susan. Colour bar: the triumph of Seretse Khama and his nation (London: Penguin, 2006).

World Health Organization. “Weekly epidemiological record” (August 2012): 289. Disponível em: http://www.who.int/wer/2012/wer8731_32.pdf.

Wriston, Walter B. Risk and other four-letter words (New York: Harper and Row, 1986).

Yergin, Daniel. The quest: energy, security and the remaking of the modern world (New York: Penguin, 2011).

Zupan, Mark A. “The virtues of free markets”. Cato Journal 31, n. 2 (Spring/Summer 2011).

ÍNDICE REMISSIVO

A

aborto 1

Abraão 1

abstinência 1

abundância 1

abuso de drogas 1

Acabe 1

Acemoglu, Daron 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 22

Adão 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11

adultério 1, 2

Afeganistão 1

África

abuso dos ricos na 1

ajuda externa à 1, 2

conquista colonial da 1

controle governamental na 1

corrupção na 1

nepotismo na 1

pobreza na 1

propriedade tribal na 1

África do Sul 1

agricultura de subsistência 1, 2

AIDS 1, 2, 3, 4

ajuda. Veja ajuda externa

ajuda externa 1, 2, 3, 4, 5, 6

Albânia 1, 2

alcoolismo 1

alegria 1, 2

Alemanha

conquistas da 1

e ajuda externa 1

e a União Europeia 1

e colonização 1

educação na 1

e inflação 1

e transporte 1

hábitos de trabalho da 1

renda per capita da 1

alfabetização 1, 2

algodão 1, 2

amargura 1

Ames, Elizabeth 1

amigos 1, 2

analfabetismo 1, 2, 3

Ananias 1

anglobalização 1

animais 1

animismo 1, 2

Ano do Jubileu 1, 2, 3

ansiedade 1

Aoliabe 1

apóstolos 1, 2

Áquila 1

Arábia Saudita 1

Argélia 1

Argentina 1, 2, 3

aristocracia 1, 2

Aristóteles 1

armas 1

Armênia 1

Arrow, Kenneth 1

Asmus, Barry 1

Assuero 1

atraso 1

Austrália 1, 2

autocontrole 1

autoritarismo 1, 2, 3

B

Banerjee, Abhijit 1, 2, 3

barreiras 1, 2

Bate-Seba 1, 2, 3

Bates, Robert H. 1

Bauer, P. T. 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9

Baumol, William J. 1, 2, 3

Beisner, Calvin 1

Bélgica 1

bem 1, 2, 3

bem-estar 1

bênçãos 1, 2, 3

bens e serviços 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7

Berlinski, Claire 1

Berman, Harold 1

Bernstein, William 1

Bezalel 1

Bezos, Jeff 1

Bíblia

mandamentos da 1

sobre ajuda externa 1

sobre bens e serviços 1

sobre dívidas 1

sobre juízes 1

sobre liberdade 1

sobre propriedade 1, 2

sobre riqueza 1, 2

sobre suborno 1

biologia 1

boas obras 1

bondade 1

Botsuana 1, 2, 3, 4, 5

Brasil 1

Brooks, Arthur C. 1, 2

Brown, Gordon 1

Brozen, Yale 1

Buchanan, James 1

budismo 1, 2

Bulgária 1

burguesia 1, 2

C

caça 1

café 1, 2, 3, 4

calúnia 1

Camarões 1, 2

Camboja 1

Canadá 1, 2, 3

capitalismo 1, 2, 3

como espúrio 1, 2, 3

vs socialismo 1, 2

capitalismo clientelista 1, 2

capitalismo de Estado 1

capitalismo oligárquico 1, 2, 3

caridade 1, 2, 3

Carnegie, Andrew 1

casamento 1, 2, 3

catástrofes 1

Catherwood, Frederick 1

católicos romanos 1, 2, 3, 4

centralização 1

Chernobyl 1

Chile 1, 2, 3, 4

China

capitalismo da 1, 2

comunismo da 1, 2, 3, 4, 5, 6

crescimento da 1, 2, 3, 4

e confucionismo 1

e conhecimento 1, 2, 3

e filhos 1

e inflação 1

e produtividade 1

e propriedade 1

governo da 1

suborno na 1

Christian Aid 1, 2

Cingapura 1, 2, 3, 4

Claar, Victor 1, 2

classe média 1

cobiça 1

Coeficiente de Gini 1

colateralização 1

Coleson, Edward 1

coleta 1

coletivismo 1

Collier, Paul 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9

Colômbia 1

Colombo, Cristóvão 1

colonialismo 1, 2, 3

comércio 1, 2, 3

liberdade de 1

políticas de 1

compartilhar 1

competência 1

comprar 1

comunidade 1

comunismo

corrupção no 1

definição de 1

e igualdade 1, 2

e liberdade 1

e motivação 1

e propriedade 1

no livro de Atos? 1

concorrência 1, 2, 3

confiança 1

conflito 1

confucionismo 1, 2

conhecimento 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8

conquista humana 1

Constituição 1, 2

consumidores 1, 2, 3, 4

contingência 1

contratação 1

contratos 1, 2, 3, 4

Coolidge, Calvin 1

cooperação 1, 2, 3

Copérnico 1

Corbett, Steve 1, 2, 3, 4

Coreia do Norte

como ditadura 1

e patriotismo 1

e propriedade 1

e religião 1

hostilidade da 1

liberdade na 1, 2

riqueza na 1

Coreia do Sul 1, 2, 3

corrupção 1, 2, 3, 4, 5

cortesia 1, 2, 3

Cortez, Hernando 1, 2

cosmovisão 1, 2

crescimento

liberdade de 1

criação 1

criacionismo 1

criatividade 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8

crime 1, 2, 3, 4, 5

cristandade 1, 2

cristianismo 1

crítica 1

crueldade 1

Cuba 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7

cultura 1, 2, 3

Curva de Laffer 1, 2

custo de oportunidade 1

D

Danko, William 1

Davi 1, 2, 3, 4, 5, 6

DCBA (Desenvolvimento Comunitário com Base em Aptidões) 1

Deaton, Angus 1, 2

Declaração de Independência 1, 2

demissão 1

democracia 1, 2, 3

Demsetz, Harold 1

dependência 1, 2, 3, 4

depressão 1

desamparo 1

desejos ilimitados 1, 2, 3, 4

desempenho 1

desemprego 1, 2

desenvolvimento comunitário 1

desenvolvimento econômico 1, 2, 3, 4, 5

desesperança 1

desespero 1

desigualdade 1, 2, 3

desonestidade 1, 2

De Soto, Hernando 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8

dessalinização 1

destruição criativa 1, 2, 3

Deus

crença em 1, 2

glória de 1

providência de 1, 2

relacionamento com 1

Dez Mandamentos 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7

Diamond, Jared 1

dignidade 1

Dillard, Dudley 1

Dinamarca 1, 2

dinheiro 1, 2, 3, 4

direitos autorais 1

direitos humanos 1, 2, 3, 4

direito subjetivo 1, 2

discriminação 1

disparidade 1

distribuição 1

ditadura 1, 2

dívida 1

divórcio 1, 2

doadores profissionais 1, 2

doença 1, 2, 3, 4, 5

doenças 1, 2

domínio 1, 2, 3, 4, 5, 6

DSouza, Dinesh 1

dumping 1

E

Easterly, William 1, 2, 3, 4

economia 1

economia mista 1

educação 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7

egoísmo 1, 2, 3, 4, 5, 6

eleições 1

El Salvador 1

empreendedores 1, 2, 3, 4, 5, 6

empresas 1

empresas multinacionais 1, 2

empréstimos 1, 2, 3

energia 1

Engels, Friedrich 1, 2, 3

engenhosidade 1

equalizadores culturais 1

equidade 1

Eritreia 1

escolha 1, 2

escravidão 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7

Escrituras. Veja Bíblia

Espanha 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7

especialistas 1

especialização 1, 2, 3

estabilidade 1

Estado de bem-estar social 1

Estado de direito 1, 2, 3, 4

Estados Unidos 1, 2

Ester 1

ética protestante 1, 2

Etiópia 1, 2

Eva 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11

evangelho da prosperidade 1

evangelismo 1, 2

Evans, M. Stanton 1

evasão fiscal 1

evolucionismo 1, 2

expectativa de vida 1, 2

exploração 1

extorsão 1

Ezequiel 1

F

família 1, 2, 3

fatalismo 1, 2, 3

favoritismo 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7

felicidade 1, 2, 3

Ferguson, Niall 1, 2, 3, 4, 5, 6

feudalismo 1, 2, 3, 4

Fikkert, Brian 1, 2, 3, 4, 5

filhos 1

florescer 1, 2, 3, 4

florescimento humano 1, 2, 3, 4

Fogel, Robert 1

folclore 1

fome 1

Food for the Hungry 1

Forbes, Steve 1

Ford, Henry 1

França 1, 2

fraude 1, 2

Friedman, Benjamin 1

Friedman, Milton 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7

frustração 1

G

Galbraith, John Kenneth 1

Galileu 1

Gama, Vasco da 1

Gana 1, 2

ganância 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10

ganha-ganha 1, 2

gastar 1

Gates, Bill 1

gênero 1

generosidade 1

geografia 1

Gilder, George 1, 2, 3, 4

Goeltom, Miranda Swaray 1

Golias 1

golpes 1

Gorman, Linda 1
governo
de países pobres 1
divisão de poderes no 1
limites ao 1
poder do 1
prestação de contas 1
propósito do 1, 2
regulamentações do 1
restrições do 1
governo limitado 1
Grã-Bretanha
e a Revolução Industrial 1, 2, 3, 4
e colonização 1
e liberdade 1
e mercantilismo 1, 2
produtividade da 1
renda per capita da 1
graça comum 1, 2, 3
gratidão 1
Grécia 1

Griffiths, Brian 1

Grudem, Wayne 1, 2

Guatemala 1

guerras civis 1, 2

Guest, Robert 1, 2

guildas 1, 2

Guilherme de Orange 1

Gutenberg, Johannes 1

Guthrie, Stan 1

Gwartney, James 1

H

Haber, Stephen 1

Haiti 1, 2, 3

Hardin, Garrett 1

Harrison, Lawrence E. 1, 2, 3, 4, 5

Harvey, William 1

Hawking, Stephen 1

Hayek, Friedrich A. 1, 2, 3, 4, 5

Henderson, David R. 1

Hill, Austin 1

Hill, P. J. 1, 2, 3

hinduísmo 1, 2, 3

histórias de heroísmo 1

Hitler 1, 2

Holanda 1, 2, 3, 4

homicídio 1

homossexualidade 1

Honduras 1, 2, 3

honestidade 1

Hong Kong 1, 2, 3

hospitalidade 1

Hugo, Victor 1

huguenotes 1

humanidade 1, 2, 3, 4

humildade 1

humilhação 1

Hungria 1, 2

Hussein, Saddam 1, 2, 3

I

identidade nacional 1

Ieyasu, Tokugawa 1

ignorância 1

igualdade 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7

Ilhas Maurício 1

imagem de Deus

e criatividade 1, 2

e escravidão 1

e igualdade 1, 2, 3

e interesse próprio 1

e liberdade 1, 2

e pobreza 1

e propriedade 1

mulheres como 1

imaginação 1

imigração 1

imoralidade 1

imparcialidade 1

imperialismo 1

Império Otomano 1, 2, 3, 4

impostos 1, 2, 3

impotência 1

incentivos 1, 2, 3, 4, 5

Índia

capitalismo na 1

colonização da 1, 2

corrupção na 1, 2

crescimento da 1

e mobilidade social 1

e modernização 1, 2, 3

e propriedade 1

hinduísmo na 1

renda per capita da 1

indiferença 1

individualismo 1, 2

indivíduos 1, 2

Indonésia 1, 2

indústria farmacêutica 1

inferioridade 1

inflação 1, 2

informação 1, 2, 3, 4, 5

injustiça 1, 2, 3

inovação 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8

Inquisição 1, 2, 3, 4

instituições extrativistas 1, 2

instituições inclusivas 1, 2, 3, 4

integridade 1

interesse próprio 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7

Internet 1

intervenção 1

intervenção militar 1

intuição 1

invasão 1, 2

invenção 1, 2, 3

investigação racional 1

Irã 1, 2

Iraque 1

Irlanda 1

Islã

analfabetismo no 1, 2

corrupção no 1

e conhecimento 1, 2, 3, 4

e liberdade 1

e suborno 1

e valores 1

fatalismo do 1

vs outras religiões 1

isolamento 1, 2

Israel 1

Itália 1

J

Jacó 1

Jaime II 1

Jamaica 1

Japão

capitalismo no 1

crescimento do 1

e automóveis 1, 2, 3

e filhos 1

e mulheres 1

ética de trabalho do 1

isolamento do 1, 2, 3, 4

mobilidade social no 1

patriotismo no 1

renda per capita do 1

riqueza do 1

Jeroboão 1

Jesus

mandamentos de 1

sobre apóstolos 1

sobre a verdade 1

sobre casamento 1

sobre dinheiro 1

sobre evangelismo 1

sobre o próximo 1, 2

sobre o tempo 1

sobre riquezas 1

Jezabel 1

Jó 1, 2

Jobs, Steve 1

judaísmo 1

juízes 1

juízo 1, 2

juros 1

justiça 1, 2, 3, 4, 5

K

kabash 1, 2, 3

Kagame, Paul 1

Kennedy, John F. 1

Keynes, John Maynard 1

Khama, Seretse 1, 2, 3

Kirzner, Israel 1, 2

Klemp, Katherine Hussman 1

Knight, Frank 1

Kosovo 1

L

Labão 1

LaHaye, Laura 1

Landes, David S. 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20,

21, 22, 23, 24, 25, 26, 27, 28, 29, 30, 31, 32, 33, 34, 35, 36, 37, 38, 39

Leibnitz, Gottfried 1

Lenin, Vladimir 1

Levine, Ruth 1

liberdade 1, 2, 3, 4, 5

comercial 1

de crescimento econômico 1

de enriquecer 1

humana 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9

individual 1

na Bíblia 1

promoção da 1

religiosa 1, 2, 3, 4, 5, 6

Líbia 1

liderança 1, 2

limite de mandatos 1

Lincoln, Abraham 1

língua inglesa 1

Litan, Robert E. 1, 2

livre empresa 1

Locke, John 1

lucro pessoal 1

lucros 1, 2, 3

Lutero, Martinho 1

M

Macedônia 1

Machel, Samora 1

mal 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9

Malásia 1, 2

maldade 1

males estruturais 1

mandato cultural 1

mão invisível 1, 2, 3

maquinário 1

Maranz, David 1, 2, 3, 4, 5, 6

mar de Aral 1

Mariam, Mengistu Haile 1

marxismo 1, 2, 3, 4

Marx, Karl 1, 2

materialismo 1, 2, 3, 4

Matteo Ricci 1

Mauldin, John 1

medicamento 1, 2

medo 1

meio ambiente 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7

meios de produção 1

melhoria 1, 2, 3

mentira 1, 2, 3, 4

mercado de trabalho 1, 2

mercantilismo 1

mérito 1

México 1

Michael Spence 1

microcrédito 1, 2, 3

Middelmann, Udo 1

Miller, Darrow L. 1, 2

Mills, Paul 1

mitologia 1

mobilidade de renda 1, 2, 3

mobilidade econômica 1, 2, 3

mobilidade social 1, 2

Moçambique 1

modernização 1

moeda 1, 2, 3. Veja também dinheiro

moeda fiduciária 1

Moisés 1, 2

monarquia 1

monopólio 1, 2, 3

culpa pelo 1

e guildas 1

e mercantilismo 1

e recursos energéticos 1

na África 1, 2

na China 1

moralidade 1, 2

mordomia

e ética do trabalho 1

e florescimento humano 1

e propriedade 1, 2

na Bíblia 1, 2, 3

mordomos

e ética do trabalho 1

motivação 1

movimento fair trade 1, 2, 3, 4

Moyo, Dambisa 1, 2, 3, 4

muçulmanos. Veja Islã

mudança 1, 2, 3

mulheres 1

Myanmar 1, 2

N

Nabote 1

Nabucodonosor 1

nacional, foco 1

nacionalismo 1

nações ricas 1, 2

Natã 1

natureza humana 1, 2

necessidades limitadas 1, 2

Nepal 1

nepotismo 1

Newton, Isaac 1

Nigéria 1, 2

nivelamento 1

Noé 1

Norberg, Johan 1

North, Douglass 1, 2

Noruega 1, 2, 3

Novak, Michael 1, 2

Nova Zelândia 1, 2

Nyerere, Julius 1

O

Obama, Barack 1

obediência 1

obrigação 1, 2

ócio 1, 2, 3, 4

oferta 1, 2, 3, 4, 5

oportunidade 1

opressão 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7

organização 1, 2

orgulho 1, 2

P

padrão de vida 1, 2, 3

padronização 1

pais 1, 2

países em desenvolvimento 1, 2

Paquistão 1

parcialidade 1

paridade do poder de compra (PPC) 1

pastores 1

patentes 1, 2

paternalismo 1, 2

patriotismo 1

Paulo 1

como fabricante de tendas 1

sobre boas obras 1

sobre comida 1, 2

sobre escravidão 1

sobre governo 1, 2, 3

sobre juízo 1, 2

sobre liderança 1

sobre nações 1

sobre ócio 1

sobre parcialidade 1

sobre responsabilidade 1

sobre riqueza 1, 2

sobre trabalho 1, 2, 3, 4

pecado 1

Pedro 1, 2, 3, 4, 5

perdão da dívida 1, 2

peregrinos 1

perfeição 1

Peron, James 1

perseguições 1

pertencer

senso de 1

Peru 1, 2, 3

Pizarro, Francisco 1, 2

planejadores 1

Plano Marshall 1

Plano P.E.A.C.E. 1

pluralidade de presbíteros 1

pobres

ajudando os 1

pobreza

causas da 1, 2

complexidade da 1

definição de 1, 2

e doença 1

solução para a 1, 2, 3

poder 1

poder executivo 1

poder judiciário 1

poder legislativo 1

Polônia 1, 2

Pol Pot 1

poluição 1

pontualidade 1, 2, 3

população 1

Portugal 1, 2, 3, 4, 5

posse 1, 2, 3, 4, 5, 6

poupança 1

povos nativos norte-americanos 1, 2

prazer 1

preços 1, 2

preferências 1

preguiça 1, 2

prejuízos 1

Primeira Guerra Mundial 1

Priscila 1

procura 1, 2, 3, 4, 5

produção 1

produtividade 1, 2, 3, 4, 5

produto interno bruto 1, 2, 3, 4, 5

progresso 1, 2

proletariado 1

promoção 1

propriedade

abolição da 1

como fundamental 1

direito à 1, 2, 3

liberdade de possuir 1

na Bíblia 1, 2

respeito à 1

propriedade intelectual 1

propriedade tribal 1, 2

prosperidade 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7

protestantes 1, 2, 3, 4

providência 1, 2

próximo 1

punição 1, 2, 3

pureza sexual 1, 2

Q

quacres 1

qualidade 1, 2

Quênia 1

quotas 1, 2, 3

R

Rabushka, Alvin 1

raça 1

Rae, Scott 1

Read, Leonard 1

Reagan, Ronald 1, 2

receita tributária 1, 2, 3

recompensa 1, 2

recursos 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7

recursos naturais 1, 2, 3, 4, 5, 6

redistribuição da riqueza 1, 2

Reforma Protestante 1, 2, 3

Regra de Ouro 1, 2, 3

regulamentação 1

relacionamentos homossexuais 1

relacionamentos interpessoais 1

relocação 1

relógios 1, 2, 3

renda per capita 1, 2, 3

República Checa 1

República Democrática do Congo 1, 2

responsabilidade 1, 2, 3, 4

da humanidade 1

das mulheres 1

do governo 1

dos indivíduos 1

dos líderes 1

e propriedade tribal 1, 2

individual 1, 2

na Bíblia 1

promoção da 1

Restauração Meiji 1

Revolução Gloriosa 1, 2, 3

Revolução Industrial

e conhecimento 1, 2

e domínio 1

e Estado de direito 1

e inovação 1

e maquinário 1, 2

e o algodão 1

e transporte 1

expansão da 1

riqueza da 1, 2

revoluções 1

Richards, Jay W. 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7

Ridley, Matt 1, 2, 3, 4

riqueza 1, 2

risco 1

Robinson, James A. 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20

Romênia 1

Rothbard, Murray 1, 2

roubo 1, 2, 3, 4, 5

de propriedade 1, 2

de propriedade intelectual 1

de recursos naturais 1

e contratos 1

e o Estado de direito 1

suborno como 1

Rússia 1, 2, 3, 4, 5, 6

S

Sachs, Jeffrey 1, 2

sacrifício 1

Safira 1

salário 1

Salomão 1, 2, 3, 4

salvação 1

Samuel 1, 2, 3, 4

Satanás 1

saúde 1

Saul 1, 2

Schramm, Carl J. 1, 2, 3

Schumpeter, Joseph 1, 2, 3

Scottsdale Bible Church 1

secularismo 1

Segunda Guerra Mundial 1, 2, 3

segurança 1, 2

Seko, Mobutu Sese 1

seminários 1

Serra Leoa 1

Sérvia 1

serviço 1, 2

serviço postal 1

servidão 1

Sharansky, Natan 1, 2

Shenfield, Arthur 1

silêncio 1

Singh, Manmohan 1

Sirico, Robert 1

sistema de livre mercado

definição de 1, 2

funções do 1

sinalização do 1, 2, 3, 4

sistema econômico mundial 1

sistema judiciário 1

Slim, Carlos 1

Smith, Adam 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9

sobrevivência 1

socialismo 1, 2

definição de 1

na África 1

vs capitalismo 1, 2, 3

Somália 1, 2, 3

sorte 1, 2

Sowell, Thomas 1, 2

Stalin, Joseph 1

Stanley, Thomas 1

Stern, Sheldon M. 1

Stigler, George 1

Stroup, Richard L. 1

suborno 1, 2, 3, 4, 5

subsídios 1, 2

subsídios agrícolas 1, 2

sucesso 1

sucesso merecido 1, 2, 3, 4

Suécia 1, 2

Suíça 1, 2, 3

superioridade 1

superstições 1

T

Tailândia 1

Taiwan 1, 2

talento 1

Tanzânia 1

tarifas 1, 2, 3, 4, 5

tecnologia 1, 2

teísmo 1

tempo 1

tentações 1, 2

teologia da prosperidade 1

Tepper, Jonathan 1

Terceiro Mundo 1, 2, 3

terra 1

Thatcher, Margaret 1

Tiago 1, 2, 3

Timóteo 1

títulos 1, 2

totalitarismo 1

trabalho 1, 2

como bênção 1

liberdade para 1

tráfico de drogas 1

tragédia dos comuns 1

transações 1

transparência 1

transporte 1, 2

trapaça 1, 2

Trevor-Roper, Hugh 1

troca 1, 2, 3, 4, 5

trocas voluntárias

como mutuamente benéficas 1, 2

e veracidade 1

e virtudes menores 1

troca voluntária

e cooperação 1

e natureza humana 1

liberdade de 1

Tse-tung, Mao 1, 2

Tullock, Gordon 1

Turgot, Anne-Robert-Jacques 1

U

Ucrânia 1

Uganda 1

União Europeia 1

União Soviética 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8

universitários 1

urbanização 1

Urias 1

utopia 1

Uzbequistão 1

V

valor 1, 2, 3

valor de mercado 1

valores 1, 2

Vanderbilt, Cornelius 1

vantagem comparativa 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7

Vásquez, Ian 1

vegetariano 1

venda 1

Venezuela 1, 2

veracidade 1, 2, 3, 4

vergonha 1

viagem 1, 2

viagens missionárias 1

viés 1

Viner, Jacob 1

violência 1

virtudes 1

interpessoais 1

menores 214, 349

na sociedade 1

pessoais 1

vodu 1

W

Warren, Rick 1

Washington, George 1

Watt, James 1

Weber, Max 1

Wedgwood, Josiah 1

Weidenbaum, Murray 1

Weingast, Barry 1

Wilberforce, William 1

Williams, Susan 1

X

Xiaoping, Deng 1, 2

Z

Zaire 1, 2. Veja também República Democrática do Congo

Zâmbia 1

Zelaya, Manuel 1

Zimbábue 1

Zupan, Mark 1, 2

ÍNDICE DE PASSAGENS BÍBLICAS

Gênesis

1—2 1

1.1 1

1.26 1

1.26,27 1, 2, 3, 4

1.26-28 1

1.27 1, 2, 3, 4

1.28 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12

1.31 1

2.15 1, 2, 3, 4, 5

2.17 1

2.24 1

2.25 1

3.17-19 1

3.18 1

5.1 1

9.3 1

9.6 1, 2, 3, 4

10 1

10.32 1

12.2 1

22.18 1

25.22,23 1

29.18-27 1

Êxodo

3.9,10 1

4.29-31 1

12—15 1

18.21 1

20.1-17 1

20.2 1, 2, 3, 4

20.9 1, 2

20.12 1, 2

20.13 1

20.14 1, 2

20.15 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7

20.15,16 1

20.16 1

20.17 1, 2

21.22-25 1

21.28-36 1

22.1-15 1

22.1-6 1

22.6 1

22.25 1

23.3 1, 2

23.8 1

36.1 1

Levítico

19.15 1

25.10 1, 2, 3, 4

25.28 1

25.37 1

25.39-43 1

25.39-46 1n7

25.40 1

Números

16.15 1

32.22 1

32.29 1

Deuteronômio

6.5-7 1

8.7-10 1

8.11-18 1, 2

10.17 1

10.18 1

14.29 1

15.1-3 1n22

15.6 1

15.7,8 1

15.11 1

15.12-15 1

15.12-18 1

16.18-20 1

16.19,20 1, 2

17.17 1, 2

17.18,19 1

19.14 1, 2

20.19,20 1

22.1-4 1, 2

23.19 1

23.24,25 1

24.17 1

24.19-22 1, 2

28.1-14 1

28.6 1

28.11,12 1

28.28,29 1, 2

30.19 1, 2

Josué

18.1 1

24.15 1, 2

Juízes

2.11-15 1

2.16-23 1, 2

6.1 1

6.1-4 1

6.3-6 1

14.4 1

17—21 1

17.6 1

18.1 1

19.1 1

21.25 1

1Samuel

7.5,6 1

8.10-18 1, 2

10.24 1

12.3 1

12.3,4 1, 2

17 1

2Samuel

2.4 1

11 1, 2

11—12 1

12.7 1

12.8-15 1

1Reis

1.39 1

4.25 1

10.14-20 1, 2

11.3,4 1

12.1 1

12.15 1

12.16 1

21 1, 2

2Reis

25.1-21 1

2Crônicas

9.9 1

9.10 1

9.24 1

9.28 1

Neemias

5.7-10 1

Ester

5—9 1

Jó

12.23 1

Salmos

1.2 1

8.4-8 1

8.6 1, 2

8.6-8 1

8.6-9 1

18.34 1

24.1 1, 2, 3, 4, 5

26.10 1

37.21 1

41.1 1, 2

51.5 1

73.25,26 1

82.2 1

82.3 1

82.3,4 1

111.2 1

115.16 1

127.3 1

139.13 1

Provérbios

1.7 1

6.9 1

6.9-11 1

8.10 1

10.4 1

11.24 1

12.10 1

13.4 1

13.23 1

14.31 1

15.3 1

15.27 1, 2

17.15 1

17.23 1

17.26 1

20.4 1

21.17 1

22.16 1

22.28 1

23.4 1

23.10 1

24.21 1

24.23 1

28.8 1

28.19 1

28.22 1

29.12 1

29.14 1

31.10-31 1

31.16 1

31.18 1, 2

31.24 1

Eclesiastes

2.24,25 1

5.10 1, 2

7.7 1

8.11 1

10.20 1

Isaías

1.23 1

5.22,23 1

33.15 1

58.6 1

61.1 1, 2

Jeremias

29.4-7 1

Ezequiel

22.12 1

46.18 1

Daniel

4.27 1, 2

Malaquias

2.15 1

Mateus

5.16 1

6.20 1

6.26 1

7.12 1, 2

10.1-4 1

10.31 1

11.28 1

12.12 1

13.31,32 1

16.26 1

19.3-6 1

19.6 1

19.9 1

19.18 1

22.37 1n1

22.39 1, 2, 3, 4, 5, 6

25.14-30 1

25.20-22 1

Marcos

6.3 64, 1

7.19 1

10.46 1

Lucas

1.41-44 1

4.18 1

6.20 1

9.25 1

12.15 1

12.20,21 1

16.13 1, 2, 3, 4, 5

18.35 1

João

1.12 1

3.16 1

8.44 1

Atos

1.15-26 1

2.14 1

2.44 1

2.46 1

3.2-10 1

3.12 1, 2

5.4 1

5.21 1

5.25 1

5.42 1

6.3 1

8.5,6 1

9.28,29 1

12.12 1

13.5 1

13.14-16 1

13.44 1

14.1-3 1

14.14 1

15.7 1, 2

15.13 1

15.22 1

17.2,3 1

17.5 1

17.10,11 1

17.22 1

17.26 1, 2

17.31 1, 2

18.3 1, 2

18.4,5 1

18.7 1

18.19 1

19.8-10 1

20.20 1

20.35 1

21.8 1

21.16 1

21.18 1

21.40 1

24.10 1

24.25 1

26.1 1

28.23 1

28.30,31 1

Romanos

2.14,15 1

2.22 1

3.10-17 1

3.18 1

3.19 1

3.23 1, 2, 3

6.23 1

13.1 1

13.1-6 1

13.3,4 1

13.4 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10

13.6,7 1

13.7 1

13.9 1

14.2,3 1

16.5 1

1Coríntios

7.21 1

8.7-13 1

16.19 1

2Coríntios

4.2 1

9.6 1

Gálatas

1.19 1

2.9 1

2.10 1

2.12 1

3.28 1, 2

5.1 1

Efésios

2.10 1

4.28 1, 2, 3

5.1 1, 2

5.10 1

5.15,16 1

5.22—6.4 1

6.1 1

6.5-8 1

Colossenses

3.9 1

3.18-21 1

3.22-25 1

3.23 1-2

4.1 1

4.15 1

1Tessalonicenses

4.11 1

4.11,12 1, 2, 3

5.14 1

2Tessalonicenses

3.6 1

3.6-12 1

3.7 1

3.7-10 1

3.8 1

3.8,9 1

3.10 1, 2, 3, 4

1Timóteo

2.2 1

4.4 1

4.4,5 1, 2

5.14 1

5.21 1-2

6.9 1

6.9,10 1

6.17 1, 2, 3

6.17-19 1

Tito

1.5 1

2.9,10 1

Filemom

2 1

Tiago

2.11 1

3.9 1, 2, 3, 4

3.17 1

4.13 1

4.15 1

5.1-5 1

5.1-6 1

5.2,3 1

5.4 1, 2

5.5,6 1

5.14 1

1Pedro

2.13,14 1

2.14 1, 2, 3, 4, 5, 6

2.17 1

4.4,5 1

1João

3.17 1

2João

10 1

Apocalipse

7.9 1

21.24-26 1

22.17 1, 2